

GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO



ESTUDOS LINGUÍSTICOS
v. 45, n. 1

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

REVISTA ESTUDOS LINGUÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL)

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571
CEP 13083-859 - Cidade Universitária
Barão Geraldo - Campinas - SP
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>
estudoslinguisticos@gel.org.br

Comissão Editorial

Claudia Zavaglia
Gladis Massini-Cagliari
Juanito Ornelas de Avelar
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Maximina M. Freire
Olga Ferreira Coelho
Oto Araujo Vale
Vandersí S. Ana Castro
Vanice Maria Oliveira Sargentini

Editor responsável

Marcelo Módolo

Revisão, normatização, revisão de língua estrangeira e diagramação

Letraria

Conselho Editorial

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquierdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôscio Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Caçado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação quadrimestral

Estudos Linguísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos do
Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.

Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a
partir de 2005.

Quadrimestral
ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos
Linguísticos do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
NOMINATA DE PARECERISTAS	7
FONÉTICA	
Epêntese vocálica em posição medial de palavras em Esperanto <i>Karina Gonçalves de Souza de Oliveira</i>	26
Características acústicas de laterais em posição intervocálica em produções de falantes curitibanos <i>Maria Júlia Fonseca Furtado</i>	38
FONOLOGIA	
A constituição de alguns domínios da hierarquia prosódica no período oratório latino <i>Carlos Renato Rosário de Jesus</i>	50
O padrão entoacional das sentenças interrogativas do português brasileiro em fala manipulada <i>Carolina Carbonari Rosignoli</i> <i>Flaviane Romani Fernandes-Svartman</i>	60
Adaptações fonológicas na pronúncia de nomes de estabelecimentos comerciais brasileiros com elementos do inglês <i>Natália Cristine Prado</i>	73
GRAMÁTICA FUNCIONAL	
Análise de usos modais do verbo dar em entrevistas no português brasileiro <i>Cibele Naidhig Souza</i>	86
A modalidade deôntica na construção completiva impessoal com matriz ser + preciso: uma análise cognitivo-funcional <i>Dayane Alves Wiedemer</i>	100
Primeiros estudos funcionalistas sobre a repetição na oralidade no Corpus Português Culto de Vitória da Conquista <i>Lorena Oliveira dos Santos</i>	115
Construções (condicionais-)concessivas com <i>ainda que</i> <i>Michel Gustavo Fontes</i>	126

A expressão de finalidade na construção de movimento com propósito em português 142
Patrícia Oréfice
Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

Engajamento e processamento discursivo: diálogos entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Cognitiva 153
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Condições de violação de transparência 170
Roberto Gomes Camacho

Natural languages as complex systems 180
William Alfred Pickering

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas 192
Bruna Soares Polachini
Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna

LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA

Delimitação das expressões adjetivais 203
Amanda Santos Carneiro

Aspectos culturais revelados pela análise léxico-semântica da unidade lexical pantaneiro 214
Beatriz Aparecida Alencar

Casos de criação e remotivação de lexias textuais em João Cabral de Melo Neto: crítica social, ironia e expressividade 228
Rosana Maria Sant'Ana Cotrim

MORFOLOGIA

Análise morfológica dos crioulos do Golfo da Guiné e do kabuverdianu 242
Shirley Freitas
Manuele Bandeira

SEMÂNTICA

A historicidade da linguagem nas novas configurações familiares: um olhar jurídico 257
Adriana de Moraes Pereira Santos

“O Brasil dilmou!”: Formação e funcionamento semântico-enunciativo de um verbo denominativo derivado de nome próprio de pessoa 269
Anderson Braga do Carmo

Sentidos e Sociedade: uma análise enunciativa em torno da designação “PLC 122/2006” 279
Débora Raquel Hettwer Massmann

A expressão da pluracionalidade em libras 292
Luciana Sanchez-Mendes
André Nogueira Xavier

Marcas do dizer: sentidos do *Arraial do Cuyabá* 305
Taisir Mahmudo Karim

SINTAXE

O objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa nas variedades de espanhol de Madri e Montevideu comparado ao português brasileiro 316
Adriana Martins Simões

SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

Clíticos pronominais em gêneros jornalísticos escritos das variedades europeia e brasileira do português: (re)discutindo a atuação dos fatores condicionantes linguísticos 332
Caroline Carnielli Biazolli

Transparência e opacidade na gênese e desenvolvimento das línguas pidgins e crioulas: o caso das palavras interrogativas 348
Dante Lucchesi

APRESENTAÇÃO

A presente edição da Revista Estudos Linguísticos consolida formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto de uma Revista ampla com grande qualidade de seus artigos. Para o presente volume, foram submetidos 164 artigos, dos quais 88 tiveram sua publicação aprovada pelos pareceristas. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 63º Seminário do GEL (2015), realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Além disso, são publicados cinco artigos originados de conferências e intervenções em mesas redondas daquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 93 trabalhos. Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, “Descrição e Análise Linguística”; “Linguística: Interfaces” e “Análise do Texto e do Discurso”.

A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Nesse sentido, uma página de reconhecimento aos nossos pareceristas tem sido publicada (Nominata de pareceristas), nomeando todos os que doaram seu tempo e esforço para que a avaliação dos artigos do presente volume fosse a mais criteriosa possível. Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Marcelo Módolo
Presidente da Comissão Editorial

NOMINATA DE PARECERISTAS

ADAIL UBIRAJARA SOBRAL, Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

ADRIANA MARCON, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba, São Paulo, Brasil

ADRIANA ZAVAGLIA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ADRIANE TERESINHA SARTORI, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

ADRIANO APRIGLIANO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ÁGUEDA APARECIDA DA CRUZ BORGES, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

ALDIR SANTOS DE PAULA, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil

ALESSANDRA DEL RÉ, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ALICE VIEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ALINE DA CRUZ, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

ANA JOSEFINA FERRARI, Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral, Matinhos, Paraná, Brasil

ANA LUIZA ARTIAGA RODRIGUES DA MOTTA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

ANA MARIA DI RENZO, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

ANA PAULA SCHER, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANDRÉ MALTA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANGEL H. CORBERA MORI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ANGELA CECÍLIA DE SOUZA RODRIGUES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANGÉLICA RODRIGUES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ANNA FLORA BRUNELLI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

ANNA LUIZA CAMPANHÃ BAUER, Sem vínculo institucional

ANNA MARIA GRAMMATICO CARMAGNANI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ANTONIO CARLOS SANTANA DE SOUZA, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

ANTONIO CARLOS SILVA DE CARVALHO, Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

APARECIDA DE FÁTIMA BUENO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

APARECIDA NEGRI ISQUERDO, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

ARIANI DI FELIPPO, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

ARTARXERXES TIAGO TÁCITO MODESTO, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Cubatão, São Paulo, Brasil

ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO, Professor Emérito da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil e Professor Titular Convidado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ATÍLIO BUTTURI JUNIOR, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

AUGUSTO BUCHWEITZ, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

AUREA SUELY ZAVAM, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

BEATRIZ PROTTI CHRISTINO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

BETH BRAIT, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

BRENO WILSON LEITE MEDEIROS, Sem vínculo institucional

BRUNO OLIVEIRA MARONEZE, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

CARLOS ALEXANDRE VICTORIO GONÇALVES, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

CARLOS AUGUSTO BAPTISTA ANDRADE, Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

CARLOS EDUARDO MENDES DE MORAES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

CARLOS PIOVEZANI, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

CAROLA RAPP, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

CAROLINA P. FEDATTO, Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS),
Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

CÁSSIO FLORÊNCIO RUBIO, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia-Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil

CILAINE ALVES CUNHA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São
Paulo, Brasil

CLÁUDIA HILSDORF ROCHA, Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

CLAUDIA MARIA XATARA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CLAUDIA REGINA BRESCANCINI, Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

CLAUDIA REGINA CASTELLANOS PFEIFFER, Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

CLAUDIA ZAVAGLIA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CLAUDIO AQUATI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
(UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

CLEUDEMAR FERNANDES, Universidade Federal de Uberlândia (UFU),
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO, Universidade do Estado da Bahia
(UNEB), Salvador, Bahia, Brasil

CRISTINA MARTINS FARGETTI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

CRISTINE GORSKI SEVERO, Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

DERMEVAL DA HORA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João
Pessoa, Paraíba, Brasil

DILSON FERREIRA CRUZ JÚNIOR, Universidade de São Paulo (USP), São
Paulo, São Paulo, Brasil

DIRCEU CLEBER CONDE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),
São Carlos, São Paulo, Brasil

EDUARDO GUIMARÃES, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Campinas, São Paulo, Brasil

EDUARDO PENHAVEL DE SOUZA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

EDVALDO A. BERGAMO, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito
Federal, Brasil

EDVANIA GOMES DA SILVA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
(UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

EDWIGES MARIA MORATO, Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ELAINE CRISTINA CINTRA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João
Pessoa, Paraíba, Brasil

ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA, Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador, Bahia, Brasil

ELIANA DE ALMEIDA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT),
Pontes e Lacerda, Mato Grosso, Brasil

ELIANA GABRIELA FISCHER, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo,
São Paulo, Brasil

ELIANE APARECIDA GALVÃO RIBEIRO FERREIRA, Universidade
Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

ELIS DE ALMEIDA CARDOSO CARETTA, Universidade de São Paulo, São
Paulo, São Paulo, Brasil

ELISA BATTISTI, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto
Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

ELISABETTA SANTORO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São
Paulo, Brasil

ELIZABETH HARKOT-DE-LA-TAILLE, Universidade de São Paulo (USP),
São Paulo, São Paulo, Brasil

ELZIMAR GOETTENAUER DE MARINS COSTA, Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

EMERSON DA CRUZ INÁCIO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo,
São Paulo, Brasil

EMERSON DA CRUZ INÁCIO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

EMERSON DE PIETRI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ERICA LIMA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ERICA REVIGLIO ILIOVITZ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

EROTILDE GORETI PEZATTI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

ESMERALDA VAILATI NEGRÃO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ESTER MIRIAN SCARPA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

EUGÊNIO VINCI DE MORAES, Centro Universitário Internacional (UNINTER), Curitiba, Paraná, Brasil

EVANDRA GRIGOLETTO, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

EVANI DE CARVALHO VIOTTI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FABIANA CRISTINA KOMESU, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

FABIELE STOCKMANS DE NARDI, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

FÁBIO CESAR ALVES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FÁBIO ELIAS VERDIANI TFOUNI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

FÁBIO AKCELRUD DURÃO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

FÁBIO CÉSAR MONTANHEIRO, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil

FABRÍCIO POSSEBON, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

FELIPE VENÂNCIO BARBOSA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FERNANDA CORREA SILVEIRA GALLI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

FERNANDA MUSSALIM, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

FILOMENA SANDALO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

FLÁVIA BEZERRA DE MENEZES HIRATA VALE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

FLAVIANE ROMANI FERNANDES SVARTMAN, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

FRANCISCO ALVES FILHO, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil

FRANTOME BEZERRA PACHECO, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

GERALDO TADEU SOUZA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, São Paulo, Brasil

GILBERTO DE CASTRO, Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba, Paraná, Brasil

GILBERTO FIGUEIREDO MARTINS, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

GIOVANA FERREIRA GONÇALVES, Universidade de Santa Maria (USM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

GISELA COLISCHONN, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

GISELE CÁSSIA DE SOUSA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

GLADIS MARIA DE BARCELLOS ALMEIDA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

GLADIS MASSINI-CAGLIARI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

GRAÇA RIO-TORTO, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Coimbra, Portugal

GRAZIELA ZANIN KRONKA, Universita Karlova v Praze, Praga, República Tcheca

GRENISSA BONVINO STAFUZZA, Universidade Federal de Goiás (UFG), Catalão, Goiás, Brasil

HÉLCIUS BATISTA PEREIRA, Universidade Paulista (UNIP), São Paulo, São Paulo, Brasil

HELENA BONITO COUTO PEREIRA, Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), São Paulo, São Paulo, Brasil

HELENA DE OLIVEIRA BELLEZA NEGRO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

HELENA DE SOUZA BRITTO, Sem vínculo institucional

HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

HENRIQUE MONTEAGUDO, Universidade de Santiago de Compostela (USC), Santiago de Compostela, Galiza, Espanha.

IEDA MARIA ALVES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ISADORA VALENCISE GREGOLIN, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

IVÃ CARLOS LOPES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

IVO DA COSTA DO ROSARIO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

JAIME GINZBURG, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

JEAN CRISTTUS PORTELA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

JEFFERSON CANO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Campinas, São Paulo, Brasil

JOCELI CATARINA STASSI-SÉ, Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

JOHN MILTON, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo,
Brasil

JOSÉ BORGES NETO, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba,
Paraná, Brasil

JOSÉ SUELI DE MAGALHÃES, Universidade Federal de Uberlândia (UFU),
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

JULIANO DESIDERATO ANTONIO, Universidade Estadual de Maringá
(UEM), Maringá, Paraná, Brasil

JUSSARA ABRAÇADO, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio
de Janeiro, Brasil

KAREN SAMPAIO BRAGA ALONSO, Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

KARIN ADRIANE HENSCHER POBBE RAMOS, Universidade Estadual
"Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

KELCILENE GRÁCIA-RODRIGUES, Universidade Federal do Mato Grosso
do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

LARA FRUTOS GONZÁLEZ, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo,
São Paulo, Brasil

LARISSA CRISTINA BERTI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), São Paulo, Brasil

LAURO JOSÉ SIQUEIRA BALDINI, Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

LEDA VERDIANI TFOUNI, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto,
São Paulo, Brasil

LEONARDO MARCOTULIO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

LÍGIA NEGRI, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná,
Brasil

LILIAN CRISTINE HUBNER, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

LILIAN FERRARI, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

LOURENÇO CHACON, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil

LÚCIA REGIANE LOPES-DAMASIO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

LUCIA ROTTAVA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

LUCIANA SALAZAR SALGADO, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

LUCIANE CORREA FERREIRA, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

LUCIANE DE PAULA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

LUCIANI ESTER TENANI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São Paulo, Brasil

LUCÍLIA MARIA ABRAHÃO SOUSA ROMÃO, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

LUIZ CARLOS CAGLIARI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

LUZIA APARECIDA OLIVA DOS SANTOS, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil

LUZMARA CURCINO FERREIRA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

MANOEL FRANCISCO GUARANHA, Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), São Paulo, São Paulo, Brasil

MANOEL LUIZ GONÇALVES CORRÊA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MANOEL MOURIVALDO SANTIAGO ALMEIDA, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCELLO MODESTO DOS SANTOS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCELO MÓDOLO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCIA ARRUDA FRANCO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MÁRCIA CANÇADO, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MARCIA DO AMARAL PEIXOTO MARTINS, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MÁRCIA SANTOS DUARTE DE OLIVEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCOS AURÉLIO BARBAI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARCOS BAGNO, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

MARCOS LOPES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCOS LUIZ WIEDEMER, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARCOS ROGÉRIO MARTINS COSTAS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARCUS MAIA, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA APARECIDA CORREA RIBEIRO TORRES MORAIS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA APARECIDA LINO PAULIUKONIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA AUGUSTA DA COSTA VIEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO DECAT, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MARIA BERNADETE MARQUES ABAURRE, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARIA CARLOTA ROSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA CÉLIA CORTEZ PASSETTI, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

MARIA CLARA PAIXÃO DE SOUSA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA CLARA PIVATO BIAJOLI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARIA CRISTINA ANDRADE DOS SANTOS, Sem vínculo institucional

MARIA DA CONCEIÇÃO FONSECA-SILVA, Universidade Estadual do Oeste da Bahia (UFOB), Barreiras, Bahia, Brasil

MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA BAIA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

MARIA EDUARDA GIERING, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

MARIA ESTER VIEIRA DE SOUSA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

MARIA HELENA DA NÓBREGA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA HELENA DE MOURA NEVES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil e Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA HELENA VOORSLUYS BATTAGLIA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA JOSÉ CARDOSO LEMOS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA JULIA FONSECA FURTADO, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

MARIA LÚCIA DA CUNHA VICTÓRIO DE OLIVEIRA ANDRADE, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA LÚCIA LEITÃO DE ALMEIDA, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

MARIA MAURA DA CONCEIÇÃO CEZÁRIO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

MARIA REGINA MOMESSO, Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca, São Paulo, Brasil

MARIA SÍLVIA BETTI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIA VALÉRIA ADERSON DE MELLO VARGAS, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIANGELA DE ARAÚJO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

MARIANNE CARVALHO BEZERRA CAVALCANTE, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

MARÍLIA BLUNDI ONOFRE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

MARILZA DE OLIVEIRA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MARINA CÉLIA MENDONÇA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

MARIO LUIZ FRUNGILLO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MARISTELA CURY SARIAN, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

MARIZE MATTOS DALL AGLIO HATTNER, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

MARLON LEAL RODRIGUES, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso do Sul, Brasil

MAYUMI DENISE SENOI ILARI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

MICHAEL J. FERREIRA, Georgetown University, Washington DC, United States

MICHELE SCHMITT, Instituto Federal Sul Riograndense (IFSul), Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil

MOISÉS OLÍMPIO FERREIRA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Bambuí, Minas Gerais, Brasil

MONICA FILOMENA CARON, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

NATHALIA REIS FERNANDES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

NEIDE THEREZINHA MAIA GONZÁLEZ, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

NEIVA DE AQUINO ALBRES, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

NELSON SCHAPOCHNIK, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

NELSON VIANA, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

NILCE MARIA DA SILVA, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

NORMA DISCINI, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

OLGA FERREIRA COELHO SANSONE, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

OTO ARAÚJO VALE, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

PATRÍCIA SILVESTRE LEITE DI IÓRIO, Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

PAULO JEFERSON PILAR ARAÚJO, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

PAULO ROBERTO GONÇALVES SEGUNDO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

PAULO SÉRGIO DE SOUZA JÚNIOR, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

PAULO CHAGAS DE SOUZA, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

PAULO RAMOS, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

PEDRO FARIAS FRANCELINO, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

PEDRO LUÍS NAVARRO BARBOSA, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

PERMÍNIO SOUZA FERREIRA, Universidade do Estado da Bahia (UNESB), Bahia, Brasil

PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

PHILIPPE WILLEMART, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

PLÍNIO ALMEIDA BARBOSA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

RAFAEL DIAS MINUSSI, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

RAINER ENRIQUE HAMEL, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, Ciudad de México, México

RAQUEL MEISTER KO FREITAG, Universidade Federal do Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

RAQUEL SALEK FIAD, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Campinas, São Paulo, Brasil

RAUER RIBEIRO RODRIGUES, Universidade Federal do Mato Grosso
(UFMS), Corumbá, Mato Grosso, Brasil

REGINA CÉLIA PAGLIUCHI DA SILVEIRA, Sem vínculo institucional

RENATA BIANCHI DE BARROS, Universidade do Vale do Sapucaí
(UNIVAS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

RENATA COELHO MARCHEZAN, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

RENATA FERREIRA COSTA, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São
Cristóvão, Sergipe, Brasil

RENATO CAIXETA SILVA, Centro Federal de Educação Tecnológica de
Minas Gerais (CEFET-MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RICARDO CAVALIERE, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói,
Rio de Janeiro, Brasil

ROBERTO DE FREITAS JR., Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ROBERTO GOMES CAMACHO, Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

ROBERTO LEISER BARONAS, Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

RODOLFO ILARI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Campinas, São Paulo, Brasil

ROGÉRIO VICENTE FERREIRA, Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

RONALD TAVEIRA CRUZ, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

ROSANA DO CARMO NOVAES PINTO, Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ROSANA MARA KOERNER, Universidade da Região de Joinville
(UNIVILLE), Joinville, Santa Catarina, Brasil

ROSANE DE ANDRADE BERLINCK, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

ROSANE DE SÁ AMADO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

ROSANE ROCHA PESSOA, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

ROXANE HELENA RODRIGUES ROJO, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

ROZANA APARECIDA LOPES MESSIAS, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

SANDERLÉIA ROBERTA LONGHIN THOMAZI, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

SANDRA APARECIDA FERREIRA, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

SANDRA DENISE GASPARINI-BASTOS, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

SEBASTIÃO CARLOS LEITE GONÇALVES, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

SEBASTIÃO ELIAS MILANI, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

SEUNG-HWA LEE, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

SHEILA ELIAS DE OLIVEIRA, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

SHEILA VIEIRA DE CAMARGO GRILLO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

SÍLVIO RIBEIRO DA SILVA, Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG), Jataí, Goiás, Brasil

SIMONE CAPUTO GOMES, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

SÍRIO POSSENTI, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

SORAYA MARIA ROMANO PACÍFICO, Universidade de São Paulo (USP),
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

STELLA ESTHER ORTWEILER TAGNIN, Universidade de São Paulo (USP),
São Paulo, São Paulo, Brasil

SUZANA MARIA LUCAS SANTOS DE SOUZA, Universidade Federal do
Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil

TAISA PERES DE OLIVEIRA, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
(UFMS), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

TEREZINHA DE JESUS MACHADO MAHER, Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

TONY BERBER SARDINHA, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

VAGNER CAMILO, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo,
Brasil

VALÉRIA FARIA CARDOSO-CARVALHO, Universidade do Estado de Mato
Grosso (UNEMAT), Alto Araguaia, Mato Grosso, Brasil

VÂNIA CRISTINA CASSEB GALVÃO, Universidade Federal de Goiás
(UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

VANIA MARIA LESCANO GUERRA, Universidade Federal do Mato Grosso
do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil

VANICE OLIVEIRA SARGENTINI, Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

VERA LUCIA MENESES DE OLIVEIRA E PAIVA, Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

VÉRONIQUE MARIE BRAUN DAHLET, Universidade de São Paulo (USP),
São Paulo, São Paulo, Brasil

VIOLETA VIRGÍNIA RODRIGUES, Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

WAGNER CARVALHO DE ARGOLO NOBRE, União Metropolitana de
Educação e Cultura (UNIME), Lauro de Freitas, Bahia, Brasil

WALDEMAR FERREIRA NETTO, Universidade de São Paulo (USP), São
Paulo, São Paulo, Brasil

WALKYRIA MARIA MONTE MÓR, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

WILTON JOSÉ MARQUES, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Epêntese vocálica em posição medial de palavras em esperanto

Karina Gonçalves de Souza de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
kgsoliveira@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.604>

Resumo

O objetivo deste experimento é verificar se há epêntese vocálica em encontros consonantais em posição medial da palavra, em situações permitidas na língua portuguesa, mas que supostamente são proibidas em esperanto. Com isso, pretende-se dar um passo a mais no entendimento da estrutura silábica desta língua, que ainda não tem seus postulados teóricos suficientemente estabelecidos, e verificar a possível influência da L1 (português) na realização fonética da L2 (esperanto).

Palavras-chave: fonologia; esperanto; epêntese vocálica; fonética experimental.

Vowel Epenthesis in Medial Position of Words in Esperanto

Abstract

The purpose of this experiment is to observe if there is vowel epenthesis in consonant clusters in word-medial position, in situations allowed in Portuguese, but which are supposedly prohibited in Esperanto. Thus, it is intended to take a step forward toward understanding the syllable structure of this language, which does not have its theoretical postulates sufficiently established. It is also intended to observe the possible influence of L1 (Portuguese) on the phonetic realization of L2 (Esperanto).

Keywords: phonology; Esperanto; vowel epenthesis; experimental phonetics.

Introdução

O esperanto é uma língua planejada, cujo projeto foi publicado em 1887. Desde então, passou a ser uma língua viva, e atualmente é usado por falantes em vários países pelo mundo, tendo, inclusive, muitos falantes nativos.

Lázaro L. Zamenhof, responsável pelo planejamento da língua, criou-a para uso efetivo entre pessoas de línguas nativas diferentes. O esperanto, como língua auxiliar internacional, almeja ser uma ferramenta útil de comunicação, preservando as respectivas culturas e línguas maternas de seus falantes. Para tanto, Zamenhof se preocupou com a facilidade de aprendizagem, planejando uma gramática regular. Os radicais da língua provêm majoritariamente do latim, mas também há radicais gregos e provenientes das línguas eslavas.

Diferentemente de outras línguas planejadas para fins particulares ou artísticos, como as línguas usadas em séries e filmes de ficção científica – como o *klíngon*, usado na franquia de filmes *Star Trek*; o *dothraki*, da série televisiva *Game of Thrones*, ou o *na'vi*, do filme *Avatar* – a língua aqui estudada e discutida tem uso efetivo no mundo real.

Anualmente, a UEA – *Universala Esperanto-Asocio*, Associação Universal de Esperanto – realiza congressos que visam proporcionar aos falantes de esperanto momentos de integração e vivenciamento da cultura criada em torno da língua. Tais congressos acontecem em países diferentes a cada ano. Além disso, inúmeros outros encontros regionais ocorrem frequentemente, e a língua oficial de tais eventos é sempre o esperanto.

O uso da língua na internet também é grande. Em 2015, por exemplo, foi lançado um curso de esperanto para falantes de inglês na plataforma de aprendizado de línguas *Duolingo*¹, que tem feito bastante sucesso. Grupos em redes sociais, conferências por Skype® e outros recursos também são ambientes bastante usados por aqueles que sabem o esperanto. Existe um programa chamado *pasporta servo*, “serviço de passaporte” em português, que disponibiliza uma lista de falantes de esperanto ao redor do mundo dispostos a receber e hospedar outros falantes da língua de forma gratuita.

Este trabalho se justifica, portanto, ao estudar um fenômeno fonético/fonológico para entender melhor uma língua ainda pouco estudada, e que é efetivamente usada para a comunicação entre seres humanos todos os dias, nos mais variados lugares do planeta.

O objetivo deste trabalho é verificar se há epêntese vocálica em encontros consonantais em posição medial da palavra, em situações permitidas na língua portuguesa. Supõe-se que os falantes, brasileiros nativos que aprenderam o esperanto como segunda língua, adaptam certas estruturas do esperanto de acordo com as regras fonológicas de sua língua nativa. Este trabalho pretende contribuir também para um melhor entendimento sobre até que nível a língua nativa influencia a realização fonética do esperanto, visto que há variadas pronúncias ao redor do mundo, de acordo com o país de origem do falante, e nenhuma delas é oficialmente a pronúncia *standard*.

A fonologia do esperanto

O sistema fonético do esperanto pode ser visto nos quadros a seguir:

Quadro 1. Fonemas do esperanto cujas representações ortográficas não correspondem ao símbolo fonético. (COLLING, 2012, p. 147)

Fonema	Representação ortográfica
[ts]	c
[tʃ]	ĉ
[dʒ]	ĝ
[ʒ]	ĵ
[x]	ĥ
[ʃ]	ŝ
[w]	ŭ

¹ Disponível em: <<https://www.duolingo.com/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

Quadro 2. Segmentos consonantais do esperanto (os símbolos à direita representam consoantes sonoras) (COLLING, 2012, p. 147)

Maneira/Ponto	Bilabial	Lábio-dental	Dental ou alveolar	Pós-alveolar	Velar	Glotal
Oclusiva	p b		t d		k g	
Africada			ts ds	tʃ dʒ		
Fricativa		f v	s z	ʃ ʒ	x	h
Nasal	m		n			
Líquida			l r			
Aproximante				j	w	

Quadro 3. Segmentos vocálicos do esperanto (COLLING, 2012, p. 147)

Altura/Anterioridade	Anterior	Central	Posterior
Alta	i		u
Média	e		o
Baixa		a	

Sobre a estruturação silábica da língua, Oostendorp (1999) afirma que “[...] é importante observar que nem toda combinação de dois segmentos pode ser empregada em esperanto como ataque complexo. O primeiro segmento tem que ser um elemento do grupo {b, d, f, g, k, p, s, ŝ, t, v} e o segundo um elemento do grupo {r, l, n}” (OOSTENDORP, 1999, p. 57, tradução nossa)². O autor estudou apenas ataques complexos no começo das palavras. Bavant (s/d) afirma que “as sílabas mais frequentes em esperanto são: *to, o, lo, no, a, ti, do, ro, ko, ta, mo, ri, li...* A sílaba fechada (ou seja, com coda preenchida) mais comum é *kon*, com a posição 54 de acordo com a frequência geral”. Ou seja, a estrutura silábica mais comum em esperanto é V ou CV, segundo o estudo de Bavant.

Padrões silábicos em português

O fenômeno epentético ocorre na língua portuguesa (na variante brasileira) “transformando sílabas fechadas (CVC) em uma sequência de sílabas abertas (CVCV)” (COLLISCHONN, 2004), como a palavra *digno* [dʒiginu], citada por Collischonn para exemplificar que tipos de contextos foram relevantes para seu estudo da epêntese vocálica no português do sul do Brasil. Assim sendo, nossa hipótese é que em estruturas similares a essa no esperanto, os falantes também ressilabificarão sílabas fechadas em sílabas abertas, como *pugno* (CVCCV) em (CVCVCV), ou *ofte* (VCCV) em (VCVCV).

O ataque das sílabas em português pode ser preenchido por qualquer segmento da

2 [...] it is important to observe that not every combination of two segments can serve as an Esperanto onset. The first segment always has to be an element of the set {b, d, f, g, k, p, s, ŝ, t, v} and the second one an element of {r, l, n}.

língua, a não ser pelas vogais plenas e semivogais, que constituem o núcleo das sílabas. Se tivermos, entretanto, um ataque complexo, o segundo segmento do grupo deve ser um som líquido, ou seja, /l/ ou /r/, enquanto o primeiro segmento deve ser um segmento do seguinte grupo: /p/, /b/, /t/, /d/, /k/, /g/, /f/, /v/. (COLLISCHONN, 2006, p. 36).

A coda também aceita apenas alguns segmentos para seu preenchimento. São eles: /r/, /l/, /S/ e /N/. Em relação a codas complexas, “o primeiro segmento é /N/ (*monstro*, *transporte*, *bens*) ou – raramente – /r/ (*perspectiva*) ou /l/ (*solstício*, *gols*) e o segundo segmento deve ser /S/.” (COLLISCHONN, 2006, p. 37).

No que se refere ao ritmo acentual da língua portuguesa, Ferreira Netto (2011) afirma que “o padrão geral que se estabeleceu para o português foi o de acentuar-se a penúltima sílaba da palavra, ou a última se ela for breve” (FERREIRA NETTO, 2011, p. 185).

Descrição do experimento

Os dados foram colhidos nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2014, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi usada uma cabine acusticamente tratada, um gravador profissional portátil da marca Marantz e do modelo PMD 661 e um microfone de cabeça da marca Shure, modelo sm10a. A versão usada do *software* Praat foi a 5.3.2-1, com o Sistema Operacional Linux, distribuição Ubuntu 12.04 LTS.

Foram escolhidas 20 palavras a serem estudadas e 20 palavras distratoras foram misturadas a elas. Os falantes, 3 no total, repetiram as frases em 3 baterias diferentes. A frase veículo usada foi “Parolu X en la portugala” (Fale X em português). Tivemos, no total, 360 frases registradas, das quais 180 foram separadas para a análise. Cada frase foi realocada em um arquivo aparte para a análise individual do aparecimento ou não da epêntese.

Os falantes são do sexo masculino, e aprenderam esperanto há mais de 20 anos. As frases foram impressas em folha de sulfite e mostradas uma a uma para os falantes através do vidro da cabine. As palavras escolhidas para o experimento foram as seguintes (os encontros consonantais estão destacados em *itálico*):

1. *punkto* (ponto)
2. *fakte* (de fato)
3. *basketbalo* (basquete)
4. *ekde* (desde)
5. *maksimume* (no máximo)
6. *fiksa* (fixo)
7. *frekventi* (frequentar)
8. *eklipso* (eclipse)
9. *ofte* (frequentemente)
10. *afto* (afta)

11. *sukcesi* (conseguir)
12. *redakcio* (redação)
13. *subvencio* (subsídio)
14. *lingvo* (língua)
15. *fragmento* (fragmento)
16. *pugno* (punho)
17. *tekniko* (técnica)
18. *arimetiko* (aritmética)
19. *absolute* (absolutamente)
20. *observo* (observação)

E as palavras distratoras usadas foram:

1. *multekosta* (caro)
2. *teamo* (time)
3. *helpi* (ajudar)
4. *gesamideano* (duas ou mais pessoas que acreditam em uma mesma ideologia)
5. *majo* (maio)
6. *almenaŭ* (pelo menos)
7. *fianĉo* (noivo)
8. *ripeti* (repetir)
9. *sed* (mas)
10. *neniam* (nunca)
11. *ĉies* (de todos)
12. *kuseno* (travesseiro)
13. *merkredo* (quarta-feira)
14. *manĝo* (comida)
15. *jes* (sim)
16. *perdiĝi* (perder-se)
17. *flanke* (de lado)
18. *kultura* (cultural)
19. *el* (de)
20. *riĉa* (rico)

Para escolher os contextos fônicos estudados, foi consultada a análise computacional feita por Marc Bavant, que analisou 47.387 palavras do dicionário oficial da Academia de Esperanto, o PIV (Plena Ilustrita Vortaro – Dicionário Pleno Ilustrado),

e listou os encontros consonantais mais frequentes e a possível estruturação silábica das palavras³.

Em resumo, nosso *design* experimental pode ser apresentado da seguinte maneira:

Quadro 4. Metodologia de pesquisa

Sujeitos	três falantes de esperanto do sexo masculino
Hipótese	ressilabificação causada pela epêntese vocálica
Teste	gravação de 20 palavras-alvo e 20 palavras distratoras, com três repetições de cada sequência com os três falantes
Frase veículo	"Parolu X en la portugala"
Contextos fônicos	Encontros consonantais não permitidos na língua portuguesa, como 'gm' em 'magma', onde normalmente se realiza a epêntese vocálica e, conseqüentemente, a ressilabificação.

Resultados e análise

Após o tratamento dos dados, analisamos cada palavra separadamente para, primeiramente, verificar a presença ou ausência da epêntese vocálica nos contextos estudados. O resultado dessa primeira análise encontra-se no quadro 5. Ao lado esquerdo do quadro estão listadas as palavras em estudo, e cada uma das colunas a seguir representa uma bateria de gravação com os falantes, indicados pelas letras "J", "P" e "T", inicial de seus nomes.

Como pode ser observado, a presença vocálica entre as consoantes em questão foi bastante pequena e não constante.

Nas palavras *punkto, fakte, ekde, maksimume, fiksa, frekventi, eklipso, ofte, afto, sukcesi, redakcio, absolute* e *observo* a epêntese vocálica não apareceu na fala de nenhum dos falantes. Em todas essas palavras há, pelo menos, uma consoante surda no encontro consonantal estudado, e em 9 delas (num total de 13) as duas consoantes são surdas, o que nos leva a crer que a epêntese tenha aparecido com menos frequência graças ao contexto, que, não tendo nenhuma ocorrência de sonoridade ao seu redor, dificulta o aparecimento da epêntese, ou seja, facilita a pronúncia das consoantes sem a sua sonorização. A seguir, podemos ver no espectrograma da palavra *ofte* (na realização P-1) a não realização da epêntese:

³ Este estudo pode ser consultado em: <<http://kursoj.pagesperso-orange.fr/studoj/silab.htm>>. O dicionário em questão encontra-se disponível em: <http://vortaro.net/>.

O fenômeno epentético foi constatado nas palavras *basketbalo*, *subvencio*, *lingvo*, *fragmento*, *pugno*, *tekniko* e *aritmetiko*, 7 no total. Esses contextos são mais sonoros do que aqueles em que a epêntese não aconteceu, o que facilita o aparecimento da vogal.

O aparecimento da epêntese também variou bastante de falante para falante. O falante "P" só realizou a inserção vocálica na palavra *subvencio*, e como veremos na medição da duração e da altura dos formantes, a realização foi um pouco diferente da dos outros falantes, tendo F1 e F2 com valores mais baixos. O falante "J" realizou a vogal nas palavras *subvencio*, *fragmento* e *pugno* nas três sessões de gravação, e na palavra *lingvo* na segunda sessão.

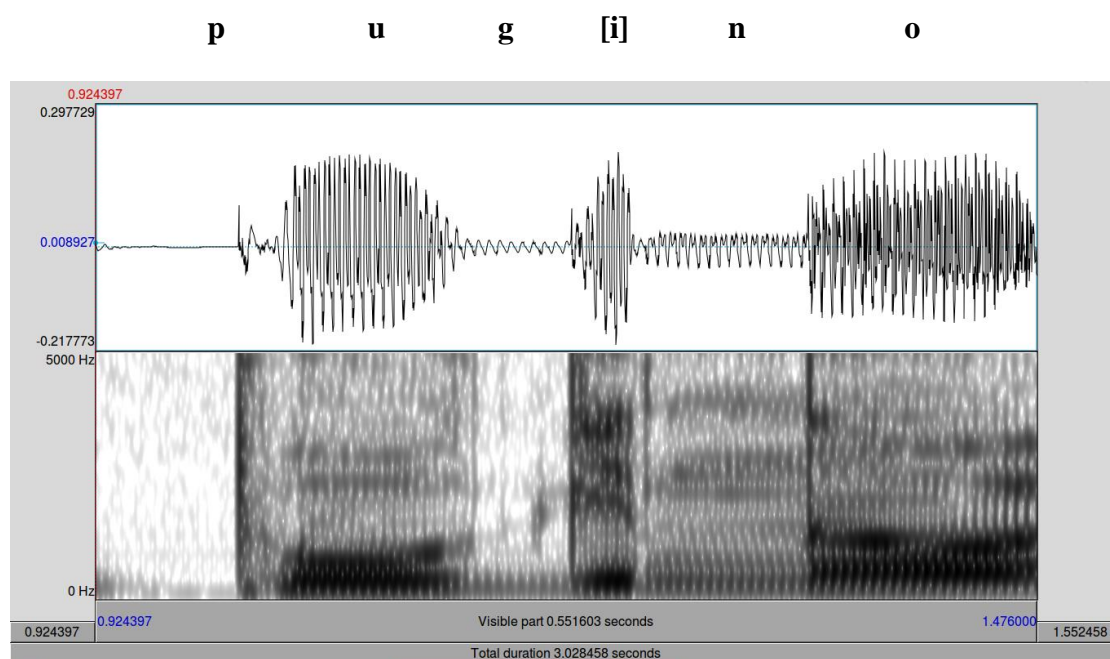


Figura 2. Espectrograma da palavra *pugno*, na realização J-2

O falante "T" foi o que mais realizou a epêntese, no total de 7 palavras, *basketbalo*, *subvencio*, *lingvo*, *fragmento*, *pugno*, *tekniko* e *aritmetiko*, realizando-a de forma uniforme (nas três sessões de gravação) apenas na palavra *fragmento*.

l i n g [i] v o

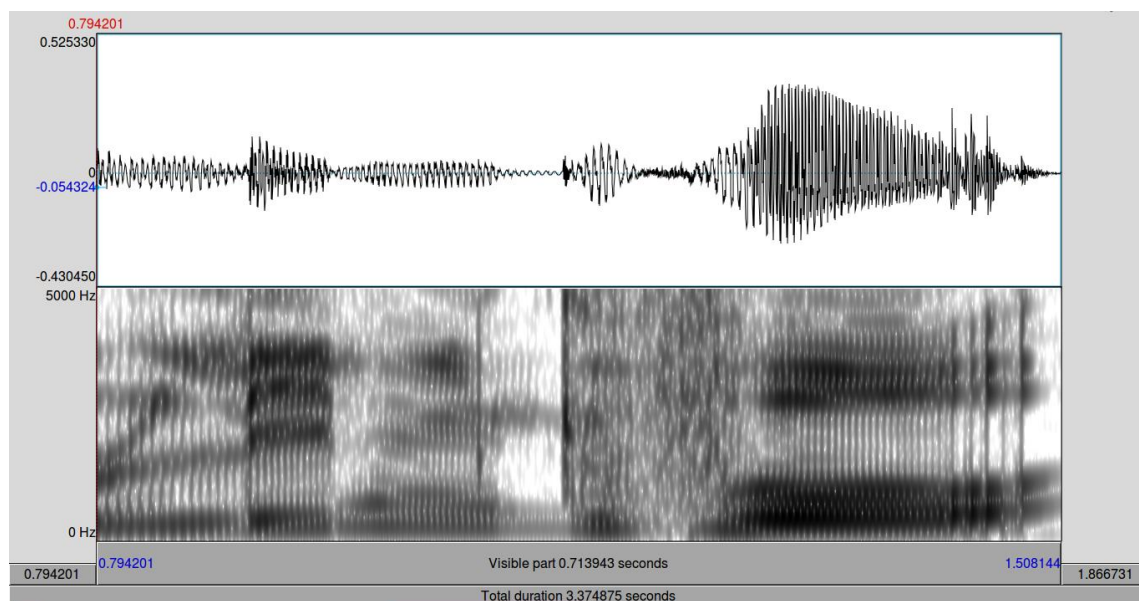


Figura 3. Espectrograma da palavra *lingvo*, na realização T-2

Acreditamos, portanto, que a epêntese ocorre de forma não categórica, ou seja, ela acontece ou não na fala de um mesmo falante, de forma bastante variada, o que não nos permite chegar a maiores conclusões sobre a sua realização na língua.

O quadro 6 traz as medições da duração temporal da vogal epentética e da frequência de F1 e F2 das palavras em que o processo foi aplicado. As medidas de F1 e F2 foram feitas observando a porção medial da vogal.

Quadro 6. Palavras que apresentaram epêntese com suas respectivas medições de duração (em milissegundos) e F1 e F2

Palavra	Ocorrência	Duração	F1	F2
3. basketbalo	T-1	18 ms	386 Hz	2030 Hz
	T-2	12 ms	394 Hz	1987 Hz
13. subvencio	J-1	70 ms	377 Hz	1711 Hz
	J-2	54 ms	338 Hz	1626 Hz
	J-3	76 ms	366 Hz	1692 Hz
	P-1	44 ms	283 Hz	1326 Hz
	P-2	32 ms	246 Hz	1279 Hz
	P-3	34 ms	359 Hz	1373 Hz
14. lingvo	T-1	50 ms	359 Hz	1655 Hz
	J-2	27 ms	377 Hz	903 Hz
	T-2	35 ms	321 Hz	1523 Hz
15. fragmento	T-3	20 ms	359 Hz	1767 Hz
	J-1	26 ms	354 Hz	1995 Hz
	J-2	29 ms	341 Hz	2053 Hz
	J-3	36 ms	340 Hz	2049 Hz
	T-1	17 ms	359 Hz	2049 Hz
	T-2	18 ms	359 Hz	1993 Hz
16. pugno	T-3	22 ms	396 Hz	1767 Hz
	J-1	29 ms	348 Hz	2030 Hz
	J-2	29 ms	359 Hz	2012 Hz
	J-3	18 ms	377 Hz	2030 Hz
	T-1	38 ms	321 Hz	2156 Hz
17. tekniko	T-2	42 ms	279 Hz	2162 Hz
	T-1	24 ms	340 Hz	2049 Hz
18. aritmetiko	T-2	21 ms	321 Hz	2237 Hz
	T-1	17 ms	321 Hz	1767 Hz
	T-2	16 ms	340 Hz	1880 Hz
	T-3	14 ms	321 Hz	1767 Hz

A menor duração encontrada entre as ocorrências foi de 12 ms, enquanto a maior foi de 76 ms. Os valores de F1 ficaram entre 246 Hz e 394 Hz, enquanto os de F2 ficaram entre 903 Hz e 2162 Hz. Em suma, é uma vogal que tende a ser anterior e fechada, um [i] ou [e].

O acento tônico, além do contexto sonoro já mencionado, pode nos trazer uma possível explicação sobre o porquê de a epêntese vocálica ter aparecido nessas palavras. Com exceção de *pugno* e *lingvo*, a sílaba tônica das outras palavras está sempre depois do encontro consonantal (em 5 palavras, já que o total do aparecimento da epêntese foi

de 7 palavras). Entretanto, em palavras que a epêntese não aconteceu, a sílaba tônica também está depois do encontro consonantal (como em *maksimume*, por exemplo), o que nos leva a crer que esse argumento seja mais fraco do que a indicação do contexto sonoro dos encontros consonantais, como já mencionado, mas que pode ter influenciado na realização do fenômeno fonético.

As 3 palavras que sofreram o processo epentético com mais frequência foram *subvencio*, *fragmento* e *pugno*, e apenas a palavra *subvencio* ocorreu com epêntese na fala dos três participantes da pesquisa. Uma possível explicação para essa maior frequência pode ser morfológica, já que 'sub' em esperanto é uma preposição, que pode funcionar como prefixo, e que tem o mesmo significado que o prefixo 'sub' em português. Apesar de a palavra ser um radical único, talvez os falantes a interpretem como palavra composta, num nível mais subjetivo, e façam uma pausa maior entre 'sub' e 'vencio', gerando a epêntese com mais facilidade.

No que se refere à qualidade acústica dessas vogais, podemos usar o quadro a seguir como parâmetro de análise sobre a altura dos formantes:

Quadro 7. Referências de altura de formantes para vogais cardeais, adaptado de Catford (1994)

Vogal	F1 (em Hertz)	F2 (em Hertz)
[i]	240	2400
[e]	390	2300
[ɛ]	610	1900
[a]	850	1610
[ɑ]	750	940
[ʌ]	600	1170
[ɤ]	460	1310
[u]	300	1390
[y]	235	2100
[ø]	370	1900
[œ]	585	1710
[ɔ]	700	760
[ɔ]	500	700
[o]	360	640
[u]	250	595

Como visto no quadro 6, o F1 das vogais epentéticas que surgiu é baixo, por volta de 300 Hz e o F2 é distante desse número, por volta de 1900 Hz. Esse número, de acordo com os dados no quadro 7, se aproxima mais da vogal anterior médio-fechada arredondada [ø]. Entretanto, a medição dos formantes nos trouxe dados muito variados, e as vogais medidas poderiam também ser representadas [i], ou ainda outras vogais que não aparecem nos dados de Catford. Stevens (2000), por exemplo, apresenta medições de F1 e F2 para a vogal [i] do inglês norte-americano (pronunciada por uma voz masculina) como 270 Hz para F1 e 2290 Hz para F2, o que difere um pouco das medições de Catford, nos indicando, no mínimo, que esses números não são estanques.

Considerações finais

Devido ao baixíssimo número de ocorrências da epêntese e da forma não sistemática como ela ocorreu, podemos afirmar que nossa hipótese inicial (ressilabificação das sílabas pelo processo de inserção vocálica) foi refutada. De qualquer forma, o processo epentético ocorreu em algumas palavras, confirmando a possibilidade da inserção vocálica nos contextos consonantais estudados.

Verificamos também que o sistema fonológico da língua portuguesa tem pouca influência na fala dos participantes da pesquisa, no que diz respeito ao fenômeno fonético aqui estudado, pois eles não realizaram a epêntese em muitos contextos em que ela seria realizada no português.

Podemos considerar, portanto, que os falantes possuem uma boa pronúncia da língua e também que, ao menos segundo os nossos dados, não há uma tendência em esperaranto em transformar sílabas fechadas em sílabas abertas.

REFERÊNCIAS

- BAVANT, M. *Perkomputila silaba analizo de la vortprovizo de PIV 2002*. Disponível em: <<http://perso.orange.fr/kursoj/studoj/silab.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- _____. *Silabo kaj Silabado*. Disponível em: <<http://lingvakritiko.com/2006/12/20/silabo-kaj-silabado/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- CATFORD, J. C. *A Practical Introduction to Phonetics*. New York: Oxford University Press, 1994. 230 p.
- COLLING, I. E. *Comparação entre os sistemas fonéticos do esperanto e do português*. 2012. 61 p. Disponível em: <[http://www.semanadeletras.ufpr.br/cadernos-da-semana/\(Cadernos_da_Semana_de_Letras_-_Ano_2012_volume_I\)](http://www.semanadeletras.ufpr.br/cadernos-da-semana/(Cadernos_da_Semana_de_Letras_-_Ano_2012_volume_I))>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- COLLISCHONN, G. Epêntese vocálica e restrições de acento no português do sul do Brasil. *Signum: estudos da linguagem*, v.7, n.1, 2004. 18 p. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/3875/3113>>. Acesso em: 07 jan. 2015.
- _____. Sílabas. In: COLLISCHONN, G. *Fonologia do português brasileiro, da sílaba à frase*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 114 p.
- FERREIRA NETTO, W. *Introdução à fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Paulistana, 2011. 222 p.
- OOSTENDORP, M. van. Syllable structure in Esperanto as an instantiation of universal phonology. *Esperantologio – Esperanto Studies*, n.1, p. 59-80, 1999. Disponível em: <<http://www2.math.uu.se/esperanto/oostendorp.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2014.
- STEVENS, K. N. *Acoustic Phonetics*. Cambridge (Massachusetts)/London: The MIT Press, 2000. 624 p.

Recebido em: 15/09/2015

Aprovado em: 15/01/2016

Características acústicas de laterais em posição intervocálica em produções de falantes curitibanos

Maria Júlia Fonseca Furtado

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil
mariajulia.ff@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.727>

Resumo

Este estudo investiga acusticamente consoantes laterais em posição intervocálica no português brasileiro (PB). Foram observadas laterais em palavras como “vela” e “velha” e após a interação com a morfologia formando palavras como “velinha” e “velhinha”. Os resultados obtidos apontam para a presença de dois grandes grupos: o primeiro, com valores médios de F2-F1 em torno de 650 Hz e com características apontadas na literatura condizentes com as da lateral alveolar; e o segundo com valores médios de F2-F1 crescendo de 1300 Hz a 1600 Hz, interpretados como laterais com um grau crescente de palatalização. Notou-se que a interação com a morfologia parece levar a um enfraquecimento da distinção entre os sons laterais do português.

Palavras-chave: laterais; descrição acústica; palatalização.

Acoustic characteristics of laterals in intervocalic position in productions of speakers from Curitiba

Abstract

This study examines lateral sounds in intervocalic position in Brazilian Portuguese (BP). It were examined laterals in words like [ˈvɛ.lɐ] ‘candle’ and [ˈvɛ.ʎɐ] ‘old lady’ and words formed after the interaction with morphology obtaining [vɛ.ˈli.nɐ] ‘little candle’ and [vɛ.ˈʎi.nɐ] ‘little old lady’. The results point out to the presence of two major groups: the first one, with average values of F2-F1 around 650 Hz having characteristics of duration and transitions consistent with descriptions of alveolar lateral found in literature; and the second one, with average values of F2-F1 ranging from 1300 Hz up to 1600 Hz, which were interpreted as laterals of an increasing degree of palatalization. It was observed that the interaction with morphology seems to lead to a weakness of the distinction between the lateral sounds in BP.

Keywords: laterals; acoustic description; palatalization.

Introdução

Em descrições da distribuição consonantal do português brasileiro (PB) são reportadas a presença da lateral alveolar, da lateral palatal (CÂMARA JÚNIOR, 2000; HORA, 2009; CALLOU; LEITE, 2009) e também da lateral palatalizada (CRISTÓFARO-SILVA, 2003). Este estudo pretende contribuir trazendo informações acústicas de laterais em

posição intervocálica no PB obtidas experimentalmente. Questões sobre percepção dos sons e aspectos sociolinguísticos não fazem parte do escopo deste estudo.

No seu sinal acústico, devido à passagem contínua do fluxo de ar, as laterais podem exibir padrões de formantes bem definidos, similares aos das vogais. Por outro lado, diferentemente das vogais, na articulação das laterais a cavidade oral sofre uma bifurcação para a passagem do fluxo de ar. Essa bifurcação pode levar à perda de energia sonora reduzindo a amplitude do sinal acústico, em comparação à amplitude das vogais vizinhas, e também resultar na introdução de zeros ou antifomantes (KENT; READ, 1992; ZHOU, 2009).

A oclusão da lateral pode acontecer em diversos pontos do trato. Maddieson (1984) explica que para a grande maioria das laterais nas línguas do mundo a oclusão ocorre na região dental/alveolar. Além disso, a maioria das laterais apresenta uma área de contato de pequena extensão e o corpo/dorso da língua atrás da oclusão está relativamente baixo (LADEFOGED; MADDIESON, 1996, p. 183). As laterais palatais (menos frequentes nas línguas do mundo, segundo Maddieson, 1984) exibem uma configuração diferente. Recasens, Farnetani e Pallarès (1993, p.215 e p. 219) relatam que a lateral palatal no italiano apresenta oclusão na região alvéolo-palatal e a área de contato línguo-palatal pode ser bastante extensa. Neste experimento, os autores concluem que alvéolo-palatais longas, como as do italiano, requerem um controle maior no ponto de articulação e, portanto, permitem menos coarticulação com o abaixamento de pré-dorso de língua com vogais adjacentes. Martins et al. (2010), ao observar dados do português europeu, relataram para a lateral palatal na área de contato línguo-palatal extensa, ponta da língua abaixada, canais laterais longos e menos variação entre falantes do que a lateral alveolar. Deste modo, espera-se que laterais alveolares exibam mais coarticulação com sons vocálicos vizinhos do que as laterais palatais.

Silva (1996) analisa as consoantes líquidas no PB, entre as quais estão a lateral alveolar e a lateral palatal. Neste estudo, a lateral alveolar difere da palatal por ser mais breve e apresentar valores mais baixos para a frequência do segundo formante (F2). Ambas sofrem efeitos de coarticulação com vogais tônicas adjacentes. Para a lateral alveolar, os valores de F2 na porção média do segmento são influenciados pela vogal tônica seguinte, e para a lateral palatal, somente a transição consoante-vogal parece sofrer esta influência. Estes efeitos de coarticulação são: vogais tônicas anteriores adjacentes, como [i] e [e], causam um aumento nos valores de F2 das laterais.

Pagan e Wertzner (2007) observam as laterais em dados de crianças com e sem desvio fonológico. Dentro do grupo sem desvio fonológico, é possível observar que a lateral alveolar apresenta valores de F2 mais baixos do que a lateral palatal, a não ser quando diante de [i], onde o valor de F2 para a alveolar se aproxima do valor da palatal.

A partir destes dois estudos algumas possíveis considerações preliminares sobre características acústicas da lateral alveolar e da lateral palatal no português brasileiro são:

- (01) O valor de F2 parece ser um bom parâmetro para diferenciar a lateral alveolar da lateral palatal, sendo que esta apresenta valores mais altos.
- (02) A lateral palatal possui maior duração que a lateral alveolar.

- (03) O contexto de [i] adjacente parece causar um aumento no valor de F2 na lateral alveolar e na porção da transição da lateral palatal.

Collischonn e Silva (2012), através da análise de palavras reais do PB contendo laterais, reportam que houve poucas ocorrências da lateral palatal e somente quando esta ocupava início absoluto de palavra como em “lhasa” e “lhama”. Nos dados com a lateral em ataque medial o que ocorreu foi a lateral palatalizada, que foi descrita como um “som intermédio” entre a lateral alveolar e a lateral palatal. A lateral palatalizada, assim como a lateral palatal, apresentou valores médios mais altos para a frequência de F2 e frequência do terceiro formante (F3), diferentemente da lateral alveolar. Por outro lado, a lateral palatalizada apresentou valores médios do primeiro formante (F1) próximos aos da lateral alveolar e ambos mais altos que os da lateral palatal.

Furtado (2014), através da análise de laterais inseridas em logatomas, observou que, em ataque medial, a lateral palatal só ocorreu quando ocupava posição tônica. Para a posição átona foi encontrada a lateral palatalizada. A primeira diferenciação entre as laterais foi feita com o auxílio de pistas visuais no espectrograma: a lateral alveolar apresenta duas transições rápidas ou abruptas da vogal para a consoante e da consoante para a vogal – conforme descrição de Ladefoged (2001, p. 184); enquanto que a lateral palatal apresenta duas transições longas – conforme descrição de Silva (1996, p.113). Em parte dos dados a lateral apresentava uma transição abrupta e uma transição longa. Nestes casos a lateral foi denominada lateral palatalizada. Nesse estudo, a posição tônica pareceu ser fator de grande importância para que a lateral palatal emergja, ou seja, se a lateral palatal não estava em posição tônica ela era realizada como lateral palatalizada.

Hipótese

Foram levantadas e testadas duas hipóteses sobre as laterais em posição intervocálica no PB. Primeiramente, os estudos acima mencionados relatam a possível baixa ocorrência da lateral palatal na língua, deste modo, foi proposto que para a lateral em posição de ataque medial e sílaba átona, (como em “velha” e em “filha”) o que se realiza é um som intermédio – a lateral palatalizada.

Em seguida, ao considerar a observação de Câmara Júnior (2008, p.45), chamada de “neutralização do contraste” entre a lateral alveolar e a lateral palatal diante de [i] – onde uma palavra como “folhinha” seria pronunciada como [folijɲe] na fala relaxada – foi proposto que as laterais em palavras como “velinha” e “velhinha” exibem realizações aproximadas. Ou seja, neste caso ocorre uma possível perda da distinção entre estas laterais após a interação com a morfologia ao se acrescentar o sufixo “inho (a)”.

Experimento

Para testar estas duas hipóteses propôs-se um conjunto de palavras, ou *corpus*, contendo os sons laterais discutidos. O ponto de partida para sua elaboração foi procurar palavras que formassem pares mínimos pela presença esperada da lateral alveolar *versus* a lateral palatal. Em primeiro lugar se estabeleceu um conjunto de palavras contendo as duas

laterais, depois a partir deste primeiro conjunto, criou-se um segundo conjunto com a adição do morfema “inho (a)” a estas palavras. Além disso, para fins de padronização, alguns parâmetros foram fixados na escolha das palavras. Decidiu-se manter: 1) o mesmo número de sílabas, por isso todas as palavras escolhidas são dissílabas; 2) a mesma pauta acentual, por isso todas as palavras são paroxítonas; 3) a mesma categoria gramatical, por isso todas as palavras são substantivos. Para fins de organização da análise dos dados subdividiu-se o *corpus* em quatro conjuntos, apresentados a seguir:

Quadro 1. Conjuntos das palavras do *corpus*

Conjunto 1 de palavras (C1)	fala, vela, fila, bolo
Conjunto 2 de palavras (C2)	falha, velha, filha, bolha
Conjunto 3 de palavras (C3)	falinha, velinha, filinha, bolinho
Conjunto 4 de palavras (C4)	falhinha, velhinha, filhinha, bolhinha

O conjunto 1 (C1) e o conjunto 2 (C2) foram formados com pares de palavras com a presença da lateral alveolar e da lateral palatal formando pares mínimos, exceto por “bolo” e “bolha”. O conjunto 3 (C3) e o conjunto 4 (C4) foram formados a partir de C1 e C2 acrescentando-se o morfema “inho(a)”. As laterais das palavras de C1 e C2 ocupam posição átona, mas a interação com a morfologia altera a tonicidade, assim as laterais das palavras de C3 e C4 ocupam posição tônica.

As palavras do *corpus* foram inseridas em sentenças-veículo¹ para evitar a leitura com uma prosódia com efeito de lista. Foram adotadas sentenças diferentes entre si para despistar os sujeitos sobre o objetivo do experimento. Todas as palavras ocuparam a mesma posição sintática na sentença e com as mesmas partículas adjacentes. Foram também usadas sentenças distratoras.

Os sujeitos que leram as sentenças do experimento são dois indivíduos masculinos, de idade entre vinte e vinte e quatro anos, nascidos em Curitiba e com nível de escolaridade de graduação em andamento na época da coleta. Procurou-se manter características similares entre os sujeitos para que não fossem inseridas novas variáveis. O *corpus* contém dezesseis palavras, cada palavra foi repetida cinco vezes pelos dois sujeitos, gerando um total de cento e sessenta *tokens*.

Os parâmetros analisados foram: a duração relativa², os valores de frequência dos três primeiros formantes (F1, F2 e F3) e, a partir disso, calculou-se os valores do segundo formante menos o primeiro formante (F2-F1). O parâmetro F2-F1, adotado por estudos acústico-articulatórios que investigam diferentes graus de velarização da lateral alveolar (SPROAT; FUJIMURA, 1993), foi também observado. A previsão do presente estudo é que este parâmetro pode ser usado para observar diferentes graus de palatalização, de modo inverso ao usado nos estudos de velarização de laterais, sendo que quanto maior o valor de

¹ Algumas das sentenças-veículo usadas foram: “O distúrbio da **fala** foi curado”; “O momento da **falha** foi vaiado”; “O aroma da **vela** foi cheiroso”; “A fofoca da **velha** foi maldosa”.

² A duração relativa de um segmento é calculada através da divisão da duração do segmento pela duração da palavra e o resultado é multiplicado por cem, desse modo o segmento ocupa uma porcentagem da palavra.

F2-F1, maior o grau de palatalização. Uma maior distância entre F1 e F2 sugere um som mais palatalizado, por refletir uma realização mais frontal (F2 de valor alto) e mais elevada (F1 de valor baixo) da lateral. As relações acústico-articulatórias adotadas nesta pesquisa baseiam-se na *Teoria Acústica de Produção da Fala* de Fant (1960): F1 relaciona-se inversamente à altura da língua; posições mais altas, como nas vogais [i] ou [u], apresentam valores mais baixos (em torno de 300 Hz); posições mais baixas, como na vogal [a], apresentam valores mais altos (em torno de 900 Hz). F2 relaciona-se ao movimento anteroposterior da língua, quanto mais frontal a posição da língua maior é o valor de F2. Vogais frontais como [i] apresentam valores maiores do que vogais posteriores, como [u]. F3 está relacionado ao comprimento da cavidade frontal, quanto maior o comprimento da cavidade menor o valor de F3, portanto se há protrusão labial os valores de F3 devem diminuir.

A segmentação das laterais pode ser uma tarefa bastante complexa, especialmente em posição intervocálica, devido a seu aspecto contínuo no espectrograma. Para esta tarefa foram observados na forma de onda e no espectrograma (ver Figura 1 e Figura 2):

- (1) A diminuição da amplitude na forma de onda em relação às vogais adjacentes;
- (2) Uma trajetória mais estável na porção da lateral no espectrograma;
- (3) A presença de transições abruptas ou de transições longas no espectrograma.

A segmentação dos dados foi feita manualmente de pico a pico na forma de onda e os valores dos formantes foram tomados no pico mais próximo ao ponto médio do som. As medidas dos dados foram tomadas manualmente sem o uso de *scripts* com o uso do programa PRAAT versão 5.4.02 (BOERSMA; WEENINK, 2014).

Na Figura 1 observa-se a presença da lateral alveolar com duração de 44ms, apresentando: diminuição na amplitude da forma de onda; uma porção de trajetória mais estável de F1, F2 e F3; a presença de antiformante na porção onde se observaria F4; e transições abruptas da vogal para a consoante e da consoante para a vogal.

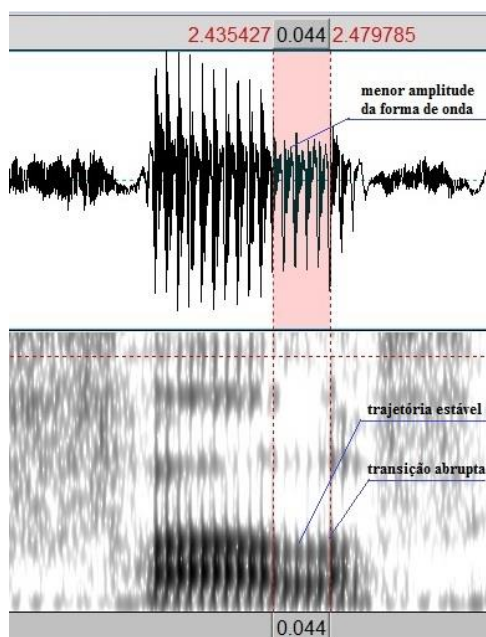


Figura 1. Forma de onda e espectrograma de “fala”

Na Figura 2, observa-se a presença da lateral palatalizada com duração de 89ms apresentando: diminuição da amplitude da forma de onda; uma porção de trajetória mais estável de F1, F2, F3 e F4; a presença de uma transição longa da vogal para a consoante; e a presença de uma transição abrupta da consoante para a vogal.

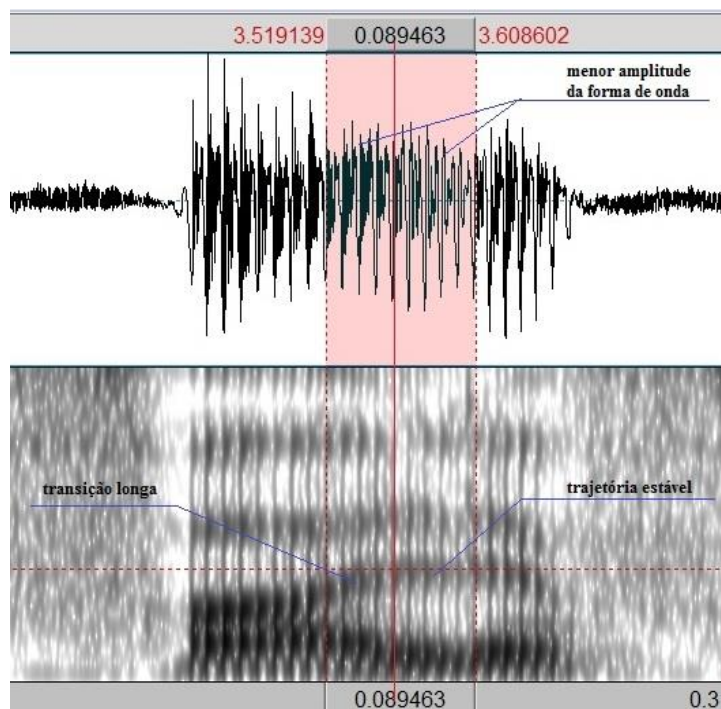


Figura 2. Forma de onda e espectrograma de “falha”

Resultados

Foi calculada a média geral de F1, F2, F3, F2-F1 e duração relativa dos cento e sessenta *tokens* realizados pelos dois sujeitos para cada conjunto de palavras, apresentadas na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Valores das médias gerais de F1, F2, F3 e F2-F1 em Hertz das produções dos dois sujeitos para cada conjunto de palavras

	F1	F2	F3	F2-F1
C1: fala (...)	425	1071	2646	647
C2: falha (...)	393	1776	2603	1384
C3: falinha (...)	385	1849	2589	1464
C4: falhinha (...)	374	1957	2719	1585

Ao se fazer uma comparação entre os quatro conjuntos, observa-se que de C1 a C4 os valores médios de F1 diminuem e os valores médios de F2 aumentam. Baseando-se nas relações acústico-articulatórias da *Teoria Acústica de Produção da Fala* estabelecida por Fant (1960), observa-se que os valores de F1 e de F2 indicam crescente elevação e frontamento das laterais de C1 a C4. Esta observação se reforça pelos resultados médios das diferenças entre F1 e F2. Os dados organizam-se em dois grandes grupos: pois há um grande aumento dos valores médios de F2-F1 de C1 para C2 e um aumento sutil de C2 a C4. As laterais de C1 foram interpretadas como sons com menor elevação de dorso de língua e menor frontamento da oclusão; e as laterais de C2, C3 e C4 são sons com maior elevação de dorso de língua e maior frontamento da oclusão.

Com relação a F3, os conjuntos têm valores próximos entre si, C3 tem o menor valor e C4 o maior valor, talvez para as laterais de C3 a cavidade frontal seja maior indicando, assim, uma oclusão menos frontal do que das laterais de C4.

Tabela 2: Valores das médias gerais de F1, F2, F3 e F2-F1 em Hertz das produções dos dois sujeitos para cada contexto vocálico

	PALAVRA	F1	F2	F3	F2- F1
C1	fala	450	1028	2738	578
	vela	423	1118	2613	695
	fila	459	1161	2662	702
	bolo	367	978	2563	611
C2	falha	415	1668	2578	1253
	velha	411	1767	2561	1357
	filha	359	1973	2896	1614
	bolha	386	1688	2396	1304
C3	falinha	421	1842	2712	1422
	velinha	385	1828	2483	1446
	filinha	379	1934	2730	1555
	bolinho	357	1789	2421	1433
C4	falhinha	364	1957	2807	1593
	velhinha	380	2006	2675	1626
	filhinha	357	2014	2880	1657

bolhinha	395	1859	2483	1463
----------	-----	------	------	------

De um modo geral, não há uma variação muito expressiva nos valores de F1 conforme a vogal adjacente, apenas se percebe que as laterais de C1 parecem sofrer mais variação do que as laterais dos outros conjuntos.

Para F2 se verificou que, quando as laterais de todos os conjuntos têm vogais frontais [ε] e [i] antecedentes, os valores médios de frequência são mais altos do que quando as com a vogal central [a] e a vogal posterior [o] antecedentes. As laterais que exibiram maior amplitude de variação nestes valores foram as de C2, o que parece demonstrar que as laterais deste conjunto sofrem uma maior influência de vogais vizinhas.

Para F2-F1, observa-se que em todos os conjuntos quando a lateral tem a vogal [i] antecedente seu valor é maior. De um modo geral, a variação conforme a vogal adjacente está um pouco acima de 100 Hz para todos os conjuntos, exceto para as laterais de C4 que exibem uma variação mais ampla.

Com relação a F3, as laterais de todos os conjuntos apresentam valores mais baixos quando têm a vogal [o] antecedente, possivelmente em função de uma oclusão um pouco mais posterior na presença de [o] adjacente. As laterais de C1 exibiram menor variação e as laterais de C2 exibiram maior variação para este parâmetro.

Ao relacionar os valores de frequência dos formantes a seus correlatos articulatórios, observa-se que: de acordo com os valores de F1, a presença da vogal [a] adjacente parece não demonstrar uma influência muito sistemática nestas laterais; de acordo com os valores de F2, a presença da vogal [i] adjacente parece causar uma realização mais frontal da lateral; de acordo com os valores de F3, a presença de [o] adjacente deve causar uma oclusão mais posterior.

Em seguida, calculou-se a média da duração relativa para cada sujeito.

Tabela 3: Valores das médias gerais da duração relativa por sujeito

Conjunto	Sujeito	Duração relativa
C1: fala (...)	S1	12,2
	S2	12,9
C2: falha (...)	S1	18,6
	S2	18,9
C3: falinha (...)	S1	22,8
	S2	12,8
C4: falhinha (...)	S1	21,4
	S2	16,1

Na Tabela 3, observa-se que o sujeito 1 (S1) apresenta durações relativas diferentes para as laterais em posição átona e em posição tônica. As laterais de C1 (12,2%) e de C2 (18,6%) são mais breves do que as laterais de C3 (22,8%) e de C4 (21,4%), confirmando a previsão de que segmentos em posição tônica têm uma duração maior (MASSINI-CAGLIARI, 1992). Porém, para este sujeito entre as laterais de C1 e as laterais de C2, há uma diferença de duração mais substancial, sendo a lateral alveolar de C1 mais breve do que a lateral palatal de C2, também confirmando a previsão da duração maior da lateral palatal

(c.f. SILVA, 1996; MONTEIRO, 2012). Já entre as laterais de C3 e as laterais de C4, os valores da duração estão mais próximos entre si, o que talvez sugira uma realização aproximada destas laterais para este sujeito.

O Sujeito 2 (S2) parece não alongar a lateral em posição tônica, contrariando a previsão reportada na literatura. Para este sujeito, as laterais alveolares de C1 (12,9%) e de C3 (12,8%) são mais breves do que as laterais palatais de C2 (18,9%) e de C4 (16,1%), que confirmam a previsão da duração maior da lateral palatal e sugerem que talvez este sujeito realize as laterais de C3 e de C4 de forma distinta. De um modo geral observa-se que, para o parâmetro duração relativa, os sujeitos exibem comportamentos distintos.

Conclusões

As características das laterais de C1 são condizentes com a maioria das características reportadas na literatura para a lateral alveolar, como: a duração breve; ausência de transições longas; proximidade entre F1 e F2. Porém, não houve tanta variação na produção destas laterais quanto o esperado: o desvio padrão dos dados foi baixo; houve pouca variação entre os sujeitos diferente do apontado por Martins et al. (2010); e a coarticulação com vogais adjacentes é parcial, somente alguns valores de F2 e F3 sofrem influência em função de diferentes contextos vocálicos.

As laterais de C2 são condizentes com a descrição da lateral palatalizada feita por Collischonn e Silva (2012) e por Furtado (2014): os valores de F1 se aproximam aos da lateral alveolar e os valores de F2 próximos aos da lateral palatal; e apresentaram ausência ou presença de apenas uma transição longa – confirmando a primeira hipótese. Além disso, as laterais de C2 parecem coarticular mais com vogais vizinhas do que as laterais de C1, pois, os valores de F1, F2 e F3 das laterais de C2 variaram mais em função do diferente contexto vocálico do que as laterais de C1.

Comparando as laterais de C3 às laterais de C4, S1 parece não diferenciar as laterais destes conjuntos, em palavras como “velinha” e “velhinha”, por exemplo, enquanto que S2 parece as diferenciar. Os indícios são diferentes comportamentos dos sujeitos em relação a F2-F1 e à duração relativa. A diferença de valores de F2-F1 entre as laterais de C3 e as laterais de C4 é maior para S2 (185Hz) do que para S1 (56Hz), ou seja, S1 apresenta valores de F2-F1 quase iguais para as laterais dos dois conjuntos, enquanto que S2 apresenta F1 mais distante de F2 para as laterais de C4. Quanto à duração relativa, S1 apresenta valores parecidos para as laterais de C3 e de C4 e S2 que faz uma duração relativa maior para as laterais de C4. Se realmente S1 não diferencia as laterais de C3 e C4, mas S2 as diferencia, S1 confirma a segunda hipótese e S2 a refuta.

A interação com a morfologia parece sugerir um enfraquecimento da distinção entre os dois sons laterais do português. Os valores acústicos no par “fala” *versus* “falha” estão mais distantes entre si do que os valores acústicos no par “falinha” *versus* “falhinha”, ou seja, a adição do morfema de diminutivo “inho(a)” leva a uma aproximação entre as produções das laterais (S1 as realiza de forma mais próxima do que S2). No presente estudo, apenas a produção foi analisada, estudos futuros sobre percepção podem aprofundar este indício de enfraquecimento da distinção entre as laterais do PB na interação com a morfologia.

O parâmetro F2-F1 parece ser um recurso objetivo e consistente. As laterais de C1 a C4 apresentaram valores crescentes de F2-F1. Assim, quanto mais distantes F1 e F2 entre si mais palatalizados são os sons, indicando crescente elevação do dorso da língua à região do palato e fronteamto do local de constrição. Muitos estudos sobre laterais adotam este parâmetro para verificar diferentes graus de velarização, quanto mais próximos entre si, mais velarizada a lateral (SPROAT; FUJIMURA, 1993; RECASENS, 2012; MONTEIRO, 2012). Neste estudo se inova ao adotar este parâmetro para verificar palatalização

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, conforme parecer apresentado no Anexo.

REFERÊNCIAS

- CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 127 p.
- CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 124 p.
- COLLISCHONN, G.; SILVA, A. H. P. Entre o dado e a interpretação: o papel da experimentação em fonética e fonologia. In: FIGUEIREDO, D. C.; BONINI, A.; FURLANETO, M. M.; MORITZ, M. E. W. *Sociedade, cognição e linguagem*. Florianópolis: Insular, 2012. p. 403-421.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 275 p.
- FANT, G. *Acoustic theory of speech production*. 2. ed. Haia/Paris: Mouton, 1970. 328 p.
- FURTADO, M. J. F. A presença da lateral palatal ou da lateral palatalizada em dados do português brasileiro – um estudo fonético-acústico. Comunicação oral no 29º ENANPOLL. Florianópolis, 9-11 jun. 2014.
- HORA, D. *Fonética e Fonologia*. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/07/Fonetica_e_Fonologia.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- KENT, R. D.; READ, C. *The Acoustic Analysis of Speech*. San Diego: Singular Publishing Group, 1992. 311 p.
- LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. *The Sounds of the World's Languages*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. 407 p.
- MADDIESON, I. *Patterns of sounds*. Cambridge Studies of Speech Science and communication. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1984. 422 p.
- MARQUES, I. M. B. *Variação fonética da lateral alveolar no português europeu*. 2010. 55 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da fala e da audição) – Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

MARTINS, P.; CARBONE, I.; PINTO, A.; SILVA, A.; TEIXEIRA, A. European Portuguese MRI based speech production studies. *Speech Communication*, v.50, n.11-12, p.925-952, nov./dez. 2008.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992. 95 p.

MONTEIRO, D. R. V. *Variação dialetal das laterais no português europeu*. 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da fala e da audição) – Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

PAGAN, L. de O.; WERTZNER, H. F. Análise acústica das consoantes líquidas do Português Brasileiro em crianças com e sem transtorno fonológico. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, v. 12, n.2, p. 106-113, jun. 2007.

RECASENS, D., FARNETANI, E., PALLARÈS, M. D. An electropalatographic study of alveolar and palatal consonants in Catalan and Italian. *Language and Speech*, v.36, n. 2, 3, p.213-234, 1993.

RECASENS, D. A cross-language acoustic study of initial and final allophones of /l/. *Speech Communication*, v. 54, p.368-383, 2012.

RODRIGUES, S.; MARTINS, F. E.; JESUS, L. M. T. Estudo acústico das consoantes líquidas do português europeu: evidências temporais e espectrais. In: XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Coimbra, 23-25 out. 2013. *Anais*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 541-561, 2013.

SILVA, A. H. P. *Para a descrição fonético-acústica das líquidas no português brasileiro: dados de um informante paulistano*. 1996. 230 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. *As fronteiras entre fonética e fonologia e os róticos iniciais em PB: dados de dois informantes do sul do país*. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SPROAT, R.; FUJIMURA, O. Allophonic variation in English /l/ and its implications for phonetic implementation. *Journal of Phonetics*, v. 21, p.291-311, 1993.

ZHOU, X. *An MRI-based articulatory and acoustic study of American English liquid sounds /R/ and /L/*. 2009. 151 f. Tese (Doutorado) – Department of Computer and Electrical Engineering, Faculty of the Graduate School of the University of Maryland, College Park, Estados Unidos.

Recebido em: 04/10/2015

Aprovado em: 15/08/2016

ANEXO

Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos:

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná e aprovado com parecer consubstanciado do CEP número: 909.380, e está em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estudo acústico dos sons do português brasileiro.

Pesquisador: MARIA JÚLIA FONSECA FURTADO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38081214.5.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 909.380

Data da Relatoria: 02/12/2014

A constituição de alguns domínios da hierarquia prosódica no período oratório latino

Carlos Renato R. de Jesus

Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil
cjesus@uea.edu.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.793>

Resumo

Neste artigo, tencionamos apresentar parte de nossa pesquisa de Doutorado, que adentrou a organização rítmica do período oratório latino, com especial atenção ao modelo ciceroniano. Procuraremos, para este momento, contribuir com a pesquisa fonológica, apresentando algumas questões relativas aos domínios prosódicos presentes na estrutura frasal do latim, a fim de comprovar aí sua presença e relevância para o ritmo natural da língua. Ou seja, tencionamos, a partir dos princípios teóricos da Fonologia Prosódica, apresentar mais evidências de presença dos domínios prosódicos na frase latina, descrevendo aqueles já observados por outros estudiosos e acrescentando nosso ponto de vista sobre outros domínios, especificamente o sintagma entoacional.

Palavras-chave: prosa rítmica; período oratório; fonologia prosódica.

The Constitution of Some Domains of Prosodic Hierarchy in the Latin Oratory Period

Abstract

This article aims at presenting part of a PhD research, which has dealt with the rhythmic organization in the Latin oratory period, specially focusing on the Ciceronian model. At this moment, it is intended to contribute to phonological researches, by highlighting some issues related to prosodic domains in the Latin phrase structure, in order to prove their presence and relevance for the natural rhythm of Latin language. In other words, it is intended, from the theoretical principles of Prosodic Phonology, to present further evidence of the presence of prosodic domains within the Latin phrase, by describing those already observed by other scholars and by showing our point of view concerning other domains, specifically the intonation phrase.

Keywords: prose rhythm; oratory period; prosodic phonology.

Introdução

Das teorias fonológicas gerativistas que surgiram a partir da década de 70, os modelos não-lineares se destacam por procurar dar conta tanto dos estudos da sílaba – como unidade descritiva necessária ao desenvolvimento dos estudos de prosódia da língua (Fonologia Métrica) –, quanto da necessidade de esclarecer questões de acento que extrapolam o nível da palavra lexical (Fonologia Prosódica). Esta última focaliza o estudo das categorias prosódicas fonologicamente relevantes, que envolvem os chamados *domínios* mais extensos do que a palavra fonológica (a saber, o grupo clítico, o sintagma fonológico, o sintagma entoacional e o enunciado). Com a intenção de aplicar-se a todas as línguas naturais do mundo, a Fonologia Prosódica, especificamente aquela delineada

por Nespor e Vogel (2007[1986]), abrange os estudos dos fenômenos de ordem frasal. O latim, como língua natural, embora restrita apenas a sua modalidade escrita, também é objeto de observações e de aplicações dessa vertente, especialmente no que tange ao estudo do acento e de sua estrutura silábica. Os estudos a respeito dos demais domínios acima da palavra lexical, com destaque para as características rítmicas – e sua relação com a sintaxe do período latino –, embora presentes e muito bem descritos pelas autoras citadas, ainda são lacunares, devido, principalmente, à escassez de estudos referentes à constituição rítmica da frase latina (dificultada, obviamente, pela própria natureza restritamente escrita da língua). Com este trabalho, esperamos oferecer novos horizontes para a compreensão do ritmo da frase latina, a partir da análise prosódica do período oratório dos discursos de Cícero, nos moldes da aplicação da chamada *prosa rítmica* (*oratio numerosa*), a qual consistia num conjunto de regras e instrumentos estéticos que visavam ao burilamento estilístico do discurso retórico. Desse sistema retórico, pudemos encontrar elementos que nos possibilitaram analisar a sentença latina sob o prisma da fonologia prosódica e verificar como os constituintes da hierarquia prosódica – pelo menos alguns deles – ali se manifestam.

Nesse sentido, como parte de nossa pesquisa de doutorado (JESUS, 2014), que adentrou a organização rítmica do período oratório latino, com especial atenção ao modelo ciceroniano, procuraremos contribuir com a pesquisa fonológica, apresentando algumas questões relativas aos domínios prosódicos presentes na estrutura do período oratório latino.

Além disso, a partir dos princípios teóricos da Fonologia Prosódica, tencionamos apresentar evidências da presença dos domínios prosódicos na frase latina, especificamente nos domínios acima da palavra fonológica, e sua importância não apenas para o fortalecimento da teoria utilizada, mas principalmente para a ampliação dos conhecimentos da prosódia do latim.

Fundamentação teórica

Conforme evidenciamos acima, nossa principal intenção é a de explicar o funcionamento do aspecto prosódico do período oratório latino, em termos de acento frasal. Por isso, partimos do princípio de que existia, no discurso burilado dos oradores antigos, um planejamento estilístico que almejava uma percepção ritmada por parte da assembleia, que se manifestava através de uma estrutura de tal modo elaborada, harmônica e, dentro das articulações de suas unidades componentes, hierarquizada, que, a nosso ver, poderia ser representada prosodicamente. A principal fonte dessas informações se encontra especialmente descrita no texto de Cícero, *Orator* (46 a.C.), embora possamos também encontrar importantes informações em diversos outros autores clássicos, nos quais buscamos elementos que explicassem o funcionamento da assim chamada *oratio numerosa*, na qual o ritmo no discurso e a formulação do período artisticamente elaborado encontram detalhamento. Assim, através da interpretação das estruturas da frase oratória, com o auxílio da fonologia métrica e, principalmente, da fonologia prosódica, consideramos pertinente evidenciar os aspectos rítmicos da frase latina, de que modo podem ser previsíveis, quais os fatores que decorrem do jogo de proeminência entre suas unidades constitutivas, em que nível da hierarquia prosódica

caberia uma análise e representação das cláusulas métricas¹ e, ainda, como estas últimas, juntamente com as *partes* do período oratório (περίοδος) interferem na recursividade entoacional do próprio período oratório como um todo. Durante a pesquisa, esses fatores entraram em jogo de modo bastante pertinente. Entretanto, conforme já demos a entender, neste artigo, daremos atenção a outros fatores, com vistas à proposta de justificar a presença do sintagma fonológico na sentença latina. Os demais aspectos deixaremos para outra oportunidade.

De qualquer modo, o eixo teórico que escolhemos para dar suporte à nossa pesquisa foi, como já dito, a fonologia métrica e, principalmente, a *Fonologia Prosódica*, na qual o objeto de estudo são as categorias prosódicas fonologicamente relevantes, que envolvem domínios mais extensos do que a palavra fonológica (a saber, o grupo clítico, o sintagma fonológico, o sintagma entoacional e o enunciado). Condensada mais recentemente na obra basilar de Nespor e Vogel (2007[1986]) e inspirada nos modelos não-lineares, a teoria prevê o estudo dos fenômenos de ordem frasal. Uma vez que nem sempre a palavra fonológica (ω) coincide com a palavra lexical, isto é, a correspondência entre ambas nem sempre é isomórfica, pois a presença do acento principal de ω ocorre dentro de um jogo de proeminências que revela regras fonológicas que se processam em unidades não verificáveis apenas nos níveis estabelecidos da fonologia métrica. Por esse motivo, surgiu a necessidade de examinar estruturas maiores, que envolvam domínios relacionados ao nível da frase: a *Phrasal phonology*², da qual assumimos todos os princípios epistemológicos.

Corpus e metodologia

Para dar conta de nossas hipóteses, escolhemos um *corpus* que consta de 110 sentenças, extraídas de doze discursos proferidos por Marco Túlio Cícero (106 – 43 a.C.), que abrangem os últimos vinte anos da vida do orador, período que cobre o auge de sua influência política, encerrando suas principais reflexões de teoria retórica e de seus discursos mais contundentes, em que sua maestria oratória encontra-se plenamente amadurecida. Com isso, julgamos dispor de material suficientemente representativo para descrever e interpretar algumas propriedades específicas da língua latina – a partir da efetiva utilização da **prosa rítmica** –, bem como formular eficazmente algumas generalizações importantes. Optamos, para esse fim, por selecionar, principal mas não exclusivamente, excertos do exórdio e da peroração, já que o próprio Cícero³ aponta o início e, principalmente, o final do discurso como mais propício à inclusão do *numerus* (o ritmo em si), embora não descarte as demais partes.

¹ Parte final de um período disposta segundo regras rítmicas. A retórica clássica disciplina atentamente as sequências quantitativas colocadas no fechamento da frase ou de seus membros, de modo que a *cláusula* constitua a união de dois ou três pés que concluem um período ou as suas *partes*, nem sempre coincidentes com uma pausa lógico-sintática. Algumas das cláusulas mais recomendadas por Cícero, no *Orator*: ditroqueu (–υ–υ), dicrético (–υ– υ–υ), péon 1º + espondeu (–υυυ υ–υ) e dispondeu (– – – –).

² Cf. Nespor e Vogel (2007[1986], p. 375). O primeiro trabalho de fonologia gerativa dedicado exclusivamente à fonologia frasal foi o de Selkirk (1981), publicado a partir de sua tese de doutorado, de 1972.

³ Cf. *Or.* 210-211, 230.

Os discursos são: *In Catilinam* (63 a.C.), quatro discursos; *Pro Murena* (63 a.C.); *Pro Archia* (62 a.C.); *Pro Milone* (52 a.C.); *Pro Ligario* (46 a.C.) e os quatro primeiros discursos das *Phillippicae* (44-43 a.C.).

O passo seguinte consistiu em extrair dos períodos selecionados elementos que nos permitissem examinar de que modo os contornos rítmicos que ali sobejam concorrem para a harmonia rítmico-prosódica do período. Depois disso, relacionamos suas ocorrências aos domínios prosódicos atuantes na frase latina e à possibilidade de uma representação prosódica da sentença, a fim de constatar que elementos rítmicos poderiam ser extraídos dessa análise, quais regras prosódicas poderiam ser estabelecidas e quais generalizações poderiam ser propostas.

Evidentemente, as teorias fonológicas empregadas nessa fase do trabalho são de natureza descritiva, portanto, precisam de um objeto “vivo”, ou seja, realizam-se, comumente, sobre as manifestações de uma língua falada. No caso da língua latina, nossas hipóteses e conclusões orientam-se pelo postulado de que, a despeito de não ser mais usado na sua modalidade oral, nem, muito menos, nas suas implicações circunstanciadas pela Retórica Clássica, o latim pode ser estudado em seu aspecto prosódico⁴ com as devidas restrições, evitando sempre incursões anacrônicas, com atenção ao aparato filológico hoje disponível: a métrica, as informações dos gramáticos antigos, o contexto dos discursos retóricos de que dispomos e (por que não?) o conhecimento que a ciência linguística, ao longo das últimas décadas, nos proporcionou. Sabemos que o resultado final disso tudo é, e sempre será, conjectural e parcial. Nunca apreciaremos exatamente como o ritmo operava na sentença latina nem os exatos efeitos de sentido que despertavam na audiência. Mas os indícios e as análises hipotetizadas podem muito bem oferecer pistas ou, em último caso, advertir quanto ao caminho a ser evitado. Nas seções seguintes, indicaremos o que já foi discutido e assentado a esse respeito, e, em seguida, ofereceremos nossa proposta de representação prosódica do sintagma fonológico.

Algumas constatações prévias

Embora, neste artigo, por questões de concisão, passemos a tratar da presença de apenas alguns domínios da hierarquia prosódica, em nossa pesquisa de Doutorado todos os seus constituintes foram constatados. Alguns já haviam sido verificados por outros autores. Na *palavra fonológica*, por exemplo, cuja presença na sentença latina já é descrita por Nespor e Vogel (2007[1986], p. 115-116), a regra do acento principal se aplica do mesmo modo tanto a palavras simples como às derivadas e às compostas, conforme os exemplos seguintes:

- | | | |
|-----|----------------|-----------------|
| (1) | a. stratégus | “líder” |
| | b. pópulus | “povo” |
| (2) | a. stomachósus | “irritado” |
| | b. homúnculus | “homem pequeno” |

⁴ De fato, não somos os pioneiros na utilização de teorias fonológicas modernas no estudo de questões prosódicas do latim. Sobre o acento, em particular, há diversos trabalhos que procuram interpretá-lo à luz dos modelos fonológicos gerativos mais recentes, como a Fonologia Métrica e a Teoria da Otimidade. Cf. Quednau (2000), Rondinini (2009) e Marotta (2006), entre outros.

- (3) a. *uiuirādix* “ramo”
 b. *uiuípārus* “vivíparo”

Nesses exemplos, as palavras derivadas (3a e 3b) e as palavras compostas (2a e 2b) são tratadas pela mesma regra das palavras simples (1a e 1b), uma vez que as parentetizações que determinam o padrão acentual da palavra simples foram apagadas, dando origem a uma nova parentetização sobre a forma derivada ou composta.

Quanto às palavras formadas por elementos clíticos, Nespor e Vogel (2007[1986], p. 115) acreditam que não é possível que constituam palavra fonológica junto à palavra de base, ou “hospedeira”, com base na observação de que eles influenciam o acento da palavra à qual se agregam. De fato, para as autoras, a atribuição do acento nos grupos formados por palavra + clítico não segue a regra de acento mencionada acima, pois, nessa sequência, o acento principal recai sobre a sílaba que precede imediatamente o clítico, independentemente de seu peso silábico. Essa ocorrência pode ser especificada no conjunto das regras de acento sob o domínio do Grupo Clítico.

Os *clíticos* são considerados, segundo Zwicky (1977 *apud* NESPOR; VOGEL, 2007), partes internas da palavra, uma vez que, atrelados a determinado vocábulo, o acento primário muda de sua posição original para a sílaba que imediatamente os precede:

- (4) *uirum* → *uirúmque*
uides → *uidésne*
cum uóbis → *uobíscum*

Diante desses princípios mais gerais, seria preciso verificar quais elementos cooperam para a construção de C, especificamente. As principais evidências de que se trata de domínio relevante para aplicação de regras fonológicas remetem aos casos de posicionamento das palavras enclíticas (como *-que*, *ne* e *cum*) e o consequente reajustamento acentual da palavra vizinha. Há, no entanto, algumas variáveis que tornam oscilante a categorização dos clíticos do latim como palavras de todo dependentes ou independentes.

Acompanhando o raciocínio de Nespor e Vogel (2007[1986], p. 10), percebe-se que as regras de acentuação que operam em C são diferentes das regras que operam no nível da palavra (regra da penúltima⁵): ou seja, o acento desloca-se, mesmo que pudesse permanecer na posição original, em consonância com a regra geral da língua: Ex.: *rósa* → *rosáque* e não *rósáque*.

Em contraste com a regra da penúltima, o acento de C não é sensível à quantidade silábica. Para ilustrar que se trata de duas regras distintas de acento, considera-se a existência de pares mínimos como nos exemplos abaixo:

- (5) (a) *itáque* (“e assim por diante”) (c) *undíque* (“a partir daí”)
 (b) *itáque* (“portanto”) (d) *úndique* (“em todo lugar”)

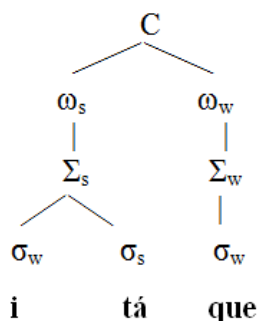
O primeiro exemplo de cada par, (5a) e (5c), consiste numa combinação de palavra + clítico, na qual o acento incide na penúltima sílaba. Em (5b) e (5d), existe a mesma

⁵ O acento recairá na penúltima sílaba se esta for pesada; ou na antepenúltima, se a penúltima for breve (ALLEN, 1989).

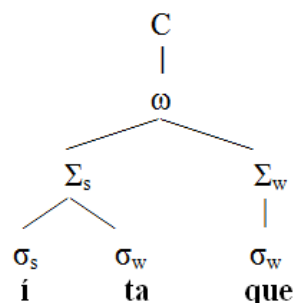
sequência que fora lexicalizada como uma única palavra, com a diferença de que o significado não pode ser segmentado, o que, por isso, obriga-o a seguir a regra geral de acentuação de palavra: isto é, o acento recai na antepenúltima sílaba, pois a penúltima é breve.

Daí conclui-se que a combinação palavra + clítico é um constituinte que é domínio de aplicação de uma regra de acento típica apenas desse constituinte. Em outras palavras, a regra se escreve da seguinte maneira: em um grupo clítico ramificado, isto é, que contenha ao menos duas palavras fonológicas, o acento principal recai na última sílaba do primeiro constituinte, como podemos perceber, abaixo, na representação da esquerda (6a). No exemplo da direita, (6b), temos apenas uma palavra fonológica, o que leva à diferente posição do acento:

(6) (a) *itáque*: [[ita] ω [que] ω]C



(b) *itáque*: [[itaque] ω]C



Cumpra esclarecer, ainda, que C, em latim, não é, necessariamente, isomórfico em relação ao constituinte sintático. Conforme exemplificam Nespor e Vogel (2007[1986], p. 161), o enclítico interrogativo *-ne* pode ser usado estritamente ligado a palavra adjacente, na qual recai o foco da pergunta, como em:

(7) *Solusne uenisti? Non solus.*
Acaso vieste sozinho? Não sozinho.

Ou, ainda, embora fonologicamente apoiado em *abiit*, como no exemplo abaixo, o enclítico *-ne* não forma sintaticamente, de modo exaustivo, um constituinte com o verbo, de modo a excluir o adjetivo *solus*.

(8) *Abiitne solus pater? Solus.*
Acaso o pai saiu sozinho? Sozinho.

Parece claro, pelo sentido da frase e pela resposta ao final, que, em (8), o escopo do constituinte é todo o sintagma verbal *abiit solus*, e não apenas o verbo *abiit*.

Sobre o sintagma fonológico

Em relação ao latim, não temos conhecimento de nenhum estudo que aponte regras fonológicas cujo domínio de aplicação esteja restrito ao *sintagma fonológico* (φ). No entanto, em nosso entendimento, há, pelo menos, uma evidência que justificaria a presença operante do domínio de φ na hierarquia prosódica do período oratório latino.

Uma vez que as regras da prosa rítmica são as mesmas da poesia, tanto na utilização dos metros, quanto nos procedimentos referentes às licenças poéticas e aos fenômenos fonéticos, convém especificar o caso peculiar da *elisão*⁶, que ocorre com bastante frequência no verso e apresenta duas variações: a primeira, chamada de *sinalefa*, ocorre quando uma vogal ou um ditongo, no fim de uma palavra (exceto interjeição), é parcialmente suprimida se a palavra seguinte começar por vogal ou “h”. Diz-se “parcialmente” porque, embora na leitura do poema a sílaba a ser elidida seja totalmente suprimida, a rigor, ela deve ser pronunciada levemente (GREENOUGH’S, 1931, p. 410).

Ex.: *optim(o) _ animo; theatr(o) _ hic.*

A segunda variante da elisão é chamada de *eclipse*, que ocorre quando o “m” final de uma palavra é elidido ao preceder uma vogal ou “h”, como no exemplo:

Ex.: *Monstru(m) _ horrendu(m) _ informe ingens... (Eneida IV, 181)*

Ocorre, ainda, de modo singular, em algumas formas do verbo *esse* (“ser”), especificamente *es* e *est*, que sofrem elisão do “e”, por aférese, quando postostas à palavra terminada por “m”.

Ex.: *multum est* → *multúm’st* (e não *multu(m) _ est*)⁷.

É a este último ponto que queríamos chegar. A fusão dos dois elementos em um único constituinte (*multum + est*), à semelhança do que ocorreu com os enclíticos vistos acima, poderia nos fazer supor que é possível aplicar o fenômeno da aférese, acima, no domínio do grupo clítico (C), a exemplo de *ne*, *cum* e *-que*. Contudo, as formas da segunda e terceira pessoa do verbo *esse* (*es* e *est*) não são, definitivamente, clíticos. São unidades independentes e significativas e, por esse motivo, mesmo que se comportem como nos casos em que os clíticos alteram o acento da palavra lexical, sofrem perda de parte da palavra, de modo que o acento principal é incorporado à palavra anterior. Ou seja, a regra de aférese do “m” + *es* e *est* constitui um fenômeno pertencente ao domínio do sintagma fonológico, já que não poderia pertencer a C, porque, embora possa ser formado por palavra que não seja significativa (ex.: *cum + est*), o segundo elemento é sempre previsível e sua agregação à palavra adjacente anterior ocorre por motivos puramente métricos ou rítmicos, restrito unicamente à poesia ou à prosa rítmica (um caso de reestruturação, portanto), diferentemente dos enclíticos latinos, cuja juntura à palavra anterior ocorre sistematicamente na língua. No exemplo abaixo (9), esse fenômeno pode ser evidenciado na reestruturação de (9b):

(9) a) [hoc]φ [quidem] φ [est]φ [beneficium]φ (*Phil. 2, 2*)
 “isto, de fato, é um obséquio”

b) [hoc]φ [quidem_(e)st]φ [beneficium] φ
 [q^widemst]φ

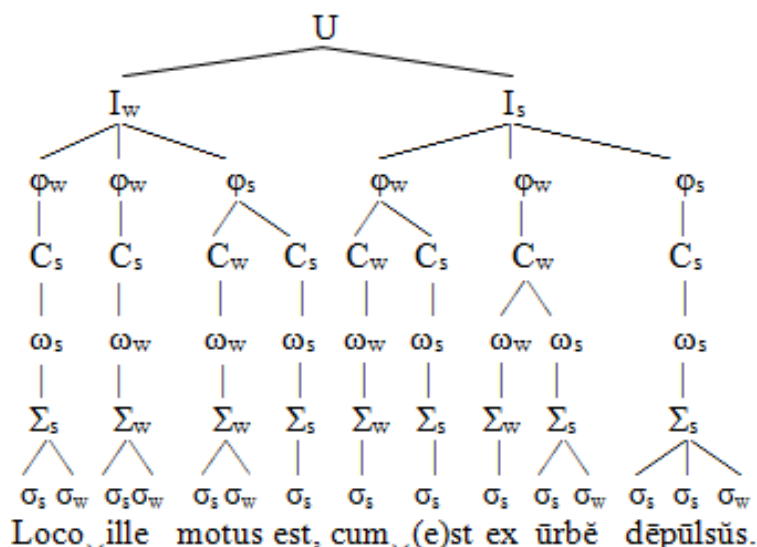
⁶ Tanto a elisão quanto seus desdobramentos acomodam-se ao que, no conjunto, podemos chamar de processos de “sândi externo”. Por isso, doravante, poderemos nos referir a qualquer um desses fenômenos (elisão, sinalefa, *eclipse*, etc.) simplesmente como “sândi”.

⁷ Cf. Guasch (1948, p. 393). Trata-se de um fenômeno métrico bastante usado no período arcaico, mas nem tanto no período clássico. De qualquer modo, é oportuno para o que pretendemos discutir aqui.

Portanto, a presença do sândi externo entre o advérbio (*quidem*) e o verbo (*est*) comprova, mais uma vez, a não isomorfia entre os constituintes sintáticos e os constituintes prosódicos, de modo que a reestruturação em (9b) combina dois elementos sintaticamente distintos, mas que podem constituir, no nível prosódico, um único φ . Podemos encontrar exemplo desse fenômeno em períodos como o seguinte:

(10) Loco ille motus est, cum est ex ūrbē dēpūlsūs.

Ele foi removido de sua posição, uma vez expulso da Urbe.



O exemplo acima mostra o ambiente de realização da regra da *eclipse* (*cum* + (e)st = *cumst*), a qual, no nosso entender, por não se tratar de adjunção de palavra enclítica, não pode integrar o domínio de C, sendo sua realização possível apenas em φ . Essa observação é importante, porque, na mesma frase, temos outro fenômeno de sândi, que é a elisão entre as palavras *loco* e *ille*. Nesse caso, porém, como não se trata de clíticos, é natural que tal processo fonológico ocorra sob o domínio de φ .

Considerações finais

Para efeito de coerência com o que propusemos neste artigo, é preciso explicar que a representação acima, que inclui os domínios do sintagma entoacional (*I*) e do enunciado (*U*), são resultado de critérios e especificações desenvolvidas por nós em outro momento (JESUS, 2014), para as quais sustentamos hipóteses e explicações que, para este momento, devido ao espaço disponível, não podem ser desenvolvidas. No entanto, podemos, por agora, dizer o seguinte: uma vez que não é possível determinar se as rupturas sintáticas em favor da formação de sintagmas entoacionais seriam resultado das escolhas semânticas ou físicas do falante nativo, como costuma acontecer com frases prosodicamente segmentadas em línguas vivas, ao latim resta o argumento voltado para as regras de execução da sentença, a partir das estruturas inerentes à configuração do período oratório. Não é possível saber, em outras palavras, se as fronteiras de segmentação em *I*'s tenham sido as mesmas que um falante nativo de latim faria. Mas podemos hipotetizar que são passíveis de marcação com base na estrutura do discurso.

Ou seja, as pausas e os contornos rítmicos próprios dos *membra*⁸, especificamente no que concerne à sua característica mais evidente já no mundo clássico, isto é, de “continuidade”, “circularidade”, construída sob o sistema de prótase e apódose, bem como sua relativa autonomia semântica, podem constituir elementos previamente marcados do **sintagma entoacional**. Assim, por motivos e critérios que seguem essa mesma linha de raciocínio, pudemos, também em outro momento, conceber postulados que justificam a adoção do enunciado (*U*) no período oratório latino.

Por fim, com os exemplos acima, esperamos ter mostrado que a possibilidade de interpretar prosodicamente o período oratório – em que pese a necessidade de utilizar o escopo teórico apropriado, aplicando-o à especificidade do nosso objeto de estudos – revele-se pertinente e que acresça algo ao que se conhece a respeito do latim e de sua prosódia.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, W. S. *Vox Latina: a guide to the pronunciation of classical Latin*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 133 p.
- CICÉRON. *L'orateur. Du meilleur genre d'orateurs*. Textes établis et traduits par Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 1964. 296 p.
- GREENOUGH'S, J. B.; ALLEN, J. H. *New latin grammar for scholars and colleges: founded on comparative grammar*. Boston: Ginn and Company, 1931. 490 p.
- GUASCH, A. *Gramática teórico-prática del latín clásico*. 4. ed. Buenos Aires: Seminario Metropolitano, 1948. 482 p.
- JESUS, C. R. R. de. *O ritmo na prosa: estudo e interpretação prosódica do período oratório latino*. 2014. 379 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MAROTTA, G. L'algoritmo accentuale latino nel confronto di due teorie fonologiche. In: ONIGA, R.; ZENNARO, L. (eds.). *Atti della Giornata di Linguistica Latina*, Venezia, 7 maggio 2004, Venezia: Libreria Editrice Cafoscarina, 2006. p. 133-158.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology: with a new foreword*. 2nd ed. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2007[1986]. 327 p.
- QUEDNAU, L. R. *O acento do latim ao português arcaico*. 2000. 220 f Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.
- RONDININI, R. B. *O acento primário no latim clássico e no latim vulgar: o tratamento da mudança na perspectiva da Teoria da Otimalidade*. 2009. 183 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SELKIRK, E. *The phrase phonology of English and French*. (Tesi di dottoramento). MIT. IULC, 1981. 420 p.
- ZWICKY, A. *On clitics*. Paper presented at the 3rd International Phonologie-Tagung, University of Viena, 1976. IULC. In: NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology: with a new foreword*. 2nd ed. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2007[1986].

⁸ Partes que compõem o período oratório, isto é, suas unidades menores.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 21/12/2016

O padrão entoacional das sentenças interrogativas do português brasileiro em fala manipulada

Carolina Carbonari Rosignoli

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
carolina.rosignoli@usp.br

Flaviane Romani Fernandes-Svartman

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
flavianesvartman@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.1449>

Resumo

O presente artigo pretende investigar padrões entoacionais em enunciados interrogativos globais do dialeto paulista do português brasileiro, de modo a observar diferenças e semelhanças prosódicas que definam os diferentes tipos frásicos de enunciados interrogativos globais. Este trabalho é fundamentado pela teoria da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988; LADD, 1996, 2008; JUN, 2005), segundo a qual, levando-se em conta um conjunto de características suprasegmentais das sentenças, é possível interpretar significados pragmáticos de uma maneira linguisticamente organizada. A partir de um *corpus* inédito e em acréscimo às pesquisas de Frota et al. (2015) e Moraes (2008), os resultados da presente pesquisa revelam que variações dos contornos nuclear e total são distintivas na configuração prosódica de cada tipo frásico.

Palavras-chave: português brasileiro; prosódia; sentenças interrogativas globais.

The Intonational Pattern of Interrogative Sentences in Brazilian Portuguese in Manipulated Speech

Abstract

This paper aims to investigate intonational patterns in global interrogative sentences belonging to the Paulista dialect, spoken in Brazil, in order to observe prosodic distinctions and similarities that can define different clause types of global interrogative sentences. This study is based on Intonational Phonology (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988; LADD, 1996, 2008; JUN, 2005), which proposes that it is possible to interpret pragmatical meanings in a linguistically organized manner, given a set of suprasegmental characteristics of sentences. Based on an original *corpus* and in addition to Frota et al. (2015) and Moraes (2008), the results of this research reveal that variations in the nuclear and total contours are distinctive in the prosodic configuration of each clause type.

Keywords: Brazilian Portuguese; prosody; global interrogative sentences.

Introdução

O presente artigo visa à investigação dos padrões entoacionais associados a sentenças interrogativas globais do português, as quais, conforme classificação sugerida por Mateus et al. (2003), correspondem às perguntas em que se espera como resposta “sim” ou “não”, conforme o exemplo em (01):

(01) O João foi à festa?

Neste artigo, temos como objetivo específico a descrição suprasegmental da curva melódica encontrada em frases interrogativas globais da variedade paulista do português brasileiro (doravante, PB), a partir do sistema descritivo sugerido pela Fonologia Entoacional (ver seção “Quadro teórico e trabalhos prévios” deste artigo).

Pretendemos identificar possíveis contrastes na curva entoacional em função de diferenças entre os tipos frásicos interrogativos (ver subseção “Classificação dos tipos frásicos” deste artigo), diferenças essas que dependem de contextos extralinguísticos, revelando conteúdos específicos que podem aparecer refletidos na entoação, conforme será discutido a seguir.

Este artigo se encontra organizado da seguinte maneira: (i) na seção “Quadro teórico e trabalhos prévios”, apresentaremos o quadro teórico no qual se ancora este trabalho e os resultados obtidos previamente por outros autores sobre o mesmo tema deste artigo; (ii) na seção “Materiais e métodos”, apresentaremos os *corpora* empregados na investigação aqui apresentada e a metodologia aplicada na coleta, análise e interpretação dos dados; (iii) já na seção “Análise de dados e discussão”, serão apresentados os resultados obtidos da análise de dados, bem como a discussão desses resultados; e (iv) por sua vez, na seção “Considerações finais”, apresentaremos nossas conclusões.

Quadro teórico e trabalhos prévios

Este trabalho é fundamentado pela teoria da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988; LADD, 1996, 2008; JUN, 2005), segundo a qual, levando-se em conta um conjunto de características suprasegmentais das sentenças é possível interpretar significados pragmáticos de uma maneira linguisticamente organizada. Em tal teoria, é proposta uma descrição universal para a entoação e seu pressuposto básico é que há uma organização fonológica da entoação. Dessa forma, a entoação é tratada a partir de contornos entoacionais que são uma sequência de unidades chamadas de eventos tonais, alocados em pontos específicos da cadeia segmental (PIERREHUMBERT, 1980; PIERREHUMBERT; BECKMAN, 1988, entre outros). Para Cruz e Frota (2011), os eventos tonais de uma língua comportam-se como morfemas que codificam informações semânticas e pragmáticas, seja isoladamente ou em sequência. A representação fonética da sequência de eventos tonais consiste no contorno da frequência fundamental (F_0).

De acordo com a Fonologia Entoacional, os eventos tonais definem-se em contraste uns com os outros quanto ao critério da altura. Atribuem-se os símbolos H (*high*) para tons altos e L (*low*) para tons baixos, entre outras denotações para eventos tonais específicos. Há, por exemplo, a marcação de tom mais alto, numa mesma sentença, em relação a um outro tom alto imediatamente anterior (com a representação de *upstep* “!” antecedendo “H” – “degrau acima”) e a marcação de tom mais baixo em relação a um tom alto imediatamente anterior, mas ainda assim alto, dentro da sentença (com a representação de *downstep* “!” antecedendo “H” – “degrau abaixo”).

Os eventos tonais ainda podem ser simples (monotonais: H ou L) ou complexos (bitonais: LH ou HL) e compreendem dois tipos: os acentos tonais e os tons relacionados a fronteiras. Os acentos tonais são associados a sílabas proeminentes na cadeia segmental e são representados pelo alvo de altura (H, L, LH ou HL) seguido de asterisco (*). Os tons relacionados a fronteiras são os tons de fronteira (*boundary tones*: L%, H%, HL% ou LH%), relacionados a fronteiras de constituintes maiores (por exemplo, fronteira de fim de enunciado), e os acentos frasais (*phrasal accents*: L⁻ ou H⁻ – conforme a notação de Pierrehumbert),¹ relacionados a fronteiras de constituintes mais baixos (por exemplo, fronteira de fim de sintagma).

Quanto aos trabalhos prévios sobre o padrão melódico de interrogativas em PB desenvolvidos à luz da Fonologia Entoacional, destacamos os trabalhos de Moraes (2008), Truckenbrodt, Sandalo e Abaurre (2009) e Frota et al. (2011, 2015).

As pesquisas de Moraes (2008) e Frota et al. (2011, 2015) apontam que o contorno entoacional padrão para interrogativas globais, de maneira geral, pode ser definido como L*+H L% para PB. Frota et al. (2011, 2015) ainda apontam que, em PB, o tom de fronteira pode variar nas interrogativas, sendo ora H% ora L%, especificando que, para a variedade paulista, o tom de fronteira identificado como tendência é baixo (L%), enquanto que, por exemplo, para as variedades baiana e potiguar, o tom de fronteira é frequentemente alto (H%).

Truckenbrodt, Sandalo e Abaurre (2009) confirmam o padrão ascendente apontado inicialmente por Moraes, afirmando que o padrão entoacional nuclear de interrogativas sim-não (*yes-no questions*) pode ser definido como L+H* L%. Na descrição proposta por Truckenbrodt, Sandalo e Abaurre, o acento tonal é distinto do apontado anteriormente (L*+H) como padrão para as interrogativas globais, de maneira geral, em PB. Os autores também descrevem o padrão entoacional de perguntas surpresa (*surprise questions*), definindo-o como L*+H L%. Esse tipo de interrogativas é classificado neste artigo como interrogativa não neutra antiexpectativa (ver subseção “Classificação dos tipos frásicos”).

Neste artigo, trataremos não só da descrição entoacional do contorno nuclear, mas também da descrição entoacional do contorno total dos enunciados interrogativos globais. Nossa hipótese é que o padrão entoacional global dos enunciados interrogativos, e não só o contorno nuclear, é relevante na caracterização dos diferentes tipos frásicos.

¹ Na literatura linguística brasileira sobre entoação do PB, “acento frasal” é o termo mais utilizado para a tradução de *phrasal accent*.

Materiais e métodos

Nesta seção, serão dadas informações detalhadas sobre os *corpora* e sobre os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento deste trabalho.

Corpora

Os dados selecionados para o desenvolvimento de nossa pesquisa são: (i) de um *corpus* de leitura controlada, contemplando enunciados interrogativos globais e (ii) de *corpora* de fala do banco de dados do projeto “Atlas Interactivo da Prosódia do Português”.

²

O *corpus* especificado em (i) possui 36 enunciados interrogativos globais, sendo quatro por tipo frásico de interrogativa global delimitado conforme a classificação apresentada no Quadro 1 a seguir. Na elaboração desse *corpus*, foram escolhidas palavras paroxítonas e proparoxítonas para ocupar a posição nuclear nas frases analisadas, de maneira a resguardar informação sonora para além da sílaba tônica nuclear, facilitando a identificação dos contornos nuclear e de fronteira. Para cada tipo frásico, foram formuladas quatro frases, sendo duas com palavra nuclear paroxítona e duas com palavra nuclear proparoxítona.

Quanto aos *corpora* especificados em (ii), referem-se a dados contendo enunciados de diversos tipos (interrogativos globais e parciais, neutros, exclamativos, imperativos, focalizados) e obtidos a partir de diferentes contextos de produção: dados de fala controlada (obtidos a partir de leitura), dados de fala semicontrolada (obtidos através de aplicação de questionários direcionados e através de execução de tarefa de indicação de direções em mapas pelos falantes). Desses *corpora*, foram analisados, em nosso trabalho, apenas os enunciados interrogativos globais.

Classificação dos tipos frásicos

A classificação de sentenças interrogativas, adaptada para o desenvolvimento deste trabalho, levou em conta os tipos frásicos apresentados pelo projeto InAPoP e pelo trabalho de Mateus et al. (2003). Definiu-se a nomenclatura especificada no Quadro 1 para fins de análise e classificação das sentenças interrogativas globais. Cabe acrescentar que, conforme apresentado no Quadro 1, entende-se por interrogativas globais neutras aquelas que não apresentam uma resposta esperada ao que se pergunta (ver exemplos no Quadro 1). As interrogativas globais não neutras, por sua vez, apresentam uma expectativa de resposta (ver exemplos no Quadro 1).

² O projeto “Atlas Interactivo da Prosódia do Português” (InAPoP), ao qual este trabalho se vincula, é coordenado pela Profa. Dra. Sónia Frota e se encontra em desenvolvimento na Universidade de Lisboa. Tal projeto tem como principal objetivo a construção de um atlas interativo da prosódia do português, acessado livremente por uma plataforma online (<http://www.fl.ul.pt/LaboratorioFonetica/InAPoP/>), que contemple a variação prosódica, entoacional e rítmica do português, incluindo a cobertura completa do português europeu (doravante, PE) quanto a esses três aspectos, contanto ainda com variedades do PB ao longo da costa do Atlântico, assim como variedades do português falado na África.

Quadro 1. Classificação dos tipos frásicos de interrogativas globais.

Tipos Frásicos	Sigla ³	Especificação	Exemplo
Neutras	GNI	Global Neutra de Busca de Informações	O João vai à festa?
	GND	Global Neutra Disjuntiva	Você vai ao mercado ou à farmácia?
	GNR	Global Neutra Retórica	Será que eu fiz a melhor escolha?
Não neutras	GAF	Global Não-Neutra Focalizada	É amanhã que você vai à entrevista?
	GAN	Global Não-Neutra Negativa (manipulatória) ⁴	Você não vai estudar?
	GAC	Global Não-Neutra Confirmatória	É aqui mesmo o local da festa?
	GAT	Global Não-Neutra Eco Manipulatória	Entendeu? / Concorda?
	GAE	Global Não-Neutra Eco Absoluta	O quê? / Como disse?
	GAA	Global Não-Neutra Antiexpectativa (incredulidade)	Ele abandonou o filho?

Coleta de dados

Os dados relativos à fala controlada foram coletados por meio de gravação realizada com gravador TASCAM H2-P2 (Frontier) e microfone de lapela Sennheiser, contando com três informantes mulheres, entre 20 e 40 anos, com ensino superior completo, paulistas, que repetiram cada sentença do *corpus* três vezes, totalizando 324 enunciados produzidos.

Os dados relativos aos *corpora* do projeto InAPoP foram coletados anteriormente, obtidos por meio de gravação, realizada com gravador MARANTZ e microfone de lapela Sennheiser, da produção de falantes com as mesmas características das participantes da coleta anterior (mulheres, entre 20 e 40 anos, com ensino superior completo e paulistas).

Análise de dados e discussão

Os enunciados interrogativos foram submetidos à análise prosódica, que consistiu na transcrição e na descrição de todos os eventos tonais associados ao contorno entoacional de cada enunciado.

A transcrição dos eventos tonais associados ao contorno entoacional dos enunciados interrogativos foi realizada através do uso do *software* Praat (BOERSMA; WEENINK, 2014) e com base nos pressupostos teóricos da Fonologia Entoacional (ver seção “Quadro teórico e trabalhos prévios” deste artigo) e, especificamente para o português do Brasil, FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002; FERNANDES, 2007a, 2007b; SERRA, 2009; TRUCKENBRODT; SANDALO; ABAURRE, 2009; VIGÁRIO; FERNANDES-SVARTMAN, 2010).

³ Foram elaboradas siglas para catalogação dos dados e do *corpus* de modo a facilitar o trabalho de análise, tratamento e discussão dos dados. Por exemplo, a sigla G representa as interrogativas globais. A sigla N representa as neutras, enquanto que a sigla A foi escolhida para representar as não neutras, para criar um contraste em relação à sigla das interrogativas neutras.

⁴ A classificação das Negativas foi extraída do trabalho de Mateus et al. (2003), de modo a complementar a classificação utilizada pelo projeto InAPoP.

A seguir, na Tabela 1, é possível observar tendências de padrões entoacionais do contorno nuclear por tipo frásico, obtidas a partir de uma análise qualitativa dos dados obtidos.

Tabela 1: Tendência de padrões entoacionais do contorno nuclear dos tipos frásicos de interrogativas globais

Tipos Frásicos	Tendência EF	Tendência FC	Tendência MR	Semicontrolada
GNI	L+H* (H)L%	L+(!)H* L%	L+(!)H* L%	L*+H L%
GND	L+(j)H* (H%)/(H-)(!)H+L* L%	L+H* (HL-) (j)H+L* L%	L+(j)H* (HL-) H+L* L%	L+H* / H+L* / L%
GNR	L*+(j)H L%	L+!H* L% / !H+L* L%	L+!H* L% / (!)H+L* L%	—
GAF	L+(j)H* (H)L%	L+(!)H* L% / "H*+L L%	L+(!)H* L%	—
GAN	L+;H* L%	L+!H* (H)L%	L+!H* L%	L*+H L%
GAC	L+;H* (L-) L%	L+!H* L% / !H+L* L%	L+H* (L-) L%	L*+H L%
GAT	H*+L L%	H*+L L%	H*+L L%	L*+H L%
GAE	L+H* H%	L*+H H%	L*+H H%	L*+H / H%
GAA	L+(j)H* (H)L%	L+(j)H* (H)L%	L+H* L%	L*+H L%

Na Tabela 1, a coluna “Tipos Frásicos” apresenta as siglas referentes a cada tipo de interrogativa global investigada, conforme supracitado. As colunas “Tendência EF”, “Tendência FC” e “Tendência MR” dizem respeito às produções de cada uma das três falantes, identificadas pelas siglas ER, FC e MR, do *corpus* de fala controlada. A coluna “Semicontrolada” diz respeito aos padrões entoacionais identificados para alguns dos tipos frásicos investigados a partir dos *corpora* do InAPoP.

Para GNI (interrogativas globais neutras de busca de informação), há semelhança na tendência encontrada entre as informantes de leitura controlada e as informantes de leitura semicontrolada. O padrão encontrado para o contorno nuclear foi L+H* L%, com a ressalva de que, para a segunda e a terceira falantes do *corpus* de leitura controlada, houve associação de *downstep* ao tom alto do contorno nuclear, na segunda e terceira repetições. Quanto ao contorno total das sentenças interrogativas globais de busca de informação, é possível representá-lo através da análise amostral da sentença “As alunas questionaram os jornalistas”, representada pela Figura 1. Nessa figura, é possível identificar quatro camadas, apresentadas pelo *software* Praat, as quais representam de cima para baixo: (a) o oscilograma em Hz, referente ao áudio da sentença realizada pela informante, (b) o espectrograma de som e a curva de F₀, (c) a transcrição dos eventos tonais e (d) a representação ortográfica da sentença.

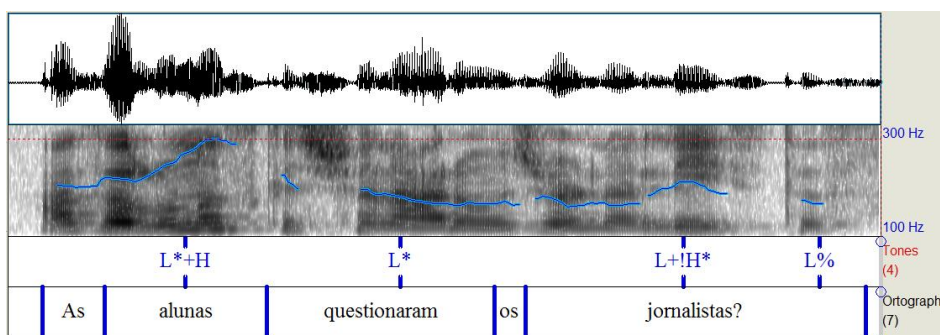


Figura 1. Análise entoacional da sentença “As alunas questionaram os jornalistas?”, produzida por FC, no software Praat

Através da observação da Figura 1, é possível identificar um contorno nuclear ascendente (L+!H* – associado à palavra mais à direita) e tom de fronteira baixo (L%), o que confirma o padrão apontado por Frota et al. (2011, 2015) para interrogativas globais do PB. Esse contorno, obtido para fala controlada, assemelha-se ao contorno nuclear obtido em fala semicontrolada (L*+H L%). Na porção da sentença anterior ao contorno nuclear, observamos um tom ascendente inicial (acento tonal L*+H), seguido por um tom baixo (acento tonal L*) que precede o tom nuclear.

Para GND (interrogativas globais neutras disjuntivas), há a necessidade de descrever dois contornos nucleares, cada um associado a um dos núcleos da disjunção. O primeiro contorno nuclear disjuntivo apresenta uma tendência de contorno entoacional ascendente que pode ser representada por L+(;)H*. Em algumas sentenças foi possível identificar acento frasal associado ao final do primeiro contorno nuclear, como é possível verificar na Figura 2 (HL-), que representa a sentença analisada “Você prefere uva ou banana?”. Associada ao segundo contorno nuclear disjuntivo foi encontrada uma tendência de contorno entoacional descendente, representado por (!)H+L* L%.

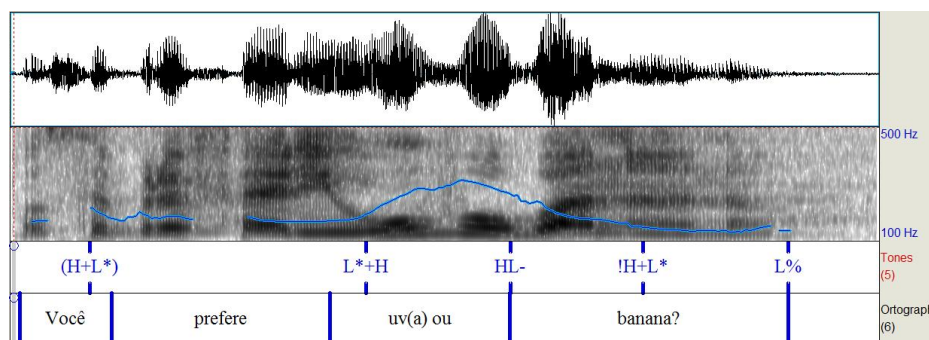


Figura 2. Análise entoacional da sentença “Você prefere uva ou banana?”, produzida por MR, no software Praat

Quanto às sentenças do tipo GNR (interrogativas globais neutras retóricas), não há registro no *corpus* de leitura semicontrolada, portanto, só levamos em conta o observado nas produções controladas. Verificam-se duas possibilidades de contorno entoacional nuclear: ascendente e descendente. A característica que marca claramente esse tipo frásico é um rebaixamento de tessitura entoacional (representado pelo *downstep* (!) associado ao “H” do acento tonal nuclear) que precede o contorno nuclear, o qual se aproxima das sentenças neutras (FROTA; VIGÁRIO, 2000; TENANI, 2002) por apresentar, associado a ele, acento

tonal descendente H+L*. Dessa forma, o que caracteriza as interrogativas retóricas é esse rebaixamento, e não o contorno nuclear, como ocorre no caso das GNI, apontadas anteriormente. A Figura 3 apresenta o contorno total da sentença interrogativa global neutra retórica (GNR) “Será que fiz a melhor escolha?”.

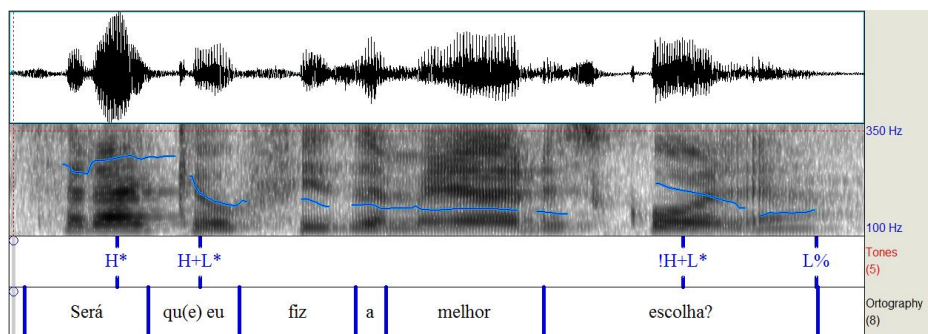


Figura 3. Análise entoacional da sentença “Será que eu fiz a melhor escolha?”, produzida por MR, no software Praat

O contorno nuclear parece ter pouca relevância na caracterização do tipo frásico “interrogativas globais neutras retóricas”. Por conta disso, não há uma preponderância clara de um contorno ascendente (44% de ocorrências (soma das porcentagens apresentadas nas linhas 2, 5, 7, 8 e 11)) ou descendente (56% de ocorrências (soma das porcentagens apresentadas nas linhas 3, 6, 9 e 10)) associado ao contorno nuclear desse tipo frásico, conforme é possível verificar na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2: Frequência de ocorrência de contornos entoacionais nas sentenças interrogativas globais neutras retóricas.

Contorno nuclear - GNR	Absoluto (Total: 36)	Relativo
L+!H* L%	8	22%
!H+L* L%	7	19%
L*L%	6	17%
L+H* L%	3	8%
!H*+L L%	3	8%
L+¡H* L%	2	6%
L*+¡H L%	2	6%
H*+L L%	2	6%
H+L* L%	2	6%
L+H* L%	1	3%

Para GAF (interrogativas globais não neutras focalizadas), há uma tendência de contorno nuclear ascendente L+H* L%, exceto para a falante FC na terceira repetição. O que distingue o contorno entoacional total desse tipo frásico interrogativo é a presença de acento frasal associado à fronteira direita das palavras focalizadas, a depender do contexto de produção.

Os tipos frásicos GAN (interrogativas globais não neutras negativas) e GAC (interrogativas globais não neutras confirmatórias) apresentam um padrão entoacional nuclear bastante semelhante ao que foi apontado para GAF, que pode ser descrito por L*+(!)H L%,

com a exceção das tendências encontradas para a falante FC que, novamente, destoou do observado em relação às demais falantes, por apresentar um contorno nuclear descendente para esse tipo frásico. Assim como no caso das interrogativas focalizadas, o que caracteriza tanto as interrogativas negativas quanto as confirmatórias é a presença de tom relacionado à fronteira (acento frasal ou tom de fronteira) associado à fronteira direita da palavra focalizada (palavra foco da negação, no caso das interrogativas negativas, ou palavra a ser confirmada, no caso das interrogativas confirmatórias) ou a presença do acento tonal H*+L associado a essa palavra. Nossos resultados de marcação de foco em sentenças interrogativas globais vão ao encontro do que afirma Fernandes (2007a, 2007b) sobre a marcação de foco em sentenças declarativas do PB. Segundo essa autora, elementos focalizados em PB são marcados entoacionalmente por presença de acento frasal associado a sua fronteira direita ou por acento tonal H*+L associado à sílaba tônica desses elementos.

A Figura 4 representa a análise da sentença interrogativa global não-neutra focalizada (GAF) ‘Foi o Pedro que chegou por último?’, em que a focalização ocorre nas palavras ‘foi’, ‘Pedro’ e ‘último’, e exemplifica o que acabamos de expor.

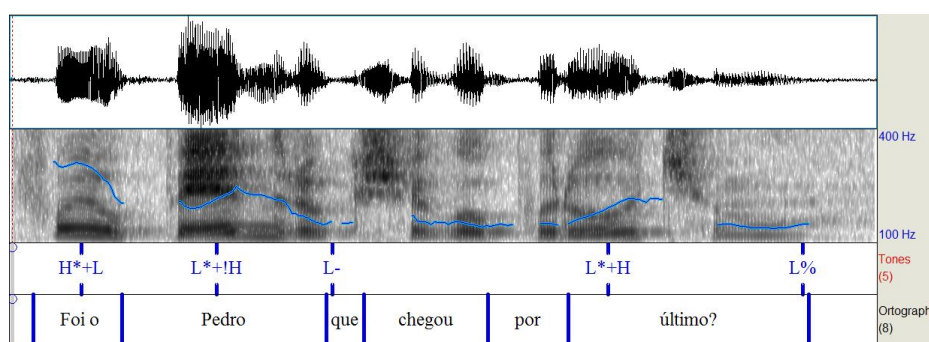


Figura 4. Análise entoacional da sentença “Foi o Pedro que chegou por último?”, produzida por MR, no software Praat

Para GAT (interrogativas globais não neutras eco manipulatórias), encontramos, em fala controlada, um padrão claramente descendente do contorno nuclear, marcado como H*+L L%, enquanto que, para a fala semicontrolada, a configuração tonal observada para o contorno nuclear foi L*+H L%. A Figura 5 ilustra o contorno total encontrado para esse tipo frásico.

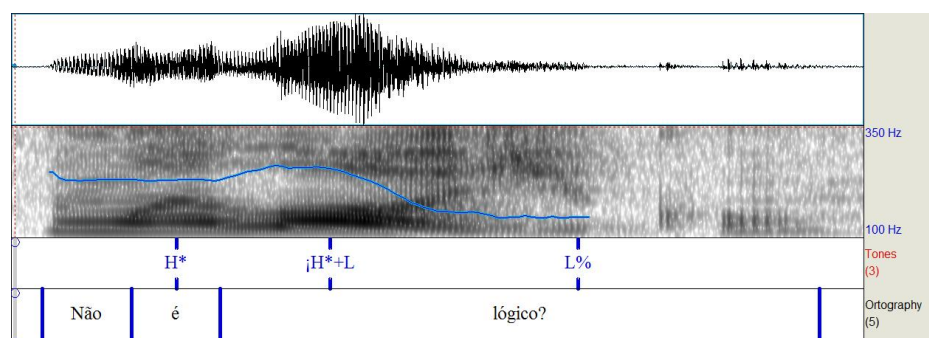


Figura 5. Análise entoacional da sentença “Não é lógico?”, produzida por MR, no software Praat

Por sua vez, em sentenças classificadas como GAE (interrogativas globais não neutras eco geral), há uma tendência melódica clara ascendente do contorno nuclear, descrita como $L^*+H H\%$, tanto para a fala semicontrolada quanto para a controlada. Tal descrição é relevante, pois, categoricamente, distingue esse tipo frásico das interrogativas eco manipulatórias, que, apesar de também serem classificadas como eco por, pragmaticamente, representarem repetição de uma informação no contexto, estão associadas a um contorno entoacional radicalmente diferente ($H^*+L L\%$, observado em fala controlada) do observado para as interrogativas eco geral ($L^*+H H\%$). O contorno típico associado a sentenças do tipo frásico GAE pode ser observado no exemplo representado pela Figura 6.

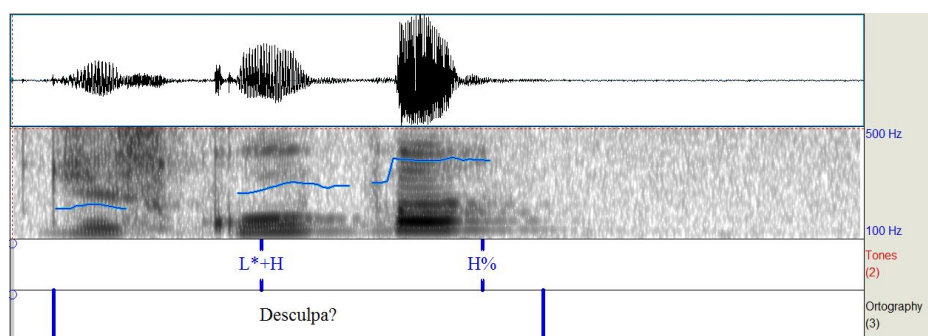


Figura 6. Análise entoacional da sentença “Desculpa?”, produzida por EF, no *software Praat*

Finalmente, para o tipo frásico GAA (interrogativas globais não neutras eco absoluta antiexpectativa), é possível identificar, para o contorno nuclear, o padrão melódico $L^*+(j)H L\%$ para fala controlada e $L^*+H L\%$ para fala semicontrolada. Ao observarmos o contorno total desse tipo frásico, verificamos, de maneira geral, um *upstep* no contorno nuclear como elemento caracterizador desse tipo frásico, conforme pode ser observado na Figura 7, que representa a análise da sentença GAA “Vou ter que esperar o próximo?”.

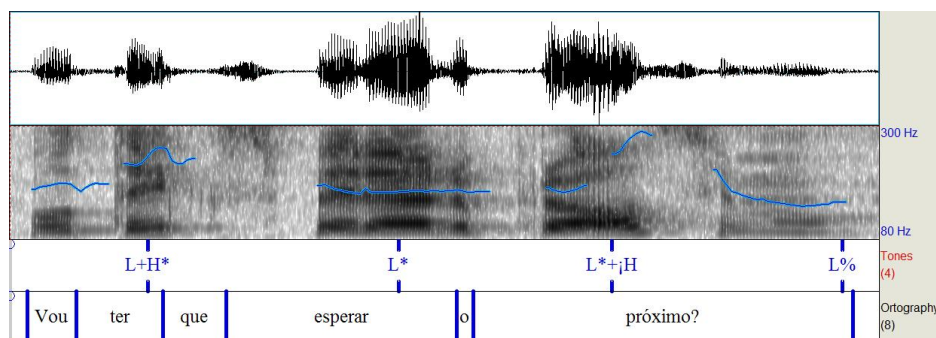


Figura 7. Análise entoacional da sentença “Vou ter que esperar o próximo?”, produzida por MR, no *software Praat*

Considerações finais

É possível observar tendências no padrão entoacional das interrogativas e variações em F0 a depender do tipo de interrogativa.

Tanto o acento tonal nuclear quanto o tom de fronteira são imprescindíveis para a caracterização de cada tipo frásico, conforme foi evidenciado pela descrição dos contornos nucleares dos tipos frásicos investigados. Tomando a interrogativa global não-neutra eco geral (GAE) como um exemplo, sua distinção se dá justamente no tom de fronteira alto, em todas as repetições, tanto na fala controlada quanto na semicontrolada.

A importância do contorno total na caracterização dos diferentes tipos frásicos pode ser comprovada principalmente pelas análises das interrogativas globais neutras retóricas (GNR) e dos tipos frásicos em que há focalização (interrogativas não neutras focalizadas – GAF –, negativas – GAN – e afirmatórias – GAC), nos quais os eventos tonais associados ao contorno total são caracterizadores dos tipos frásicos. No caso das interrogativas neutras retóricas (GNR), o rebaixamento da tessitura associado ao contorno total é o que caracteriza esse tipo frásico, e não apenas seu contorno nuclear, o qual pode ser ascendente ou descendente. Já para os tipos em que há focalização, por exemplo, GAF, GAN e GAC, o elemento caracterizador é a presença de acento frasal associado à fronteira direita do elemento focalizado. Verifica-se, portanto, que há diferenças na atribuição de eventos tonais (acento tonal nuclear, tom de fronteira e acento frasal), a depender do tipo de interrogativa, em relação ao contorno total, o que comprova a hipótese apresentada neste trabalho.

Cabe acrescentar que, em etapas posteriores de nossa pesquisa, buscaremos: (a) aprofundar a descrição das interrogativas, ampliando o *corpus*, de modo a incluir as interrogativas parciais; (b) relacionar a atribuição dos eventos tonais à formação de domínios prosódicos, conforme a teoria da Fonologia Prosódica (SELKIRK, 1984, 1986, 2000; NESPOR; VOGEL, 1986, 2007); e (c) investigar se as diferenças observadas em relação aos eventos tonais associados aos diferentes tipos de interrogativa podem ser percebidas por falantes nativos do dialeto paulista do PB, através de testes de percepção.

REFERÊNCIAS

- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: Doing Phonetics by Computer* [Computer program]. Version 5.3. 82. 2014. Disponível em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- CRUZ, M.; FROTA, S. Prosódia dos tipos frásicos em variedades do Português Europeu: produção e percepção. *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2011, p. 208-225.
- FERNANDES, F. R. Tonal association in neutral and subject-narrow-focus sentences of Brazilian Portuguese: a comparison with European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v.6, n.1, p. 91-115, 2007a.

_____. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. 2007b. 415 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FROTA, S. (Coord.). *InAPoP – Interactive Atlas of the Prosody of Portuguese*. Projeto de investigação científica (processo FCT PTDC/CLE-LIN/119787/2010). Universidade de Lisboa, 2012-2014.

FROTA, S.; CRUZ, M.; SVARTMAN, F.; VIGÁRIO, M.; COLLISCHONN, G.; FONSECA, A.; SERRA, C.; SCHWINDT, L. C. Portuguese: Labelling intonational variation across varieties of European and Brazilian Portuguese. *Workshop on Romance ToBI*, Universitat Rovira i Virgili, 2011.

FROTA, S.; CRUZ, M.; FERNANDES-SVARTMAN, F.; COLLISCHONN, G.; FONSECA, A.; SERRA, C.; OLIVEIRA, P.; VIGÁRIO, M. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In: FROTA, S.; PRIETO, P. (Eds.). *Intonational variation in Romance*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 235-283. Disponível em: <<http://labfon.letras.ulisboa.pt/InAPoP/resources.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. In: CASTRO, R. V.; BARBOSA, P. (Orgs.). *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. v.1. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, 2000, p. 533-555. Disponível em: <<http://labfon.letras.ulisboa.pt/InAPoP/resources.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JUN, S-A. *Prosodic Typology – The Phonology of Intonation and Phrasing*. New York: Oxford University Press, 2005. 474 p.

LADD, D. R. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 334 p.

_____. *Intonational Phonology*, 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 372 p.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H.; FROTA, S.; MATOS, G.; OLIVEIRA, F.; VIGÁRIO, M.; VILLALVA, A. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Ed. Caminho, 2003. p. 460-479.

MORAES, J. *The Pitch Accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis*. Laboratório de Fonética Acústica, Faculdade de Letras UFRJ/Faculdade de Letras UFRJ/CNPq, 2008. 9 p.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986. 327p.

_____. *Prosodic Phonology: with a new foreword*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. 327p.

PIERREHUMBERT, J. *The phonology and phonetics of English intonation*. 1980. 201 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass.

PIERREHUMBERT, J.; BECKMAN, M. *Japanese Tone Structure*. Cambridge, Mass: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1988. 280 p.

SELKIRK, E. O. *Phonology and syntax: The relation between sound and structure*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1984. 424 p.

_____. On derived domains in sentence phonology. *Phonology Yearbook*, n. 3, p. 371-405, 1986.

_____. The interaction of constraints on prosodic phrasing. In: HORNE, M. (Ed.). *Prosody: Theory and Experiment*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2000. p. 231-261.

SERRA, C. R. *Realização e percepção de fronteiras prosódicas no português do Brasil: fala espontânea e leitura*. 2009. 241 p. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. 2002. 317 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRUCKENBRODT, H.; SANDALO, M. F. S.; ABAURRE M. B. M. Elements of Brazilian Portuguese intonation. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 8, p. 75-114, 2009.

VIGÁRIO, M.; FERNANDES-SVARTMAN, F. R. A atribuição de acentos tonais em compostos no português do Brasil. In: BRITO, A. M.; SILVA, F.; VELOSO, J.; FIÉIS, A. (Orgs.). *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística – Textos Seleccionados*. Porto: Tip. Nunes, Ltda - Maia, 2010, v. 1, p. 769-786.

Recebido em: 03/05/2016

Aprovado em: 24/05/2016

Adaptações fonológicas na pronúncia de nomes de estabelecimentos comerciais brasileiros com elementos do inglês

Natália Cristine Prado

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil
natalia_cristine_prado@yahoo.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.681>

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as adaptações fonológicas que ocorrem nos nomes comerciais formados por elementos do inglês em contexto de Português Brasileiro, especificamente o processo de epêntese. Para realizar este estudo, primeiramente, coletamos nomes comerciais com elementos do inglês no interior do estado de São Paulo (Brasil) e, em seguida, submetemos uma amostra desses nomes comerciais que mantêm sua grafia inglesa à leitura por falantes do Português Brasileiro, com a intenção de comparar as realizações desses sujeitos com a pronúncia dessas palavras em Inglês Norte-Americano. Com este estudo, notamos que as adaptações na pronúncia dos anglicismos observados ocorreram para adequar as sílabas inglesas ao padrão silábico do português.

Palavras-chave: nomes comerciais; Português Brasileiro; Inglês Norte-Americano; epêntese.

Phonological Adjustments in the Pronunciation of Brazilian Trade Names with English Elements

Abstract

This research aims to observe phonological adjustments in the pronunciation of trade names formed with elements of English in the context of Brazilian Portuguese, specifically the process of epenthesis. For this study, trade names with elements of English were first collected in São Paulo countryside (Brazil). Next, Brazilian speakers were required to read a sample of trade names that keep their English spelling to compare these speakers' pronunciation with the pronunciation of these words in North American English. It was noticed that adjustments in the pronunciation of Anglicisms were motivated to adapt English syllables to the Portuguese syllable pattern.

Keywords: trade names; Brazilian Portuguese; North American English; epenthesis.

Introdução

O principal objetivo deste estudo é analisar a formação de nomes comerciais com elementos do inglês em Português Brasileiro (doravante PB) observando principalmente como os empréstimos se comportam fonologicamente nessa variedade da Língua Portuguesa. Pretendemos, com nossas análises, avaliar como falantes do PB pronunciam nomes comerciais criados a partir de palavras do inglês – enfocando o estudo das adaptações nos níveis fonético e fonológico, especificamente o processo de epêntese.

Sabemos, atualmente, que o empréstimo de palavras entre idiomas é um fenômeno natural e antigo. Para Paiva (1991, p. 109), “assim como importamos mercadorias de

outros países, palavras estrangeiras também terão ampla acolhida no mercado linguístico brasileiro”. Entretanto, esse tema vem ganhando destaque no meio acadêmico, na mídia e até mesmo na política¹ em razão da crescente quantidade de palavras emprestadas do inglês: os chamados anglicismos. Segundo a autora (PAIVA, 1991, p. 22), aprender inglês começou a se tornar muito importante e são diversos os motivos que levam as pessoas a estudar esse idioma. O inglês, para ela, é visto inclusive como uma forma de ascender socialmente e melhorar de vida.

De acordo com Carvalho (2009, p. 27-28), muitos anglicismos, como *bife*, *rosbife* e *lanche*, vieram diretamente da Inglaterra. No entanto, atualmente, com o deslocamento do centro do poder político para os EUA, os anglicismos passaram a ter origem, sobretudo, no Inglês Norte Americano (IA). Exemplos de vocábulos emprestados recentemente, já num momento de maior influência do IA, são palavras como *pen drive*, *skate* e *design* (CARVALHO, 2009, p. 28).

No contexto comercial, é muito importante que o produto a ser vendido alcance cada vez mais consumidores, ou seja, “fale” com o maior número de pessoas. Nesse sentido, a questão fundamental a ser pensada pelos grandes comerciantes e publicitários diante de um mundo “globalizado” é como negociar de modo eficiente em nível global e, para isso, muitos investem não só em publicidade em outros idiomas, mas nomeiam seu produto com palavras de uma língua que eles acreditam que muitas pessoas conheçam (ou que tenha prestígio), isto é, um idioma que tenha um papel de língua global. Atualmente, enquanto o inglês é reconhecido por muitas pessoas como uma língua de alcance global (CRYSTAL, 2003) – e muitos comerciantes escolhem palavras desse idioma para nomear seus produtos e negócios – muitas indústrias, lojas e marcas importadas, às vezes dos EUA, também entram na competição pelo mercado consumidor de diversos países. Produtos importados, em alguns casos, podem não ser acessíveis a todos os consumidores por conta do seu valor monetário mais alto que os produtos nacionais, o que faz com que, tradicionalmente, eles fiquem restritos à parcela da população economicamente privilegiada, adquirindo, assim, um *status* sofisticado. Por isso, podemos dizer que, no uso de elementos da língua inglesa na formação de nomes comerciais, há muito mais uma necessidade simbólica de identificação social e cultural do que propriamente a de nomear um novo objeto ou produto.

Levando em consideração o grande número de palavras da língua inglesa que circula de várias formas no PB, sempre surgem pesquisas sobre os anglicismos. Esses estudos, como afirma Paiva (1991, p. 127), vêm seguindo duas posturas diferentes: parte dos autores defende, de modo intransigente, o idioma nacional de uma influência estrangeira, enquanto a outra parte, com postura mais liberal, considera esse fenômeno uma consequência normal do desenvolvimento de qualquer língua. Todavia, ainda são poucos os estudiosos que têm se dedicado mais especificamente aos estudos da adaptação de estrangeirismos à fonologia do português. Dentre os trabalhos que observam este fenômeno, podemos destacar os estudos de Freitas (1984, 1992), Freitas et al. (2003),

¹ Não podemos deixar de nos referir aqui ao Projeto de lei n.º 1676 de 1999 do então deputado Aldo Rebelo. Este Projeto dispunha sobre “a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa” e visava à proibição do uso de palavras estrangeiras, sobretudo os anglicismos, no PB. Na época, o assunto gerou grande revolta na comunidade linguística, que se manifestou contrária ao Projeto (FARACO, 2004; FIORIN, 2004; GARCEZ; ZILLES, 2004; MASSINI-CAGLIARI, 2004a, 2004b; ZILLES, 2004; CARVALHO, 2009). Posteriormente, esse Projeto foi reformulado e aprovado pelo Senado em uma nova versão que foi proposta pelo senador Amir Lando, em 28 de maio de 2003.

Assis (2007), Massini-Cagliari (2010, 2011a, 2011b, 2013), Souza (2011), Prado (2014) e Macedo (2015). Assim como os trabalhos citados, este estudo tem o intuito de contribuir para as análises das adaptações fonológicas que podem acontecer quando um termo de uma língua estrangeira é inserido no contexto linguístico do português. Deste modo, pretendemos estudar o *status* fonológico dos anglicismos presentes no meio comercial em PB, observando especificamente os casos de epêntese.

Procedimentos metodológicos

Para dar início aos nossos estudos, primeiramente, coletamos nomes comerciais com elementos do inglês na região interiorana do estado de São Paulo. Para nossa busca, usamos o site *Guia Mais*², que contém a informação comercial dos 26 estados do Brasil e do Distrito Federal. A partir desse site, pudemos, com facilidade, observar os nomes comerciais do interior de São Paulo; além disso, as empresas estão separadas por categorias, o que facilitou a busca, a separação, a categorização e a quantificação dos dados. Com essa pesquisa, conseguimos consultar um total de 7271 estabelecimentos cadastrados no interior de São Paulo, sendo que 862 deles têm algum elemento da língua inglesa. *Big Lar Móveis*, *City Pão*, *Clean Plus*, *Mister Jovem*, *All Car Peças* e *Libertway Motel* são exemplos de nomes comerciais que se encontram em nosso *corpus*.

Posteriormente à coleta dos dados, realizamos a preparação de um experimento de leitura que tem como intenção observar a pronúncia dos nomes comerciais por falantes de PB. Como a produtividade do empréstimo de palavras do inglês em nomes comerciais é relativamente alta no nosso *corpus*, para esse experimento, foi escolhida apenas uma amostra de 184 nomes comerciais com palavras da língua inglesa que mantêm sua grafia original e que pertencem a diferentes setores do comércio e serviços. Os nomes comerciais foram apresentados em contexto de língua portuguesa em frases criadas para este experimento.

Após a escolha dos nomes e a montagem do experimento de leitura, selecionamos os informantes para a realização desta etapa. Consideramos, como melhor opção, a escolha de falantes adolescentes ou adultos, a partir do critério de familiaridade com a ocorrência de estrangeirismos nas duas modalidades da língua, oral e escrita. Dessa forma, selecionamos dez informantes residentes no interior de São Paulo (na cidade de Itirapina), sendo que cinco deles nunca tinham estudado inglês em escolas de idiomas e cinco já estudavam inglês há dois anos. Para facilitar a identificação da pronúncia de cada informante, utilizamos as abreviações PB-S-X para nos referirmos aos informantes do PB que não estudam inglês, PB-C-X para os informantes do PB que estudam inglês.

Realizamos as gravações diretamente no computador em uma interface com o PRAAT, utilizando o conjunto de fone e microfone Microsoft® LifeChat™ LX-3000, o que garantiu a qualidade sonora para a realização das análises, e não se explicitou o objetivo do experimento para o informante para não se influenciar seu resultado. Após as gravações, selecionamos 40 nomes comerciais que apresentavam contextos para diferentes processos fonológicos e realizamos a transcrição dos dados de acordo com o alfabeto fonético IPA, fazendo, em seguida, as análises fonológicas.

² www.guiamais.com.br.

Os casos de epêntese

Nesta seção, analisaremos os casos de epêntese que ocorreram na pronúncia dos nomes comerciais com elementos do inglês no contexto de língua portuguesa. Cagliari (1999, p. 132) explica que a inserção ou epêntese de uma vogal acontece para tornar uma sílaba canônica, desfazendo uma estrutura mal formada, sendo que essa inserção pode aparecer no início, no meio ou no final de palavras. O IA e o português diferem com relação aos moldes silábicos; dessa maneira, geralmente ocorrem ajustes silábicos na passagem de uma língua para a outra. Quanto à estrutura de suas sílabas, o inglês permite núcleo simples ou complexo, *onset* simples ou complexo, coda simples ou complexa, sendo que nem o *onset* nem a coda são obrigatórios.

De acordo com Hogg e McCully (1999[1987], p. 35), o inglês apresenta 12 padrões silábicos para monossílabos tônicos e 3 para monossílabos átonos, como se pode ver no quadro 1:

Monossílabos Tônicos				Monossílabos Átonos	
Id	VC	isle	VV	a	V
Bad	CVC	bye	VVC	an	VC
brad	CCVC	bide	CVV	the	CV
band	CVCC	bind	CVVCC		
brand	CCVCC	brid	CCVVC		
I	V	grind	CCVCC		

Quadro 1. Molde silábico do inglês (adaptado de HOGG; McCULLY, 1999[1987], p. 35)

No entanto, o quadro 1 não dá conta de sílabas do tipo CCCVCCCC, como em *strengths*, por exemplo, e de algumas outras sílabas da língua. Diante desse problema, concordamos com Roach (1998, p. 71-74), que afirma que essa é a maior estrutura silábica do inglês: três consoantes em *onset* e até quatro consoantes em coda silábica. Collischonn (2005[1996], p. 117) explica que não há consenso entre os estudiosos em relação ao molde silábico do PB, que determina o número máximo e mínimo de elementos permitidos em uma sílaba desta língua. A autora define os seguintes padrões silábicos para o PB:

V	é
VC	ar
VCC	<u>in</u> stante
CV	cá
CVC	lar
CVCC	<u>mon</u> stro
CCV	tri
CCVC	tres
CCVCC	<u>trans</u> porte
VV	<u>aula</u>
CVV	lei
CCVV	grau
CCVVC	<u>claus</u> tro

Quadro 2. Padrões silábicos do PB (COLLISCHONN, 2005[1996], p. 117)

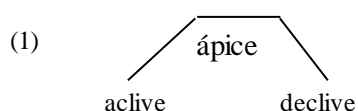
Ainda em relação ao português, Cagliari (2007, p. 116) propõe os moldes silábicos apresentados no quadro 3³:

³ No quadro 3, M significa monotongo, D significa ditongo e T significa tritongo.

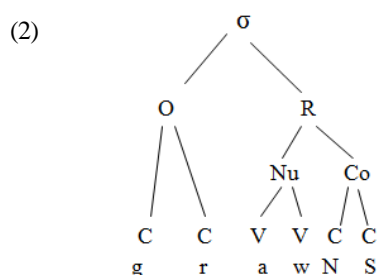
Padrão Silábico	Exemplo	Forma ortográfica	
V	[ɛ]	É	M
	[eø]	Eu	D
CV	[pɛ]	Pé	M
CV	[teø]	Teu	D
	[køø]	Qual	T
CCV	[kru]	Cru	M
	[kreø]	Creu	D
VC	[ɛs]	És	M
	[eis]	Eis	D
VCC	[xú i)/s]	Ruins	M
	[lêo)u)/s]	Leões	D
CVCC	[pɛs]	Pés	M
	[teos]	Teus	D
	[køais]	Quais	T
CVCC	[perspektiva]	Perspectiva	M
	[mæ)u)/s]	Mães	D
	[ságøø)u)/s]	Saguões	T
CCVC	[plastikø]	Plástico	M
	[u)mbrais]	Umbrais	D
CCVCC	[tre)/s]	Trens	M
	[kɔbro)u)/s]	Cobrões	D

Quadro 3. Sílabas do português (CAGLIARI, 2007, p. 116)

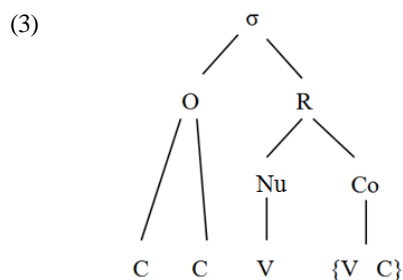
Collischonn comenta os trabalhos de Câmara Jr. (2010[1969]), Lopez (1979) e Bisol (1989), que refletem sobre a questão dos moldes silábicos. Embora Câmara Jr. (2010[1969]) não tenha feito um estudo dos moldes silábicos, podemos deduzi-lo a partir de sua análise. Para ele, a sílaba é formada de um aclave, de um ápice e de um declive, como no exemplo (1):



Nesta representação, o ápice é constituído por uma vogal, o aclave, por uma ou duas consoantes e, por fim, o declive, por uma das seguintes consoantes: /S/, /r/, /l/. Além dessas possibilidades, o declive pode apresentar uma consoante nasal – já que o autor interpreta as vogais nasais como sendo fonologicamente vogais fechadas por consoante nasal. Essa análise admitiria seis segmentos na sílaba, como, por exemplo, na palavra *grãos*, que, fonologicamente, teria a representação /grawNS/, como no exemplo (2), em que a ideia de Câmara Jr. aparece representada a partir da estrutura arbórea adotada posteriormente pelos modelos não-lineares.



Segundo Collischonn (2005[1996], p. 118), esse molde é inadequado, pois não há, em português, sequências de ditongo e duas consoantes (como **cairs* e **peuls*); dessa forma, seria necessário que a esse molde fossem acrescentadas algumas restrições, a fim de evitar essas sequências. Já Lopez (1979) propõe dois moldes: um para sílaba subjacente e outro para sílaba de superfície. Na sílaba subjacente, a autora considera até quatro elementos, sendo dois no *onset* e dois na rima. Segundo Collischonn, a proposta de Lopez pode ser traduzida na representação (3), na qual as chaves indicam diferentes alternativas de preencher um mesmo constituinte.



Esse molde, significativamente reduzido em relação ao de Câmara Jr., exclui as sílabas inexistentes, mas também exclui as existentes, como *deus*, *dois* e *caústico*. No entanto, na forma fonética, esse molde muda, admitindo três elementos no *onset* (como em *criança* e *prior*). Diferentemente de Câmara Jr., Lopez acredita que ditongos nasais têm a forma subjacente VnV, assim, *grão* tem a forma subjacente /granu/. Dessa forma, na ótica de Lopez, os ditongos nasais derivam de duas sílabas, das quais a segunda é iniciada por consoante nasal, que é apagada, passando a VV na superfície. A essa sílaba, podemos acrescentar o morfema de plural, o que faria com que a rima ficasse com três elementos e não quatro, como na proposta de Câmara Jr. Todavia, para Bisol (1989), o ditongo nasal deriva de uma sequência de VC subjacente, em que C se torna flutuante e uma vogal temática é acrescida. A associação posterior do traço nasal à rima cria o ditongo nasal. Para Collischonn (2005[1996], p. 120), esses dados indicam que a sequência de segmentos se ajusta ao padrão silábico CCVCC, cobrindo as sílabas máximas, como *fausto* e *monstro*.

No entanto, de acordo com Câmara Jr. (2004[1970], p. 54), as semivogais funcionam como consoante, ou seja, ocupam posições na sílaba normalmente reservadas a consoantes, mas são de natureza vocálica, ou seja, foneticamente são articuladas e compreendidas como vogais. Desse modo, surge uma dúvida acerca da representação das sílabas que contêm ditongos: seriam CVC ou CVV? O molde CVC pressupõe uma sílaba travada, enquanto que CVV, uma sílaba aberta. Embora esta seja uma discussão importante para o levantamento dos tipos silábicos do português e para outras questões que envolvem a determinação do peso e da estrutura silábica (como o posicionamento do acento lexical), neste trabalho, admitiremos que o *glide* está posicionado no núcleo, seguindo a opinião de Câmara Jr. (2004[1970]), uma vez que a diferenciação de posicionamento do *glide* no núcleo ou na coda não afeta as análises desenvolvidas neste artigo⁴. Assim, considerando-se o *glide* no núcleo da sílaba, uma palavra como “grãos” teria a estrutura CCVVCC, conforme propõe Câmara Jr.. Pode-se assumir que a sílaba

⁴ Para conhecer os argumentos contrários ao posicionamento do *glide* no núcleo silábico em ditongos decrescentes do PB, remetemos o leitor ao trabalho de Bisol (1989) e Zucarelli (2002).

máxima do PB é, então, CCVVCC e não CCVCC, como observado nos quadros anteriores.

Freitas e Neiva (2006, p. 6) explicam que, em relação ao *onset* do inglês, quando as três posições possíveis são preenchidas, C1 deve ser obrigatoriamente a fricativa alveolar surda [s]; em posição de C2 só podem ocorrer oclusivas surdas, ou seja [p, t, k]; e C3 é ocupado apenas por líquidas ou *glides*, ou seja, [l, ɹ, j, w]. Ademais, as combinações possíveis destas consoantes também são restritas. Quando todas essas posições são preenchidas, a consoante mais próxima ao núcleo (C3) é uma soante contínua e pode vir precedida imediatamente por uma obstruente não sonora (C2). Já a posição C1 só pode ser ocupada, nesse caso, pelo segmento [s]. No entanto, quando as consoantes do *onset* são apenas duas, há um número maior de possibilidades e, se a consoante em C1 é uma fricativa alveolar surda, [s], ampliam-se ainda mais os tipos de combinações de segmentos. Nesse caso, a posição C2 pode ser ocupada por uma soante (exceto a palatal [j] e a velar [ŋ]), por uma obstruente surda não contínua, ou ainda por [f], esta última uma sequência rara na língua. Quando qualquer outra obstruente diferente de [s] preenche C1, a posição C2 fica restrita a *glides* e líquidas.

Segundo Cagliari (2007, p. 117), nas sílabas CV em PB, o *onset* pode ser qualquer consoante, porém não ocorre o tepe em início de palavras, e a lateral e a nasal palatais, no mesmo contexto, ocorrem só em poucas palavras do português. Já nas sílabas CCV (contendo C1 e C2), C2 será ou um tepe ou uma lateral alveolodental e, quando C2 for tepe, C1 pode ser qualquer oclusiva ou fricativa labiodental. Já quando C2 for uma lateral alveolodental, C1 poderá ser qualquer oclusiva, exceto oclusiva dental sonora, ou ainda, poderá ser uma fricativa labiodental desvozeada, como podemos observar no quadro 4:

C1	C2	V
p, b, t, d, k, g, f, v	r	V
p, b, t k, g, f	l	V

Quadro 4. Possibilidades do *onset* em português (CAGLIARI, 2007, p. 117)

Collischonn (2005[1996], p. 120) acredita que, em língua portuguesa, determinadas sequências de segmentos não são permitidas no *onset* complexo. Nessa posição, as sequências permitidas são plosiva + líquida; entretanto, os grupos /dɫ/, /tɫ/ e /vɫ/, apesar de permitidos pelo molde, são restritos a nomes próprios de origem estrangeira, como *Vladimir*. A autora também considera que o grupo /tɫ/ ocorre na palavra *atlas* e seus derivados. No entanto, podemos encontrar o grupo /dɫ/ em siglas, como em DLA (Departamento de Linguística Aplicada). Além disso, em posição inicial de palavra, não ocorre /p/ e /ɳ/, de modo que só encontramos esses segmentos nessa posição em palavras emprestadas de outras línguas, como, por exemplo, *lhama* e *nhoque*.

Sobre o núcleo do IA, que pode ser simples ou ramificado, Wells (2008) apresenta os seguintes ditongos /eɪ/ (*day*), /aɪ/ (*try*), /ɔɪ/ (*boy*), /oʊ/ (*show*) e /aʊ/ (*now*). Em relação ao núcleo do PB, que também pode ser simples ou ramificado, os ditongos podem ser classificados em ditongos crescentes e decrescentes (CÂMARA Jr., 2004[1970], p. 56). Os ditongos decrescentes são aqueles em que a proeminência silábica ocorre na primeira vogal e os ditongos crescentes são aqueles em que a proeminência silábica ocorre na segunda vogal, sendo que os ditongos nasais são sempre decrescentes. Para o autor, há um único caso de ditongo crescente em PB que nunca se realiza como hiato: a vogal assilábica /u/ depois de plosiva labial /k, g/ antes de vogal silábica, como na palavra *qual*,

que produz o que o autor chama de “tritongo”. Collischonn (2005[1996], p. 121) também acredita nessa ideia, dizendo que “há um tipo de ditongo crescente que não alterna com hiato. Trata-se de kw/gw, seguidos de a/o”. Já Bisol (1989) defende a não ocorrência de ditongos crescentes e interpreta estes casos como fonemas velares labializados: /k^w/ e /g^w/.

Freitas e Neiva (2006) comentam que, como a língua inglesa permite um agrupamento de até quatro consoantes em coda de final de palavra, considerando-se a sílaba do ponto de vista fonético, essa particularidade da língua inglesa impõe grandes dificuldades para os falantes brasileiros, cuja língua materna permite a ocorrência de no máximo dois segmentos consonânticos ao final de sílabas, com restrições muito limitadas quanto à classe de consoantes possíveis em tal posição.

Nas sílabas VC, conforme Cagliari (2007), a coda do PB poderá ser uma fricativa alveodental ou palatoalveolar, dependendo do dialeto, uma nasal qualquer ou uma rótica. Já nas sílabas VCC (contendo C3 e C4), C3 poderá ser uma nasal palatal ou velar ou uma rótica. Já C4 será sempre uma fricativa alveolar ou palatoalveolar, variando de acordo com o dialeto. Este último caso, lembra o linguista, ocorre somente em poucas palavras da língua, como nas palavras *perspectiva* e *perspicaz*. Cagliari (2007, p. 117) afirma que “no português brasileiro, algumas palavras variam foneticamente, podendo ter uma sílaba a mais ou a menos, dependendo de uma vogal breve e átona, em geral [ɨ]⁵, entre uma oclusiva, uma nasal bilabial ou uma fricativa alveolar surda, por um lado, e uma outra consoante por outro lado”. Já, para Lee (1993), a vogal epentética do PB é sempre, fonologicamente, /e/, já que este é o único segmento não-especificado na representação de base, que pode assumir as formas fonéticas de [e] ou [i]. Quanto aos estrangeirismos em específico, Lee (1993, p. 848) diz que “o falante nativo de português insere /e/ quando pronuncia palavras estrangeiras e siglas que têm os sons de [-soa] na posição final da sílaba”.

Como vimos, o padrão silábico da língua inglesa admite até três consoantes na posição de *onset*, diferentemente do português, que, para esta posição, admite apenas duas, obedecendo à fonotática da língua, que impõe restrições de agrupamento. Assim, algumas combinações que são possíveis de realização no IA não o são no PB (como é o caso da fricativa desvozada [s] seguida de uma ou mais consoantes (<sp>, <st>, <str>, <spr>) em início de sílaba). Por esse motivo, o falante do PB tem a propensão de acrescentar a vogal anterior alta [i] cada vez que se depara com *clusters* consonantais inexistentes em seu sistema fonológico.

Neste trabalho, identificamos a epêntese em suas duas formas de realização (inicial e final). Em PB, os casos de prótese (em início de palavras) foram motivados pelo não licenciamento de *onsets* compostos pelas sequências <sp> (palavras *sport*⁶ e *speed*) e <str> (palavra *street*) e foram realizados na maioria das pronúncias dos informantes (apenas uma realização no PB-S e duas no PB-C na palavra *street* não apresentaram esse fenômeno).

Já os casos de paragoge (no sentido de epêntese em final de palavra, não rítmica) em PB aconteceram em virtude do não licenciamento de oclusivas (/t/ - *sport*, /d/ - *speed*, /p/ - *stop*, /g/ - *bag*, /k/ - *tech*), fricativas (/f/ - *beef*⁷, /ʃ/ - *brush*) e nasal alveodental (/n/ -

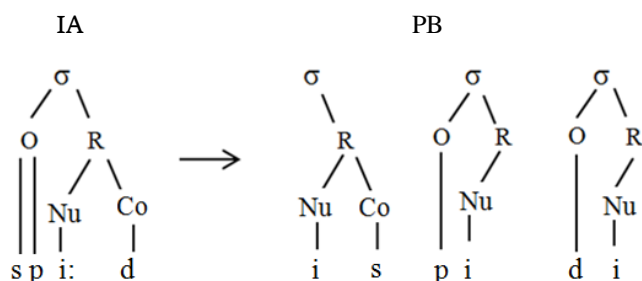
⁵ A vogal representada por [ɨ], em Cagliari (2007), corresponde a [ɪ], no padrão atual do IPA.

⁶ A palavra *sport*, enquanto nome comum, já está ortograficamente adaptada ao português *esporte*.

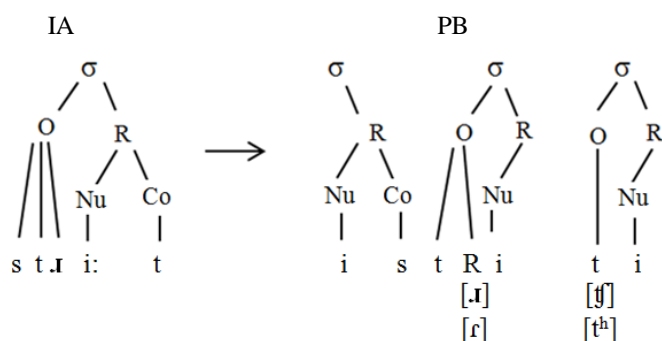
⁷ A palavra *beef*, enquanto nome comum, já está ortograficamente adaptada ao português *bife*.

design)⁸ na posição de coda no PB. A vogal [i], acrescentada por epêntese, desencadeou um processo de ressilabação das palavras, uma vez que a vogal epentética passa a ser núcleo de uma nova sílaba, como exemplificado em (4), (5), (6) e (7).

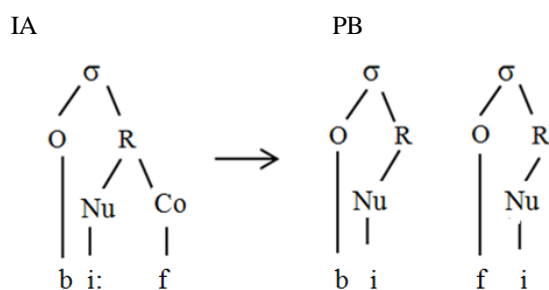
(4) *Speed*



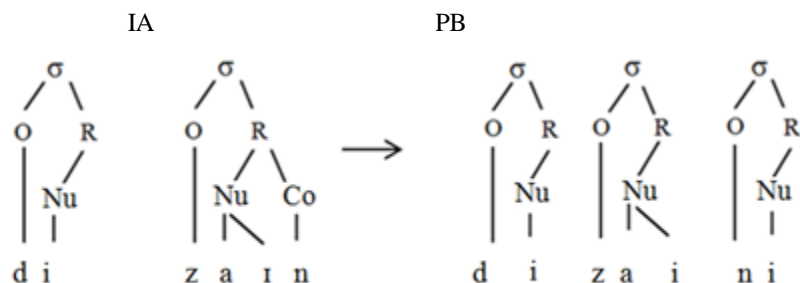
(5) *Street*



(6) *Beef*



(7) *Design*



⁸ Câmara Jr (2004[1970], p.52) considera como sendo apenas quatro as consoantes portuguesas possíveis em posição pós-vocálica, a saber /S/, /N/, /l/ e /R/.

Assim, as palavras *speed* e *street*, que tinham apenas uma sílaba em IA, passaram a ter três sílabas em português; a palavra *beef*, que também tinha uma sílaba em IA, passou a duas sílabas em português; e, por fim, a palavra *design*, que tinha duas sílabas em IA, passou a ter três em português. Com relação à palavra *design*, só há contexto para a epêntese porque o /n/ final não nasalizou as vogais anteriores na pronúncia de alguns sujeitos da pesquisa. Entretanto, em algumas realizações de informantes do PB-C, não ocorre epêntese no caso da palavra *design*, que passa a ser pronunciada com o /i/ final nasalizado [ɪ].

Notamos que os casos observados para o PB na pronúncia de nomes comerciais são semelhantes aos casos de epêntese mapeados na adaptação de nomes comuns, estudados por Assis (2007), e de nomes próprios, observados por Massini-Cagliari (2010, 2011a, 2011b, 2013) e Souza (2011). Em relação aos nomes comuns, Assis (2007, p. 154) constatou a ocorrência da epêntese para “resolver” sílabas não canônicas em PB, como no caso da palavra *spam*, um monossílabo em IA que passa a ter duas sílabas em PB após a epêntese (/spæm/ em IA e /iS.paN/ em PB). O mesmo foi constatado em relação aos nomes próprios, assim, o nome *Robert* pode ser adaptado para [hɔ̃.ber.fɪ], com três sílabas e uma vogal epentética no fim da palavra (MASSINI-CAGLIARI, 2011a, p. 62), e o nome *Steve* que, ao ser adaptado ao PB, também fica com três sílabas após duas epênteses (/iS.ti.vi/) (SOUZA, 2011, p. 195).

Considerações finais

O estudo dos nomes comerciais pode ser de interesse para várias disciplinas, como a publicidade e os estudos linguísticos – além de despertar a curiosidade das pessoas de modo geral. Tanto do ponto de vista dos publicitários quanto do ponto de vista dos comerciantes é essencial ter um nome que chame a atenção do público consumidor. Assim, diante desse contexto, no meio comercial o inglês acaba sendo visto como uma forma interessante de valorização do produto que está sendo vendido, isto é, os comerciantes acham mais “chique” um salão de beleza chamado *Angel’s Hair* do que, simplesmente, *Cabelo de Anjo* – talvez numa tentativa de associar aquele estabelecimento a um público-alvo formado por pessoas de maior poder aquisitivo.

A pesquisa realizada neste estudo observa as adaptações fonológicas que ocorrem na pronúncia de nomes comerciais com elementos do inglês por falantes de PB, focando especificamente nos casos de epêntese. Notamos com esse estudo que o PB tende a realizar epênteses para “resolver” sílabas que não são possíveis nessa língua. De modo geral, as análises das adaptações fonológicas de estrangeirismos presentes no léxico comercial corroboram os resultados alcançados por outros autores em pesquisas anteriores (FREITAS, 1984, 1992; FREITAS et al., 2003; FREITAS; NEIVA, 2006; ASSIS, 2007; SOUZA, 2011) de que as primeiras adaptações que acontecem com anglicismos, quando realizados por falantes de português, ocorrem no nível fonético-fonológico, sendo influenciadas, sobretudo, pelas distinções existentes entre os inventários fonético-fonológicos dessas duas línguas.

Por fim, podemos dizer que o tema deste artigo envolve questões de identidade linguística e cultural, pois o ato de nomear um estabelecimento comercial ou um produto com palavras estrangeiras é carregado de valor simbólico, pois, ao mesmo tempo em que

muitos comerciantes acreditam que o estrangeirismo valoriza seu negócio, alguns consumidores também tendem a apreciar mais essas lojas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, A. B. G. de. *Adaptações fonológicas na pronúncia de estrangeirismos do inglês por falantes de Português Brasileiro*. 2007. 266 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.5, n.2, 1989. p. 185-224.

CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. São Paulo: Paulista na, 2007. 194 p.

_____. *Fonologia do Português – Análise pela Geometria de Traço e pela fonologia lexical (Parte II)*. Campinas: edição do autor, 1999. 157 p.

CÂMARA JR., J. M. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes. 2010[1969]. 71 p.

CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009. 95 p.

COLLISCHONN, G. A sílaba em português. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre: EDIPURCS, 2005[1996]. p. 101-133.

CRYSTAL, D. *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 212 p.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 107-125.

FREITAS, M. A. de. Empréstimos, teoria auto-segmental e abertura vocálica. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: 1992. p. 71-81.

_____. *Os Empréstimos do Inglês no Português do Brasil*. 1984. 201 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FREITAS, M. A. de; NEIVA, A. M. S. Estruturação silábica e processos fonológicos no inglês e no português: empréstimos e aquisição. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)*. Ano 4, n.7, p. 1-27, ago. 2006. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-36.

HOGG, R.; McCULLY, C. *Metrical Phonology: a coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999[1987]. 279 p.

- LEE, S.-H. *Epêntese no Português*. In.: *Estudos Linguísticos XXII – Anais dos Seminários do GEL*. Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda, 1993. v.II, p.847-854.
- LOPEZ, B. *The sound pattern of Brazilian Portuguese (Cariocan dialect)*. 1979. 304 f. Tese (doutorado, PhD) – Los Angeles: University of California.
- MACEDO, N. Z. *Análise fonológica de nomes próprios de origem estrangeira e novas criações em Português Brasileiro*. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Changing Attitudes: Ways of Phonologically Adapting Proper Names in Archaic Brazilian and European Portuguese. In: KOLOKONTE, M.; JANKE, V. (Org.). *Interfaces in Language 3*. 1. ed. v. único. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2013. p. 159-178.
- _____. Loans and foreign first names as clues to Phonological Identity in Brazilian Portuguese. In: HORNSBY, D. (Org.). *Interfaces in language 2*. 1. ed. v. 1. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2011a. p. 53-67.
- _____. Adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira: comparação entre Português Arcaico e Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 40 (2), p. 795, mai.-ago. 2011b.
- _____. Discutindo questões de identidade a partir da (não) adaptação fonológica de nomes próprios de origem estrangeira no Brasil. In: NEVES, M. H. de M. *As interfaces da gramática*. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. (Série Trilhas Linguísticas 18). p. 73-90.
- PAIVA, V. L. M. de O. e. *A língua inglesa enquanto signo na cultura brasileira*. 1991. 312 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PRADO, N. C. *A influência da língua inglesa na formação de nomes comerciais: questões de identidade linguística e cultural*. 2014. 343 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- ROACH, P. *English Phonetics and Phonology: a practical course*. Cambridge: Cambridge University Press. 1998. 262 p.
- SOUZA, S. M. L. S. de. *Antropônimos de origem inglesa: adaptações ortográficas e fonético-fonológicas realizadas por falantes do português brasileiro de São Luís-MA*. 2011. 247 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- WELLS, J. C. *Longman pronunciation dictionary*. 3rd ed. Edinburg Gate: Pearson, 2008. 922 p.
- ZUCARELLI, F. E. *Ditongos e hiatos nas cantigas medievais galego-portuguesas*. 2002. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

Recebido em: 01/10/2015

Aprovado em: 31/01/2016

Análise de usos modais do verbo *dar* em entrevistas no português brasileiro

Cibele Naidhig de Souza

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil
cibelenasouza@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.804>

Resumo

Este artigo estuda padrões de comportamento linguístico do verbo *dar* em usos modais e busca identificar deslizamentos funcionais. A pesquisa examina entrevistas no português brasileiro do século XX retiradas do *Corpus do Português*, <<http://corpusdoportugues.org/>>. Utiliza-se, como aparato teórico-metodológico, do modelo da Gramática Discursivo-Funcional, GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que contempla quatro níveis gramaticais (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico), organizados em ordem descendente. Cada um dos níveis contempla camadas hierarquicamente estruturadas, que permitem identificar a expansão de escopos nos usos modais de *dar*, em direção ao nível discursivo da língua.

Palavras-chave: Gramática Discursivo-Funcional; modalidade; verbo *dar*.

An analysis of the modal uses of the verb *dar* in Brazilian Portuguese interviews

Abstract

This paper studies linguistic behavior patterns of the modal verb *dar* and seeks to identify functional slips. The research examines interviews in Brazilian Portuguese from the twentieth century found in the *Corpus do Português [Corpus of Portuguese]*, <http://corpusdoportugues.org/>. The Functional Discourse Grammar model (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), which has a top-down organization of four grammatical levels (Interpersonal, Representational, Morphosyntactic and Phonological Levels), is used as a theoretical and methodological approach. Each level includes hierarchically structured layers, which allow the identification of scopes' expansion in modal uses of the verb *dar* toward the discursive level of the language.

Keywords: Functional Discourse Grammar; modality; *dar* verb.

Introdução

Embora familiares aos falantes do português, usos modais de *dar* ainda recebem pouca atenção dos estudiosos, razão que nos leva a oferecer, neste trabalho, uma análise desses usos¹. Interessam ao estudo ocorrências como as seguintes²:

¹ Entre os poucos estudos dedicados a usos modais de *dar*, destacam-se Salomão (2008), Velloso (2007) e Coelho e Silva (2014), pautados em diferentes enfoques teóricos e comprometidos com objetivos também diversos.

² As ocorrências apresentadas são retiradas do *Corpus do Português* (<http://www.corpusdoportugues.org>).

- (1) *Em festas da escola, havia sempre quem recitasse poesias desses poetas e também de outros. A mim nunca pilharam para declamar, não **dou para** essas exhibições.*
- (2) a) *Da jaula dos leões, **daria para** escutar a conversa.*
d) *Eu tentei fazer uns sambas, mas não **deu**. Samba é diferente.*
- (3) *Não **dá para** ir de roupa curta na missa.*

Considere-se que essas ocorrências permitem interpretações amplamente aceitas como modais (PALMER, 1986; AUWERA; PLUNGIAN, 1998; HENGEVELD, 2004; entre outros), a saber: *facultativas/dinâmicas* – referentes à habilidade/capacidade de um participante (ter vocação, tendência, aptidão), como em (1), ou a condições circunstanciais que “habilitam” a ocorrência do evento (ser possível), como em (2); e *deônticas* – referentes àquilo que é permissível com base em alguma norma (legal, moral, social etc.), como em (3).

O objetivo deste artigo é estudar usos modais do verbo *dar*, buscando-se identificar deslizamentos funcionais e verificar tendência à cristalização em alguns padrões.

Em uma perspectiva funcionalista, examinam-se textos de entrevistas do português brasileiro do século XX retirados do *Corpus do Português*, disponível em <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Esse banco de dados abriga mais de 45 milhões de palavras do português (brasileiro e europeu) distribuídas por diversas sincronias (século XIV a século XX) e diferentes gêneros de fala e de escrita.

Em relação à estrutura do artigo, primeiramente delimita-se a base teórica que sustentará o exame. Nas duas seções seguintes, *A GDF, aparato teórico-metodológico* e *As modalidades na GDF*, apresentam-se pressupostos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF, daqui em diante), a classificação das modalidades e o modo como desenvolvimentos gramaticais e discursivos podem ser estudados nesse modelo. As duas seções que seguem a parte teórica são dedicadas à análise dos usos modais de *dar* e às generalizações sincrônicas que o exame permite inferir. Encerram o texto as considerações finais.

A GDF, aparato teórico-metodológico

As propriedades dos enunciados são adaptáveis aos objetivos comunicativos que o usuário procurar atingir ao usar tais enunciados. A GDF assume esse pressuposto funcionalista e busca descrever os enunciados alinhando a expressão a condicionamentos discursivos.

A GDF é um modelo teórico da gramática, que apresenta níveis ordenados hierarquicamente, em progressão *top-down* (de cima para baixo), do discurso para as unidades menores. Assim, esse modelo de gramática busca refletir em sua organização o processamento linguístico dos falantes.

A arquitetura geral do modelo, como se pode observar pela figura 1, é constituída de quatro componentes (conceitual, contextual, gramatical e de saída), sendo a GDF o componente gramatical de um modelo mais amplo de interação verbal.

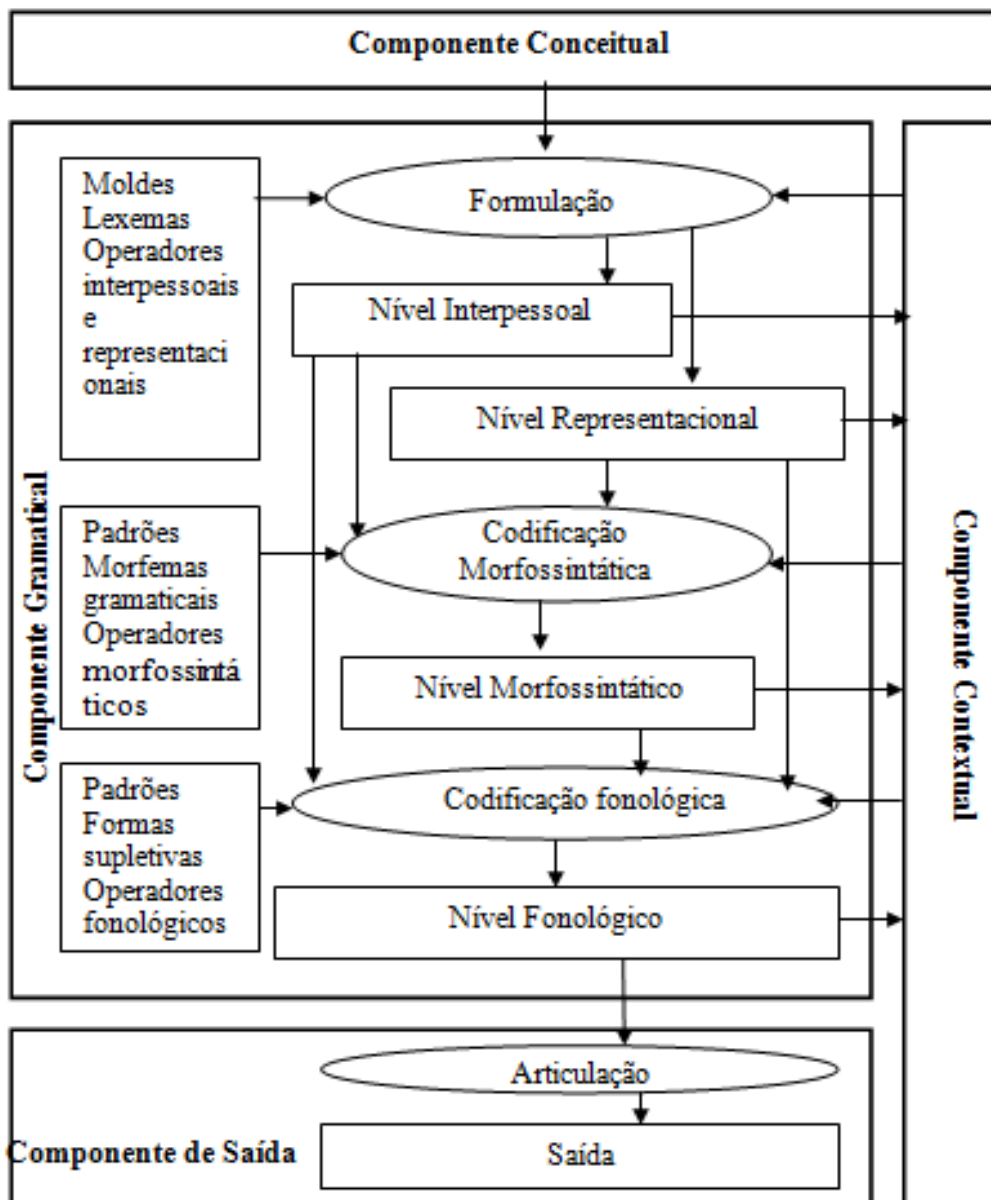


Figura 1 – Arquitetura geral da Gramática Discursivo-Funcional

Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p.13)

O Componente Gramatical é composto por níveis interligados e organizados de modo descendente: Nível Interpessoal (NI), Nível Representacional (NR), Nível Morfossintático (NM) e Nível Fonológico (NF). Nessa organização descendente, primeiramente se decide o propósito comunicativo para depois se selecionar e se codificar essa informação gramaticalmente: a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

Dois processos estão envolvidos na produção linguística, a formulação e a codificação. O NI e o NR são os níveis de formulação, o NM e o NF são os níveis de codificação. Cada um dos níveis é estruturado em camadas de vários tipos, também hierarquicamente organizadas.

No NI, captam-se as distinções de formulação que dizem respeito à interação entre falante e ouvinte, descrevem-se estratégias para se alcançar objetivos comunicativos. Em ordem hierárquica decrescente quanto ao escopo, as camadas do NI são: Movimento (M) > Ato Discursivo (A) > Ilocução (F) > Participantes (P) > Conteúdo Comunicado (C) > Subato de Atribuição (T) > Subato Referencial (R).

No NR, as unidades são descritas em termos de categorias semânticas que elas designam. As camadas do NR, em ordem hierárquica decrescente quanto ao escopo, são: Conteúdo Proposicional (p) > Episódio (ep) > Estado-de-coisas (e) > Propriedade Configuracional (f) > Propriedade lexical > Indivíduos (x).

As informações semânticas e pragmáticas do NI e do NR são codificadas no NM, que é responsável pelas representações estruturais que serão convertidas em construções fonológicas no nível seguinte, o NF. Como todos os níveis da GDF, o NM é estruturado em camadas ordenadas de modo decrescente: Expressão Linguística (Le) > Oração (Cl) > Sintagma (Xp) > Palavra (Xw) > Base (Xs) > Afixo (Aff).

Como o NM, o NF trata de aspectos de codificação. O Componente Fonológico recebe *input* dos outros níveis e o traduz em estrutura fonológica. Em organização hierárquica decrescente, as camadas do NF são: Enunciado (U) > Frase Entoacional (IP) > Frase Fonológica (PP) > Palavra fonológica (PW) > Pé (F) > Sílabas (S).

Oferecida essa visão panorâmica da GDF, com apresentação de aspectos mais relevantes para este estudo, considere-se, então, como o modelo permite capturar desenvolvimentos gramaticais e discursivos, interpretados como próprios de gramaticalização. Embora não seja intuito deste trabalho descrever usos modais de *dar* na perspectiva da gramaticalização, o que é uma interessante direção de estudos e será tema de outro escrito, examinar padrões de comportamento linguístico dos usos modais de *dar* à luz da GDF leva, necessariamente, a reconhecer diferentes graus de gramaticalidade.

Assume-se que alterações próprias da gramaticalização, processo de mudança linguística pelo qual uma palavra ou expressão lexical torna-se gramatical ou, se já gramatical, torna-se cada vez mais gramatical (HEINE et al., 1991; TRAUGOTT; HEINE, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; entre outros), podem ser sistematicamente descritas de um modo produtivo utilizando o aparato teórico da GDF, como têm mostrado trabalhos como Keizer (2007), Souza (2009), Hengeveld (2011, no prelo), Olbertz (2010), Casseb-Galvão (2011), Hengeveld e Hattner (2016).

Na GDF, a gramaticalização é compreendida como envolvendo mudanças formais e de conteúdo. Em relação ao conteúdo, os processos de gramaticalização acarretam gradualmente um aumento sistemático de escopo nas camadas e níveis, enquanto na questão formal acarretam um decréscimo sistemático de lexicalidade. (HENGEVELD, no prelo, p.1). Mudanças discursivas e de conteúdo são independentes, mas interagem, de modo que se um item tem seu escopo aumentado, não pode descer na escala de mudanças formais, e vice-versa. A figura seguinte ilustra percursos de alteração de escopo previstos na GDF.

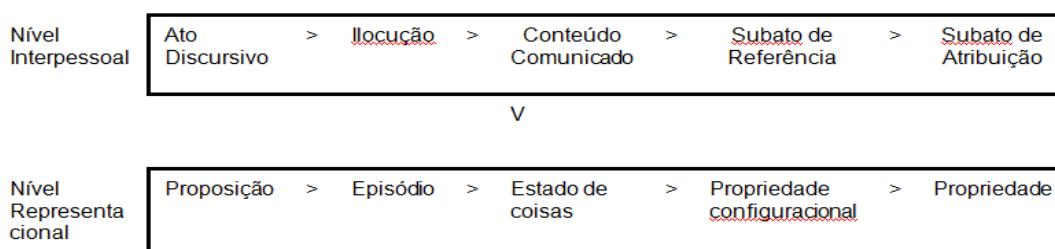


Figura 2 – Relações de escopo na GDF

Fonte: Hengeveld (no prelo, p.3)

A figura mostra que o modelo prevê três tipos de relações de escopo, com trajetórias nas camadas do NR (Proposição > Episódio > Estado-de-Coisas > Propriedade Configuracional), nas camadas do NI (Ato Discursivo > Ilocução > Conteúdo Comunicado > Subato de Referência > Subato de Atribuição), e do NR para o NI.

As modalidades na GDF

As distinções modais de Hengeveld (2004) são retomadas no modelo da GDF. A proposta surge do cruzamento de dois parâmetros, o alvo e o domínio da avaliação modal.

De acordo com o alvo³, as modalidades são subdivididas em três tipos, alocadas em diferentes camadas do NR:

- a) na camada das Propriedades Configuracionais (f)⁴, *orientada para o participante* – afeta a parte relacional da sentença como expressa por um predicado e se refere à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a potencial realização desse evento (exemplos: *João sabe jogar xadrez*, *A aluna pode entrar na sala* (foi autorizada), etc.);
- b) na camada dos Estados-de-coisas (e)⁵, *orientada para o evento* – afeta a descrição do evento contido na sentença, ou seja, a parte descritiva de uma sentença e se refere à avaliação objetiva do estatuto de atualidade do evento; em outras palavras, descreve a existência de possibilidades, obrigações gerais, etc., sem que o falante tome responsabilidade por esses julgamentos (exemplos: *Proibido fumar*, *O arquivo não pode ser anexado*, etc.);

³ Em trabalho posterior, Hengeveld (2011) distingue um quarto alvo de avaliação modal, a *modalidade orientada para o episódio* que, em Hengeveld (2004), foi considerada como um subtipo de modalidade, a orientada para o evento epistêmica (objetiva). Hengeveld (2011) indica que a modalidade epistêmica objetiva caracteriza episódios em termos da (im)possibilidade de sua ocorrência em vista daquilo que é conhecido sobre o mundo. Na modalidade orientada para o episódio, o tempo é absoluto, independente, e, na modalidade orientada para o evento, o tempo é relativo, dependente. Essa modificação da classificação não será considerada, porque, para este estudo, não é relevante.

⁴ A Propriedade Configuracional (f) não tem existência independente, não pode ser distinta em termos de tempo e de espaço, e somente pode ser avaliada em termos de sua aplicabilidade a um ou outro tipo de entidade ou a situação que as propriedades em geral descrevem (por exemplo, *cor*).

⁵ Estados-de-Coisas (e) podem ser localizados no tempo e no espaço, e podem ser avaliados em termos de sua realidade (por exemplo, *encontro*).

- c) na camada do Conteúdo Proposicional (p)⁶, *orientada para a proposição* – afeta o conteúdo proposicional de uma sentença, ou seja, a parte da sentença que representa as visões e as crenças do falante e diz respeito à especificação do grau de comprometimento do falante em relação à proposição que ele está apresentando (exemplos: *Pode ser que chova no dia do casamento de Bela, Eu acho que Lígia errou ao fazer aqueles comentários*, etc.).

Em relação à variação na perspectiva da avaliação modal (o domínio da avaliação), Hengeveld (2004) propõe os seguintes tipos: *facultativa* (referente à capacidade intrínseca ou adquirida); *deôntica* (referente àquilo que é permissível – legalmente, socialmente, moralmente); *volitiva* (referente àquilo que é desejável); *epistêmica* (referente àquilo que se conhece sobre o mundo atual); *evidencial* (referente à origem da informação contida sobre o mundo atual).

As combinações possíveis entre os domínios e os alvos modais são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 1 – Classificação das modalidades segundo Hengeveld (2004)

Domínio \ Alvo	Participante	Evento	Proposição
<i>facultativa</i>	+	+	-
<i>deôntica</i>	+	+	-
<i>volitiva</i>	+	+	-
<i>epistêmica</i>	-	+	+
<i>evidencial</i>	-	-	+

A relação hierárquica das camadas nas quais se alocam as modalidades *orientadas para o participante, para o evento e para a proposição* permite descrever diferentes graus de gramaticalidade de elementos modais. É possível, então, supor trajetos de desenvolvimento gramatical no campo modal, como representado pela figura seguinte:

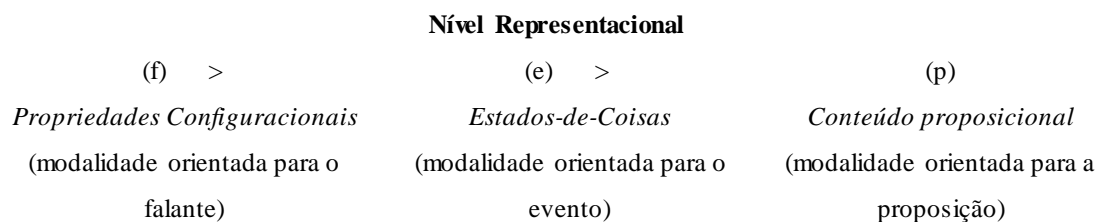


Figura 3 – Hipótese de gramaticalização no campo modal, segundo a GDF

Essas hipóteses de percurso são compatíveis, como destacam Hengeveld; Hattner (2016), com previsões de encaminhamentos de gramaticalização no campo modal formulados por outros pesquisadores, pautados em outros modelos teóricos como, por exemplo, Traugott e Dasher (2002) e Bybee et al. (1994). O que esses estudos apontam é que o desenvolvimento no campo modal se dá do mais concreto ao mais abstrato, com aumento gradual de subjetividade.

Traugott e Dasher (2002, p. 147) postulam que o desenvolvimento modal se dá, sempre, na direção de significados deônticos para epistêmicos, de escopo mais restrito

⁶ O Conteúdo Proposicional (p), sendo um construto mental, não pode ser localizado no espaço nem no tempo, e pode ser avaliado em termos de sua verdade (por exemplo, *ideia*).

para escopo mais amplo (âmbito de incidência dentro da proposição para âmbito de incidência sobre proposição), de aumento de grau de subjetividade, o que é condizente com o trajeto proposto pela GDF (figura 3).

A proposta de Bybee et al. (1994, p.194) para o desenvolvimento em direção aos valores epistêmicos, *habilidade > possibilidade de raiz/permissão > possibilidade epistêmica*, também aponta aumento de subjetividade e de abstratização. O percurso de mudança prevê que, de um significado mais concreto, *habilidade*, desenvolvem-se significados mais abstratos, mais subjetivos, mais centrados nas crenças e opiniões do falante (valores epistêmicos), desenvolvendo-se, antes, a *possibilidade de raiz* e a *permissão*. Note-se que tal hipótese é compatível com a da GDF (figura 3).

Análise de usos modais de *dar*

No exame de entrevistas do *Corpus do Português*, localizaram-se 165 ocorrências de usos modais de *dar*. Com base na classificação das modalidades adotada (HENGEVELD, 2004), observou-se que *dar* concentra-se fortemente no valor facultativo orientado para o evento (97% das ocorrências, 160/165), como em (4). Há, ainda, algumas poucas ocorrências do tipo deôntico orientado para o evento (1% das ocorrências, 2/165) como (5), e aquelas em que não é possível decidir com clareza entre o valor facultativo ou deôntico orientado para o evento (2% das ocorrências, 3/165), como (6).

- (4) *JC - Você acredita que a relação das rádios e da mídia em geral com a música pernambucana mudou depois da morte de Chico Science? Fred - Nos grandes veículos já dá para sentir uma diferença. Os jornais do Sul e o Multishow, por exemplo, começaram a demonstrar um maior interesse pela nova cena de Pernambuco. O público também tem acompanhado isto. Até o Sesc - Pompéia, uma das maiores casas de São Paulo, está interessado em fazer um evento mensal com as bandas daqui.*
- (5) *Uma grande editora brasileira também quis investir no personagem, mas não conseguiu classificá-lo. Não sabiam se era adulto, infantil... Pornográfico... Sei lá... Foi sempre muito difícil publicá-lo. Todos dizem que ele tem potencial mas não foi explorado "comercialmente". Eu não estou fazendo estas mudanças por que quero fazê-lo dar certo apenas comercialmente. Quero que ele dê certo pra mim. Eu mudei. Tenho filhos. Tenho quase 40 anos agora e vejo as coisas muito diferentes. Não dá pra fazer um personagem que não retrate pelo menos um pouco do que o autor é.*
- (6) *E o JB basicamente é um jornal carioca, é um jornal carioca da Zona Sul. E aí deu uma confusão ficou só quatro meses, mas foi uma loucura. Então dali pra cá é uma decadência total, é o processo final. Porque um jornal custa a morrer, tem muito tempo até sumir por completo; mas, pra mim, o Jornal do Brasil está morto. Não traz mais nenhuma informação que seja relevante, publica matérias como se fosse uma sede da agência Brasil, que é a agência oficial do governo, ou seja, não dá pra levar assim, isso um jornalzinho do interior pode fazer. Esse tipo de matéria que parece da agência Brasil seriam matérias pagas? Eu não vou dizer que sim porque eu não presenciei isso, mas houve uma orientação no sentido de que os repórteres buscassem o faturamento, o que é o contrário do que reza a ética jornalística e os espaços de coluna social eu tenho certeza que são vendidos — você não abre a página de um jornal pra ver a festa que aconteceu no final de semana de alguém.*

Em (4), *dá* tem o sentido de *ser possível*, em termos de condições favorecedoras para a ocorrência do evento descrito na sentença, que caracteriza a modalidade facultativa orientada para o evento. A ocorrência (4) pode ser parafraseada por *existem*

condições circunstanciais que possibilitam sentir uma diferença, em relação ao modo como as rádios e a mídia em geral consideram a música pernambucana.

Na ocorrência (5), dá também permitiria uma paráfrase com *ser possível*, mas, nesse caso, identifica-se uma orientação de conduta, então, um sentido mais adequado seria em termos de *ser permitido*. A fonte deôntica, em (5), é pautada em regras de comportamento que o informante, um escritor, adota, segundo as quais não é permitido, sendo uma pessoa madura (tem filhos, 40 anos de idade), realizar determinado trabalho (elaborar um personagem que não tenha nenhuma relação com ele). Configura-se, aí, a modalidade deôntica orientada para o evento, que caracteriza estados de coisas em termos daquilo que é obrigatório ou permitido, com base em um sistema de convenções morais ou legais, regras de conduta, de modo geral, não referentes a um participante em particular (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 174).

As leituras facultativa e deôntica seriam possíveis para a ocorrência (6). Em uma interpretação facultativa, *não dá para levar assim*, em (6), seria entendido como *não há condições que favoreçam o jornal continuar* (o jornal não traz nada que seja relevante, publica matérias como se fosse uma sede da agência Brasil, faz coisas que um jornal de interior faz). Seria possível, também, compreender que *não é permitido ao jornal continuar*, com base em um sistema de ética jornalística que não permite que, nas condições descritas, o jornal continue, e, então, a leitura seria deôntica.

Não foi localizado, nas ocorrências examinadas, o valor modal facultativo orientado para o participante, que descreve a habilidade, intrínseca ou adquirida, de um participante de se envolver no tipo de evento designado pelo predicado. Embora não ocorrentes no conjunto de textos selecionados para exame neste estudo, usos do verbo *dar* são bastante conhecidos dos falantes do português. O enunciado (1), localizado em uma crônica de Zélia Gattai no *Corpus do Português*, reapresentado como (7), é um exemplo.

- (7) *Em festas da escola, havia sempre quem recitasse poesias desses poetas e também de outros. A mim nunca pilharam para declamar, não dou para essas exposições.*

Nesse caso, o verbo *dar* expressa capacidade do sujeito, interpretada em termos de *vocação, jeito, aptidão, tendência* para algo. Em (7), a personagem diz que não tem *vocação, talento* para exposições. Considere-se que (7) é uma sentença negativa, mas que esse valor modal se realiza com o verbo *dar* também na forma afirmativa, como é possível verificar em outros *corpora*. Salomão (2008, p.84), por exemplo, apresenta o seguinte enunciado: *Carlos dá para linguista*.

Na escala dos valores modais, o uso facultativo orientado para o participante, como em (7), é o mais concreto, baseado em descrições de situações externas. Nesses casos, *dar* é verbo pleno, organizador de predicação, e o padrão estrutural é:

Padrão I - [Np + DAR PARA + Np]⁷

Diferentemente dos usos facultativos orientados para o participante, nos facultativos ou deônticos orientados para o evento, como (4) e (5), o verbo *dar* não é um organizador de predicação, um verbo pleno. O padrão estrutural desses usos é:

Padrão II - [DAR PARA + Vp_{FORMA NÃO FINITA}] ESTRUTURA IMPESSOAL⁸

⁷ Np é *nounphrase*, sintagma nominal.

Nesse padrão, o verbo *dar* assume sempre a forma impessoal, atua como um quase-auxiliar (HEINE, 1993, p.60), com complemento infinitivo introduzido pela preposição *para* (*Dá para sentir uma diferença*, por exemplo).

Note-se, nos usos facultativos e deônicos orientados para o evento, um aumento de abstratização, de subjetividade, em comparação aos facultativos orientados para o participante. O verbo deixa de se referir a um estado físico de um participante (vocação, tendência), e passa a referir a uma atividade, a um evento, que é avaliado em termos de possibilidade, de permissividade de sua realização.

O que se observa, portanto, é que, entre os orientados para o participante e os orientados para o evento, há uma mudança na camada de atuação (Propriedades Configuracionais e Estados-de-Coisas), acompanhada de diferenças em padrões estruturais e aumento de abstratização.

O valor facultativo orientado para o evento pode ser localizado, ainda, em outro padrão estrutural:

Padrão III - [Np + DAR PARA +Vp FORMA NÃO FINITA]

Nesses casos, um Np é localizado em posição inicial e pode ser analisado como sujeito morfossintático da construção. A ocorrência em (8a) é um exemplo:

(8a) *Estado - Mesmo com toda a popularidade, o sr. não ganhou dinheiro? Otelo – Olha, eu trabalhava na Urca e ganhava 200 mil réis por dia. A Linda Batista ganhava 500 mil. Isso não me incomodava porque os 200 mil réis **davam para** eu fazer o que quisesse. Era muito dinheiro.*

(8b) (...) porque **dava para** eu fazer o que eu quisesse com os 200 mil réis.

Nessa ocorrência, *dar* expressa a modalidade facultativa orientada para o evento: existem condições circunstanciais (a posse dos 200 mil réis) que habilitam a ocorrência do evento (fazer o que eu quiser). Em (8a), *os 200 mil réis* é sujeito morfossintático da construção, mas, em termos semânticos, é adjunto adverbial, como mostra a paráfrase (8b).

A motivação do posicionamento do sintagma, em (8a), está no conflito entre estatuto dado, ativo, de um referente e sua localização em um domínio que não contribui para a coesão discursiva e continuidade referencial. Observe-se, em (8a), que o assunto, nesse momento da entrevista, é salário, e Otelo, o entrevistado, argumenta que, embora seu ordenado de 200 mil réis fosse menor que o de outra pessoa (Linda Batista), isso não o incomodava, porque esse valor permitia a ele fazer o que quisesse. Nesse momento da conversa, o elemento discursivamente relevante é, então, *200 mil réis*. Por isso, este elemento é retomado pelo entrevistado e colocado em posição de destaque, no início da oração, assumindo a função pragmática de Tópico.

Há ajustes morfossintáticos. Na ocorrência (8a), há a perda da preposição *com* do adjunto adverbial, *com os 200 mil réis*. Pode-se verificar, ainda, concordância do verbo (*davam*) com o sujeito (*200 mil réis*).

Os casos de topicalização (PONTES, 1987) envolvem alterações na estrutura sintática motivadas por fatores pragmáticos. Um Np é localizado no início do

⁸ Vp é *verbal phrase*, sintagma verbal.

enunciado, uma posição de destaque na interação, porque é um elemento relevante, saliente no discurso.

Na GDF, a função Tópico é atribuída a um Subato do NI⁹ que tem função de sinalizar, no Ato Discursivo, como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no Componente Contextual, fornecendo um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada.

Observe-se que a posição inicial dos enunciados é tradicionalmente relacionada à função sintática de sujeito. De acordo com Garcia Velasco (2013), é sabido que a posição de sujeito comumente é associada à codificação de informação dada e, por isso, quando há a intenção de destacar algum item, a posição que o item assume é a de sujeito, pois a codificação de um elemento como sujeito é uma estratégia para sinalizar seu estatuto ativo, dado, na interação verbal.

Na língua portuguesa, Pezatti (2015) indica que a atribuição da função Tópico é marcada pela colocação do Subato Tópico no início da construção, sempre em posições do domínio de PI (posição inicial) na codificação morfossintática, e “o candidato mais natural à função Tópico é, sem dúvida, o constituinte configuracional que morfossintaticamente desempenha a função de Sujeito” (PEZATTI, 2015, p.8).

Note-se que, nas ocorrências orientadas para o evento até aqui examinadas, o verbo *dar* estabelece uma relação morfossintática com o conteúdo modalizado (*Dá para sentir uma diferença*, por exemplo). Há, porém, ocorrências, como (9), em que o verbo *dar* estabelece dependência discursiva com o conteúdo modalizado.

- (9) RAUL – *Cinco horas da tarde. Então eu vi. Enorme, rapaz, um negócio muito bonito. Inclusive os jornais levaram a coisa pro lado sensacionalista: O cara viu o disco voador. "O profeta do apocalipse" Eu dei muita risada com isso. Mas não foi nada, foi um disco muito bonito. O PASQUIM – Dá pra descrever o disco? RAUL – Dá, sim. Foi... era meio assim... prateado. Mas não dava pra ver nitidamente o prateado porque tinha uma aura alaranjada, bem forte, e em volta.*

Em (9), o uso da forma *dá* é motivado pelo uso anterior do interlocutor que pergunta sobre a possibilidade de se descrever o disco. A resposta com *dá* confirma a possibilidade.

Nesses casos, a forma impessoal *dá* é uma peça avulsa, rotinizada, com escopo sobre porções do discurso. O funcionamento da construção é relacionado ao fluxo conversacional, e o que merece ser destacado é o nível de atuação da construção nesses casos: há um aumento de escopo, em que a construção modal com *dar* passa a atuar como elemento do NI.

Propõe-se o seguinte padrão estrutural para esses usos, sempre facultativos orientados para o evento:

⁹ Para melhor compreensão de como se prevê, na GDF, a atribuição de função pragmática, considere-se que o Movimento, camada mais alta do NI, consiste em um ou mais Atos Discursivos, que, por sua vez, organiza-se em um esquema ilocucionário que abarca os participantes da interação e o Conteúdo Comunicado, composto por Subatos, entendidos como formas comunicativas de ação do falante, que podem ser de Atribuição (uma tentativa do Falante de evocar uma Propriedade (f) que se aplica a uma entidade), ou de Referência (uma tentativa do falante de evocar uma entidade, que será de um tipo particular de categoria semântica como, por exemplo, Indivíduo (x), Locação (l), Tempo (t), Razão (r). Quantidade (q)), e a esses Subatos podem ser atribuídas funções pragmáticas, como a de Tópico.

Padrão IV - [DAR] FORMA IMPESSOAL

Dar, no padrão IV, fórmula avulsa do discurso, pode modalizar, ainda, um conteúdo do enunciado já enunciado por outro participante, como (10), ou um conteúdo enunciado pelo próprio locutor, como (11).

- (10) *Fanboy: Recentemente os quadrinhos tiveram a perda de um de seus maiores ídolos, Will Eisner, você poderia fazer alguns comentários acerca disso? Campos: Não dá.*
- (11) *Você só começou a escrever com o rap? Não houve nada antes? Eu tentei fazer uns sambas, mas não deu... Samba é diferente. Eu aprendi a ser um cara ligeiro foi no rap.*

A ocorrência (10) pode ser compreendida como *não dá para fazer alguns comentários acerca disso*, e (11), como *Não deu para fazer uns sambas*. Tais paráfrases indicam que o conteúdo escopado é enunciado anteriormente.

Como uma fórmula avulsa, exemplificada em (9)-(11), *dar* não estabelece relação modal canônica, no nível das proposições, mas atua no nível dos atos de fala, das relações interpessoais, é um elemento do NI.

Considerados os valores modais expressos por *dar* e os padrões estruturais nos quais ocorrem, resta apresentar indícios de rotinização que a pesquisa revelou, sendo um deles já enunciado: a predominância do valor facultativo orientado para o evento (97% das ocorrências, 160/165), como em (4), entre outros exemplos apresentados.

A verificação dos contextos negativos, das formas flexionais do verbo e dos padrões estruturais revelou que há predominância de formas negativas (64% das ocorrências, 106/165), no presente do indicativo (75% das ocorrências, 123/165), na terceira pessoa do singular (99% das ocorrências 164/165) e no padrão II, [DAR PARA + Vp FORMA NÃO FINITA] ESTRUTURA IMPESSOAL (83% das ocorrências, 137/165). Tais resultados apontam para a rotinização da construção *não dá para*, como em (5), já apresentado.

Padrões de usos modais de *dar* e hipóteses de desenvolvimento

As análises revelam expansão dos escopos nos usos modais de *dar* em direção a camadas e níveis mais altos do modelo da GDF, aumento de gramaticalidade e de abstratização.

Os usos modais de *dar* examinados alocam-se nas camadas das Propriedades Configuracionais (f), dos Estados-de-Coisas (e), do NR, e se constituem como elementos do NI, revelando a trajetória (f)>(e)>NI, que é compatível com propostas de percursos gramaticais de mudança semântica e formal no próprio modelo da GDF (HENGEVELD, no prelo) e, ainda com outros estudos sobre o desenvolvimento no campo modal (BYBEE et al., 1994; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

Na camada f, *dar* realiza-se como um verbo pleno, expressão de habilidade de um sujeito participante em termos de vocação, tendência, configurando-se a modalidade facultativa para o participante (*Eu não dou para essas exposições*).

Na camada e, *dar* atua como um quase-auxiliar (HEINE, 1993) introduzindo um verbo infinitivo por meio da preposição *para*. A interpretação modal, nesse caso, é facultativa orientada para o evento, em que se descreve a possibilidade de ocorrência de um evento em termos das condições circunstanciais que habilitam sua realização (*Nos*

grandes veículos já dá para sentir uma diferença.), ou deôntica orientada para o evento, em que se descreve um estado de coisas como permitido em um sistema de convenções morais ou legais, regras de conduta (*Não dá pra fazer um personagem que não retrate pelo menos um pouco do que o autor é.*).

Como fórmula avulsa, *dá* tem seu funcionamento ligado ao fluxo conversacional, âmbito de incidência captável na interação, implicado na situação comunicativa, configurando-se como um elemento do NI.

A identificação de padrões estruturais, em associação com a expansão dos escopos capturada por meio do modelo da GDF, sugere deslizamento da construção, da gramática ao discurso, com aumento de abstratização e perda de propriedades lexicais, compatíveis com um processo de gramaticalização. Tais encaminhamentos podem ser ilustrados pela seguinte figura:

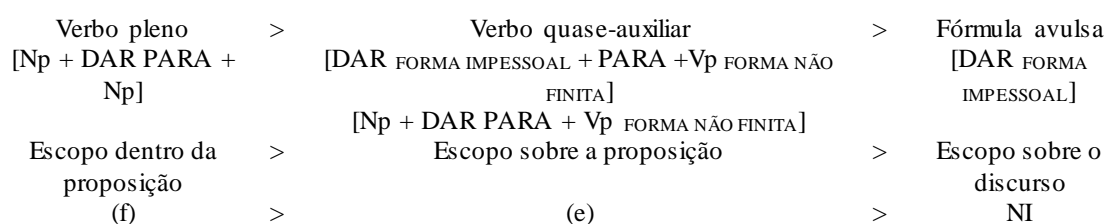


Figura 4 – Trajetos de desenvolvimento de construções modais com *dar*

O esquema ilustra as extensões verificadas na análise dos usos modais de *dar*, a partir das quais é possível inferir um processo de mudança, que parte de formas plenas, se desenvolvem formas quase-auxiliares do verbo e daí construções avulsas do discurso. Essa hipótese de desenvolvimento do verbo *dar* no campo modal é baseada em generalizações sincrônicas, e requer comprovação diacrônica.

Considerações finais

O objetivo do artigo foi examinar padrões de comportamento linguístico do verbo *dar* em usos modais, identificando-se deslizamentos funcionais. Para tanto, utilizou-se a GDF como aparato teórico-metodológico, e analisaram-se entrevistas do português contemporâneo retiradas do *Corpus do Português*.

Neste estudo, *dar* em usos modais é localizado com os valores *facultativo orientado para o evento* e *deôntico orientado para o evento*. Embora não identificado nos textos selecionados para exame, argumentou-se que *dar* pode assumir, também, o valor facultativo orientado para o participante.

Propôs, então, quatro padrões estruturais para os usos modais de *dar*:

- Padrão I - [Np + DAR PARA + Np]
Eu não dou para essas exposições
- Padrão II - [DAR PARA + Vp FORMA NÃO FINITA] ESTRUTURA IMPESSOAL
Dá para sentir a diferença
- Padrão III - [Np + DAR PARA + Vp FORMA NÃO FINITA]
Os 200 réis davam para eu fazer o que quisesse

- Padrão IV - [DAR] FORMA IMPESSOAL

Entrevistador - Dá para descrever o disco?

Entrevistado - Dá

O modelo da GDF permitiu verificar nos usos novos e cristalizados de *dar* uma sequência na expansão dos escopos, de participante, que se localiza na camada das Propriedades Configuracionais, do NR (padrão I), para uma camada mais alta na hierarquia do modelo adotado, a do *Estado-de-Coisas* (padrão II e II) e daí para o NI (padrão IV).

A pesquisa revelou, ainda, que o verbo *dar*, em usos modais, caracteriza-se por ocorrer frequentemente na expressão fixa e rotineira *não dá para*, uma forma negativa e impessoal no presente do indicativo, com o valor facultativo orientado para o evento.

REFERÊNCIAS

AUWERA, J. V.; PLUNGIAN, V. Modality's semantic map. *Linguistic Typology* 2, 1998, p. 79-124.

BYBEE, J. L.; PERKINS, R.D.; PAGLIUCA, W. *The evolution of Grammar. Tense, Aspect and Modality in the Language of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994. 398 p.

CASSEB-GALVÃO, V.C. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. *Filologia linguística portuguesa*, n. 13(2), p. 305-335, 2011.

COELHO, S. M.; SILVA, S. E. P. O *continuum* de gramaticalização do verbo dar: de predicador a auxiliar. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 18, n.34, p. 23-40, 2. Sem., 2014.

GARCIA VELASCO, D. G. Raising in functional discourse grammar. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.). *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2013. p. 249-275.

HEINE, B. *Auxiliares – Cognitive forces and grammaticalization*. New York / Oxford: Oxford University Press, 1993. 162 p.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991. 318 p.

HENGEVELD, K. A hierarchical approach to grammaticalization. In: HENGEVELD, K.; NARROG, H.; OLBERTZ, H. (eds.). *The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality and Evidentiality from a Functional Perspective*. Berlin: de Gruyter Mouton. (no prelo). 22 p.

_____. Illocution, Mood and Modality. In: BOOIJ, G., LEHMANN, C., MUGDAN, J. (eds.). *Morphology. A handbook on Inflection and Word Formation*, v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201.

_____. The grammaticalization of tense and aspect. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The handbook of grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 577-591.

- HENGEVELD, K.; HATTNER, M. M. D. The grammaticalization of modal verbs in Brazilian Portuguese: A synchronic Approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, 15, 1, p.1-14, 2016.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008. 503 p.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 277 p.
- KEIZER, E. The lexical-grammatical dichotomy in Functional Discourse Grammar. *Alfa*, São Paulo, 51 (2), p. 35-56, 2007.
- OLBERTZ, H. The grammaticalization of the Spanish connector *pues* – a proposal for an FDG account. *International Conference on Functional Discourse Grammar*. Lisboa, 2010. (não publicado)
- PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 237 p.
- PEZATTI, E. G. Um novo olhar para uma velha questão: ordenação de constituintes e a expressão de tópico, foco e contraste em português. *A gramática da oração: diferentes olhares*. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2015. p. 69-100.
- PONTES, E. S. L. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987. 169 p.
- SALOMÃO, M. M. M. Construções modais com *dar* no português do Brasil: metáfora, uso e gramática. *Revista de estudos da linguagem*. Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 83-115, jan./jun. 2008.
- SOUZA, E. R. F. *Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no português brasileiro: um estudo sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional*. 2009. 273f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 341 p.
- TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. v.1 Amsterdam: John Benjamins, 1991. 360 p.
- VELLOSO, M. *A emergência da gramática: estudo da idiomatização da Construção modal com “dar” no Português do Brasil*. 2007. 95 p. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 25/06/2016

A modalidade deôntica na construção completiva impessoal com matriz *ser + preciso*: uma análise cognitivo-funcional

Dayane Alves Wiedemer

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil
daywiedemer@outlook.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.775>

Resumo

A partir dos pressupostos do Funcionalismo norte-americano e da Linguística Cognitiva, apresentamos os resultados da análise da construção completiva impessoal composta por matriz com verbo *ser + preciso*, e os diferentes graus da modalidade deôntica (obrigação externa, obrigação interna e necessidade). Para compor os *corpora* de análise, utilizamos dados extraídos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Quanto aos resultados, observamos que há predominância da posição da oração matriz à esquerda, marcando a atitude do falante. Vimos que há maior uso da obrigação externa, seguida da necessidade e, por fim, um menor uso da obrigação interna. Quanto aos tipos de verbo da oração completiva, na obrigação externa há um maior uso de verbos dinâmicos; na obrigação interna prevalece o uso de verbos cognitivos ou epistêmicos; e, na necessidade, há ocorrências de verbos tanto dinâmicos quanto cognitivos.

Palavras-chave: funcionalismo; modalidade deôntica; oração completiva; impessoalidade.

The Deontic Modality in Impersonal Completive Constructions Composed of a Matrix Clause with *ser + preciso*: a Cognitive-Functional Analysis

Abstract

From the assumptions of the American Functionalism and Cognitive Linguistics, this paper presents the results of an analysis about impersonal completive constructions composed of a matrix clause with the verb *ser + preciso*, and the different degrees of the deontic modality (external obligation, internal obligation and necessity). To compose the *corpora* for analysis, data extracted from the newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo* were extracted. As for the results, it was noticed that the matrix clause is predominantly positioned on the left of a construction, which indicates the speaker's attitude. In addition, there is a greater use of external obligation, then necessity and, finally, a less use of internal obligation. As for the types of verbs in completive constructions, dynamic verbs are most used in external obligation; cognitive or epistemic verbs are predominant in internal obligation; and both dynamic and cognitive verbs occur in necessity.

Keywords: functionalism; deontic modality; completive construction; impersonality.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa¹ feita acerca da construção completiva impessoal com verbo *ser + preciso*, que é constituída de *uma oração matriz (ser [conjugado na 3ª pessoa do singular] + preciso) + uma oração completiva com função de sujeito sintático*, conforme exemplificado em (01) e (02).

¹ Os resultados aqui apresentados são oriundos da minha monografia de graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (2014).

- (01) *Durante o Fórum de Mobilidade Urbana, organizado por esta Folha, em São Paulo, foi consensual a opinião de que, além dessas iniciativas, é preciso haver uma gestão eficiente de ocupação territorial. Trata-se de organizar a cidade de forma mais compacta, reduzindo a distância entre casa, comércio e trabalho, sem descuidar de ciclovias e calçadas amplas.*
(Folha de São Paulo, outubro 2013)²
- (02) *Estavam no grupo pessoas de dinheiro, é claro, preocupadas, por exemplo, com o imposto sobre grandes fortunas. Aliás, perguntaram ao governador e adoraram a resposta. Campos disse: há impostos demais no Brasil. É preciso reduzi-los e torná-los mais progressivos; ricos devem pagar mais, mas não se pode esfolar o investidor e a empresa.*
(O Globo, outubro 2013)³

A oração matriz com *ser + preciso* é uma estrutura linguística relacionada à modalidade deôntica, que se encontra no eixo da conduta e expressa os valores de *obrigação*, podendo ser moral, *interna* e ditada pela consciência ou *obrigação* material, *externa*, social e ditada pelas circunstâncias (ALMEIDA, 1980; NEVES, 1996), além do valor de *necessidade*. Embora haja sujeito oracional exposto, depreende-se a leitura do matiz semântico impessoal da estrutura predicadora, alçada à posição inicial da construção. Com esse recurso, contrasta-se a informação da construção completiva impessoal com o entorno discursivo (em 1ª e 3ª pessoas do plural), minimizando a própria participação no evento, descomprometendo-se da informação veiculada (NEVES, 1996; DIAS, 2013a, 2013b).

Observar os diferentes usos dos graus de modalidade implica analisar como o falante emprega determinado recurso para marcar a impessoalidade em seu discurso, a fim de se distanciar, para não se comprometer com as informações veiculadas, seja, por um lado, em caráter predominantemente obrigatório, e, por outro lado, predominantemente necessário.

Para compor os *corpora* de análise, selecionamos os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, ambos na seção “Opinião”, e disponíveis em seus acervos *on-line*, respectivamente, <http://oglobo.globo.com/opiniao/> e <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/>, e coletamos dados dos meses de setembro e outubro de 2013. A escolha dos jornais se deve à linguagem formal utilizada, pois percebemos que, quanto mais informal for a situação de fala, menor será o uso da construção completiva subjetiva. A escolha da seção “Opinião”⁴ se deve ao fato de que, em outros gêneros e seções, não foram encontrados dados significativos para avaliação.

Na análise qualitativa, consideramos as realizações sintáticas, semânticas e pragmáticas que puderam justificar o uso da sentença complexa, bem como permitiu-nos justificar o uso da modalidade deôntica, verificando seus graus e observando se há restrições quanto ao gênero textual. Na análise quantitativa, consideramos a contagem feita por frequência simples, como recurso sistemático para que todos os fenômenos pudessem ser testados de maneira análoga.

Para a avaliação das ocorrências, consideramos os seguintes elementos: (i) a ocorrência do predicador (*é preciso*) na oração matriz; (ii) valor semântico-pragmático da

² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/10/1355589-editorial-mais-mobilidade.shtml>

³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/entre-mercado-o-social-10314938>

⁴ Bräkling (2000) define o artigo de opinião como um gênero que propicia a busca pelo convencimento do outro sobre alguma ideia. Dessa forma, há a tentativa de influenciá-lo e transformar seus valores a favor, seja refutando, seja atestando, uma posição.

oração matriz (*obrigação interna, obrigação externa, necessidade*); e (iii) tipo semântico de verbo (*dicendi, dinâmico, cognitivo, implicativo*.) da oração completiva subjetiva.

Delimitamos, como hipóteses, alguns pontos considerados essenciais na compreensão do assunto: (i) a posição da oração matriz à esquerda marcaria mais a atitude do falante; (ii) o uso da construção *é preciso* caracterizaria a impessoalidade em relação ao entorno discursivo; (iii) os valores de obrigação (interna ou externa) e necessidade seriam variáveis de acordo com a completiva subjetiva; (iv) o tipo de verbo da oração completiva teria relação com o grau da modalidade expresso na construção.

O presente artigo se organiza da seguinte forma: (i) na primeira seção, apresentamos a fundamentação teórica basilar desta pesquisa; (ii) na segunda seção, é feita uma breve revisão sobre os conceitos de modalidade; (iii) na terceira seção, a noção de construção impessoal é discutida a partir da perspectiva cognitiva; (iv) na quarta seção, examinamos os resultados e interpretamos as hipóteses investigadas; (v) na quinta seção, tem-se as considerações finais, e, por fim, nossas referências bibliográficas.

O Funcionalismo norte-americano e a Linguística Cognitiva

O Funcionalismo Norte-Americano é uma corrente teórica que estuda a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas podem ser usadas, ou seja, há uma vinculação entre discurso e gramática. A proposta, então, é a de que esse estudo seja feito simultaneamente para que seja possível entender como a língua se configura (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Givón (1979) sustenta que a linguagem evolui do âmbito pragmático para o âmbito da gramática, ou seja, a gramática tem sua origem no discurso, entendido como um conjunto de estratégias empregadas pelo usuário da língua para organizar, de modo funcional, o seu texto para um determinado ouvinte em alguma situação comunicativa, seja oral ou escrita.

Nesse modelo, a gramática é vista como um sistema aberto, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia a dia, sendo assim, a gramática é o anexo maleável e internalizado das formações vindas da língua em uso, do discurso e das situações interacionais acumuladas pelos indivíduos no decorrer da vida. Devido a isso, o Funcionalismo explicará a organização dessa gramática e as suas estratégias com base nos princípios cognitivos e comunicativos (CUNHA; TAVARES, 2007).

As autoras (*op. cit.*) entendem que, se a gramática é constituída em contextos específicos de uso da língua, para compreendê-la temos que levar em conta a perspectiva discursivo-textual; assim, será possível explicar a forma da língua a partir das funções que ela desempenha na comunicação.

A Linguística Cognitiva vê o comportamento linguístico como reflexo de capacidades cognitivas que dizem respeito à experiência humana no contexto de suas atividades individuais, sociointeracionais ou culturais. Dessa forma, as construções linguísticas são concebidas como esquemas cognitivos padrões usados para desempenhar outras atividades, ou seja, são procedimentos parcialmente automatizados utilizados para produzir comunicação. O falante, então, adquire o conhecimento ao passo em que aprende

a usar a sua língua. Posto isso, assume-se que as categorias linguísticas são assentadas na experiência que temos das construções em que ocorrem.

Silva (1997), ao expor a teoria, afirma que a Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo e que ela rejeita os pressupostos da autonomia da linguagem, como a separação entre o conhecimento semântico e o conhecimento extralinguístico. Além disso, por atribuir grande importância ao caráter funcional dos fenômenos linguísticos e por desenvolver uma análise baseada no uso, é uma linguística pragmaticamente orientada, sintonizada, portanto, com a linguística funcional.

Sobre a união das duas teorias, que resultam na abordagem mais recente da Linguística Cognitivo-Funcional, Cunha, Bispo e Silva (2013) afirmam que as duas correntes compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, entre outros. A gramática, então, passa a ser vista como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua e, portanto, pode ser afetada pelo uso linguístico.

A modalidade: breve revisão

As modalidades baseiam-se em modelos lógicos, porém diferenciam-se deles por suas formas não contínuas que assumem as línguas. Os modelos lógicos são baseados principalmente em dois eixos básicos, o de conhecimento e o de conduta, que são pertinentes às funções linguísticas e de modalidade.

De modo geral, “a modalidade pode ser definida como o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa” (QUIRK, 1985 *apud* NEVES, 1996, p. 164), assim, podemos definir a modalidade como a avaliação do falante acerca daquilo que se é dito.

Em termos gerais, a noção de modalidade resulta em uma análise semântica do enunciado que permite, assim, distinguir o *dictum*, entendido como conteúdo proposicional, e o *modus*, entendido como a própria modalidade, o ponto de vista do falante sobre aquilo que é dito. Em outras palavras, isso equivale a dizer que, ao lado daquilo que se diz (o *dictum*), há o modo (*modus*) como aquilo que se diz é dito.

A modalidade manifesta-se por meio de verbos, advérbios, substantivos, categorias gramaticais como tempo, aspecto e modo verbais, e, também, adjetivos em posição predicativa.

Neves (1996) apresenta os diversos tipos de modalidade, entre elas a alética, epistêmica e deontica. A modalidade alética, de acordo com Kiefer (1987 *apud* NEVES, 1996, p. 171), é centrada na lógica, ou seja, reflete uma escala lógica que vai do necessário ao impossível, passando pelo possível e contingente. Além disso, a escala reflete a capacidade (física, moral e intelectual) do locutor. Um enunciado alético é quase impossível de se manter descompromissado com a verdade, “é muito improvável, afinal, que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante” (NEVES, 1996, p. 171). Diferente da modalização alética, a modalidade epistêmica envolve o julgamento do falante sobre aquilo que seja provável que aconteça.

Já a modalidade deôntica, objeto e foco de nossa pesquisa, está relacionada aos valores de obrigação e permissão, situada no domínio do dever. Na expressão da modalidade deôntica, é possível verificar que o interlocutor deve aceitar a verdade do enunciado para que este seja executado.

Na literatura linguística (LYONS, 1977), o termo *deôntico* tem origem na palavra grega *deon* (o que é obrigatório) e se refere à lógica da obrigação e da permissão. Ao definir a modalidade deôntica, Lyons (1977) relaciona algumas características. A primeira é relacionada à sentença, que nesse tipo de modalidade, não descreve um ato em si mesmo, mas um estado-de-coisas.

A modalização deôntica está situada no nível da predicação; ao expressar, então, o estatuto da realidade de um estado-de-coisas, o falante baseia sua avaliação no conhecimento de possíveis situações relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais. De acordo com Gonçalves, Souza, Casseb-Galvão (2008), os predicados de valor deôntico indicam que o estado-de-coisas descrito na sentença encaixada completiva é apresentado como uma *necessidade*, *obrigação*, *permissão* ou como uma *proibição*. Podem ainda expressar uma capacidade atribuída ao referente do sujeito da sentença matriz de realizar o estado-de-coisas descrito na completiva.

Castilho (2010, p. 363) segue a mesma linha de pensamento ao dizer que:

Os modalizadores deônticos predicam o conteúdo sentencial, que passa a ser entendido como um estado-de-coisas que precisa ocorrer obrigatoriamente. Não é mais o valor de verdade da sentença que está em jogo, como nas classes anteriores [epistêmicos asseverativos e epistêmicos dubitativos]. Esses modalizadores correspondem à função desiderativa da linguagem, donde a noção de futuridade que os acompanha.

O eixo da conduta situa-se no domínio do dever (obrigação e permissão) e pode corresponder a atos diretivos de fala, ligando-se ao imperativo, em que se espera que o falante induza o outro a agir de determinada forma. De acordo com Casimiro (2007), a análise da modalidade deôntica abarca um conjunto de regras sociais e morais pré-estabelecidas, a partir das quais, os valores de permissão, obrigação ou necessidade são estabelecidos pelo falante. Tais regras podem se manifestar em leis, cultura e hábitos de uma sociedade.

Almeida (1980) já havia pontuado que a obrigação é dividida em moral, material e lógica. A obrigação moral é aquela que se fundamenta nas leis sociais, no costume, no decoro, nos princípios da religião e do indivíduo, trata-se do dever civil, profissional, religioso etc. A obrigação material ocorre por necessidade física, fisiológica, de natureza material em geral. O caráter da obrigação tem um envolvimento passivo que corresponde a ser obrigado ou necessário⁵.

Dessa forma, em nossa pesquisa, consideramos como base de análise: (a) obrigação moral, interna, ditada pela consciência que compele o agente a completar a ação; (b) obrigação material, ditada por imposição externa, social, imposição das circunstâncias que compelem o agente a completar a ação; e (c) necessidade.

⁵ Almeida (1980) define a obrigação lógica como aquela que tem vínculo nas deduções do raciocínio e é regida pelas leis do pensamento.

A construção impessoal

Nas bases da Linguística Cognitiva, Achard (1998), em sua análise sobre a língua francesa, afirma que “as construções impessoais são usadas para descrever construções em que o sujeito gramatical é o chamado pronome “fictício” *il* (francês) e *it* (inglês)”⁶. O autor afirma, ainda, que as construções impessoais deônicas serão sempre seguidas por infinitivo ou subjuntivo.

Diferente dos usuários da língua portuguesa, falantes do inglês ou francês usam os pronomes *it* e *il* como apêndice obrigatório antes do verbo. Embora ocupem a posição de sujeito sintaticamente, semanticamente tais marcadores não retomam ou apontam qualquer elemento do texto. Assim, embora os falantes de língua portuguesa não utilizem esse apêndice, encontramos semelhanças semântico-discursivas entre as construções completivas do português e as construções, tanto do francês quanto do inglês, como nos exemplos (03) e (04):⁷

(03) *Il est nécessaire de demander un passeport before traveling voyager à l'étranger*
'It is necessary to apply for a passport before traveling abroad'

(04) *Il est impératif qu'elle revienne à l'heure*
'It is imperative that she come back on time'

Percebemos que as construções impessoais, enquanto em algumas línguas ocorrem morfologicamente marcadas, em outras, não, como na Língua Portuguesa, em que não há um pronome marcando inicialmente a impessoalidade e sendo apêndice do verbo. Como Dias (2013b) observa:

Embora haja sujeito oracional expresso, o falante opta pela forma sintática unipessoal (estrutura predicadora em 3.^a pessoa do singular), que dá um matiz semântico impessoal à estrutura predicadora alçada à posição inicial da construção. Com este recurso, o falante pode fazer contraste entre a construção completiva impessoal e o entorno discursivo (1.^a e 3.^a pessoas do plural), minimizando a sua participação no evento, corrigindo para se descomprometer. (DIAS, 2013b, p. 08)

Além disso, Dias (2013b) verifica os recursos utilizados pelo falante para se descomprometer das informações veiculadas por ele, como por exemplo, contrastar as pessoas usadas no entorno discursivo, aplicando, então, a responsabilidade da ação da construção completiva subjetiva ao outro, ou seja, ele é capaz de usar 1.^a pessoa do singular/plural ou 3.^a pessoa do plural no entorno discursivo, mas ao fazer uso da construção, ele modifica para 3.^a do singular a fim de causar o distanciamento.

⁶ Conforme original (ACHARD, 1998, p. 269): “The term impersonal constructions (henceforth IC) is used to describe constructions where the grammatical subject is the so-called dummy pronoun *il* ‘it’”.

⁷ Extraídos de Achard (1998).

Análise e resultados

Nosso primeiro objetivo é apresentar as ocorrências divididas pelos graus de modalidade deôntica. Foram encontradas, nos *corpora* investigados, 86 ocorrências da construção completiva impessoal deôntica (*é preciso*), 47 ocorrências na *Folha de São Paulo* e 39 ocorrências no *O Globo*, ambas nos meses de setembro e outubro de 2013. Observamos que a posição inicial da estrutura predicadora é sempre a escolhida pelos escritores, já que isso dá destaque e marca a sua atitude enquanto usuário, como Dias (2013a, p. 20) afirma que, ao ocupar a posição no início da sentença, o falante coloca uma grande carga semântica na oração matriz, tornando-a expressão dos seus anseios, crenças, das proibições em relação a si mesmo e em relação ao outro participante da atividade discursiva.

Apesar de serem dois jornais diferentes, ambos tiveram resultados equilibrados, o que nos leva a concluir que a seção “Opinião” é produtiva quanto aos usos da expressão analisada, conforme tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Ocorrências dos valores deônticos

Escala de modalidade deôntica	<i>Folha de São Paulo</i>		<i>O Globo</i>		TOTAL
	Mês/Ano				
	Setembro/2013	Outubro/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	
Obrigação externa	16	11	5	11	43
Obrigação interna	5	2	5	6	18
Necessidade	4	9	7	5	25
TOTAL	25	22	17	22	86

Considerando os valores totais das ocorrências dos graus de modalidade deôntica, segundo a tabela 1, observamos um maior uso de obrigação externa em relação aos demais graus, e, por outro lado, um menor uso de obrigação interna. Tais distinções de usos podem se justificar pela facilidade de manipular o outro sobre uma necessidade física ou de maneira material em geral. Uma manipulação através da obrigação, com base em costumes morais, é feita de maneira mais branda. É possível observar as distinções em (05) e (06)⁸:

- (05) *O problema não é bem querer ser adotado, é impedir a adoção. Pois todos somos inescapavelmente adotados por alguma entidade – uma língua, uma ideologia, um momento histórico e uma coletividade, por exemplo. É impossível escapar da adoção porque ninguém entra neste teatro de horrores escolhendo livremente todos os seus papéis. [...] Como disse muito bem o antropólogo Roberto Kant de Lima, quando um pequeno grupo impede uma multidão de ir e vir, o direito de manifestação tem que se entender com o direito de ir e vir o qual, por sua vez, também tem que se haver com outros direitos... O que não é fácil num país no qual os poderosos sempre tomam as decisões.*

⁸ Em nosso trabalho, destacaremos as construções impessoais deônticas, nos exemplos, usando negrito nas orações matrizes e sublinhado nas orações completivas subjetivas.

*Na minha opinião (que não resolve nada) **seria preciso** retomar aquele bom senso primordial do dar, receber e retribuir que Marcel Mauss ensinou e que nós, ignorantes mas estufados na nossa santa arrogância individualista, esquecemos.*

(O Globo – 11.09.13)⁹

(06) *Assim como o consumidor está aprendendo a usar a tecnologia a seu favor, o varejo também deve aproveitá-la em prol da satisfação do cliente, realizando as mudanças que ele vem demandando.*

*Por isso, não basta oferecer diferentes formatos de lojas, sejam físicas ou virtuais. **É preciso investir na inteligência do negócio** com o intuito de fomentar a sinergia e integração entre eles, criando soluções integradas. Essa é a demanda do consumidor, é o que ele espera e é o que exigirá dos varejistas. Cabe ao setor estar pronto para atendê-la.*

(Folha de São Paulo – 20.09.13)¹⁰

Em ambos os exemplos, é possível observar a tentativa de manipulação dos autores, com base em todo o entorno discursivo. Em (05), no trecho destacado: “*seria preciso*” (oração matriz) + “*retomar aquele bom senso primordial do dar, receber e retribuir*” (oração completiva com função de sujeito sintático), temos o exercício de uma obrigação moral, interna, ditada pela consciência. Já em (06), como se vê no trecho “*É preciso*” (oração matriz) + “*investir na inteligência do negócio*” (oração completiva com função de sujeito sintático), temos a obrigação material, ditada por imposição externa e pelas circunstâncias.

Ao ler os exemplos, vemos que em (05) há a obrigação de maneira mais moderada, e o autor usa recursos como o verbo da matriz no futuro do pretérito, que dá a ideia de condição de um fato que poderia acontecer após um fato já passado. De acordo com Casimiro (2007, p. 65), “o emprego do futuro do pretérito, ao contrário do presente do indicativo, confere uma maior atenuação da expressão deôntica”. Por se tratar de um assunto que exige cautela, ele ameniza o discurso, dizendo, inclusive, que sua opinião não resolve nada, para depois afirmar que precisamos retomar o bom senso da reciprocidade e, a seguir, faz uma crítica ao fato de nos esquecermos disso.

No exemplo (06), vê-se nitidamente a obrigação puramente material ao tratar de comércio e bens de consumo. São dicas para lojistas sobre a maneira como o consumidor se comporta nos dias atuais, ou seja, o consumidor tem uma necessidade maior em relação aos produtos dos lojistas. Além disso, vemos que há menos marcadores de opinião explícitos, além do verbo da matriz estar no presente do indicativo, um fato atual.

Ao apontarmos o valor deôntico indicando necessidade, verificamos que o número de ocorrências fica entre o número de ocorrências de obrigação externa e o número de ocorrências de obrigação interna. Segundo Guiraldelli et al. (2010), a expressão da necessidade indica uma forma atenuada de ordenar, ou seja, expressa uma ordem “fraca” a ser cumprida. Desta forma, tais características ficam claras a partir do contexto apresentado pelo autor, como observamos em (07).

⁹ <<http://oglobo.globo.com/opiniaofiltro-eficiente-9857928>>

¹⁰ <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaofiltro-eficiente-9857928>>

(07) *Não se discute que a modernização dos sistemas seja um dos caminhos a serem trilhados, mas, por enquanto, a morosidade ainda é característica predominante na Justiça brasileira.*

Basta ver que a taxa de congestionamento do judiciário permanece, há tempos, em torno de 70%. Em outras palavras, anualmente, a cada 100 processos, apenas 30 são resolvidos. O número é ainda pior nas execuções fiscais: 89% dos casos não foram decididos em 2012. Seria injusto imaginar que o quadro desalentador resulte apenas da incúria do Poder Judiciário. Muito pode ser feito, sem dúvida, no intuito de melhorar a prestação jurisdicional, mas é preciso reconhecer que esforços são necessários de ambos os lados da porta dos tribunais – e não somente quando os processos já chegaram aos cortes.

(Folha de São Paulo – 20.10.13)¹¹

Observa-se que ainda há a tentativa de influenciar o leitor, mas desta vez de maneira amortecida. O escritor argumenta que o problema maior do atraso de processos, até o momento, é a morosidade da justiça. A seguir, mostra-nos porcentagens para confirmar sua ideia, porém assegura que é possível que muito seja feito para melhorar o quadro atual, entretanto, é necessário que esse leitor ou qualquer outro cidadão reconheça que não é culpa de um lado específico. Como vemos, na construção retirada do exemplo: *é preciso* (oração matriz) + *reconhecer que esforços são necessários de ambos os lados da porta dos tribunais* (oração completiva com função de sujeito sintático), fica instituída uma necessidade e não uma obrigação, isto é, há a necessidade de um reconhecimento para que não haja um julgamento equivocado.

Percebemos que a relação da necessidade, muitas vezes ocorre por oposição de eventos, conforme já exemplificado acima em (07). Dessa forma, a construção matriz “é preciso”, quando introduz uma oposição, pode ser reforçada com o uso da conjunção “mas” ou do advérbio “não”. Foram encontradas 11 ocorrências com “mas” e 6 ocorrências com “não” em todo o *corpus*, porém expressando necessidade, temos 7 com “mas” e 4 com “não”.

A partir dos números analisados, conta-se que, das 25 ocorrências com traço de necessidade, 10 tiveram a presença de partícula de negação/adversidade, o que nos leva a concluir que, assim como Neves (2010, p. 209) aponta, a presença da negação transferida para a oração matriz “é uma estratégia de defesa utilizada pelo falante para atenuar o conteúdo proposicional declarado no enunciado complemento, e para, de certa forma, direcionar a interpretação do ouvinte”.

Após verificarmos os graus da modalidade deôntica, consideramos quais os tipos de verbos recorrentes na oração completiva e quais estabeleceram alguma relação com o valor modal expresso na oração.

Foram encontrados, nas 86 ocorrências selecionadas, 35 verbos dinâmicos (físicos), 26 dinâmicos (não-físicos), 2 *dicendi* (outros), 1 *dicendi* prototípico, 20 epistêmicos ou cognitivos e 2 implicativos ou causativos. Feita esta classificação, agora podemos relacionar os resultados dos graus de modalidade com os tipos de verbos, conforme tabela 2.

¹¹ <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/10/1359360-editorial-deposito-judicial.shtml>>

Tabela 2. Correlação entre graus de modalidade e tipos de verbo

	Obrigação externa			Obrigação interna				Necessidade			
	Din. Físico	Din. Não Físico	Cognitivo Epistêmico	Din. Físico	Din. Não Físico	Cognitivo Epistêmico	Implic. Causativo	Din. Físico	Din. Não Físico	Cognitivo Epistêmico	Dicendi
<i>Folha de São Paulo O Globo</i>	16	10	1	2	0	5	0	2	2	7	2
<i>O Globo</i>	10	5	1	0	4	5	2	5	5	1	1
TOTAL	26	15	2	2	4	10	2	7	7	8	3

É possível perceber que há predominância de verbos do tipo dinâmico (físico e não-físico) na expressão da obrigação externa, em contrapartida, na obrigação interna há um maior uso de verbos cognitivos ou epistêmicos.

Isso parece confirmar nossa hipótese de que a obrigação externa, por ser baseada na natureza material em geral, deve ocorrer predominantemente com verbos do tipo dinâmico já que “estes exprimem uma ação ou atividade. São acompanhados por um participante agente ou causativo, podendo haver, ou não, outro participante (afetado ou não), isto é, podendo haver, ou não, um processo envolvido” (NEVES, 2011, p. 26). São verbos que, em sua essência, carregam valores de ação, sendo eles físicos ou não, mas que expressam a obrigação baseada em situações ou circunstâncias externas, conforme em (08).

- (08) *Nem sempre o recurso à engenharia genética é condenado pelos ambientalistas. Setores menos radicais da militância ecológica costumam dizer que não são contrários “por princípio” ao cultivo de plantas transgênicas. Enfatizam invariavelmente, entretanto, que **é preciso realizar mais testes científicos**, para avaliar o possível impacto desses novos organismos sobre o ecossistema, antes de lançá-los no mercado.*

(Folha de São Paulo – 13.10.13)¹²

Na obrigação interna, há a predominância de verbos epistêmicos ou cognitivos, pois, de acordo com Neves (2011, p. 31-32), tais tipos de verbos se incluem nos chamados verbos factivos, que são aqueles que têm a propriedade de implicar, por parte do falante, a pressuposição de que a oração completiva é verdadeira, logo, a atitude desse falante interfere na situação do discurso. Uma das suas principais características é a de que não indicam um evento qualquer, e, sim, um fato que precisa ser afirmado. Desta forma, a obrigação moral passa a ser fundamentada em leis sociais, costumes e na própria consciência. Ela apresenta predisposição para ocorrer com verbos desse tipo, visto que, para influenciar a crença do outro, é preciso impressionar sua mente, como vemos em (09).

- (09) *“Fui passando, passando, passando e cheguei na quinta série sem saber ler nem escrever. Daí minha mãe me colocou na primeira série de novo, quando eu tinha 11 anos.” Essa é a trajetória da Tia Edna, que, mesmo sem abandonar os estudos ou ser reprovada, concluiu o ensino médio apenas aos 22 anos. Hoje, com 39, ela se dedica a dar aulas de reforço para crianças na periferia de São Paulo, a maioria não alfabetizada. O problema vivido por tia Edna persiste. A sociedade brasileira ainda não solucionou a desigualdade que afeta, particularmente, territórios vulneráveis como as periferias*

¹² <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/10/1355836-editorial-experimento-eleitoral.shtml>>

urbanas e as zonas rurais. É preciso reconhecer as desigualdades que marcam o acesso à língua escrita e às práticas de letramento no Brasil.

(Folha de São Paulo – 15.09.13)¹³

A necessidade, novamente, situa-se com o número intermediário de ocorrências em relação à obrigação externa e interna, tendo verbos tanto dinâmicos quanto epistêmicos ou cognitivos. Diferente dos demais graus, apresenta, ainda, ocorrências com verbos do tipo *dicendi*. Por se manter entre os dois tipos de obrigação, esperava-se que os números de ocorrência para os tipos de verbo também fossem intermediários, uma vez que, tanto verbos dinâmicos, quanto epistêmicos/cognitivos podem ser usados para expressar uma necessidade.

Quanto aos verbos do tipo *dicendi*, Neves (2011, p. 48) afirma que “são verbos de elocução propriamente ditos – são verbos de ação cujo complemento direto é o conteúdo do que se diz”. Além disso, há também outros tipos de verbos que são usados para expressar a elocução sem ser os habituais “falar” e “dizer”. A hipótese formulada é a de que obrigar o outro a falar algo é uma imposição que deixa de ser mascarada, sendo assim, é necessário que se amenize o discurso para que haja tal exigência, como é possível perceber em (10).

- (10) *“A superação da onda de violência em 2012 só foi possível porque houve trabalho. É o caso da revisão de procedimentos operacionais por parte da Polícia Militar. Na perseguição a criminosos, por exemplo, passou-se a dar prioridade à negociação e prisão, evitando-se o confronto.*

Outra medida foi a resolução nº 5, de janeiro. Ela determina que, como acontece com vítimas de acidentes de trânsito, pessoas baleadas sejam socorridas por resgate especializado, o que tem salvado vidas. Em paralelo, com a cena do crime preservada, as investigações estão mais eficientes, o que contribui para a redução de mortes.

Quanto aos roubos, é preciso dizer que há, sim, necessidade de reforma legislativa. Não é possível que um ladrão que usa dinamite para furtar um caixa eletrônico esteja sujeito às mesmas penas daquele que pula um muro para surrupiar um botijão de gás. É preciso, igualmente, rever os critérios da progressão penal.

(Folha de São Paulo – 10.10.13)¹⁴

Mesmo sem a presença da conjunção “mas”, o autor expressa uma relação adversativa com o que o foi dito anteriormente. Há a necessidade de uma reforma legislativa, mas é necessário que haja o reconhecimento das informações por parte de quem o lê. Trata-se de um texto inteiramente modalizado, com ocorrência da construção “é possível” indicando a modalidade epistêmica, e, após, mais uma ocorrência com “é preciso” indicando necessidade.

Quanto aos aspectos do matiz impessoal, das 86 ocorrências, houve um contraste com o entorno discursivo em 62, sendo 20 do jornal *O Globo* e 42 da *Folha de São Paulo*. Nesses casos, em que há o contraste com o intuito de se distanciar da informação veiculada, temos a alternância das marcas de desinências número/pessoa dos verbos (destacados em negrito, anteriores à oração matriz) em relação à construção *é preciso*. Podemos observar a atenuação de tais características nos exemplos (11) e (12):

¹³ <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/09/1342215-maria-alice-setubal---o-direito-ao-letramento.shtml>>

¹⁴ <<http://oglobo.globo.com/opiniaio/a-revisao-populacional-do-ibge-10342791>>

- (11) **Confesso que considero as manifestações radicais contra mudanças da Previdência, feitas em nome de um posicionamento ideológico, expressões que se situam entre a ignorância e o delírio. É claro que compreendo por que as pessoas se opõem a trabalhar por um maior número de anos – não é preciso ser um luminar para entender por que se trata de uma temática impopular.**

(O Globo – 14.10.13)¹⁵

- (12) **Não basta, entretanto, promover tal mudança se os torneios continuarem a se atropelar, exigindo em demasia dos jogadores dos principais clubes. É preciso equacionar o calendário de modo a reservar datas para competições nacionais e internacionais sem a realização de jogos em um curto período de tempo.**

(Folha de São Paulo – 06.10.2013)¹⁶

É possível confirmar que, em Língua Portuguesa, não há o uso do pronome impessoal, e o sujeito da oração matriz *é preciso*, é oracional, conforme em (11) e (12), ambos reduzidos de infinitivo. Semanticamente temos o matiz impessoal, como Dias (2013) aponta, quando há o contraste, utilizado pelo falante, com o intuito de se descomprometer da informação apresentada na oração completiva. Dessa forma, o falante utiliza, no discurso, a 3ª pessoa do plural e, ao acrescentar seu ponto de vista do que deveria ser feito acerca de determinado evento, ele inicia com a 3ª pessoa do singular, modalizando então o seu discurso. Observemos agora os próximos exemplos, em (13) e (14), que asseguram essa hipótese.

- (13) ***Eu afirmo que não se pode ter democracia com um comportamento permanentemente dúbio. [...] Mesmo admitindo que o sistema liberal deixa muito a desejar, convenhamos que é preciso ter bons atores para levar à frente um teatro democrático que requer senso de limite, consciência dos papéis e um mínimo de honra.***

(O Globo – 04.09.2013)¹⁷

- (14) ***A biografia escrita sobre mim é um bom exemplo para o debate em questão. [...] Em nenhum momento cogitei proibir sua publicação porque acredito e aposto na liberdade de expressão em regime democrático. [...] Mas é preciso garantir tanto a liberdade de expressão quanto a reparação em caso de ofensa. Deve-se garantir plena isonomia entre o direito de publicar biografias e o direito de resposta e proteção à honra.***

(Folha de São Paulo – 30.10.2013)¹⁸

Em ambos os exemplos (13) e (14), notamos o distanciamento dado pelos autores ao fazerem uso da 3ª pessoa do singular para se distanciarem do que foi dito, destacado em negrito.

No exemplo (13), vemos a afirmação categórica do autor sobre o fato de a dubiedade de comportamentos ser ruim para a democracia, além disso, admite que o sistema liberal deixa a desejar, pede para que o leitor concorde com ele e, em seguida, introduz a construção completiva impessoal, mostrando que é obrigatório ter bons atores

¹⁵ <<http://oglobo.globo.com/opiniaovoces-pensam-que-moleza-10259345>>

¹⁶ <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaovoces-pensam-que-moleza-10259345>>

¹⁷ <<http://oglobo.globo.com/opiniaovoces-pensam-que-moleza-10259345>>

¹⁸ <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaovoces-pensam-que-moleza-10259345>>

para continuar com um teatro desse tipo. Ainda que “atores” seja usado no sentido metafórico, ele deixa claro que alguém deve coordenar a desordem instaurada.

Já em (14), temos, em negrito, o autor escrevendo todo o texto na 1ª pessoa do singular, fazendo afirmações sobre a liberdade de expressão, mas, ao inserir a construção impessoal, atribui ao outro a obrigação de garantir essa liberdade. Não deixa claro quem deve fazer, mas explica que é preciso garantir plena isonomia entre o direito de publicar biografias e o direito de resposta, bem como a proteção à honra.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi investigar a construção completiva impessoal constituída de oração matriz com verbo ser + predicativo *preciso*, seguida de uma oração completiva com função de sujeito sintático, considerando os graus da construção que variam entre obrigação externa, obrigação interna e necessidade, conforme proposto por Almeida (1980) e Neves (1996).

Com base nos estudos empreendidos por Dias (2013a, 2013b), acreditamos que os valores semântico-discursivos desses graus dizem respeito às marcas de (inter) subjetividade que o falante emprega no discurso. Sobre o assunto, Dias (2013a, p. 84) aponta que “o falante coloca o seu posicionamento, a sua atitude diante de uma situação discursiva e poderá tentar trazer o ouvinte para compartilhar a situação”.

Antes de destacarmos quais as contribuições dos resultados alcançados, é importante retomar as definições dos graus da modalidade deôntica, em que os valores de obrigação são variáveis, desde uma obrigação que é expressa internamente, baseada em valores da consciência, até a externa, que é baseada no material ou nas circunstâncias em geral; e ainda a necessidade que expressa uma obrigação de maneira branda, acontecendo, principalmente, em contraposição de ideias ou eventos, assim como Neves (2010) já havia afirmado.

Em relação aos resultados, após oferecermos um quadro de ocorrências dos graus de modalidade deôntica nos *corpora* investigados, percebemos que houve predominância de construções indicando a obrigação material, seguida do número de ocorrências de necessidade, e a obrigação interna ligada à consciência esteve em menor número. As razões para tal acontecimento seriam a facilidade para manipular o outro sobre algo físico ou material, já que uma manipulação baseada nos costumes deve ser feita de maneira breve e com muito cuidado para que não haja más interpretações. A necessidade ainda expressa que o outro deva fazer alguma coisa, mas sempre de maneira velada, pois se trata de uma ordem fraca a ser cumprida.

Também é possível perceber que os graus da modalidade deôntica apresentam uma relação com o tipo de verbo utilizado na oração encaixada completiva com função de sujeito sintático, pois encontramos uma maior predominância de verbos dinâmicos na obrigação externa, por expressarem ações; verbos cognitivos ou epistêmicos na obrigação interna, por serem verbos que indicam um fato que precisa ser afirmado; e a necessidade revelou número de ocorrências dos tipos de verbo entre as duas obrigações, indicando, então, que, por se tratar de uma ordem amenizada, pode ocorrer com verbos de qualquer tipo.

Quanto ao matiz impessoal atribuído à construção completiva, decorrente do contraste feito entre a oração matriz, sempre na 3ª pessoa do singular, e o entorno argumentativo, que pode variar entre 1ª pessoa do singular/plural e 3ª pessoa do plural, tal recurso utilizado pelo falante é característico da necessidade de impor algo para o outro, sem se comprometer. Isso confirma a hipótese apresentada por Dias (2013b) de que há todo um recurso externo utilizado (baseado em dados, porcentagens, opiniões gerais) para a ordem ser dada, com o uso da oração matriz a impessoalizar o que deve ser dito.

A modalidade deôntica possibilita que o falante estabeleça a obrigação, a necessidade, a permissão ou a proibição, mas, em nossos *corpora*, foram encontrados valores apenas de obrigação e necessidade. Através desses graus de modalidade, parece que os recursos que o falante utiliza, tanto para influenciar o outro, quanto para se descomprometer, fazem parte de estratégias discursivas para convencer alguém do seu ponto de vista. Além disso, tais avaliações feitas e colocadas na oração matriz, em posição inicial, revelam a marca do distanciamento do locutor, bem como o seu descomprometimento com o que é transmitido.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, M. *Representation of cognitive structures: syntax and semantics of French sentential complements*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. 377 p.
- ALMEIDA, J. *Introdução ao estudo das perífrases verbais em português*. s. l., s. ed., 1980. 241 p.
- CASIMIRO, S. *Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Lula*. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. 768 p.
- CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. In: CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: Editora da UFRN, 2007. p. 13-51.
- CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013. p. 13-39.
- DIAS, N. B. A marca da (inter) subjetividade na sentença complexa subjetiva. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n.44, p. 83-106, 2013a.
- _____. A subjetividade nas construções completivas impessoais do português brasileiro. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v.17, n.1, p. 7-22, 2013b.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979. 379 p.
- GONÇALVES, S. C. L.; SOUSA, G. C. de; CASSEB-GALVÃO, V. C. As construções subordinadas substantivas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português*

culto falado no Brasil. v. 2. Classe de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 1021-1084.

GUIRALDELLI, L. A.; SANTOS, A. C. O. dos. A modalidade deôntica nas bulas de remédio. *Revista Nucleus*, Ituverava, v.7, n.2, p. 47-64, out. 2010.

LYONS, J. *Semantics*: Front Cover. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 897 p.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. (Org.) *Gramática do português falado – v.vi: Desenvolvimentos*. Campinas: FAPESP/UNICAMP, 1996. p. 163-199.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2010. 334 p.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 103 p.

SILVA, A. S. Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v.1, n.1, p. 59-101, 1997.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 15/03/2016

Primeiros estudos funcionalistas sobre a repetição na oralidade no *Corpus* Português Culto de Vitória da Conquista

Lorena Oliveira dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
loreoliveira@live.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.665>

Resumo

Neste artigo¹, estudaremos um fenômeno linguístico frequentemente utilizado na oralidade, a repetição. Para tal estudo, basear-nos-emos, principalmente, nos estudos Funcionalistas propostos por Castilho (1994), Givón (1995) e Oliveira (1998), com o objetivo de caracterizar as estruturas repetidas, identificando-as quanto à forma e à função e demonstrando como elas são regidas pelos princípios de iconicidade e de marcação expressiva. Para tanto, retiraremos, do *Corpus* Português Culto de Vitória da Conquista, ocorrências de elementos lexicais, sintagmáticos e oracionais e os classificaremos segundo os seguintes aspectos funcionais: a enumeração, a paralelização e o reforço.

Palavras-chave: Funcionalismo; oralidade; repetição.

First Functionalist Studies about Repetition in Oral Communication in the Vitória da Conquista *Corpus* of Formal Portuguese

Abstract

This article studies a phenomenon often found in oral communication, namely repetition. Based on Functionalism and on studies carried out by Castilho (1996), Givón (1995) and Oliveira (1998), the forms and functions of repeated structures are characterized in order to evidence how they are governed by the principles of iconicity and expressive markedness. For this reason, occurrences of lexical, syntagmatic and clausal elements are extracted from the Vitória da Conquista *Corpus* of Formal Portuguese and are classified according to the following functional aspects: enumeration, parallelization and reinforcement.

Keywords: Functionalism; oral communication; repetition.

1. Introdução

A repetição é um fenômeno linguístico que tem sido estudado por meio de diversas estratégias, como, por exemplo, a retomada, a paráfrase e o paralelismo. Além disso, pesquisadores têm observado a descrição e a função desse fenômeno, principalmente na conversação, na qual é utilizado frequentemente. Observamos que, diante das situações de maior monitoramento, o falante procura evitar a repetição, tendo em vista que, ao seu uso, ainda é associado, na sociedade, muitas vezes, um valor negativo, já que, tradicionalmente, esse fenômeno é avaliado, em um texto, como algo redundante, pouco estruturado e desnecessário.

¹ Este artigo foi produzido sob orientação da Professora Doutora Valéria Viana Sousa – UESB/PPGLin.

Em um estudo feito por Silva (2008), no âmbito da escrita, ao contrário desse juízo de valor mencionado, o mecanismo da repetição foi conveniente e adequado para ser utilizado em gêneros textuais como o artigo de opinião, visto que a exposição de ideias era o alvo principal. Assim, a reiteração de um mesmo termo exerce uma função coesiva, facilitando a compreensão do texto. Em nossa pesquisa, também, contrariando o senso comum, consideramos a repetição como um recurso positivo, especialmente na construção do texto falado, uma vez que o falante utiliza tal recurso objetivando um maior entendimento e uma maior conexão do discurso. Desse modo, partindo dessas observações e recordando Marcuschi (2006), argumentamos, no presente trabalho, que, na repetição, o informante exerce diversas funções na fala as quais auxiliam na “organização discursiva e na monitoração da coerência textual; [favorecem] a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis; [dão] continuidade à organização tópica e [contribuem] nas atividades interativas.” (MARCUSCHI, 2006, p. 219).

Oliveira (1998) propõe dividir a repetição, que ocorre na modalidade oral, em funções mediais de microestruturação, referentes à estruturação interna de unidades discursivas (UDs)² e em funções mediais de interestruturação, referentes à organização de UD's entre si. A microestruturação divide-se em dez modalidades funcionais articuladoras internas de unidade discursiva (microestruturação), que são: paralelização; reforço; contraste; desdobramento; temporalização; reparação; enumeração; reordenação; tematização e confirmação. Por outro lado, a interestruturação categoriza-se em oito processos funcionais na articulação de UD's entre si, que são: amplificação; endosso; focalização; distinção; atualização; balizamentos; difusão e reintrodução.

Tomando como referência essa categorização da repetição, versaremos, neste estudo, sobre três aspectos funcionais da repetição na oralidade: a enumeração, a paralelização e o reforço, baseando-nos nos Estudos Funcionalistas que, pautados em Givón (1995), têm como princípio básico a análise da expressividade de uma determinada língua, observando as suas estruturas linguísticas em situações comunicativas. Para tal estudo, propomos a discussão sobre i) a forma como os falantes do Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus PCVC*) utilizam o recurso da repetição em suas falas; ii) a importância desse uso na interação verbal; iii) os aspectos funcionais através dos quais são organizadas cognitivamente, por meio do fenômeno da repetição, as estruturas gramaticais produzidas pelos falantes do *Corpus PCVC*; e ainda, iv) qual dos aspectos funcionais selecionados – enumeração, paralelização e reforço – é mais produtivo na amostra estudada.

Supondo que as repetições sejam “peças-chave” necessárias ao processamento textual-discursivo e à comunicação entre os interlocutores, hipotetizamos *a priori* que: i) o recurso é altamente produtivo na oralidade; ii) a interação dos interlocutores na fala é facilitada por esse mecanismo; iii) o sistema de repetição é motivado cognitivamente, refletindo o modo como o indivíduo interpreta a realidade que está a sua volta; e, por fim, iv) dos aspectos funcionais selecionados, o reforço é o mais produtivo nos dados analisados no *Corpus*.

Então, pela diversidade de características da repetição e pela importância que esse recurso tem na oralidade, neste trabalho consideramos que as repetições podem manifestar-se de diversas formas e que são multifuncionais e, para estabelecer esse

² Segundo Rios de Oliveira (1998), a unidade discursiva é composta por dois elementos mínimos: orações, com verbo expesso, e/ou frases, com verbo elidido.

diálogo, primeiramente, no aporte teórico, abordaremos, em linhas gerais, o Funcionalismo e como tal teoria nos auxilia no estudo da repetição na oralidade; depois, apresentaremos como o *Corpus* analisado foi construído; após essa seção, na análise e discussão dos dados, estabeleceremos a relação dos dados com a teoria adotada; e, para finalizar, faremos nossas considerações finais.

2. Aporte teórico: o Funcionalismo

O Funcionalismo³ é visto como um movimento derivado do Estruturalismo que teve origem no Círculo Linguístico de Praga, em 1926, tendo como principais precursores Jakobson, Trubetzkoy, Martinet e Mathesius. Tal movimento é caracterizado pelo fundamento de que a estrutura fonológica, gramatical e semântica das línguas é definida pelas funções que exercem nas situações comunicativas, isto é, o princípio de iconicidade⁴. Logo, se alguma estrutura linguística é utilizada frequentemente, é devido a alguma função. Nas palavras de Tavares (2003, p. 57), a iconicidade

[...] não implica, porém, a existência de correspondências biunívocas e não arbitrárias [...]. Formas e funções estão sempre em mobilidade, havendo geralmente mais de uma forma para cada função e mais de uma função para cada forma. A iconicidade que caracteriza a língua reside no fato de que as formas são usadas sob influência de um conjunto de motivações funcionais.

Para entendermos melhor o princípio da iconicidade, consideramos necessário recorrer ao conceito de língua no Funcionalismo. De acordo com Areas e Martelotta (2003), a língua, no polo funcionalista, é caracterizada como um instrumento de comunicação, tendo em vista a maleabilidade da estrutura, que está sujeita a pressões advindas de diferentes situações pragmático-discursivas, que ajudam a compor a estrutura gramatical. Nesse sentido, o discurso gera o sistema linguístico e, este, por sua vez, é maleável e está em constante transformação. Assim, ao contextualizar as ocorrências gramaticais que foram geradas no discurso, “a gramática funcional toma como ponto de partida as significações das expressões linguísticas, indagando como elas se codificam gramaticalmente.” (CASTILHO, 1994, p. 76). Portanto, no Funcionalismo, a língua é analisada do ponto de vista social, isto é, dando relevância ao contexto social, pois defende-se que o falante emprega a língua, adequadamente, nas diversas situações comunicativas.

Ao estudar a língua, os funcionalistas orientam-se por meio da noção pancrônica de mudança, pois são observadas as relações cognitivas e comunicativas que se desenvolvem no indivíduo em um determinado contexto e que se manifestam de maneira universal, “já que refletem os poderes e as limitações da mente humana para armazenar e transmitir informações” (AREAS; MARTELOTTA, 2003, p. 28).

Em suma, segundo Lima-Hernandes (2011), a análise do sistema linguístico, no Funcionalismo, parte do falante, considerando não só o usuário da língua, mas, também,

³ Ver Neves (1997).

⁴ De acordo com Tavares (2003), a noção de iconicidade pode ser localizada já nos escritos de Aristóteles, porém, o filósofo grego considera que a linguagem traduz o pensamento e este, por sua vez, traduz a realidade.

toda a situação comunicativa, tendo em vista que “a motivação e os objetivos para a interação verbal são questões centrais” (LIMA-HERNANDES, 2011, p. 21), isto é, para os funcionalistas, a sintaxe e a semântica devem ser estudadas através da pragmática, analisando a descrição de expressões, dentro das condições de uso, que revelam a competência comunicativa do indivíduo, para, então, entender o funcionamento da estrutura gramatical.

Realizada essa primeira ancoragem teórica, na próxima subseção, retrataremos o nosso objeto de estudo fundamentado no Funcionalismo.

2.1 A Repetição na oralidade à luz do Funcionalismo

De acordo com Silva (2008), pesquisas recentes, tanto da Linguística Funcional, compreendendo a continuidade de referência, quanto da Linguística Textual, compreendendo o processo de referenciação⁵, a repetição tem sido abordada como um mecanismo bastante relevante de retomada de um referente do discurso. No presente artigo, por opção metodológica, faremos uma abordagem baseada, somente, na Linguística Funcional.

Para Givón (1983), a repetição é uma estratégia que faz parte do princípio de continuidade tópica/referencial, isto é, a forma de expressão de um determinado referente no discurso está associada ao maior ou menor grau de predizibilidade desse referente naquela posição do discurso, sendo que essa expressividade pode ocorrer entre nomes, modificadores ou não, através de pronomes, fortes ou fracos, e, também, por anáfora zero. Em um estudo mais recente, Oliveira (1998) define a repetição como a “correferência, exata ou reparada, de um termo lexical no fluxo textual, termo este tomado isoladamente ou na composição de sintagmas nominais e verbais” (OLIVEIRA, 1996, p. 147).

Ainda de acordo com Oliveira (1996), a repetição é um método de produção e de amplificação semântica e sintática e, além disso, um processo gramatical regular. Nessa perspectiva, considerando que cada forma da língua é detentora de um significado e que múltiplos significados se manifestam por formação diversificada, a repetição exerce um papel multidirecional: “é anáfora formal, enquanto recuperação de termo(s) já ocorrido(s), e catáfora conceptual, pela nova função elaborada” (OLIVEIRA, 1996, p. 150).

Partindo da orientação teórica de que o sistema de repetição compõe o processo de organização da experiência humana, desenvolvendo, cognitivamente, um diálogo temático, explicaremos o aspecto funcional da repetição fundamentado em um princípio cognitivo. De acordo com Dubois e Votre (1994), na língua, considerando o seu caráter mental e conceptual, é expressada, também, materialmente uma semelhança com a maneira como o ser humano abstrai a realidade que está a sua volta. A experiência integra os processos de regularização lógica e pode se materializar operando na estruturação das diversas camadas discursivas.

Dessa maneira, com o modelo cognitivo que adotamos, temos o objetivo de encontrar, nas expressões da língua, a influência de fatores externos, pois a interpretação do discurso está associada diretamente com o modo de interpretação de mundo do indivíduo, visto que, como dissemos anteriormente, nas palavras de Lima-

⁵ Conferir Marcuschi (2002).

Hernandes (2011), o estudo do sistema linguístico, na gramática funcional, parte do falante, dando relevância não só ao fato de ele ser usuário da língua, como, também, ao contexto e à motivação que conduzem, cognitivamente, a sua interação verbal naquele determinado momento, com aquele determinando interlocutor.

Em suma:

A opção pelo tratamento funcional de base cognitiva parte do entendimento da *gramática* como unidade complexa e multifuncional, estruturada componencialmente por procedimentos, de certa forma, estáveis. Os mecanismos de repetição, enquanto integrantes dessa entidade linguística, consideram-se, assim, constituintes regulares do diálogo temático, estruturas funcionais de representação, motivadas cognitivamente. A experiência funda e a interação organiza, numa relação em que o papel funcional orienta a forma representacional (OLIVEIRA, 1998, p. 37).

No tratamento funcional da repetição no modelo conversacional, consideramos dois princípios que são de grande valia dada sua produtividade: a iconicidade e a expressividade.

A iconicidade, conforme abordamos na seção anterior, corresponde “à relação motivada de *um-para-um* entre o conteúdo e sua representação” (OLIVEIRA, 1998, p. 40). O princípio de iconicidade, ainda, pode ser estudado segundo três subprincípios, a saber: o da quantidade (os subtópicos mais expressivos são marcados por um grande número de unidades discursivas, geralmente, de forma parafrástica); proximidade (as unidades discursivas que partilham de assuntos semelhantes tendem a ficar mais próximas na sequência conversacional); e o da ordenação linear dos segmentos (gradação de sentido produzida pelo fluxo de unidades discursivas, constituídas de subtópicos conversacionais).

A respeito do outro preceito funcionalista, a expressividade, Dubois e Votre (1994) apresentam o princípio da marcação expressiva em função do princípio de marcação “na tentativa de explicitação da multidirecionalidade da relação entre forma e função discursiva” (OLIVEIRA, 1998, p. 42).

As expressões “marcado” e “não marcado” foram originadas pela Escola de Praga. De acordo com Cunha (2015), geralmente, o principal objetivo desse preceito é o contraste entre dois elementos de uma determinada categoria linguística que pode ser fonológica, morfológica ou sintática. O elemento marcado é o que possui uma característica ausente em relação ao elemento considerado não marcado. As formas não marcadas têm algumas características, tais como: (i) maior frequência de ocorrência; (ii) contexto de ocorrência diversificado; (iii) forma simples e (iv) aquisição prematura pelas crianças. A forma marcada, por sua vez, com características opostas às elencadas, são escolhidas pelo falante, no ato discursivo, em busca de uma maior expressividade.

Portanto, pelo fato de a marcação por si mesma não conseguir explicar as várias estratégias encontradas na modalidade da fala em sua expressão, ocorre a relação *marcação-expressividade*, pois, alguns processos são justificados pelo princípio de marcação, já outros são justificados pelo de expressividade. Assim, na junção desses dois elementos, há elementos mais consolidados para uma melhor análise do fenômeno linguístico.

Como dissemos anteriormente, para este estudo, realizamos um recorte, no qual escolhemos três aspectos funcionais da microestruturação, postulados por Oliveira (1998), a saber: *a enumeração*, definida quando há a repetição de dois ou mais termos que estão dispostos de forma adjacente e que contêm diferentes sentidos, mas estruturas semelhantes ou análogas; *a paralelização*, que ocorre quando o falante retoma uma declaração anterior de repetições lexicais e de uma organização sintática análoga que foi dita por ele mesmo ou por outro locutor, com ou sem variação formal; e *o reforço*, quando o falante, em uma autorrepetição (repetição de elementos que foram ditos anteriormente pelo próprio falante) ou em uma heterorrepetição (repetição de elementos que foram ditos por outro locutor), repete formas lexicais ou sintagmáticas sem variação, caracterizando, assim, um processo de expansão, ou seja, uma estratégia que acata o princípio de iconicidade, no qual um conjunto de linguagem idêntica, em posição idêntica, adequa-se a um volume informacional.

A seguir, apresentaremos o *Corpus* e a análise de construções presentes no *Corpus* PCVC que envolvem o fenômeno da repetição, objeto de estudo desta pesquisa, identificando-as quanto à forma e à função, além de quantificar as ocorrências de cada aspecto funcional.

3. O *Corpus* analisado

O *Corpus* Português Culto de Vitória da Conquista, constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e pelo Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq, está pautado na escolha daquela parcela da população que tem, no mínimo, onze (11) anos de escolaridade. A metodologia utilizada para a obtenção do *Corpus* foi orientada por trabalhos sociolinguísticos que se fundamentam na perspectiva variacionista laboviana e a técnica de amostra confeccionada para as entrevistas foi realizada a partir da divisão da BR116, característica peculiar e relevante na cidade. Além disso, como requisito para a composição do *Corpus*, todos os informantes devem ser naturais do município. Assim, doze (12) informantes de cada *Corpus* foram selecionados no lado oeste e doze (12) do lado leste da cidade de Vitória da Conquista. No entanto, para este trabalho, fizemos um recorte e escolhemos, para compor a nossa amostra de análise, seis (06) entrevistas, estratificadas em sexo (masculino e feminino) e em faixas etárias I (15 a 25 anos), II (26 a 50 anos) e III (acima de 50 anos). Contudo, essas estratificações não foram relacionadas às ocorrências no recorte da pesquisa, foram realizadas apenas como uma representação do *Corpus* PCVC.

Portanto, pautados nos princípios de iconicidade e de expressividade do Funcionalismo, propostos por Givón (1995) e Oliveira (1998), investigamos ocorrências que apresentam o fenômeno da repetição no *Corpus* PCVC, identificando-as quanto à forma e à função⁶.

⁶ O objetivo maior da análise é a fala do informante. Contudo, nesse tipo de análise se faz necessária a observação da fala do entrevistador, que, nesse *Corpus*, caracteriza-se como alguém também pertencente ao Português Culto.

4. A análise

Todas as ocorrências submetidas à análise foram extraídas do *Corpus Português Culto de Vitória da Conquista* e, depois, foram quantificadas a fim de identificar o aspecto funcional que seja mais produtivo entre os três aspectos selecionados, conforme mencionamos anteriormente.

Quanto a alguns aspectos formais da enumeração, podemos afirmar que, nessa estratégia, geralmente, não há variação e ocorre em uma autorrepetição. Em nossa amostra de estudo, foram encontradas 29% de repetições enumeradoras. Marcuschi (2006) classifica tal função como listagem, pois o falante gera listas que nos permitem identificá-las como paralelismos sintáticos, frequentemente com variações lexicais e morfológicas e manutenção de uma formação nuclear. Vejamos os exemplos de (01) a (03):

- (01) INF: eu *vou* pra Vitória,
{ Ø } Espírito Santo,
{ Ø } eh Salvadô (A.S.A, PCVC);
- (02) INF: [...] e *eles chegavam na sala de aula* com cheiro de... de cebola, de fêjão que tinha comido, certo?, então... chêro de gente... de gente que trabalha e que chega à noite [...] (A.I.R.M, PCVC);
- (03) INF: *Morei* em Brumado, *morei* em Cachoeira do São Félix [...], *morei* em uma fazenda perto do município Firmino Alves, *morei* em Sobral no Ceará e *morei* aqui em Vitória da Conquista (F.S.L.B, PCVC);

Podemos observar que o primeiro informante não repete o termo *vou*, mas inferimos o referido termo, já que a lista de cidades foi gerada através de uma repetição matriz. Em outras palavras, houve, nos enunciados, a presença de um suporte que fez os preenchimentos dos vazios que, posteriormente, foram gerados; o segundo informante, também, elenca uma série de cheiros, partindo de um enunciado matriz *eles chegavam na sala de aula com cheiro de*; por fim, no terceiro, podemos observar, claramente, a motivação icônica, manifestada no (i) subprincípio da quantidade, pois o informante repete cinco vezes a expressão *morei*, enumerando sempre um lugar diferente e no (ii) subprincípio da proximidade, uma vez que a maneira contígua com que esse termo se organiza, revela um destaque na sua significação. Além disso, na repetição de *morei* a cada novo enunciado, tal forma verbal é reiterada (anáfora) em função da lista de cidades nas quais o informante residiu. Ainda em (03), ao invés de o falante realizar o verbo inicialmente e elidi-lo depois, como orientam as regras da modalidade escrita, ele opta pelo processo da repetição, como uma forma de intensificar a quantidade de cidades nas quais morou.

Em relação à paralelização, também, foram encontradas 29% de ocorrências desse aspecto funcional. Apesar de a paralelização também ter uma relação bem marcada com o paralelismo sintático, citado por Marcuschi (2006), essa categoria diferencia-se da enumeração, pois não revela uma significação distintiva visivelmente entre seus integrantes. O falante somente reitera um enunciado anterior que foi dito por ele mesmo ou por outro locutor, com ou sem variação formal. Marcuschi (2006) nomeia esse tipo de repetição como amálgamas sintáticos, pois, neste caso, as repetições funcionam como recursos sequenciais da coesão que trabalham na produção textual em

um jogo de construção-reconstrução, aproveitando-se de segmentos anteriores para repeti-los. Vejamos os fragmentos de (04) a (06):

- (04) DOC: 'Cê gosta de dá aula de inglês, F.?
INF: *Eu gosto de dá aula de inglês* porque eu mantenho contato com a língua inglesa (F.S.L.B, PCVC);
- (05) DOC: O que você acha da educação em Conquista?
INF: Olha a cida... *a educação em Conquista* ela tá um pôco deixando a desejar, né [...] (C.B.S, PCVC);
- (06) DOC: Você concorda com a ideia de que Conquista é uma cidade que *tem muitas opções*?
INF: Não, não tem. Não *tem muitas opções*. (A.S.A, PCVC);

O informante retoma, em sua resposta, as ocorrências ditas pelo documentador, obedecendo ao subprincípio de proximidade, pois as unidades discursivas repetidas estão próximas e compartilham o mesmo assunto. No exemplo (04), o informante fornece uma explicação (catáfora), reiterando a construção do documentador (anáfora); em (05) e em (06), os informantes expressam uma opinião quando repetem uma estrutura falada pelo outro interlocutor. Desse modo, observamos que, nos exemplos apresentados, temos uma atividade de heterorrepetições, em que o informante utiliza parte dos elementos ditos pelo documentador e constrói colaborativamente o texto, amalgamando ideias e linguagem.

Por fim, a função reforço foi a mais encontrada em nossa amostra de análise, com o percentual de 42%. Marcuschi (2006) denomina esse aspecto funcional de intensificação, pois, como veremos nos exemplos a seguir, os informantes repetem expressões idênticas, objetivando intensificar o argumento. Vejamos:

- (07) INF: O que eu mudaria de imediato... a lei do país... *muito... muito... muito... muito... muito* desorganizada essa lei do país (D.A.O, PCVC);
- (08) DOC: Alguma coisa que você acha que... que num é agradável, que você mudaria assim, tem algo específico que você mudaria? Você não goste dentro da profissão.
INF: *Não. Não tem não*. (A.S.A, PCVC);
- (09) INF: Mas eu fiz um escândalo... mas eu fiz um escândalo *tão grande... tão grande* (A.I.R.M, PCVC);
- (10) DOC: *Continua viva até agora*
INF: *Continua viva até agora* (F.S.L.B, PCVC).

Existem duas subcategorias básicas de reforço: a primeira, autoexpressiva, “articula as unidades mínimas de cada UD, através, principalmente, da repetição adverbial” (OLIVEIRA, 1998, p. 47), como podemos observar na ocorrência (07); já a segunda é característica da conversação, pois nela, por meio da heterorrepetição, “um dos interlocutores reelabora total ou parcialmente a fala do outro, tomando-a como sua” (OLIVEIRA, 1998, p. 47), como exemplificado no enunciado (10). Esse modelo de reforço é denominado, por Koch (1990), de sobreposição que, por vezes, é associado à sobreposição, considerando que a repetição produzida pelo falante proporciona a posse ou a retomada de turno, através da amplificação da matriz.

Para uma melhor visualização da nossa análise percentual, vejamos a tabela a seguir:

Tabela 1: Análise percentual das categorias funcionais da repetição analisadas no *Corpus* Português Culto de Vitória da Conquista

Categoria	Quantidade de ocorrências	Percentual
Enumeração	94	29%
Paralelização	93	29%
Reforço	136	42%

Através da tabela, pudemos notar que com 136 ocorrências encontradas na nossa amostra de estudo, a função reforço alcançou os 42%, dado esse que comprova a nossa hipótese inicial de que o reforço seria a estratégia mais produtiva entre as selecionadas. Tal resultado vai ao encontro da afirmação de Oliveira (1998), diante dos resultados de sua pesquisa: “a função reforço é, em números gerais, a mais recorrente” (OLIVEIRA, 1998, p. 46). Quanto à enumeração e à paralelização, encontramos 93 e 94 ocorrências respectivamente, desse modo, os dois aspectos alcançaram valor semelhante, 29%, e mostraram-se produtivos também em nossos dados.

Por meio dessa breve análise, pudemos perceber como a repetição é de suma importância para a construção do texto falado. Ainda que os preceitos da modalidade escrita ordenam a não utilização dessa estratégia, tornando-a estigmatizada, ela não deixa de ser um recurso que contribui para a coesividade do processamento textual, manutenção dos tópicos e intensificação dos fatores semânticos e argumentativos, facilitando, assim, a interatividade entre os interlocutores.

Em suma, a repetição é regida pelo princípio de iconicidade e pela marcação expressiva, no sentido em que o informante, motivado pelas pressões de uso, vale-se de palavras, estruturas, sentidos que já existem na língua e que foram ditos em um processo de autorrepetição ou em um processo de heterorrepetição. Por fim, podemos notar como a repetição é a consequência da relação entre forma e função, sendo, assim, um processo que possibilita a organização da experiência humana, chegando ao âmbito textual por meio dos atos de fala e produzindo, cognitivamente, estruturas linguísticas dispostas em camadas hierárquicas.

5. Para concluir

A partir deste estudo inicial acerca da repetição na oralidade, atestamos todas as nossas hipóteses: (i) a repetição é uma estratégia altamente produtiva na oralidade, uma vez que todos os aspectos funcionais foram encontrados no *Corpus* PCVC; (ii) cada um dos itens, quando repetidos, tornam-se “peças-chave” necessárias no processamento textual-discursivo e na comunicação entre os interlocutores; (iii) a repetição, motivada em uma dimensão discursiva (iconicidade), demonstra uma relevante expressividade, pois o falante se vale de organizar, cognitivamente, construções que revelam o modo como interpreta a realidade que está a sua volta; e, por fim, (iv) o reforço é a função mais recorrente entre as funções selecionadas – enumeração, paralelização e reforço. Ademais, constatamos que a repetição é um recurso utilizado para melhorar a compreensão e a interação direta e ativa entre os interlocutores.

REFERÊNCIAS

- AREAS, E. K.; MARTELOTTA, M. E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: MARTELOTTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R. de; CUNHA, M. A. F. da. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 18-55.
- CASTILHO, A. T. de. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. In: *ALFA: Revista de Linguística*. São Paulo: UNESP, v.38, p.75-96, 1994.
- _____. Gramática do Português Brasileiro. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2014. p. 232-233.
- CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. et al. (orgs.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 158-176.
- DUBOIS, S.; VOTRE, S. *Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico: à procura da essência da linguagem*. Impresso, 1994.
- GIVÓN, T. *Topic continuity in discourse: quantitative cross-language studies*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. p.113-141.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdã: John Benjamins, 1995. p. 93-110.
- KOCH, I. G. V. Aspectos do processamento do fluxo de informação do discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do Português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 143-184.
- LIMA-HERNANDES, M. C. A evolução da gramática e o aporte funcionalista bases teóricas. In: _____. *Indivíduo, sociedade e língua: Cara, tipo assim, fala sério*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011. p. 21-22.
- MARCUSCHI, L. A. Repetição. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v.1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 219-254.
- _____. A Repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do Português Falado*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 95-129.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins: Fontes, 1997. p. 99-142.
- _____. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 48-80.
- OLIVEIRA, M. R. de. Gramaticalização na repetição. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1996. p. 147-165.
- _____. *Repetição em diálogos: análise funcional da conversão*. Niterói: EDUFF, 1998. p. 15-175.
- SILVA, J. A. A.; SOUSA, V. V. *Português culto de Vitória da Conquista*. 2013. Projeto do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – UESB, 2013.

SILVA, V. L. P. Desfazendo um mito: a repetição na escrita e suas funções. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português Brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 334-344.

TAVARES, M. A. *A Gramaticalização de E, Aí, Daí e Então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Recebido em: 26/09/2015

Aprovado em: 15/02/2016

Construções concessivas e concessivo-condicionais com *ainda que*

Michel Gustavo Fontes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil
michelgfontes@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.751>

Resumo

Este artigo, tomando, como objeto de estudo, a forma *ainda que*, objetiva verificar a natureza das relações instauradas por *ainda que* na articulação de orações e lançar algumas ideias a respeito de seu estatuto gramatical. Como resultado, observa-se que a forma *ainda que* é polifuncional (KORTMANN, 1997), podendo instaurar relações concessivo-condicionais e concessivas (KÖNIG, 1985a; 1985b; 1986), o que evidencia seu alto grau de gramaticalidade.

Palavras-chave: *ainda que*; concessivas; concessivo-condicionais.

Concessive and Concessive Conditional Constructions with *ainda que*

Abstract

This paper, which has the form *ainda que* as its study object, aims to analyze the nature of the relations established by *ainda que* in the combination of adverbial clauses, and to discuss some ideas about its grammatical status. The results reveal that *ainda que* is polyfunctional (KORTMANN, 1997) and combines sentences both in a concessive and in a concessive conditional relation (KÖNIG, 1985a; 1985b; 1986), which evidences its high degree of grammaticality.

Keywords: *ainda que*; concessives; concessive conditionals.

Considerações iniciais

As conjunções concessivas, conforme Cunha e Cintra (2001, p. 586), “iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la.” As gramáticas tradicionais costumam trazer uma lista de itens que podem cumprir o papel de conjunção concessiva. São exemplos mais frequentes as seguintes formas: *embora*, *conquanto*, *ainda que*, *mesmo que*, *posto que*, *bem que*, *se bem que*, *por mais que*, *por menos que*, *apesar de que*, *nem que*.

Os conectivos concessivos, segundo König (1985a; 1985b; 1986), apresentam algumas particularidades em comparação a outras classes de conectivos. A primeira diz respeito a sua etimologia e a sua composição, de natureza bastante transparente: os conectivos concessivos são geralmente complexos, isto é, são formados a partir da combinação de itens já disponíveis na língua, de forma que, além de serem facilmente relacionados a outro(s) significado(s), seus componentes podem ser identificados em sua forma e em seu significado. Por outro lado, os conectivos concessivos se desenvolvem tardiamente na história das línguas, e novos elementos são constantemente adicionados a sua classe. Um exemplo disso, no português, é a emergência da conjunção

concessiva *embora*, que deriva do sintagma preposicionado *em boa hora*, usado para expressar bom augúrio (NEVES, 1998; FELÍCIO, 2008; CASTILHO, 2010). A partir da redução fonológica de tal sintagma, surge a forma *embora*, que passa a veicular valores espaciais, como em *passou um caminhoneiro e levou ela embora...* (cf. FELÍCIO, 2008, p. 127) e concessivos, como em *enfim... foi uma:::/ foi gratificante... embora eu tenha perdido a eleição* (cf. FELÍCIO, 2008, p. 120).

Ao caracterizar as construções concessivas no português, Neves (1999) distingue dois tipos: as de carácter factual, chamadas de *concessivas* (cf. (1a)), e as de carácter eventual, chamadas de *condicionais-concessivas* (cf. (1b)).¹ A diferença reside no fato de que, nas construções concessivas, os conteúdos proposicionais expressos tanto pela oração principal como pela oração subordinada são verdadeiros, e, nas construções condicionais-concessivas, somente o conteúdo da proposição principal é verdadeiro, enquanto o da subordinada é hipotético, podendo ser verdadeiro ou falso. Para a autora, no português, essa subcategorização das construções concessivas está relacionada ao tipo de conectivo. Enquanto os conectivos *embora*, *se bem que* e *apesar (de) que* instauram, exclusivamente, relações concessivas factuais, os conectivos *mesmo que*, *ainda que* e *por mais que* podem ocorrer tanto em concessivas factuais como em concessivas eventuais (ou condicionais-concessivas, nos termos de Neves (1999)).

- (1) a contei também o número de estudantes ... quarenta e um ... e: eu tenho quase certeza, **embora** não tenhamos a lista (NEVES, 1999, p. 549, grifo do autor)
- b nós temos as reuniões ... muito mais participação, porque, **mesmo que** alguns professores faltem porque tenham outros ... outros afazeres no ambulatório, mas sempre tem um bom número de reuniões (NEVES, 1999, p. 548, grifo do autor)

Frente a esse quadro de funcionamento discursivo dos conectores concessivos, o interesse deste trabalho recai sobre a forma *ainda que*, especificamente sobre orações articuladas por meio da perífrase conjuncional *ainda que*. Com base em dados extraídos do *Córpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006)², a proposta central de investigação está em verificar a natureza da(s) relação(ões) instaurada(s) na articulação entre orações por meio de *ainda que*. Com base nos trabalhos de Neves (1999), König (1985a; 1985b; 1986) e Haspelmath e König (1998), descrevem-se as propriedades semânticas da construção “*ainda que p, q*”, verificando como tal articulação se enquadra no esquema para a concessão: “*embora p, q*” → “se p, então normalmente não q”. Especificamente, centra-se atenção no carácter factual ou hipotético da oração introduzida pela forma *ainda que*, notando o tipo de relação estabelecida na construção: se factual ou semifactual/eventiva (HASPELMATH; KÖNIG, 1998; NEVES, 1999).

Um segundo objetivo deste trabalho está em lançar algumas considerações iniciais a respeito do estatuto gramatical da forma *ainda que*. Segundo Galbiatti (2008), a investigação do grau de integração reflete o estágio de mudança de uma perífrase conjuncional à medida que quanto maior for a integração entre a oração subordinada e a principal, mais avançado o processo de gramaticalização. Dessa forma, ancorado em Traugott (1989), Sweetser (1990) e Lehmann (1988), levantam-se algumas propriedades que permitem atestar o elevado grau de gramaticalidade de *ainda que*.

¹ Neves (1999) denomina as construções concessivas eventuais de *condicionais-concessivas*. Neste trabalho, opta-se por seguir com a denominação utilizada por Parra (2016): *concessivo-condicionais*.

² Disponível online em <www.corpusdoportugues.org>.

Este texto se organiza em duas partes. A primeira descreve a natureza das relações instauradas por *ainda que*. A segunda traz algumas considerações a respeito do grau de gramaticalidade de *ainda que*, evidenciando uma possível trajetória de mudança linguística. As considerações finais fecham o artigo, trazendo uma síntese dos dados alcançados.

A natureza das relações instaurada por *ainda que*

Em meio à difusa zona adverbial da articulação de orações (cf. NEVES, 2008), há uma série de relações adverbiais bastante aparentadas, que Kortmaan (1997) opta por agrupar sob o rótulo de CCC: Causa, Condição e Concessão. Segundo Neves (2012, p. 76), desde sua configuração cognitivo-perceptual, as construções causais, condicionais e concessivas são altamente relacionáveis, uma vez que as três manifestam, basicamente, relações de causalidade, compreendidas num sentido mais amplo.

As construções causais tipicamente envolvem *junção* (NEVES, 2012, p. 162), conectando uma causa a sua consequência, ou uma causa a seu efeito. As construções condicionais, por outro lado, ao condicionar a realização de um evento a outro, envolvem uma *disjunção* marcada pela *eventualidade* dos segmentos disjuntos, de forma que entre os dois segmentos conectados se estabelece um vínculo causal hipotético (cf. NEVES, 2012, p. 175). As construções concessivas, por fim, articulam dois fatos incompatíveis, isto é, destaca-se um fato apesar do qual a proposição principal se mantém (NEVES, 2011, p. 865). Dessa forma, conforme Neves (2012, p. 173), há, nas construções concessivas, uma relação causal não efetivada e uma relação condicional não preenchida.

As construções concessivas, segundo König (1985a; 1985b; 1986), distinguem-se das condicionais pelo tipo de relação implicativa (*entailment*, no inglês) que se estabelece entre antecedente (p) e conseqüente (q). No esquema em (2), observa-se que, nas construções condicionais de forma *se p, então q*, tanto o antecedente como o conseqüente não são implicados pela enunciação da construção, e, assim, tanto antecedente como conseqüente são hipotéticos. Já em construções concessivas de forma *embora p, q*, conforme o esquema em (4), tanto o antecedente como o conseqüente são implicados pela enunciação da construção, e, assim, antecedente e conseqüente são, ambos, factuais.

Em (3), König (1985a; 1985b; 1986) distingue um terceiro tipo de relação adverbial que compartilha traços das condicionais e das concessivas: as concessivo-condicionais, também chamadas de concessivas impróprias. Na enunciação de construções concessivo-condicionais, somente o conseqüente *q* é implicado, ou seja, ao se enunciar *mesmo se p, q*, por exemplo, o antecedente é hipotético, e o conseqüente é factual. Dessa forma, enquanto construções condicionais são tipicamente hipotéticas, e construções concessivas são tipicamente factuais, construções concessivo-condicionais são tipicamente semifactuais. Neste trabalho, a atenção se centra, exclusivamente, nas construções concessivas e nas construções concessivo-condicionais.

- (2) **Condicionais**
 (a) forma típica: *se p, então q*
 (b) implicação: -
- (3) **Concessivo-condicionais**
 (a) forma típica: a. *quer p ou não-p, q*
 b. $(\forall x) (se p_x, q)$
 c. *mesmo se p, q*
 (b) implicação: q
- (4) **Concessivas**
 (a) forma típica: *embora p, q*
 (b) implicação: p,q

A natureza das orações concessivas, conforme sugere Harris (1988), deve ser avaliada a partir de quatro propriedades: (i) um antecedente concessivo “contém um fato ou uma noção *apesar do qual* a proposição principal se mantém” (BURNHAM, 1911, p. 4 *apud* HARRIS, 1988, p. 72); (ii) “em concessivas, contrariando nossa expectativa justificável, a escolha do disjuncto é totalmente irrelevante, pelo menos para o resultado na oração principal” (HAIMANN, 1974, p. 357 *apud* HARRIS, 1988, p. 72); (iii) “numa sentença concessiva, afirma-se a verdade da oração principal, apesar da proposição contida na oração subordinada” (MITCHELL, 1987, p. 706 *apud* HARRIS, 1988, p. 72); (iv) “um conectivo concessivo implica que o antecedente e o conseqüente são normalmente incompatíveis” (KÖNIG, 1985b, p. 366).

Essas quatro propriedades se fazem presente nas construções com *ainda que* listadas em (5).

- (5) a O deputado e economista Antônio Delfim Netto gostou das medidas de ajuste, **ainda que elas necessitem de uma análise mais detalhada**. "Antes tarde do que nunca", disse ele. (19N:Br:Recf)
- b O bom ator Patrick Tinsit é um executivo que disfarça suas preferências sexuais com a ajuda de uma dona de boate Fanny Ardant (que ganhou o César de melhor atriz por este filme, **ainda que não faça lá grandes coisas**) (19N:Br:Cur)
- c Eu só pensava em ir à praia. Fazia um calor de matar, eu já disse, **ainda que, no alto do morro árido e pedregoso, soprasse uma brisa agradável que vinha da costa**. (19:Fic:Br:Carvalho:Iniciais)

Em (5a), por exemplo, a proposição central de *o deputado e economista Antônio Delfim Netto gostar das medidas de ajuste* se mantém e é verdadeira apesar da proposição designada pela oração subordinada (*essas medidas necessitam de uma análise mais detalhada*). Já em (5b), o fato de *Fanny Ardant não fazer grandes coisas no filme* cria uma série de expectativas, entre elas a de *não ganhar o César de melhor atriz*; esse disjuncto, entretanto, figura como irrelevante, já que a oração principal descreve um resultado que contraria essa expectativa. Em (5c), por fim, a articulação se dá entre dois fatos que, normalmente, não se dariam conjuntamente: o fato de *soprar uma brisa agradável que vinha da costa* é incompatível, para o falante, com o fato de *fazer um calor de matar*; essa incompatibilidade, entretanto, não impede que os dois fatos ocorram simultaneamente.

König (1985b, p. 4) representa essa incompatibilidade entre antecedente e consequente com o seguinte esquema: *embora p, q → se p, então normalmente não-q*. Construções concessivas, portanto, são usadas para asseverar duas proposições que contrariam a suposição de que, normalmente, tais proposições não se dão conjuntamente, ou melhor, a situação descrita em uma oração é uma condição desfavorável para a situação descrita na outra oração (HASPELMATH; KÖNIG, 1998, p. 566). As orações introduzidas por *ainda que* em (5) e (6) se enquadram nesse esquema e, assim, figuram como casos de orações concessivas.

- (6) a E quando você faz uma política pública, no caso uma política de ação afirmativa, **ainda que não seja uma política de alcance, de contingência nacional**, encontra reações. (19Or:Br:Intrv:Web)
- b Este será um momento bem positivo, com possibilidades de realizações muito grandes em termos pessoais. **Ainda que você não queira**, isso vai determinar novo rumo para sua vida íntima. Satisfação no amor. (19N:Br:PA)

Em (6a), o fato de *ser uma política de alcance, de contingência nacional* impediria, normalmente, a realização do evento de *encontrar reações*; entretanto, para a realidade descrita em (6a), a proposição central ocorre independentemente da situação desfavorável descrita pela proposição expressa na oração subordinada. O mesmo se aplica a (6b): o fato de *você não querer* impediria, normalmente, o evento de *isso determinar novo rumo para sua vida íntima*; entretanto, para a realidade ali descrita, esse impedimento não surte efeito. Assim, em (7), podemos representar os exemplos em (6) conforme o esquema da concessão.

- (7) a se não é uma política de alcance, de contingência nacional (p) → então normalmente não encontra reações (q)
- b se você não quer (p) → então normalmente isso não vai determinar novo rumo para sua vida íntima (q)

Já as construções concessivo-condicionais, em virtude de sua natureza e dos traços que compartilham, podem ser situadas junto a um espaço nocional entre a condicionalidade e a concessividade.

Em relação aos traços condicionais, as construções concessivo-condicionais estabelecem um vínculo condicional entre prótase (ou oração subordinada), oração que exprime condição, e apódose (ou oração principal), oração que exprime o que é condicionado. A diferença entre condicionais e concessivo-condicionais recai sobre a natureza da prótase: nas construções concessivo-condicionais, ao contrário das construções condicionais comuns, não é somente uma única prótase que se articula à apódose; a apódose, na verdade, articula-se a um conjunto de prótases expressas explícita ou implicitamente pela oração concessivo-condicional, conforme demonstra a seguinte representação: *Se {a ou b ou c ou d...}, então q*.

Nesse sentido, Haspelmath e König (1998) optam por distinguir, a depender da natureza da prótase, três tipos de concessivo-condicionais: (i) concessivo-condicionais alternativas (cf. (8a)), (ii) concessivo-condicionais universais (cf. (8b)) e (iii) concessivo-condicionais escalares (cf. (8c)).

- (8) a **Concessivo-condicionais alternativas**
Whether we get any financial support or not, we will go ahead with our project.
 (Quer consigamos qualquer apoio financeiro ou não, seguiremos com nosso projeto.)
- b **Concessivo-condicionais universais**
No matter how much financial support we get, we will go ahead with our project.
 (Independente do quanto consigamos de apoio financeiro, seguiremos com nosso projeto.)
- c **Concessivo-condicionais escalares**
Even if we do get any financial support, we will go ahead with our project.
 (Mesmo se conseguirmos qualquer apoio financeiro, seguiremos com nosso projeto)
 (adaptado de HASPELMATH; KÖNIG, 1998, p. 563)

A prótase de concessivo-condicionais alternativas contém uma junção de dois segmentos condicionais que se diferem pelo fato de o segundo segmento ser a versão negada do primeiro. Em (8a), por exemplo, a prótase da construção concessivo-condicional ali exemplificada alterna dois eventos condicionantes, diferentes entre si por sua natureza polar: o de *conseguir qualquer apoio financeiro* e o de *não conseguir qualquer apoio financeiro*. Portanto, o conjunto de prótases expresso por orações concessivo-condicionais alternativas é especificado por uma disjunção entre a prótese p e sua negação, conforme demonstra o esquema *Se (p ou $\sim p$), então q* . A paráfrase de (8a), contida em (9a), revela o valor condicional básico das concessivo-condicionais alternativas, que pode ser representado conforme o esquema lógico em (9b).

- (9) a If we get some financial support we will go ahead with our project and if we do not get any financial support, we will go ahead with our project.
 (Se conseguirmos qualquer apoio financeiro, nós seguiremos com nosso projeto e se não conseguirmos qualquer apoio financeiro, nós seguiremos com nosso projeto.)
- b $(p \vee \sim p) \rightarrow q \equiv (p \rightarrow q) \& (\sim p \rightarrow q)$
 (adaptado de HASPELMATH; KÖNIG, 1998, p. 565)

As concessivo-condicionais universais, por sua vez, trazem uma quantificação sobre a variável expressa na prótase, podendo, às vezes, ser confundidas com relativas livres. Sua prótase, portanto, ao trazer uma quantificação sobre a proposição ali designada, deixa implícita uma série de outros valores. Esse valor condicional e quantificador fica evidente quando se parafraseia uma concessivo-condicional universal por uma concessivo-condicional alternativa, conforme demonstra (10a), parafraseando (8b). O esquema lógico em (10b) representa esse tipo de construção concessivo-condicional.

- (10) a Whether we get a lot of financial support or none at all, we will go ahead with our project.
 (Quer consigamos um bom apoio financeiro ou até mesmo nenhum, nós seguiremos com nosso projeto.)
- b $(\forall x) (se p_x \text{ então } q)$
 (adaptado de HASPELMATH; KÖNIG, 1998, p. 565-566)

As concessivo-condicionais escalares, por fim, caracterizam a prótase como um valor extremo frente ao conjunto de prótases a que se relaciona a apódose, de modo que, ao se asseverar a condição para os casos extremos, implica-se que ela também se aplica aos casos menos extremos. Em (8c), por exemplo, o evento de *conseguir qualquer apoio financeiro* é uma condição extrema frente a outras condições que, naquele contexto, ficam implícitas; na construção concessivo-condicional escalar ali expressa, o evento de *seguir com o projeto* se mantém independente da condição extrema expressa pela prótase ou de qualquer outra condição menos extrema que essa prótase implica. O esquema *Mesmo* ($\lambda x [se\ x\ then\ q],\ não-p$) representa esse tipo de concessivo-condicional.

Já em relação aos traços concessivos, as construções concessivo-condicionais, assim como as concessivas genuínas, incluem, no conjunto de prótases relacionadas à apódose, uma circunstância desfavorável à realização da apódose. Além disso, a apódose (ou oração principal) de uma condicional-concessiva, assim como a apódose de uma concessiva, detêm um caráter factual.

As orações encabeçadas por *ainda que* em (11) são descritas por Neves (2011, p. 866) como eventuais ou potenciais: segundo a autora, “dada a potencialidade da oração concessiva, não necessariamente se segue a realização/a verdade nem a não realização/a falsidade da oração principal.”. Dessa forma, as construções em (11) articulam uma oração subordinada de caráter hipotético a uma oração principal de caráter factual.

Seguindo Hengeveld (1998), podemos dizer que as orações encabeçadas por *ainda que* em (11) são não-factuais, isto é, elas designam proposições irrealis, ou melhor, proposições que, frente à referência temporal instaurada pelo evento expresso na oração principal, não são verdadeiras, mas projeções possíveis para um momento posterior. Tais considerações nos levam a enxergar os exemplos em (11) como construções concessivo-condicionais.

- (11) a Para o PAN tampouco será uma vitória, porque **ainda que obtenha uma votação nacional de mais de 30%**, perderá no Distrito Federal. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- b Delfino tinha um grande respeito pela mulher quando resolvia fazer alguma coisa. Sabia, por exemplo, que ela ia discutir o caso dele, Delfino, com padre Estêvão, **ainda que o mundo viesse abaixo**. (19:Fic:Br:Callado:Madona)

Em (11a), o fato de *obter uma votação nacional de mais de 30%* é uma condição desfavorável para a realização da situação de *perder no Distrito Federal*. A apódose, entretanto, ocorre independentemente da situação desfavorável hipotética expressa na prótase. A prótase, além disso, é caracterizada como um valor extremo entre o conjunto de prótases ali implicado. Já em (11b), a proposição de *o mundo vir abaixo* figura como uma condição desfavorável para *a mulher de Delfino discutir seu caso com padre Estêvão*; o evento principal, entretanto, acontece independente dessa condição desfavorável. Tal condição, além disso, figura como uma condição extrema entre tantas outras condições que poderiam também ser desfavoráveis para o potencial acontecimento do evento principal. Tais orações são, dessa forma, concessivo-condicionais escalares, já que a prótase, ao assinalar uma condição desfavorável como extrema dentro de uma escala, implica, também, em relação à apódose, outra série de condições desfavoráveis. Conforme Haspelmath e König (1998, p. 592), a escalaridade é uma característica semântica das concessivo-condicionais, e não das concessivas.

Dessa forma, nos dois exemplos em (11), ficam evidentes: (i) o vínculo condicional entre as orações articuladas por *ainda que*, uma vez que a realização da apódose é totalmente condicionada à realização da apódose; (ii) a natureza escalar da prótase, especificando um valor extremo para a condição ali expressa; e (iii) o vínculo concessivo entre as orações, já que a articulação se dá entre uma condição desfavorável para a realização da apódose, ou seja, articulam-se dois segmentos incompatíveis.

Portanto, em construções concessivo-condicionais, *ainda que* apresenta um duplo papel semântico (NEVES, 1999, p. 590): ela expressa uma condição hipotética (valor condicional eventual), cuja relevância para o cumprimento do estado de coisas da oração nuclear é, ao mesmo tempo, negada (valor concessivo).

Segundo Kortmann (1997, p. 203), a concessão, enquanto relação entre orações mais complexa, desenvolve-se tardiamente em relação à causa e à condição. Conforme o próprio autor afirma, subordinadores com leitura secundária de causa ou de condição e leitura primária de concessão são raros de serem encontrados. A polifuncionalidade de subordinadores no domínio CCC está subordinada à seguinte hierarquia implicacional: condicional > concessivo-condicional > concessiva. Assim, um subordinador polifuncional só pode marcar duas das relações alocadas nessa hierarquia implicacional: ou condicional e concessivo-condicional, ou concessiva e concessivo-condicional. No português, nossa defesa é a de que a forma *ainda que* se enquadra ao segundo caso.

Ideias sobre uma possível trajetória de mudança linguística: o estatuto de *ainda que*

Em decorrência do recorte sincrônico a que se atém este trabalho, nossa proposta, nesta seção, é levantar uma hipótese de mudança linguística envolvida na emergência de *ainda que* e, pautados numa análise inicial, de cunho qualitativo, lançar algumas considerações a respeito do estatuto gramatical dessa perífrase conjuncional.

König (1985b, p. 266), ao investigar as afinidades entre concessivas e outros domínios semânticos, identifica cinco principais fontes históricas para os conectivos concessivos:

- (i) **quantificadores:** segundo König (1985, p. 267), há uma relação muito próxima entre concessividade e quantificação universal, de forma que muitos conectores concessivos contêm um componente que também é usado como quantificador universal (por exemplo, em inglês, a conjunção *although* e, em português, a conjunção *conquanto*);
- (ii) **partículas focais/enfáticas e conjunções temporais/condicionais:** em muitas línguas, os conectivos concessivos podem ser originalmente compostos a partir de conjunções temporais e/ou condicionais e, também, a partir de partículas focais aditivas e/ou de partículas enfáticas (no inglês, as conjunções *even though* e *even so* são exemplos desses casos, já que as formas *even* e *so*, que entram na composição dessas conjunções, podem funcionar como partículas focais aditivas; no português, as locuções *mesmo se* e *mesmo que* também podem figurar como exemplos, já que constituem-se a partir da partícula enfática *mesmo* combinada à condicional *se*, no primeiro caso, ou à integrante *que*, no segundo);

- (iii) **notável co-ocorrência/co-existência:** os membros do terceiro grupo implicam notável co-ocorrência ou co-existência entre dois fatos como parte do seu significado literal (como, em inglês, *nevertheless, still, yet*, todos itens de natureza aspectual imperfectiva);
- (iv) **“obstinação, conflito, desordem”:** membros do quarto grupo lexicalizam as noções de conflito, obstinação, dissonância ou reações a tais situações (como *in spite of, despite*, no inglês, e *apesar de (que)*, no português, que, em sua composição, apresentam um elemento nominal como *spite* (ódio, rancor) e *pesar* (desgosto), respectivamente);
- (v) **factual:** os membros do último grupo mantêm relações com os conectivos causais e marcam de alguma maneira o caráter factual das orações articuladas por eles (no alemão, por exemplo, a forma *zwar* funciona como um advérbio, no sentido de *na verdade*, e, em uma correlação adversativa, acompanhado da conjunção adversativa *aber* (mas), pode introduzir uma constatação seguida de uma restrição).

Segundo König (1985b, p. 267), a composição formal dos elementos dos dois primeiros grupos de conectivos aponta claramente para as concessivo-condicionais como origem histórica de sentenças concessivas. Essa hipótese, conforme sugere o autor (KÖNIG, 1985b, p. 270), toma por base as similaridades que os dois grupos de conectivos exibem, principalmente os seguintes fatos históricos e sincrônicos:

- (i) tanto concessivo-condicionais como concessivas associam-se à ideia de conflito ou incompatibilidade: enquanto uma concessiva pressupõe uma incompatibilidade entre fatos, uma condicional-concessiva pressupõe um conflito entre uma condição, dentre uma série de condições designada pelo antecedente, e a situação expressa no conseqüente. Dessa forma, o que muda no desenvolvimento de uma concessivo-condicionais a uma concessiva é a relação do antecedente com o mundo real;
- (ii) por outro lado, pensando que as condicionais (tanto as condicionais autênticas como as concessivo-condicionais) não implicam sua prótase, e que as concessivas a implicam, o desenvolvimento de concessivo-condicionais em concessivas envolve, necessariamente, a perda de seu caráter hipotético.

Nessa linha de raciocínio, Kortmann (1997, p. 200), lembrando que os limites entre concessivas e concessivo-condicionais é fluido, afirma que, em algumas línguas, concessivo-condicionais com partículas focais podem ser usadas num sentido factual, isto é, como orações concessivas genuínas, o que evidencia o frequente desenvolvimento de conectivos concessivos a partir de conectivos concessivo-condicionais.

No português, o item *ainda*, base de formação da perífrase conjuncional *ainda que*, apresenta uma natureza multifuncional, e seu uso mais pragmatizado, exemplificado em (12), corresponde a uma partícula focal aditiva (cf. KÖNIG, 1991).

- (12) a Analisando as ações culturais do Estado a gente não vê o que via no Governo Joaquim Francisco, que era a Fundarpe e tão somente a Fundarpe fomentando a cultura. Na realidade, hoje tem a Secretaria de Cultura com a embaixada que Ariano desenvolve com maestria; tem a Fundarpe executando o que a gente procurou executar, com deficiências lamentáveis de verba e que conseguiu ainda desenvolver o importante projeto O Livro Por

um Real, que movimentou todo Estado. Há **ainda** a Secretaria de Imprensa desenvolvendo ações culturais como marketing para o Estado, como esse Festival de Cuba. Então há, na verdade, três ações culturais, três caminhos, com verbas reservadas para cada uma dessas ramificações, sem que entrem em choque. Então são três cabeças e três corpos. (19Or:Br:Intrv:Com)

- b tem a Fundarpe executando o que a gente procurou executar, com deficiências lamentáveis de verba e que conseguiu **ainda** desenvolver o importante projeto O Livro Por um Real, que movimentou todo Estado (19Or:Br:Intrv:Com)
- c JC - O que fez você abandonar a carreira de jogadora? Simone - Não sei muito bem, mas acho que eu já me achava meio velha para aquilo, aos 25 anos. Tinha uma geração de novas jogadoras e eu estava interessada em ensinar. Comecei a trabalhar como treinadora da equipe bauruense e **ainda** fiz alguns jogos como atleta até 1991. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Em (12a-c), *ainda*, no sentido de *além disso* ou *também*, materializa linguisticamente o objetivo comunicativo do falante em demonstrar a seu ouvinte a necessidade de expansão de sua (do ouvinte) informação pragmática a partir das informações já colocadas no registro gradualmente construído junto ao contexto. Em (12a), por exemplo, o falante vem informando ao ouvinte sobre as novas ações culturais do Estado adotadas no novo governo e, após enumerar a Secretaria de Cultura e a Fundarpe, o falante adiciona a referência à Secretaria de Imprensa, assinalando, para seu ouvinte, que tal informação referencial deve ser acrescida ao conjunto de informações que já foram enumeradas. Por outro lado, em (12b), ao informar sobre as ações da Fundarpe, o falante salienta uma peça de informação a ser transmitida, no caso o que a Fundarpe conseguiu, e sinaliza, para o ouvinte, que tal informação deve ser encarada como uma expansão em relação ao que se apresentou anteriormente, isto é, o desenvolvimento do projeto foi uma conquista, isso além da execução de ações com verbas deficitárias. Em (12c), por fim, após explicar alguns motivos que justificam o abandono de sua carreira de jogadora, a falante elucida seus feitos na época, como seu trabalho como treinadora da equipe do baruense e a atuação como atleta em alguns jogos, sendo esta última informação sinalizada, por meio de *ainda*, como uma expansão informacional a partir do núcleo de informações que se vinha construindo anteriormente e um acréscimo de informação ao conjunto de conhecimentos do Ouvinte.

Com base nessas considerações, e seguindo Ferrari et al. (2011), pode-se afirmar que a função de *ainda* em (12) é assinalar a existência de uma escala pragmática ancorada no contexto em que aparece o enunciado e situar, no extremo superior dessa escala, a porção informacional por ele escopada. Essa propriedade escalar enquadra *ainda* entre as partículas escalares absolutas (cf. SCHWENTER; VASISHTH, 2000): *ainda* marca uma informação como o ponto extremo de uma escala pragmática implicada no contexto.

Com base nas considerações de König (1985a; 1985b) e Haspelmath e König (1998, p. 566), podemos considerar que o desenvolvimento do conector condicional-concessivo *ainda que* se dá a partir da partícula escalar *ainda*. Uma construção condicional-concessiva escalar como *Ainda* (λx [if x então q] not- p) resulta da extração da parte focalizada de uma sentença, em que a partícula escalar *ainda* se combina com a proposição resultante, isto é, com a sentença analisada dentro da parte focalizada.

Isso evidencia dois distintos componentes envolvidos na mudança linguística do item *ainda* e na emergência da forma *ainda que* enquanto conector concessivo-

condicional (cf. HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p. 72): (i) metáfora, que envolve uma gradativa transferência entre o significado escalar e os significados condicional e concessivo, e (ii) metonímia, que reflete um processo, denominado de *reinterpretação induzida pelo contexto*, em que um determinado tipo de contexto incita a uma interpretação conceitual específica – o significado escalar de *ainda*, em contexto de subordinação, passa a ser reinterpretado no domínio conceitual da causalidade, especificamente na zona entre condição e concessão.

Dessa forma, *ainda que* concessivo-condicional é um estágio intermediário na formação do conectivo concessivo *ainda que*. Um cline que representa as trajetórias de mudança na emergência da conjunção complexa concessiva *ainda que* seria: *ainda* partícula escalar > *ainda que* conector concessivo-condicional > *ainda que* conector concessivo. A defesa aqui é que *ainda que* concessivo apresenta um alto grau de gramaticalidade, e isso pode ser demonstrado, inicialmente, por meio de duas propriedades: (i) domínios conceituais da oração encabeçada por *ainda que* e (ii) forma verbal da oração encabeçada por *ainda que*.

Sweetser (1990, p. 111) propõe que a junção sintática de orações pode ser interpretada em três diferentes domínios conceituais: como junção de conteúdos no mundo real (domínio do conteúdo), como junção de premissas no mundo epistêmico (domínio epistêmico) e como junção de atos de fala realizados por meio da enunciação das orações (domínios dos atos de fala).

Orações concessivo-condicionais encabeçadas por *ainda que* designam, necessariamente, conteúdos proposicionais (cf. (13)). Conteúdos proposicionais, em termos gerais, consistem em construtos mentais do falante, ou melhor, são construtos mentais que não existem no espaço ou no tempo, mas estão presentes na mente daqueles que o criam.

- (13) a De acordo com Landau, **ainda que fosse possível medir o que se deverá perder de receita por conta da crise**, é correta a manutenção do cronograma já traçado. (19N:Br:Recf)
- b Talvez por isso mesmo, os antigos limitassem os mandatos executivos ao mínimo, como os romanos, que os fixavam em um ano apenas. **Ainda que o chefe de governo fosse o mais idôneo e o mais sábio dos homens**, a sua permanência no poder, para além de seu mandato, seria a negação da democracia. Há quem faça confusões, e afirme que nos outros países a permanência no poder é ilimitada. (19Or:br:LF:SP)

Em (13a), o falante admite que a hipotética ideia de *uma possibilidade de medir o que se se deverá perder de receita por conta da crise* não interfere na *manutenção do cronograma já traçado*, ideia avaliada por ele como *correta*. Já em (13b), nota-se que há uma incompatibilidade entre uma situação hipotética construída na mente do falante (a de *o chefe do governo ser o mais idôneo e o mais sábio dos homens*) e uma situação admitida pelo falante como real (a de *a permanência do chefe do governo no poder, para além de seu mandato, ser a negação da democracia*).

Esses dois exemplos mostram que, em construções concessivo-condicionais, *ainda que* articula dois conteúdos de natureza proposicional, isto é, dois conteúdos que necessariamente passam pela avaliação do falante. Dessa forma, a interpretação de construções concessivo-condicionais com *ainda que* se dá no domínio epistêmico.

Orações concessivas encabeçadas por *ainda que* também se articulam no domínio epistêmico (cf. (14a)), e, além disso, podem articular-se no domínio do ato de fala (cf. (14b)).

- (14) a A conta, no nome de uma ex-namorada do filho do sócio brasileiro, tinha sido desativada. De início, ficou perplexa, e demorou a aceitar, mas quando passou a receber as ameaças anônimas, que lhe diziam para voltar para os Estados Unidos, entendeu finalmente, **ainda que fosse difícil imaginar que ele nunca tivesse lhe dito nada**. Desde o início, tudo tinha sido um mero problema de imaginação. (19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)
- b Ela já tinha partido e nada sofreu. Tenta ultrapassar as convenções, ainda que uma única vez, em nome de algo mais humano. Não te ofendas. Esquece os costumes, o que pensarão de ti, só hoje, só esta vez. **Ainda que te pareça obsceno este pedido, nestas circunstâncias, sobre o corpo da tua sobrinha**. Somos como nuvens. Elas passam e se misturam, se confundem umas nas outras. Não vamos ficar. (19:Fic:Br:Carvalho:Bebados)

Em (14a), o fato descrito na oração principal, o de *entender finalmente*, se dá independentemente da situação desfavorável criada na mente do falante, a de *ser difícil imaginar que ele nunca tivesse lhe dito nada*. Por outro lado, em (14b), a oração encabeçada por *ainda que* não traz uma circunstância desfavorável para a proposição expressa na oração principal, mas sim para a ordem que essa oração expressa num âmbito mais discursivo. Assim, em (14b), *ainda que* articula, na construção concessiva, dois atos de fala.

Traugott (1989), ao delinear como contínuo de mudança semântica a trajetória *proposicional > textual > expressivo*, traz três tendências gerais para a mudança semântica:

- (i) **Tendência I:** significados baseados na situação externa > significados baseados na situação interna (percebida/cognitiva);
- (ii) **Tendência II:** significados baseados na situação externa ou interna > significados baseados na situação textual e metalinguística;
- (iii) **Tendência III:** significados tendem a se tornar altamente embasados na avaliação subjetiva (crenças/attitudes) em relação à proposição.

As tendências II e III descrevem as mudanças semânticas envolvidas no desenvolvimento do conector concessivo *ainda que*. Em construções concessivo-condicionais, a atuação de *ainda que* se restringe ao domínio epistêmico, articulando significados altamente calcados na avaliação subjetiva do falante, o que se conforma à terceira tendência. Já em construções concessivas, *ainda que*, além de atuar no domínio epistêmico, também atua no domínio do ato de fala, de forma que, de um significado baseado na percepção cognitiva do falante, passa a veicular significados de ordem textual e metalinguística, o que se conforma à segunda tendência.

Em relação à forma verbal da oração encabeçada por *ainda que*, Givón (2001, p. 68), ao tratar da integração de orações no âmbito da complementação, distingue um dispositivo sintático para avaliar o grau de integração de orações: a escala de morfologia verbal, que se dá entre o protótipo verbal finito e o protótipo nominal não-finito. Segundo o autor, o caráter não-finito – ou nominalidade – de uma forma verbal pode ser codificada sintaticamente por meio de marcação reduzida de *tempo-aspecto-modalidade*, de marcação reduzida de *concordância pronominal* e de *forma nominal* do verbo.

Na utilização desses dispositivos para codificar a escala de complementação, o autor (GIVÓN, 2001, p. 68) faz a seguinte previsão implicacional: quanto mais integrados cognitiva e semanticamente são os eventos principal e completivo, mais nominal – portanto, menos finito – vai aparecer morfológicamente o verbo da completiva. A nosso ver, essa previsão também se aplica à articulação de orações adverbiais e, portanto, às construções concessivo-condicionais e concessivas com *ainda que*.

Lehmann (1988), nesse sentido, propõe, como um dos parâmetros estruturadores da tipologia de combinação de orações, a dessentencialização da oração subordinada, que avalia o grau em que uma oração subordinada está expandida ou reduzida. Num processo de redução, a oração subordinada perde propriedades de uma oração e gradualmente adquire propriedades nominais. *Tempo* e *aspecto*, por exemplo, são categoriais verbais que são reduzidas ou até mesmo perdidas em decorrência da dessentencialização da oração subordinada (LEHMANN, 1988, p. 195). Por outro lado, o verbo se torna não-finito, ou melhor, o verbo se torna cada vez mais nominal.

Entre as construções com *ainda que*, somente no contexto de construções concessivas ocorre verbos reduzidos em forma nominal, especificamente no gerúndio (cf. (15)).

- (15) a Por isso, pensar que na Bolívia seria diferente foi uma grave ilusão, um tremendo erro. Não porque fosse o Monje (Carlos) o seu secretário-geral (do Partido Comunista Boliviano). Sê-lo-ia sempre. O fato de Monje querer ele mesmo ser o líder da revolução, **ainda que recusando-se a ir para o lugar onde se travava a luta principal**, é questão de pormenor. A concepção política é que era diferente. (19Or:Br:Intrv:Com)
- b A burrice, no Brasil, tem um passado glorioso e um futuro promissor. * Estatização, no Brasil, é como mamilo de homem: não é inútil nem ornamental. * Optei por ser patriótico, **ainda que não sendo popular**. Tive de abandonar o culto à deusa-cadela da popularidade. (19N:Br:PA)

O uso do verbo em forma nominal (gerúndio) na oração concessiva com *ainda que* implica a perda de conjugação pessoal e a dispensabilidade do sujeito. Esses traços formais evidenciam um grau avançado de dessentencialização da oração subordinada e, portanto, um grau intermediário de condensação (ou compressão) de informações lexicais e gramaticais.

A presença de um subordinador e a possibilidade de se reduzir a oração dependente mostra um alto grau de integração entre as orações na construção concessiva com *ainda que*. A redução de orações concessivo-condicionais parece ser possível, embora, ao serem reduzidas, se fortaleça a leitura concessiva (cf. (16)).

- (16) a **ainda que não visse mais ninguém**, seu Juca Vilanova, grande colecionador de objetos de arte, podia passar o resto da vida vendo os tesouros que acumulou. (19:Fic:Br:Callado:Madona)
- b **#ainda que não vendo mais ninguém**, seu Juca Vilanova, grande colecionador de objetos de arte, podia passar o resto da vida vendo os tesouros que acumulou.

Em (16a), a proposição *não ver mais ninguém* tem um caráter hipotético e se mostra como uma condição desfavorável para o cumprimento da proposição presente na oração principal. Trata-se, portanto, de uma construção condicional-concessiva. A

redução da forma verbal da oração subordinada em (16a) é possível, como se vê em (16b). Entretanto, com a redução, perde-se o caráter hipotético da oração subordinada e constrói-se uma concessiva autêntica. Isso nos permite assegurar que só é possível reduzir o verbo da oração subordinada em construções concessivas, o que, seguindo Lehmann (1988) e Givón (2001), corrobora a existência de um estatuto diferenciado entre *ainda que* condicional-concessivo e *ainda que* concessivo.

Em síntese, a distribuição entre os domínios conceituais propostos por Sweetser (1990) e a possibilidade de redução da oração encabeçada por *ainda que* são dois traços (um semântico e o outro formal, respectivamente) que não só confirmam a polifuncionalidade de *ainda que*, mas que também evidenciam o alto grau de gramaticalidade de *ainda que* concessivo. De fato, tais propriedades nos permitem prever que o estatuto gramatical de *ainda que* concessivo é maior do que o de *ainda que* concessivo-condicionais.

Considerações finais

Com este trabalho, ficam, de modo geral, duas importantes considerações: (i) construções com *ainda que*, em português, apresentam tanto uma leitura concessivo-condicional, como uma leitura concessiva, e (ii) o alto grau de integração entre as orações na expressão da concessão e, além disso, a atuação do juncor concessivo *ainda que* nos domínios epistêmicos e do ato de fala revelam seu elevado estatuto gramatical.

REFERÊNCIAS

- AUWERA, J. van der.; KÖNIG, E. Clause integration in German and Dutch conditionals, concessive conditionals, and concessives. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 101-133.
- BARRETO, T. M. M. Gramaticalização das conjunções na história do português. 1999. 460 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. 768 p.
- CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. 2006. Available online at: <<http://www.corpusdoportugues.org>>.
- FELÍCIO, C. P. *A gramaticalização da conjunção concessiva embora*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- FERRARI, L.; GIAMMATTEO, M.; ALBANO, H. Operadores de foco: el caso de incluso, hasta, solo y aun. *Cuadernos de la ALFAL*, n.3, p. 30-41, 2011.
- GALBIATTI, M. E. *Análise comparativa do processo de gramaticalização das perífrases conjuncionais "agora que" e "já que"*. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em

Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam: J. Benjamins, 2001. 519 p.

HARRIS, M. Concessive clauses in english and romance. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 71-99.

HASPELMATH, M.; KÖNIG, E. Concessive conditionals in the languages of Europe. In: VAN DER AUWERA, J. *Adverbial constructions in the languages of Europe*. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. 328 p.

HENGEVELD, K. Adverbial Clauses in the languages of Europe. In: AUWERA, J. *Adverbial Construction in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, Amsterdam, v.66, n.1, p. 1-19, 1985a.

_____. Where do concessives come from? On the development of concessive connectives. In: FISIAK, J. (ed.). *Historical semantics. Historical Word-formation*. New York: Mouton de Gruyter, 1985b. p. 263-282.

_____. Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization. In: TRAUGOTT, E. et al. (ed.). *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 229-246.

_____. *The Meaning of Focus Particles*. Routledge: London, 1991. 207 p.

KORTMANN, B. *Adverbial Subordination: a Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. 425 p.

LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 275-330.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Um exemplo de (inter)subjativização na linguagem: a reconstrução histórica de 'ainda'. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.34, p. 1361-1366, 2005.

NEVES, M. H. M. A gramaticalização e a articulação de orações. *Estudos Lingüísticos*, São José do Rio Preto, v.27, p. 46-56, 1998.

_____. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (org.). *Gramática do Português Falado: Novos estudos*. v. 7. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 545-591.

_____. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v.21, n.21, p. 59-72, 2006.

_____. A difusa zona adverbial: o caso da combinação de orações. *Linguística*, Madrid, v.20, p. 25-47, 2008.

- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011. 1005 p.
- PARRA, B. G. G. Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por *aunque* em dados do espanhol peninsular. 2016. 169 f. *Dissertação* (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- SCHWENTER, S. A.; VASISHTH, S. Absolute and relative scalar particles in Spanish and Hindi. *BLS*, n.26, p. 225-233, 2000.
- SWEETSER, E. E. *From Etymology to Pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge Universe Press, 1990. 188 p.
- TRAUGOTT, E. C. On the rise of epistemic meanings. *Language*, v.65, n.1, p. 31-55, 1989.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 15/12/2015

A expressão de finalidade na construção de movimento com propósito em português

Angélica Rodrigues

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Araraquara, São Paulo, Brasil
angelica.rodrigues@fclar.unesp.br

Patrícia Oréfica

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Araraquara, São Paulo, Brasil
patricia.orefica@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.725>

Resumo

Neste artigo, discutimos a relação de finalidade na Construção de Movimento com Propósito, que é formada pela sequência, contígua ou não, de dois verbos, sendo que o primeiro é sempre um verbo de movimento orientado e o segundo apresenta-se sempre na forma não finita. Adotamos um modelo cognitivo-funcional, em que são priorizadas as noções de construção, segundo o paradigma da gramática das construções (GOLDBERG, 1995), metáfora conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1992), gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003) e tipologia de combinações de cláusulas (LEHMANN, 1988; CRISTOFARO, 2005) para analisar a relação dessa construção com a oração adverbial final dentro de um *continuum* de integração de cláusulas complexas.

Palavras-chave: metáfora conceptual; verbos de movimento orientado; cláusulas finais; construção; integração de cláusulas; construção de movimento com propósito.

Expressing Purpose in the Motion-Cum-Purpose Construction in Portuguese

Abstract

This paper discusses the meanings of purpose in the motion-*cum*-purpose construction, formed by a sequence of two verbs, which can be contiguous or not. The first verb always expresses oriented motion, and the second always has a non-finite form. The cognitive-functional approach, which emphasizes concepts of constructions according to construction grammar approach (GOLDBERG, 1995), conceptual metaphor (LAKOFF, 1992; LAKOFF; JOHNSON, 1980), grammaticalization (HOPPER; TRAUGOTT, 2003) and clause combining typology (LEHMANN, 1988; CRISTOFARO, 2005), was adopted to analyze the relation between the motion-*cum*-purpose construction and the purpose clause within an integration *continuum* of complex clauses.

Keywords: conceptual metaphor; oriented motion verbs; purpose clauses; construction; clause combining; motion-*cum*-purpose constructions.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão acerca do valor de finalidade expresso num tipo de construção particular, denominado *construção de movimento com propósito* (CMCP daqui em diante). Defendemos que a expressão da finalidade, embora

seja prototipicamente marcada nas orações finais, também emerge nas CMCP. As duas construções, portanto, finais e CMCP, estariam ligadas por uma relação de herança fundamentada basicamente na classe semântica dos verbos que podem integrar a CMCP. A relação entre as duas construções é explorada em termos do grau de integração sintática, que fundamenta nossa análise de que a CMCP, embora expresse um valor de finalidade tal como as orações finais, representa um tipo de construção mais integrada sintaticamente.

Segundo Oréface (2014), as CMCP são construções formadas pela sequência, contígua ou não, de dois verbos, V1 e V2, sendo que V1 é sempre um verbo de movimento orientado, que se associa a V2, o qual ocorre obrigatoriamente na forma não finita. Verbos de movimento orientado são verbos que codificam um deslocamento físico, cujo ponto de partida e/ou chegada são focalizados, como *sair*, *passar* etc. Embora entre V1 e V2 possa haver alguns materiais intervenientes, como advérbios e expressões adverbiais, nenhuma conjunção explícita a vinculação sintática dos dois verbos. (1) e (2) são representativos dos casos de CMCP em foco neste artigo:

1) Ele pegô(u) já **subiu na casa dele buscar** o cano lá:... e (a)cabô(u) briga::n(d)o lá teve a maior com/confusão::chama atenção tam(b)ém de polícia né?¹

2) Cara, como é difícil ver uma pessoa que a gente gosta sofrendo... Hoje **entrei na UTI ver** o Ariel, eu nunca tinha visto uma UTI, só na TV, confesso que entrei com um pouco de receio do que ia ver, mas mesmo assim fui firme e forte [...]²

Em (1), observamos que há uma relação de finalidade que emerge da correlação entre a ação de *subir* (V1) (na casa dele) e *buscar*(V2) (o cano), no sentido de que o segundo evento é o propósito do primeiro. Em (2), a finalidade pode ser identificada pela relação entre o verbo *entrar*, no pretérito perfeito, e *ver*, no infinitivo, de modo que a ação expressa no segundo verbo constitui a finalidade da ação (movimento) expressa no primeiro verbo. Embora nosso *corpus* de análise seja constituído por ocorrências de CMCP com outros tipos de verbos, os casos apresentados em (1) e (2) devem ser suficientes para explicitar a relação de finalidade que emerge nessas construções que precisam ser analisadas como um tipo especial de construção de finalidade, dada a sua configuração sintática, que se caracteriza pela ausência da preposição *para*.

Uma vez que a relação de finalidade é prototipicamente expressa pela estrutura *para + infinitivo* (DIAS, 2001; TORRENT, 2009), sentenças como (1) e (2), além de poderem causar estranhamento a alguns falantes do português, também carecem de uma análise linguística, já que representam um tipo de construção pouco estudado.

Neste artigo, oferecemos, portanto, sob uma perspectiva sincrônica, uma descrição das propriedades estruturais e funcionais das CMCP, além de discutir sua relação com as orações finais, com quem mantêm uma relação de herança. É importante dizer que, ainda que haja semelhança entre as orações finais e as CMCP, defendemos que as CMCP representam um tipo distinto de construção de finalidade, com propriedades particulares não compartilhadas pelas orações finais. O que vemos nessa relação entre as finais e as CMCP é um jogo de semelhanças e diferenças, o que evidencia uma relação entre as duas construções.

¹ (IBORUNA/AC- 031; NR: 77-78).

² Disponível em: <http://www.orkut.com/Main#CommMsgs?cmm=28540154&tid=2519818337906016550>. Acesso em: 02 set. 2013.

Nossas análises sustentam-se dentro de um modelo cognitivo-funcional, em que são priorizadas as noções de construção, segundo o paradigma da gramática das construções (GOLDBERG, 1995, 2006), metáfora conceptual (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1992), gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003) e tipologia de combinações de cláusulas (LEHMANN, 1988; CRISTOFARO, 2005).

Para dar embasamento ao nosso trabalho, partimos de dados coletados nos *corpora Corpus* do Português (www.corpusdoportugues.org), Projeto Iboruna (www.iboruna.ibilce.unesp.br) e em buscas assistemáticas³ no *site* de busca Google (www.google.com).

Os resultados apresentados neste artigo configuram-se basicamente como uma análise qualitativa. Cumpre salientar, no entanto, que em trabalho anterior (ORÉFICE, 2014) uma análise quantitativa foi empreendida a fim de confirmar a produtividade da CMCP assim como suas propriedades sintático-semânticas. Desse modo, a descrição da CMCP apresentada aqui leva em conta a análise quantitativa de 98 casos de CMCP.

A fim de alcançar os propósitos deste artigo, nosso percurso é o seguinte: na primeira seção apresentamos considerações acerca da relação semântica de finalidade em orações finais do português. Na segunda seção, trataremos da relação de finalidade com base nos estudos sobre metáforas conceptuais. Na terceira e última seção, discutiremos a configuração sintática da CMCP, num cotejo com a oração final, a fim de discutir o grau de integração sintática dessas duas construções. A análise dos parâmetros de integração de cláusulas permitirá a alocação das CMCP dentro de um *continuum* de integração de cláusulas que parte de estruturas menos integradas e menos gramaticalizadas para estruturas mais integradas e mais gramaticalizadas. Por fim, apresentamos nossas considerações finais e referências bibliográficas.

Relações de finalidade: tipos de construções no português

Seja nas gramáticas tradicionais ou na literatura linguística relativas ao português, a relação de finalidade é descrita nos termos das orações chamadas de subordinadas adverbiais finais ou orações hipotáticas de finalidade, a depender da abordagem. Não há divergência na literatura sobre a descrição formal dessas orações. A diferença reside na descrição semântica e funcional, que é mais explorada na literatura linguística. Considerando sua configuração sintática, as orações finais são descritas como orações que se ligam a uma oração principal por meio de uma conjunção de finalidade.

Nas gramáticas tradicionais, encontramos uma descrição dos tipos de orações finais tendo em vista principalmente o conectivo usado entre V1 e V2. Dias (2001), todavia, salienta que, embora conectivos, como *a fim de*, *com o fim de*, *que*, entre outros, possam introduzir uma oração final, a estrutura prototípica de finalidade no português brasileiro contemporâneo é “*para* + INFINITIVO”.

Dias (2001) esclarece ainda que, nas orações de finalidade, duas proposições, expressas na oração principal e final, apresentam uma relação de dependência semântica, na medida em que o estado de coisas decorrente da oração principal é condição (propósito) para a realização do estado de coisas expresso na final. A autora

³ Os dados coletados no *site Google* foram extraídos de *sites* de relacionamento, *sites* de perguntas e respostas e redes sociais e englobam análise qualitativa.

salienta ainda que a correferencialidade dos sujeitos da principal e da subordinada, como em (3), é evidência da forte dependência semântica entre as duas orações.

(3) [...] Ora, esse novo Brasil, que ele chama americano, **para indicar uma especificidade que o afasta do trono ibérico**, era sobretudo o Brasil meridional transformado pela imigração. (DIAS, 2001, p.138).

Torrent (2009), por seu turno, apresenta considerações a respeito de construções *para* (SN) infinitivo através de uma abordagem centrada no conceito de rede construcional. Para isso, delimita a forma e o sentido da oração de finalidade. No que tange ao sentido, o autor afirma que, nessas construções, o *para* (SN) infinitivo focaliza o espaço mental que representa o deslocamento em direção a um alvo, que é a intenção. Assim, retomando outros trabalhos de cunho funcionalista (DIAS, 2001; 2002; MARTELOTTA; VOTRE; CESÁRIO; 1996), Torrent (2009) apresenta a construção de finalidade como um tipo de construção que codifica uma meta, baseando-se na Teoria da Metáfora (LAKOFF; JOHNSON, 1980), segundo a qual há um movimento, no mundo das intenções, tendo como destino a finalidade. Baseando-se principalmente em Dias (2001), o autor (TORRENT, 2009, p.77-78) explicita o modo de elaboração da oração de finalidade a partir das ocorrências (4) e (5). Em (4), a utilização do FGTS teve como meta a quitação do saldo devedor. O movimento pressuposto nessa sentença se dá no mundo das intenções, em que o sujeito que utiliza o fundo visa a atingir metaforicamente um destino em que não há mais dívidas a serem quitadas. Em (5), por sua vez, o movimento intencional sobrepõe-se a um deslocamento no mundo físico, uma vez que o deslocamento do funcionário do banco, que é o enunciador da sequência transcrita em (5), precisa, de fato, se deslocar fisicamente no intuito de atingir a meta relativa ao mundo das intenções, que é discutir questões relacionadas a processos movidos contra o banco.

(4) Ele pagou uma parcela só recorrente ao mês de abril e utilizou o fundo de garantia por tempo de serviço **pra quitar todo o saldo devedor**. (PROCON – CEF, TORRENT, 2009, p. 77)

(5) Num é não. Não não... Não existe esse hábito. Por quê? Justamente pra coibir, esse tipo de que problema que a gente tem aqui. Ir no PROCON, ir na justiça cível, é o que a gente vem evitando muito. Por quê? A gente acaba, é perdendo tempo em síntese, porque a gente tem se deslocar do... do local de trabalho, **pra vir aqui falar** sobre sobre esses casos. (PROCON – SUL - TORRENT, 2009, p.77).

Desse modo, conclui-se que a oração de finalidade pode ser mais bem interpretada com base na metáfora conceptual, como descrita em Lakoff e Johnson (1980). É disso que tratamos na seção seguinte.

As bases metafóricas da finalidade

Lakoff (1992, p.1), retomando Lakoff e Johnson (1980), sustenta que, na metáfora, uma forma é utilizada para se conceituar um domínio mental em face de outro. Assim, determinados conceitos tornar-se-ão metafóricos à medida que forem explicados através de comparações com outros domínios mentais.

Conceptualizar um domínio mental, segundo Lakoff (1992), demanda realização de um mapeamento desse domínio através do sistema conceptual. Sua realização se dá por meio de expressões linguísticas, palavras, sentenças ou frases, que se encontram na superfície desse mapeamento.

Segundo Lakoff e Johnson (1980), o sistema linguístico é baseado em realizações metafóricas. Os autores reconhecem três tipos principais de metáforas conceptuais: estruturais, orientacionais e ontológicas. As metáforas estruturais estabelecem ligações entre conceitos abstratos e concretos, como a metáfora *O amor é uma viagem*, a exemplo de (6). Nesse caso, a entidade *amor*, sentimento e, portanto, abstrato, é metaforizado na ideia de *viagem*, uma vez que parte dos conceitos de *viagem* são direcionados à ideia do amor, que, por sua vez, parece uma trajetória em que duas pessoas são viajantes.

- (6) *I don't think this relationship is going anywhere.* (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.37).
Eu não acho que nossa relação está indo a algum lugar.

As metáforas orientacionais partem de deslocamentos orientacionais (*cima-baixo*, *frente-trás*, *dentro-fora*), como a metáfora *Feliz é para cima*, em (7), e *Triste é para baixo*, em (8).

- (7) *I am felling up.* (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.15).
Eu estou me sentindo para cima.
(8) *I am felling down.* (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.15).
Eu estou me sentindo para baixo.

As metáforas ontológicas estabelecem ligações com nossas experiências com objetos físicos, resultando em relações com substâncias e entidades, como a metáfora *Inflação é uma entidade*, em (9):

- (9) *We need to combat inflation.* (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p.24)
Nós precisamos combater a inflação.

As metáforas conceptuais, portanto, ocorrem através de mapeamentos conceptuais entre um domínio fonte e um domínio alvo, sendo que se apreende um significado em termo de outro. Apoiando-se em discussões sobre metáforas conceptuais como *Tempo é dinheiro*, *amor é viagem* e *discussão é guerra*, Lakoff e Johnson (1980) advogam a favor da afirmação de que as metáforas estão incluídas em nosso cotidiano, pois o *tempo*, para nós, é um bem valioso; o *amor* é um trajeto angustiante, difícil; e a *discussão*, é um embate entre diferentes ideias sendo atacadas e defendidas, tal como numa guerra.

Lakoff (1992) afirma que as noções de estado, mudança, processo, ação, causalidade, finalidade e significados são definidas cognitivamente por metáforas conceptuais que englobam espaço, movimento e força.

Lakoff (1992) propõe que a finalidade pode ser interpretada a partir da metáfora conceptual de base cognitiva *Finalidades são destinos* (LAKOFF, 1992, p.14), uma vez que “a ação de finalidade é um movimento autopropulsionado para um destino” (LAKOFF, 1992, p.14). Desse modo, o propósito é conceptualizado como um destino. Baseando-se nos conceitos de Lakoff e Johnson (2002[1980]) e em Lakoff (1987), Dias (2001, p. 163) define as orações de finalidade do seguinte modo:

[...] cláusulas de finalidade codificam o movimento no mundo das intenções. O sujeito e/ou locutor estabelecem um propósito ou finalidade, cuja execução do objetivo demanda o deslocamento de uma origem a uma meta, com uma trajetória, no mundo das intenções. Este *movimento* no mundo das intenções *pode sobrepor-se* ao deslocamento no mundo físico.

Assim, na finalidade há um deslocamento abstratizado de uma origem a uma meta, que é a intenção.

Interessante observar que no português a estrutura prototípica de finalidade envolve a preposição *para*, que é a preposição também usada para indicar um destino físico. Castilho (2010, p.597-598) apresenta um eixo espacial horizontal em que se encaixam as preposições, que podem ser dispostas em um *continuum* que marca o ponto inicial, o ponto medial e o ponto final do movimento. Segundo o autor, a preposição *para* está entre as preposições que integram a meta de um evento, ou seja, o ponto final, como em (10). O autor afirma, ainda, que ela ocorre em orações com verbo de movimento (ou verbo de suporte), nas quais o sujeito será o controlador do evento.

(10) Então eu os levo *para* a escola... e vou trabalhar. (D2 SP 360 *apud* CASTILHO, 2010, p.598)

A grande questão a ser discutida em relação às CMCP diz respeito ao fato de que a leitura de finalidade não é afetada pelo apagamento da preposição *para*, que, como vimos, introduz a *meta* seja locativa ou intencional. Defendemos que a metáfora conceptual *Finalidades são destinos* habilita a leitura de finalidade nessas construções a partir dos verbos de movimento orientado, cujas acepções semânticas evidenciam significados de deslocamento físico em direção a uma meta. Uma vez que a semântica do próprio V1 já carrega esse sentido orientacional, o apagamento da preposição *para* não compromete a leitura de finalidade. A *meta*, todavia, nas CMCP, é um propósito, uma intenção. Em (11), por exemplo, a CMCP tem como V1 o verbo *sair*. Nesse caso, a semântica desse verbo indica um deslocamento de um ponto interior a outro exterior. Ao ser alocado junto a um outro verbo, necessariamente em forma não finita, *ver*, o deslocamento espacial metaforiza-se em um deslocamento no mundo das intenções, o que possibilita uma leitura de finalidade ainda que não haja entre V1 e V2 nenhum conectivo prototípico das orações de finalidade.

(11) Eu sou meio caseiro mais **saio ver** o movimento das ruas e o verde das praças. Sou bucólico mais ou entusiasta que um dia iremos viver na Guarapuava que queremos e merecemos.⁴

Em (11), portanto, a relação de finalidade entre os verbos *sair* e *ver* não é marcada sintaticamente, apenas semanticamente. A relação semântica de finalidade que emerge na CMCP está diretamente associada à semântica de V1, que é sempre um verbo de movimento orientado. Note, por exemplo, que uma paráfrase (4') da ocorrência apresentada em (4), que é utilizada por Torrent (2009) para exemplificar uma oração de finalidade, não seria aceitável pois o apagamento da preposição *para* comprometeria sua interpretação. O verbo da oração principal é *utilizar*, que é um verbo de ação e não de movimento. Nesse caso, a falta do sentido orientacional desabilita a interpretação final:

(4') Ele pagou uma parcela só recorrente ao mês de abril e utilizou o fundo de garantia por tempo de serviço *Ø **quitar todo o saldo devedor**.

Assim, acreditamos que, ainda que haja relação direta entre a oração adverbial final e a CMCP, o verbo de movimento orientado é parte essencial na configuração semântico-sintática da CMCP, o que permite o apagamento da preposição *para*, favorecendo um maior nível de integração sintática entre V1 e V2 nessas construções. Partindo de uma revisão do tratamento de cláusulas complexas, a partir de estudos funcionalistas, discutiremos a seguir o nível de integração da CMCP.

4

Disponível

em:

<<http://www.orkut.com/Main#CommMsgs?cmm=93977255&tid=549610550569325604&na=4&nst=1&nid=93977255-5469610550569325604-5489395012699288357>>. Acesso em: 15 set. 2012.

Integração de cláusulas

A dicotomia coordenação *versus* subordinação, priorizada na abordagem tradicional, é questionada por estudiosos funcionalistas, que defendem que os processos de combinação de orações podem ser mais bem compreendidos em termos de um *continuum*, em que orações com grau de integração baixo estariam alocadas à esquerda enquanto orações com grau de integração alto ficariam à direita. A ideia desse *continuum* pressupõe que não há limites rígidos entre coordenação e subordinação.

Hopper e Traugott (2003, p. 176) propõem que os processos de combinação de cláusulas integram o domínio da gramaticalização e que relações sintáticas mais frouxas são indicativas de menor grau de gramaticalização e relações sintáticas mais fortes refletem um maior grau de gramaticalização. Os autores propõem um *cline* de combinação de cláusulas, que é elaborado com base na combinação dos parâmetros +- dependência e +- encaixamento (quadro 1).

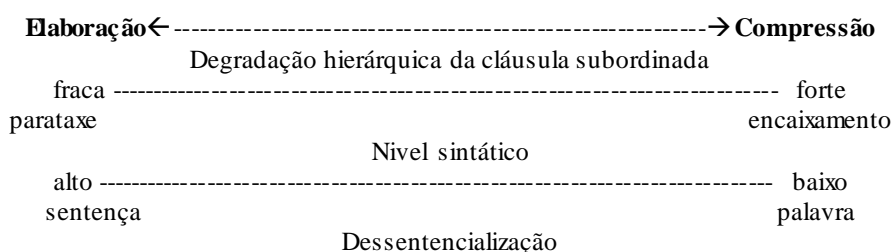
Quadro 1: Cline de combinação de cláusulas (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p.170).

parataxe >	hipotaxe >	subordinação
- dependência	+dependência	+dependência
- encaixamento	- encaixamento	+encaixamento

Para esses autores, a parataxe caracteriza-se por uma independência relativa. O vínculo semântico é inferido pela relevância e pelo sentido que emerge da conjunção das duas, ou mais, cláusulas. Não há encaixamento de uma cláusula dentro de outra. Esse grupo é formado por orações coordenadas e justapostas. A hipotaxe é caracterizada pela interdependência entre as cláusulas, que são definidas como núcleo e margem. Integram esse grupo as orações adverbiais e as relativas apositivas. Por fim, a subordinação é caracterizada pela total dependência entre as cláusulas matriz e encaixada. Há encaixamento de todo satélite dentro de um constituinte da matriz. Compõem esse grupo as orações completivas e as relativas restritivas.

Lehmann (1988), por seu turno, argumentando a favor de uma abordagem tipológica dos processos de combinação de orações, propõe um tratamento não dicotômico das relações intraclausais a partir da elaboração de seis parâmetros semântico-sintáticos capazes de aferir o grau de integração de orações. Os seis parâmetros apresentados pelo autor são os seguintes: degradação hierárquica das orações subordinadas; nível sintático da oração principal em que as orações subordinadas se encaixam; dessentencialização da oração subordinada; gramaticalização do verbo principal; entrelaçamento de duas orações; explicitude da articulação (LEHMANN, 1988, p.3).

Esses parâmetros são apresentados na forma de 6 *continua*, que partem de um polo de elaboração, onde as relações são mais frouxas, para um polo de máxima compressão, onde há maior integração clausal:



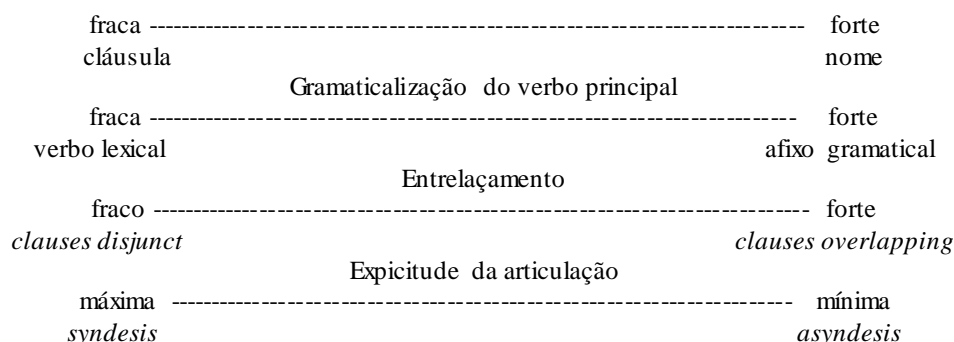


Figura 1: Continua da ligação de orações (LEHMANN, 1988)

Para Lehmann (1988), a integração de orações se organiza de modo hierárquico, sendo que no polo esquerdo não há relação hierárquica entre as orações (parataxe), enquanto, no polo direito, as orações estão hierarquicamente relacionadas (subordinação), isto é, a oração subordinada ocupa uma posição hierárquica mais baixa uma vez que constitui uma parte da oração principal, não podendo ocorrer como uma sentença simples. O autor afirma, ainda, que outras estruturas podem preencher o espaço entre os dois polos, o que pressupõe a existência de estruturas intermediárias, como a serialização verbal.

A aplicação dos parâmetros propostos por Hopper e Traugott (2003) e Lehmann (1988) às orações finais permite a alocação dessas orações em um nível de integração sintático intermediário. Hopper e Traugott (2003) classificam as orações adverbiais como hipotáticas, pois a elas são atribuídos os parâmetros + dependência e - encaixamento. As orações hipotáticas seriam, portanto, mais gramaticalizadas (integradas) que as paratáticas e menos gramaticalizadas (integradas) que as subordinadas.

Os parâmetros definidos em Lehmann (1988) servem para medir o nível de integração das cláusulas complexas. O parâmetro *dessentencialização* quando aplicado às orações finais em PARA+INF revela um grau de integração mais forte, uma vez que o verbo da final estaria sempre numa forma nominal, o que inviabiliza seu uso como uma sentença simples.

A análise dos parâmetros propostos por Lehmann no que se refere às CMCP nos leva a classificar essa construção como ainda mais integrada que as orações finais, pois além da *dessentencialização*, nas CMCP não há explicitação da articulação, ou seja, nenhum elemento conjuncional marca a relação de dependência entre as orações. A falta de um conector entre os dois verbos, nos termos de Lehmann, evidenciaria uma integração mais forte.

Há que se destacar que a presença de outros materiais intervenientes entre os verbos, principalmente locativos, sinaliza que não é possível concluir, a partir dos nossos dados, que V1 e V2 estejam numa rota de gramaticalização em direção à formação de uma construção perifrástica. Diferentemente do que ocorreu com a formação da construção IR + INF, em que houve a gramaticalização de uma forma perifrástica de futuro a partir de uma oração final (DIAS, 2001), nas CMCP, V1 e V2 expressam estados de coisas separados, o que representa uma contraevidência da gramaticalização do predicado da oração principal. Ou seja, as CMCP devem ser analisadas como uma construção formada por duas orações.

Essa análise permite dizer que as CMCP sem material interveniente entre V1 e V2 são mais integradas sintaticamente do que construções com material entre os dois

verbos. Assim, concluímos que quanto menor quantidade de material interveniente na CMCP, maior é o seu grau de integração sintática. CMCP com verbos contíguos é mais integrada sintaticamente do que construções com material interveniente entre V1 e V2. Todavia, a CMCP é, de todo modo, mais integrada que oração final, pois marca finalidade entre dois verbos sem necessitar de um conector para isso, como no caso do *para*, nas finais.

Ao analisar o processo de subordinação também numa perspectiva tipológica, Cristofaro (2005) propõe que as orações finais são mais integradas que as demais orações adverbiais, já que nas adverbiais não há necessariamente correferencialidade modo-temporal nem entre os participantes da oração principal e da adverbial. Nas orações de finalidade, por outro lado, o tempo da oração principal determina o tempo e modo da final, sendo que o estado de coisas expresso na oração de finalidade é intrinsecamente dependente do agente expresso na oração principal. Assim, nas orações finais, o sujeito da principal, correferencial ou não, é responsável pela realização do evento expresso na final, como em (12). Na oração final, em (12), é possível perceber que a ação apresentada na primeira oração *ir ao mercado* (*went to the market*), realiza-se com a intenção de se alcançar a segunda ação, *comprar abóbora, manjeirão e cranberry* (*to buy pumpkin, basil and cranberries*).

- (12) *We went to the market [to buy pumpkin, basil, and cranberries]* (CRISTOFARO, 2005, p.155).
Nós fomos ao supermercado [para comprar abóbora, manjeirão e cranberries].

Pode-se concluir, diante disso, que as orações adverbiais finais ou apresentam sujeito correferencial ao da oração principal, ou um sujeito dependente do sujeito da oração principal. Esse nível de dependência entre os participantes da oração principal e da final torna a oração de finalidade mais integrada do que as outras orações adverbiais. Esse parâmetro de análise é relevante às CMCP, uma vez que, na maioria dos casos, essas construções apresentam sujeitos correferenciais. Em (13), temos uma CMCP constituída com o verbo *passar* seguido pelo verbo *pegar*, no infinitivo. Podemos notar, nessa construção, que os sujeitos são correferenciais, uma vez que há um movimento orientado, marcado por *passar*, com a intenção de atingir um segundo ponto, que é a meta, abstratizada em *pegar* alguém para fazer algo.

- (13) Fala-me onde você mora que eu **passo pegar** você para gente ir no drive ai você vai saber quem é.⁵

Embora, em alguns casos, não esteja marcado o destino físico do verbo de movimento orientado, o que percebemos é que a relação de finalidade sempre emerge da contiguidade dos verbos no contexto da CMCP. A própria semântica do verbo de movimento orientado favorece a reanálise da construção, possibilitando a leitura de um deslocamento até um destino metafórico, que é a própria finalidade.

Conclusões

Assumindo com Lakoff e Johnson (1980) que a relação de finalidade constrói-se na base da metáfora *finalidades são destinos*, defendemos que a atualização do sentido de finalidade na CMCP advém basicamente do sentido de movimento orientado de V1. Na CMCP, V2 é, desse modo, a meta ou propósito de V1, o que indica uma forte relação semântica entre V1 e V2. Considerando, por outro lado, as propostas de Hopper e Traugott (2003) e Lehmann (1988), concluímos que a CMCP apresenta propriedades estruturais que indicam um grau de integração sintática mais forte entre V1 e V2.

⁵ Disponível em <<http://www.formspriming.me/kattycamargo/q/1647280089>> Acesso em 06 fev.2014.

A relação de finalidade expressa-se em construções com alto grau de integração sintática e semântica, como aponta Cristofaro (2005). Essa integração forte associada à finalidade reflete-se na CMCP, que apresenta um grau de integração sintática ainda mais forte que as orações finais.

Finalmente cabe aqui a discussão acerca da relação entre as finais e a CMCP. Goldberg (1995) defende a existência de generalizações sistemáticas entre construções, uma vez que elas podem formar uma rede conectada por relações de herança motivadas por propriedades de construções particulares. Para a autora, portanto, o repertório de construções é um conjunto estruturado e há generalizações esquemáticas entre as construções.

Segundo Goldberg (1995), construções formam uma rede e são ligadas por relações de herança que motivam muitas das propriedades das construções particulares. A autora defende que construções estão ligadas por relações de herança, de modo que a construção A motiva a construção B se e somente se B herda de A (GOLDBERG, 1995, p. 67), estabelecendo-se uma hierarquia abstrata na qual os níveis mais baixos herdam informação dos mais altos.

A relação de herança tal como proposta em Goldberg (1995) dá conta da relação entre as finais e a CMCP na medida em que é nítido que essas representam um subtipo daquelas. A diferença principal entre as duas construções diz respeito ao tipo de verbo da oração principal, uma vez que na CMCP apenas verbos de movimento orientado são empregados.

A CMCP constitui, portanto, uma construção de finalidade do português distinta das orações finais, mas a elas relacionada por padrões de diferenças e semelhanças relativos às suas propriedades sintático-semânticas.

REFERÊNCIAS

- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. 768 p.
- CRISTOFARO, S. *Subordination*. New York: Oxford University Press, 2005. 372 p.
- DIAS, N. B. *As cláusulas de finalidade*. 2001. 175 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a constructional grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. 265 p.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press, 2006. 280 p.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 2003. 300 p.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: University of Chicago Press, 1980. 256 p.
- LAKOFF, G. *The contemporary theory of metaphor*. University of Cambridge, 1992. 46 p.
- LEHMANN, C. “Towards a typology of clause linkage”. In HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (eds). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 181-225.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CESÁRIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996. 220 p.

ORÉFICE, P. *A construção de movimento com propósito em português*. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

TORRENT, T. T. *A rede de construções em Para (SN) Infinitivo: uma abordagem centrada no uso para as relações de herança e mudança construcionais*. 2009. 166 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Recebido em: 04/10/2015

Aprovado em: 01/02/2016

Engajamento e processamento discursivo: diálogos entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Cognitiva

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
paulosegundo@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.704>

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o processamento cognitivo de recursos de ENGAJAMENTO (MARTIN; WHITE, 2005), a partir da Teoria do Espaço Dêítico (CHILTON, 2014), abordagem que considera a cognição espacial e a capacidade de perspectivação como dois dos pilares para a configuração da linguagem e para a execução do processamento linguístico-discursivo. A teoria propõe analisar, de forma integrada, a interação entre os domínios de atenção/referência, tempo e modalidade, a partir de um conjunto de eixos coordenados tridimensionais baseados na geometria euclidiana. Assim, torna-se possível hipotetizar formas de processamento deiticamente ancorado de uma diversidade de fenômenos, dentre os quais se destacam para este artigo: a negação, o discurso relatado, a modalização epistêmica e a adjunção modal.

Palavras-chave: avaliatividade; engajamento; Teoria do Espaço Dêítico; processamento.

Engagement and discourse processing: dialogues between Systemic Functional Linguistics and Cognitive Linguistics

Abstract

The aim of this paper is to analyze the cognitive processing of engagement resources (MARTIN & WHITE, 2005) based upon Deictic Space Theory (CHILTON, 2014), an approach that considers spatial cognition and perspectivization capacity as two of the pillars for the configuration of language and the execution of discursive and linguistic processing. The theory analyzes, in an integrated fashion, the interaction between the domains of attention/reference, time and modality, through a set of tridimensional coordinated axes based upon Euclidian geometry. Thus, it is possible to hypothesize forms of deictically-anchored processing in a diversity of phenomena, among which are focused on this paper: negation; reported speech; epistemic modality and modal adjunction.

Keywords: appraisal; engagement; Deictic Space Theory; processing.

Introdução

A literatura linguística é vasta em termos de propostas conceituais e teóricas que se valem de metáforas de base visuoespacial. Perspectiva (CROFT; CRUSE, 2004), arranjo de visualização (LANGACKER, 2008), posicionamento (MARTIN; WHITE, 2005; CHILTON, 2014) são apenas alguns exemplos da produtividade desse domínio-fonte para a caracterização de fenômenos linguísticos. Dentre eles, talvez o conceito mais prolífico e amplamente aceito seja o de *dêixis*, termo de origem grega ligado à noção de *apontar*, ação que tem em sua base o fato de se mostrar visualmente a outro conceptualizador a localização de uma entidade no espaço.

Na tradição cognitivista, dada sua orientação ligada à noção de *corporeamento* (EVANS; GREEN, 2006), por um lado, e às hipóteses de que a língua não é modular e de que ela entra em interface com diversas capacidades cognitivas, sensoriais e perceptuais, por outro, as relações com o domínio visuoespacial são ainda mais abundantes, embora qualitativamente distintas, na medida em que se busca uma ancoragem em estudos psicológicos e neurocientíficos a fim de se propor hipóteses plausíveis para explicações linguísticas inspiradas nessas capacidades.

Entendendo a língua como uma rede estruturada de construções capaz de estimular conceptualização, este artigo objetiva investigar, por meio de um modelo cognitivo de base geométrica, que se propõe corporeado e deiticamente ancorado — a Teoria do Espaço Dêitico (TED) (CHILTON, 2014) — a construção do processamento linguístico da perspectiva.

Para isso, toma-se como objeto de estudo o subsistema de ENGAJAMENTO, parte da rede semântico-discursiva interpessoal de AVALIATIVIDADE (MARTIN; WHITE, 2005), ligada ao arcabouço sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2004), abordagem já relativamente consagrada no país no que tange à análise discursiva da perspectiva. Assim, busca-se depreender de que modo as relações intersubjetivas e dialógicas promovidas pela instanciamento de tais recursos podem ser explicadas a partir desse modelo de processamento linguístico-discursivo, alternativo à abordagem de Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994; 1997).

O artigo encontra-se organizado do seguinte modo: na seção 1, expor-se-ão as possibilidades de diálogo entre a proposta sistêmico-funcional (LSF) e a cognitivista (LC); na seção 2, dissertar-se-á acerca do subsistema de ENGAJAMENTO, ligado à LSF; em 3, apresentar-se-ão, sinteticamente, os princípios fundamentais da TED para, na seção seguinte, aplicá-la na análise dos recursos de ENGAJAMENTO, buscando mostrar a base dêitico-cognitiva do processamento da perspectivação ativada por tais recursos. Por fim, tecer-se-ão considerações finais sobre o estudo, que sintetizam os resultados alcançados.

1. Diálogos entre a LSF e a LC

A Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004) consiste em uma teoria sociosemiótica que concebe a língua como um sistema dinâmico e aberto, orientado para a reflexão — o que envolve representação e categorização da experiência sobre a realidade — e para a ação — o que abarca negociação de perspectivas, interação social, comunicação intersubjetiva — em relação ao contexto cultural e situacional no qual ela é instanciada na forma de textos. Em consequência dessa visão, consiste em uma abordagem que insere a problemática da significação em primeiro plano e o uso como elemento fundamental para a constituição do sistema. Contudo, diferente da abordagem cognitivista, coloca em *background* nossas capacidades mentais para inserir no *foreground* explicações socioculturais tanto para a emergência da linguagem quanto para a sua efetivação em termos de padrões de recursos. Por essa razão, trata-se de uma perspectiva que tem sido vastamente utilizada por analistas do discurso para a etapa de descrição dos textos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2014; HEBERLE, 2004; FAIRCLOUGH, 2003).

A Linguística Cognitiva, por sua vez, consiste em um paradigma teórico plural, de diversas orientações, unificado, apesar disso, por algumas noções centrais, conforme

aponta Geeraerts (2010). Entre elas, destacam-se: a. a centralidade do estudo da significação, vista como o coração da linguagem e caracterizada por ser perspectivada, enciclopédica e não autônoma, flexível e dinâmica, além de baseada no uso e na experiência; b. a proposta de que a linguagem ativa um processo de conceptualização multimodal que integra conhecimento de fundo (*frames*, esquemas imagéticos, MCI) a representações dinâmicas locais (espaços mentais) que organizam o fluxo discursivo (HART, 2014), do que decorre a rejeição por abordagens que concebem a língua como um módulo autônomo e isolado das outras capacidades cognitivas, como atenção, memória, categorização, dentre outras; c. uma adesão, em maior ou menor grau, à tese do *corporeamento*¹; d. uma concepção de que a língua consiste em uma rede estruturada de construções, que abarca instâncias e esquemas, concebida em termos de um *continuum* entre léxico e gramática.

Nesse sentido, é possível observar algumas complementaridades e similaridades entre as abordagens. Por um lado, ambas as teorias tomam o uso, a experiência e a significação como elementos fundamentais para explicar a linguagem; ademais, as duas perspectivas destacam a noção de construção e de alternativas construcionais e a organização em rede, muito embora ela tenda ao discreto na LSF e ao fluido na LC. Por outro lado, a LSF, por seu olhar contextualmente orientado, fornece ferramentas úteis para uma descrição da linguagem orientada textualmente, ao passo que a LC, por seu olhar psicologicamente orientado, disponibiliza um instrumental útil para a explanação da emergência de diferentes sentidos e para a exploração de possíveis distinções, em termos de conceptualização, entre alternativas construcionais.

Por essas razões, partir-se-á, neste artigo, das categorias propostas na LSF para se investigar, por meio do cognitivismo, a possível base visuoespacial do processamento linguístico-discursivo. Isso posto, passa-se à exposição do subsistema de ENGAJAMENTO, ligado ao sistema de AVALIATIVIDADE (MARTIN; WHITE, 2005).

2. A noção de ENGAJAMENTO no sistema de AVALIATIVIDADE

A AVALIATIVIDADE² constitui-se em um sistema semântico-discursivo ligado à metafunção interpessoal³ da linguagem, responsável pela organização das opções paradigmáticas e das estruturas sintagmáticas que constroem perspectiva nos textos. Segundo Martin e White (2005, p. 1), a abordagem busca examinar a

¹ A tese do *corporeamento* defende que nossa experiência é estruturada pela natureza de nossos corpos e pela organização neurológica diante de nossa imersão em ambientes concomitantemente físicos, sociais, interpessoais e comunicativos. Para Evans e Green (2006, p. 46, tradução minha), “os conceitos a que temos acesso e a natureza da ‘realidade’ sobre a qual pensamos e conversamos estão em função de nosso corporeamento: nós só podemos falar sobre o que percebemos e concebemos, e as coisas que podemos perceber e conceber derivam dessa experiência corporeada. Desse ponto de vista, a mente humana deve carregar consigo as marcas da experiência corporeada”.

² Em LSF, convencionou-se grafar nomes de sistemas e subsistemas em VERSALETE (*small caps*). As folhas (opções mais refinadas) dos subsistemas serão grafadas em *itálico* (por exemplo, *reconhecimento*).

³ Halliday (2004) propõe haver três funções que configuram a língua como sistema, em decorrência das demandas sociocomunicativas e experienciais humanas. São elas: a função *ideacional*, responsável pela categorização da realidade que é externa e interna ao falante; a função *interpessoal*, que codifica relações sociais e papéis discursivos, por um lado, e gerencia a negociação de perspectivas, por outro; e a função *textual*, que constrói coesão, coerência, referência, dentre outros fenômenos textuais. Para informações pormenorizadas, consultar Halliday (2009).

[...] construção, por textos, de comunidades de sentimentos e valores compartilhados, e com os mecanismos linguísticos atualizados para compartilhar emoções, gostos e avaliações normativas. A abordagem envolve também o modo pelo qual falantes/escritores constroem para si mesmos identidades autorais particulares ou personas, a maneira pela qual se alinham ou desalinham em relação a respondentes reais ou potenciais e a forma pela qual constroem em seus textos uma audiência visada ou ideal.

O sistema é subdividido em três grandes domínios: a ATITUDE, o ENGAJAMENTO e a GRADAÇÃO. Para este trabalho, enfocar-se-á o subsistema do ENGAJAMENTO, que, segundo Ninin e Barbara (2013, p. 129),

[...] se ocupa dos modos como a voz autoral posiciona-se em relação a outras vozes presentes no texto, procurando caracterizar diferentes perspectivas intersubjetivas disponíveis, ou seja, permitindo caracterizar o modo de adesão ou não do falante/escritor em relação às proposições no texto.

As opções iniciais consistem nos subsistemas de MONOGLOSSIA e na HETEROGLOSSIA. Construções monoglóssicas simulam a anulação do dialogismo constitutivo da linguagem (BAKHTIN, 2004), buscando, assim, bloquear as condições de emergência de perspectivas alternativas sobre a realidade, de modo que as proposições sejam tidas como certas e factuais. Já as construções heteroglóssicas sinalizam que a voz autoral abre espaço para alternativas, tanto no que se refere à incorporação explícita de vozes externas, por discurso relatado, ou à instanciação de *tokens* de metarrepresentação de outras mentes, quanto no que tange à relação entre o já dito e as concepções subjacentes discordantes e concordantes.

Nas construções heteroglóssicas em que as alternativas dialógicas são respeitadas, aceitas, ponderadas e, portanto, não maximamente validadas ou invalidadas, ocorre EXPANSÃO DIALÓGICA, ao passo que ocorre CONTRAÇÃO DIALÓGICA quando as outras perspectivas sobre a realidade são parcial ou totalmente rejeitadas. O quadro abaixo, adaptado de Gonçalves-Segundo (2014), expõe as opções do subsistema de ENGAJAMENTO: HETEROGLOSSIA e algumas ilustrações de suas respectivas realizações:

Quadro 1. Opções paradigmáticas do subsistema de ENGAJAMENTO: HETEROGLOSSIA⁴

EXPANSÃO DIALÓGICA: aceitação da validade ou reconhecimento da plausibilidade de alternativas dialógicas.	Ponderação: reconhece a possibilidade de alternativas dialógicas. Ex: formas modais
	ATRIBUIÇÃO: discurso relatado direto ou indireto. a. Reconhecimento: a voz autoral relata, de forma neutra, a alternativa dialógica. Ex: verbos <i>dizer, falar, comentar</i> . b. Distanciamento: voz autoral não valida o discurso relatado. Ex.: verbos <i>alegar, ouvir dizer</i> .
CONTRAÇÃO DIALÓGICA: rejeição parcial ou total de alternativas dialógicas.	CONTRAPOSIÇÃO: anula alternativas dialógicas a. Negação b. Contra-expectativa⁵ . Ex: operadores concessivos e adversativos.
	PROPOSIÇÃO: rejeição parcial de alternativas dialógicas a. Expectativa confirmada: constrói leitor/ouvinte que partilha da posição autoral. Ex: expressões como <i>É óbvio que, evidentemente</i> . b. Pronunciamento: constrói leitor/ouvinte como portador de um posicionamento polêmico em relação ao autoral. Ex: expressões como <i>A verdade é que, O fato é que</i> . c. Endosso: forma de discurso relatado em que a voz autoral valida e ratifica o discurso de outrem. Ex: verbos <i>mostrar, provar</i> .

3. A Teoria do Espaço Dêítico: um breve percurso

A TED, proposta por Chilton (2014), propõe, de modo análogo ao modelo de Fauconnier (1994; 1997)⁶, que o processamento linguístico-discursivo opere por espaços mentais; entretanto, tais construtos são concebidos a partir de um embasamento dêítico centrado no *self* (S), modelado a partir da intersecção entre três eixos coordenados: um atencional/referencial, um temporal e um epistêmico.

A hipótese central consiste na associação entre cognição espacial e linguagem — relação já explorada em Talmy (2000), Langacker (2008), Evans; Chilton (2010), dentre outros. Assim, para o autor, o processamento linguístico-discursivo deve ser entendido a partir de uma base corporeada, baseada na capacidade humana de perspectivação — que envolve a simulação de localização, direcionamento, distanciamento, translação, movimentação, reflexão⁷ —, a partir da qual os referentes e suas relações são projetadas de forma concomitante ao *construal* modal e temporal em um espaço tridimensional — abstraído do aparato visual —, no qual a distância relativa ao *self* é central para a compreensão oracional.

⁴ O subsistema de ENGAJAMENTO exposto baseia-se em Martin e White (2005) e segue a tradução sugerida por Ninin e Barbara (2013).

⁵ Ressalva-se que não serão analisados os recursos de *contraexpectativa*, uma vez que seus recursos prototípicos são concessivos/adversativos e envolvem, portanto, hipotaxe ou parataxe. Em termos de relações intersentenciais, apenas o encaixamento será considerado, uma vez que as encaixadas se constituem em participantes da oração matriz, não requisitando, assim, expandir o número de instrumentos teóricos e metodológicos de análise, o que seria impossível por questões de espaço.

⁶ Ressalva-se que o modelo de Chilton (2014) não visa a explicar fenômenos ligados aos avanços do modelo de Espaços Mentais, como a Mesclagem Conceptual, estando circunscrito apenas ao processamento de orações e de complexos oracionais.

⁷ O autor realiza, no último capítulo da obra-base (CHILTON, 2014), uma discussão acerca da plausibilidade das relações entre cognição espacial e linguagem, de um ponto de vista cognitivo, linguístico e neurológico. Tal discussão não será objeto deste artigo, por questões de espaço e de foco. Remeto o leitor ao texto original para maiores esclarecimentos.

Dado esse enraizamento visuoespacial, o autor propõe conceber esses espaços mentais a partir de uma base geométrica abstrata, que envolvem pontos e vetores, conforme se observa na figura 1. O espaço tridimensional é denominado *frame de referência* (R) e é ancorado na mente do *self* (S).

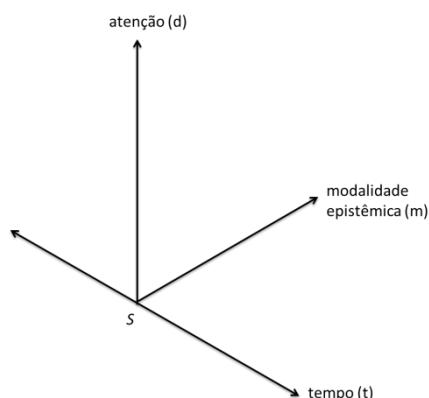


Figura 1. Representação tridimensional do Espaço Dêitico

O eixo vertical (longitudinal) consiste na dimensão atencional, que diz respeito ao distanciamento referencial. Para o autor, tal dimensão calca-se na visão binocular, que permite ao ser humano enxergar as entidades em perspectiva, de forma mais próxima ou distante, como *Figura* ou *Fundo*, ou seja, com maior ou menor foco de atenção⁸. Assim, Sujeitos estão mais próximos de S, no eixo d, que Objetos ou Predicativos – usando termos da NGB. Cada entidade ou propriedade é assinalada por um ponto em d, e sua conexão é marcada por meio de um vetor, que corresponde, de modo geral, a um relator; prototipicamente, um verbo ou uma preposição. Chilton (2014) destaca três tipos de vetores: 1. vetores de posição (p), que sinalizam, prototipicamente, a conceptualização de relações de atribuição e identificação; 2. vetores de movimentação, que indicam a conceptualização de deslocamento espacial — metafórico ou não; e 3. vetores de força, que marcam a conceptualização de relações de causalidade, baseadas na proposta de Dinâmica de Forças de Talmy (2000)⁹.

O eixo transversal consiste na dimensão temporal. Toda oração comporta uma representação de estados, processos ou eventos que são ancorados temporalmente em função do *agora* conceptualizado enunciativamente ($t = 0$, Presente Enunciativo). Seus valores recobrem do Passado Distante ($t = -1$) ao Futuro Distante ($t = 1$).

Por fim, o eixo de profundidade constitui-se na dimensão epistêmica, que está envolvida na conceptualização da cena em um *continuum* que parte da *realis* ($m = 0$) até a *irrealis* ($m = 1$). “Essencialmente, a ideia é que o que está mais perto do sujeito cognoscente é mais evidente, mais certo, ao passo que o que está mais distante é menos certo, até contrafactual” (CHILTON, 2014, p. 14, tradução minha).

⁸ Para maiores detalhes sobre as noções de *Fundo* e *Figura*, *Trajeto* e *Marco* na Linguística Cognitiva, ver Ferrari (2011), Azevedo; Lepesqueur (2011), Langacker (2008) e Talmy (2000).

⁹ Para este trabalho, não se assinalarão os diferentes tipos de vetores nem relações gramaticais que extrapolem os domínios da AVALIATIVIDADE. Assim, os construtos propostos visam apenas a sistematizar as categorias de EXPANSÃO e CONTRAÇÃO DIALÓGICA, abstraindo de outras particularidades, que requisitariam uma abordagem teórica mais abrangente e uma introdução a toda complexidade notacional da TED.

4. O Processamento linguístico-discursivo dos recursos de ENGAJAMENTO: uma abordagem via Espaços Dêiticos

Para a realização da análise pretendida, partir-se-á de orações e de complexos oracionais com encaixamento, em geral, de natureza relacional atributiva e identificativa, extraídos de páginas diversas da internet que tratam do aplicativo Uber, centro de uma polêmica nacional que envolve usuários e prestadores de serviço, por um lado, e taxistas, por outro, com o objetivo de mostrar a pertinência da abordagem e o possível processo de ancoragem dêitica dos recursos de ENGAJAMENTO em termos de processamento linguístico-discursivo. Observe-se, na Figura 2, a oração monoglóssica *Ele é inovador*, extraído da coluna do professor e consultor de *branding* Marcos Bedendo, publicado no site da revista Exame¹⁰.

Uma construção monoglóssica situa-se, por definição, em $m = 0$, marcando que se trata de uma construção *realis* para o conceptualizador S, sem qualquer restrição relativa ao eixo temporal. No caso, situou-se a representação em $t = 0$ por tratar-se do Presente. Por se constituir, aspectualmente, em um estado, contudo, poder-se-ia ter replicado o vetor por toda a extensão do eixo temporal¹¹. O que é importante destacar, porém, é que construções dessa natureza não invocam um outro conceptualizador que se engaja concordando ou discordando do *construal* realizado, e essa ausência integra o significado desse tipo de construção.

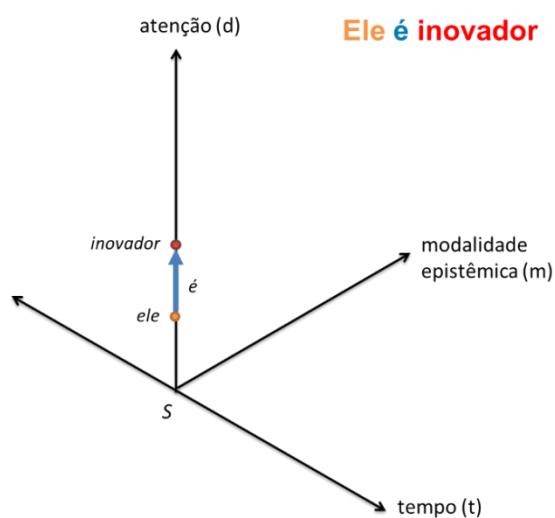


Figura 2. Representação do enunciado monoglóssico *Ele é inovador* no Espaço Dêitico

Note-se como isso se altera quando a oração passa a incorporar um recurso heteroglóssico. Nesse mesmo texto, o colunista produz o seguinte enunciado, ainda sobre o aplicativo Uber: *Ele é, de fato, um ótimo serviço*. A figura 3 mostra a sua configuração:

¹⁰ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/branding-consumo-negocios/2015/08/05/como-o-uber-cria-a-marca-do-seculo-xxi>>. Acesso em: 04 set. 2015.

¹¹ Deseja-se fazer uma ressalva relativa à análise aqui empreendida. A teorização é equipada para considerar variações aspectuais das construções. Entretanto, por fugir ao escopo deste trabalho, elas não serão implementadas graficamente; logo, todo processo será representado por um vetor simples, a despeito de sua extensão no eixo temporal.

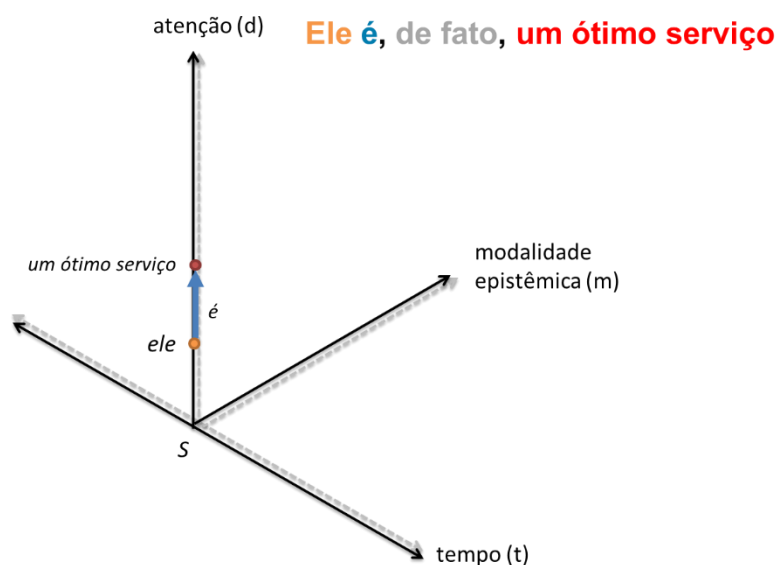


Figura 3. Representação do enunciado heteroglôssico por contração dialógica: proposição: expectativa confirmada *Ele é, de fato, inovador* no Espaço Dêitico

Note-se que, sobreposto ao *frame* de referência R, que representa o espaço mental base do *self*, há um outro *frame* de referência, R', tracejado e em cinza, que representa uma outra mente, ou seja, possíveis conceptualizadores cujas crenças e perspectivas são ativadas pela instanciação do adjunto modal *de fato*. Nesse sentido, o que esse modalizador realiza é ativar um novo *frame de referência*, coincidente ao do *self*, de modo que a relação construída entre as entidades na oração acabe assumindo, para ambos os espaços, o mesmo valor temporal e epistêmico, muito embora seja este último o relevante em termos de ENGAJAMENTO; no caso, trata-se de $m = 0$ (*realis*).

Nesse sentido, o termo *expectativa confirmada* parece, de fato, feliz para denominar esse tipo de fenômeno linguístico. Contudo, deve-se ressaltar que não se trata necessariamente de uma tentativa de assinalar que a construção vigente confirma as expectativas alheias correspondentes, mas da instanciação de um recurso modal em cujo significado esquemático reside a instauração de um *frame* de referência sobreposto à base, criando um efeito de *concordância*. Por conseguinte, pode-se propor que tais adjuntos consistem em operadores cognitivos ligados à Teoria da Mente.

A substituição de *de fato* por *na verdade* provoca uma alteração relevante no processamento. A figura 4 exhibe a nova configuração. Diferente de *de fato*, o adjunto modal *na verdade* ativa a formação de um *frame* de referência *refletido*, ou seja, trasladado e rodado em relação à S, de forma que a $m = 0$ corresponda $m' = 1$ e a $m = 1$ corresponda $m' = 0$. Em termos conceptuais, isso significa conceber uma mente, ou seja, um conjunto de conceptualizadores que, potencialmente, invalida a relação entre a entidade e a propriedade, de forma que o que é *realis* para S é *irrealis* para S'.

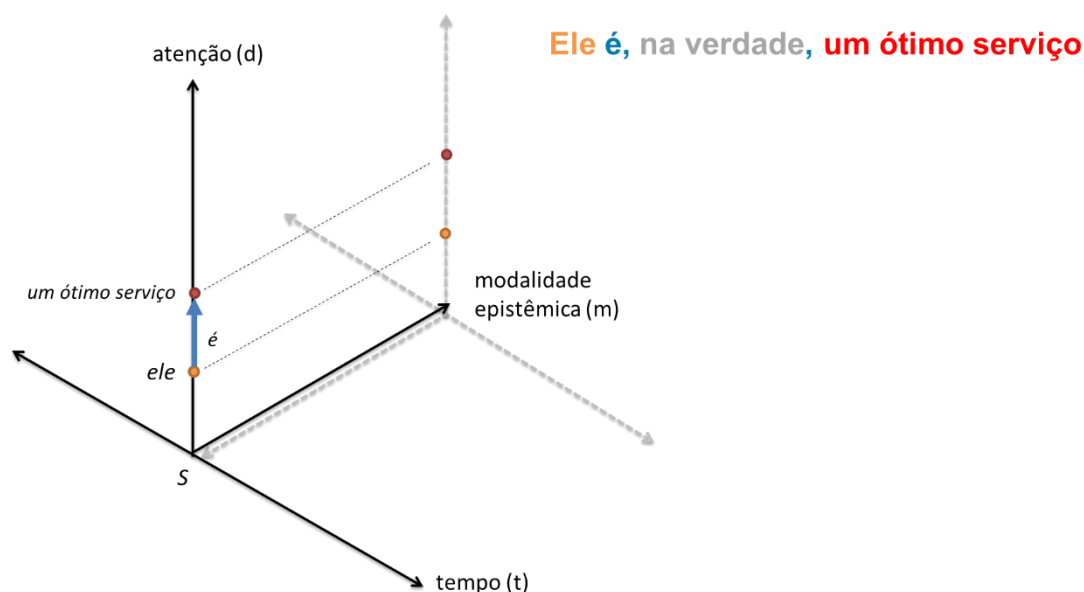


Figura 4. Representação do enunciado heteroglássico por contração dialógica: proposição: pronunciamento *Ele é, na verdade, inovador no Espaço Dêitico*

Tal distinção é naturalmente capturada pela abordagem de Espaços Dêiticos, na medida em que todo espaço mental é concebido como deiticamente orientado e, portanto, distanciado ou aproximado, trasladado ou coincidente, rodado ou não em relação ao *frame* R do falante. Assim, o que os adjuntos modais de *pronunciamento* realizam é justamente invocar um novo *frame* que é epistemicamente oposto a R.

Não obstante, tem-se CONTRAÇÃO DIALÓGICA em ambos os casos. Poder-se-ia questionar o motivo. Em primeiro lugar, o caráter *heteroglássico* justifica-se pela emergência de um novo *frame* de referência (R'), representativo de outro(s) conceptualizador(es). A contração deriva do fato de o conteúdo proposicional estar situado em um ponto extremo do eixo epistêmico — $m = 0$ ou $m = 1$ —, sinalizando comprometimento máximo com a validação ou invalidação de uma perspectiva a despeito de outras possíveis.

O mesmo pode ser afirmado no que tange aos casos de refutação: negação. O exemplo a seguir, *A Uber não é uma empresa de transporte*, extraído da página oficial da empresa na internet (<<https://www.uber.com/legal/prt/terms>>) e ilustrado na figura 5, permite compreender o exposto.

A oração polarizada negativamente consiste, no modelo, em uma versão *irrealis* da forma alternativa afirmativa. Nesse sentido, a função da partícula negativa *não* seria criar um distanciamento máximo da cena construída em relação ao posicionamento epistêmico do *self*, independente dos valores em d ou em t. Ademais, dado o estatuto polêmico da negação — vastamente discutido na literatura pragmática —, que pressupõe uma afirmação, é possível propor a emergência de um vetor *realis* ($m = 0$) no *background* de atenção (TALMY, 2000), o que é representado por um vetor tracejado. Isso aponta para a capacidade humana de dividir atenção (OAKLEY, 2009) e integrar componentes de distintos espaços mentais para a produção e para a interpretação de sentido, muito embora com distintos pesos atencionais distribuídos.

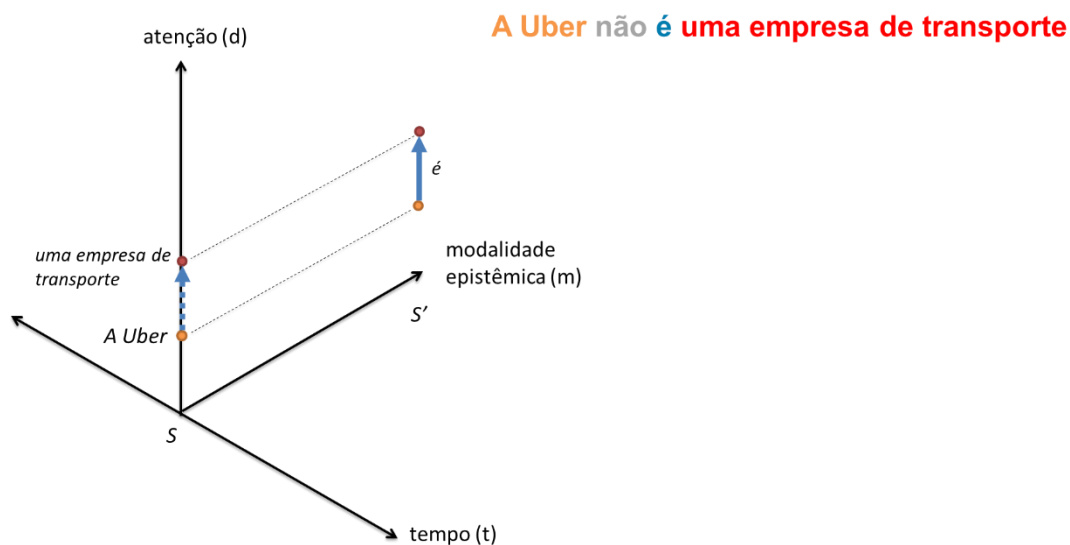


Figura 5. Representação do enunciado heteroglósico por contração dialógica: contraposição: negação *A Uber não é uma empresa de transporte* no Espaço Dêitico

Esse pressuposto de afirmação pode ser compreendido, dialogicamente, como uma outra mente, uma outra voz com a qual o falante se engaja. Nesse sentido, poderia ser proposta uma conceptualização similar à de um recurso de *pronunciamento*: o vetor tracejado não seria incluído, e o vetor principal estaria em $m = 1$, onde também estaria o centro $(0, 0, 1)$ de um *frame de referência* R' , reflexo, representativo dessa outra mente. Para este outro *self*, a oração seria *realis*. Contudo, isso aproximaria demais o *pronunciamento* da *negação* e traria problemas para o processamento de uma oração em que os dois recursos co-ocorressem, como em *O Uber não é, na verdade, uma empresa de transporte*, visto que ambos fariam a mesma atividade.

Nesse sentido, o que parece diferenciar os dois fenômenos é o estatuto atencional que a outra mente ocupa – na *negação*, a outra mente fica de tal modo no *background* de atenção que a polêmica se torna velada, de forma que a pressuposição *realis* passa a ser vista até como uma expectativa (conjunto abstrato de mentes convergentes), ao passo que, no *pronunciamento*, estabelece-se, de forma mais explícita, uma polêmica com outra(s) mente(s), uma vez que o falante marca que conhece o estatuto não consensual de sua representação de realidade e que sabe que existem alternativas conflitantes e é contra elas que se posicionará, sendo, portanto, possível conceber a emergência de um *frame de referência* reflexo, representativo desse(s) *self(ves)* com os quais se confronta. O grau máximo dessa explicitação ocorre, contudo, no discurso relatado, em que – mais do que uma mente – uma outra voz é invocada e responsabilizada pela representação da realidade, muito embora seja o falante que assinala, pela seleção do processo verbal (HALLIDAY, 2004) ou verbo de elocução, qual é o estatuto de realidade dessa alternativa dialógica. Discutir-se-ão esses casos na sequência.

Na AVALIATIVIDADE, o discurso relatado ocupa papel importante, na medida em que os recursos a ele ligados consistem em estratégias autorais de inserção de vozes externas nos textos, a partir da qual um processo de negociação intersubjetiva se processa (GONÇALVES-SEGUNDO, 2011). Isso ocorre, tendo em vista que a seleção de diferentes verbos de elocução modifica a relação entre o posicionamento autoral e essas vozes – instâncias concretas da atividade semiótica de outros conceptualizadores. Assim, ocorrem casos tanto de EXPANSÃO quanto de CONTRAÇÃO DIALÓGICA.

Para mostrar como a TED analisa as instâncias de discurso relatado (indireto), partir-se-á da oração a seguir — extraída da notícia *Justiça dos EUA decide que motorista do Uber é funcionário da empresa*, publicada na página do portal tecnológico IDGNOW!¹² — *O Uber (sempre) alegou que seus motoristas são contratantes*, com exclusão do recurso adverbial de frequência, que não consiste em objeto de análise deste artigo, e de duas manipulações possíveis — *O Uber disse que seus motoristas são contratantes* e *O Uber mostrou que seus motoristas são contratantes*.

As figuras 6, 7 e 8 mostram a configuração de instâncias de *reconhecimento*, *distanciamento* e *endosso*. Como se trata de um fenômeno complexo, uma vez que todas as opções paradigmáticas requisitam uma estrutura encaixada, cabem algumas explicações adicionais.

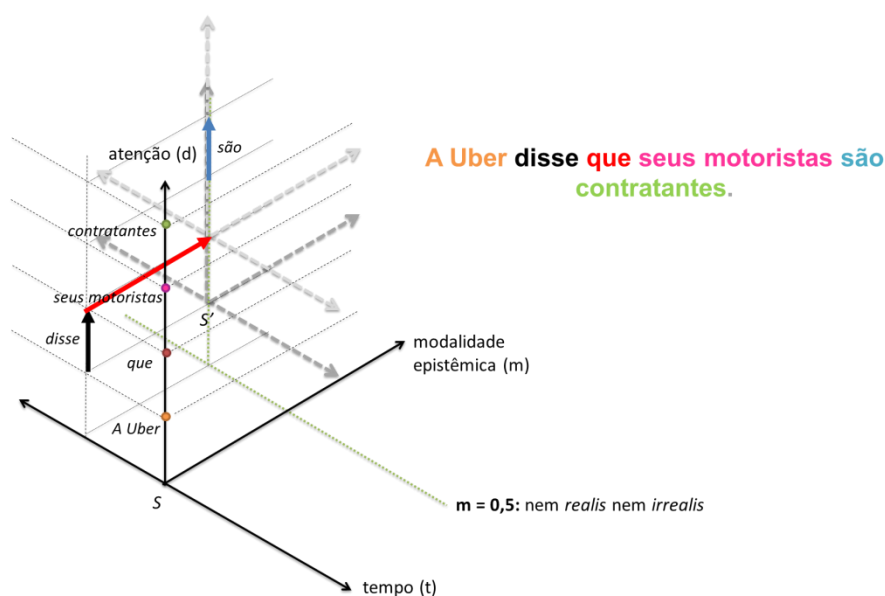


Figura 6. Representação do enunciado heteroglóstico por expansão dialógica: atribuição: reconhecimento *A Uber disse que seus motoristas são contratantes* no Espaço Dêitico

¹² Disponível em: <<http://idgnow.com.br/mobilidade/2015/06/17/justica-dos-eua-decide-que-motorista-do-uber-e-funcionario-da-empresa/>>. Acesso em: 04 set. 2015.

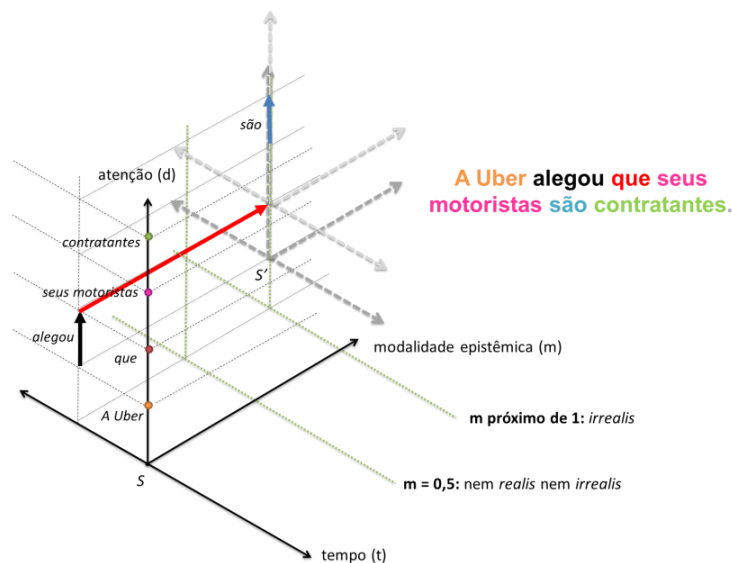


Figura 7. Representação do enunciado heteroglósico por expansão dialógica: atribuição: distanciamento *A Uber alegou que seus motoristas são contratantes* no Espaço Dêitico

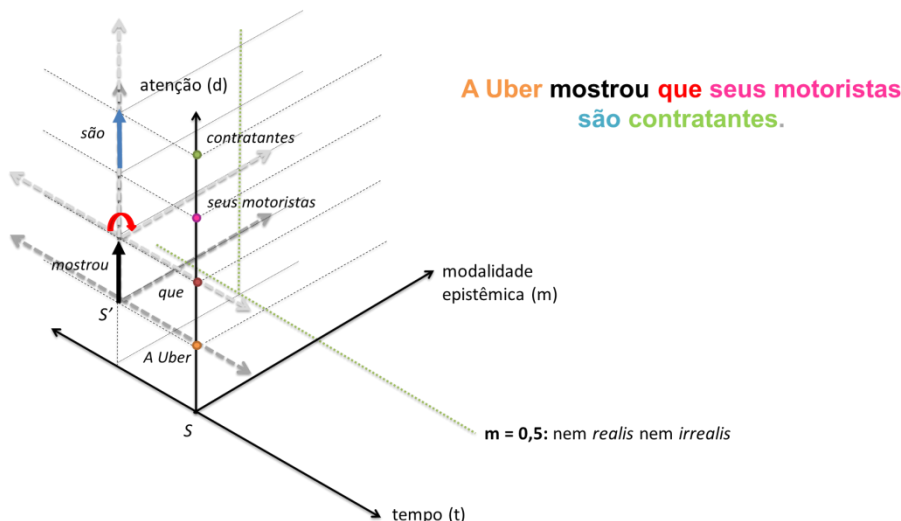


Figura 8. Representação do enunciado heteroglósico por contração dialógica: proposição: endosso *A Uber mostrou que seus motoristas são contratantes* no Espaço Dêitico

Em primeiro lugar, deve-se considerar que o discurso relatado indireto comporta, prototipicamente, uma oração primária e uma encaixada, que ocupa um papel de participante daquela e, por isso, recebe uma coordenada no eixo atencional/referencial. Tal posição poderia ter sido representada por uma pró-forma (como *isso*), seguida de uma nova estrutura gráfica representando seu conteúdo. O que Chilton (2014) propõe, contudo, é a integração de toda a conceptualização na mesma figura, mas preservando a lógica de abertura de um novo *frame de referência*, visto haver uma nova cena, ainda que encaixada. Tal *frame*, construído em cinza claro, não representa, contudo, uma outra mente; apenas a capacidade de recursividade típica da linguagem humana. Seria o mesmo que ter feito um novo gráfico, paralelo ao primeiro.

Em segundo lugar, tais construções invocam explicitamente uma voz externa, que assinala uma atividade semiótica da parte de um conceptualizador, o que fica marcado na

oração primária. Tal oração terá, em si, uma natureza monoglóssica ou heteroglóssica, fator, muitas vezes, negligenciado nas abordagens de Avaliatividade. Em nossos exemplos, todos os casos são monoglóssicos (verbos no Pretérito Perfeito, sem modalização alguma), o que leva à inserção do vetor correspondente ao verbo de elocução em $m = 0$; contudo, poderia não o ser. Ademais, devido à invocação de um conceptualizador outro, deve-se abrir um *frame de referência* R' (em cinza escuro), que representa o espaço mental deiticamente ancorado desse falante S', no caso, a Uber.

Em terceiro lugar, cada verbo de elocução tem uma função dêitica esquemática de situar o posicionamento de R' em relação a R, sinalizando o grau de distanciamento da concepção de realidade dessa outra voz em relação ao que é *realis* para o *self* enunciador. Nesse sentido, em 6, o verbo *dizer* opera cognitivamente no sentido de mover a cena construída na oração encaixada para $m = 0,5$, posição que sinaliza que S (falante) não assume o conteúdo proposicional nem como válido nem como inválido. Já, em 7, o verbo *alegar* atua no sentido de incitar a construção de R' próximo a $m = 1$, sinalizando que o falante tende a invalidar tal posicionamento¹³. Por fim, em 8, incita-se a conceptualização de R' em $m = 0$, o que aponta para o fato de S validar maximamente a cena construída na encaixada, aderindo a essa concepção de realidade. Por essas razões, apenas o último caso consiste em uma instância de CONTRAÇÃO DIALÓGICA.

Já os recursos de *ponderação*, no âmbito da EXPANSÃO DIALÓGICA, constroem a realidade de forma a posicionar a cena em $0 < m < 1$, com ou sem inserção explícita de outra mente (*frame de referência*) na conceptualização. O esquema abaixo mostra a configuração das orações *A Uber pode/deve/não pode/não deve ser uma empresa de transporte*¹⁴, manipuladas a partir da sentença *A Uber não é uma empresa* (Figura 5) para efeito de explanação do posicionamento dêitico de casos de EXPANSÃO DIALÓGICA.

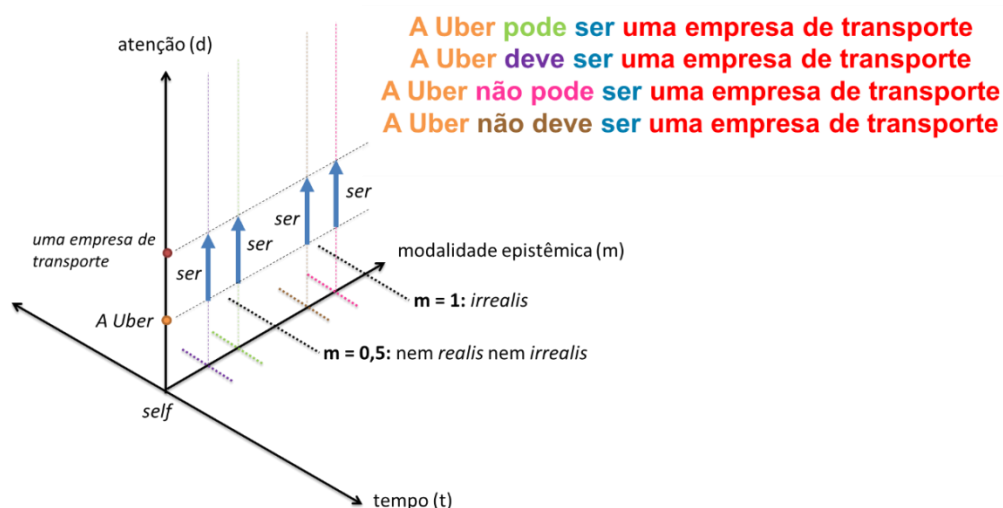


Figura 9. Representação do enunciado heteroglóssico por expansão dialógica: ponderação
A Uber pode/deve/não pode/não deve é uma empresa de transporte no Espaço Dêitico

¹³ É possível, contudo, conceber situações em que o *frame de referência* incitado por *alegar* se situe próximo à $m = 0,5$, como ocorre com *dizer*. Entretanto, não parece ser seu significado prototípico. Do mesmo modo, não parece que a construção implica necessariamente que S conceba como *irrealis* o conteúdo da projetada. Nesse sentido, talvez a melhor caracterização do verbo *alegar* seja propor que seu posicionamento fique em $m \geq 0,5$, considerando $m = 1$ como valor máximo.

¹⁴ A análise deter-se-á nas possibilidades de interpretação epistêmica dos modais, tendo em vista que a interpretação deontica requisita a exploração de vetores de força, o que foge ao objetivo deste artigo.

Prototipicamente, a EXPANSÃO DIALÓGICA atua pelo distanciamento da cena (em termos de entidades e de suas relações, ou seja, ideacionalmente) no que tange a seu estatuto de realidade para o *self* (nesse ponto, sim, em termos interpessoais). Porém, tal distanciamento não chega a ser absoluto, como em uma *negação*, que posiciona a cena em $m = 1$. O que esses recursos fazem, portanto, considerando que são instanciados por modalizadores, é preencher o *continuum* entre a polaridade positiva (mínima distância epistêmica do *self*) e a negativa (máxima distância epistêmica do *self*) (HALLIDAY, 2004).

É possível também conceber a presença de vetores tracejados tanto na *realis* quanto na *irrealis* em todas as instâncias — é isso, inclusive, que propõem, sem o aporte dêitico e cognitivista aqui utilizado, Martin e White (2005) em sua teorização. Para os autores, a EXPANSÃO DIALÓGICA atua no sentido de abrir um espaço de validade para alternativas dialógicas, sem que elas sejam explicitamente rejeitadas. Em outros termos, a oração *A Uber pode ser uma empresa de transporte* ativar, pragmaticamente, tanto a alternativa *realis* (*A Uber é uma empresa de transporte*) quanto a *irrealis* (*A Uber não é uma empresa de transporte*). O que o falante faria, portanto, é marcar baixa adesão a qualquer uma das alternativas — provavelmente, por não ter evidências suficientes para assumir um posicionamento ou ainda para evitar possíveis críticas em relação a um contexto em que comprometer-se com uma das concepções pudesse gerar conflito. De toda forma, não haveria (tentativa de) cancelamento, como ocorre na CONTRAÇÃO DIALÓGICA.

Sobre isso, cabe, contudo, uma consideração: o espaço de abertura à validade das alternativas dialógicas não é o mesmo em cada instância. Por um lado, as formas polarizadas positivamente colocam a alternativa *realis* no *foreground* de atenção, enquanto as negativas fazem o mesmo com a *irrealis*. Por outro, a distância da representação em relação a $m = 0$ nas formas positivas e a $m = 1$ nas negativas indica a força da evidência em relação à representação *realis* e *irrealis*, de forma que pode haver maior ou menor esforço de aceitabilidade da alternativa a depender do modal selecionado.

Considerações finais

Este artigo pretendeu analisar o processamento cognitivo de recursos de ENGAJAMENTO (MARTIN; WHITE, 2005), a partir da TED, proposta por Chilton (2014), abordagem que concebe o processamento linguístico a partir de uma base geométrica, calcada na cognição espacial e na capacidade de perspectivação, integrando, em seu bojo, os domínios atencional/referencial, temporal e modal.

Depreendeu-se que o cerne do processamento do ENGAJAMENTO reside na localização das entidades e de suas relações no eixo epistêmico (m). Prototipicamente, o que difere a MONOGLOSSIA da HETEROGLOSSIA é o fato de a primeira apenas basear-se no *frame de referência* do *self* falante sem incitar a construção de novos *frames de referências*, ligados a outros conceptualizadores, ou, ainda, vetores de *pressuposição de afirmação*, como ocorre na *negação*, já um fenômeno heteroglóssico, de CONTRAÇÃO DIALÓGICA.

Nesse sentido, os fenômenos heteroglóssicos são responsáveis por ativar, cognitivamente, novos *frames de referência* com maior ou menor grau de atenção para a emergência de outros conceptualizadores (tanto em termos de outras mentes quanto em

termos de outras vozes). Na CONTRAÇÃO DIALÓGICA, predomina a localização dos elementos ideacionais nos extremos epistêmicos, em $m = 0$ (*realis*) ou em $m = 1$ (*irrealis*), ao passo que, na EXPANSÃO DIALÓGICA, a cena representada tende a se localizar em $0 < m < 1$, ou seja, nem validado nem invalidado plenamente.

No discurso relatado, seja por contração (*endosso*), seja por expansão (*reconhecimento* e *distanciamento*), atribui-se um alto grau de atenção para a emergência de outro conceptualizador, de forma que o conteúdo proposicional passa a ser integrado ao espaço mental (*frame de referência*) deste Dizente (HALLIDAY, 2004), o que mostra nossa capacidade de perspectivação alocentrada, ou seja, de deslocamento para a posição do outro – o que ficaria ainda mais nítido em instâncias de discurso direto, em que as coordenadas dêiticas estariam em função deste Dizente (S'). A diferença entre os recursos reside no posicionamento desse *frame de referência* outro em relação ao eixo epistêmico egocentrado do *self*: em $m = 0$ para o *endosso*; em $m = 0,5$ para o *reconhecimento*; e em $0,5 \leq m < 1$ para o *distanciamento*.

Na *expectativa confirmada* e no *pronunciamento*, fenômenos de contração, ocorre a emergência de um novo *frame de referência*, porém no *background* de atenção. Para o primeiro, tem-se um eixo sobreposto ao do *self*, revelando uma convergência entre o posicionamento autoral e o de outras mentes, ao passo que, para o segundo, incita-se a construção de um eixo reflexo em $m = 1$, assinalando que a voz autoral concebe a existência de mentes para as quais sua representação é considerada *irrealis*.

Na *negação*, hipotetiza-se que apenas haja a emergência de um vetor que assinale o pressuposto de afirmação, mas não necessariamente um *frame* de outra mente, muito embora tal hipótese possa ser defendida, desde que em um eixo reflexo. Entretanto, isso estaria de forma ainda mais ofuscada em termos de foco de atenção.

Por fim, nos recursos de *ponderação*, que envolvem os modais epistêmicos, polarizados positiva ou negativamente, há um deslocamento da cena em termos do eixo epistêmico de forma a excluir os extremos, ou seja, a representação se localiza, em m , no intervalo $]0,1[$, tendo $m = 0,5$ como ponto de referência, no sentido de que modais positivos localizam a cena entre a *realis* e o não comprometimento, e modais negativos o fazem entre o não comprometimento e a *irrealis*.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. T.; LEPESQUEUR, M. Aspectos da afiliação epistemológica da Linguística Cognitiva à Psicologia da Gestalt: percepção e linguagem. *Ciências & Cognição*, v. 16, n. 2, p. 65-81, 2011.
- BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 2004. 196 p.
- CHILTON, P. *Language, Space and Mind: The Conceptual Geometry of Linguistic Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. 333 p.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 356 p.
- EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive Linguistics: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006. 857 p.

- EVANS, V.; CHILTON, P. *Language, cognition and space: the state of the art and new directions*. London: Equinox, 2010. 520 p.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003. 270 p.
- FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 [1985]. 190 p.
- _____. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 205 p.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011. 171p.
- GEERAERTS, D. Recontextualizing grammar: Underlying trends in thirty years of Cognitive Linguistics. In: TABAKOWSKA, E. et al. *Cognitive Linguistics in action: from theory to application and back*. Berlin: De Gruyter, 2010. p. 71-102.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. *Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. 2011. 447 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- _____. Indignação e culpa em cartas do leitor da *Folha de S. Paulo*: um estudo sobre a construção discursiva da tragédia de Santa Maria. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 16, v. 1, p. 63-93, jan./jun. 2014.
- HALLIDAY, M. *Introduction to Functional Grammar*. 3. ed. Revised by Christian Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004. 689 p.
- _____. Methods – techniques – problems. In: HALLIDAY, M.; WEBSTER, J. (org.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum, 2009. p. 59-86.
- HART, C. *Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives*. London: Bloomsbury Academic, 2014. 216 p.
- HEBERLE, V. Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de ideias? *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 85-112, 2004.
- LANGACKER, R. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008. 573 p.
- MARTIN, J.; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005. 278 p.
- NININ, M. O. G.; BARBARA, L. Engajamento na perspectiva linguística sistémico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, v. 52, n. 1, p. 127-146, jan./jul. 2013.
- OAKLEY, T. *From Attention to Meaning: Explorations in Semiotics, Linguistics, and Rhetoric*. Bern: Peter Lang, 2009. 270 p.
- TALMY, L. *Towards a Cognitive Semantics*, v. 1. Cambridge: MIT Press, 2000. 565 p.

Recebido em: 03/10/2015

Aprovado em: 05/07/2016

Condições de violação de transparência¹

Roberto Gomes Camacho

Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil
camacho@sjrp.unesp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.862>

Resumo

A noção de transparência diz respeito à relação consistentemente biunívoca entre forma e significado, situação extrema que, na realidade, não se aplica integralmente às línguas do mundo. Um arcabouço teórico adequado para avaliar as condições de violação de transparência é o da Gramática Discursivo-Funcional por ser organizada em níveis e camadas, cada qual com suas próprias unidades. O objetivo deste trabalho é examinar as estratégias de relativização disponíveis no português para discutir se as condições de violação de transparência se aplicam às interfaces entre os níveis pragmático e semântico, por um lado, e entre esses dois níveis e os dois níveis formais, o morfossintático e o fonológico, por outro.

Palavras-chave: estratégias de relativização; transparência; opacidade; gramática funcional.

Conditions of Transparency Violation

Abstract

The notion of transparency concerns the biunivocal relation between form and content, an extreme situation which in fact is not fully applied to the world's languages. As the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE 2008) is organized in levels and layers, each with its own units, it is a very suitable theoretical framework to evaluate the conditions of transparency violation. Thus, this paper aims at examining the relativization strategies available in Portuguese in order to discuss whether the conditions of transparency violation is applied to the interface between pragmatic and semantic levels, on the one hand, or between these two levels and the morphosyntactic and phonological levels, on the other.

Keywords: relativization strategies; transparency; opacity; functional grammar.

Introdução

Desde o século IV a C., com o diálogo *Crátilo* de Platão se discute se a representação linguística tem por base um sistema de símbolos arbitrários ou se as palavras possuem uma relação intrínseca com as coisas que significam. Foi possivelmente da água dessa fonte que Saussure (1977[1916]) bebeu para enunciar o princípio da arbitrariedade do signo. Certo é que seus princípios de arbitrariedade e de motivação relativa constituem a base de qualquer discussão prévia do tema. Numa leitura menos restrita que a saussuriana, os conceitos de motivação icônica e iconicidade diagramática têm sido discutidos extensivamente por Haiman (1980, 1983, 1985), que foi quem cunhou esses termos, e também por Givón (1985), Croft (2001), Haspelmath (2008), entre outros.

¹ Trabalho apresentado na mesa-redonda *Respostas do funcionalismo à tensão entre transparência e opacidade*, apresentada no 63º Seminário do GEL, realizado na UNICAMP, de 7 a 9 de julho de 2015.

Numa relação icônica, a estrutura da língua reflete de algum modo a estrutura da experiência; dito de outro modo, é possível prever o conteúdo a partir da forma. Todavia, o modo como pretendo tratar a noção de transparência aqui não diz respeito ao caráter previsível do significado a partir da forma, subentendida no conceito de iconicidade, mas ao número de unidades de conteúdo expresso pelo número de unidades formais. O conceito de transparência fornecido pela Gramática Discursivo Funcional (GDF), e em particular Hengeveld (2011) e Leufkens (2014), e que também adoto aqui, é o de isomorfismo, uma relação biunívoca entre as unidades de conteúdo e as unidades formais.

Algumas teorias funcionalistas mais radicais postulam que a forma final de toda e qualquer expressão linguística é motivada por princípios pragmáticos ou semânticos. Funcionalistas mais moderados postulam, no entanto, a existência de formas autônomas, ou seja, de processos de codificação sintática, morfológica e fonológica não necessariamente ativados por nenhum tipo de motivação pragmática ou semântica. É essa posição moderada que a GDF assume. Como toda teoria funcionalista, a GDF procura explicar a forma a partir de seu significado, mas não deixa de admitir a existência de formas sem motivação pragmática ou semântica.

Pessoalmente, prefiro assumir, como a maioria dos funcionalistas, a existência de formas autônomas, arbitrárias, mas que, na origem de sua evolução diacrônica, tiveram uma motivação pragmática ou semântica. Além de tudo, compartilho a opinião de que as motivações que contribuem para a transparência ou para a opacidade estão em competição e é justamente a qualidade da linguagem humana, enquanto sistema de comunicação, que guia a competição em direção da otimização das formas em uso.

É esse tipo de discussão que pretendo realizar aqui, examinando a competição entre transparência e opacidade nas possibilidades de relativização. Para tanto, discuto como os conceitos de transparência e opacidade são tratados na GDF; em seguida, elenco as categorias de opacidade, as violações de que trata o título, para selecionar, depois, a atuação de um princípio, o de integridade de domínio, na seleção que falante do português pode operar diante de diferentes possibilidades disponíveis na gramática para construir uma oração relativa.

1. Transparência e opacidade na GDF

Antes de discutir especificamente os conceitos de transparência e opacidade na GDF, é necessário lembrar que a gramática, nesse arcabouço teórico, é organizada em quatro níveis, o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico (cf. figura 1).

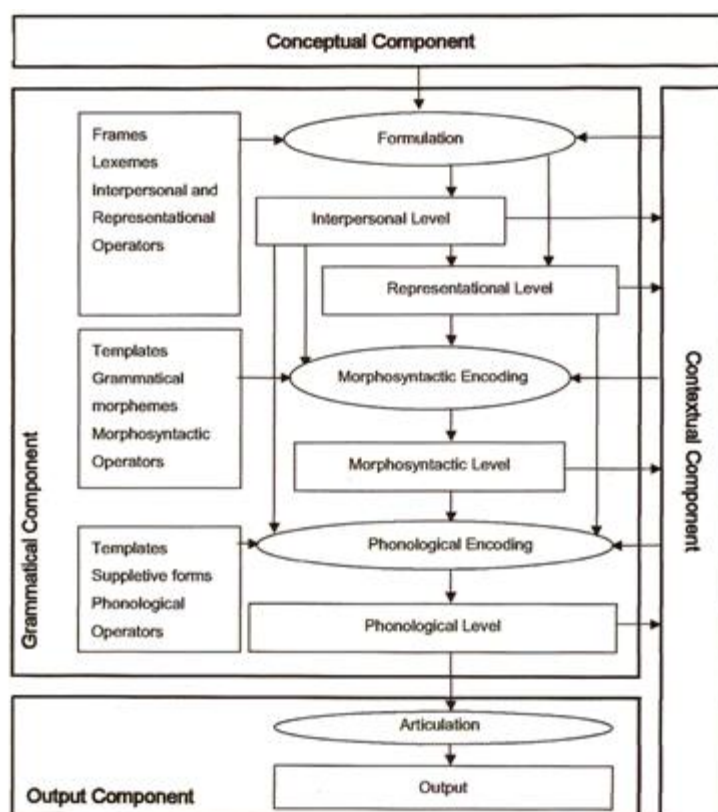


Figura 1: Layout Geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p.13)

A GDF se identifica com um modelo descendente (*top-down*) de gramática. Isso significa que a construção de um enunciado se inicia com a intenção comunicativa de uma mensagem no Componente Conceitual; ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o Componente Gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo de natureza pragmática e semântica e codificada em unidades formais de natureza morfosintática e fonológica.

O Componente Conceitual é a força motriz do Componente Gramatical como um todo, uma vez que é ele o responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceptualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

Seria possível, portanto, formular uma definição inequívoca de transparência nos seguintes moldes: ocorre transparência quando uma unidade de um dos níveis mais altos de organização linguística (NI, NR), em que se alojam as unidades de conteúdo, corresponde a uma unidade de um dos dois níveis mais baixos (NM, NF), onde se alojam as unidades formais.

2. Categorias de opacidade

De um ponto de vista metodológico, a transparência só pode ser medida e avaliada com base nos traços de opacidade, ainda que pareça contraintuitivo levantar traços indicadores de opacidade e não de transparência. Ocorre que, na maioria dos casos, a transparência envolve ausência, como por exemplo, a de gênero gramatical, e por isso, acaba não sendo possível processar o que não se manifesta, mas o que de fato é registrável, que são os casos de opacidade.

Segundo Leufkens (2014), a possibilidade de violar relações biunívocas entre os níveis de análise permite postular quatro relações logicamente possíveis: um-para-nulo, nulo-para-um, muitos-para-um e um-para-muitos. Esses quatro tipos de não transparência se juntam a um quinto, que envolve violações de integridade de domínio.

Relações do tipo um-para-nulo se referem a fenômenos como argumentos subentendidos, operadores fonologicamente vazios e categorias vazias, ou seja, elementos postulados como de fato presentes na estrutura subjacente da sentença, mas não visíveis na forma realmente articulada na saída.

A segunda categoria de relações não transparentes, do tipo nulo-para-um, inclui qualquer forma morfossintática ou fonológica não motivada por uma unidade de conteúdo dos níveis mais altos, já que são formas resultantes de regras ou processos morfossintáticos ou fonológicos. Um exemplo corrente é o uso de sujeitos expletivos, ou seja, uma forma inserida na estrutura da sentença para satisfazer a regra obrigatória, em certas línguas, de preenchimento do sujeito.

O terceiro tipo de violação da biunivocidade forma e conteúdo envolve as relações um-para-muitos, ou redundância, em que uma unidade de conteúdo é codificada por múltiplas unidades formais Leufkens (2014).

A quarta categoria de opacidade, a fusão, é uma relação muitos-para-um, ou seja, múltiplas unidades de conteúdo são codificadas por uma única unidade formal. Um caso inequívoco, o da morfologia fusional, é o do morfema *portmanteau* final *-i* de *parti*, uma forma única que exprime os significados de tempo, aspecto, pessoa, número e modo.

Um quinto tipo de violação de transparência é, na realidade, uma violação do Princípio de Integridade de Domínio, que representa uma preferência pela justaposição no Nível Morfossintático de unidades de conteúdo que pertencem juntas ao nível Interpessoal ou ao Representacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A violação da integridade de domínio provoca a existência de unidades descontínuas, como o circunfixo de negação do francês *ne ... pas*, caso em que uma unidade semântica (um operador de negação) corresponde a duas unidades formalmente descontínuas no Nível Morfossintático (*ne* e *pas*).

3. Construções relativas e transparência: motivações em competição

Antes de tratar das construções relativas, seria conveniente estabelecer algumas posições sobre transparência e opacidade. Começamos por Langacker (1977), que vê no conceito de transparência uma categoria relacionada ao grau de otimização. Como a mudança sempre provoca a otimização de uma categoria à custa de outras, é possível que uma língua prefira sacrificar transparência em favor de simplicidade.

Bybee (1985) também defende uma posição similar. Ao situar o princípio de correspondência biunívoca no contexto morfológico, defende não apenas que essa relação pode representar intuitivamente o modo mais econômico de exprimir significado, mas também o teor potencialmente explanatório das violações possíveis, na medida em que desencadeiem um efeito positivo na comunicação, talvez a otimização de Langacker (1977).

Em outros termos, os casos característicos de morfologia não transparente – fusão, alomorfia e morfema zero – devem ser vistos não como aberrações do sistema, mas como o resultado natural de outros princípios comunicativos igualmente funcionais que sobrepujam o de transparência. Essa visão aproxima Bybee do paradigma das motivações em competição em companhia de Du Bois (1985) e mesmo Croft (2001), que veem nas formas linguísticas o resultado de um processo de variação, competição e seleção, comparável ao cenário projetado pela biologia de que sobrevivem os mais bem-dotados e, conseqüentemente, mais adaptados à hostilidade do ambiente natural.

Haiman (1985) defende a existência de uma correlação inversamente proporcional entre transparência (ou iconicidade por isomorfismo) e economia, por exemplo, centrando o foco em fenômenos de concordância, redundância e fusão, para considerá-los o resultado do conflito entre transparência e economia. Haiman (1985) postula que, ao tornar sintéticos os processos analíticos, a mudança morfofonológica obscurece relações biunívocas entre forma e conteúdo (1985).

Givón (1985), por seu lado, não vê necessariamente uma oposição entre motivação econômica e transparência. Discussões como essas assumem explicitamente a posição de que a otimização da forma é o resultado de uma competição entre os princípios de transparência e de economia.

É, portanto, de conformidade com essas posições que pretendo examinar as construções relativas e arriscar uma explicação funcionalista para uma situação contraditória com base no postulado de que motivações diversas competem para a construção da forma final da língua.

Das quatro “estratégias” que Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem na pesquisa tipológica para codificar a modificação complexa realizada pela relativa, o português dispõe de três: a estratégia de pronome relativo, entendida como a construção padrão (1a), e duas alternativas não padrão, que poderiam ser identificadas como a estratégia de retenção pronominal, rotulada por Tarallo (1983) como construção copiadora e estratégia de lacuna, rotulada por Tarallo (1983) como construção cortadora, conforme aparecem em (1b) e (1c), respectivamente.

- (1) a [ela escolhia [**a roupa** [**d(e/a) qu(e/al)** eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **dela**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **Ø**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)².

² O exemplo aqui tomado como evidência qualitativa foi recolhido da amostra do Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (Bacelar do Nascimento, 2006).

Uma comparação entre a estratégia de pronome relativo e a de retenção pronominal revela ser a de retenção pronominal, contida em (1b), mais eficaz do que a de pronome relativo, contida em (1a), em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) de Keenan e Comrie (1977), contida em (2).

(2) **SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO**

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização. Como indicam as setas, da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais restrita e de frequência mais rara. A estratégia de lacuna é usada mais comumente na relativização de relações gramaticais de sujeito e objeto³, enquanto a de retenção pronominal se aplica a relações gramaticais de oblíquo para baixo. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Essa questão de eficácia na liberação de relações gramaticais já foi levantada antes no Brasil por Kato (1981) e Mollica (1977) e, no modelo de funcionalismo holandês, por Dik (1997). Deve-se entender eficácia aqui como a relação entre possibilidades trans-sistêmicas de posições relativizáveis e a facilidade cognitiva de processamento. É a essa motivação, relacionada à questão da transparência e da opacidade das línguas (HENGEVELD, 2011), que pretendo recorrer para explicar uma situação de uso que põe na berlinda a relação de transparência.

Retomemos as possibilidades de relativizar a posição de oblíquo, contidas em (1a-c), aqui repetidas por conveniência, que licenciam a estratégia de pronome relativo (1a), a de retenção pronominal (1b) e a de lacuna (1c).

- (1) a [ela escolhia [a roupa [d(e/a) qu(e/al) eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [a roupa [que eu gostava dela] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [a roupa [que eu gostava Ø] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

A estratégia de pronome relativo de (1a), que, como o nome diz, é a única introduzida por pronome relativo propriamente dito, insere o núcleo retomado pelo oblíquo na posição pré-verbal da oração dependente. Por isso, carrega nos ombros o fardo cognitivo de violar o Princípio de Integridade de Domínio por separar, na codificação morfossintática, o predicado e o argumento interno do SV, de que resulta uma relação opaca entre a unidade de forma e a unidade de conteúdo. É por isso mesmo que consiste na construção menos frequente no uso real.

Já a estratégia de retenção pronominal ou copiadora de (1b) maximiza o princípio de transparência entre forma e conteúdo pela preservação do Princípio de Integridade de

³ Na abordagem do português, costuma-se restringir a estratégia de lacuna ou cortadora a posições preposicionadas de relativização, como as de oblíquo e de objeto indireto. Prefiro considerar aqui que as relativas de sujeito e de objeto sem pronome-cópia consistem igualmente em estratégias de lacuna, especialmente quando comparadas a estratégias de retenção pronominal. Cf.: **aqueles (homens) que eles trabalhavam efectivamente a terra** (PT97: Trabalho Posse Terra); **you concur com essa, a, essa, toda essa campanha que o, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo ela?** (Bra80:ArteUrbana)

Domínio no interior da oração dependente. O fato de o oblíquo ocupar a posição pós-verbal não provoca desintegração de domínio entre o verbo e seu argumento. Essa situação implica uma relação de transparência entre as unidades de conteúdo dos níveis Interpessoal e Representacional e as unidades formais do Nível Morfosintático.

A seleção da estratégia copiadora e não a de pronome relativo é de fato funcional e cognitivamente mais eficaz. Licencia um conjunto muito maior de posições relativizadas nas línguas, inclusive a de objeto de comparação no português, a mais baixa da HA de Keenan e Comrie (1977), como se vê em (2a). Essa posição não é licenciada quando se usa a estratégia de pronome relativo ou padrão (2b).

- (2) a O homem [que ninguém no bairro é maior do que ele] não conseguiu entrar no time de basquete. (adaptado de DIK, 1997, p. 366)
- b * o homem [mais alto do que quem ninguém no bairro era] não conseguiu entrar no time de basquete

No entanto, a estratégia de retenção pronominal não é a mais frequente no uso, mas a de lacuna, que claramente viola a integridade dos constituintes do SV e torna menos explícitas as relações gramaticais. O grau de explicitação da codificação das relações gramaticais, detectada nos estudos tipológicos, foi formulado por Keenan e Comrie (1977) na escala contida em (3):

- (3) de lacuna > de pronome relativo > de retenção pronominal
(onde '>' significa 'menos explícito que') (Adaptado de Song (2001, p. 227))

Essa distribuição tipológica cria um instigante paradoxo: se a construção copiadora maximiza o grau de transparência e se, por conseguinte, é capaz de facilitar o processamento cognitivo, por que é evitada, no português, em favor da construção de lacuna?

É justamente na tensão entre duas motivações em competição, a motivação por economia e a motivação por integridade de domínio, que se assenta a resposta a essa questão. Uma informação de curtíssimo prazo é reiterada na posição pós-verbal da dependente; nessa situação, a expressão de *roupa e dela* viola o princípio de transparência em razão da coexistência de um SN – o núcleo da matriz – e um SP, o oblíquo na oração dependente, que consistem em duas unidades formais para a mesma unidade de conteúdo. Essas duas formas estabelecem a mesma referência em posições não contíguas, ainda que muito próximas no enunciado.

O português admite ausência de manifestação fonológica de argumentos nas situações em que forem suficientes as informações contextuais. Nesse caso, uma motivação em competição, o Princípio de Economia (GIVÓN, 1985), sobrepuja outra, o Princípio de Integridade de Domínio (HAIMAN, 1983; 1985, HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), tendo como principal consequência a opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo

Considerações finais

Gostaria de encerrar propondo uma nova questão: como pode um funcionalista lidar com o caráter secundário de motivações funcionais, como continuidade tópica e integridade de domínio, em relação à preferência pela estratégia de lacuna? Diria sobre

isso que uma motivação funcional para a preferência por essa construção relativa é que seu uso representa uma extrapolação das posições mais altas de sujeito e objeto para as posições mais baixas da HA, de oblíquo e objeto indireto, o que implicaria num esforço das línguas e, em particular, do português, por regularização. O resultado da regularização é uma aproximação formal entre construções que relativizam SNs de diferentes funções sintáticas. Essa regularização construcional é um tanto similar às regularizações morfológicas que a criança manifesta em fase de aquisição, reduzindo drasticamente os desencontros entre forma e função, como a variação alomórfica de *soub-* e *sab-* ao uniformizar o morfema lexical em *sabeu* e *sabi*.

Outra vantagem para a comunicação derivada de traços não transparentes, segundo Leufkens (2014) é a função que podem exercer como instrumento auxiliar de demarcação. Isso se aplica a traços de concordância e a todas as alternâncias morfológica e fonologicamente condicionadas.

A concordância, por exemplo, envolve cópia de uma propriedade de um elemento, o controlador, a outro elemento, o alvo. O fato de tanto o controlador quanto o alvo se acharem presentes na articulação, especialmente quando têm a mesma forma, como em *um-a outr-a mulher* deixa visível a relação de constituência deles, e mais facilmente interpretável a estrutura gramatical da sentença. Essa vantagem pode explicar por que a concordância é ainda funcional, apesar de não ser transparente.

Haveria, nesse caso, algum ganho funcional ou tudo ficaria embalado no pacote da regularização formal? Generalizando um pouco mais, que razões haveria para uma língua se desenvolver, partindo de uma direção aparentemente mais transparente, em relação aos elos de correspondência simbólica entre unidades formais e unidades de sentido (CROFT, 2001; CROFT; CRUSE, 2004), para chegar, pelo menos aparentemente, a uma direção menos transparente?

Uma resposta fornecida por Leufkens (2014) é que certas línguas desenvolvem estruturas altamente sintaticizadas, ainda que esse traço seja uma desvantagem para o processamento cognitivo e, portanto, para o próprio processo de aquisição. Argumentaria, contra essa posição da autora, afirmando que a regularização construcional acaba mesmo por tornar mais transparente a relação entre unidades formais e unidades de conteúdo, uniformizando, por assim dizer, as diferentes estratégias e eliminando a variação disponível que elas suscitam. Em outros termos: a eliminação da variação existente entre diferentes estratégias formais ativa, como resultado final, uma relação biunívoca entre forma e conteúdo em todas as posições sintáticas pela extrapolação da estratégia de lacuna, que transita das posições mais altas da HA de Keenan e Comrie (1977) para as mais baixas.

Acrescento ainda que esse procedimento nada mais faz senão otimizar a relação entre forma e conteúdo (LANGACKER, 1977). Como a mudança sempre provoca a otimização de uma categoria à custa de outras, é possível que uma língua prefira sacrificar complexidade em favor de simplicidade na preservação das relações de transparência. A regularização das relativas do português é claramente um processo de sintaticização, com o ganho nada desprezível de simplificação formal.

Transparência e opacidade relacionam-se, portanto, com duas motivações em competição: a motivação por informatividade e a motivação por economia. Entende Neves (2012) que esses dois princípios atuam em um círculo vicioso e ao mesmo tempo virtuoso, “em que informatividade e economia, duas qualidades da linguagem, se

combinam, em contínuo, no uso linguístico, o que resulta do fato de que, canonicamente, de um lado economia elevada implica baixa informatividade, e de outro lado informatividade elevada representa baixa economia” (NEVES, 2012, p. 78-79).

Concordo plenamente com a autora que são as motivações do uso somadas às necessidades comunicativas que determinam qual princípio tem mais peso e qual precisa atuar para equilibrar a balança. Essas combinações no uso atuam mesmo como verdadeiras motivações em competição.

REFERÊNCIAS

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. *Corpora comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português*. *Alfa*, 50 (2), p.189-204, 2006.

BYBEE, J. L. *Morphology. A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. 235 p.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989. 264 p.

CROFT, W. *Typology and Universals*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, 311 p.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 376 p.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. HENGEVELD, K. (ed.). Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. Part II: Complex and Derived Constructions. 474 p.

DU BOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985. p. 43-65.

GIVÓN, T. Iconicity, isomorphism and non arbitrary coding in syntax. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 187-219.

HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, 56 (3), p. 515-540, 1980.

_____. Iconic and economic motivation. *Language*, 59 (4), p. 781-819, 1983.

_____. *Natural syntax. Iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 285 p.

HASPELMATH, M. Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. *Cognitive Linguistics*, 19, p. 1-33, 2008.

HENGEVELD, K. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam*. (Special issue: Transparency in Functional Discourse Grammar), 4(2), p. 1-22, 2011.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008. 503 p.

KATO, M. A. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Linguísticos*, 5, p. 1-16, 1981.

KEENAN, E. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. v. 2. Complex Constructions. Cambridge: University Press, 1985. p. 141-170.

KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, 8, p. 63-99, 1977.

LANGACKER, R. W. Syntactic reanalysis. In: LI, C. (ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 56-139.

_____. *Cognitive grammar: A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008. 584 p.

LEUFKENS, S. *Transparency in language*. A typological study. 2014. 179 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Amsterdã, Amsterdã.

MOLLICA, M. C. *Estudo da cópia em relativas em português*. 1977. 183 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

NEVES, M. H. M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012. 280 p.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo Cultrix, 1977[1916]. 279 p.

SONG, J. S. *Linguistic typology. Morphology and syntax*. London: Longmans, 2001. 406 p.

TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. 274 f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Pennsylvania.

Recebido em: 02/02/2016

Aprovado em: 05/04/2016

Natural languages as complex adaptive systems

William A. Pickering

Faculdade de Tecnologia (FATEC), Piracicaba, São Paulo, Brasil
willpickering@yahoo.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.787>

Abstract

Certain basic properties of complex systems are compared to those of communal languages. It is argued that languages are comprised of interacting units that constitute a functioning whole, with the properties of network structure, decentralized control, emergence, reciprocal causation, far-from-equilibrium state, and positive and negative feedback processes. The possibility that languages also have the property of adaptivity is also discussed. The key problem in defining language adaptivity is found to be the role played by individual linguistic variation in maintaining a language's stability and capacity for change. It is argued in conclusion that considering natural languages as complex adaptive systems serves as a basis for hypotheses that can be modeled and tested empirically, and that the complex systems approach can bring a unity and coherence to the understanding of diverse linguistic phenomena. (Fapesp 2013/11525-7)

Keywords: complex systems; linguistics; adaptation; sociolinguistic variation.

Línguas naturais consideradas como sistemas complexos adaptativos

Resumo

Certas propriedades básicas de sistemas complexos são comparadas com as de línguas naturais. Argumenta-se que as línguas são compostas de unidades que interagem e compõem um todo em funcionamento com as propriedades de estrutura de rede, controle descentralizado, emergência, causalidade recíproca, estado longe de equilíbrio e processos de *feedback* positivo e negativo. Também é discutida a possibilidade de que as línguas têm a propriedade de adaptabilidade. O problema principal em definir a adaptabilidade da linguagem é tido como o papel desempenhado pela variação linguística individual na manutenção de uma estabilidade e capacidade de mudança da linguagem. Para concluir, argumenta-se que considerar as línguas naturais como sistemas adaptativos complexos serve como base para hipóteses que podem ser modeladas e testadas empiricamente, e que a abordagem de sistemas complexos pode trazer uma unidade e coerência para a compreensão de diversos fenômenos linguísticos. (Fapesp 2013/11525-7)

Palavras-chave: sistemas complexos; linguística; adaptação; variação sociolinguística.

Introduction

This article begins with a brief review of past and current applications of complex systems theory in linguistics. The following section compares certain properties of complex systems to properties of natural languages, showing how languages may be considered to be such systems. In the section after that, the question of whether languages are adaptive systems is discussed. The article concludes with some observations on the usefulness to linguistic theory of the complex systems approach.

The application of complex systems theory in linguistics is relatively recent and, judging from the number of academic publications in the field, one may say that it began in the mid-1990s. Before that time, the matter was addressed in a few scattered publications or in specialized areas of research unfamiliar to most linguists. In the 1960s, the Russian linguist Roman Jakobson argued that languages are dynamic, self-regulating, teleonomic systems (JAKOBSON, 1990, p. 474, 483), but he did not develop his ideas on the subject into a detailed linguistic theory. At around the same time, the French mathematician René Thom applied his catastrophe theory to semiotics, and his ideas were later taken up by others and developed into “catastrophist” models of various aspects of language (WILDGEN; BRANDT, 2010). Systemic concepts have also been applied in quantificational linguistics, an area that has its roots in Zipf’s work in the 1930s and 1940s on power-law distributions (KÖHLER; ALTMANN, 2005; NARANAN; BALASUBRAHMANYAN, 2005). Quantificational linguists in Germany developed a theory of “synergetic linguistics” in the 1980s, and research in this field continues to the present day (KÖHLER, 2005). These proposals, and others like them, have so far had no more than marginal influence on mainstream linguistics.

However, within the last twenty years, an ever-increasing number of articles and books have appeared that deal with one or another aspect of language from the complexity perspective. Many of these works have come from the applied linguistics field. This field, which deals with first and second language learning, discourse phenomena, and language teaching, has developed theoretical concepts that, in some ways, have distanced themselves from developments in general linguistic theory (LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008; DE BOT et al., 2013). Another area in which complex systems theory has been extensively applied is that of language evolution, which in its current form studies the evolution of language as both a biological and cultural process. Because of the lack of historical data and the complexity of the interactions involved, computational modeling has come to play an important role in this research field (ZUIDEMA; DE BOER, 2013). The issue of the comparative complexity of languages and specific types of linguistic structures, long ignored by linguists because of its association with 19th century theories that attributed superiority to European languages, is now beginning to be addressed by scholars in a contemporary scientific context (SAMPSON et al., 2009). Within the traditional areas of linguistic theory, a few broad-based discussions of complex systems and language have appeared, all within the last ten years (LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008; BECKNER et al., 2009; KRETZSCHMAR, 2015). Other specialized linguistic areas in which problems have been addressed from the complexity perspective are phonology (WEDEL, 2011), syntax (BOECKX, 2014), historical linguistics (EHALA, 1996; KELLER, 1994), dialectology (KRETZSCHMAR, 2009), cognitive linguistics (BERNÁRDEZ, 2008; FRANK; GONTIER, 2010), and psycholinguistics (DE BOT, 2012; RACZASZEK-LEONARDI, 2014).

Overall, current research in linguistics from the complex systems perspective is still characterized by disparate efforts in a wide range of language-related disciplines, and for each of these disciplines the complex systems perspective entails a reconsideration of fundamental concepts. Although general theoretical proposals have been advanced, no comprehensive theory of language based on complexity theory has been developed in detail and widely accepted so far. However, linguists are increasingly interested in complex systems theory because of its perceived ability to bring a unity and coherence of explanation to diverse linguistic phenomena, and to suggest hypotheses for investigation

that can be modeled and tested. This will be made clear in the following section, where some of the general properties shared by languages and complex adaptive systems are discussed.

Languages as complex adaptive systems

In this section, we will describe some well-known characteristics of complex systems (HEYLIGHEN, 2001, 2008) and show how languages can be understood as having these characteristics. It is important to note that here we are dealing with communal languages (languages considered as a property of a population), as opposed to idiolects (languages considered as properties of individuals). In the section that follows the present one, we will deal with the question of whether languages adapt, as well as with the question of how individual differences fit into a broader definition of communal languages.

Complex systems are composed of units in dynamic interaction, whose interdependency provides to the whole system a functional character. The units interact with each other on the local level, but this local interaction supports the larger system as a functioning whole. Human languages are dynamic systems, the units of which are individual speakers of a language. Interaction in conversation is a local activity in which speakers' actions are highly interdependent; this activity may be considered on various timescales (brain activity, immediate conversational setting, personal relationships, cultural processes, multi-generational language change) (LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008, p. 166-169, 240-241). At the communal level, which also may be looked at in terms of different timescales, a language system as a whole functions to coordinate speakers' activities over large stretches of space and time.

The interaction of units in a complex system can be defined as a network structure and modeled mathematically and computationally. Some complex networks have special characteristics (scale-free, small-world, clustering), and these and other network properties have been applied to the analysis of social networks of various types (EASLEY; KLEINBERG, 2010). Human interaction through language is essential to social network formation. Sociolinguists have discovered that the use of certain elements of speech (sociolinguistic variations) in a language tend to correlate with age, class, and gender. Researchers in this area have also found that sociolinguistic variations and their social correlates correspond to social networks. The computational modeling of such phenomena is now being explored by researchers (e.g., FAGYAL et al. 2010; MÜHLENBERND; QUINLEY, 2013). A multilingual individual naturally participates in several language networks, and the use of different languages in multilingual communities is also susceptible to modeling (e.g., MINNET; WANG, 2008).

Control in complex systems is distributed throughout the units that make up the system. No external controller, single unit, or group of units within the system guides the actions of the system. Languages are a good example of distributed control. They have evolved over time by means of the collective interaction of many generations of speakers, and presumably no individual Adam or group of founding fathers created the vocabulary and grammar of any natural language. Efforts to regulate change in language (for example, by authorities such as national language academies) are notoriously ineffective.

The interaction of the units of a complex system results in the appearance of emergent properties over time. These are properties of the system as a whole that cannot be

explained only in terms of (or ‘reduced to’) the activities of the individual units of the system, but nevertheless come into being, or emerge, as a result of the interaction of the system’s units. Beckner et al. (2009, p. 15) state the core hypothesis of the complex systems approach to language: “An idiolect is emergent from an individual’s language use through social interactions with other individuals in the communal language, whereas a communal language is emergent as the result of the interaction of the idiolects”. For these authors, computer modeling can help to overcome the insuperable difficulties of studying communal language emergence in large populations over long periods of time (and often with little or no historical evidence); it “allows one to prove, at least *in principle*, that specific fundamental mechanisms can combine to produce some observed effect” (BECKNER et al., 2009, p. 12).

‘Usage-based’ theories of language, whose proponents constitute an important school of thought in linguistics, propose explanations of language acquisition, language structure, and language change, which do not rely on the assumption of highly specific and restrictive innate language-specific capacities in the brain. The concept of emergence is useful in this area of study because it provides a way of understanding how complex language structures could have evolved through human activity involving general cognitive capacities such as memory and imitation. The appeal of complex systems theory for researchers in this area is that it provides a unifying framework for usage-based explanations, and most linguists who adopt the complex systems approach do so based on usage-based approaches (e.g., LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008; BECKER et al., 2009). Within linguistics, “emergentism” refers to a range of research approaches that make use of the general concept of emergence but accept the broader complex systems approach in varying degrees (MACWHINNEY; O’GRADY, 2015).

Although complex systems exist as a result of, and are in a sense caused by, the individual activities of their units, emergent properties can restrict the activity of the units in a system and thus cause them to behave differently than they would otherwise (‘reciprocal causation’: LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008, p. 59). On the one hand, this two-way process is seen in the fact that individual linguistic innovations, if they are imitated by others and spread through a language network, may contribute to change in a language. On the other hand, an individual’s linguistic behavior is restricted by the language he or she speaks – a language is a norm that one must follow in order to communicate.

Complex systems exist in a far-from-equilibrium state in which there is a constant flow of energy among the units of the system and between the system and its environment; such systems cease to exist when their source of energy is removed. Without attempting to make a strict analogy between social systems and physical or biological systems, it may nevertheless be observed that languages disappear completely when their speakers (considered as the source of a language’s energy) die or switch to another language. Like the dissolution of a whirlpool, the death of an organism, or the extinction of a species, the initial conditions and subsequent interactions that lead to the emergence of a language are too complex to be recreated or reconstructed in an exact manner. Thus, it is no surprise that the loss of language diversity in the world has often been compared to the irreparable loss of species diversity in ecosystems.

Feedback processes are another main characteristic of complex systems. In complex systems, negative feedback within a network dampens perturbations and thus allows

a system to maintain stability; positive feedback reinforces perturbations so that they reverberate through a system, bringing about changes which, if uncontrolled, could cause instability to the system. In complex systems, positive and negative feedback interact to allow the system to maintain stability, while, at the same time, giving it flexibility to respond to changes in the environment. The entry of an innovation into a language, such as a new word, grammatical construction, or pronunciation, can be thought of as a process involving positive and negative feedback in a network of speakers. Some innovations are picked up and repeatedly imitated (positive feedback) by only a small intimately related group of people, such as a family or clique, and fade into disuse (negative feedback) after a relatively short time. Other innovations may spread to the point where they become the common equipment of most language users. The constant rising and falling tide of the use of such linguistic features is an important aspect of language change.

Because of feedback processes, complex systems can display non-linear behavior: a small perturbation, reinforced by positive feedback, can cause a large change in the system; a large perturbation, dampened by negative feedback, can cause little change. Due to the complexity of the factors involved, the exact behavior of such systems can be extremely difficult to predict. Larsen-Freeman and Cameron (2008, p. 85-88) argue that non-linearity can be seen in the relatively abrupt historical ‘restructuring’ processes that often take place in languages.

Adaptation: Do languages adapt?

The way that complex systems maintain a balance between inflexible stability and uncontrolled change is through adaptation. Although the terms “complex systems” and “complex adaptive systems” are often used synonymously, adaptivity, strictly speaking, is a property of only some complex systems. In the case of languages, a mixture of stability and change is evident from the fact that languages change at a rate that is much faster than human biological evolution, but much slower than cultural development. Language change has been an important subject of investigation in linguistics for two hundred years, but at present there is no widely accepted theory as to its causes. Comparisons between language change and biological adaptation were proposed in the wake of Darwin’s theory of natural selection, but were controversial in linguistics during the 20th century; most linguists at present reject such comparisons (LABOV, 2001, p. 6-15). In recent decades, however, theories of language adaptation have been reintroduced into linguistics in the new scientific contexts of contemporary evolutionary theory, mimetics, and complex systems theory (CHRISTIANSEN; CHATER, 2008; CROFT, 2000; MUFWENE, 2001; BECKNER et al. 2009). The complex systems perspective implies that languages adapt to their environments in some fashion.

According to Heylighen (2001, p. 15), adaptation may be seen as a “fit” between a given configuration of a system and a given configuration of its environment – that is, the system is able to maintain itself and grow under specific circumstances (also note that a complex system may itself be considered as the environment to which its subsystems and units are adapted). However, changes in the environment can make a system unstable and lead to its disintegration. The way an adaptive system maintains itself in the face of changes is

[...] by counteracting perturbations before they become large enough to endanger the essential organization. This means that the system must be able to: 1) produce a sufficient variety of actions to cope with each of the possible perturbations (Ashby's 'law of requisite variety'); 2) select the most adequate counteraction for a given perturbation. (HEYLIGHEN, 2001, p. 15).

In the approach described by Heylighen, the concepts of variation and selection are provided with abstract definitions that apply to complex adaptive systems in general, and which subsume the concept of biological species adaptation. A system's possibilities for alternative actions must be numerous enough to provide the necessary variation, but limited and stable enough so that a choice (selection) between them can be effectively achieved. For this reason "[...] complex adaptive systems tend to reside on the 'edge of chaos', that is, in the narrow domain between frozen constancy (equilibrium) and turbulent, chaotic activity" (HEYLIGHEN, 2001, p. 16). 'Survival of the fittest', on this interpretation, refers to a situation where the environment itself 'selects' which actions of the system achieve a fit and which do not.

It is not difficult to imagine that an individual may be understood as adapting to his or her linguistic environment through lifelong processes of linguistic development. On the collective level, however, finding an appropriate linguistic analogy for system adaptivity is more difficult. It is clear from the discussion in the previous section that languages manifest the stability plus change that is typical of complex systems. But if languages adapt on the collective level, what is the environment they adapt to?

For the psycholinguists Christiansen and Chater (2008), language has adapted to the human brain. Arguing against the idea that an innate capacity for language could have evolved in humans through biological processes of natural selection, they claim that languages, considered on the collective level, came into being and continually change by adapting to their environment like biological species. In the case of languages, however, adaptation is a cultural process and not a biological one; the brains of human beings are the environment to which languages have adapted. For the authors,

[...] the structure of human language must inevitably be shaped around human learning and processing biases deriving from the structure of our thought processes, perceptuomotor factors, cognitive limitations, and pragmatic constraints. Language is easy for us to learn and use, not because our brains embody knowledge of language, but because language has adapted to our brains. (CHRISTIANSEN; CHATER, 2008, p. 490)

This argument may be expanded to include not only the brain, but the entire body as well, as scholars in the area of sign languages have pointed out (ARONOFF et al., 2008).

However, this argument is only concerned with the most constant aspect of the environment to which languages must adapt, that of the human body considered as a biological organism. The other aspect is that of the culturally situated daily activity of individuals, which is characterized by great variety and rapid change. In order to address the question of how languages can be thought of as adapting to this aspect of their environment, it will be useful to first consider how linguistics traditionally conceives of what languages are. However, it should be noted that, within linguistics, there is so far no consensus on this important point. For the purposes of this discussion, we shall briefly consider two conceptions of language that have been extremely influential, those of Saussure and Chomsky.

For Saussure (1986), language has both a social aspect (*langue*) and an individual aspect (*parole*). Saussure argues that linguistics should study *langue*, which is “the social part of language, external to the individual, who by himself is powerless either to create it or modify it” (SAUSSURE, 1986, p. 14). With regard to this aspect of language, Saussure says: “A language, as a collective phenomenon, takes the form of a totality of imprints in everyone’s brain, rather like a dictionary of which each individual has an identical copy” (SAUSSURE, 1986, p. 19). *Parole*, on the other hand, consists in acts of thought and speech which are “individual and ephemeral” (SAUSSURE, 1986, p. 19). Saussure believes that *parole*, which deals with individual psycho-physical processes, is too heterogeneous to be the object of a science of language.

Chomsky (1986) makes a distinction with a very different focus. For Chomsky, the proper object of linguistic study is I-language (“internalized”, “individual”), “the system of knowledge of language attained and internally represented in the mind/brain”, which is a product of innate capacity plus experience (CHOMSKY, 1986, p. 24). E-language (“externalized”), on the other hand, consists in “the actual or potential speech events (perhaps along with some account of their context of use and semantic content)” (CHOMSKY, 1986, p. 20). E-language, which Chomsky calls an “epiphenomenon at best” (1986, p. 25), includes collective phenomena such as historical change and socio-linguistic variation.

Despite their differences, it is common to both viewpoints that variation among individual speakers of a language – although acknowledged as existing – is not essential to defining specific languages or language in general. Furthermore, in both approaches, language systems are understood as grammatical and phonological structures isolated from their use in conversation and in specific contexts. Although the usage-based approaches mentioned earlier reject the strict distinction between language system and language use, such approaches are not necessarily incompatible with the notions of *langue* or I-language, and linguists who adopt usage-based perspectives differ in the degree to which they accept these concepts (CROFT, n.d.). However, regardless of these differences, a basic premise of usage-based approaches is that the hows and whys of individual acts of speech are essential to any explanation of what languages are. Usage-based approaches to language are thus compatible with complex systems theory for, among others, the following reason: from the complex systems perspective, although the individual units in a system may be ignored in the sense that macro-level processes can be described statistically and explained in terms of general principles of complex systems theory, it is still assumed that these processes have their basis on the micro-level in specific local interactions of the system’s units, and that these micro-level interactions also require explanation if the system as such is to be properly understood.

One of the great achievements of linguistics in the second half of the twentieth century is the discovery by researchers in the sociolinguistics field that variation among the speakers of a language is much more extensive than was formerly believed, and that there are systematic correlations between variant linguistic forms and social divisions based on age, social class, gender, and other groupings on smaller scales. However, the sociolinguistic perspective (at least in its North American form) generally sees socially-related variation as indicating that speakers within a social subgroup share a common language system (in the sense of *langue*) that differs from that of other subgroups, though perhaps only in certain rules or features. Thus, even in this area, in which empirical study in collaboration with community members is emphasized, “sociolinguists take an interest in

what people say not for their personal language behavior, but as individuals who may be chosen to represent collectivities (speech communities) that are assumed to exist. Sociolinguists are interested in ‘the most systematic form of the language,’ before it can be deflected by the messy details of human social organization” (KRETZSCHMAR, 2009, p. 10).

Given the above definition of adaptivity, it may be suggested that languages in some way or other have evolved a variety of responses (alternative forms, as seen in social, regional, and even individual variants found in a population) that are sufficient for a language system to maintain itself in the face of the variety of perturbations found in its environment (constant interaction among individuals); it also follows that there should exist some factor, whether inside or outside the language system, that selects adequate responses for given situations. This idea, however, is not in accord with the traditional notions of language system. For Chomsky, the systematic aspect of language is ultimately based on innate capacities. The notion of I-language denies that “external” factors such as conversational interaction and historical change are constitutive of language and essential to its definition. Saussure does not deny this fact, but assumes that *langue* can be defined and studied separately, and that individual differences are peripheral to the description of a language system; sociolinguistics accepts this Saussurean assumption in a refined fashion.

Therefore, in order to define language adaptation, a different definition of language is needed, one that not only supposes that micro-level interaction leads to the emergence of macro-level structures and processes, but one that connects observed variation in speech to the theoretical notion of variety and selection in complex adaptive systems. Kretzschmar (2009, 2015), working from the complex systems perspective, has made great progress in this direction with his “linguistics of speech” (i.e., of *parole*), in which languages are conceived of as consisting of features (sets of variant speech forms that share the same meaning); these variants, alternative ways of saying the same thing, flow through a population of speakers somewhat like genes in the gene pool of a biological species. Individual speakers ‘select’ variants in the sense that they choose to use them (or not) in given situations; the language system ‘selects’ variants only in the sense that, due to feedback effects within the language system network, a given variant may increase or decrease in frequency (or even disappear) within a population.

Kretzschmar (2009, 2015) demonstrates that feature variants display a scale-free “A-curve” (power law) distribution of frequency over geographic areas (i.e., there are very few highly frequent variants of a feature, and very many infrequent variants). The frequency distributions are scale-free in the sense that no matter the social grouping or the size of the area considered, the A-curve pattern remains constant even though the relative frequency of specific variants may differ among area or group samples. One consequence of this scale-free distribution of variants is that for any given point within a geographical area, an individual has a high probability of using the same highly frequent variants as his or her neighbors. Among individuals, this creates the impression that they speak a dialect particular to their region, and that people from other regions speak different dialects. However, regional differences among individuals are in fact a matter of gradual differences between adjacent local networks of speakers. Variants of a given feature are not found in neat compact geographical areas, nor do groups of different features share geographical distribution. An essential aspect of language dynamics is missed if one assumes that the most frequent variants found within a certain geographical region (of any

size) are indicators of a supposed common language system in that area. Kretzschmar (2009) notes that, by considering the most common variants as the systematic or normal ones, a linguist could possibly end up producing a description of a language that nobody actually speaks.

The definition of adaptation stated earlier, as it applies to languages, may now be reconsidered. Selection, in terms of a language system (as opposed to selection of variants by individual speakers), may be thought of a process of survival of the fittest in an abstract sense. The environment external to the language system can be considered as the sum of the variety of situations in which the everyday language use of all speakers is situated; as Bernárdez (2008, p. 143-144) has observed “the constantly varying conditions of interaction, the basis of linguistic use, have variation as their immediate, inescapable consequence”. Selection – that is, whether or not a variant propagates in a language network – depends on feedback processes within networks of speakers in which individual choices are heavily influenced by the choices of others. In this sense, it is a supra-individual process.

However, the concept of language adaptation still requires a definition of linguistic variation that is analogous to the systems theoretical concept of a variety of alternative actions available to a system. It is clear that there is much variation in languages, that conscious or unconscious innovations are a byproduct of the daily use of language, that speakers can make use of variations for their own purposes, and that the comparative frequency of variants of linguistic features may be expressed as A-curves (power laws). The question remains open as to how these facts fit in with the idea that a collective language system *must itself produce a variety of actions that maintain the stability of the system in the face of perturbations*. The development of clear and specifically language-related concepts of perturbation and variety of action would perhaps allow for the definition of a clear systems theoretical notion of language adaptation.¹ An important aspect of such a definition is that it would free the notion of language adaptation from metaphors taken from other disciplines, such as biology or economics.

Concluding remarks: the relevance of complexity theory for linguistics

The interrelatedness of systems concepts, when applied to language, brings a unity and coherence to the heterogeneous facts that Saussure believed could not be practically dealt with in a single science. By thinking of an individual speaker as both a complex system and an interacting unit in a greater dynamic system with emergent properties, it is possible to see the overall connections between individual language use, conversational interaction, social and regional variation, and language change. Researching these connections from the complexity perspective requires interdisciplinary collaboration, but the basic theoretical framework of complexity theory provides common ground for such ef-

¹ What Larsen-Freeman and Cameron say with regard to concepts in applied linguistics is directly relevant to the development of a clear concept of language adaptivity:

If we claim, for example, that ‘interlanguage is a complex system’, do we mean that interlanguage fulfils the criteria for being a complex system or that interlanguage is metaphorically like a complex system? What we need to be able to do, if complexity theory is to move past its metaphorical and bridging role, is to develop a field-specific classification: i.e. we need to be able to answer that question using criteria defined for the field of applied linguistics. (LARSEN-FREEMAN; CAMERON, 2008, p. 15).

forts. Applying complexity theory in linguistics has also opened up the possibility of creating a new definition of language that puts results from diverse language-related sciences into perspective, instead of artificially excluding them or forcing them into categories developed for other purposes.

Complex systems theory has shown itself to be a productive source of new ideas for linguistics. If one accepts the basic idea that languages are complex systems comprised of dynamically interacting units, then complexity theory becomes a basis on which predictions about language can be made. It can be predicted, for example, that networks of speakers have the properties of complex networks, that the control of their dynamics is distributed and decentralized, that they have emergent properties, and that they display processes of reciprocal causation and feedback. Adaptivity is an additional property of (some) complex systems that languages may be predicted to have. Arguments that languages have these properties have been presented above in a very general fashion. Specific predictive hypotheses that have been modeled and empirically tested are discussed in many of the bibliographic references given below.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

ARONOFF, M.; MEIR, I.; PADDEN, C.; SANDLER, W. Open peer commentary: language is shaped by the body. *Behavioral and brain sciences*, v. 31, n. 5, p. 509-511, 2008.

BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; CHRISTIANSEN, M. H.; CROFT, W.; ELLIS, N. C.; HOLLAND, J.; KE, J.; LARSEN-FREEMAN, D.; SCHOENEMANN, T. Language is a complex adaptive system: position paper. *Language Learning*, v. 59, s. 1, p. 1-26, 2009.

BERNÁRDEZ, E. Collective cognition and individual activity: variation, language and culture. In: FRANK, R. M. et al. (eds.). *Body, Language and Mind*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 137-166.

BOECKX, C. *Elementary Syntactic Structures*. Cambridge: Cambridge University, 2014. 222 p.

CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger, 1986. 307 p.

CHRISTIANSEN, M. H.; CHATER, N. Language as shaped by the brain. *Behavioral and brain sciences*, v. 31, n. 5, p. 489-509, 2008.

CROFT, W. *Grammar: functional approaches*. n. d. Available at: <<http://www.unm.edu/~wcroft/Papers/Functionalism-IESBS2ed.pdf>>. Accessed on: 4 Oct. 2015.

_____. *Explaining Language Change*. Harlow: Longman, 2000. 287 p.

DE BOT, K.; LOWIE, W.; THORNE, S. L.; VERSPOOR, M. Dynamic systems theory as a comprehensive theory of second language development. In: MAYO, M. et al. (eds.). *Contemporary Approaches to Second Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 199-220.

DE BOT, K. The end of psycholinguistics as we know it? It's about time! In: JUDIT, N. et al. (eds.). *Mentális folyamatok a nyelvi feldolgozásban* (Mental Procedures in Language Processing). Budapest: Tinta Könyvkiadó, 2012. p. 10-19.

- EASLEY, D., KLEINBERG, J. *Networks, Crowds, and Markets*. Cambridge: Cambridge University, 2010. 744 p.
- EHALA, M. Self-organization and language change. *Diachronica*, v. 13, n. 1, p. 1-28, 1996.
- FAGYAL, Z.; SWARUP, S.; ESCOBAR, A. M.; GASSER, L.; LAKKARAJU, K. Centers, peripheries, and popularity: the emergence of norms in simulated networks of linguistic influence. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v. 15, n. 2, p. 81-90, 2010.
- FRAN, R. M.; GONTIER, N. On constructing a research model for historical cognitive linguistics (HCL): some theoretical considerations. In: WINTERS, M. E. et al. (eds.). *Historical Cognitive Linguistics*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p. 31-69.
- HEYLIGHEN, F. The science of self-organization and adaptivity. In: *Encyclopedia of Life Support Systems*. v. 5. Paris: EOLSS Publishers, 2001. p. 253-280.
- _____. Complexity and Self-Organization. In: BATES, M. et al. (eds.). *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. New York: Taylor & Francis, 2009. p. 1215-1224.
- JAKOBSON, R. *On language*. Cambridge: Harvard, 1990. 560 p.
- KELLER, R. *On Language Change: The Invisible Hand in Language*. London: Routledge, 1994. 196 p.
- KÖHLER, R.; ALTMANN, G. Aims and methods of quantitative linguistics. In: ALTMANN, G. et al. (eds.). *Problems of Quantitative linguistics*. Černivci: Ruta, 2005. p. 12-41.
- KÖHLER, R. Synergetic linguistics. In: KÖHLER, R. et al. (eds.). *Quantitative Linguistik/Quantitative linguistics: ein internationales Handbuch/an international handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2005. p. 760-774.
- KRETZSCHMAR, W. A. *The Linguistics of Speech*. Cambridge: Cambridge University, 2009. 296 p.
- _____. *Language and Complex Systems*. Cambridge: Cambridge University, 2015. 242 p.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. v. 2. Social Factors. Oxford: Blackwell, 2001. 592 p.
- LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. *Complex Systems and Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University, 2008. 287 p.
- MAC WHINNEY, B.; O'GRADY, W. (eds.). *The Handbook of Language Emergence*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015. 656 p.
- MINNETT, J. W.; WANG, W. S. Modelling endangered languages: the effects of bilingualism and social structure, *Lingua*, v. 118, n. 1, p. 19-45, 2008.
- MUFWENE, S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University, 2001. 276 p.
- MÜHLENBERND, R.; QUINLEY, J. Signaling and simulations in sociolinguistics. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, v. 19, n. 1, p. 129-138, 2013.

NARANAN, S.; BALASUBRAHMANYAN, V. Power laws in statistics and related systems. In: KÖHLER, R. et al. (eds.). *Quantitative Linguistik/Quantitative linguistics: ein internationales Handbuch/an international handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2005. p. 716-738.

RACZASZEK-LEONARDI, J. Multiple systems and multiple time scales of language dynamics: coping with complexity. *Cybernetics and Human Knowing*, v. 21, n. 1-2, p. 37-52, 2014.

SAMPSON, G.; GIL, D.; TRUDGILL, P. (eds.). *Language Complexity as an Evolving Variable*. Oxford: Oxford University, 2009. 336 p.

SAUSSURE, F. *Course in General Linguistics*. Chicago: Open Court, 1986. 236 p.

WEDEL, A. Self-organization in phonology. In: VAN OOSTENDORP, M. et al. (eds.). *The Blackwell Companion to Phonology: Suprasegmental and Prosodic Phonology*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 130-147.

WILDGEN, W.; BRANDT, P. (eds.). *Semiosis and Catastrophes: René Thom's Semiotic Heritage*. Bern: Peter Lang, 2010. 185 p.

ZUIDEMA, W.; DE BOER, B. Modelling in the language sciences. In: PODESVA, R. et al. (eds.). *Research Methods in Linguistics*. Cambridge: Cambridge University, 2013. p. 422-439.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 24/05/2016

Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas

Bruna Soares Polachini

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
bpolachini@gmail.com

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
smdanna@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.800>

Resumo

No início do século XIX, emerge uma gramaticografia brasileira do português, mas é apenas no final do século que dados sintáticos típicos de um português falado no Brasil ganham relevância nessas obras. No mesmo período, ocorre uma ruptura teórico-metodológica em benefício de uma corrente que prezava particularidades e comparação entre línguas. Esta nova orientação rompia com uma abordagem filosófica de estudo das línguas. Neste trabalho, procuramos observar as obras já analisadas por Coelho, Danna e Polachini (2014) por outro ângulo. Nosso objetivo é realizar um detalhado estudo dos dados linguísticos selecionados pelos gramáticos no tratamento que deram à sintaxe em suas obras, e verificar se a presença de PB, já observada no estudo mencionado, relaciona-se com uma mudança mais geral na seleção de dados das obras.

Palavras-chave: historiografia linguística; gramáticas brasileiras do português; português brasileiro; sintaxe.

Syntactic Data of Brazilian Portuguese in Brazilian Grammar Books from the 1800s

Abstract

In the early 1800s, there was a study on the Brazilian Portuguese grammar, but it was only at the end of the century that typical syntactic data of the language spoken in Brazil acquired significance in these studies. On the same occasion, there was a theoretical-methodological disruption that gave rise to a stream that valued the particularities and comparisons among languages. This new orientation disrupted the philosophical approach on language studies. Thus, this paper seeks to observe the studies already analyzed by Coelho, Danna and Polachini (2014) on a different perspective. Its goal is to elaborate a detailed study about the linguistic data selected by grammarians when handling syntax in their grammar books, and to examine if the presence of Brazilian Portuguese, already observed in the above-mentioned study, is related to a more generic change in the selection of data for these books.

Keywords: linguistic historiography; brazilian portuguese grammar; brazilian portuguese; syntax.

1. Introdução

Como sabemos, na primeira década do século XIX, emerge uma gramaticografia brasileira do português (cf. NASCENTES, 1939; ELIA, 1975, CAVALIERE, 2001). É também nesse século que passa a haver interesse na distinção entre a língua portuguesa falada no Brasil e a língua portuguesa falada em Portugal. Pinto (1978) ressalta publicações que, ao longo do século XIX, dissertaram sobre essa distinção, algumas com

viés romântico e nacionalista, outras com interesse científico, próprio dos estudos sobre a linguagem da época. Coelho (2003, 2008) e Vidal Neto (2010), por exemplo, estudam lexicógrafos e um gramático que tiveram essa preocupação. Coelho, Danna e Polachini (2014) fizeram uma varredura em nove gramáticas oitocentistas e em um conjunto de artigos já novecentistas de Said Ali, a fim de observar menções ao português brasileiro (doravante PB) nas obras. No artigo, as autoras dividiram os fenômenos que os gramáticos referenciavam como próprios de um português brasileiro em quatro categorias: *fonéticos*, *morfológicos*, *lexicais*, *sintáticos* e *gerais*¹, como vemos na tabela adiante (cf. COELHO; DANNA; POLACHINI, 2014, p.121-122).

Tabela 1. Quantificação e distribuição de dados do PB presentes em textos gramaticais brasileiros do século XIX

FENÔMENOS	Fonéticos	Morfológicos	Lexicais	Sintáticos	Gerais	TOTAL
OBRAS						
Morais Silva (1806)	0	0	0	1	0	1
Coruja (1835)	0	0	0	0	0	0
Sotero dos Reis (1866)	0	0	0	0	0	0
Carneiro Ribeiro (1877)	3	0	4	2	0	9
Ribeiro (1881)	4	1	0	13	0	18
Pacheco e Lameira (1887)	3	3	6	3	3	18
Ribeiro (1889[1887])	1	0	3	1	2	7
Carneiro Ribeiro (1890)	3	0	4	2	0	9
Maciel (1902[1894])	2	2	4	5	0	13
Said Ali (1919[1908])	1	0	0	1	1	3

Como podemos observar na Tabela 1, os dados sintáticos revelaram-se em maior número e, por hipótese, poderiam constituir um material potencialmente interessante de análise, visto que, de acordo com alguns estudos, a gramaticografia brasileira do português passaria por uma ruptura teórica e metodológica no final do século XIX (cf. NASCENTES, 1939; ELIA, 1975; CAVALIERE, 2001; POLACHINI, 2013). É de conhecimento geral que até o último quartel desse século, as gramáticas brasileiras se aproximavam da tradição da *grammaire générale* francesa. Assim, ainda que o objeto de análise fosse uma língua particular (o português, no caso) este estudo se dava por meio da pressuposição de que, sendo a língua expressão do pensamento, ela estava ancorada em princípios gerais para todas as línguas. No final do século, a gramática brasileira passou a ser influenciada por estudos que prezavam a língua manifestada, procurando compará-la com outras línguas ou estágios mais antigos da própria língua, a fim de descobrir sua procedência genética. Destarte, a ruptura ocorrida provocou uma inversão de interesse, visto que o foco dessa última corrente era a língua manifestada e suas particularidades, em vez de sua adaptabilidade a um modelo geral. Esta mudança teórico-metodológica poderia ser parte das justificativas do aumento de fenômenos ditos como próprios de um português falado no Brasil nessas obras (cf. VIDAL NETO, 2010; POLACHINI, 2013).

Neste trabalho, procuramos, portanto, observar as obras já analisadas por Coelho, Danna e Polachini (2014) por outro ângulo. Primeiramente, selecionamos apenas o

¹ Na categoria *fenômenos gerais*, as autoras do trabalho buscaram reunir aqueles fatos linguísticos que não foram especificados por meio de dados nem, tampouco, pelo nível de articulação.

tratamento da sintaxe das obras. Em segundo lugar, nosso objetivo nesse trabalho foi ver os tipos de dados/exemplos² selecionados para o tratamento da sintaxe em geral, não apenas no que diz respeito aos dados referidos como PB. Portanto, procuramos fazer um detalhado estudo dos dados linguísticos selecionados pelos gramáticos para o tratamento da sintaxe nas gramáticas supracitadas e verificar se a presença tardia de PB neste tratamento, já observada no estudo anterior, relaciona-se com uma mudança mais geral na seleção de dados das obras.

2. Metodologia

Como mencionamos acima, nossa análise tem os mesmos materiais do trabalho de Coelho, Danna e Polachini (2014). Entretanto, selecionamos analisar apenas as seções ou artigos destas obras que se referiam ao tratamento da sintaxe. No quadro adiante, explicitamos os materiais e seções analisadas.

Quadro 1. Textos e seções analisadas

GRAMÁTICA	SEÇÃO ANALISADA
Morais Silva (1806) <i>Epitome da GrammaticaPortugueza</i>	Syntaxe
Coruja (1835) <i>Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense</i>	Syntaxe
Sotero dos Reis (1866) <i>Grammatica portuguesa accommodada aos princípios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica</i>	Syntaxe
Carneiro Ribeiro (1877) <i>Gramática portuguesa philosophica</i>	Phraseologia
Ribeiro (1881) <i>Grammatica Portugueza</i>	Syntaxe
Pacheco e Lameira (1887) <i>Grammatica da Lingua Portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes</i>	Lições 29-46 ³
Ribeiro (1889[1887]) <i>Grammatica portugueza: 3º anno</i>	Lições XXIX-XLVI
Carneiro Ribeiro (1890) <i>Serões Gramaticais ou Nova Grammatica Portugueza</i>	Phraseologia
Maciel (1902[1894]) <i>Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas</i>	Syntaxologia
Said Ali (1919[1908, 1895]) <i>Difficuldades da Língua Portugueza</i>	Collocação dos pronomes pessoaes regidos de infinitivo ou gerúndio [p.29-48], Collocação dos pronomes pessoaes regidos de formas verbaes finitas [p.49-84], O infinitivo pessoal [p.85-120], Verbos sem sujeito [p.121-139]

Optamos por analisar somente os dados linguísticos baseando-nos na proposta de Swiggers (2004), de que no conteúdo linguístico pode-se distinguir quatro *dimensões* ou

² Neste artigo, estamos considerando dados (linguísticos) e exemplos como sinônimos.

³ Os capítulos chamam-se “lições” porque dizem respeito ao Programa de Estudos para os Exames de Língua Portuguesa redigido por Fausto Barreto para o Colégio Pedro II, em 1887. Nele, havia 46 pontos das diversas matérias gramaticais, os quais foram seguidos à risca na distribuição do conteúdo de algumas gramáticas, como as de Pacheco e Lameira (1887) e Ribeiro (1889) (cf. RIBEIRO, 2007).

capas: a *capa teórica*, que é correspondente à visão global da linguagem e concepção das tarefas e do estatuto dos estudos linguísticos; a *capa técnica*, relativa a técnicas de análise e métodos de apresentação dos dados; a *capa documental*, definida por Swiggers como a documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes de dados, por exemplo) sobre o qual se baseia o estudo linguístico; e a *capa contextual*, que diz respeito aos aspectos contextuais e institucionais que podem ter impacto sobre a produção linguística estudada. A proposta tem como um de seus objetivos tornar rupturas mais relativas. Assim, num momento de transição, algumas capas poderiam ser modificadas enquanto outras não. Reforçamos que nosso objetivo, neste trabalho, porém, não é o de compreender essa mudança por completo, mas apenas entender o funcionamento da *capa documental* nas gramáticas selecionadas.

Polachini (2013) demonstra que a *capa documental* pode ser um importante indício de mudança técnica e teórica, pois, muito embora haja capas específicas para essas outras duas dimensões do conhecimento linguístico, em alguns casos as mudanças acontecem conjuntamente. Algumas gramáticas, por exemplo, podem apresentar dados de língua manifestada, relacionando-os com dados de língua mental; outras podem apresentar dados de fontes literárias ou relacionadas a um determinado grupo social. Há, ainda, aquelas que enfatizam que a língua de séculos atrás não é a mesma daquela que é contemporânea ao gramático. Esses diferentes modos de referir e selecionar seu objeto de estudo podem ser índices, por exemplo, de que a gramática preconiza a língua enquanto expressão de processos mentais, enquanto uso, enquanto organismo em mutação, ou ainda enquanto uma linguagem sobretudo literária.

A autora estudou justamente o tratamento da sintaxe em algumas das obras que foram, posteriormente, também analisadas por Coelho, Danna e Polachini (2014). A partir dos dados linguísticos encontrados nas seções de tratamento da sintaxe das gramáticas, Polachini (2013) distinguiu cinco categorias, as quais utilizaremos de forma similar, mas adaptada, neste trabalho de mapeamento dos dados das gramáticas. Incluímos ainda uma sexta categoria, relativa a dados de um português de períodos anteriores. No trabalho de Polachini (2013), as gramáticas analisadas não apresentavam esse tipo de dados. Por sua vez, no artigo de Coelho, Danna e Polachini (2014) não se estava buscando por esse tipo de dado, mas apenas por informações do PB. Neste artigo, entretanto, como procuramos observar um viés teórico e técnico por meio da *capa documental*, importa-nos ver, também, até que ponto os gramáticos se atentaram a apresentar e assumir dados do português como de outros períodos que não o contemporâneo deles.

Assim, neste trabalho, os dados linguísticos levantados em cada obra foram categorizados da seguinte forma: (1) *Referência literária explícita*, e, neste caso, de que literatura, isto é, se é portuguesa ou brasileira e também de que séculos são essas literaturas, exceto nos casos em que a referência literária era mero documento histórico, o que enquadra o dado na categoria (5); (2) *Fala cotidiana* (como é o caso das citações que autores fazem, como regional do Brasil, do Brasil como um todo, Portugal, ou mesmo, das colônias); (3) A denominada *língua lógico-elíptica* que, diferente das duas anteriores, não tem uma referência explícita. São exemplos em que o autor ou corrige ou modifica uma sentença por meio da expressão “isto é”. Em geral, as correções são feitas com base na inclusão de um elemento que estava antes implícito (ou elíptico) ou de uma paráfrase da proposição (cuja estrutura era em geral fixa: sujeito-cópula-atributo) em que uma parte anteriormente elíptica é explicitada (ex.: [O mundo] há homens). (4) *Língua distinta do português descrito pela obra*, como o latim, bastante frequente, ou mesmo o francês, inglês, e outras línguas; (5) *Português de períodos anteriores*, em que o autor assume que aquele exemplo é referente a um português não contemporâneo ao seu, sendo

que muitas vezes esses dados vêm atrelados a uma referência literária explícita – entretanto, tendo em conta que estas eram mais documentos representativos da língua do que referência para o uso, colocamos esse tipo de dado nesta categoria e não na categoria (1); (6) *Genérica*, em que tratamos de dados que não se encaixam em nenhuma das quatro categorias anteriores. Neste último caso, o critério é a ausência de referência.

3. Análise

É notável que algumas obras recheiem suas páginas de exemplos, ao passo que outras preocupem-se mais com explicações teóricas. Por conta disso, iniciamos a análise proposta observando o número de exemplos apresentados nas obras e o número de páginas destinado ao tratamento da sintaxe delas. Este levantamento resultou em dados numéricos que apresentamos na Tabela 2.

Tabela 2: Quantidade de exemplos por obra.

	Exemplos	Páginas	Ex./Pág.
Morais Silva (1806)	600	39	15
Coruja (1873[1835])	155	21	7
Sotero dos Reis (1866)	513	103	5
Carneiro Ribeiro (1877)	702	78	9
Ribeiro (1881)	1382	93	15
Pacheco & Lameira (1887)	990	118	8
Ribeiro (1889)	909	103	9
Carneiro Ribeiro (1890)	1546	130	12
Maciel (1902[1894])	1036	108	10
Said Ali (1919[1908])	554	110	5

A Tabela 2 apresenta, em sua primeira coluna, as obras analisadas nesta pesquisa. Em seguida, encontra-se o número total de exemplos presentes na obra e, ao lado, a quantidade de páginas que cada obra contém. Por fim, a última coluna expõe o resultado da divisão entre a quantidade de exemplos e a de páginas de cada material, possibilitando-nos visualizar uma média de exemplos por página.

Vemos que há textos com mais exemplos, enquanto outros não utilizaram tanto este recurso. Em outras palavras, notamos que nem todas as obras dão o mesmo espaço para exemplos. Segundo esta tabela, Coruja (1873[1835]) e Said Ali (1919[1908]), portanto, não recorriam tanto aos exemplos, se comparados com Morais Silva (1806) e Ribeiro (1881).

A escolha por apresentar mais ou menos exemplos nas obras revela-se, neste conjunto de textos, mais uma estratégia pessoal de cada autor, do que uma exigência ligada a uma vinculação teórico-metodológica dos autores. Tanto os estudiosos que mais utilizaram exemplos, quanto os que menos utilizaram, pertencem a orientações teórico-metodológicas diferentes, isto é, autores vinculados a uma abordagem filosófica da língua, como Morais Silva (1806) e Coruja (1873[1835]) não seguem uma única tendência: o primeiro insere mais que o dobro de dados que o segundo em seu texto gramatical. O mesmo fato ocorre entre Maciel (1902[1894]) e Said Ali (1919[1908])⁴, que já adotavam um tratamento vinculado a uma perspectiva histórico-comparativa dos estudos linguísticos.

⁴ Para mais informações sobre o tratamento linguístico realizado por Said Ali nestes textos, conferir a dissertação de mestrado de Danna (2014).

Os exemplos da Tabela 2 foram classificados nas seis categorias descritas na seção 2, Metodologia. Reunimos, agora na Tabela 3, a quantidade de exemplos a que chegamos, após categorizá-los.

Tabela3: Quantidade de exemplos (e suas porcentagens) por categoria.

	Referência Literária	Fala Cotidiana	Língua Lógico-Elíptica	Línguas Diversas	Português de períodos anteriores ⁵	Língua Genérica
Morais Silva (1806)	160 (26,7%)	2 (0,3%)	45 (7,5%)	5 (0,8%)	-	388 (64,7%)
Coruja (1873[1835])	-	-	14 (9%)	-	-	141 (91%)
Sotero dos Reis (1866)	3 (0,6%)	-	51 (9,8%)	5 (0,9%)	-	454 (88,7%)
Carneiro Ribeiro (1877)	173 (24,6%)	3 (0,4%)	9 (1,3%)	26 (3,7%)	-	491 (70%)
Ribeiro (1881)	37 (2,7%)	16 (1,2%)	10 (0,7%)	52 (3,8%)	15 (1,0%)	1252 (90,6%)
Pacheco & Lameira (1887)	202 (20,4%)	21 (2,1%)	4 (0,4%)	121 (12,2%)	82 (8,3%)	560 (56,6%)
Ribeiro (1889)	47 (5,1%)	15 (1,7%)	-	35 (3,9 %)	62 (6,8 %)	750 (82,5%)
Carneiro Ribeiro (1890)	366 (23,7%)	38 (2,5%)	25 (1,5%)	65 (4,2%)	24 (1,6%)	1028 (66,5%)
Maciel (1902[1894])	651 (62,8%)	18 (1,8%)	-	-	-	367 (35,4%)
Said Ali (1919[1908])	343 (61,9%)	9 (1,6%)	18 (3,2%)	20 (3,6%)	17 (3,2%)	147 (26,5%)

Na Tabela 3, listamos inicialmente as obras. Nas demais colunas que se seguem, estão os resultados quantitativos representados em números absolutos e percentuais. Assim, como exemplificação, em Morais Silva (1806), encontramos 160 exemplos de *referência literária*, o que corresponde a 26,7% de todos os exemplos levantados nesta obra. Encontramos apenas 2 de *fala cotidiana*, 45 de *língua idealizada*, 5 de *línguas diversas* do português, nenhum dado de *português de períodos anteriores* e 388 de *língua genérica (sem referência)*.

A análise global dos dados da Tabela 3, considerando tanto os números absolutos, quanto os percentuais, revela que Morais Silva (1806), Maciel (1902) e Said Ali (1919[1908]) apresentam muitos exemplos com *referência literária*, isto é, provenientes de obras da literatura lusófona. Ressaltamos, no entanto, que os autores usam a *referência literária* de forma diversa. Em Maciel (1902[1894]) e Said Ali (1919[1908]), há exemplos literários de obras publicadas em séculos diversos (desde o século XVI até o XIX). Dados provenientes de textos de Luís de Camões (1524-1580), Alexandre Herculano (1810-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864) estão presentes nestas exemplificações. Lembrando-nos que Dias é brasileiro, é importante observar que nestas obras do final do século XIX e início do século XX, os dados literários brasileiros ganham espaço. Já Morais Silva (1806) apresenta apenas autores portugueses e dos séculos XVI e XVII, como Fernão Mendes Pinto (1524-1583) e o próprio Camões.

⁵ Desses, tinham referência literária: Ribeiro (1881) 9; Pacheco e Lameira (1887) 61; Ribeiro (1889) 35; Carneiro Ribeiro (1890) 11; Said Ali (1919[1908]) 3.

Em relação a este critério, colocamo-nos um questionamento sobre as categorias estabelecidas. Por exemplo, ao analisar as *Noções de grammatica portuguesa* (1887), de Pacheco e Lameira, e a *Grammatica Portugueza* (1889), de João Ribeiro, vimos que os gramáticos apresentam dados de Luís de Camões, Fernão Lopes (1380/90-1460) e de Antônio Vieira (1608-1697) como documentos de um português mais antigo, que hoje é desusado, os quais se enquadrariam na categoria (5), de *português de períodos anteriores*. Seria possível, dessa maneira, usar a literatura não apenas para justificar um uso canônico, mas também como registro de um uso mais antigo, que deixou de existir. Outras gramáticas apresentam esse recurso, como enfatizamos na nota de rodapé número 5.

Nos dados de *referência literária*, Maciel (1902[1894]) não trata de mudanças da língua portuguesa que poderiam ter sido registradas por meio de exemplos de obras distintas e distantes no tempo. Já nos textos de Júlio Ribeiro (1881), Pacheco e Lameira (1887), João Ribeiro (1889) e Said Ali (1919[1908]), os exemplos evidenciariam tanto permanências como mudanças de um determinado uso ao longo dos anos. Por outro lado, Moraes Silva (1806) e também Carneiro Ribeiro (1890), eventualmente, citam fragmentos da literatura para comprovar que o uso da língua portuguesa estaria equivocado até mesmo entre o grupo dos usuários considerados “cultos”⁶.

Os nossos melhores escritores, todavia, nem sempre observaram esta regra, variando o vocábulo meio em casos em que como adverbio devia ele ficar invariavel; o que se vê nos seguintes exemplos: ‘*Iam caçados da briga e meios mortos de medo*’ [...]. (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p.257)

Com relação aos exemplos de *fala cotidiana*, observamos que esta categoria de dados ganha mais espaço nas obras gramaticais ao longo do século, ainda que não seja o tipo de exemplo mais usado pelos autores. Embora a porcentagem seja pouco expressiva, os exemplos de fala cotidiana proporcionam ao leitor das gramáticas conhecer alguns aspectos dos falares informais de portugueses e brasileiros: “Duas frases se conhecem em Portugal em que o pronome atono occupa indubitavelmente o primeiro lugar do discurso: *t’arrenego e me melem se*. Fazem parte do falar do povo.” (SAID ALI, 1919[1908], p.78). Ademais, a apresentação desse tipo de exemplo pode ser relacionada ao interesse maior por dados manifestados e particularidades linguísticas, o qual se torna cada vez maior com a influência de métodos provenientes de uma orientação histórico-comparativa.

Ao contrário do que vimos com os exemplos da *fala cotidiana*, os dados de *língua lógico-elíptica* tornam-se cada vez menos frequentes no final do século XIX, na medida em que esse tipo de dado perde relevância juntamente com a queda do modelo da *grammaire générale* francesa, que, como já comentamos anteriormente, preconizava a descrição linguística por meio da relação desta com procedimentos gerais do pensamento. A reformulação de períodos e a explicitação da estrutura abstrata de uma frase (por meio de expressões como “isto é”, “quer dizer”, entre outros) são estratégias recorrentes neste tipo de exemplificação, como verificamos nos fragmentos a seguir.

(01) Quando veis? i. édize me o tempo, quando veis. (MORAES SILVA, 1806, p. 84)

⁶ Ressaltamos que Carneiro Ribeiro (1877, p. 393, 396-397) já apresentava, em alguns poucos momentos, dados retirados de textos de séculos anteriores, como de Fernão Lopes e de João de Barros, dizendo que seguiam uma regra, mas que “hoje” a maior parte dos gramáticos apresentariam outra regra. Diferentemente das outras gramáticas, não assume, entretanto, que aqueles dados seriam “desusados” ou referentes a um “português antigo”, portanto, não o colocamos na categoria (5), de português de períodos anteriores.

- (02) Ha homens” [...] subentende-se *A terra* (CORUJA, 1873[1835], p. 76)
- (03) Fui á capital do orbe christão *que* ha muito desejava visitar; isto é, *porque* ha muito *a* desejava visitar (SOTERO DOS REIS, 1866, p. 212)
- (04) <<Pedro ama>><<ama>> decompõe-se em <<é amante>> (RIBEIRO, 1881, p. 194)

A Tabela 3 ainda nos mostra que os exemplos de *línguas diversas* - ou seja, de línguas diferentes do português- não tinha praticamente espaço nas gramáticas do início do século XIX. Contudo, este tipo de dado ganha importância ao longo do século, de modo semelhante ao que acontece com os exemplos de *fala cotidiana*. A diferença, entretanto, é que, proporcionalmente, os exemplos de *línguas diversas* cresceram mais do que os exemplos de *fala cotidiana*, o que pode ser um indício da preocupação destes autores, que buscariam fazer uma análise comparativa entre o português e demais línguas ou com estágios anteriores do português.

O português*), ao contrario do castelhano e do italiano, tem como regra não principiar o discurso pelo pronome atono. Dizemos: *Praz-me saber, Coutou-lhe que...* ao passo que entre os hespanhoes são correntes frases como *Le mandó que viniese, Me gusta*, e entre os italianos *Mi dispiace, Mi favedere.*” (SAID ALI, 1919[1908], p. 29-30)

Assim, como vemos no fragmento acima, a maioria dos exemplos de língua estrangeira é de línguas latina ou neolatinas. No entanto, é possível encontrar exemplos do alemão e até de dialetos escandinavos em Pacheco e Lameira (1887) e Said Ali (1919[1908]): “Este caso particular observa-se nas orações existenciaes *ha homens, il y a des maisons, il est des hommes*, ou no alemão *es gibt Menschen* (literalmente: elle dá homens).” (SAID ALI, 1919[1908], p. 134).

Os exemplos de *português de períodos anteriores* aparecem apenas no final do século, período em que o impacto das técnicas da gramática histórico-comparativa emergia e se tornava, paulatinamente, mais intenso. Esses dados dão ao leitor uma dimensão histórica da língua, como se ela estivesse em constante mudança, a qual poderia ser documentada, muitas vezes, por meio de textos do passado, como mostram os dados frequentemente referenciados. Os autores que usam desse recurso com mais frequência são Pacheco e Lameira (1887) e Ribeiro (1889).

O PARTICIPIO PASSADO, no português antigo, sempre que vinha construído com o verbo *ter* (e *ser*) e – ainda no Sec. XVI –, concordava com o sujeito do verbo em genero e numero: -- *bom servidor e leal nos serviços que lhe tinha* feitos (F. Lopes). E *do Jordão a areia tinha* vista (Cam.); *votos que tinha* feitos; *quantas culpas tinham* cometidas (F. Mendes), etc. (PACHECO; LAMEIRA, 1887, p. 465-466)

Finalmente, observamos que os dados de língua genérica (sem referência) são a grande maioria em quase todos os gramáticos, exceto por Maciel (1902) e Said Ali (1919[1908]). A diminuição de exemplos sem referência nestas duas últimas obras de reflexão gramatical selecionadas parece mostrar que, no final do século XIX e início do século XX, o fazer gramatical tenderia a estar embasado em análise de dados observáveis e registrados em textos literários.

4. Resultados

A análise realizada permitiu a verificação de algumas tendências, presenças e ausências nos tipos de dados identificados nas obras selecionadas. Em maior detalhe,

referimo-nos: a) à escassez de exemplos de *língua lógico-elíptica* nas obras após meados do século XIX; b) à preferência, pelos gramáticos, por inserir em suas obras tanto exemplos de *língua genérica* (sem referência), quanto exemplos com *referência literária* de obras renomadas da cultura luso-brasileira; c) ao aumento do número de exemplos de *fala cotidiana* e de *línguas diversas* nas obras ao longo do século XIX; d) ao surgimento e aumento da presença de exemplos de *português de outros períodos* nas últimas duas décadas do século.

Os exemplos sintáticos, portanto, dão indícios de que os autores, ao longo do século XIX, metodologicamente: i) excluíram dados elípticos ou lógicos, não observáveis, relacionados a uma orientação filosófico-especulativa, como a *grammaire générale*; ii) priorizaram a análise de dados observáveis, muitos deles presentes em obras consideradas clássicas da literatura luso-brasileira ou mesmo de *fala cotidiana*, referindo-se ao uso; e iii) passaram a aproximar fenômenos do português a de outras línguas e também ao português antigo. Estes indícios parecem alinhar-se, portanto, a uma metodologia própria dos estudos histórico-comparativos.

Considerando-se, portanto, que os resultados do trabalho de Coelho, Danna e Polachini (2014) demonstram que as gramáticas começam a apresentar números significativos de fenômenos sintáticos especificados como um português falado no Brasil nas duas últimas décadas do século XIX, e que nesse mesmo momento vemos um paulatino aumento da análise de *línguas diversas*, da *fala cotidiana*, e, em alguns casos, de *referência literária*, pode-se relacionar o aumento de dados sintáticos de PB com uma mudança no tipo de dado selecionado pelos autores. Eles parecem, minimamente, trocar aqueles dados que apresentavam uma *língua lógica-subjacente* por outros diversos tipos, supracitados, que ratificam a análise da língua manifestada. Mais especificamente, é possível também fazer uma relação direta entre o aumento de *fala cotidiana* e o aumento de dados do PB, já que este tipo de dado estaria dentro do conjunto daquele. É interessante, no entanto, mostrar que esses dados, de *fala cotidiana*, não emergem sozinhos, mas junto com outros tipos de dados, incluindo o *português de outros períodos*, que, parece-nos, tinham como base a priorização de particularidades de dados manifestados (e, eventualmente, registrados) da língua portuguesa.

5. Considerações finais

De modo geral, a presente pesquisa comprovou a importância do estudo da *capa documental* referente às obras gramaticais selecionadas, revelando que esta dimensão pode fornecer dados relevantes sobre as estratégias e métodos de cada autor em seu fazer gramatical. Além disso, ela pode também indicar tendências, já que observamos a queda de alguns tipos de dados e o aumento de outros em períodos específicos, dependendo da orientação teórico-metodológica a que se vinculava a obra.

REFEFÊNCIAS

- CARNEIRO RIBEIRO, E. *Gramática portuguesa philosophica*. Bahia: Catilina, 1877. 447 p.
- _____. *Serões Gramaticais*. Bahia: Livraria Catilina, 1890. 369 p.
- CAVALIERE, R. S. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Alfa*, São Paulo, 45, p. 49-69, 2001.
- COELHO, O. F. *A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana: língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX*. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. Os nomes da língua: configuração e desdobramento do debate sobre a língua brasileira no século XIX. *Revista do IEB*. São Paulo, n. 47, p. 140-160, set. 2008.
- COELHO, O.; DANNA, S.; POLACHINI, B. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. *Revista Confluência*. Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, v.46, n.43, 2013. Disponível em <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/3322.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2015.
- CORUJA, A. Alvares Pereira. *Compendio da grammatica da lingua nacional dedicado á mocidade rio-grandense*. Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade, 1835. 68 p.
- DANNA, S. M. D. G. *Metalinguagem e 'escolha de retórica' em Bello (1853[1847]) e Said Ali (1919[1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul*. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ELIA, S. E. *Ensaio de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: INL, 1975. 334 p.
- MACIEL, M. de A. *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 3ª edição aumentada com muitas notas e resumos synopticos. Rio de Janeiro e Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902[1894]. 360 p.
- MORAIS SILVA, A. de. *Epítome da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1806. 163 p.
- NASCENTES, A. *Estudos filológicos (1ª série)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- PACHECO DA SILVA JÚNIOR, M.; LAMEIRA DE ANDRADE. *Grammatica da Lingua Portugueza para uso dos gymnasios, lyceus e escolas normaes*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887. 537 p.
- PINTO, E. P. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978. 510 p.
- POLACHINI, B. S. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras no século XIX: estudo historiográfico*. 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, J. C. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1881. 299 p.
- _____. *Grammatica portugueza: 3º anno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889[1887]. 326 p.

_____. “A Procellaria: 17 de Abril de 1887”. In: _____. *Cartas Sertanejas; Procellarias* (Edição Fac-símile). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007. p. 85-94.

SAID ALI, M. *Difficuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1919[1908; 2. ed. - revista pelo autor]. 327 p.

SOTERO DOS REIS, F. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*. Maranhão: Typ. de R. de Almeida, 1866. 274 p.

SWIGGERS, P. “Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística”. *Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística*. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003, p. 113-146, 2004.

VIDAL NETO, J. B. *A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil*. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 01/03/2016

Delimitação das expressões adjetivais

Amanda dos Santos Carneiro

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil
amanda.scarneiro@gmail.com

Oto Araújo Vale

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil
otovale@ufscar.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.735>

Resumo

Este artigo apresenta um estudo das expressões cristalizadas adjetivais do português do Brasil, mais especificamente com o objetivo de discutir a questão da delimitação. Expressões adjetivais são aquelas cujo significado global não pode ser calculado a partir da soma das partes que a compõem e que, tomadas como uma unidade, exercem na oração a função de adjetivo. Para a coleta e análise das expressões, usou-se a perspectiva teórico-metodológica do Léxico-Gramática associada à linguística de corpus.

Palavras-chave: expressão cristalizada; adjetivo; léxico-gramática.

Delimitation of adjectival expressions

Abstract

This paper presents a study about adjectival frozen expressions of Brazilian Portuguese, more specifically in order to discuss the issue of delimitation. Adjectival expressions are those whose overall meaning cannot be calculated from the sum of the parts that make them up and that, taken as a unit, they assume the adjective function in the phrase. In order to collect and analyze the expressions, it was adopted the theoretical-methodological perspective of Lexicon-Grammar associated with corpus linguistics.

Keywords: frozen expression; adjective; lexicon-grammar.

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de discutir a tarefa de delimitação das expressões cristalizadas¹, em particular as adjetivais. Entendemos como expressões adjetivais (doravante EA) aquelas cujo significado global não pode ser calculado a partir da soma das partes que as compõem (VALE, 2001) e que, tomadas como uma unidade, exercem na oração a função de adjetivo. Por adjetivo, tomamos a definição de Borba (1996), para o qual (i) a adjetivação é um processo mental de diferenciação, discriminação e seleção; (ii) todo adjetivo é abstrato; (iii) todo adjetivo incide sobre outra coisa que não ele mesmo. Por exemplo, em

¹ Também conhecidas como expressões idiomáticas ou fixas, optamos pela denominação cristalizada, pois ao tratá-las como fixas pode-se pensar que elas não possam oferecer variações sem perder seu caráter, o que na verdade pode ocorrer. Já a palavra idiomática restringe tais expressões a uma determinada língua, e esse também não é o caso, uma vez que encontramos expressões equivalentes em diferentes línguas.

(1) *A prova foi mamão com açúcar!*

O significado de *mamão com açúcar* não possui relação com o significado de *mamão* e *açúcar* isoladamente, nem pode ser depreendido da soma dos dois. O que poderíamos compreender dessa frase² seria algo como

(2) *A prova foi fácil!*

Com efeito, a permuta por um adjetivo simples é um dos testes possíveis para identificação das EAs. Entretanto, nem sempre essa correspondência é possível. Pode-se constatar em primeiro lugar que mesmo nos casos em que essa troca é relativamente fácil, como no par (1)-(2), a frase com o adjetivo simples perde em expressividade. Além disso, em alguns casos dificilmente se encontra um adjetivo simples que tenha uma correspondência inequívoca com a expressão. Por exemplo, em:

(3) *Bia é muita areia para o meu caminhãozinho!*

a permuta por um adjetivo como *sensacional* ou *maravilhosa* não permite a interpretação clara da expressão. Assim, mesmo quando podemos fazer essa troca devemos estar cientes de que não se trata de um sinônimo totalmente equivalente e de que, portanto, há nuances de sentido.

Detemo-nos somente naquelas que podem ocorrer em posição predicativa (*Ppred*), ou seja, inseridas após um verbo copulativo (*Vcop*), à semelhança dos adjetivos predicativos. Uma vez que os *Vcop* são semanticamente fracos e não possuem a capacidade de seleção de argumentos, é o adjetivo que assume o núcleo do predicado. Nesse caso, a função do *Vcop* é fornecer à construção as marcas de tempo, pessoa e número que o predador não é capaz de exprimir, estabelecendo relação entre o sujeito e o adjetivo predicativo (CARVALHO, 2007, p.25). Entretanto, no levantamento das expressões nos deparamos com construções com o verbo *ter* que também podem ser permutadas por um adjetivo simples:

(4) *Bia tem coração de pedra*

= *Bia é insensível*

Sendo o verbo *ter* classificado em alguns contextos como verbo suporte (*Vsup*), nos questionamos primeiramente se, no caso dessas expressões, eles também possuem essa função. Os *Vsup* são aqueles que acompanham o núcleo da predicação, fornecendo as marcas de tempo-aspecto-número-pessoa (uma vez que o substantivo não possui tais aspectos), formando com ele o predicado da frase (RANCHHOD, 1990). Por exemplo, as frases:

(5) *Leo confia em Zé*

= *Leo tem confiança em Zé*

podem ser consideradas equivalentes. Nesse caso, o verbo *ter* funciona como auxiliar, imprimindo as características morfológicas verbais, e o nome *confiança* como elemento nuclear da frase que impõe as restrições de seleção dos argumentos.

² Podemos compreender a frase somente se temos conhecimento prévio da expressão justamente por ser uma unidade que circula por uma comunidade linguística de forma cristalizada e não pode ser interpretada de forma composicional.

Por outro lado, poderíamos considerar que o verbo não introduz a expressão, mas, ao contrário, faz parte dela. Assim, surge o questionamento ao qual este artigo se propõe a discutir: quais os limites das expressões adjetivais? A questão de delimitação de expressões já foi levantada por outros autores como Fulgêncio (2008). Segundo a autora, um dos grandes problemas para elencar *EC* é determinar qual a palavra de início e qual a palavra de fim da estrutura. Por exemplo, seria a expressão *estar de saco cheio, de saco cheio* ou *saco cheio*? Para tentar responder a essa pergunta, apresentaremos algumas hipóteses e seus respectivos problemas. Assim, este artigo não tem como finalidade fornecer uma resposta definitiva a essa questão, mas, ao contrário, mostrar sua complexidade.

2. Metodologia

Neste trabalho, adotamos a perspectiva teórico-metodológica do Léxico-gramática, desenvolvido por Maurice Gross, em 1968, com base nos princípios da gramática transformacional de operadores de Z. S. Harris (1961), para a qual é possível determinar unidades discretas na língua (frases, palavras, morfemas e fonemas). Essas unidades não se combinam de forma indiferenciada e aleatória. Para se produzir um discurso necessita-se de dois tipos de palavras: os operadores e os argumentos elementares.

Podemos dizer que os operadores são palavras que articulam outras palavras e que organizam um tipo de predicado semântico. É o operador que “indica” a quantidade de espaços sintáticos (ou actantes sintáticos) que precisam ser preenchidos para a formação do predicado. Para preencher essas posições são solicitados os argumentos, que são os tipos de nomes que podem ocupar tal actante. As *EAs*, uma vez que selecionam os argumentos que necessitam, exercem a função de operadores.

Esse é um método empírico que depende da intuição do pesquisador e dos falantes, no qual o observador deve imaginar contextos em que uma sequência pode fazer sentido e ser natural (LAPORTE, 2015). O que se espera é que seja uma observação reproduzível, i.e., que possa ser repetida por outros observadores, com os mesmos resultados.

A partir de testes distribucionais e transformacionais introspectivos, pode-se, então, julgar a aceitabilidade de uma sentença. Para ser aceitável, uma forma deve ser significativa, com probabilidade de ser usada em algum contexto que transmita informação. Em outras palavras, uma sequência aceitável é uma frase do idioma (6), enquanto que uma sequência inaceitável não é (7)

(6) *João jogou a bola para fora do terreno*

(7) **João jogou baralho para fora do terreno*

Dessa forma, é possível distinguir as diferentes interpretações de palavras que são chamadas de polissêmicas. Para o léxico-gramática, entretanto, o que existem são distribuições diferentes. Por exemplo:

(8) *[Leo] joga [o lápis] [no chão]*

(9) *[Leo] [joga baralho]*

Em (8) precisamos, além do argumento que indica o sujeito [Leo], de um

argumento [o lápis] que indica um objeto e de outro argumento [no chão] locativo. Já em (9), *jogar baralho* é o predicador único que necessita apenas do argumento que ocupa a posição de sujeito. Temos, portanto, duas frases elementares diferentes, duas distribuições diferentes e, conseqüentemente, duas entradas diferentes com as estruturas respectivas:

$N_0 V N_1 Prep N_2$

$N_0 V N_1$

Ao trabalho introspectivo soma-se a linguística de corpus, uma vez que um não exclui o outro e, pelo contrário, podem ser complementares (LAPORTE, 2015).

2.1 Recenseamento das expressões

Para o levantamento das expressões que seriam analisadas posteriormente, utilizamos da nossa introspecção de falante nativo da língua (74 candidatas a EA) e de corpora, sendo a busca em corpora da seguinte forma:

2.1.1 Buscas por expressões regulares

Partimos da estrutura interna de algumas expressões conhecidas empiricamente para realizar buscas direcionadas, verificando se elas seriam produtivas na constituição de EAs. Assim, conhecendo expressões como *mamão com açúcar*, *puxa saco*, *barra pesada*, pudemos procurar por expressões do tipo $N prep N$, $Adj N$, $N Adj$. Nossas ferramentas de busca para esses casos foram a **GlossaNet** e a **Linguateca**.

A Glossanet é uma plataforma *online* que transforma os conteúdos disponíveis na internet em *corpus*. Depois de um registro, é possível consultar *sites* já disponíveis em várias línguas ou cadastrar seus próprios domínios para realizar a pesquisa. No nosso trabalho, utilizamos o único *corpus* já disponível para o PB, o *site O Globo*, e o portal de notícias UOL, o qual cadastramos na plataforma; ambos com textos de gênero informativo e cotidiano.

Como esperávamos encontrar expressões que correspondessem a adjetivos predicativos, buscamos as expressões que ocorressem nas seguintes estruturas:

$NO \acute{e} NI W$

$NO \text{ ficou prep cara de } W$

em que $N1$ é um substantivo que ocorre na seqüência da cópula ou do artigo indefinido após a cópula e W uma seqüência qualquer a ser identificada. Estas seqüências foram escolhidas inicialmente para delimitar o escopo da pesquisa e também por se revelarem num primeiro momento da observação como seqüências produtivas para os adjetivos compostos. Mais especificamente, as buscas foram do tipo:

$\langle \text{ser} \rangle (\text{um+uma+E}) \langle N \rangle \langle \text{PREP} \rangle \langle N \rangle$

$\langle \text{ficar} \rangle \text{ com cara } \langle \text{PREP} \rangle \langle N \rangle$

em que $\langle \text{ser} \rangle$ e $\langle \text{ficar} \rangle$ é qualquer forma flexionada do verbo *ser* e *estar*, E simboliza a ausência de um item lexical, o sinal $+$ indica *ou*; $\langle N \rangle$ sendo qualquer substantivo flexionado e $\langle \text{PREP} \rangle$ para qualquer preposição. Os resultados foram enviados diariamente por *e-mail*, até uma data estipulada, em forma de concordância.

Assim, ao final obtivemos 59 candidatos a EAs.

Já a Linguateca é um centro de recursos que tem como um de seus objetivos facilitar o acesso aos recursos já existentes, por meio do desenvolvimento de serviços de acesso na rede. Nela, encontramos diversos corpora disponíveis, dos quais utilizamos dois:

- Corpus Brasileiro: coletânea de aproximadamente um bilhão de palavras do PB, o qual é resultado de um projeto coordenado por Tony Beber Sardinha.

- C-Oral-Brasil: compilação de um *corpus* de textos orais produzidos em contexto natural.

Nesses corpora pudemos fazer buscas por palavras específicas e classes de palavras, direcionando nossos resultados. Nossas buscas foram:

<ser> N e N

<ser> N prep N

<estar> N prep. N

<ter> N prep N

<ficar> de N

com cara de <N>

Ao final, extraímos 92 candidatas a EAs.

2.1.2 Dicionários

Nos valem também de dicionários de expressões populares, realizando neles buscas manuais, a saber:

(i) Dicionário Criativo³

Dicionário *online* de analogias que relaciona conceitos, palavras, locuções, expressões, provérbios, citações e imagens por domínios conceituais e não apenas por palavras-chave ou ordem alfabética. Tivemos acesso à base de dados de expressões populares desse dicionário, e manualmente separamos as candidatas a EAs, sendo de um total de 5285 entradas separadas 209 expressões.

(ii) Dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa⁴

Esse dicionário reuniu cerca de 18.000 entradas entre locuções, expressões e frases feitas, com suas respectivas definições, exemplos e curiosidades relacionadas. Inicialmente, fizemos buscas manuais nos verbetes com o verbo *ser*, *estar*, *ficar* e *ter*, bem como em *não ser*, *não estar*, *não ficar*, *não ter*. Verificada a grande quantidade de expressões com preposições logo após os verbos, buscamos também nos verbetes começados, principalmente, por *de*, *com*, *como*, *sem*. Dessa busca, obtivemos ao final 109 expressões candidatas a EAs.

³ <http://dicionariocriativo.com.br/>

⁴ ROCHA, Carlos Alberto de Macedo; MACEDO ROCHA, Carlos Eduardo Penna de. *Dicionário de locuções e expressões da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

- (iii) Dicionário de expressões populares da língua portuguesa: riqueza idiomática das frases verbais: uma hiperoficina de gírias e outros modismos luso-brasileiros.⁵

O dicionário é resultado de pesquisa por vários dicionários, obras e textos literários. Em sua nota introdutória, delimita que seu objeto “Restringe-se às expressões – ou sintagmas, como querem os linguistas – puramente verbais. Ou seja, tal fraseologia passa a ter vida própria a partir da classe gramatical dos verbos”. Entretanto, ao analisarmos, retiramos igualmente expressões com o verbo *ser, estar, ficar, ter* que não consideramos como verbais, mas sim como adjetivais, uma vez que esses verbos seriam *Vcop* que introduzem as expressões, não fazendo parte delas. Portanto, extraímos desse dicionário um total de 52 candidatas a *EAs*.

- (iv) Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas usuais na língua portuguesa do Brasil

O dicionário desenvolvido por Riva (2009) lista expressões de diversos tipos, inclusive expressões que podemos considerar adjetivais, entretanto não faz tal distinção nem uma análise distribucional dessas, pois esse não é o foco de seu trabalho. Separamos manualmente aquelas que, *a priori*, julgamos como *EAs*, totalizando 70 candidatas.

2.1.3 Trabalho sobre ECs

Recorremos também a um levantamento manual das expressões estudadas em outros trabalhos, nomeadamente Carneiro (2013). Em trabalho anterior sobre expressões adjetivais, buscamos-las no *corpus* PLNBr-Full, constituído por textos selecionados em doze anos do jornal *Folha de S. Paulo* de diferentes seções, de 1994 a 2005. A escolha desse *corpus* se deu por seu extenso tamanho (103.080 mil textos e 29.014.089 *tokens*) e seu gênero informativo jornalístico, no qual se espera encontrar uma linguagem de uso cotidiano.

No total, foram analisadas 226 expressões que consideramos adjetivais. Para o presente trabalho, entretanto, resgatamos todas como candidatas a *EA* que serão reanalisadas, tendo a consciência de que podemos ter nos equivocado anteriormente já que fizemos um estudo mais superficial do assunto.

Após o levantamento nessas fontes e a validação de cada uma na *web* através da plataforma WebCorp, chegamos a uma lista final de 854 candidatos a *EA*.

3. Problemas de delimitação

A priori, definimos que uma *EA* pode ser inserida após um *Vcop*, o que já excluiria a possibilidade desse ser parte da expressão. Entretanto, podemos perceber que há muitos casos em que o verbo é extremamente fixo:

- (10) *Essa hipocrisia (é + *está + *ficou) de cair o cu da bunda*

Além disso, como discutido por Fulgêncio (2008), há os conjuntos de [verbo + SN] ou [verbo + qualificativo] como *ser fogo, estar jururu, ser batata* e *estar xarope* que levantam outra discussão: estamos diante de expressões ou será o caso em que a palavra que está predicada apenas possui um sentido figurado?

Por definição, uma *EC* necessita ser uma sequência, i.e., ser diferente de um conjunto unitário. Se considerarmos que o verbo não faz parte da *EA*, sequências como

⁵ SILVEIRA, João Gomes da. *Dicionário de expressões populares da língua portuguesa: riqueza idiomática das frases verbais: uma hiperoficina de gírias e outros modismos luso-brasileiros*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

essas não poderiam mais ser consideradas expressões, pois nelas restariam apenas o substantivo. Por outro lado, não podemos pressupor que todas as expressões sejam iniciadas por um verbo, como o fazem vários dicionários de fraseologismo.

Outro problema que também precisa ser analisado é a delimitação quando ocorre uma preposição. Por exemplo, seria a expressão *estar de saco cheio, de saco cheio* ou *saco cheio*?

Assim, um primeiro passo para estudar tais expressões é definir um limite. A partir do estudo das expressões coletadas levantamos três hipóteses: (i) os verbos *ser, estar, ficar* e *ter* fazem parte das expressões (ex: *estar de saco cheio*); (ii) as EAs são introduzidas pelos *Vcop ser* e *estar* e pelo *Vsup ter*, sendo as preposições parte delas (ex.: *de saco cheio*); (iii) as EAs são introduzidas pelos *Vcop ser* e *estar* e pelos *Vcop ser prep., estar prep., ficar prep.*, não sendo as preposições parte dela (ex: *saco cheio*). Discutiremos a seguir cada uma delas.

3.1 Hipótese I

Uma primeira hipótese é considerar que as EAs não são introduzidas por *Vcop*, mas que, ao contrário, os verbos *ser* e *estar*, bem como suas variantes, as compõem. Isso parece evidente em alguns casos em que o verbo é fixo e não pode ser dissociado do restante:

(11) *Bia (é + *está + *ficou) de lua*

**A menina de lua chegou*

Mas em muitos outros casos surge a dúvida quanto à inserção do verbo. Como discutido por Fulgêncio (2008), temos o exemplo de *estar jururu*: estaríamos de fato diante de uma expressão ou se trata de uma construção conotativa com a palavra *jururu*? Segundo a autora, o fato de podemos empregá-la em outros contextos faz com que ela se comporte como um adjetivo qualquer (12), independente do verbo, e portanto seja uma construção como *estar feliz, estar triste*, etc.

(12) *O menino jururu não quis almoçar*

Esse será mais um ano jururu

Diferentemente ocorre, entretanto, com *ser um amor* e *ser do cacete*. Não encontramos o sentido conotativo dessas palavras quando separadas do verbo, como p.e. em *Padn*.

(13) **O menino amor me deu esse presente*

(14) **A festa do cacete acabou*

É importante ressaltar, porém, que mesmo a possibilidade de apagamento do verbo não invalidaria a expressão ser composta por esse. Em posição de aposto, p.e., o *Vcop* pode muitas vezes ser omitido (FULGÊNCIO, 2008, p. 355):

(15) *O menino, são e salvo, voltou para casa.*

= O menino, que estava são e salvo, voltou para casa.

Em *estar são e salvo*, o verbo parece compor a expressão uma vez que *são e salvo* não pode aparecer em outros contextos que não o predicativo.

Por fim, considerar que o verbo pertence à expressão possibilita que possamos considerar muitas expressões com o verbo *ter* como adjetivais. Vejamos:

(16) *Leo tem o olho maior que a barriga*

(17) *Bia tem um parafuso a menos*

Podemos atribuir às frases (16) e (17) o sentido de *ser guloso* e *ser maluca*, respectivamente. Além disso, podemos coordená-las com outros adjetivos:

(18) *Leo tem o olho maior que a barriga, mas é magro*

(19) *Bia tem um parafuso a menos e é feliz*

Surgem, no entanto, dois problemas ao fazermos essa delimitação. O primeiro deles diz respeito a um dos testes que, *a priori*, elaboramos: a permuta com um adjetivo simples. A troca não mais seria da expressão por um adjetivo simples, mas de um *Vcop* + *Adj*. De onde surgiria, então, esse verbo?

(20) *Bia tem um parafuso a menos*

= *Bia é maluca*

O segundo problema é o fato de que, em muitas expressões, o verbo não é fixo:

(21) *Leo (está com + ficou com + tem) o rabo preso*

Entretanto, a possibilidade de variação não invalida uma *EC*. Basta observarmos que *rabo preso* não se combina com qualquer verbo, nem pode ser colocado em posição adnominal (*Padn*).

(22) *?Leo se livrou do rabo preso*

(23) **Leo com o rabo preso fugiu*

3.2 Hipótese II

Outra hipótese que podemos considerar é de o verbo não fazer parte da expressão, apenas a introduz. Nesse caso temos que considerar que algumas expressões só serão consideradas adjetivais se estiverem em *Ppred*, podendo assumir outra função conforme a sentença em que estiverem. No exemplo (23) a expressão *como cão e gato* é adjetival, mas em (24) não.

(24) *Bia e Leo são como cão e gato*

(25) *Bia e Leo brigam como cão e gato*

Também teríamos que admitir nesse caso que existiriam *EAs* preposicionadas, i.e., que se iniciam por uma preposição, como é o caso das expressões *de tirar o fôlego*, *com uma mão na frente e outra atrás*, *sem graça*, *no mundo da lua*, etc. Entretanto, não incluir os verbos nos traria algumas questões para tratar.

Primeiramente, o fato de que existem expressões com o verbo fixo seguidas apenas de um nome (*ser fichinha, ser mato, ser xarope*). Se considerarmos que o verbo não faz parte, não mais podemos considerá-las EC, pois para isso necessitaríamos de pelo menos duas palavras. Entretanto, ao tentar empregar tais palavras sem a presença do verbo, não temos mais o sentido conotativo, o que indica fixidez do verbo. Além disso, as expressões negativas também perderiam seu sentido:

(26) *Bia está se lixando para o novo emprego*

(27) *A quantidade de bicicletas nesse lugar não está no gibi!*

As expressões seriam apenas *se lixando* e *no gibi*? Parece-nos muito improvável, uma vez que tais sequências não se encaixam em nenhum outro contexto mantendo seu sentido.

Outra questão se refere às expressões com verbo *ter*. Muitas delas apresentam o verbo fixo: *ter o olho maior que a barriga, ter o rei na barriga, ter farpas na língua, ter jogo de cintura*, etc. Se ele não faz parte deveríamos considerá-lo como um verbo suporte?

E, por fim, o que nos parece ser o maior dos empecilhos: em alguns casos parece que é o verbo quem seleciona a preposição, ou seja, a mudança de verbo também acarreta a mudança de preposição, ou mesmo a ausência dela:

(28) *Bia (é + está de + ficou com o) coração mole*

Assim, a preposição parece se associar ao verbo e não ao restante da sequência, o que nos leva à hipótese III.

3.3 Hipótese III

Quando temos uma preposição junto aos verbos *ser* e *estar*, estamos diante de um *Vsup*. Dessa forma, a terceira hipótese é considerar que as EAs são introduzidas ou por *Vcop* ou por *Vsup*. Entretanto, essa combinação é restrita, ou seja, não é qualquer *Vcop* ou *Vsup* que pode acompanhar qualquer expressão.

(29) *Bia (é de + *está de) carne e osso*

(30) *Leo (é + *é de + está de + tem + *dá) nariz empinado*

O que teríamos que admitir nesse caso é que ocorre uma colocação do tipo [verbo + EA], hipótese que já foi levantada por Fulgêncio (2008). Assim, exemplos de expressões seriam: *saco cheio, o coração na boca, vento em popa, o cu na mão*, etc. Essa não nos parece, porém, ser a melhor escolha visto que não conseguimos depreender um sentido dessas expressões como deveria ser.

Além disso, seria preciso descartar expressões como *ser de lua, ser de ferro, estar de fogo* e *ser sem graça*, pois não se pode admitir expressões formadas por um conjunto unitário (*lua, ferro, fogo, graça*). Ora, como já discutimos, essas palavras não mantêm seu sentido conotativo fora da *Ppred*. Simplesmente ignorar essas construções não nos parece a melhor solução.

4. Considerações finais

A delimitação de uma expressão que ocorre com *Vcop* e *Vsup* não é uma tarefa simples e trivial. Ao contrário, como discutimos ao longo desse artigo, requer uma análise criteriosa através de testes. A partir deles, podemos verificar a fixidez dos componentes, bem como suas possíveis variações e, por fim, estabelecer limites.

Como vimos, no conjunto do que chamamos de *EA* existe uma série de nuances: algumas ocorrem sempre com o mesmo verbo e podem até perder seu caráter de expressão e sentido conotativo sem ele; outras aceitam perfeitamente contextos que não o predicativo, o que sugere que o verbo não é um elemento da expressão. Além disso, temos o caso das preposições que, embora algumas vezes parecem variar conforme a seleção do verbo (o que sugeriria a formação de um *Vsup*), estão mais presas com o resto da sequência.

Diante do exposto, percebemos que a questão da delimitação das expressões não é uma tarefa trivial e deve ser investigada mais a fundo para uma definição precisa. Até mesmo a definição de expressões de caráter adjetival pode ser posta em cheque: elas seriam mesmos adjetivos? Como discutimos, essas mesmas expressões podem ser encontradas em outras funções. Logo, uma outra possibilidade que não pode ser descartada é a de que essas expressões são predicados autônomos que não se encaixam nas classes gramaticais tradicionais, dado o caráter heterogêneo dessas *ECs*.

REFERÊNCIAS

BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996. 200 p.

CARVALHO, P. C. Q. F. *Análise e representação de construções adjetivais para processamento automático de texto*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007. 452 p.

CARNEIRO, A. S. *Polaridade das expressões adjetivais do português do Brasil*. São Carlos: UFSCar, 2013. 72 p.

CASTELEIRO, J. M. *Sintaxe transformacional do adjetivo: regência das construções completivas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981. 561 p.

FULGÊNCIO, E. *Expressões fixas e idiomatismo do português brasileiro*. 2008. 489 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GROSS, M. *Méthodes en syntaxe*. Hermann, Paris, 1975. 412 p.

HARRIS, Z. S. *Strings and transformations in language description*. Papers on formal linguistics, 1961. 23 p.

LAPORTE, E. The science of Linguistics. *Inference: International Review of Science*, v. 1, n. 2, p. 1, 2015.

RANCHHOD, E. *Sintaxe dos predicados nominais com estar*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. 477 p.

RIVA, H. C. *Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas da língua portuguesa usuais na língua portuguesa do Brasil*. 2009. 315 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

VALE, O. A. *Expressões cristalizadas do português do Brasil: uma proposta de tipologia*. 2001. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 13/07/2016

Aspectos culturais revelados pela análise léxico-semântica da unidade lexical pantaneiro

Beatriz Aparecida Alencar

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil¹
bia83_12@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.773>

Resumo

Este trabalho realiza um estudo léxico-semântico sobre a unidade léxica *pantaneiro* que nomina o homem típico do oeste de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com o objetivo de examinar a relação entre léxico e ambiente, bem como apontar aspectos culturais revelados pela análise léxico-semântica do item lexical *pantaneiro* destacando sua relevância regional. A análise pautou-se em dados fornecidos pelo verbete *pantaneiro* de dicionários da língua portuguesa produzidos nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI; de obras lexicográficas de cunho regional e da Tese de Doutorado *A linguagem do homem pantaneiro* (NOGUEIRA, 1989). O estudo demonstrou a relação léxico-ambiente, apontando aspectos culturais revelados pela análise do item lexical *pantaneiro*, cujas acepções revelam o vínculo entre o homem e a localidade, com as relações de trabalho e com o sentimento de pertença à região do Pantanal.

Palavras-chave: léxico; pantaneiro; cultura.

Aspectos culturales revelados por el análisis léxico-semántico de la unidad lexical pantaneiro

Resumen

En este trabajo, se realiza un estudio léxico-semántico sobre la unidad lexical del Pantanal que nombra el hombre típico del oeste de Mato Grosso do Sul y Mato Grosso, con el objetivo de examinar la relación entre léxico y ambiente, así como señalar los aspectos culturales revelados por el análisis del ítem lexical *pantaneiro*, con destaque de su importancia regional. El análisis fue basado en los datos fornecidos por la entrada del vocablo *pantaneiro* en los diccionarios de la Lengua Portuguesa (XVIII, XIX, XX e XXI); de las obras lexicográficas de carácter regional y de la tesis doctoral *A linguagem do homem pantaneiro* (NOGUEIRA, 1989). El estudio demostró la relación léxico-ambiente, apuntando aspectos culturales revelados por el análisis del ítem lexical “pantaneiro”, cuyas acepciones presentan el vínculo entre el hombre con el espacio, con las relaciones de trabajo y con el sentimiento de pertenecer a la región analizada.

Palabras clave: léxico; pantaneiro; cultura.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e docente efetiva do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.

Primeiras palavras

Este texto discute resultados de estudo realizado acerca do item lexical *pantaneiro* que designa o morador nativo do Extremo Oeste dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia e com o Paraguai. Para isso, primeiramente, descrevemos o perfil do *pantaneiro*, homem típico da região, e tecemos considerações sobre o seu *habitat*, o *Pantanal*, com vistas a caracterizar tanto o ser humano quanto a natureza enquanto representantes do mesmo cenário/conjunto, além de recuperar fatos importantes acerca da história da localidade.

Na sequência, analisa-se a unidade lexical *pantaneiro* com base em dados fornecidos pelas seguintes obras: i) dicionários gerais da língua portuguesa – Bluteau (1712-1728); Moraes Silva (1813); Silva Pinto (1832); Figueiredo (1899); Freire (1940); Houaiss (2001); Aulete (2006); Ferreira (2010); Borba (2004); ii) dicionários regionais – Souza (1939); Ortêncio (1983) e iii) a Tese de Doutorado, pioneira nos estudos do léxico da região do Pantanal, *A linguagem do homem pantaneiro* (NOGUEIRA, 1989).

Buscamos, com este estudo, examinar a relação entre léxico e ambiente, na perspectiva dos estudos de Sapir (1969), bem como apontar aspectos culturais revelados pela análise léxico-semântica do item lexical *pantaneiro*. Além disso, analisamos as acepções da unidade léxica investigada e sua relevância no panorama regional.

1. Pantaneiro: o morador típico do Pantanal sul-mato-grossense e sua cultura

O pantaneiro, morador típico do Pantanal, além de representar a presença humana no ambiente, também auxilia na sobrevivência do próprio ecossistema. O peão pantaneiro é produto da criação dos grandes latifúndios e do povoamento da fronteira oeste. A ocupação do território pelo não índio no Pantanal ocorreu praticamente em fins do século XIX, sobretudo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando a pecuária passa a ser intensificada na fronteira oeste: “Após a Guerra do Paraguai, a pecuária se desenvolveu de forma acelerada na região do Pantanal, com o rebanho aumentado de forma rápida, permitindo a formação de vastas fazendas de criação” (GARCIA, 2009, p. 76).

Tradicionalmente, os pantaneiros permaneceram em contato com a lida do campo, voltada essencialmente para as tradições da pecuária de corte. Porém, ao tratarmos do homem pantaneiro e de sua linguagem, precisamos considerar o contexto sócio-histórico em que esse homem está inserido, como o isolamento dos centros urbanos, o baixo nível de escolaridade, a vivência com um universo predominante do sexo masculino, o contato intenso com o ambiente rural, alguns com menor mobilidade e outros transitando entre as fazendas da região.

Em termos culturais o homem pantaneiro configura-se como um indivíduo constituído também pelas relações com o ambiente, já que o “homem que habita essa realidade, seus utensílios e práticas rurais, enfim, seu modo de viver, adaptado à realidade rural dos pantaneiros, evidencia o processo harmônico de interação entre homem e natureza” (NOGUEIRA, 2002, p. 28).

Essa interação também se reflete na caracterização do homem e do *habitat* pantaneiro, como descreve Nogueira (2002, p. 20):

[...] o distanciamento dos núcleos urbanos; o relativo isolamento, agravado pelas deficiências das vias de acesso a muitas fazendas; a vizinhança com dois países latino-americanos, o Paraguai e a Bolívia; a situação de oposição dos elementos, que mantêm o equilíbrio, através dos contrastes, como: contraste natural entre as grandes enchentes e os prolongados estios; contraste socioeconômico entre o patrão e o peão; contraste demográfico entre os pequenos aglomerados em torno das sedes das fazendas e o vazio das léguas desabitadas.

Esses elementos fizeram com que o homem pantaneiro tivesse que adaptar a sua rotina às características do meio ambiente: objetos, utensílios, modos de viver, contato com o imprevisível por conta das enchentes, e também, em tempos mais antigos, pelos possíveis ataques dos povos indígenas “que não se conformavam com a invasão de seus territórios” (NOGUEIRA, 2002, p. 21).

Nesse contexto, é preciso também considerar a questão do domínio indígena no território em causa, pois houve nessa região uma das maiores tentativas de proteção de terras por parte dos nativos, uma vez que o “pantanal sul-mato-grossense foi palco da maior e mais obstinada cena de oposição sistemática à presença colonizadora da história do Brasil” (MARTINS, 2002, p. 14).

Além dessas dificuldades elencadas, a dificuldade de transporte em virtude da precariedade das vias de comunicação fez com que o homem pantaneiro produzisse alimentos para o consumo, já que alguns produtos não chegavam ou tardavam a chegar à região. Dessa forma, o pantaneiro se transformou, segundo Nogueira (2002), em um “criativo improvisador” para suprir as necessidades imediatas que o meio não oferecia aos seus habitantes.

É inquestionável que essas necessidades fizeram com que o ambiente e o ser humano se aproximassem e realizassem uma simbiose, já que, no contexto pantaneiro, indivíduo e localidade têm suas histórias guiadas pelo ciclo das águas, protegidos pela natureza e pela sua localização geográfica. Todas essas características contribuem para a manutenção de uma relação indissociável entre os costumes, a cultura e a linguagem do pantaneiro. Dessa forma, para entendermos melhor o universo pantaneiro não podemos desvincular a cultura da linguagem, pois estudar a língua, sobretudo o léxico, é também pesquisar sobre a cultura de um determinado povo/região:

Partindo-se do princípio de que investigar uma língua é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema lingüístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, o estudo de um léxico regional pode fornecer, ao estudioso, dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo. Deste modo, no exame de um léxico regional analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer. Essa perspectiva de análise favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo (ISQUERDO, 2001, p. 91).

Nessa perspectiva, para a análise da unidade lexical *pantaneiro* torna-se necessário caracterizar o ambiente, compreender quem é o indivíduo e o ecossistema que compõem a região, quais os primeiros registros realizados sobre a localidade, entre

outros aspectos. Passemos, pois, à contextualização da região em que se localiza o Pantanal.

2. Pantanal sul-mato-grossense: contextualização da região

O Pantanal se constitui, geograficamente, em “uma extensa planície de acumulação, com topografia plana e alagada periodicamente, tendo o rio Paraguai e seus afluentes como o principal meio de transporte de água e sedimentos” (SOUZA; LANI; SOUSA, 2006, p. 10). Em termos de localização, abrange parte de dois estados brasileiros: o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul e, além disso, também atinge terras no norte do Paraguai e no Leste da Bolívia. Boa parte do Pantanal brasileiro pertence ao estado do Mato Grosso do Sul. A região recebe subdivisões territoriais distintas, como a apresentada na figura 1 que contém 11 sub-regiões:

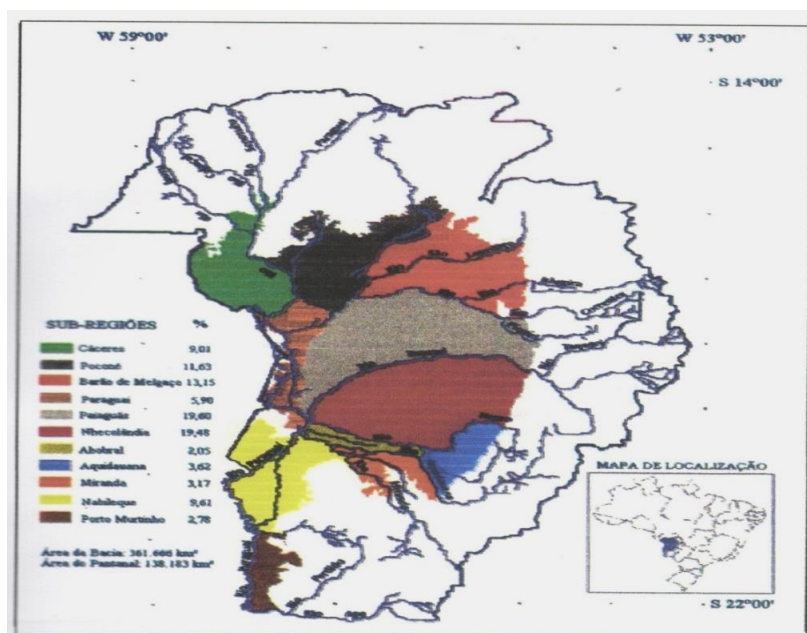


Figura 1. Localização do Pantanal brasileiro e respectivas subdivisões

Fonte: Silva; Abdon (1998, p. 1705)

Para a divisão das sub-regiões de *Cáceres*, *Poconé*, *Barão do Melgaço*, *Paraguai*, *Paiaguás*, *Nhecolândia*, *Abobral*, *Aquidauana*, *Miranda*, *Nabileque* e *Porto Murtinho* que figuram no mapa, os autores “[...] adotaram como critérios de caracterização dos pantanais: a inundação, relevo, solo e vegetação” (SILVA; ABDON, 1998, p. 1710).

3. Pantanal: primeiros registros sobre o nome da localidade

A obra *História de um país inexistente* (COSTA, 1999), por exemplo, traz referências antigas sobre a região com base em narrativas de viajantes que cruzaram a região do Pantanal entre os séculos XVI e XVIII, dentre eles, Ulrico Schmidl, Alvar Núñez Cabeza de Vaca e Ruy Díaz de Guzmán. Para esses viajantes, o espaço

pantaneiro era utilizado como local de passagem, por isso “não ganhou uma narrativa substantivamente sua; seus relatos quase sempre estão contidos em descrições de viajantes que por variados motivos tinham de cruzar seus rios como caminhos que os levassem a outras partes” (COSTA, 1999, p. 63).

Nos relatos reproduzidos na obra em questão, a região do pantanal é descrita como um lugar com características que misturam a realidade e ficção. O espaço é apresentado “ao mesmo tempo hostil, fantástico e paradisíaco. Lugar de homens, animais e ambientes totalmente estranhos. Sua paisagem é algo indefinível. O equilíbrio entre secas e cheias desfigura os contornos da paisagem e cria uma geografia móvel” (COSTA, 1999, p. 64).

É importante considerar que, durante esse período colonial, havia pouco conhecimento sobre a região pantaneira, o que propiciava a descrição das localidades de modo mitológico, porém, devemos ressaltar que com os relatos dos viajantes é que “pela primeira vez os habitantes, as águas dos rios e lagos, a flora, a fauna e o relevo daquele lugar foram levados à linguagem escrita” (COSTA, 1999, p. 64).

A região na atualidade denominada como Pantanal recebeu, inicialmente (século XVII), a designação de *Laguna de los Xarayes*, “lugar de grandes águas entrecortadas por muitos rios e habitado por milhares de indígenas” (COSTA, 1999, p. 17), habitado, dentre outras, pela etnia indígena Xarayes. A partir de 1615, com a obra *Historia general de los hechos castellanos en las islas y tierra-firme del mar océano*, de Antonio de Herrera, a região passou a ser assim reconhecida e inscrita na geografia das conquistas espanholas.

O nome *Pantanal* surgiu em meados do século XVIII e foi atribuído aos monçoeiros que ampliavam os domínios portugueses:

A denominação foi dada pelos portugueses do Brasil, os monçoeiros. Estes, seguindo as rotas abertas pelos bandeirantes paulistas, avançaram além dos limites fixados em 1494 em Tordesilhas e, no início dos anos setecentos, fizeram daquelas águas seu caminho às terras conquistadas. Desconhecendo a *Laguna de los Xarayes* e a geografia castelhana, ao chegarem à planície inundável da bacia do Alto Rio Paraguai, denominaram-na Pantanaís; segundo definiram, ‘são campos alagados, com várias lagoas e sangradouros’ (COSTA, 1999, p. 19).

Em relação às designações atribuídas à região, é possível pontuar que os diferentes nomes para o local acompanham a própria história social da localidade, recebendo o nome de *Laguna de los Xarayes*, enquanto território espanhol, e *Pantanal*, após o conhecimento do território pelos portugueses². O quadro 1, na sequência, traz uma síntese das nomeações e as respectivas características atribuídas para a região que as motivaram:

Quadro 1. Designações Laguna de los Xarayes e Pantanal: contextualização

Laguna de los Xarayes	Pantanal
Espanhol	Português
Visão mítica	Visão objetiva
Atração dos colonizadores	Rota de passagem
Ponto em comum: área alagada	

De acordo com o quadro 1, é possível notar que as designações atribuídas à região traduzem a visão do homem sobre o espaço nomeado, ou seja, o olhar dos

² A esse respeito, confira Isquierdo (2006).

colonizadores sobre as terras pantaneiras, tendo como ponto em comum a descrição do local como área alagada.

Além disso, é evidente que a cultura portuguesa foi decisiva no processo de nomeação da região, como pondera Isquierdo (2006, p. 129-130): “[...] instaura-se o novo designativo, o hidrotopônimo Pantanal, um termo mameluco que evidencia a supremacia do domínio português sobre aquelas terras”.

A discussão sobre o nome da região buscou auxiliar na análise sobre a origem da unidade léxica *pantaneiro*, já que a unidade léxica *pantanal* é anterior à designação do homem e/ou animal que habita a região, como demonstrado pelos dados registrados nas obras lexicográficas consultadas.

4. A unidade léxica *pantaneiro*: registro e análise dos dados

4.1. Presença nas obras lexicográficas

A unidade léxica *pantaneiro* figura no VOLP³ (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa) e é classificada como adjetivo e substantivo masculino. Além disso, está presente nos dicionários de Figueiredo (1899), Freire (1940), Houaiss (2001), Borba (2004), Ferreira (2010) e Aulete (2006), bem como na tese de Nogueira (1989) no dicionário de Ortêncio (1983).

Tendo em vista a particularidade da unidade léxica estudada, salientamos a presença do item léxico *pantaneiro* na tese de Nogueira (1989) que inicia os estudos sobre a linguagem dos habitantes do Pantanal. Essa autora define a forma *pantaneiro* como: “Adj. 1. Habitante do Pantanal, o criador de gado nos pantanais. 2. Raça de gado crioulo do Pantanal; 3. Cavalo pantaneiro (P1 a P4). “U povu pantaneru aqui ar vez chega um aí cunvida eli” (P1). “Gora u gadu, essi gadu pantaneru (P4-6)”.

Por sua vez, ao consultarmos as demais obras lexicográficas, tais como a de Bluteau (1712-1728), de Silva Pinto (1832), de Moraes Silva (1813), disponíveis em: <www.brasiliana.usp.br>, nota-se a ausência do verbete *pantaneiro*. No entanto, esses dicionários registram a entrada *pantanal* e seus derivados, como pode ser observado no quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Registro da unidade léxica *pantanal* em dicionários dos séculos XVIII e XIX

Dicionários	Entradas e acepções
Bluteau (1712-1728)	Pântano: Grande e profundo atoleiro. Pantanoso: Apaulado. Cheio de lagoas.
Silva Pinto (1832)	Pantana: s.f. V. Pantano. Pantanal: s.m. Grande atoleiro. Pantano: s.m. Grande atoleiro. Pantanoso: adj. Onde há pantano, apaulado.
Moraes Silva (1813)	pantanal: s.m. Atoleiro espaçoso. pantano: s.m. Atoleiro, lamarão molle, tremedal, que sorve as coisas pesadas. pantanoso: adj. Em que há pantano, ou atoladiço como o pantano, apaulado.
Figueiredo (1889)	“s.m. Bras. Boi de certa raça de Mato Grosso”.

³ Consulta realizada no endereço eletrônico: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 02 mar. 2015.

De acordo com o quadro 2, percebe-se que a unidade lexical *pantaneiro* não se configura como um item lexical muito antigo na língua, pois não figura em nenhuma das obras examinadas que integram o quadro. De modo semelhante, pontua-se a ausência da unidade lexical *pantaneiro* no *Dicionário Etimológico Nova Fronteira* (CUNHA, 1986) e no *Dicionário de Etimologias de Língua Portuguesa* (GUÉRIOS, 1979). Na primeira obra, há a presença do verbete *pântano* enquanto na segunda aparecem *pântano* e *pantanal*.

Houaiss (2001), por sua vez, registra meados do século XVIII como data do surgimento da unidade lexical *pantanal*:

PANTANAL: s.m. (1789 cf MS¹) 1. Grande extensão de pântano. 2 GEO zona geofísica que constitui um dos mais importantes ecossistemas do Brasil; é a maior planície inundável do planeta, com uma área de cerca de 120 mil km² que abrange o Sudoeste de Mato Grosso, o Oeste de Mato Grosso do Sul e parte do Paraguai. Inic. Maiúsc. Etim. pântano+al SIN/VAR de lodaçal (HOUAISS, 2001, p. 2119).

Nota-se que a definição faz menção apenas às características geográficas da localidade nomeada. Já a unidade léxica *pantaneiro* é mais recente. De acordo com Houaiss (2001), surge apenas no século XX. O quadro 3, que segue, registra as acepções registradas no verbete *pantaneiro* em dicionários gerais contemporâneos (séculos XX e XXI).

Quadro 3. Registro da unidade léxica *pantaneiro* em dicionários gerais (séc. XX e XXI)

Dicionários	Acepções
Freire (1940)	“Adj. Raça de gado cuiabano; s.m. Boi de certa raça de Mato Grosso”.
Houaiss (2001)	“adj.sm. (sXX) B 1. relativo a pântano, esp. Ao Pantanal mato-grossense, ou o que é seu natural ou habitante (espécimes p.) (um p. da gema). s.m. MT MS 2. criador de gado; fazendeiro 3. BEI indivíduo ocioso e dado a vulgaridades e gracejos. Adj Zoot MT MS 4 diz-se de uma raça bovina mato-grossense. ETM: pântano+eiro”.
Borba (2004)	“Adj 1 do ou relativo ao Pantanal Mato-grossense: onça pantaneira. Sm 2 quem cria gado no Pantanal Mato-grossense: Como o sertanejo, o pantaneiro é um forte”.
Aulete (2006)	“s.m.1. Indivíduo que nasceu ou vive no Pantanal. 2. MS MT Aquele que cria gado; FAZENDEIRO (a). 3. Do pantanal mato-grossense; típico dessa região ou de seu povo. 4. Relativo a pântano (animal pantaneiro). [F.: pântano + -eiro.]”.
Ferreira (2010)	“adj. (Bras. MT) Adj 1. Diz-se de uma raça bovina mato-grossense, 2. s.m. (Bras. Mato Grosso) criador de gado, fazendeiro”.

Além do registro da unidade lexical *pantaneiro* nos dicionários gerais da língua portuguesa contemporâneos, buscamos esse verbete também em dicionários de cunho regional, tendo em vista a relação semântica existente entre o ambiente e o homem típico da região. Portanto, o quadro 4, na sequência, traz as acepções para *pantaneiro*, constantes nesse tipo de dicionário.

Quadro 4. Registro da unidade léxica *pantaneiro* em dicionários regionais (séc. XX)

Dicionários	Acepções
Souza (1939)	“Com êste nome se designa uma variedade de gado vacum próprio do pantanal de Mato Grosso, registrando-o Cândido de Figueiredo. Encontramo-lo, porém, empregado no sentido de criador da mesma região, fazendeiro, num artigo de A. de P. Leonardo Pereira, publicado no O Jornal de 23 de setembro de 1928, no seguinte passo: ‘O pantanal mato-grossense não tem rival. E quando o <i>pantaneiro</i> em lugar de deixar seu rebanho ao léu do tempo, com um inverno excessivamente frio, de três a oito graus abaixo de zero, causado pelo degê-lo dos Andes, muito terá feito em prol de sua indústria...’”.
Ortêncio (1983)	“v. Citações: “Pantaneiro – Variedade de gado bovino, característico da zona do Pantanal, em Mato Grosso”. E. S. Bruno, 156, HB. “O restante dos cuidados confiavam à natureza providente, que entrou a atuar de maneira acentuada, expressa na variedade pantaneira, de couro grosso, resistente às intempéries e aos mosquitos e afeita à luta contra as águas, em que vive grande parte do ano”. V.C. Fonseca, 112, PM”.

A consulta às diferentes obras lexicográficas citadas (antigas, contemporâneas, regionais) permite-nos tecer as seguintes considerações:

- ✓ referência à região Centro-Oeste por meio das marcas dialetais MS e/ou MT em várias definições;
- ✓ ocorrência da unidade lexical *pantaneiro* classificada gramaticalmente como adjetivo ou substantivo;
- ✓ presença das diferentes marcas de uso da designação *pantaneiro*, inclusive expressando julgamento de valor.

Na sequência, discutimos aspectos identificados com base na análise da unidade léxica *pantaneiro* nos dicionários consultados.

4.2 Marcas de regionalismo

A unidade lexical *pantaneiro* recebe marca dialetal nos dicionários Houaiss (2001), Borba (2004), Aulete (2006) e Ferreira (2010), que apresentam a informação de que a unidade lexical em questão é utilizada no estado de Mato Grosso e/ou Mato Grosso do Sul.

No dicionário Houaiss (2001), destacamos o registro das marcas regionais MS e MT no verbete *pantaneiro*: “B 1. relativo a pântano, esp. Ao Pantanal mato-grossense, ou o que é seu natural ou habitante (espécimes p.) (um p. da gema). MT MS 2. criador de gado; fazendeiro. Adj Zoot. MT MS 4 diz-se de uma raça bovina mato-grossense”.

Já Borba (2004) cita apenas Mato Grosso como marca regional para a unidade lexical *pantaneiro*: “Adj 1 do ou relativo ao Pantanal Mato-grossense: onça pantaneira. S.m 2 quem cria gado no Pantanal Mato-grossense: Como o sertanejo, o pantaneiro é um forte”.

Em Aulete (2006) cabe destacar os registros de marcas regionais referentes aos estados do Centro-Oeste: “2. MS MT Aquele que cria gado; Fazendeiro (a). 3. Do pantanal mato-grossense; típico dessa região ou de seu povo”.

Ferreira (2010), por sua vez, registra a seguinte acepção mencionando o estado de Mato Grosso: “adj. (Bras. Mato Grosso) Diz-se de uma raça bovina mato-grossense; s.m. (Bras. Mato Grosso) criador de gado, fazendeiro”.

Figueiredo (1899) e Freire (1940) também atribuem à unidade léxica *pantaneiro* a marca dialetal de Mato Grosso: “Bras. Boi de certa raça de Mato Grosso” (FIGUEIREDO, 1899); “raça de gado cuiabano ou boi de certa raça de Mato Grosso” (FREIRE, 1940).

Além da menção aos estados brasileiros citados nos dicionários gerais, verificamos que as obras regionais também situam as localidades do Centro-Oeste como espaço de utilização da unidade léxica *pantaneiro*: Souza (1939): “variedade de gado vacum próprio do pantanal de Mato Grosso”; Ortêncio (1983): “Pantaneiro – Variedade de gado bovino, característico da zona do Pantanal, em Mato Grosso”.

É possível observar, em alguns dos dicionários citados neste trabalho, a identificação da abreviatura *Bras.* como um brasileirismo:

Sob esse olhar, podemos conceber o brasileirismo tanto como os fatos linguísticos característicos da variante brasileira em oposição à européia, como aquelas marcas linguísticas regionais que se opõem à norma tomada como padrão nacional. Nesta última acepção, brasileirismo equivale a regionalismo (ISQUERDO, 2003, p. 168).

Dessa forma, ao analisarmos os fragmentos selecionados dos dicionários, ficou evidente o registro da marca de uso diatópico em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul nas acepções atribuídas à unidade léxica *pantaneiro* nas obras consultadas.

Por sua vez, nos diferentes dicionários gerais estudados, observamos que ora as definições contemplam o animal ora o homem da região. Situação diferente ocorre nos dicionários regionais consultados, que fazem referência apenas ao animal da região, exceto Souza (1939), que define a unidade léxica *pantaneiro* como designação do homem e do animal:

Com êste nome se designa uma variedade de gado vacum próprio do pantanal de Mato Grosso, registrando-o Cândido de Figueiredo. Encontramo-lo, porém, empregado no sentido de criador da mesma região, fazendeiro, num artigo de A. de P. Leonardo Pereira, publicado no O Jornal de 23 de setembro de 1928 (SOUZA, 1939, p. 237).

De acordo com os dicionários consultados, é possível afirmar que o item léxico *pantaneiro* para nomear o animal, sobretudo o bovino, de uma determinada região localizada entre os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é mais antiga (considerando a cronologia da publicação dos dicionários), do que a utilização dessa unidade léxica para designar o homem das mesmas localidades.

Além disso, é possível observar que não há um marco cronológico, no que tange à utilização da unidade léxica *pantaneiro* para tratar do peão propriamente dito, já que há registros em periódico de 1928, citado em Souza (1939), e depois, apenas nos dicionários gerais contemporâneos. Provavelmente, a designação para o homem surgiu da necessidade de nomear o ser humano que trabalhava com a lida do gado em uma região distante dos grandes centros e com aspectos físico-geográficos particulares.

4.3 A unidade lexical *pantaneiro* em função adjetiva e substantiva

Em relação às informações lexicográficas registradas nos dicionários gerais, acrescenta-se que a unidade lexical *pantaneiro*, de acordo com as acepções apresentadas, ora funciona como adjetivo ora como substantivo. Os quadros 5 e 6, que seguem, detalham essas informações gramaticais registradas nos dicionários gerais.

Quadro 5. A unidade lexical *pantaneiro* em função de adjetivo

Houaiss (2001)	Borba (2004)	Aulete (2006)	Ferreira (2010)
“Relativo a pântano, esp. ao Pantanal mato-grossense, ou o que é seu natural ou habitante (espécimes p.) (um p. da gema)”.	“Do ou relativo ao Pantanal Mato-grossense: onça pantaneira”.	“Do pantanal mato-grossense; típico dessa região ou de seu povo”.	“Diz-se de uma raça bovina mato-grossense”.

Quadro 6. A unidade lexical *pantaneiro* em função de substantivo

Houaiss (2001)	Borba (2004)	Aulete (2006)	Ferreira (2010)
“Criador de gado; fazendeiro”.	“Quem cria gado no Pantanal Mato-grossense: Como o sertanejo, o pantaneiro é um forte”.	“Indivíduo que nasceu ou vive no Pantanal”.	“Criador de gado, fazendeiro”.

De acordo com os quadros 5 e 6, observamos, em ambas as funções gramaticais atribuídas à unidade léxica *pantaneiro*, a marca da região e, também, a relação entre o trabalho característico da localidade com o homem pantaneiro ou com o que é próprio do ambiente. Além disso, há a observação de que a unidade lexical *pantaneiro*, normalmente em função adjetiva, aponta para as características da região, enquanto substantivo designa o ser vivo que o caracteriza (homem/animal).

4.4 Marcas de julgamento sobre o homem pantaneiro

Cabe ressaltar ainda uma acepção que se destaca das demais, por apresentar julgamento de valor. Observe o fragmento: “BEI – indivíduo ocioso e dado a vulgaridades e gracejos” (HOUAISS, 2001). Cabe assinalar que essa definição se confirma por meio do estudo realizado por Câmara (2007)⁴, que versou sobre causos pantaneiros:

As palavras que definiram o pantaneiro, com as quais Barros deparou-se na Delta Larousse, encontram respaldo também no dicionário do velho Houaiss, que, entre outras definições, fala de um “indivíduo ocioso dado a vulgaridades e gracejos” (Houaiss, 2001: 2.119). O conceito desses estudiosos das palavras deve ter explicação no fato de ser o trabalho do pantaneiro, ao contrário do dos operários que, por sua vez, enfrentam a lida em lugares onde o “progresso” já se instalou proporcionador de tempo para conversar e conviver. O tempo que sobra para o pantaneiro descansar, que costumadamente chamamos de ócio, é o momento de tomar o tereré e contar os causos. A imaginação que passeia por essas rodas de conversa conduz a um repertório de

⁴ Tese de Doutorado: *Os causos: uma poética pantaneira*, produzida por Ricardo Pieretti Câmara e defendida em 2007, na Universidade Autônoma de Barcelona.

histórias, inventadas, escutadas ou vividas, as quais, quase sempre, são ligadas ao ambiente natural em que esse povo vive: o Pantanal (CÂMARA, 2007, p. 02).

Além disso, a acepção registrada por Houaiss (2001) favorece a construção de um estereótipo, no que se refere à figura do pantaneiro que, como explicitado por Câmara (2007), é ‘construído’ pelas características particulares do meio em que vive e de seus hábitos de lazer baseados em atividades simples e cotidianas, sendo totalmente desprovido de ambições consumistas ou modernas.

4.5 Relações homem/ambiente

A simbiose existente entre o pantaneiro e o que é próprio do Pantanal, assinalada nos dicionários citados, também é perceptível nos estudos apresentados pela estudiosa Albana Xavier Nogueira, sobre essa temática. Tomando como referência os estudos de Sapir (1969), reforçamos que as influências sofridas pela língua podem ser de caráter ambiental e caráter social. Os fatores físicos referem-se a:

[...] aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha) clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo (SAPIR, 1969, p. 44).

Os fatores sociais, por sua vez, “se estendem às várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo” (SAPIR, 1969, p. 44). Verificamos que, no caso da cultura pantaneira, ambos os fatores atuam sobremaneira na manutenção dos costumes.

Em relação à cultura pantaneira, é preciso acrescentar que a figura do peão atuando na lida do gado produz uma significação especial para os habitantes da região já que é uma das formas de sustento da população. Ao tratar dessa figuração, cabe aqui a posição de Sapir (1969, p. 45):

A mera existência, por exemplo, de uma espécie animal no ambiente físico de um povo não basta para fazer surgir um símbolo lingüístico correspondente. É preciso que o animal seja conhecido pelos membros do grupo em geral e que eles tenham nele algum interesse, por mínimo que seja, antes da língua da comunidade ser levada a reportar-se a esse elemento particular físico.

A importância do homem pantaneiro, tanto quanto a do animal, é extremamente importante para a manutenção da cultura nessas localidades de difícil acesso e de vida precária. Em síntese, a análise da unidade lexical *pantaneiro* evidenciou aspectos culturais tanto sobre a região quanto acerca do seu morador. Todavia, Nogueira (2002, p. 20) informa que

[...] para conhecer o homem pantaneiro, para procurar entender suas práticas simbólicas, seu misticismo, senso de humor, imaginação fértil, sobretudo para inventar mentiras fantásticas, sua miséria, riquezas, espírito contemporizador, é necessário descer o Pantanal, como se diz comumente.

Considerações finais

O estudo em questão se propôs a realizar uma análise léxico-semântica e cultural da unidade léxica *pantaneiro* utilizando, para isso, obras lexicográficas de caráter geral, antigas, contemporâneas e regionais. Além disso, discorreu sobre as localidades que compõem o *pantanal* e o próprio processo de nomeação da região com o intuito de subsidiar na análise do item lexical eleito para o estudo. A respeito dos dados obtidos, verificamos que as acepções retratam o vínculo entre a figura do homem típico com a localidade e as relações de trabalho e de pertença de algo ou alguém à região do Pantanal, inclusive ao animal (gado) que habita a região.

Quanto à unidade lexical *pantaneiro*, acreditamos que não há como confirmar sua perpetuação e/ou extinção em momentos posteriores, no entanto, e do mesmo modo, acreditamos que sua presença se dará sempre que se fizer referência à região do Pantanal, bem como aos costumes de seus habitantes, pois a lexia também designa essa população.

Entre outros objetivos, este artigo também buscou salientar a importância do homem pantaneiro e de seu habitat, figura que vem sendo referenciada desde o trabalho pioneiro *A linguagem do homem pantaneiro* (NOGUEIRA, 1989).

Quanto à estreita ligação existente entre esse homem típico e a localidade é importante exaltar a riqueza e a peculiaridade do falar do homem simples, que vive na lida com o gado e com os afazeres do campo na região, que possui personalidade nos seus hábitos e na sua alimentação e nomina, de forma original, a realidade que o circunda, uma realidade formada, ora pela lida do gado, ora pelas verdes pastagens, ora coberta por água. Essas considerações convergem para a afirmação de Cardoso (2010, p. 15), ao ressaltar a relação da fala do homem ao ambiente:

[...] o espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso de sua história.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2006.

BORBA, F. *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. Editora UNESP, 2004. 470 p.

BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CÂMARA, R. P. *Os causos: uma poética pantaneira*. 2007. 586 f. Tese (Doutorado em Humanidades) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Autônoma de Barcelona,

- Barcelona. Disponível em:
<<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/5293/rpc1de1.pdf.txt?sequence=2>>.
Acesso em: 03 fev 2015.
- CARDOSO, S. *Geolinguística: Tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010. 200 p.
- COSTA, M de F. *História de um país inexistente*. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade, Livraria Cosmos Editora, 1999. 277 p.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 839 p.
- HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, Instituto Antonio Houaiss, 2001.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p.
- FIGUEIREDO, C. de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1899. 1348 p.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*, v. IV. Rio de Janeiro: A noite Editora, 1940. 4209 p.
- GARCIA, D. S. da C. *Território e Negócios na 'Era dos Impérios': Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 360 p.
- GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário de etimologias da Língua Portuguesa*. Curitiba: Ed. Nacional, 1979. 206 p.
- ISQUERDO, A. N. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 89-98.
- _____. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de (Org.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003. p. 165-181.
- _____. De Laguna de los Xarayes a Pantanal: mito e realidade impressos na Toponímia. In: SEABRA, M. C. T. C. de (org.). *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 119-135.
- MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002. 98 p.
- NOGUEIRA, A. X. *A Linguagem do Homem Pantaneiro*. 1989. 383f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1989.
- _____. *Pantanal: Homem, Cultura*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002. 155 p.
- ORTÊNCIO, B. *Dicionário do Brasil Central*. São Paulo: Editora Ática, 1983. 472 p.
- PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832.
- SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Acadêmica, 1969. 203 p.

SILVA, J. dos S. V. da; ABDON, M. de M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. In: *Pesquisa Agropecuária Brasileira*. v. 33. Brasília/DF: EMBRAPA, 1998. p. 1703-1711.

SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. 2v. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. Fac-símile da segunda edição. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

SOUZA, C. A. de; LANI, J. L., SOUSA, J. B. de. Origem e Evolução dos Pantanaís. In: *VI Simpósio Nacional de Geomorfologia/Regional Conference on Geomorphology 4004-0001...* Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.labogef.iesa.ufg.br/links/sinageo/articles/132.pdf>>. Acesso em: 03 fev 2014.

SOUZA, B. J. de. *Dicionário da Terra da Gente do Brasil*. 4. ed. Salvador: Ed. Companhia das Letras, 1939. 432 p.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 15/01/2016

Casos de criação e remotivação de lexias textuais em João Cabral de Melo Neto: crítica social, ironia e expressividade

Rosana Maria Sant'Ana Cotrim

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil
rocotrim@ufg.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.726>

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise das criações e remotivações de lexias textuais, concebidas como uma forma de neologia estilística e como um recurso discursivo da poética de João Cabral de Melo Neto, escritor pernambucano teoricamente enquadrado no Modernismo brasileiro. A análise aponta que as unidades resultantes deste processo de criação lexical na poética cabralina e os respectivos efeitos de sentido por elas alcançados no nível do discurso expressam ironia e irreverência e vão ao encontro da temática abordada em cada contexto em que se inserem, de modo a reiterar o caráter de crítica histórico-social de sua obra e corroborar o processo de superação da dicotomia entre expressão e construção primado pelo poeta.

Palavras-chave: criação lexical literária; recurso discursivo; expressividade.

Cases of Creating and Remotivating Textual Lexias in João Cabral de Melo Neto: Social Criticism, Irony and Expressiveness

Abstract

This article aims to present an analysis about the creations and remotivations of textual lexias, conceived as a form of stylistic neology and as a discursive resource of the poetics of João Cabral de Melo Neto, a writer from Pernambuco who is theoretically framed in Brazilian Modernism. The analysis points out that the units resulting from this lexical creation process in Cabralian poetics and their respective effects of meaning achieved by them at the level of discourse express irony and irreverence. These units and effects also meet the theme approached in every context they are inserted into, in order to reiterate the character of historical and social criticism that Cabral's work reveals and to validate the process of overcoming the dichotomy between expression and construction transcended by the poet.

Keywords: literary lexical creation; discursive resource; expressiveness.

Introdução

No discurso literário, via de regra, as escolhas lexicais buscam resultados estéticos¹ inéditos que podem inclusive marcar uma época, um estilo. Dentre os modos

¹ O termo "estético" é tomado neste contexto em dupla acepção: como relativo ao sentimento do belo oriundo da estética como estudo filosófico das condições e dos efeitos da criação artística; e como fruto do relacionamento entre a obra e o leitor, concebido por Jauss (2002, p. 100-102) em uma teoria fundada na 'recepção', cujo pressuposto consiste na recuperação da historicidade da literatura a partir do reconhecimento de seus intercâmbios com o público. Segundo esta teoria, a experiência estética compõe-se de três etapas, inter-relacionadas: a *poiesis*, pela qual se compreende que o recebedor participa da

de operar tais escolhas estão as criações lexicais literárias, concebidas como um tipo de neologia estilística e compreendidas como um fenômeno estilístico da criatividade.

Mediadas, pois, pelas escolhas estilísticas, as criações lexicais literárias revelam um modo particular de expressividade no discurso. E, apesar de raramente incorporarem-se ao léxico de uma língua, justamente por atuarem no nível do discurso, elas provocam efeitos de sentido importantes dentro do enunciado que as tornam merecedoras de atenção.

Este trabalho tem por objetivo, portanto, analisar as criações e remotivações de lexias textuais encontradas, entre outros tipos de criações lexicais, na poética de João Cabral de Melo Neto² e, por essa via, demonstrar a expressividade e os efeitos de sentido por elas alcançados discursivamente.

A análise tem como bases teórico-metodológicas a Lexicologia para a recolha e classificação das unidades léxicas criadas, a Estilística Léxica para o reconhecimento e demonstração da sua expressividade e efeitos de sentido no discurso literário, e o Critério Lexicográfico para a sua atestação.

Como *corpus* de extração das unidades léxicas criadas foi utilizado um compêndio de obras do poeta, publicado em dois volumes intitulados, respectivamente, *Serial e antes* (1997a) e *Educação pela pedra e depois* (1997b), compostos de vinte livros de poesias. E para a atestação ou não do caráter neológico das mesmas, adotou-se como *corpora* de exclusão os dicionários *Novo Aurélio* (1975), o *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2010), o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, versão eletrônica 3.0 (2009) e o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, versão eletrônica 7.0 (2010), considerados de grande representatividade no português brasileiro desde aproximadamente a terceira fase da literatura modernista produzida no Brasil até a atualidade.

Não obstante as limitações que cercam este critério de atestação no contexto das análises lexicológicas da neologia, principalmente no universo literário em razão da raridade de desneologização das criações lexicais literárias e, por conseguinte, da excepcionalidade de sua inserção num dicionário de língua, ele se faz necessário nesta análise porque permite o estabelecimento de um parâmetro temporal, espacial, social, cultural, ou outro, capaz de fornecer a objetividade e precisão desejadas para os resultados de uma pesquisa científica. E a escolha do referido escritor nesta análise se justifica pela compreensão de que a presença da neologia estilística representa um perfil iterativo que se quer desvelado em sua obra poética.

Para tanto, na sequência deste artigo serão expostos, respectivamente: uma abordagem sobre o fenômeno da criação lexical como um recurso de criatividade e expressividade no discurso literário; alguns apontamentos sobre autor e obra poética selecionados para a pesquisa; uma demonstração do modo como as criações e remotivações de lexias textuais, vistas como um tipo específico de criação lexical

produção do texto; a *aisthesis*, quando este alarga o conhecimento que o destinatário tem do mundo; e a *katharsis*, durante a qual ocorre o processo de identificação que afeta as possibilidades existenciais do leitor.

² O presente trabalho retoma e adapta para esta publicação parte de nossas pesquisas para tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Araraquara (UNESP/FCLAr).

literária, operam no discurso do referido autor; e, algumas considerações sobre a importância e os resultados do fenômeno para a sua poética.

Criação lexical literária: a criatividade no discurso

Tradicionalmente, a neologia tem sido conceituada como a capacidade natural de criação e incorporação de novas unidades léxicas numa língua para a nomeação de novas experiências (fatos ou objetos). Isso é o que garante, em regra, a ampliação e/ou renovação do léxico de uma língua e lhe dá a etiqueta de neologia denominativa. Contudo, se aplicada ao discurso literário, a criação lexical assume papel diverso, de modo a suscitar sua observação e análise pela perspectiva da criatividade.

A criação lexical literária, compreendida no âmbito das escolhas do léxico real ou virtual da língua e concebida, a partir de Guilbert (1975, p. 41-42), como uma forma de neologia estilística em contraposição à neologia denominativa, pode ser definida como uma busca de expressividade das palavras ou das frases por meio das palavras, para traduzir ideias já existentes de maneira nova e marcar uma visão diferenciada ou pessoal do mundo. Essas marcas de pessoalidade são oriundas da faculdade da criação verbal e da liberdade de expressão e fazem da neologia estilística um recurso muito próprio à linguagem literária.

O papel expressivo que cabe às criações lexicais literárias as torna pouco aplicáveis a um contexto diferente, pontuando-lhes um caráter efêmero. Isso, sem dúvida, dificulta sua integração ao léxico da língua e faz com que elas permaneçam no nível do discurso para (re)motivarem-se a cada nova leitura.

Em contrapartida, a criação lexical literária, recoberta pelo caráter polissêmico e pluri-isotópico da linguagem conotativa típica da literatura, reflete a virtualidade do sistema e a criatividade do usuário da língua. O sistema dispõe de regras de formação de palavras e as disponibiliza para que o enunciador as aplique discursivamente, atendendo ao seu desejo de expressão e deixando transparecer as marcas de pessoalidade.

Embora o fenômeno da virtualidade seja concebido a partir da oposição saussuriana entre língua e fala, que compreendia a língua como o domínio das virtualidades e a fala como a realidade atual, reconhece-se que as marcas de pessoalidade que envolvem a criação lexical são adquiridas no quadro da experiência social e dentro dos limites da criação linguística.

Ocorre que a contestação da linguística centrada na língua e a consequente busca de compreensão dos atos de fala no contexto social, decorrentes das novas concepções da relação entre língua e fala, culminaram no final do século XX com a invocação ao aspecto discursivo da unidade do léxico, isto é, da palavra.

A articulação entre o linguístico e o social vincula a linguagem à ideologia. Sendo, pois, um "fenômeno ideológico por excelência" (BAKHTIN, 1997, p. 36), a palavra representa o modo mais puro e sensível da relação social. Por isso não deve ser tomada como abstração, mas como a materialização do "signo ideológico" que é movente, dialético por natureza. E, como as modificações da ideologia incidem sobre a língua, contrariamente ao que prescreve a concepção saussuriana, o seu caráter evolutivo adquire uma conotação positiva.

Sob essa perspectiva, a língua não reside na mente do falante, nem é um sistema abstrato que está acima das condições sociais. Ela é um empreendimento conjunto e partilhado entre os falantes; é atividade social e, portanto, a forma suprema de enunciação. A enunciação repousa no diálogo social: só se enuncia em função de um interlocutor, ainda que potencial. Por isso a escolha das palavras dentro do discurso é determinada por diferentes variáveis de ordem intra e extralinguística. Nesse contexto, a palavra, galgando a função privilegiada de veiculadora de ideologia, além de unidade do léxico, assume a condição de unidade léxica dentro do discurso.

No que tange ao fenômeno da criação lexical, as ideias guilbertianas, ao tratarem das questões da neologia e, particularmente, das teorias dos modos de derivação, encontram aí um aporte para a mudança de perspectiva frente ao componente lexical:

A palavra é realmente um elemento lexical que se define através das realizações do discurso [...]. A transformação do esquema de frase em frase realizada supõe a comunicação entre um sujeito falante que enuncia a sequência sintática real e um ouvinte presente ou fictício que a recebe. Cada um destes seres de carne e de sangue é modalizado psicologicamente e sociologicamente, animado de motivações particulares dentro do diálogo; a língua é vista a partir de então como o instrumento de comunicação de seres pensantes, membros de uma comunidade linguística, dentro de uma situação dada e não mais como uma estrutura abstrata (GUILBERT, 1975, p. 126, tradução nossa).³

Assim concebida, a palavra deixa de ser uma unidade dentro da totalidade do léxico da língua para tornar-se um elemento de elocução de um indivíduo e, portanto, passível de variação quanto ao tipo de discurso e de possibilidade de nuançar a expressão. E à noção de "criatividade", amarrada à tradição cartesiana e governada por um sistema de regras, de princípios, de limitações, introduz-se a consideração das determinações enunciativas e socioculturais.

Isso acontece porque, embora Guilbert tenha analisado o fenômeno da criatividade pela referência explícita à perspectiva chomskyana colocando-a como um princípio constitutivo da língua, ele a aplica às estruturas sintáticas inserindo-a num quadro oposto ao racionalismo cartesiano. De fato, Guilbert era um linguista essencialmente preocupado com os problemas do léxico, porém suas bases fincadas no pensamento marxista procuram mostrar

[...] como a modificação do campo de aplicação – da sintaxe ao léxico – e a diferença de perspectiva ideológica – do idealismo cartesiano ao materialismo dialético – mudam profundamente o conceito inicial, e conduzem a uma problemática que inclui as *relações* entre *língua*, *discurso* e *sociedade* (BASTUJI, 1979, p. 12, tradução e grifos nossos).⁴

³ Le mot est en effet part un élément lexical qui se définit à travers les réalisations du discours [...]. La transformation du schéma de phrase en phrase réalisée suppose la communication entre un sujet parlant qui énonce la séquence syntaxique réelle et un auditeur présent ou fictif qui la reçoit. Chacun de ces êtres de chair et de sang est façonné psychologiquement et sociologiquement, animé de motivations particulières dans le dialogue; le langage apparaît des lors comme l'instrument de communication d'êtres pensants, membres d'une communauté linguistique, dans une situation donné et non plus comme une structure abstraite.

⁴ [...] comment la modification du champ d'application – de la syntaxe au lexique – et la différence de perspective idéologique – de l'idéalisme cartésien au matérialisme dialectique – changeante profondément le concept initial, et conduisent à une problématique incluant les rapports entre langue, discours et société.

O que, a princípio, poderia parecer uma justaposição de conceitos inconciliáveis – em linhas gerais, *criatividade lexical versus materialismo histórico* – é explicado dialeticamente na perspectiva guilbertiana através do funcionamento do sistema pelo qual as regras são tratadas em relação à sociedade.

Além disso, sob a perspectiva de uma "estilística sociológica" bakhtiniana, as criações lexicais literárias podem ser reconhecidas como recurso estilístico visto que “a forma e o conteúdo são indivisíveis no discurso concebido como fenômeno social – social em todos os campos de sua vida e em todos os seus elementos, da imagem sonora às camadas semânticas abstratas” (BAKHTIN, 2015, p. 21).

Em resumo, as criações lexicais funcionam como unidades discursivas responsáveis por traduzir a expressão do sentimento de quem a produz, mas também podem marcar uma época assinalando posições ideológicas. Além disso, o neologismo no discurso literário, como qualquer outra marca discursiva, aparece sempre ligado a uma situação de enunciação. Ressalte-se, daí, a possibilidade de se estabelecer, dentro de cada obra ou no conjunto de obras de um escritor, traços recorrentes capazes de demarcar uma preferência que as caracterizem e, como tal, convertam-se em estratégia discursiva, imprimindo sentido(s) e efeito(s) de sentido ao discurso em que se inserem.

Graças principalmente às influências da observação e/ou consideração dos aspectos discursivos da linguagem, reconhece-se como crescente e virtuosa a preocupação com os elementos expressivos resultantes da criação de novas unidades léxicas no discurso literário. E, nesse sentido, adverte Martins (2000, p. 111):

A ideia de que vocábulos que não se incorporam na língua não têm interesse estilístico é bem discutível. Primeiramente, porque não podemos antever o destino dos vocábulos forjados por um escritor ou uma pessoa qualquer. Demais eles evidenciam as potencialidades dos processos de renovação do léxico e dos elementos formadores (lexemas e morfemas), que são integrantes da língua. Ainda que as novas palavras tenham existência efêmera, elas revelam um meio de o falante realizar o seu desejo de expressividade. Muitas delas são realmente de emprego restrito, e não poucas se limitam a uma ou outra ocorrência [...]. Mas, pela sua novidade, causam um inegável efeito expressivo que não se pode menosprezar.

Diante do exposto, para esta análise que se pretende demonstrativa do emprego recursivo de criações lexicais em discurso literário, vale pontuar alguns elementos que contextualizam autor e obra analisados nesse universo.

Autor e obra: apontamentos

Teoricamente, João Cabral de Melo Neto aparece no contexto da literatura brasileira enquadrado na primeira fase do Modernismo. Considerado pela crítica como um dos maiores poetas brasileiros do século XX, tornou-se (re)conhecido pelo rigor formal de seus versos, herança do pensamento da arte moderna legada de Mallarmé, Valéry, Mondrian, entre outros.

Sua proposta de revalorização do cuidado com a linguagem e de uma expressão poética mais disciplinada, somada a uma perfectibilidade da forma, em relação às primeiras produções da estética modernista, conferem-lhe uma composição originalmente mais racional. Ou, como ele próprio expressa em sua crítica:

A poesia me parece alguma coisa de muito mais ampla: é a exploração da materialidade das palavras e de possibilidades de organização de estruturas verbais, coisas que não têm nada a ver com o que é romanticamente chamado *inspiração* ou mesmo *intuição*. A esse respeito, creio que o lirismo [...] liberou a poesia escrita e não cantada, e permitiu-lhe que voltasse a operar em territórios que outrora lhe pertenceram. Fez possível também o exercício da poesia como exploração emotiva do mundo das coisas, e como rigorosa construção de estruturas formais lúcidas, lúcidos objetos de linguagem (MELO NETO, 1998, p. 135).

Em linhas gerais, a temática cultivada por João Cabral gira em torno de suas grandes paixões: o Nordeste brasileiro, onde nasceu e viveu boa parte de sua vida em meio à família, aos engenhos de cana de açúcar e à seca com suas mazelas; a Espanha, mais especificamente a Andaluzia, onde exerceu funções diplomáticas durante longos anos de sua vida profissional e onde, por admiração e respeito, adquiriu e cultivou influências culturais; o elemento feminino, ao qual se entrega poeticamente, cantando o amor, a paixão, a sedução do corpo e outros prazeres; e, por fim, a própria linguagem, na qual, por procedimento metalinguístico calcado na construção linguístico-discursiva, estão inscritas as criações lexicais.

Mas, sem dúvida, uma das maiores qualidades do poeta é a superação da dicotomia entre expressão e construção. De fato, ele combina estes dois elementos de forma única e rica; na verdade, propõe que a própria construção linguística seja uma forma de expressão. O que certamente consubstancia sua emancipação e a da literatura frente aos seus antecessores.

O fenômeno da construção poética em João Cabral opera-se sob a sua consciência e o seu olhar crítico ora para a própria linguagem, ora para a realidade social ou, em geral, para ambas. Assim, em linhas gerais, sua produção encontra-se sustentada em duas tendências que se articulam: i) a poesia como o resultado de um rigoroso trabalho formal; e, ii) a consciência de que a crítica histórico-social só se torna expressivamente relevante em poesia quando consegue mobilizar uma forma escritural também crítica.

Segundo Alves (2007, p. 8), a construção em João Cabral deve ser compreendida como o caminho por onde operam a constituição metafórico-metonímica e a enunciação da linguagem literária, sendo estas vistas como fatores básicos da constituição da literariedade. E a literariedade é o conjunto de elementos capaz de imprimir o *status* de literário, por meio da singularização no processo de associação entre forma e conteúdo. Sob essa perspectiva, Alves concebe a engenhosidade cabralina, observando que,

[...] em 'O Engenheiro' [...], mais que um texto sobre o engenheiro e seu trabalho de construção, João Cabral nos apresenta um verdadeiro projeto poético, que seguirá até o fim da sua vida, salvo raríssimas exceções. Sua busca por uma poesia feita a lápis, esquadro e papel, via desenho, projeto e número não o impediu de revelar sua atuação crítica acerca do próprio fazer poético, [...] pois o que ele busca, e alcança (!), é uma associação de forma e conteúdo que nos leva a refletir sobre a própria condição e concepção de literatura na modernidade, que explora tanto os códigos linguísticos, quanto as mensagens que eles podem veicular (ALVES, 2007, p. 3).

Pode-se dizer, portanto, que a construção é um modo particular de (re)elaboração da linguagem literária e que se reconhece nela uma marca de

expressividade e discursividade na poética cabralina. Ou seja, a engenhosidade cabralina é mais que uma proposta temática do poeta; ela ultrapassa a fronteira do temático e adentra a esfera do estrutural, via metalinguagem.

Ora, esse quadro permite a consideração de que a presença recorrente das criações lexicais na composição poética cabralina e a expressividade por meio delas alcançada são fundamentais também à construção do sentido, de modo a permitirem a inclusão do poeta no rol dos escritores da literatura modernista brasileira que recorrem sistemática e originalmente às criações lexicais (COTRIM, 2012, p. 216).

Tendo em vista, pois, o que tem movido a busca de compreensão da neologia estilística, dos aspectos sociais que, no âmbito da discursividade e da expressividade, a cercam, apresenta-se a seguir um recorte da apreciação das criações e remotivações de lexias textuais na poética de João Cabral.

A expressividade das criações e remotivações de lexias textuais na poética de João Cabral

No contexto literário, o emprego das lexias textuais, tomado como um recurso discursivo de criação lexical, pode se dar tanto pela criação de uma lexia textual inédita quanto pela remotivação de outras já existentes.

Segundo Barbosa (2001, p. 50), tecnicamente, as criações ou as remotivações de lexias textuais podem ocorrer: i) pela alteração da ordem dos vocábulos integrantes da lexia textual; ii) pela comutação de um dos vocábulos por outro com o qual tenha grande intersecção semênica; iii) pela substituição de todos ou quase todos os vocábulos integrantes da lexia textual; e iv) pela própria criação de novas unidades léxicas, aos moldes das já existentes.

Entende-se por lexia textual os enunciados cristalizados – ditados, provérbios, frases feitas, sintagmas consolidados, bordões, refrões, etc. – originários de combinatórias livres que, memorizadas, passam a atuar em combinatória fixa, adquirindo um significado global diferente ou não coincidente com o resultante da combinatória livre de seus elementos. A remotivação, por sua vez, consiste em romper a lexicalização⁵ da lexia textual por qualquer tipo de alteração em um ou mais de um dos elementos que a compõem, como se ela estivesse em combinatória livre.

Esse procedimento resulta em grande expressividade pela sutileza principalmente da ironia, no sentido de zombaria, de sarcasmo e de irreverência. Por serem polissêmicos, os produtos desse tipo de construção léxica apresentam, no mínimo, dois *designata* (significados): o da lexia textual como se acha memorizada, ou seja, a lexia de base, e o gerado na instância discursiva, isto é, a nova lexia.

Aplicadas à composição linguístico-discursiva cabralina, as criações e remotivações de lexias textuais vão ao encontro simétrico da temática proposta pelo poeta em cada contexto e deparam-se com ambiente propício na crítica social e de costumes para a consubstanciação da ironia.

⁵ A lexicalização é o “processo pelo qual determinadas unidades construídas em outros componentes da gramática (sintático, morfológico, discursivo) se transformam em unidades lexicais que se fixam na língua, passando a funcionar como unidades lexicais de pleno direito” (COOREIA; ALMEIDA, 2012, p. 104).

Não só pela estrutura diferenciada e impactante da sua extensão, mas também, e principalmente, pela carga semântica resultante das (re)combinatórias de semas, esse tipo de criação lexical encontrado na poética de João Cabral, embora não represente número significativo em relação aos demais, contribui sobremaneira para a expressividade de sua poética, podendo, inclusive, ser tomado como elemento da sua engenhosidade linguística.

Neste ponto, esta análise chama a atenção para a intersecção entre a criação e a remotivação de lexias textuais na poética cabralina e a já aludida literariedade de que fala Alves (2007).

A literariedade pauta-se na constituição metafórico-metonímica da linguagem literária, na especificidade de sua enunciação e no trabalho estilístico de singularização realizado por cada autor, já que, como sabemos, o valor do texto literário não está naquilo de que trata, mas no *como* o trata (ALVES, 2007, p. 8, grifo nosso).

Então, para esta análise, pensar a literariedade em João Cabral passa, indubitavelmente, pelo reconhecimento da presença de criações lexicais em sua poética; mas passa, especialmente, pela observação do “modo” como o fenômeno se processa e quais os resultados expressivos que dele emanam dentro da poética cabralina.

Analisando-se detalhadamente o procedimento da literariedade em relação ao objeto estudado, retoma-se, primeiramente, a constituição metafórico-metonímica da linguagem literária e reconhece-se que ela é uma constatação na poética cabralina. Inúmeras análises têm revelado uma alta incidência de metáforas na obra poética de João Cabral e é assim que esta análise se posiciona. Ainda com Alves (2007, p. 12), compreende-se a metáfora como

[...] uma relação verbal que se condensa em uma ideia, uma imagem ou um símbolo e que pode, pelo contato com outras ideias, outras imagens e outros símbolos, tornar-se mais complexa, desencadeando um processo de liberdade sobre a língua e inscrevendo nela a sua subjetividade criativa.

De modo geral, todo procedimento de metaforização é balizado pela motivação de um significado novo a partir de um já existente, contanto que haja uma semelhança entre os elementos de designação. Em outras palavras, geralmente a metáfora é compreendida como um desvio da significação de um signo a partir de uma comparação mental entre, no mínimo, dois elementos, cuja interação se faz evidente. A relação de transferência dos sentidos entre o elemento A e o elemento B permite a fixação de uma nova pertinência semântica. No caso específico das criações e remotivações de lexias textuais cabralinas, elas revelam nitidamente a relação do significado ou sentido alcançado no contexto com o da lexia textual já memorizada, mas avançam no processo de metaforização sempre a buscar novos sentidos, quantas forem as novas leituras.

No que se refere ao segundo elemento da literariedade, ou seja, à especificidade da enunciação no discurso cabralino, vale levar em consideração alguns pontos, o que se faz a partir da exploração do conceito de enunciação. Entende-se por enunciação a colocação da língua em funcionamento por um ato individual de sua utilização (BENVENISTE, 2006, p. 2), pelos procedimentos de actorialização, espacialização e temporalização na instância da enunciação. Ou seja, é o ato de instauração da língua pelas projeções das categorias de pessoa, de lugar e de tempo no ato de linguagem.

Chama-se a atenção, aqui, novamente, e isso é o que importa nesse particular para esta análise, que a enunciação, apesar de ocorrer tanto para a língua comum quanto para a literária, naquela ela reflete a ação, a paráfrase, visto que ali a comunicação se prende ao dizer em si e ao sentido que esse dizer evoca quando remete à ação; ao passo que nesta, o foco da comunicação volta-se para a relação entre o dizer e o dito, entre a enunciação e o enunciado. Isto é, volta-se para o “modo” como se diz. Por esse prisma, num sentido amplo, a enunciação na poética cabralina ganha em qualidade ao explorar o senso crítico do enunciador, em primeira instância, e da habilidade (meta)linguística do autor, em segunda instância, produzindo o efeito de realidade desejado em sua crítica social.

Quanto ao último elemento da literariedade, ou seja, o trabalho estilístico de singularização realizado pelo autor, cumpre retomar o aspecto da expressividade na/da literatura e, de modo específico, das criações lexicais literárias. A expressividade, segundo Cardoso (2004, p. 151; 2009, p. 69), pode ser compreendida como o resultado de um desvio estilístico, isto é, como outras formas de se dizer o que já foi dito e repetido.

Essa concepção direciona a discussão mais uma vez para a importância, no universo literário, do “como” se diz, em detrimento do que se diz. Ora, todo processo de operacionalização particularizada da língua, tal como se dá na linguagem literária, tem resultado singular, com traço de personalidade imanente no conceito de estilo. Enfim, é desta língua, a que transcende o plano intelectual para buscar a expressão, que se entende emanar o ato linguístico em que repousa a enunciação cabralina.

Diante do exposto, a seguir são apresentados alguns exemplos dos casos de criação e remotivação de lexias textuais cabralinas, com a interpretação da expressividade e do efeito de sentido em seus contextos discursivo-enunciativos, seguidos das respectivas abonações.

Primeiramente, apresentam-se dois casos considerados nesta análise como criações de lexias textuais na poética cabralina, quais sejam os exemplos (01) e (02).

(01) *sobrar da vara do pão*

No contexto, esta unidade léxica textual significa "o excesso dos dias em relação ao que se dispõe de alimento durante um período estipulado". Isto é, sobram dias e faltam provisões. Ou ainda, a unidade léxica textual refere-se a uma situação em que não se tem alimento suficiente para durar até que se possa adquirir novas provisões.

(02) *mais comprido que fio de tecelão*

Em consonância com a anterior, esta outra unidade léxica textual pode ser entendida como "a passagem lenta das horas de quem não tem o que fazer e pouco dispõe do que comer". Isto é, ela indica que os dias de quem tem fome são percebidos ou sentidos, dada a dificuldade de se suportar a situação, como mais longos.

Ambas as unidades supra arroladas figuram o mesmo contexto e formam um bloco de sentido em que o enunciador faz referência à obra poética de Joan Brossa.⁶

⁶ Joan Brossa i Cuervo foi um poeta modernista espanhol inspirador e um dos fundadores do grupo e da publicação conhecida como *Dau al Set* (1948), tida como uma das principais manifestações modernas da

Juntas, elas representam situações do dia a dia das pessoas que vivem em bairros economicamente desfavorecidos da cidade de L'Hospitalet de Llobregat, na Catalunha, considerada a região industrial e suburbana de Barcelona, onde a maioria da população se vale de poucas condições para suprir suas necessidades básicas de forma completa e adequada e na qual passa a viver o referido poeta.

No enunciado, elas compõem o discurso da miséria de grande parte da classe artística cuja produção ainda não alcançou visibilidade e cuja adversidade conduz à consciência crítica. Discurso este que atravessa o da denúncia social. Ou seja, segundo o enunciador, são exatamente essas condições de miserabilidade em que vive o poeta Joan Brossa ao mudar-se para L'Hospitalet que o levam a refletir e, por conseguinte, a produzir uma obra mais complexa, mais profunda e, em tese, de maior valor crítico.

Abonação: "Mas porém como buscava / onde é o sol mais temporão, / pelo Clot. Hospitalet, onde as semanas / *sobram da vara do pão* / e o horário é *mais comprido* / *do que fio de tecelão*, / acabou vendo, Joan Brossa, / que os verbos do catalão / tinham coisas por detrás / eram só palavras, não." (PCF, VI, p. 124-125).

Os exemplos (03), (04) e (05) são considerados nesta análise casos de remotações de lexias textuais já existentes no léxico da língua portuguesa e se consolidam na poética cabralina exclusivamente pela comutação de um dos elementos do bloco por outro com o qual ele apresenta uma intersecção semêmica metafórica.

(03) *sede de palha*

Esta unidade criada pelo processo de remotação de lexia textual já existente faz referência, no enunciado, ao curso ("viagem") do rio Capibaribe desde a sua cabeceira, na serra do Jacarará, até a cidade do Recife, onde desemboca. Observado o fluxo natural do rio, nota-se que ele nasce numa região agreste onde a seca predomina e vai ter sua foz no mar, onde, naturalmente, não há aridez.

Considerado o contexto, a unidade criada remete o enunciatário à sede metafórica do rio e à sede natural de todo retirante que acompanha o seu curso para chegar ao seu destino. Para ambos a sede começa renitente mas vai diminuindo à medida em que eles – rio e retirante – aproximam-se da Zona da Mata, onde o clima é mais ameno, a seca é mais branda e o rio vai-se tornando mais caudaloso.

Tendo em vista este fato, reconhece-se como lexia textual de base para a remotação a unidade lexicalizada "fogo de palha", que significa "fogo forte, mas fugaz".

A remotação acontece, portanto, sugerindo que essa sede do retirante que, a princípio, é voraz torna-se passageira se se faz a retirada do agreste para a Zona da Mata acompanhando o curso do rio. Isto é, uma "sede de palha" é aquela que, embora a princípio seja intensa, logo se acaba.

O enunciado mostra, paralelamente ao discurso da miséria renitente do sertanejo, a importância do Rio Capibaribe na geografia e na vida pernambucanas, visto que

arte catalã. É considerado um poeta total sem distinção de gêneros, visto que seu trabalho abarca poesia, prosa poética, poesia visual, cinema, teatro, música, cabaré, *design* gráfico, mágica e circo. Escreveu só na sua língua natal, a catalã (In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Joan_Brossa>. Acesso em 08 fev. 2012).

representa uma possibilidade de mudança de condição econômica e social, entre outras, para o retirante ou para quem dele venha a se beneficiar.

Abonação: "Rio menino, eu temia / aquela grande *sede de palha*, / grande sede sem fundo / que águas meninas cobiçava. / Por isso é que ao descer / caminho de pedras eu buscava, / que não leito de areia / com suas bocas multiplicadas. / Leito de pedra abaixo / rio menino eu saltava. / Saltei até encontrar / as terras fêmeas da Mata." (OR, VI, p. 89).

(04) *sol de dois canos*

Esta unidade é remotivada a partir da unidade lexicalizada "espingarda de dois canos" que designa um tipo de arma de fogo, cuja constituição dupla de canos, sobrepostos ou paralelos, disponibiliza a utilização de dois projéteis que podem ser disparados simultânea ou repetidamente, de modo a permitir o aumento da potência da explosão e da extensão dos seus resultados, ou danos.

No contexto, a unidade criada designa o sol típico de Pernambuco que pela sua intensidade reflete tanto as ações de clarear intensamente, quanto de, metaforicamente, incendiar a terra. O fenômeno parece estar ligado ao fato de o estado pernambucano localizar-se, geograficamente, próximo ao ponto mais leste do continente sul americano e, como o sol nasce também a leste deste continente, esta porção de terra recebe primeira e incidentemente a luz solar em relação aos demais pontos dele. Isso justifica, para o enunciador, a intensidade da luz do sol, a sua incidência e respectivas consequências e sugere as metáforas da sede, do sofrimento e, até, da morte, que revelam ou desvelam a dura realidade daquela terra e daquela gente. Ou seja, assim como a arma de dois canos, que ao repetir o tiro provoca maior estrago, este tipo de sol, isto é o "sol de dois canos", pela duplicação (ou multiplicação, talvez) de sua ação, torna-se arrasador, quase insuportável, e ocasiona a intempérie da seca com suas mazelas: a fome, a miséria, a morte, entre outras, para as quais pouco ou nada se tem feito politicamente.

Nesse caso, o discurso da miséria é atravessado pelo discurso da conformação, da passividade, da aceitação do sertanejo de sua miserabilidade, de seu infortúnio diante de um evento que acaba por considerar natural e corriqueiro e para o qual nem ele espera solução.

Abonação: "O sol em Pernambuco leva dois sóis, / *sol de dois canos*, de tiro repetido; / o primeiro dos dois, o fuzil de fogo, / incendeia a terra: tiro de inimigo. [...] // O sol em Pernambuco leva dois sóis, / o sol de canos, de tiro repetido; / o segundo dos dois, o fuzil de luz, revela real a terra; tiro de inimigo." (AEPP, VII, p. 28-29).

(05) *ditar as canas de seu tempo*

Esta é uma remotivação da frase feita "ditar as regras de seu tempo" que significa "impor ou prescrever as normas que vigoram ou devem vigorar num determinado contexto sócio-histórico ou área". No contexto, a remotivação faz referência à atitude do ilustre Joaquim Cardozo⁷ que, segundo o enunciador, dado o seu

⁷ Joaquim Cardozo foi poeta, contista, desenhista, engenheiro civil, professor universitário e editor de revistas especializadas em arte e arquitetura. De naturalidade pernambucana, notabilizou-se pela sua

conhecimento, perspicácia e notabilidade, mesmo sendo urbano, mais precisamente um "recifense de praia", domina a temática dos engenhos de açúcar e, empregando-a habilmente em suas obras, influencia até quem é do ramo ou um "cria de engenho" e, portanto, conhecedor do assunto.

Esta unidade léxica remete o enunciário ao discurso do latifúndio canavieiro que atravessa o discurso da miséria sertaneja pernambucana, haja vista a subjugação do sertanejo às grandes plantações de cana, à máquina, aos engenhos, ao coronelismo e, conseqüentemente, às condições deploráveis de trabalho que lhe são impostas neste contexto.

Abonação: "De calça e paletó de amianto, / ei-lo entre os cantados encantos, / sem sentir que esse mar que o cerne / é o Atlântico do Nordeste: // De Guarabira, Pirangi, / Carne de Vaca, Serrambi. / Recifense, a um cria de engenho, / *ditou as canas de seu tempo*" (CCR, VII, p. 324).

Considerações finais

Pela análise observou-se que as criações e remotivações de lexias textuais encontradas na poética de João Cabral de Melo Neto promovem uma expressividade única que confirma a percepção do modo como o poeta concebe a sua poesia. Isto é, que a expressividade na poética cabralina se dá tanto pela temática abordada quanto pela própria técnica linguística ou, neste caso específico, pelos processos de construção de palavras em si e respectivos efeitos de sentido.

As criações e remotivações de lexias textuais refletem no fazer poético cabralino aquilo que o poeta considera como manipulação da linguagem ou como "construção". Compreende-se, portanto, que elas são concebidas por ele como um trabalho formal capaz de expressar a crítica histórico-social não só por meio do conteúdo, mas também pela sua forma escritural.

Além disso, nesta análise procurou-se demonstrar que os efeitos de sentido alcançados pelas criações e remotivações de lexias textuais, compreendidas no discurso poético cabralino como a referida forma de manipulação da linguagem, são perpassados pela ironia e irreverência que deste mecanismo resultam. Como peças importantes do enunciado, elas vão ao encontro simétrico da temática abordada em cada contexto em que se inserem e naquilo que é enunciado. Em outras palavras, as particularidades que definem o modo de construção da linguagem na poética cabralina, seja na criação ou na remotivação das lexias textuais, nesta sobretudo pela comutação e ou (re)combinatória de semas, garantem a ironia e a irreverência e estas participam sobremaneira da constituição dos juízos de valor sobre aspectos culturais, sociais, históricos ou outros da vida humana e da sua relação com o meio.

A análise aponta, enfim, que a engenhosidade do poeta pode ser reconhecida também pelas criações lexicais presentes em sua obra e que elas tanto contribuem com o seu cunho crítico, quanto corroboram a qualidade de sua poesia enquanto legítima representante da superação da dicotomia entre expressão e construção e, por conseguinte, do procedimento de literariedade.

colaboração com o arquiteto Oscar Niemayer na construção do conjunto da Pampulha, em Minas Gerais, e dos Palácios de Brasília (In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Cardozo>).

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. 93 p.
- ALVES, W. da S. A linguagem literária do poeta engenheiro: um estudo de *Sevilha Andando* de João Cabral de Melo Neto. *Espéculo – Revista de Estudos Literários da Facultad de Ciencias de la Información*, Universidad Complutense de Madrid, n. 36, jul.-out. 2007. Não paginado. Disponível em <<http://www.red-redial.net/revista-especulo,revista,de,estudios,literarios-268-2007-0-36.html>>. Acesso em: 16 mai. 2011.
- BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. São Paulo: Global Editora, 1981. 323 p.
- _____. Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. v. 1. 2. ed. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2001. p. 33-51.
- BAKHTIN, M. (Volochninov, 1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 196 p.
- _____. *Teoria do romance I: A estilística*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. 254 p.
- BASTUJI, J. Notes sur la créativité lexicale. In: BASTUJI, J. et al. (org.). *Néologie e Lexicologie*. Paris: Larousse, 1979. p. 12-20.
- BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral*. v. II. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.
- CÂMARA JR., J. M. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico Editora, 2004. 79 p.
- CARDOSO, E. de A. A criação neológica estilística. *Revista Matraca* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 147-162, ano 11, n. 16. 2004. Disponível em <<http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca16/matraca16a13pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2011.
- _____. A poesia: escolha lexical e expressividade. In: CARDOSO, E. de A.; GIL, B. D.; CONDÉ, V. G. (org.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 67-78.
- CORREIA, M.; LEMOS, L. S. P. de. *Inovação lexical em português*. v. 4. Lisboa: Edições Colibri, 2009. 94 p.
- CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. 111 p.
- COTRIM, R. M. S. *As Criações Lexicais na Poética de João Cabral de Melo Neto: contribuições aos estudos do léxico no discurso literário*. 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971. 2222 p.

_____. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica 7.0, 2010 (Edição comemorativa aos cem anos de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). 1 CD-ROM.

_____. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010 (Edição comemorativa aos cem anos de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira).

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Librairie Larousse, 1975. 285 p.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica 3.0, 2009. 1 CD-ROM.

JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, L. C. C. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 98-112.

MARTINS, N. S. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 2000. 259 p.

MELO NETO, J. C. de. *A educação pela pedra e depois*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997a. 385 p.

_____. *Serial e antes*. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997b. 325 p.

_____. *Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 139 p.

Recebido em: 04/10/2015

Aprovado em: 18/04/2016

Análise morfológica dos crioulos do Golfo da Guiné e do kabuverdianu

Shirley Freitas

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
shirleyfreitas@usp.br

Manuele Bandeira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
manuelebandeira@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.653>

Resumo

Neste artigo, investigaremos os processos morfológicos de itens lexicais nas línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné e no kabuverdianu. Segundo McWhorter (1998), as línguas crioulas são mais simples do que as línguas não crioulas. De forma análoga, Thomason (2001) apresenta a *hipótese da transparência semântica*, segundo a qual nos casos em que a morfologia aparece em pidgins e crioulos (algo que não é comum), ela tende a ser regular, transparente, sem as irregularidades comumente encontradas em línguas não crioulas. Apesar desses estudos e de outros que descrevem os mecanismos gramaticais dos crioulos como “simples” e “sem complexidades”, apresentaremos dados que comprovam o uso variado de recursos morfológicos autóctones das línguas estudadas para a criação de novos itens lexicais.

Palavras-chaves: línguas crioulas de base portuguesa do golfo da guiné; kabuverdianu; processos morfológicos; morfologia.

Morphological Analysis of Creoles Spoken in Gulf of Guinea and of Cape Verdean Creole

Abstract

This paper investigates morphological processes of lexical items in the Portuguese-based creole languages from Gulf of Guinea and in Cape Verdean Creole. According to McWhorter (1998), creole languages are simpler than non-creole languages. In a similar way, Thomason (2001) presents the *Semantic Transparency Hypothesis*. According to this hypothesis, in cases that morphology occurs in pidgins and creoles (which would not be usual), it tends to be regular and transparent, and not to contain the irregularities commonly seen in non-creole languages. Despite these studies and others that describe the grammatical mechanisms of creole languages as “simple” and “complexless”, the paper shows data that prove the varied use of native morphological resources in the languages under examination for the creation of new lexical items.

Keywords: portuguese-based creoles from gulf of guinea; cape verdean creole; morphological processes; morphology.

Introdução

O presente estudo investiga os processos morfológicos de itens lexicais nas línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné (santome, lung'ie, angolares e fã d'ambô) e no kabuverdianu. A pesquisa se justifica na medida em que a descrição dos processos morfológicos de formação de palavras nessas línguas permitirá contribuir para a ampliação do entendimento sobre as línguas crioulas em geral. Assim, mostraremos que as línguas analisadas, além de possuírem morfologia, apresentam processos morfológicos autóctones, não se limitando a simplesmente importar os padrões morfológicos de sua língua lexificadora (português).

Dessa maneira, o artigo se organiza da seguinte forma: primeiramente, aspectos gerais das línguas em estudo serão apresentados. Na segunda seção, discutiremos os principais pontos acerca das teorias que defendem a ausência de marcas morfológicas na estrutura gramatical dos crioulos. Traremos, em contrapartida, a perspectiva de que crioulos possuem uma morfologia diversa através de exemplos e dados a serem analisados neste artigo. Antes que seja feita a análise, na terceira seção, demonstraremos os materiais e métodos utilizados para a elaboração da pesquisa. Em seguida, serão apresentados os principais processos morfológicos encontrados nos crioulos portugueses do Golfo da Guiné e no kabuverdianu, tais como a derivação sufixal, a composição, os ideofones e a reduplicação. Por fim, a quinta seção está reservada para as considerações finais e os possíveis desdobramentos desta pesquisa.

Os crioulos de base portuguesa do Golfo da Guiné e o kabuverdianu

O santome ou forro (falado na ilha de São Tomé), o lung'ie ou principense (falado na ilha do Príncipe), o fã d'ambô (falado na ilha de Ano Bom) e o angolares (falado pelas comunidades angolares de São Tomé) são línguas autóctones da região insular do Golfo da Guiné, na África Ocidental. Tais línguas surgiram a partir do contato entre os povoadores portugueses e os escravos africanos, iniciado no último quarto do século XV. Embora, ao serem comparados entre si, apresentem diferenças significativas, os quatro crioulos tiveram uma origem em comum (HAGEMEIJER, 2009). Autores como Günther (1973), Ferraz (1979) e Hagemeyer (2009), entre outros, afirmam que o contato promovido pelo povoamento de São Tomé no final do século XV teve como consequência o surgimento de uma língua crioula de base lexical portuguesa, o protocrioulo do Golfo da Guiné (PCGG), que ramificou nas quatro línguas (santome, fã d'ambô, lung'ie e angolares).

O santome ou o forro é a língua, depois do português, que possui mais falantes em São Tomé. Atualmente, do total absoluto de 173.015 habitantes, 62.707 falam a língua (INE, 2013). No que tange a sua gênese, o santome é considerado, dentre os quatro crioulos, a continuação no tempo do PCGG (HAGEMEIJER, 2009). Seu surgimento está intrinsecamente relacionado à formação de uma nova sociedade com reivindicações e poderes socioeconômicos próprios quando, em 1515 e 1517, o rei Dom Manuel declarou livres as escravas dadas aos portugueses, assim como os seus filhos (HLIBOWICKA-WEGLARZ, 2012). Essa comunidade de *forros* muito provavelmente estava presente na origem e consolidação da nova língua falada na ilha (HAGEMEIJER, 2009).

A ilha do Príncipe está localizada a cerca de 200 km da costa oeste africana. Em 2010, acomodava uma população estimada em 7.230 habitantes numa área de 142 km² (INE, 2013). A ilha se encontrava inabitada no momento em que os portugueses chegaram, provavelmente no dia 17 de janeiro de 1472 (HENRIQUES, 2000 *apud* MAURER, 2009). Embora tenha sido descoberta em 1472, somente por volta de trinta anos depois, a ilha começa a ser colonizada. Com o PCGG já constituído, teria sido levado da ilha de São Tomé para o Príncipe no início do século XVI (HLIBOWICKA-WEGLARZ, 2012). Com a separação e o posterior isolamento, provocado pelo deslocamento para a ilha do Príncipe, houve a formação do *lung'ie*. Por ter sido isolado desde muito cedo, de acordo com Hagemeyer (2009), do ponto de vista do léxico e da fonologia, o *lung'ie* é o crioulo do Golfo da Guiné que mais apresenta léxico de origem edo e o que mais reteve características fonológicas, exclusivas da área onde as línguas edoídes eram faladas.

Ao lado do *santome*, o *angolar* é também uma língua autóctone falada na ilha de São Tomé. Os falantes do *angolar* vivem nas zonas do litoral de São Tomé, no distrito de Caué, entre Ribeira Afonso até Porto Alegre e, no litoral noroeste, a partir de Neves até Bindá, no distrito de Lembá, e ademais, próximos à cidade de São Tomé, existem pequenos grupos de falantes em São João da Vargem, Pantufo e Praia Melão (CEITA, 1991). Para fins de análise, investigou-se o *angolar* falado na comunidade de São João dos Angolares, uma pequena vila do distrito de Caué. Estima-se que sua população local seja de 6.887 habitantes (INE, 2013). No que tange à gênese do *angolar*, há três hipóteses concorrentes (SEIBERT, 2004). A primeira hipótese, de origem popular e difundida dentre a população local, formulada no século XIX, defende que os angolares são descendentes dos sobreviventes de um naufrágio de um navio de escravos oriundo de Angola em meados do século XVI. A segunda hipótese alega que os angolares seriam habitantes autóctones de São Tomé e, por essa razão, já estariam presentes na ilha no momento em que os portugueses ali aportaram. Por fim, a terceira hipótese (hipótese dos quilombolas) advoga que os ascendentes dos angolares eram antigos escravos que fugiram para áreas até então inabitadas, construindo uma nova comunidade, posteriormente ampliada com elementos dos recém-fugidos das roças e das cidades, por volta dos séculos XVI e XVII. Seibert (2004) salienta que diversos documentos históricos sobre escravos fugidos e comunidades de fugitivos em São Tomé evidenciam a hipótese dos quilombolas.

Localizada ao sul de São Tomé, Ano Bom (Annobón em espanhol) é uma pequena ilha de 17,2 km² que possui um número de falantes estimado em 5.600, sendo cerca de 5 mil na Ilha de Ano Bom, e 600, na diáspora, incluindo a capital Malabo, em outros lugares da Guiné Equatorial Continental e na Espanha (ARAUJO et al., 2013). Quanto ao seu estatuto político, Ano Bom pertence à República da Guiné Equatorial (CALDEIRA, 2007; ARAUJO et al., 2013). Como São Tomé e Príncipe, Ano Bom estava inabitada até a chegada dos europeus. Do período em que foi descoberta até 1778, a ilha foi colônia dos portugueses. De 1778 a 1968, Ano Bom passa a ser de domínio espanhol e, a partir de 1968, passa a pertencer à República da Guiné Equatorial.

Formado a partir do contato principalmente do português e de línguas africanas, o *kabuverdianu* é falado nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Boa Vista, Sal (ilhas de Barlavento); Santiago, Fogo, Maio e Brava (ilhas de Sotavento). Como qualquer outra língua, apresenta

variações, o que, contudo, não significa línguas diferentes. Essas variações são decorrentes das próprias características da colonização das diversas ilhas (diferentes períodos e agentes colonizadores) e também da distância entre as mesmas (RODRIGUES, 2007; LOPES, 2012). As variedades dialetais do kabuverdianu podem ser reunidas em dois grandes grupos (QUINT, 2000a): (i) ilhas de Barlavento, cuja variedade é de desenvolvimento mais recente; (ii) ilhas de Sotavento, que possuem uma variedade mais antiga. É possível ainda distinguir a variedade falada em Santo Antão, que, para Quint (2000a), é tão diferente no âmbito das evoluções fonéticas e morfológicas que poderia estar em um grupo à parte.

Quanto ao seu estatuto, o kabuverdianu é a língua materna de grande parte da população caboverdiana, sendo o sistema preferido para a comunicação diária informal, sobretudo no registro falado. Por outro lado, a língua oficial do país é o português – Cabo Verde inclusive faz parte do grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) –, usado na escolarização, na mídia, nos documentos oficiais e na esfera político-econômica (QUINT, 2000b; PRATAS, 2002; SILVA, 2008; LOPES, 2012; MIRANDA, 2013). Esse quadro cria uma situação de diglossia, na qual duas línguas convivem em um mesmo espaço, mas não gozam do mesmo *status* sociopolítico.

Sobre a (não) morfologia dos crioulos

De acordo com a teoria do *Protótipo Crioulo*, elaborada por McWhorter (1998), as línguas crioulas são mais simples do que as outras línguas. Segundo o autor, as línguas mais antigas e mais “avançadas” têm morfologia, já que acumulam complexidade com o passar do tempo, ao passo que os crioulos não teriam existido por tempo suficiente para adquirir tais complexidades, não possuindo morfologia. Embora tais afirmações tenham alcançado repercussão no âmbito dos estudos crioulos, é preciso salientar que McWhorter não foi o primeiro a falar sobre a simplicidade dessas línguas e a inexistência de morfologia. Em consonância com esse pensamento, mais de uma década antes, Seuren e Wekker (1986) já defendiam que a morfologia se caracterizava como essencialmente ausente nas línguas crioulas.

Nos últimos anos, há um corpo crescente na literatura sobre a morfologia de pidgin e crioulo, em que essas visões tradicionais são desafiadas (ARENDS, 2001; KOUWENBERG, 2003; PLAG, 2005). A primeira crítica feita ao *Protótipo Crioulo* (ARENDS, 2001) tange ao próprio conceito de complexidade referida por McWhorter: “Qual gramática é mais complexa, aquela com n regras, cada uma com complexidade C , ou aquela com $2n$ regras, cada uma com complexidade $C/2$?”¹ (ARENDS, 2001, p. 180-181, tradução nossa). Como o próprio McWhorter chama a atenção, questões sobre o nível da complexidade não podem facilmente ser respondidas, principalmente devido ao problema da medição dessa complexidade. Além disso, Arends sinaliza o aspecto estritamente quantitativo da análise de McWhorter:

[...] eles (*os critérios*) são todos do tipo “mais é mais complexo”. Uma gramática é julgada ser mais complexa se ela tem mais fonemas (marcados), mais tons, mais regras sintáticas, mais distinções semânticas e/ou pragmáticas gramaticalmente expressas,

¹ “Which grammar is more complex, the one with n rules, each of complexity C , or the one with $2n$ rules, each of complexity $C/2$?” (ARENDS, 2001, p. 180-181)

mais regras morfofonêmicas, mais casos de analogia, alomorfia, concordância. Aspectos qualitativos de complexidade, tais como complexidade interna das regras em si, não são levados em consideração.² (ARENDS, 2001, p. 180, tradução nossa)

McWhorther (1998) propõe um sistema de medida baseado em quatro critérios principais relacionados à fonologia, à sintaxe, às categorias (morfológicas e sintáticas) e distinções gramaticais e, por fim, à morfologia flexional. Para Arends (2001), os critérios não seriam ilegítimos, no entanto, o que permanece sem razão seria por que a esses quatro critérios é atribuída tal significação, ao invés de quaisquer outros critérios também cogitáveis e plausíveis. Ademais, Arends (2001) alerta que, em inglês, é justamente a ausência de morfologia nas raízes que torna o sistema complexo.

O segundo ponto da crítica ao *Protótipo Crioulo* diz respeito à caracterização dos crioulos como línguas sem muitas complexidades devido à falta de tempo para se desenvolverem, se comparados às línguas não crioulas. Sobre isso, Pratas (2002) questiona:

Dizer que não houve tempo para os “aperfeiçoamentos” deverá implicar que estamos a referir-nos aos primeiros anos do contacto de línguas, e não aos quatro ou cinco séculos que se lhe seguiram; se assim não for, qual falta de tempo? Mas, acima de tudo, que “aperfeiçoamentos”? Não será precisamente porque uma língua tem em si todos os elementos estruturais necessários aos seus falantes (a quaisquer falantes, e não a uns em particular) que ela não precisa de se “aperfeiçoar”? (PRATAS, 2002, p. 10)

Pratas também chama atenção sobre a questão relacionada à morfologia simples dos crioulos, caracterizado frequentemente como resultado das “mutilações” da morfologia verbal das línguas europeias:

[...] o que dizer quanto à morfologia simples do inglês, que nos verbos regulares apresenta apenas um morfema de passado e, no presente, apresenta apenas um morfema de terceira pessoa do singular não tendo nenhum marcador realizado em todas as outras pessoas? Como explicaremos esta “simplicidade”? Terá sido fruto de “mutilações”? Motivadas por que argumento de ordem cultural? (PRATAS, 2002, p. 10)

Ainda sobre o *status* da morfologia dos crioulos, Thomason (2001) apresenta a *hipótese da transparência semântica*, segundo a qual nos casos em que a morfologia aparece em pidgins e crioulos (algo que não é comum), ela tende a ser regular, transparente, sem as irregularidades comumente encontradas em línguas não crioulas. Plag (2001) e Braun e Plag (2003), contudo, defendem que a opacidade pode surgir em línguas que foram resultados do contato, tais como os crioulos. Ao observarem o sranam antigo, os estudiosos encontraram formas semanticamente opacas que já ocorriam com frequência nos primeiros estágios de desenvolvimento do crioulo,

² “[...] they (criteria) are all of the type “more is more complex”. A grammar is judged to be more complex if it has more (marked) phonemes, more tones, more syntactic rules, more grammatically expressed semantic and/or pragmatic distinctions, more morphophonemic rules, more cases of suppletion, allomorphy, agreement. Qualitative aspects of complexity, such as the internal complexity of the rules themselves, are not taken into account.” (ARENDS, 2001, p. 180)

o que contradiz a hipótese da regularidade e transparência semântica, inerentes aos crioulos segundo Thomason (2001).

Embora seja frequentemente afirmado que as línguas crioulas carecem de morfologia, é possível encontrar outras contra-evidências nos crioulos, como o sufixo transitivo do tok pisin e o prefixo de diminutivo do fa d'ambô (cf. THOMASON, 2001; SEGORBE, 2007). Segundo Segorbe (2007), no fa d'ambô, utiliza-se o prefixo <ná> para formar diminutivos como: *ná-mosa* 'mocinha' cuja base lexical é *mosa* 'moça, garota, mulher', *ná-meza/ ná-bafitu* 'mesinha' cujas bases lexicais são *meza/ bafitu* 'mesa'. Assim, tem-se a estrutura geral no fa d'ambô de (PREF) **ná** + raíz (nome) = *nome no diminutivo*. Ademais, tem sido demonstrado que línguas como o papiamentu e o haitiano preservaram (ou reconstruíram) morfemas derivacionais de suas línguas lexificadoras como o *-dor* e o *-mento*.

Outro contraexemplo pode ser encontrado no complexo sistema pronominal do kabuverdianu (variante de Santiago) que apresenta formas fortes, formas livres e clítics (PRATAS, 2013):

Quadro 1. Sistema pronominal do kabuverdianu³

	Formas fortes	Formas livres	Clítics de sujeito	Clítics de objeto
1sg⁴	<i>Ami</i>	<i>Mi</i>	<i>N</i>	<i>-m⁵</i>
2sg (informal)	<i>Abo</i>	<i>Bo</i>	<i>Bu</i>	<i>-bu/-u</i>
2sg (form, masc)	<i>Anho</i>	<i>Nho</i>	<i>Nhu</i>	
2sg (form, fem)	<i>Anha</i>	<i>Nha</i>	<i>Nha</i>	
3sg (fem, masc)	<i>Ael</i>	<i>El</i>	<i>E</i>	<i>-l</i>
1pl	<i>Anos</i>	<i>Nos</i>	<i>Nu</i>	<i>-nu</i>
2pl	<i>Anhos</i>	<i>Nhos</i>	<i>Nhos</i>	
3pl	<i>Aes</i>	<i>Es</i>	<i>Es</i>	<i>-s</i>

Nesse primeiro quadro, é possível notar que somente as formas de segunda pessoa do singular, em tratamento formal, equivalentes a *o senhor* e *a senhora*, apresentam marca de gênero. Nas demais formas, a referência de gênero é conseguida através do contexto discursivo (PRATAS, 2002). As formas livres, presentes no quadro, são formas que podem ser separadas do verbo, no caso das formas fortes são formas que preenchem a posição de tópico e se encontram em contexto de redobro. Isso confirma a afirmação de Plag (2005, p. 7, tradução nossa) de que “[...] em princípio, não há um limite maior para o poder formal do sistema morfológico de pidgins e crioulos do que aquele encontrado em outras línguas.”⁶.

Embora McWhorther (1998) tenha trazido novamente a noção de complexidade nas línguas para a discussão, sua noção do que é complexo no âmbito linguístico permanece demasiadamente vaga. Além disso, a dificuldade seria para que falante? Como Arends (2001, p. 181-182, tradução nossa) pontua: “Não se diz se a língua será difícil para o aprendiz de L1 ou L2, nem avalia a língua sobre qualquer coisa mais do

³ Quadro retirado de Pratas (2013).

⁴ Abreviaturas: 1sg: 1ª pessoa do singular (etc.); 1pl: 1ª pessoa do plural (etc.); form: formal; masc: masculino; fem: feminino.

⁵ O hífen usado nessa coluna de *clítics de objetos* foi usado para marcar o padrão gráfico que convencionalmente indica a escrita de tais clítics com o hífen.

⁶ “[...] there is in principle no greater limit to the formal power of the morphological system of pidgins and creoles than to that of other languages.” (PLAG, 2005, p. 7)

que um nível intuitivo.”⁷ De forma análoga, Thomason (1996) argumenta que a classe de línguas em contato não corresponde a qualquer tipologia estrutural:

Essa definição [de línguas de contato] é fundamentalmente histórica; é baseada em diversidade nas fontes de estruturas linguísticas, em vez de características tipológicas da língua. A razão para insistir na definição histórica é que definições sincrônicas não funcionam; não existe, por exemplo, uma lista mestre de traços linguísticos que sejam universalmente compartilhados por, e exclusivamente por, línguas de contato, ou mesmo pidgins e crioulos como um conjunto.⁸ (THOMASON, 1996, p. 3, tradução nossa)

Essa visão é defendida por um corpo crescente na linguística como Plag (2005) que afirma que “[...] embora os pidgins e crioulos pareçam ter menos morfologia do que suas línguas lexificadoras, há de fato uma morfologia em pidgins e crioulos, com diferenças importantes entre línguas individuais e também entre línguas de diferente *status* (pidgin ou crioulo).”⁹ (PLAG, 2005, p. 2, tradução nossa). Tendo em vista a breve discussão acerca da morfologia crioula, compartilhamos com Thomason (2001, p. 169, tradução nossa) a crença de que “[...] os pidgins e crioulos possuem muito mais diversidade estrutural do que os especialistas costumavam visualizar”¹⁰. Para ilustrar isso, neste artigo, discutiremos os dados encontrados nos crioulos de base portuguesa falados no Golfo da Guiné e no kabuverdianu.

Materiais e métodos

O *corpus* deste trabalho foi formado por itens lexicais em que se verificaram processos de formação de palavras nas variedades modernas do kabuverdianu e dos crioulos de base portuguesa do Golfo da Guiné. As palavras do kabuverdianu foram coletadas no dicionário de Brüser et al. (2002) e em Freitas (em preparação). Já para o Golfo da Guiné, recorreremos a Araujo e Hagemeyer (2013), Araujo, G., Agostinho, Araujo, V. e Bandeira (em preparação) e Bandeira (em preparação).

Durante a pesquisa, o trabalho com os dados seguiu algumas etapas. Primeiramente, houve o levantamento de dados, em que, a partir das fontes citadas anteriormente, foram selecionados os vocábulos. Em seguida, os itens lexicais coletados das fontes escritas dos crioulos de base portuguesa do Golfo da Guiné foram gravados com pelo menos dois falantes nativos (para cada palavra). No processo de gravação, as palavras foram lidas pelos falantes, a partir da escrita, de forma isolada. As gravações com falantes nativos foram necessárias em virtude de, algumas vezes, uma determinada

⁷ “It does not tell whether a language will be difficult for an L1 learner or an L2 learner, neither does it evaluate language on anything more than an intuitive level.” (ARENDS, 2001, p. 181-182)

⁸ “This definition [of contact languages] is fundamentally historical; it is based on diversity in the sources of linguistic structures, rather than on (say) typological characteristics of the language. The reason for insisting on a historical definition is that synchronic definitions don’t work; there is, for instance, no such thing as a master list of linguistic features that are universally shared by, and exclusive to, contact languages, or even pidgins and creoles as a set.” (THOMASON, 1996, p. 3)

⁹ “[...] even though pidgins and creoles seem to have less morphology than their lexifiers, there is indeed morphology in pidgins and creoles, with important differences between individual languages and also between languages of different status (pidgin or creole).” (PLAG, 2005, p. 2)

¹⁰ “[...] pidgins and creoles display much more structural diversity than specialists used to envision.” (THOMASON, 2001, p. 169)

palavra poder ser escrita de uma forma não prevista nos sistemas gráficos das línguas. Além disso, a partir das conversas com os falantes, foi possível verificar se a palavra era de fato usada ou não. No caso dos dados do kabuverdianu, não foi possível realizar uma viagem de campo, recorrendo-se às transcrições presentes em Brüser et al. (2002) e a conversas com um falante nativo de kabuverdianu que mora em São Paulo. Em seguida, os processos de formação de palavras foram analisados à luz do arcabouço teórico discutido na seção anterior.

Processos de formação de palavras

A partir da análise de dados, observou-se a formação de palavras novas por meio da junção de uma forma nativizada com parte da morfologia das línguas estudadas (santome – ST; lung'ie – LU; angolar – AN; fa d'ambô – FA; kabuverdianu – KV). A pesquisa se debruçou sobre a formação de novos itens lexicais através dos seguintes processos: (a) adição de sufixos, (b) composição, (c) ideofones e (d) reduplicação. Cada processo será visto e discutido separadamente nas próximas subseções.

Derivação sufixal

As quatro línguas crioulas de base lexical portuguesa do Golfo da Guiné e o kabuverdianu apresentam, em seu léxico, marcadores derivacionais do português, tais como o **-mentu**. Inicialmente, pode-se supor que o **-mentu** não seria afixo propriamente dito nessas línguas, mas emprestados em conjunto com as palavras. Como, por exemplo, **lêgulamentu** (ST) 'regulamento', poder-se-ia dizer que tal palavra foi emprestada como um todo, por essa razão o **-mentu** não seria um afixo por si só nas referidas línguas. Entretanto, ao se analisarem vocábulos como **ndjutu[mentu]** (KV) 'falta de respeito', **saka[mentu]** (LU) 'vômito', **benze[mentu]** (ST) 'inauguração', nota-se que o **-mentu** é, de fato, um afixo formador de palavra.

O sufixo **-mentu** esteve presente em um número significativo das palavras analisadas, contudo, de acordo com os dados, pode-se classificar a sua presença em dois grupos distintos:

- (i) o **-mentu** que já foi tomado de empréstimo em conjunto com a palavra de L2;
- (ii) o **-mentu** como um sufixo legítimo na língua.

Exemplos do grupo (i) podem ser vistos no quadro 2 em que há palavras como **naximentu** (LU) 'nascimento', proveniente de *nascimento* em português, ou **pagamento** (KV) 'pagamento', proveniente de *pagamento* em português. Nota-se que **-mentu**, nesses vocábulos do grupo (i), não funciona como sufixo, mas como parte integrante da palavra¹¹.

¹¹ Um revisor chamou atenção para o fato de que casos como **naximentu** e **pagamento** podem ser analisados como possuindo um sufixo, assim como a palavra do português *medicamento*, que poderia ser oriunda de duas vertentes: (i) derivação do verbo *medicar*; (ii) evolução da forma latina *medicamentum*. Ademais, segundo o revisor, para as línguas crioulas estudadas, é possível conjecturar que a análise do **-mentu** como um sufixo nesses vocábulos é o que permite que os falantes criem novas palavras a partir desse elemento. Brüser et al. (2002), discutindo dados do kabuverdianu, apresentam um posicionamento semelhante ao sugerido pelo revisor. Em casos como o de **(a)prizentason** 'apresentação', esses autores sugerem uma dupla explicação para o seu surgimento: empréstimos e derivações internas da língua. Diante dessa possibilidade, pretende-se realizar, em uma pesquisa futura, uma análise mais aprofundada acerca desses casos em que a palavra parece já ter vindo formada do português.

Quadro 2. Exemplos de itens com o -mentu tomado de empréstimo em conjunto com a palavra

ÉTIMO PORTUGUÊS	ITEM EMPRESTADO	GLOSA
<i>Abatimento</i>	Batêmentu (AN)	‘desconto’
<i>Casamento</i>	Kazamentu (AN)	‘casamento’
<i>Polimento</i>	Pulimentu (ST)	‘polimento’
<i>Nascimento</i>	Naximentu (LU)	‘nascimento’
<i>Pagamento</i>	Pagamentu (LU)	‘pagamento’
<i>Sentimento</i>	Sinchimentu (FA)	‘sentimento’

O mesmo não se pode afirmar de palavras do grupo (ii), dispostas no quadro 3, em que há palavras como **vivêmentu** (LU) ‘acolhida’ que deriva de **vivê** (LU) + **-mentu**. Nesse item, por exemplo, nota-se que houve o processo de adição do sufixo **-mentu**, uma vez que não ocorre na língua fonte, o português.

Quadro 3. Exemplos de -mentu como um sufixo legítimo

BASE	BASE + SUFIXO
Saka (LU) ‘vomitar’	Sakamentu (LU) ‘vômito’
Vijya (LU) ‘vigiar’	Vijyamentu (LU) ‘vigia’
Vivê (LU) ‘viver’	Vivêmentu (LU) ‘acolhida’
Subi (FA) ‘subir’	Subimentu (FA) ‘subida’
Sunzu (FA) ‘insultar’	Sunzumentu (FA) ‘insulto’
Ndjutu (KV) ‘tratar sem respeito’	Ndjutumentu (KV) ‘falta de respeito’
Kabali (KV) ‘que não presta, inútil’	Kabalindádi (KV) ‘maldade, má-criação, malcriadez’

O sufixo **-dor** também foi encontrado nos itens analisados e, de forma semelhante ao **-mentu**, é possível categorizar o seu registro em dois grupos distintos:

- (i) o **-dor** que já foi tomado de empréstimo em conjunto com a palavra de L2;
- (ii) o **-dor** como um sufixo legítimo na língua.

Exemplos do grupo (i) podem ser vistos em palavras como **jugador** (KV) ‘jogador’, proveniente de *jogador* em português, ou **gubernurador** (KV) ‘governador’, proveniente de *governador* em português. Nota-se que **-dor**, nestes vocábulos do grupo (i), não funciona como sufixo, mas como parte integrante da palavra.

Quadro 4. Exemplos de itens com o -dor tomado de empréstimo em conjunto com a palavra

ÉTIMO PORTUGUÊS	ITEM EMPRESTADO	GLOSA
<i>Pescador</i>	Pisikarô (AN)	‘pescador’
<i>Comprador</i>	Cumpaadó (FA)	‘comprador’
<i>Gravador</i>	Gavadô (LU)	‘gravador’
<i>Pecador</i>	Pekadó (LU)	‘pecador’
<i>Fundador</i>	Fundadó (ST)	‘fundador’
<i>Carregador</i>	Klagadó (ST)	‘carregador’

Ao observar as palavras do grupo (ii) (que só ocorreram em kabuverdianu), disponíveis no quadro 5, como **pintador** (KV) ‘pintor’ que deriva de **pintar** (KV) ‘pintar’ + **-dor**, nota-se que houve o processo de adição do sufixo **-dor**, haja vista que nenhum desses itens ocorre na língua fonte.

Quadro 5. Exemplos de -dor como um sufixo legítimo

BASE	BASE + SUFIXO
Lora/Rola (KV) ‘revolver(-se), enfardar’	Lorador/Rolador (KV) ‘tábua de lavar a roupa’
Papia (KV) ‘falar, dizer’	Papiador (KV) ‘falador’
Pinta (KV) ‘pintar’	Pintador (KV) ‘pintor/que pinta (bem)’
Rusga (KV) ‘ir a uma festa sem ser convidado’	Rusgador (KV) ‘(aquele) que gosta de se fazer convidado’
Sensia (KV) ‘ficar à espera que lhe seja oferecida uma parte da comida dos outros’	Sensiador (KV) ‘(aquele) que fica à espera que lhe seja oferecida uma parte da comida dos outros’

Composição

O processo de **composição** pode ser entendido como a junção de duas ou mais palavras ou radicais, sem que haja modificação dos elementos formadores. Como se pode observar no quadro 6, os itens justapostos não sofreram alteração, mas, com o processo de composição, assumem um novo sentido. Itens como **lixi** ‘nariz’ e **tapa** ‘obstruir’ (ST) possuem significados independentes, quando isolados, mas, ao serem justapostos, passam a ter um significado próprio como **lixi-tapa** (ST) ‘constipação nasal’.

Quadro 6. Exemplos de itens formados por composição

ITEM 1	ITEM 2	ITEM COMPOSTO
Livlu (ST) ‘livro’	N glandji (ST) ‘grande’	Livlu-n glandji (ST) ‘dicionário’
Lixi (ST) ‘nariz’	Tapa (ST) ‘obstruir, tapar’	Lixi-tapa (ST) ‘constipação nasal’
Livu (LU) ‘livro’	Dêsu (LU) ‘Deus’	Livu-dêsu (LU) ‘bíblia’
Guárda (KV) ‘guardar’	Kumida (KV) ‘comida’	Guárda-kumida (KV) ‘despensa’
Guárda (KV) ‘guardar’	Kabésa (KV) ‘cabeça’	Guárda-kabésa (KV) ‘festa sincrética, pagã-cristã, celebrada pelos pais, padrinhos e amigos, normalmente sete dias depois do nascimento da criança’

Ideofones

O uso de ideofones também foi encontrado no santome, no lung’ie e no angolar. Esse processo bastante heterogêneo é definido por Doke (1935, p. 118-9 *apud* ARAUJO, 2009, p. 24) como “uma representação vívida de uma ideia através do som. Uma palavra, comumente onomatopaica, que descreve um predicado, um qualificativo ou um advérbio em relação ao seu modo, cor, som, cheiro, ação, estado ou sua intensidade. [...]”. Analisando os ideofones que ocorrem em santome, Araujo (2009) afirma que estes elementos são formas presas, ligadas a vocábulos verbais ou nominais específicos (cada ideofone geralmente se liga a uma única palavra da língua). Tratando-se de combinações cristalizadas, devem ser aprendidas pelos falantes, não sendo possível derivar sua formação por meio de regras. Além disso, o ideofone e o vocábulo que ele modifica formam um composto, não podendo ocorrer elementos intervenientes. Quanto à origem dos ideofones, Araujo (2009) considera que essa não é uma questão simples, não se devendo atribuir esses elementos somente à influência do substrato, já que eles também podem ser oriundos de palavras da própria língua e mesmo ter entrado por diversas vias, como adaptação fonológica, reanálise de sintagmas complexos, empréstimos ou *code-switching*.

Dentre os dados analisados neste artigo, foram encontrados alguns exemplos de ideofones, como se observa em (01):

(01)	Baanku (LU) ‘branco’	Baanku fenene (LU) ‘branquíssimo’
	Mon (ST) ‘mão’	Mon kluklu (ST) ‘braço amputado’
	Bôbô (AN) ‘amarelo’	Bôbô la-la-la (AN) ‘amarelíssimo’
	Vêmê (LU) ‘vermelho’	Vêmê bababa (LU) ‘vermelhíssimo’
	Fyô (LU) ‘frio’	Fyô kôkôkô (LU) ‘muito frio’
	Limpu (ST) ‘limpo’	Limpu pyenepyene (ST) ‘limpíssimo’
	Yêrê (AN) ‘brilhar’	Yêrê ta-ta-ta (AN) ‘brilhar muito’

Tomando como base as características silábicas dos ideofones apresentadas por Araujo (2009), observa-se que, em todos os exemplos em (01), os ideofones são iniciados por uma consoante, ocorrendo as seguintes estruturas silábicas: CV, CCV, CGV. Além disso, os ideofones estão sujeitos a regras de harmonia vocálica, ocorrendo a repetição de uma mesma vogal. Quanto à forma dos ideofones, predominam casos em que todas as sílabas (duas ou três) são iguais, havendo um exemplo em que o ideofone tem duas sílabas finais idênticas (**fenene**). Por fim, no que diz respeito à função, em grande parte dos exemplos coletados, os ideofones foram usados para intensificar o vocábulo ao qual estão relacionados. Em síntese, ainda que, em alguns casos, os falantes possam fazer uso de advérbios para realizar a intensificação, o uso de ideofones se mostrou recorrente e característico das línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné, não tendo sido encontrados em kabuverdianu.

Reduplicação

A reduplicação é um processo morfofonológico que consiste em repetir parte ou o todo de uma palavra, com o intuito de criar distinção lexical (KAGER, 1999). Essa repetição de elementos de uma palavra pode ser parcial (apenas parte da palavra é reduplicada) ou total (a palavra inteira é reduplicada) com o objetivo de criação morfológica. É importante distinguir os casos de *reduplicação verdadeira*, na qual a parte reduplicada apresenta um conteúdo lexical independente, constituindo uma palavra da língua (por exemplo, em português brasileiro, existem as palavras *pega* e *pega-pega*) da chamada *pseudoreduplicação*, na qual os elementos reduplicados só existem na forma reduplicada. Somente os casos que se encaixam no primeiro grupo interessam para esta pesquisa.

Tomando como base a análise feita para o papiamentu (BANDEIRA; FREITAS, 2012), observamos que a reduplicação também é um mecanismo recorrente nas línguas de base portuguesa do Golfo da Guiné e no kabuverdianu, aplicando-se tanto às categorias gramaticais quanto às categorias lexicais. No nível gramatical, há duas funções desse processo:

Quadro 7. Exemplos das funções gramaticais da reduplicação nas línguas analisadas

	Item lexical	Forma reduplicada
Intensificação (input: palavras de qualquer categoria lexical)	Vede (ST) ‘verdadeiro’	Vede-vede (ST) ‘muito verdadeiro’
	Dôdô (ST) ‘doido, maluco, lunático’	Dôdô-dôdô (ST) ‘amalucadamente, desnorteadamente’
Distributiva (nomes e palavras que se referem à quantidade)	Ūa (ST) ‘um’	Ūa-Ūa (ST) ‘alguns’
	Dexi (LU) ‘dez’	Dexi-dexi (LU) ‘cem’
	Páka (KV) ‘embrulho, maço’	Páka-páka (KV) ‘em maços, aos bocados’

Por outro lado, o nível lexical constitui-se por formas que podem ser relacionadas a uma base, no entanto, desenvolveram um significado especializado. As relações semânticas que se estabelecem podem ser principalmente de dois tipos:

Quadro 8. Exemplos das funções lexicais da reduplicação nas línguas analisadas

	Item lexical	Forma reduplicada
Múltipla ocorrência daquilo que é veiculado pela palavra-base	Xinza (FA) ‘cinza’	Xinza-xinza (FA) ‘em cinzas’
Objeto ou atividade que tem o que é descrito pela palavra-base como característica mais proeminente	Yeta (ST) ‘esconder-se’	Yeta-yeta (ST) ‘esconderijo’

Além desses exemplos, há ainda outros com diversas funções, a exemplo da distributiva como em **txo-txo-txo** ‘aos pedaços’, mudança de classe gramatical como em **sata-sata** ‘espevitado’ e intensificação como em **lentu-lentu** ‘muito lento’.

Quadro 8. Exemplos de reduplicação nas línguas analisadas

Palavra-base	Forma reduplicada
Futi (KV) ‘perder a razão, ficar louco’	Futi-futi (KV) ‘debater-se, agitar-se, esforçar-se’
Pinho (AN) ‘espinho’	Pinho-pinho (AN) ‘espinhento’
Sata (ST) ‘pular’	Sata-sata (ST) ‘espevitado’
Zuntá (FA) ‘juntar’	Zuntá-zuntá (FA) ‘entremesclar’
Lentu (LU) ‘lento’	Lentu-lentu (LU) ‘muito lento’
Djáki (KV) ‘bezerro, novilho’	Djáki-djáki (KV) ‘carrapateira, mamoneira, rícino’
Bóka (KV) ‘boca, bico’	Bóka-bóka (KV) ‘a sós, em segredo’
Fuska (KV) ‘ficar bêbado’	Fuska-fuska (KV) ‘lusco-fusco, noitinha, crepúsculo, alvorada’
Txo (AN) ‘pouco, pequeno’	Txo-txo-txo (AN) ‘aos pedaços’

Analisando somente os casos de reduplicação verdadeira, ainda que não tenha sido possível depreender uma função mais expressiva – como no caso do papiamentu conforme Bandeira e Freitas (2012) –, observou-se que as línguas estudadas fazem uso recorrente do mecanismo de reduplicação para criar novas palavras, cujo significado se relaciona de alguma forma com aquele veiculado pela palavra-base.

Considerações finais

Segundo a teoria do *Protótipo Crioulo* (MCWHORTER, 1998), as línguas crioulas seriam mais simples do que as línguas não crioulas. Conforme tal teoria, as línguas mais antigas, não crioulas, apresentam morfologia, pois teriam mais tempo para

desenvolver complexidades, ao passo que os crioulos não teriam existido por tempo suficiente para adquirir estruturas complexas, não possuindo, por essa razão, morfologia.

A partir da análise de dados, na presente pesquisa, foi observada a criação de palavras por meio da união de uma forma nativizada com parte da morfologia das línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné e do kabuverdianu. Assim, discutiu-se a formação de novos itens lexicais através dos seguintes processos: (a) adição de sufixos, (b) composição, (c) uso de ideofones, e, por fim, (d) reduplicação.

Desse modo, a despeito de estudos que descrevem os mecanismos gramaticais das línguas crioulas como “simples, sem nexos” (SEUREN; WEKKER, 1986, MCWHORTHER, 1998, entre outros), discutimos dados que comprovam o uso variado de recursos morfológicos das línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné e do kabuverdianu para a criação de novos itens lexicais. Assim, contrapomo-nos à ideia de que os crioulos não possuem morfologia.

De todo modo, o presente estudo requer a ampliação das análises acerca dos processos morfológicos das línguas aqui discutidas e novos testes deverão ser feitos para averiguar a existência de mais processos ainda não observados, assim como o comportamento dos compostos sintáticos nas referidas línguas.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, G. Ideofones na língua sãotomense. *Papia*, Brasília, v.19, p. 23-37, 2009.
- ARAUJO, G.; HAGEMEIJER, T. *Dicionário Santome-Português/Português-Santome*. São Paulo: Hera, 2013. 172 p.
- ARAUJO, G. et al. Fa d'ambô: língua crioula de base portuguesa de Ano Bom. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), Campinas, v.55, p. 25-44, 2013.
- ARAUJO, G.; AGOSTINHO, A.; ARAUJO, V.; BANDEIRA, M. *Dicionário Lung'Ie-Português/Português-Lung'Ie*. Em preparação.
- ARENDS, J. Simple grammars, complex languages. *Linguistic Typology*, v.5, p. 180-182, 2001.
- BANDEIRA, M. *Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné*. Em preparação.
- BANDEIRA, M.; FREITAS, S. A reduplicação no papiamentu. *Papia*, Brasília, v.22, n.2, p. 323-334, 2012.
- BRAUN, M.; PLAG, I. How transparent is creole morphology? A study of early Sranam word-formation In: BOOIJ, G.; VAN MARLE, J. (eds). *Yearbook of Morphology 2002*, special section on The Morphology of Creole Languages, ed. by Ingo Plag. Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 81-104.
- BRÜSER, M. et al. *Dicionário do Crioulo de Santiago (Cabo Verde) com equivalências de tradução em alemão e português*, elaborado por Martina Brüser e André dos Reis Santos (Cabo Verde), com a contribuição de Ekkehard Dengler e Andreas Blum, sob a direcção de Jürgen Lang. Tübingen: Narr, 2002. 889 p.

- CALDEIRA, A. Crenças religiosas e ritos mágicos na ilha de Ano Bom: uma aproximação histórica. *Povos e Culturas*, v.11, p. 87-111, 2007.
- CEITA, M. N. *Ensaio para uma Reconstrução Histórico-Antropológica dos angolares de S. Tomé*. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso. Lisboa: CEA/KCTE. p. 1.
- FERRAZ, L. I. *The creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979. 122 p.
- FREITAS, S. *A contribuição do kabuverdianu e dos judeus sefarditas na formação do papiamentu*. Em preparação.
- GÜNTHER, W. *Das Portugiesische Kreolisch der ilha do Príncipe*. Marburg an der Lahn, 1973. 277 p.
- HAGEMEIJER, T. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *RCBLPE*, v.1, p. 1-29, 2009.
- HLIBOWICKA-WEGLARZ, B. A origem dos crioulos de base lexical portuguesa no Golfo da Guiné. *Romanica Cracoviensia*, v.11, p. 177-185, 2012.
- INE. *Recenseamento Geral da População e da Habitação: Características Educacionais da População*. São Tomé: INE, 2013.
- KAGER, R. *Optimality Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 152 p.
- KOUWENBERG, S. *Twice as Meaningful: Reduplication in Pidgin, Creoles and Other Contact Languages*. London: Battlebridge Publications, 2003. p. 7-18.
- LOPES, F. J. *Para uma análise sintática das construções relativas no crioulo da ilha de São Nicolau – Cabo Verde*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MAURER, P. *Principense*. Grammar, texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese creole of the Island of Príncipe, Gulf of Guinea. London: Battlebridge Publications, 2009. 280 p.
- MCWHORTER, J. Identifying the Creole Prototype: Vindicating a Typological Class. *Language*, v.74, n.4, p. 788-818, 1998.
- MIRANDA, W. *O sintagma nominal do caboverdiano: uma investigação semântica*. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PLAG, I. The nature of derivational morphology in creoles and non-creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v.16, n.1, p. 153-160, 2001.
- _____. Morphology in pidgins and creoles. In: BROWN, K. (ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*, 2. ed., v.8. Oxford: Elsevier, 2005. p. 304-308.
- PRATAS, F. *O Sistema Pronominal do Caboverdiano (variante de Santiago)*. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- PRATAS, F. *O sistema pronominal do Caboverdiano*. Handout, 2013.
- QUINT, N. *Grammaire de la Langue Cap-Verdienne*. Paris: L'Harmattan, 2000a. 436 p.

_____. *Le CapVerdien: Origines et Devenir d'une Langue Métisse*. Paris: L'Harmattan, 2000b. 353 p.

RODRIGUES, U. *Fonologia do caboverdiano: das variedades insulares à unidade nacional*. 2007. 443 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

SEGORBE, A. *Gramática descriptiva del fa d'ambô*. Barcelona: CEIBA Ediciones, 2007. 587 p.

SEIBERT, G. Os angolares da Ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas? Textos de História-Dossiê História Atlântica – *Revista do Programa de Pós-graduação em História*, v.12, n.1/2, p. 44, 2004.

SEUREN, P.; WEKKER, H. Semantic Transparency as a Factor in Creole Genesis. In: MUYSKEN, P.; SMITH, N. (orgs.). *Substrata Versus Universals in Creole Genesis*. Amsterdam: Benjamins, 1986. p. 57-70.

SILVA, M. D. da. *Há artigos no Crioulo de Cabo Verde, variedade de Santiago?* 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMASON, S. *Contact languages: a wider perspective*. John Benjamins Publishing, Amsterdam, 1996. 506 p.

_____. *Language Contact*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001. 310 p.

Recebido em: 21/09/2015

Aprovado em: 02/02/2016

A historicidade da linguagem nas novas configurações familiares: um olhar jurídico

Adriana de Moraes Pereira Santos

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil
adrianamoraes@adilsonralfadvocacia.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.724>

Resumo

O presente artigo objetiva discutir a maneira como os princípios constitucionais, a lei e as jurisprudências relacionadas às novas formas de família vêm sendo abordadas no âmbito das ciências jurídicas. Para isso, toma-se como lugar de investigação os postulados teóricos da Análise de Discurso de linha francesa e a Semântica Histórica da Enunciação, a fim de refletir sobre o funcionamento da linguagem jurídica, sobre o alcance ou as transformações que são produzidas, a partir dela, na constituição e posturas dos sujeitos ante as novas tendências relacionadas à igualdade de direitos entre homens, mulheres e homoafetivos, bem como compreender o modo como a materialidade da lei e a interpretação dos tribunais afetam a questão do casamento, da união estável e da guarda dos filhos ante aos novos arranjos familiares. Além de evidenciar como a lógica dos tribunais, manifestada em seus julgados, garante, materialmente, o exercício do Direito e legitima, válida as expressões vigentes na sociedade.

Palavras-chave: análise de discurso; semântica histórica da enunciação; família; novos arranjos familiares, lei.

The language historicity in the new family settings: a legal view

Abstract

The present paper aims to discuss about the way the constitutional principles, the law and the court precedents related to the new family models have been understood within legal science. For that, it is taken as the place of investigation, the studies of the French Discourse Analysis and the Historical Semantics of Enunciation, so that it is possible to reflect on how legal language works, on the reaching or transformations produced from it, on the constitution and the people's attitude facing new trends related to the equality of rights among men, women and homosexual couples, and also to understand how the materiality of the law and the interpretations at the courts influence the marriage, stable union and the children custody, as regards the new family organizations. In addition, it aims to show how the logic of the courts, manifested in their trials, significantly ensures the Law practice and legitimates the current expressions of the society.

Keywords: discourse analysis; historical semantics of enunciation; family; new family organizations; law.

Introdução

O presente artigo objetiva discutir a maneira como os princípios constitucionais, a lei e as jurisprudências relacionadas às novas concepções de família vêm sendo abordadas no âmbito das ciências jurídicas. Para isso, toma-se como lugar de

investigação as ciências da linguagem, sobretudo, adotam-se os postulados teóricos da Análise do discurso de linha francesa. Pretende-se então refletir sobre o funcionamento da linguagem jurídica, sobre o alcance ou as transformações que são produzidas a partir dela na constituição e posturas dos sujeitos ante as novas tendências relacionadas à igualdade de direitos entre homens e mulheres, entre homoafetivos. Busca-se ainda compreender o modo como a materialidade da norma jurídica e a sua interpretação nos tribunais, um discurso testado historicamente, afetam a questão do casamento, da união estável e da guarda dos filhos ante aos novos arranjos da família na contemporaneidade.

De acordo com Roudinesco (2003), em um primeiro momento, alicerçada e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, a família tradicional (patriarcal) tem como fundamento único assegurar a transmissão de um patrimônio, nesse sentido, há nesse período o predomínio dos casamentos arranjados pelos pais, que não consideravam a vida sexual e afetiva dos cônjuges, uma vez que eles ainda eram menores de idade. No segundo momento (final do século XVI até meados do século XX), a família é fundada na reciprocidade de sentimentos e na autoridade, que outrora era assegurada pelo pai, e passa a ser dividida com o Estado. No terceiro momento, a família dita contemporânea não se baseia somente em laços matrimoniais, mas sim em relações nem sempre duradouras, que se baseiam apenas em realizações sexuais. (ROUDINESCO, 2003, p.19).

Tais momentos, abordados pela autora acerca da família, são relevantes, pois evidenciam a importância de se refletir sobre como as relações sócio-históricas que se manifestam na/pela linguagem afetam as mudanças ocorridas no cerne desta instituição, que sempre garantiu a existência e a estruturação dos sujeitos.

1. O discurso jurídico e a família no século XXI

O discurso sólido da estrutura familiar, marcado pelas legislações, que se postava como guardião das tradições, do patrimônio, da transmissão e da circulação de riquezas, afrouxa-se ao longo da história e apresenta-se, neste novo milênio, muito mais fluído, muito mais flexível, muito mais liquefeito, uma vez que seus entes não se submetem mais às vontades de um Pai: tornaram-se “sujeitos desejantes”, donos de seus dizeres e de suas vontades. E essa inversão de posturas faz com que o Direito se interesse, na atualidade, muito mais pela essência – o sujeito – do que pela forma – a família.

Com a elevação da pessoa ao centro da cena jurídica, tudo teve que ser repensado. Tradicionais institutos jurídicos perderam a força e o sentido. Houve uma verdadeira ‘desconstrução’ de valores jurídicos, sempre em direção à valorização da pessoa. Com isso compreendeu-se que não é possível pensar em Direito de Família sem pensar em dignidade, inclusão e cidadania. Consequentemente, não foi mais possível falar em ilegitimidade dos filhos ou de qualquer tipo de família. Todos os filhos são legítimos e todas as famílias deverão ser reconhecidas pelo Estado. (FARIAS; ROSENVALD, 2015, prefácio)

Refletir acerca dos sentidos da família no século XXI é demonstrar que a *práxis* humana significa e produz sentido, uma vez que o homem por ser simbólico, por fazer uso e se constituir da/pela linguagem, é afetado pela história, pelo cruzamento de falas, dizeres e já ditos, que se materializam nas Constituições Brasileiras, no Direito de

Família, por que não dizer das Famílias e nas Jurisprudências que buscam dar sentidos e criar sentidos às atitudes e às escolhas dos entes familiares no decorrer da história da humanidade.

Se a ordem do simbólico antecede o sujeito, podemos dizer que é nesse mesmo “campo de linguagem” que se encontra o Direito como discurso, como um conjunto de práticas com ramificações políticas, sociais, morais, históricas e culturais entrelaçadas e reveladas em enunciados que concretizam a ideologia dominante de uma sociedade. Poderíamos dizer que, em princípio, o Direito se posta como um discurso “aparentemente neutro” capaz de apenas “registrar” os acontecimentos sociais, os discursos tradicionais e as preferências valorativas adotadas por uma sociedade.

Nesse sentido, o modo como o discurso jurídico desenvolve todo o arcabouço conceitual-legal que sustenta a ilusão constitutiva do sujeito, faz surgir, segundo Pêcheux (1997[1975], p.182, nota de rodapé 18), o sujeito-de-direito que se apresenta como “uma nova forma de assujeitamento”, a forma “plenamente visível da autonomia”.

O sujeito-de-direito é o portador de um nome, de direitos e obrigações jurídicas, é aquele sujeito que possui a prerrogativa de reclamar uma prestação assegurada pelo ordenamento jurídico e se encontra obrigado a efetivar uma prestação.

O Direito, enquanto sistema, interpela os sujeitos e fornece-lhes uma “realidade”. O discurso jurídico aparenta possuir uma neutralidade que tenta garantir a estabilização dos sujeitos. Pressupõe uma noção *instrumental-comunicativa-funcional* da linguagem, e opera como se a linguagem fosse *transparente*, carente de materialidade própria. Esses traços podem ser observados nos dizeres de Bittar (2003, p. XVI- XVII):

O Direito é praticado por meio da comunicação, pois pressupõe a interação dos agentes, a vida em sociedade e a necessidade de regulamentação de condutas num determinado espaço. [...] O Direito como prática de linguagem, ou linguagens, na forja social, nada mais é que instrumento de intervenção do homem sobre o homem, e assim se apresenta, assim se manifesta, assim se faz [...]. O Direito enquanto retículo sócio-cultural e produto da comunhão de diversos valores sociais (organização, política, convívio, obediência, sobrevivência, trabalho...), tem como uma de suas perspectivas a linguagem [sic]. É a linguagem assim uma de suas características.

Podemos dizer que um dos pressupostos essenciais do discurso jurídico é a comunicabilidade plena dos argumentos, e que as possíveis dificuldades ou os dissensos interpretativos poderão ser solucionados sempre a partir de uma nova interpretação esclarecedora e/ou pela validação interpretativa de uma autoridade. Por não entender a linguagem como transparente, seguindo a posição materialista e ratificando que o funcionamento de sentidos em um texto é atravessado por provocações sociais, impregnadas de memórias, de possibilidades de novas filiações, de futuridades e subjetividades que se entrelaçam, a forma atual de se ver e de se entender a família nos enunciados legais apresenta-se sobre novas concepções e arranjos ao compararmos as Constituições e legislações Civis Brasileiras.

1.1 A Família nas legislações brasileiras

Considerando as legislações brasileiras como *cenae enunciativas*, como um lugar formado por dizeres, podemos pensá-las como espaços singulares, que colocam em jogo e marcam o modo de pensar do “povo brasileiro” ao longo da história.

Assim sendo, ao colocarmos em evidência a historicidade da Família nas Constituições e Codificações brasileiras, podemos verificar em seus enunciados certa relação dialética existente entre os acontecimentos passados – determinados pelos valores coletivos e pelas instituições de poder – o movimentar do discurso tradicional, das preferências valorativas que ora contrastam, ora afirmam os ordenamentos jurídicos adotados por nossa sociedade.

Podemos averiguar que, no percorrer histórico das legislações brasileiras, não há um movimento retilíneo quanto aos sentidos da família, mas sim um movimento cíclico, uma disputa entre o discurso religioso e o discurso jurídico-político acerca do significado desta entidade.

Se tomarmos como ponto de partida a família brasileira à época do texto constitucional de 1824, podemos notar a não existência de qualquer menção à família brasileira, somente havia a fixação das regras de sucessão do Poder Imperial¹, visto que o liberalismo da época não admitia a intervenção do Estado nos aspectos referentes aos indivíduos (OLIVEIRA, 2002, p. 32). Esse “não dito” na constituição, essa não presença de um dispositivo legal que norteasse o Direito das Famílias Brasileiras acabou sendo

¹ Art. 105. O Herdeiro presumptivo do Império terá o Título de "Príncipe Imperial" e o seu Primogenito o de "Príncipe do Grão Pará" todos os mais terão o de "Príncipes". O tratamento do Herdeiro presumptivo será o de "Alteza Imperial" e o mesmo será o do Príncipe do Grão Pará: os outros Príncipes terão o Tratamento de Alteza.

Art. 106. O Herdeiro presumptivo, em completando quatorze annos de idade, prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento – Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e ser obediente ás Leis, e ao Imperador.

Art. 107. A Assembléa Geral, logo que o Imperador succeder no Imperio, lhe assignará, e á Imperatriz Sua Augusta Esposa uma Dotação correspondente ao decoro de Sua Alta Dignidade.

Art. 108. A Dotação assignada ao presente Imperador, e á Sua Augusta Esposa deverá ser augmentada, visto que as circumstancias actuaes não permitem, que se fixe desde já uma somma adequada ao decoro de Suas Augustas Pessoas, e Dignidade da Nação.

Art. 109. A Assembléa assignará tambem alimentos ao Príncipe Imperial, e aos demais Príncipes, desde que nascerem. Os alimentos dados aos Príncipes cessarão sómente, quando elles sahirem para fóra do Imperio.

Art. 110. Os Mestres dos Príncipes serão da escolha, e nomeação do Imperador, e a Assembléa lhes designará os Ordenados, que deverão ser pagos pelo Thesouro Nacional.

Art. 111. Na primeira Sessão de cada Legislatura, a Camara dos Deputados exigirá dos Mestres uma conta do estado do adiantamento dos seus Augustos Discipulos.

Art. 112. Quando as Princezas houverem de casar, a Assembléa lhes assignará o seu Dote, e com a entrega delle cessarão os alimentos.

Art. 113. Aos Príncipes, que se casarem, e forem residir fóra do Imperio, se entregará por uma vez sómente uma quantia determinada pela Assembléa, com o que cessarão os alimentos, que percebiam.

Art. 114. A Dotação, Alimentos, e Dotes, de que fallam os Artigos antecedentes, serão pagos pelo Thesouro Publico, entregues a um Mordomo, nomeado pelo Imperador, com quem se poderão tratar as Acções activas e passivas, concernentes aos interesses da Casa Imperial.

Art. 115. Os Palacios, e Terrenos Nacionaes, possuidos actualmente pelo Senhor D. Pedro I, ficarão sempre pertencendo a Seus Successores; e a Nação cuidará nas acquisições, e construcções, que julgar convenientes para a decencia, e recreio do Imperador, e sua Familia.

“suprido” pelas Ordenações Filipinas, que, juntamente com a Constituição do Império, estabeleceu como oficial a religião Católica e, por consequência, **o casamento quando celebrado pela autoridade católica**. (AZEVEDO, 2002, p. 123-124).

Coube à igreja, amparada pelo Direito Canônico, a incumbência de cuidar da matéria casamento, e da filiação legítima, já que a CF de 1824 não admitia em seus aportes legais ressaltar tal aparato.

No âmbito do Direito Canônico, é a **família considerada pelas Escrituras como entidade de direito divino**. Para a Igreja, **a família tem origem exclusivamente no casamento, instituição criada por Deus e elevada à categoria de sacramento, com a finalidade de santificar a união indissolúvel do homem e da mulher, visando não à satisfação da concupiscência pelo congresso sexual**, mas também, e principalmente, à procriação e educação da prole. (GOMES, 1993, p. 105-118, grifo meu)

Notamos que o sentido da família, neste período, aparece como sinônimo de entidade divina, sacramento, entidade que santificava a união entre um homem e uma mulher, além de visar principalmente a procriação e ser o casamento somente celebrado por uma autoridade católica. E que nossa doutrina antiga em direito familiar foi determinada pela religiosidade.

Tal rigidez na forma de se pensar a realização e a consagração do casamento ocasionou diversas discussões no âmbito social da época, por não ser a religião católica a única praticada no Brasil e não haver o reconhecimento do matrimônio entre as pessoas que não professavam o catolicismo. Como o discurso jurídico não pôde se apresentar como discurso descontextualizado, mas sim como um discurso tecido, confeccionado no seio da vida social, para amenizar os conflitos existentes entre os sujeitos pertencentes às outras religiões, ocorreu a publicação da Lei 1.144 de setembro de 1861 que “[...] deu efeitos civis aos casamentos religiosos realizados pelos não católicos desde que estivessem devidamente registrados”. Porém, somente por meio do Decreto nº 181 de 1890² o casamento civil tornou-se válido no Brasil.

Ainda de caráter não intervencionista, a Constituição Republicana de 1891 mantém os ideais acerca do casamento e acrescenta um único artigo, o artigo 72 §4º que pertencia ao bojo à Declaração de Direitos cujos enunciados mencionavam: “a república só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita”.

Observa-se, no entanto, um remodelar no sentido de família, devido a uma ação política desta Constituição ao instituir a laicização do Brasil e marcar a vinculação do casamento civil nos dizeres constitucionais. Tal mudança nos princípios constitucionais força a elaboração do Código Civil de 1916, Lei 3.701, de 01.01.1916, que deu aparato legal às questões familiares da época.

Conforme esse Código, a família devia ser constituída exclusivamente pelo matrimônio. Há na visão dele uma estreita e discriminatória visão da família, limitando-a ao grupo originário do casamento e o impedimento da dissolução deste. Apresentava distinções entre seus membros e trazia qualificações discriminatórias às pessoas unidas

² O casamento civil, único válido por termos do Art. 108 do Decreto nº 181 de janeiro último, precederá sempre as cerimônias religiosas de qualquer culto com que desejem solenizá-las os nubentes. O ministro de qualquer confissão que celebrar as cerimônias religiosas do casamento antes do ato civil será punido com seis meses de prisão e multa correspondente à metade do tempo.

sem casamento e aos filhos oriundos de tais relações. As referências feitas aos vínculos extramatrimoniais e aos filhos ilegítimos eram punitivas e serviam para excluir direitos (DIAS, 2007, p. 30).

É interessante evidenciar aqui o modo como o discurso da lei aparece ressignificando o sentido da família para a época, que, ao marcar certa transparência, coloca o sentido da família como desprovido de religiosidade e abastecido de poder legal, como se apenas tal condição bastasse para a época.

Já as Constituições Brasileiras de 1937, 1946 e 1969 trouxeram em seu corpo textual um sentido único de que o casamento era a única forma de se constituir uma família. Porém, para conseguir manter a estabilidade social, pois a sociedade se movimenta, a CF de 1946 dedica um capítulo inteiro a esta instituição e, sob sua regência edita a Lei 4.121, de 27.08.1962, intitulada de “Estatuto da Mulher Casada”, que mesmo ainda possuindo características patriarcais – atenuou a condição da mulher casada, conferindo-lhe parcial independência em seus atos. (NAHAS, 2008, p.78). E mais tarde a Súmula 380 de 11.05.1964 que dizia ser “Comprovada a existência da sociedade de fato entre os concubinos”, tornando “cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum”. (NAHAS, 2008, p.78-79).

É na vigência da Constituição de 1967, com a Emenda Constitucional nº 9 de 1977, que realmente se admitiu indissolubilidade do casamento, através da Lei Ordinária Federal 6.515 de 1977, denominada “Lei do Divórcio”. De acordo com Maria Berenice Dias (2007, p.30), “a instituição do divórcio (EC 9/1977 e L 6515/1977) acabou com a indissolubilidade do casamento, eliminando a ideia da família como instituição sacralizada”, além de permitir a realização de um segundo casamento.

1.3 As Famílias na Constituição Federal de 1988

As crescentes modificações de ordem social e econômica durante o século XX, como a Revolução Industrial, seguida pela Revolução Tecnológica, o maior envolvimento da mulher em atividades externas, a liberação sexual, a institucionalização do divórcio, a constituição de relações íntimas e informais mesmo por pessoas já casadas, a obtenção instantânea e abundante de informações acerca das mais variadas tendências mundiais por meio da internet, as relações sexuais iniciadas em idade cada vez mais tenra e os novos arranjos em contexto familiar impulsionaram mudanças drásticas nas relações jurídicas, principalmente no que se refere às famílias, já que todos esses elementos não encontravam amparo nos dizeres da legislação idealizada ao findar do século XIX – que limitava a família ao casamento, dava prevalência aos direitos do chefe de família sobre seus demais integrantes e que pregava a desigualdade na ordem da filiação.

Tais acontecimentos instigaram nossas leis a galgarem por novos paradigmas a fim de “suprirem” as atuais modelagens da nova era das relações familiares que clamava por uma mudança na mentalidade do aplicador da norma jurídica que se encontrava norteado por uma norma constitucional e cívica baseada no modelo patriarcal e hierarquizado.

Foi, então, com o advento da Constituição de 1988 que se pôde verificar mudanças um tanto quanto significativas relacionadas à proteção à família. O

constituente brasileiro, norteado pela tendência da democratização, igualdade, dignidade, pluralismo e aparente ausência de discriminação, elaborou o *caput* do art. 226³ da Constituição Federal de 1988 concedendo à família especial proteção do Estado, sem apresentar à instituição um conceito ao excluir, deste *caput*, a menção ao matrimônio.

A referência à família como base da sociedade foi mantida, porém a CF/88 não determinou modelos específicos, pois face à doutrina constitucional dos direitos fundamentais que valoriza a dignidade da pessoa humana, o Estado não pôde mais admitir apenas um modelo de organização familiar, coube ao direito regular os fatos sociais para legitimar a igualdade e a liberdade que têm os sujeitos de organizarem o seu núcleo essencial de afeto e solidariedade.

Lapidando o sistema anterior, que só reconhecia a sociedade biparental – filhos de pai e mãe – a Constituição Federal de 88 reconheceu a família monoparental, entendeu como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes e assegurou a proteção às mães solteiras, aos pais solteiros, à comunidade de pais ou mães divorciados e eventuais filhos, bem como as famílias instituídas por inseminação artificial, produção independente etc. Assim sendo, a família assume aos dizeres de Luiz Edson Fachin (1999, p. 303-304) uma dimensão renovada, eudemonista, firmada na igualdade, na direção diárquica e na não-discriminação.

Podemos verificar que o Direito de Família tem caminhado no sentido de reconhecer que a dimensão simbólica, muito mais do que o meramente biológico, constitui a base da família. Essa característica fora exaltada em nossa legislação pelo

³ **Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a sua celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

atual Código Civil Brasileiro – CCB, ao regular, por exemplo, o instituto da adoção (art. 1618 e seguintes)⁴ e ao dispor sobre a inseminação artificial (art. 1597 e incisos)⁵.

O ato da adoção, por exemplo, gera o parentesco civil entre adotante e adotado. O filho adotivo equipara-se ao consanguíneo sob todos os aspectos, ficando sujeito ao poder familiar dos adotantes, extinguindo, portanto, o poder familiar dos pais biológicos (art. 1635, IV)⁶ e atribui a situação de filho ao adotado, “desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consanguíneos” (art. 1626)⁷ (GONÇALVES, 2005, p. 350).

O Parágrafo 6º do art. 227 da Constituição Federal de 1988, ao determinar que “os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias em relação à filiação”, deixa em evidência dois dos princípios que regem o direito de família: (i) o *princípio do respeito à dignidade da pessoa humana* que constitui a base da entidade familiar tendo como parâmetro a afetividade, o desenvolvimento de todos os seus membros, e (ii) o *princípio da igualdade jurídica de todos os filhos*, já que não faz nenhuma distinção entre os filhos legítimos, naturais e adotivos, como prezava o artigo 332 do antigo Código Civil Brasileiro de 1916 ao dispor que o parentesco “era legítimo ou ilegítimo, segundo precedia ou não de casamento, e natural ou civil conforme resultasse de consanguinidade ou adoção.”

Há outros artigos do atual Código Civil Brasileiro que, comparado aos artigos do Código Civil Brasileiro de 1916, expõem que a estrutura familiar deve ser embasada no elemento psíquico e afetivo, para que haja uma adequada representação de funções no núcleo da família.

Tomando como base esse raciocínio, por considerar que a união entre pessoas do mesmo sexo constitui uma unidade familiar, por aplicarem, de forma análoga, as mesmas regras previstas para a união estável, foi pronunciado em 2008, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela primeira vez, o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares merecedoras de proteção estatal. Acerca do assunto

⁴ Para um melhor entendimento de nossa comparação, coloco em evidência os artigos do Código Civil Brasileiro referente à adoção: Art. 1.621. “A adoção depende **de consentimento dos pais ou dos representantes legais**, de quem se deseja adotar, e da concordância deste se contar mais de doze anos”. Art. 1.626. “**A adoção atribui a situação de filho ao adotado**, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consanguíneos, salvo quanto aos impedimentos para o casamento. Parágrafo único. Se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, mantêm-se os **vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes**”. Art. 1.627. “**A decisão confere ao adotado o sobrenome do adotante, podendo determinar a modificação de seu prenome**, se menor, a pedido do adotante ou do adotado”. Art. 1.628. “[...] **As relações de parentesco se estabelecem não só entre o adotante e o adotado**, como também **entre aquele e os descendentes deste e entre o adotado e todos os parentes do adotante**”. (negrito meu)

⁵ Quanto à inseminação artificial, nosso CCB discorre: Art. 1.597. “Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: [...] IV – **havidos, a qualquer tempo**, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de **concepção artificial homóloga**; V - havidos por **inseminação artificial heteróloga**, desde que tenha **prévia autorização do marido**. (grifo meu)

⁶ A equiparação do parentesco civil ao parentesco consanguíneo – Art. 1.635. “**Extingue-se o poder familiar: IV – pela adoção**”; (negrito meu)

⁷ Art. 1.626. “**A adoção atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes consanguíneos**, salvo quanto aos impedimentos para o casamento. Parágrafo único. Se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes” (negrito meu).

encontramos controvérsias na doutrina brasileira, uma vez que parcela dela adotava, ou melhor, ainda adota, um posicionamento mais conservador a esse respeito, como Carlos Alberto Gonçalves⁸ e Maria Helena Diniz⁹, por sustentarem que a diversidade de sexos é requisito natural da constituição de uma família, chegando mesmo a expressar “inexistentes as uniões homossexuais”, estando a matéria excluída do direito de família, devendo ser analisada como contrato de sociedade, gerando assim apenas efeitos de caráter obrigacional.

Postando-se de forma diferente, Lenza (2010, p. 952, grifo do autor) expõe:

Com o máximo respeito e profunda admiração que temos pelo ilustre professor com a devida vênua, **não concordamos** com esse posicionamento. Deve ser feita uma interpretação mais ampla do art. 226, § 3º (que discorre sobre a união estável entre homem e mulher) à luz do caput, que prestigia a **proteção à família**, e, especialmente, do princípio da **dignidade da pessoa humana** (art. 1º, III, da CF/88). Não temos dúvida de que o direito tem de evoluir para disciplinar a realidade social das uniões homoafetivas, assegurando o direito à herança, previdência, propriedade, sucessão e, quem sabe, no futuro, de acordo com evolução da sociedade, de adoção de crianças e qualquer outro direito assegurado à união estável como entidade familiar.

Nessa mesma visão, Maria Berenice Dias (2001, p. 97, grifo nosso) argumenta:

[...] impositivo reconhecer a existência de um gênero de união estável que comporta mais de uma espécie: união estável heteroafetiva e união estável homoafetiva. **Ambas merecem ser reconhecidas como entidade familiar**. Havendo consciência duradoura, pública e contínua entre duas pessoas, estabelecida com o objetivo de constituição de família, mister reconhecer a existência de uma união estável. Independente do sexo dos parceiros, fazem jus à mesma proteção.

E finalmente, em 2011, o Supremo Tribunal Federal legalizou o reconhecimento desta união. Fato que abriu precedência à discussão de uma legislação acerca dos direitos matrimoniais e ocasionou várias e constantes polêmicas instigando a apresentação de dois projetos de lei: o Projeto de Lei (PL 6.583/13) denominado Estatuto da Família relatado pelo deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), que define família como o núcleo formado a partir da **união entre homem e mulher**, por meio de casamento, união estável ou comunidade formada pelos pais e seus descendentes¹⁰; e Projeto de Lei Suplementar (PLS 470/13) intitulado como Direito das Famílias que tramita no Senado e **reconhece a relação homoafetivas** como entidade familiar ao rever o instituto da união estável e ampliar o conceito de casamento.

Assim, podemos observar que nosso ordenamento jurídico se encontra diante da seguinte discussão: Deve-se resguardar e dar proteção a essa “nova família” que, mesmo constituída de fato, não recebe qualquer previsão legal ou garantias que resguardam a primeira família? E como tratar os efeitos e consequências diretas causadas por elas em nosso ordenamento como um todo, uma vez que elas existem e coexistem muito além de uma construção textual.

⁸ GONÇALVES, Carlos Alberto. *Direito Civil Brasileiro: direito de família*. São Paulo: Saraiva, 2005. v. VI, p.544.

⁹ DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito civil Brasileiro*. v. 5: direito de família. 22. ed. rev. e atual. de acordo com a Reforma do CPC. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 368.

¹⁰ A definição é a mesma enunciada no Artigo 226 da Constituição Federal de 1988.

Se no Código Civil de 1916 a família se postava matrimonializada, patriarcal, hierarquizada, heteroparental, biológica, unidade de produção e reprodução, e de caráter institucional; agora, com o advento do Código Civil de 2002 encontra-se pluralizada, democrática, igualitária, hetero, homo, ou multiparental, biológica ou socioafetiva, e com caráter instrumental.

Conclusão

Podemos concluir então que esses “acontecimentos políticos” que camuflam os sentidos de uma expressão cuja constituição se encontra na relação integrativa, de forma não fragmentada, de um enunciado enquanto elemento de um texto, no caso, as constituições e codificações civis brasileiras – é que a “família” – se significa – forma uma teia de sentidos ora estabilizados, ora apagados, ora silenciados, ora ressignificados.

Podemos notar também que o discurso jurídico, por possuir, como dissemos, uma “comunicabilidade” natural entre os aspectos costumeiros/particulares da realidade “empírica”, “imediate” e o caráter abstrato/universal do discurso da lei, deve ser ao mesmo tempo “suficientemente rígido” e “suficientemente flexível” para ora regular através da autoridade da Lei (universal) todos os fatos indeterminados, ora poder abrangê-los todos. E isso transmite-nos a sensação de que podemos nos apoiar na lei positivada para solucionar todos os problemas e conflitos existentes no nosso relacionar com o outro. Mesmo que alguma coisa escape à lei escrita, há sempre o que pode ser suprido com a utilização do “bom senso” pelo aplicador da lei, termo que oscila ou condensa, ao mesmo tempo, significações, conotações advindas da vivência humana, que de certa forma nos revela o fundo religioso do “senso comum” que circunda toda sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980[1970]. 122 p.
- AZEVEDO, Á. V. *Estatuto da família de fato*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 661 p.
- BITTAR, E. C. B. *Linguagem Jurídica*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 387 p.
- COSTA, C. C. P. M. (org.). *O novo Código Civil comparativo*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 148 p.
- DIAS, M. B. *União homossexual: o preconceito e a Justiça*, 2001. 304 p.
- _____. *Manual de Direito da Família*. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 608 p.
- DINIZ, M. H. *Curso de Direito Civil brasileiro*. v. 5: direito de família. 22. ed. rev. e atual de acordo com a Reforma do CPC. São Paulo: Saraiva, 2007. 773 p.
- _____. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 591p.
- FACHIN, L. E. *Elementos críticos do direito de família*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 346 p.

FARIAS, C.; ROSENVALD, N. *Curso de Direito Civil: Famílias*. v. 6. 7. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. 1024 p.

GOMES, L. R. de F. O casamento no Direito brasileiro – aspectos diante da Constituição Federal. *Revista Forense*, v. 323, p. 105-118, 1993.

GONÇALVES, C. R. *Direito civil brasileiro*. v. VI: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2005. 728 p.

LENZA, P. *Direito Constitucional Esquematizado*. 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. 1024 p.

MONTEIRO, W. de B. *Curso de Direito Civil*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1989[1910]. 323 p.

NAHAS, L. F. *União Homossexual: Proteção Constitucional*. Curitiba: Juruá, 2008. 154 p.

NUNES, R. *Manual de Introdução ao Direito: com exercícios para sala de aula e lições para casa*. 6. ed. ver. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. 392 p.

OLIVEIRA, J. S. *Fundamentos Constitucionais do Direito de Família*. São Paulo: RT, 2002. 384 p.

ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez Editora, 1990. 260 p.

_____. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. 277 p.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996. 160 p.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999. 98 p.

PEREIRA, R. da C. *Direito de Família: uma abordagem Psicanalítica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. 200 p.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. 277 p.

_____. *Semântica e Discurso*. Tradução brasileira de *Les vérités de la Palice*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997[1975]. 317p.

_____. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997[1983]. 66 p.

PLON, M. Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs. análise do inconsciente. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. 302 p.

RODRIGUES, S. *Comentários ao Código civil*. Parte especial: direito de família. v. 17 (arts. 1511 a 1590) / Sílvio Rodrigues; coord. Antônio Junqueira de Azevedo. São Paulo: Saraiva, 2003. 214 p.

_____. *Comentários ao Código civil*. Parte especial: direito de família. v. 18 (arts. 1591 a 1710) / Sílvio Rodrigues; coord. Antônio Junqueira de Azevedo. São Paulo: Saraiva, 2003. 433 p.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 199 p.

Recebido em: 04/10/2015

Aprovado em: 18/08/2016

“O Brasil dilmou!”: formação e funcionamento semântico-enunciativo de um verbo denominativo derivado de nome próprio de pessoa

Anderson Braga do Carmo

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil
andersonbdocarmo@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.580>

Resumo

Objetivamos compreender a formação e o funcionamento semântico-enunciativo dos sentidos do item lexical “dilmou”, analisando textualidades de meio eletrônico cujas publicações tenham acontecido no período de eleições para a presidência do Brasil em 2014. Para a realização desta pesquisa, consideraremos os pressupostos teóricos metodológicos das abordagens enunciativas de Benveniste (2006[1974]) e Guimarães (2002). Buscamos contribuir com uma reflexão sobre o processo de formação de verbos denominativos derivados de nome próprio de pessoa, enfatizando o percurso eponímico que fomenta este tipo de derivação, bem como demonstrar que uma análise da significação é sempre uma análise das relações, nas quais o que nos interessa observar é o funcionamento de diferentes variáveis de sentido, o que só pode ser evidenciado no exercício da linguagem e na produção do discurso.

Palavras-chave: semântica enunciativa; dilmou; derivação.

“O Brasil dilmou!”: formation and semantic-enunciative functioning of a denominative verb derived from proper name

Abstract

We aim to understand the formation and the semantic-enunciative functioning of the meanings of the word “dilmou”, analyzing textualities of electronic media, whose publications have happened in the Brazilian presidential elections period in 2014. For this research, we will consider the theoretical-methodological tenets of enunciative approaches of Benveniste (2006[1974]) and Guimarães (2002). We search to contribute with a reflection on the formation process of denominative verbs derived from proper name, emphasizing the eponymy route that fosters this type of derivation and demonstrate that an analysis of meaning is always an analysis of relations, in which it is interesting to note the functioning of different variables of meaning, which can only be evidenced in the exercise of language and in the discourse production.

Keywords: enunciative semantics; *dilmou*; derivation.

Introdução

Para Benveniste (2006, p.252), “o aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade”, por conseguinte, todos os trajetos do pensamento são demarcados por termos que revivem progressos decisivos na língua por falantes de uma língua. Considerando uma mudança de situação, saindo do contexto científico cingido por Benveniste e adentrando

o cenário político e, mais especificamente, o das eleições para presidente do Brasil em outubro de 2014, vemos refletir na língua certas estruturas, formas lexicais, que foram inventariadas perante a necessidade do acontecimento e que, se decidiram ou não a eleição, no mínimo, por representarem o extremo de uma particularidade, nos delegaram um inventário próprio de palavras e de sentidos.

Sopesando isso, destacamos, dessa nomenclatura para a constituição deste ensaio, uma palavra frequentemente reproduzida neste contexto: “dilmar”. Compreendendo a variedade de itens derivados que foram arrolados nas eleições, dilmar procede a uma linha de formações análogas em outras eleições, como “jangar”, de Jango (João Goulart), “malufar”, de Paulo Maluf e “lular”, de Lula (Luís Inácio Lula da Silva), e que repercutiu concomitantemente nesta eleição com outras formações similares, como o “marinar”, derivado do nome da também candidata à presidência Marina Silva. Logo, vemos que a formação de verbos denominativos ou denominais envolvendo nome próprio de pessoa manifesta-se de forma bem produtiva em períodos eleitorais, visto que, depois de jangar e lular, na eleição de 2014 o Brasil dilmou.

Desse modo, o objetivo deste estudo é o de compreender e analisar a formação e o funcionamento semântico-enunciativo dos sentidos do item lexical “dilmar” veiculado em textualidades de meio eletrônico, como *blogs*, redes sociais e periódicos, buscando assim contribuir com uma reflexão sobre o processo de derivação em tela, ou seja, o processo de formação de verbos denominativos (ou denominais) derivados de nome próprio de pessoa.

Para a realização deste ensaio, consideramos majoritariamente os pressupostos teóricos metodológicos das abordagens enunciativas de Émile Benveniste, para quem a enunciação é o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (2006, p.82), e de Eduardo Guimarães, para quem “a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua” (2002, p.11). Articulando estas linhas de pensamento, estruturalista (Benveniste) e materialista (Guimarães), ver “como o sentido se forma em palavras” e observar a semantização da língua, esquadrinhando “os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, 2006, p.82), foram aspectos centrais para a realização da pesquisa.

Então, atentando-se ao fato de que “toda forma verbal, sem exceção, em qualquer idioma que seja, está sempre ligada a um certo presente, portanto, a um conjunto cada vez único de circunstâncias que a língua enuncia numa morfologia específica” (BENVENISTE, 2006, p.230), verificamos como o verbo denominativo dilmar, e mais especificamente os empregos de sua forma, seus sentidos, manifestam-se em diversos textos circulados em mídia eletrônica durante as eleições de 2014. Visto que “o sentido a transmitir, ou se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio das palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação” (BENVENISTE, 2006, p.233).

No entanto, antes de iniciar nosso percurso de análise, dedicamos uma seção para esboçar algumas considerações gerais sobre este processo de formação, o que será a base que mobilizaremos em nossa análise.

Verbos denominativos derivados de nome próprio: algumas considerações

Em seu ensaio sobre “os verbos delocutivos” (2005[1958]), Benveniste faz algumas ponderações sobre o que seria um verbo denominativo. Para o linguista “um verbo se diz ‘denominativo’ se deriva de um nome” (2005, p.306). No caso de dilmar, portanto, o verbo se define em relação ao nome próprio de que se deriva, ou seja, dilmar deriva de Dilma, nome da atual presidenta do país e que estava concorrendo às eleições de 2014.

Para Benveniste, “são os recursos e a estrutura de cada sistema linguístico que decidem dessa possibilidade de derivação verbal, como de todas as outras.” (2005, p.312). Assim, ao acrescentar-se a flexão derivativa -a(r) ao substantivo Dilma, vemos que o verbo se forma segundo as normas precedidas pelo espaço de enunciação¹ da língua portuguesa, o que sustenta e permite a produção e o funcionamento da forma. Neste sentido, temos que, por uma questão de formação de sílaba, “dilmar”, bem como “marinar”, “lular” e “malufar” sejam aceitos como elementos linguísticos, e “aécio(ar)” e levy(ar), por exemplo, não.

Segundo Basílio e Martins (2002, p.390), “as melhores condições de produção para verbos denominais são para formações em que se adiciona o sufixo -a(r) para formar um verbo cujo significado corresponde a um processo verbal essencialmente definido por um substantivo enquanto tema do verbo formado”. Nesse sentido, no caso de verbos como dilmar, o nome próprio de pessoa assume um papel fundamental na formulação do verbo, no entanto, quais seriam as contribuições da forma de base para o verbo, e como se estabelece este percurso entre o nome e o verbo?

Para Bréal (2008, p.126), “os nomes próprios são os substantivos por excelência”, isso porque, quando comparados com os nomes comuns, tornam-se “os mais significativos de todos, sendo os mais individuais”. Nessa mesma direção, Guimarães (2002, p.41), ao tratar sobre o funcionamento semântico-enunciativo do nome próprio, nos diz que além de ele “identificar um indivíduo biológico enquanto indivíduo para o Estado e para a sociedade” (2002, p.36), no que se refere ao funcionamento referencial destes nomes, ele faz com que “não ha[ja] nenhuma distância que separe o nome de uma pessoa dessa mesma pessoa” (2002, p.41), o que ele denomina de “unicidade”, ou seja, há um procedimento de apagamento do locutor causado pelo processo de identificação social. Deste modo, um aspecto importante a observar foi se a presença desta unicidade, esta referencialidade do nome próprio, também estaria presente no verbo derivado (dilmar), da mesma forma que na forma de base (Dilma), já que esta seria o tema do verbo formado.

Olhando também para outros verbos denominativos, como “malufar” e “janger”, por exemplo, gostaríamos de destacar um caráter evenemencial fundamental neste percurso derivacional. Observemos o seguinte enunciado, retirado da coluna de Ricardo Setti na revista *Veja*:

¹ “Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante.” (GUIMARÃES, 2002, p.18)

Não existem muitas pessoas que podem dizer que há um verbo criado a partir de seu nome. Mas Paulo Maluf pode: ‘Malufar significa roubar dinheiro público’. (SETTI, 2014, online)²

Neste enunciado, podemos ver que o sentido de “malufar” anunciado pelo locutor-colunista se deve a acontecimentos anteriores, que metonimicamente são rememorados na definição que é produzida na cena enunciativa em tela, assim, entre o nome e o verbo, há um funcionamento eponímico. O ex-deputado e ex-prefeito Paulo Maluf sempre esteve sobre a investigação da Polícia Federal de São Paulo, e em 2014 foi acusado de corrupção passiva, improbidade administrativa, lavagem de dinheiro e diversos outros crimes envolvendo o pilhamento de dinheiro público, o que o conferiu o título, endossado pelo bordão: “foi Maluf que fez”, de político que “rouba, mas faz”. É este caráter pejorativo que é rememorado na derivação de Maluf para malufar, pois Maluf vira sinônimo de “político ladrão”, um epônimo então.

Desse modo, vemos que se de um lado a língua fornece as condições morfológicas para a formação do verbo, por outro, como propõem as abordagens enunciativas que adotamos, há um sujeito responsável pela derivação e pela constituição do sentido do verbo, que no momento que o enuncia é tomado por um memorável (GUIMARÃES, 2002, p.12), uma rememoração de outras enunciações, que metonimicamente seleciona alguma característica do personagem a quem refere o nome para designar o verbo derivado. Nesse sentido, a referencialidade entre o nome e o verbo não é direta, há um funcionamento eponímico que significa o nome próprio não como identificação de um indivíduo para o Estado, mas por algum traço marcado por outras enunciações: atos, fatos ou características do sujeito referenciado.

Para pensar os sentidos de dilmar, portanto, observamos o percurso entre o substantivo (Dilma) e o verbo derivado, da mesma forma que fizemos com “Maluf” e “malufar”, pois isto é fundamental para compreendermos a constituição dos sentidos deste tipo de verbo.

Além disso, Benveniste pondera que o traço essencial e próprio de um verbo denominativo está na relação “fazer...”³. Desse modo, dilmar seria “fazer X em relação à Dilma”, onde “fazer X” representa a ação definida em relação ao substantivo de base e o seu percurso eponímico. Logo, a estrutura e este funcionamento semântico garantem a estes verbos uma restrição, um traço particular entre as outras classes de derivados verbais.

Algo que também deve ser ressaltado sobre a formação de verbos do tipo “dilmar”, é que, quanto à direcionalidade, não se questiona qual é a forma de base. Os verbos denominativos derivados de nome próprio de pessoa, diferentemente da maioria dos verbos denominativos, apresentam como forma de base um nome próprio, sendo a direção “substantivo-verbo” a forma canônica de derivação, visto que encontramos em dilmar a marca explícita de acréscimo sufixal: -ar.

² SETTI, R. Senhor propinas. *Veja*, São Paulo, 13 set. 2014. Colunistas. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/disseram/senhor-propinas/>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

³ Benveniste estabelece esta proposição em relação aos denominativos, em comparação aos verbos delocutivos, que estariam numa relação “dizer”. Isto pode ser conferido em: BENVENISTE, É. Verbos delocutivos. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005[1966].

Segundo Basílio e Martins (2002, p.380), a “relação S/V apresenta problemas de análise morfológica no que tange à direcionalidade da formação quando não encontramos uma marca explícita de acréscimo sufixal”. Exemplos como “ajuda” e “sonho” seriam morfológicamente básicos ou deverbais? Eis uma questão que, segundo as autoras, a gramática tradicional tem tratado apenas do lado das formações deverbais, considerando tais substantivos como derivações regressivas, e utilizando critérios de motivação para a direcionalidade pouco confiáveis e até mesmo insuficientes.

No caso dos verbos derivados de nome próprio de pessoa, o funcionamento eponímico é muito claro. Há primeiramente um nome, Dilma, que identifica um indivíduo para o Estado e a sociedade, e então, por um funcionamento eponímico, como explicamos anteriormente, transpõe-se com o acréscimo do sufixo derivacional –a(r), um nome próprio em verbo.

Além disso, de acordo com a direcionalidade de formação deste tipo de verbo podemos hipoteticamente estabelecer uma maior previsibilidade de sentidos, o que também é um problema a ser enfrentado pelos demais verbos denominativos.

Enfim, segundo Bréal (2008, p.125):

Quanto mais a palavra se distancia de suas origens, mais está a serviço do pensamento: segundo as experiências que fazemos, ela se restringe ou estende, se especifica ou generaliza. Acompanha o objeto ao qual serve de etiqueta através dos acontecimentos da história, subindo em dignidade ou descendo na opinião, e passando algumas vezes ao oposto da aceção inicial. Quanto mais apta a esses diferentes papéis, mais se tornou completamente signo.

Considerando o que coloca Bréal, podemos dizer, então, que os verbos denominativos derivados de nome próprio efetuam-se sobre a pressão de certas necessidades lexicais: deve-se à importância deste nome em uma cultura. Há um movimento eponímico e ao mesmo tempo derivacional que faz com que este verbo, mesmo apresentando como tema um nome próprio, ao estar a serviço do pensamento e à disposição dos falantes, tenha um funcionamento próprio de sentido, o que verificaremos em análise na nossa próxima seção.

Dilmar e o funcionamento semântico-enunciativo dos sentidos

No que se refere ao funcionamento de sentidos de uma forma linguística, Benveniste admite um único princípio: “o ‘sentido’ de uma forma linguística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (2005, p.320). Assim, considerando o verbo dilmar, trilharemos um percurso em que apresentaremos alguns exemplos de emprego do verbo em contextos em que seja possível entender a significação do verbo, o seu sentido.

Desse modo, com o intuito de ressaltar a distribuição e as capacidades combinatórias de um “sentido” para dilmar, formalizaremos, quando possível, as definições em uma fórmula que se baseia em dois princípios já explicitados: 1º) o traço essencial de um verbo denominativo está na relação “fazer...” (BENVENISTE, 2005, p.315); 2º) o percurso eponímico entre o nome derivante, o substantivo de base, e o derivado, o verbo, denota um papel importante na relação fazer imposta por este tipo de verbo. Desse modo, temos:

dilmar = fazer X (Dilma)

Nesta fórmula “fazer X (Dilma)” corresponde ao sentido total revelado pelo contexto de uso, “X” é o elemento responsável pela variável de sentido, e “fazer X” pode ser substituído por outro verbo que corresponda a uma relação do tipo “fazer...” ou que apresente a acionalidade marcada pelo verbo. Além disso, observaremos a possibilidade de inserção de outros elementos linguísticos à fórmula, tais como preposições, e a possibilidade de subtração do nome próprio em alguns empregos, o que atesta o funcionamento eponímico no processo de derivação de substantivo a verbo.

Enfim, examinemos um primeiro conjunto de empregos, no qual recortamos os títulos e alguns fragmentos de textos veiculados em meios eletrônicos:

a.1. O dia em que a Veja ‘dilmou’

[...] A força que Veja pede aos seus leitores seja dada à 'tia' Dilma (é assim que costume trata-la no meu blog, sem nenhum desrespeito, muito pelo contrário, com carinho) me faz voltar ao passado [...] (GOMES, 2011)⁴

a.2. Le monde já dilmou

A ministra Dilma Rousseff já pode comemorar um apoio de pouco peso eleitoral, mas muito peso simbólico. O prestigioso jornal francês *Le Monde* acredita que a vitória de Dilma nas eleições do ano que vem seria positiva para a democracia brasileira e diz que ela tem a seu favor "a inteligência, força de trabalho e qualidade como administradora" [...] (MAGALHÃES, 2009)⁵

a.3. Dilmando na praia! Neste domingo

Vem pra praia! Vem lutar! É DOMINGO, É A PARTIR DAS 09h, É NO PORTO DA BARRA, é pra fazer a bandeira da #DilmaCoraçãoValente de canga e curtir um belo banho de sol! (MUDA MAIS, 2014)⁶

a.4. O Brasil dilmou

Pesquisas divulgadas hoje mostram mais avanço da presidenta Dilma, em todos os estados brasileiros [...] (ROSÁRIO, 2014)⁷

Ao considerarmos este conjunto de empregos do verbo dilmar, verificamos que um primeiro sentido para o verbo pode ser apresentado pelas formas:

dilmar = fazer campanha política a favor de Dilma

dilmar = apoiar Dilma

⁴ GOMES, T. O dia em que a Veja dilmou. *Carta capital*, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-dia-em-a-veja-dilmou>>. Acesso em 26 dez. 2014.

⁵ MAGALHÃES, L. A. Le monde já dilmou. *Entrelinhas*, abr. 2009. Disponível em: <<http://blogentrelinhas.blogspot.com.br/2009/04/le-monde-ja-dilmou.html>>. Acesso em 26 dez. 2014.

⁶ DILMANDO na praia! Neste domingo. *Muda mais*, out. 2014. Disponível em: <<http://www.mudamais.com/ocupe-politica/dilmando-na-praia-neste-domingo>>. Acesso em 18 out. 2014.

⁷ ROSÁRIO, M. *O cafezinho*, out. 2014. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2014/10/03/o-brasil-dilmou/>>. Acesso em 2 nov. 2014.

Ou seja, nestes exemplos, *dilmar* está sendo empregado no sentido de manifestar apoio à Dilma, ser simpatizante da candidata e estar de acordo com as suas propostas. Percebe-se já neste exemplo que além de apresentar uma relação do tipo “fazer...”, o tema do verbo é o nome de Dilma, e isto é um fator necessário para a definição e para o significado do verbo. O efeito de unicidade também se faz presente, visto que *dilmar* não significa apoiar qualquer pessoa com o nome de Dilma, mas uma em específico, a candidata à presidência.

Visto esse primeiro emprego, partamos então para um segundo conjunto de exemplos:

b.1. Posso até ‘*dilmar*’, diz Benjamin Steinbruch

“Não sei em quem vou votar ainda. Posso até ‘*dilmar*’. Desde que atendidas algumas mudanças” (RODRIGUES, 2014)⁸

b.2. “DILMOU: magoou a high society kkkkk” – (GLACÊ, 2014)⁹

Estes dois exemplos, além de nos mostrar uma nova acepção do termo, votar em Dilma Rousseff, representam o maior contexto de uso do verbo. Também em “*jangar*” e “*lular*”, o verbo teve por primeira acepção “votar em...”. O que pode ser representado pelas descrições:

<i>dilmar</i> = escolher Dilma

<i>dilmar</i> = votar em Dilma

Este é um exemplo de que a relação *fazer*, de certa forma, não se encaixa perfeitamente, pois “*fazer* escolha”, impede uma acionalidade e uma diretividade que são muito próprios do verbo, e que se encontra em “*escolher*” ou “*votar*”, o que também pode ser observado na fórmula “*apoiar* Dilma”, na qual “*fazer* apoio” causaria estranhamento, o que nos mostra que este não é um traço tão essencial do verbo, como propõe Benveniste.

Observemos, agora, um exemplo de texto circulado após a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, via Twitter:

c.1. “Bom Dilma pra todos os Aécios infantis! Vamos passar o dia Dilmandogenteee!! #Bomdilha #Dilmando#AécioNever #DilmaNovamente Olê olê olê alá, dilmaaaaaaaaa, dilmaaaaaaaaa!” (comentário via twitter)¹⁰

Este exemplo nos mostra uma terceira acepção envolvendo como tema o nome de Dilma, assim, além de expressar apoio e votar, *dilmar* também foi utilizado no

⁸ RODRIGUES, F. Posso até ‘*dilmar*’, diz Benjamin Steinbruch. *UOL*, Brasília, nov. 2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/09/29/posso-ate-dilmar-diz-benjamin-steinbruch.htm>>. Acesso em: 25 out. 2014.

⁹ GLACÊ, C. DILMOU: magoou a high society kkkkk. *O mestre de obras*, out. 2014. Disponível em: <<http://www.omestredeobra.com/post/101136502759#notes>>. Acesso em 26 dez. 2014.

¹⁰ #Dilmando. *Twitter*, out. 2014. Disponível em: <<https://twitter.com/hashtag/dilmando>>. Acesso em: 30 out. 2014.

sentido de comemorar a vitória da candidata ou expressar alguma satisfação pela vitória, o que podemos representar por:

dilmar = fazer comemoração pela vitória de Dilma

dilmar = expressar satisfação pela vitória de Dilma

Para contrapor este sentido, outro uso do verbo que gostaríamos de ressaltar, e que diferentemente dos anteriores apresenta um caráter depreciativo é:

d.1. Surge um novo verbo na língua portuguesa:

dilmar:

Significado de dilmar:

v.i. Afirmar constantemente aquilo que se sabe ser falso, ou negar o que se sabe ser verdadeiro: mentir vergonhosamente de forma gaguejante e desordenada, usando frases sem sentido lógico, racional e gramatical, acreditando firmemente em sua própria mentira, achando piamente e de forma tola e irracional, que as pessoas possam levar essa mentira a sério por um único segundo. Tentar enganar, tentar iludir; tentar ludibriar sem o mínimo sucesso. (RELIGIÃO É VENENO, 2014)¹¹

Divergente das acepções anteriores, vemos, por este emprego de sentido, que dilmar também pode ser utilizado como mentir, errar, enganar, iludir, ter uma ação vergonhosa. Este exemplo nos mostra que o que se recorta como memorável para significar este verbo toma como base acontecimentos nos quais o nome da presidenta esteve envolvido e que sustentam este sentido pejorativo para o verbo. O que comprova que há realmente um percurso eponímico, pois aqui o efeito de unicidade dilui-se e o tema não apresenta uma função comparativa direta com o nome próprio, e também nos mostra que o percurso eponímico entre o nome próprio e o verbo derivado pode seguir diversos caminhos. Assim, temos:

dilmar = enganar, mentir (como a Dilma)

dilmar = fazer a coisa errada (como a Dilma)

Considerando a configuração da cena enunciativa dos recortes selecionados até o momento, notamos que existem Locutores que falam de lugares sociais específicos¹² (jornalista, blogueiro, simpatizante, opositor etc.), e que são esses lugares sociais que predicam estes sujeitos e os quais permitem dizer o que dizem e do modo como dizem. Desta forma, não temos como tratar a enunciação deste verbo denominativo sem que isto seja feito historicamente, pois a diferença de sentido entre os Locutores se dá pelo

¹¹ Surge um novo verbo na língua portuguesa. *Religião é veneno*, out. 2014. Disponível em: <<http://religioeveneno.org/discussion/2604/surge-um-novo-verbo-na-lingua-portuguesa>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

¹² O conceito de lugar social foi estabelecido por Guimarães (2002, p.24), e é a categoria responsável na cena enunciativa em predicar o Locutor e garantir com que este se dê como tal.

contato entre língua e ideologia, e produz movimentos eponímicos significativamente distintos, pois a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição no acontecimento, e o sentido da forma é a representação do real que este traz.

Segundo Basílio e Martins (2002, p.386), entre os oponentes políticos de João Goulart (Jango), sobretudo os da antiga UDN, o verbo jangar era usado como sinônimo de roubar, como em “jangaram minha carteira”, algo muito parecido com o que observamos com o verbo “malufar” no início do artigo. Isso nos mostra que o locutor, como pondera Benveniste, está em primeiro lugar como parâmetro nas condições necessárias da enunciação (2006, p.87). “O locutor, desta forma, se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 2006, p.84). Este aspecto esteve presente em todos os casos apresentados ao verbo dilmar, o que nos mostra o quanto o sujeito que enuncia é fundamental não só na propagação de uma forma da língua, como também para a construção dos seus sentidos.

Por fim, temos um quinto conjunto de exemplos:

- e.1. Lindo, maravilhoso, o Brasil Dilmou de vez (comentário retirado de blog).¹³
- e.2. ATENÇÃO, grande advogado, JORGE BÉJA! Para que NÃO pensem que estou dilmando, peço-lhe o favor de explicar, com sua argúcia jurídica habitual, o tamanho da absurdidade desse ato. Viva a imparcialidade! Viva a verdadeira Democracia! VIVA A VERGONHA NA CARA!¹⁴

Como podemos depreender deste exemplo, uma quinta acepção de dilmar, diferentemente do que se dispõe em (d), denota um emprego apreciativo do verbo, e que significa praticar qualquer ação corajosa, ousada, bem-sucedida, revolucionária ou combativa a desigualdades. Desse modo, temos:

dilmar = fazer algo revolucionário (como a Dilma)

dilmar = fazer a coisa certa (como a Dilma)

A partir deste emprego, podemos, mais uma vez, verificar o efeito eponímico deste tipo de derivação, pois o efeito de unicidade diluiu-se e o nome próprio não apresenta necessariamente uma função *diretamente* comparativa e representativa no sentido do verbo. Mesmo assim, percebe-se que em sua maioria os locutores que fazem este uso do verbo são simpatizantes de Dilma.

Enfim, considerando os empregos de dilmar dispostos em nossa análise podemos estabelecer que: a) relações do tipo “fazer...” não se fizeram presentes em todos os exemplos, e apresentaram perífrases com outros verbos, o que nos mostra que este não é um traço sinalético deste tipo de formação lexical, como postulou Benveniste, pois em alguns casos a fórmula com o verbo fazer ou causava estranhamento ou impedia a

Comentário retirado do blog *O cafezinho*, out. 2014. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2014/10/03/o-brasil-dilmou/>>. Acesso em 2 nov. 2014

¹⁴ Comentário in: NEWTON, C. Aécio massacra Dilma no primeiro debate na TV. *Tribuna da Internet*, out. 2014. Disponível em: <<http://tribunadainternet.com.br/aecio-massacra-dilma-no-primeiro-debate-na-tv/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

acionalidade imperante do verbo; b) na maioria dos exemplos analisados, a base, o nome próprio, é interpretada como tema, dada a centralidade desta na estrutura definicional, no entanto, verificar o percurso eponímico entre o nome próprio e o verbo derivado foi um aspecto fundamental para compreendermos o funcionamento dos sentidos de dilmar, pois este se faz presente em todos os casos de derivação denominativa, até mesmo quando seu uso não instituiu uma relação direta com o nome próprio, como no caso de (d.1) e (e.2); c) o lugar social do locutor, se simpatizante de Dilma ou de opositor, exerce um papel importante no funcionamento do sentido do verbo, determinando se este é de natureza apreciativa ou depreciativa. Desta forma, a propriedade do nome que reside no verbo, nestes casos, depende do consentimento dos sujeitos, o que também nos permite ver a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.

Considerações finais

Então, tendo em vista as variantes de sentido que dilmar pode apresentar, concluímos que as questões semânticas só podem ser definidas considerando-se efetivamente uma descrição dos empregos das formas, pois são estes os responsáveis pela definição de um sentido para o verbo. Assim, uma análise da significação é sempre uma análise das relações, nas quais o que nos interessa observar não é a soma, mas sim o funcionamento de diferentes variáveis de sentido, o que só pode ser evidenciado pelo modo de análise que fizemos, no exercício da linguagem e na produção do discurso.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, M.; MARTINS, H. “Verbos denominais no português falado”. In: KOCH, I. V. (Org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. VI: Desenvolvimentos. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 377-396.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de M. G. Novak e M. L. Neri. 5.ed.Campinas: Pontes, 2005 [1966]. 387 p.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução de E. Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006 [1974]. 294 p.

BRÉAL, M. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. Tradução de E. Guimarães. 2. ed. Campinas: RG, 2008. 223 p.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002. 96 p.

HENRIQUES, C. C. “Relação entre neologia, eponímia e antroponímia”. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Orgs.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Vol. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. p.43-51.

Recebido em: 04/09/2015

Aprovado em: 13/06/2016

Sentidos e Sociedade: uma análise enunciativa em torno da designação “PLC 122/2006”¹

Débora Massmann

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), Pouso Alegre, Minas Gerais (MG), Brasil
deboramassmann@univas.edu.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.738>

Resumo

Inserido na perspectiva da Semântica Histórica da Enunciação (GUIMARÃES, 2002), este trabalho reflete sobre o(s) modo(s) como o Projeto de Lei da Câmara Nº 122 de 2006, o PLC 122/2006, tem sido designado e (re)significado entre a cidadania e a resistência. Como objeto de estudo, selecionou-se um conjunto de textos que se posicionam a favor ou contra a aprovação do PLC 122. Neste processo de produção de sentidos, procedimentos enunciativos distintos vão reescrevendo e (re)significando o que já foi dito sobre o referido projeto de lei. Através da análise, observou-se como, a cada acontecimento de linguagem, as designações, a partir de seu funcionamento político e histórico, assumem novos sentidos. A análise apontou também para os movimentos da significação que conduzem a outros gestos e lugares de interpretação, conduzem a sentidos diferentes, atravessados por memórias de ontem e de hoje.

Palavras-chave: semântica; análise enunciativa; história; homofobia; PLC 122.

Meanings and Society: an enunciative analysis around the “PLC 122/2006” designation

Abstract

Inserted in the Historical Semantics of Enunciation perspective (GUIMARÃES, 2002), this paper reflects on the way(s) how the Bill of Chamber number n. 122 of the year 2006, called the PLC 122/2006, has been designated and (re)meant between citizenship and resistance. As the objective of the study, it was selected a group of texts that are for or against the approval of the PLC 122. In this process of meaning production, different enunciative procedures rewrite and re(mean) what has already been said about the mentioned bill. Through the analysis, it was observed how, at each historical language event, designations, from their political and historical operation, claim for other meanings. The analysis also pointed to the signification processes that lead to other gestures and places of interpretation and to different meanings, permeated by memories of the past and of today.

Keywords: semantics; enunciative procedures; history; homophobia; Bill of Chamber number 122.

Considerações iniciais

Com o objetivo de compreender e de historicizar o funcionamento de sentidos na e pela enunciação, a presente pesquisa volta-se para a investigação de discursos que

¹ Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

circulam em nossa sociedade em torno do Projeto de Lei da Câmara 122/2006. Trata-se, pois, de analisar, através de uma perspectiva enunciativa, processos de identificação, estigmatização e discriminação que instalam e afetam sujeitos e sentidos bem como políticas públicas implantadas na direção desses processos, seja para homologá-los, seja para inibi-los. Toma-se assim como objeto de estudo os discursos políticos, sociais (jornalísticos, históricos, midiáticos) e jurídicos que, direta ou indiretamente, colocam em funcionamento dizeres sobre o tema selecionado para esta pesquisa.

A reflexão proposta foi organizada num momento em que se observa um movimento político, social e jurídico que propõe o respeito às minorias e à diversidade nas suas mais distintas acepções. De fato, a efervescência dos debates sobre o tema tem contribuído para avanços importantes em relação ao modo de designar os sujeitos que potencialmente inscrevem-se como público alvo de políticas inclusivas. De acordo com Gil² (2011), a busca por outras formas de nomear os sujeitos marcados pelos aspectos da diferença, *o ser diferente*, “expressa uma disputa profunda e fundamental acerca das concepções que devem vigorar no atendimento a essas pessoas”. Assim, as diversas formas de nomear grupos minoritários podem fornecer pistas sobre quem são esses sujeitos, quais tratamentos políticos, jurídicos, sociais e educacionais devem ter e, principalmente, como eles são significados na e pela sociedade. Juntamente com a questão da designação, temos observado que querelas terminológicas e ações político-jurídicas, em torno das formas de designar e de assegurar o direito à parcela da população que não se insere naquilo que é normatizador, têm produzido polêmicas que, por sua vez, revelam discriminação em relação à heterogeneidade de nossa sociedade. Nota-se assim que, paralelamente ao advento de novas minorias e, sobretudo, de novas formas de dizer as minorias (historicamente constituídas) na sociedade do século XXI, busca-se deslocar esse “poder da Norma” através do qual as instituições de poder, como a escola, a família e o Estado, por exemplo, tentam estabelecer o *normal* como coerção social (FOUCAULT, 1987).

Ao longo da história, tratados e acordos distintos, promulgados por instituições internacionais, vem tentando proteger e assegurar o direito de sujeitos que compõem uma parcela da sociedade que não se inscreve, por razões diversas, naquilo que é tido como padrão, modelo, instituído historicamente³. Ao reconhecer a pluralidade de sujeitos portadores de direitos e de seus direitos específicos, estes tratados e acordos inscrevem as minorias como parte integrante e indivisível da plataforma universal dos Direitos Humanos. Desse modo, coloca-se em discussão a questão da ética da diversidade na implantação de políticas, de ações e de direitos inclusivos. Os movimentos internacionais e a rede de sentidos colocada em funcionamento a partir deles têm produzido ecos e provocado significativamente as políticas públicas brasileiras no que concerne, por exemplo, às questões de respeito à diversidade. Compreende-se assim que para pensar diversidade, é mister considerar a questão da cidadania.

Nesse sentido, na esteira dos avanços tecnológicos e de direitos humanos, a sociedade e suas instituições (Estado, escola, organizações, etc.) tem se empenhado para tentar diminuir as barreiras jurídicas, sociais e ideológicas e movimenta-se na direção da

² Publicado em *Gestão Escolar*, Edição 016, Out./Nov. 2011. Todos significa todos. <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/50-anos-lei-diretrizes-bases-educacao-brasil-ldb-647284.shtml>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

³ Confira, por exemplo, documentos como Paz de Augsburgo, Declaração dos Direitos do Homem, Carta de Paris e Alto Comissariado para as Minorias Nacionais.

tolerância. Pode-se dizer que, apesar das polêmicas e das resistências, nossa sociedade tem tentado promover a equidade: as diferenças têm sido amplamente discutidas e, em muitos casos, reconhecidas juridicamente. Podemos citar, por exemplo, o crime de racismo, a violência contra a mulher e o casamento gay que já possuem legislação específica em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Já no que concerne à homofobia, por exemplo, questão que nos interessa neste estudo, apesar de ainda não possuir aparato jurídico legal, pelo menos no Brasil, observa-se que o tema já está sendo discutido pela sociedade e combatido através de campanhas de esclarecimentos e conscientização da diferença sexual.

Na esteira deste movimento, pouco a pouco, promove-se a queda dos preconceitos e a valorização de sujeitos da diferença, a saber, sujeitos de diferentes etnias, de diferentes orientações sexuais, de diferentes credos, culturas e outros. Desse modo, pensar a questão da homofobia, por exemplo, implica compreendê-la no âmbito da diversidade, isto é, relacionada ao sentido de pluralidade, globalização e multiplicidade. Nessa rede de significação, inserem-se também a questão da tolerância e da convivência com a diferença, pois conforme destaca Santos (2009, p. 13), “devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas, devemos lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Considerando o exposto, dedicamo-nos, pois, a analisar as designações em torno do Projeto de Lei da Câmara Nº 122 de 2006, o chamado PLC 122/2006. De autoria da Deputada Iara Bernardi, o PLC-122 pretende redefinir os crimes resultantes de preconceito e de discriminação, a saber, discriminação de raça, gênero, social, sexual entre outras. No entanto, o ponto mais discutido e mais polêmico do projeto diz respeito justamente à criminalização da homofobia. Tramitando desde 2006, o projeto foi aprovado em diferentes instâncias legislativas e, em 2011, voltou a ser amplamente discutido pelos parlamentares, período este em que o texto encaminhava-se para a fase final de tramitação (fato que não se efetivou). A questão que o PLC 122/06 traz para discussão é uma questão polêmica que mobiliza amplamente a opinião pública. De acordo com o *site* do Senado, dentre as centenas de projetos de lei que receberam comentários favoráveis ou críticas, por meio do serviço “Alô Senado”, o PLC 122/06 ocupou a primeira posição em número de manifestações entre os anos de 2011 e 2012: no total, foram 309.320 comentários de cidadãos no ano de 2011; e em 2012, este número foi superior a 500 mil ligações telefônicas. Os números sugerem a complexidade do tema e o interesse do povo brasileiro em relação ao assunto. Em sua gênese, o projeto de lei em análise propunha criminalizar diferentes formas de preconceitos entre elas a homofobia. Assim, inserido no domínio dos estudos semânticos, mais precisamente naqueles da semântica histórica da enunciação (GUIMARÃES, 2002), analisamos aqui o modo como o PLC 122/2006 tem sido designado, significado e (re)significado entre a cidadania e a resistência.

Designação da lei: pressupostos teórico-metodológicos

Ao longo de mais de 10 anos de tramitação e de inúmeras reformulações, o PLC-122, aprovado na Câmara dos Deputados e ainda em discussão no Senado, agora sob nova configuração, se tornou conhecido inicialmente como o “Projeto da Homofobia”, designação que, segundo a relatora Senadora Fátima Cleide, se deu equivocadamente uma vez que o texto da lei apresenta apenas alguns artigos que explicitavam o combate à

discriminação homossexual. Ainda no âmbito político, jurídico e midiático, a partir de reformulações realizadas, o PLC 122 foi sendo reescrito e (re)significado a partir de outras designações, tais como, “lei anti-homofobia”, “lei de criminalização da homofobia” e “lei da mordaza gay”, entre outras. Essas novas formas de significar o nome da lei devem-se, por um lado, aos objetivos do PLC 122 que pretendem justamente “coibir a discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”⁴; e, por outro lado, ao modo como o projeto de lei vem sendo interpretado pela população e por determinados grupos civis e religiosos. Nas discussões parlamentares mais recentes sobre a proposta de lei, surge ainda uma campanha que propõe, justamente, nomear o Projeto de lei de forma oficial: a exemplo da lei “Maria da Penha”, o PLC 122, em sua nova configuração, pode vir a ser chamado de “Lei Alexandre Ivo”. Este gesto político e jurídico de nomear a lei coloca em funcionamento uma memória de sentidos sobre um, dentre muitos, crimes homofóbicos registrados no Brasil, o caso do menino Alexandre Ivo⁵. No entanto, a questão da memória de sentidos em torno das designações deste projeto de lei não se restringe a este gesto. Como mostram as análises, apresentadas a seguir, outras designações apontam para funcionamentos de sentidos que se inscrevem na história política do Brasil

Tomando as diferentes formas de designação do projeto de lei, selecionamos, pois, para esta reflexão um conjunto de recortes cujo objetivo é mostrar movimentos de sentidos em torno do PLC122. Para isso, utilizamo-nos dos pressupostos teóricos da Semântica Histórica da Enunciação, disciplina que, ao se fundamentar na posição estruturalista de estudos semânticos, sobretudo nos trabalhos de Benveniste e de Ducrot, e na posição de estudos materialistas da linguagem, principalmente naqueles desenvolvidos por Pêcheux e por Orlandi, constitui-se como um espaço teórico-metodológico importante para se refletir sobre o funcionamento do sentido. Espaço este em que a história possui um papel fundamental nos processos de significação, pois, para Guimarães, refletir enunciativamente sobre um texto é pensar seus processos de significação na história

[...] não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente. Em outras palavras, a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Deste modo a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos. Como se vê, para mim, o acontecimento é o objeto específico a analisar e não uma circunstância que se acresce ou modifica o funcionamento da linguagem. (GUIMARÃES, s/d, p.3)⁶

De acordo com as palavras do autor, o sentido se produz sob a forma de um processo que se desenvolve continuamente, em uma espécie de espiral no qual os dizeres estão conectados, enunciativamente e historicamente, produzindo significação. Assim, entendemos que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo (perspectiva estruturalista), isto é, não se constitui de modo individual, isolado e prévio. Para nós, o

⁴ PLC 122/06- versão atual

⁵ <<http://alexandre vivo.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-08:00&max-results=9>>. Acesso em 13 set. 2015.

⁶ In *Série Escritos*. Disponível em

<<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2014.

sentido das palavras é constituído pelas relações de determinação semântica que elas estabelecem entre si tanto no nível do enunciado quanto no nível do texto e entre textos diferentes também. Nessa perspectiva, o estudo do sentido da palavra não pode, de forma alguma, se limitar somente à análise do seu funcionamento no plano do enunciado: “este é parte da questão e não o seu lugar” (GUIMARÃES, 2002, p. 28). Isso quer dizer que as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas e (re)significadas também devem ser consideradas. Parece haver aí um histórico de sentidos, “embora não se considere de antemão nenhuma realidade a que as palavras reportam, há um real que a palavra significa. E as palavras têm a sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Dito de outra forma, trata-se pois de compreender que a significação deve ser investigada a partir do estudo da enunciação, do acontecimento de linguagem (GUIMARÃES, 2002).

Concebendo a enunciação como um acontecimento de linguagem que se produz pelo funcionamento da língua, a perspectiva semântica na qual nos inserimos compreende a significação e sua relação com “o que acontece”⁷ como sendo construídas linguisticamente. Desse modo, o dizer é um acontecimento e a cada acontecimento as palavras podem assumir sentidos diversos. É, no acontecimento do dizer, que o sentido se constitui, pois a língua⁸ em funcionamento movimenta-se, transforma-se e significa de diferentes formas. Este processo de produção de sentidos mobiliza procedimentos enunciativos distintos que afetam, reescrevem, retomam e ressignificam aquilo que já foi dito.

Para representar o sentido das palavras, adotamos o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), proposto por Guimarães (2007). De acordo com o autor, os sentidos se constroem e se constituem pelas relações de determinação⁹ entre as palavras que resultam do modo como estas se relacionam, umas com as outras, não só ao longo do(s) enunciado(s), mas também do longo do texto e entre textos distintos. Assim, a partir do DSD, mostra-se como os sentidos são construídos enunciativamente. Em outras palavras, o DSD nos permite descrever as relações semânticas que as palavras estabelecem com outras no interior dos enunciados (e dos textos) em que aparecem. Através deste processo de análise, cujo núcleo é o DSD, é possível estudar dois procedimentos fundamentais à constituição de sentidos: a articulação e a reescrituração.

A reescrituração pode ser descrita como um procedimento, através do qual a enunciação retoma, rediz, ou melhor, reescreve o que já foi dito atribuindo-lhe novos sentidos, fazendo-o significar de outra maneira diferente de si. Enquanto a reescrituração diz respeito ao processo de construção de sentidos na unidade do texto, a articulação remete à análise das relações de sentido no interior do próprio enunciado.

⁷ De acordo com Guimarães (2007, p. 77), a expressão “aquilo que acontece” pode ser definida como a relação que a significação linguística estabelece “ao “se reportar a”, ao “se relacionar a”, ao “diz de” alguma coisa”.

⁸ Neste trabalho, a língua não é tomada “como uma estrutura, um sistema fechado, mas [sim] como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2007, p. 96).

⁹ A determinação é descrita por Guimarães (2007, p. 79) como “uma relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas”. O autor esclarece ainda que, “semanticamente, é possível dizer que toda relação de predicação é, em certa medida, pelo menos, uma relação de determinação e vice-versa” (GUIMARÃES, 2007, p. 78).

Definida, portanto, como uma relação de contiguidade que é significada pela enunciação (GUIMARÃES, 2009), a articulação permite observar como o funcionamento dos elementos linguísticos pode afetar e modificar seus próprios sentidos, ressignificando-os e redizendo-os no interior de um mesmo enunciado. Do ponto de vista semântico, é possível dizer que, na articulação, o funcionamento dos elementos linguísticos se configura através de diferentes modos de significação, como, por exemplo, referência, predicação, determinação, pressuposição, argumentação e performatividade, entre outras.

É, portanto, tomando como bases estes pressupostos teórico-metodológicos que se estabelecerá a análise do *corpus* desta pesquisa.

Análise

Considerando que o *corpus* resulta “de uma construção do próprio analista” (ORLANDI, 2002, p. 63), sua seleção e sua organização constituem, de certa forma, a primeira etapa da análise. Nessa perspectiva, a etapa subsequente do trabalho com o *corpus* diz respeito ao recorte¹⁰ dos enunciados que constituirão as unidades de análise. Cada recorte constituirá um conjunto de enunciados analisados conforme o dispositivo teórico da Semântica Histórica da Enunciação, descrita como “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p. 7). Desse modo, a fim de compreender os sentidos que são colocados em funcionamento através das designações em torno do PLC 122/2006, selecionou-se um conjunto de recortes, conforme o que se apresenta a seguir.

Como entrada às análises, selecionou-se o primeiro recorte a partir do discurso da Deputada Fátima Cleide, uma das relatoras do PLC 122¹¹. Neste enunciado, observa-se a descrição do projeto fundamentada em uma referência ao “Projeto de Lei nº 5.003, de 2001, na Câmara dos Deputados”, versão anterior do texto em análise que circulou naquele espaço institucional; além disso, verifica-se a atribuição de sua autoria, a saber, “de autoria da Deputada Federal Iara Bernardi”, bem como uma especificação de sentido que chama nossa atenção, pelo uso do advérbio “equivocadamente” em “A matéria em debate ficou conhecida, equivocadamente [sic] como Projeto da Homofobia”. Nota-se aqui diferentes informações que remetem às condições de produção¹² do PLC 122. Em outras palavras, a enunciação da Senadora Fátima Cleide dá a conhecer o processo de produção, de circulação e, sobretudo, de interpretação em torno do PLC 122. Há, nas palavras da Senadora, uma história de sentidos já que, como nos ensina Orlandi (2004, p. 11), “o dizer é aberto [...] não tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em

¹⁰ A noção de recorte é tomada aqui como “uma unidade discursiva. Por unidade discursiva, entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14).

¹¹ In <<http://www.plc122.com.br/wp-content/uploads/2011/06/PLC122-Vers%C3%A3o-atual-Apresentada-por-F%C3%A1tima-Cleide-tem-prioridade-nas-vota%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em 14 set. 2015.

¹² De acordo com Orlandi (2002), as condições de produção podem ser tomadas em um sentido estrito, isto é, o contexto imediato da enunciação, e em sentido amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico. Neste último caso, não se trata apenas do contexto sócio-histórico, mas também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o já-dito, sobre a memória de dizer. Essa memória do dizer que a autora vai chamar de interdiscurso, o exterior constitutivo do discurso. Trata-se pois da exterioridade responsável pelos sentidos que provêm de outro lugar e remete à história das enunciações.

curso”. Às palavras da autora podemos acrescentar que é, pois, no acontecimento de dizer que a significação se constrói e se historiciza, como se pode observar nos recortes selecionados para esta reflexão.

(01) O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122, de 2006 (Projeto de Lei nº 5.003, de 2001, na Câmara dos Deputados) é de autoria da Deputada Federal Iara Bernardi. [...] A matéria em debate ficou conhecida, equivocadamente [sic] como Projeto da Homofobia (senadora Fátima Cleide).

Tomando o recorte (01), observa-se que “Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122”, aparece, na sequência do enunciado, reescrito por “A matéria em debate” e, em seguida, por “Projeto da Homofobia”. Através destas reescrituras, verifica-se aqui um movimento de sentido que conduz a especificações em torno do nome do projeto, isto é, a cada vez que o “Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122” é reescrito, predica-se algo sobre ele, atribuem-se novos sentidos para o PLC 122, fazendo-o significar de outra maneira diferente de si. É a partir deste movimento de reescritura que podemos visualizar, através das paráfrases, o processo de produção de sentidos no âmbito deste enunciado:

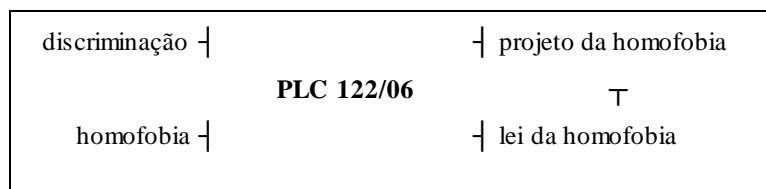
(01’) O PLC 122/06 é matéria de debate.

(01’’) O PLC 122/06 é o projeto da homofobia.

(01’’’) O PLC 122/06 é a lei da homofobia.

A partir deste desdobramento da significação, que se deu através das relações de predicação nas paráfrases acima, podemos representar o Domínio Semântico da Determinação tal como se propõe aqui abaixo:

DSD(1)



Observe-se aqui que “PLC 122/06” é determinado por “discriminação” e por “homofobia” e determina o sentido de “projeto da homofobia” e “lei da homofobia”, tal como indicam as reescrituras e as paráfrases destacadas anteriormente. Nota-se, neste recorte, que o nome “PLC 122” aparece reescrito por um movimento de especificação em “lei da homofobia”. A rede de sentidos representada, a partir deste primeiro recorte, já assinala a estreita relação entre PLC 122 e homofobia. Mas que sentidos esta forma de designar coloca efetivamente em funcionamento? Trata-se da lei a favor ou contra a homofobia?

Na busca por respostas a estes questionamentos, apresentamos a seguir o recorte (02). Nele, observa-se, pela reescritura de PLC 122, uma direção de sentidos que conduz, explicitamente, à criminalização da homofobia. Há aqui uma especificação que agrega outros, novos sentidos para PLC 122, a saber, “lei anti-homofobia”. Amplia-se assim a significação de PLC 122 para além do que havia sido significado no texto do qual retiramos o recorte (01), como se verifica abaixo:

(02) Projeto de lei anti-homofobia desagrada gays e evangélicos. O projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006) volta à pauta do Senado nesta quinta-feira em meio a críticas tanto dos gays como dos evangélicos¹³.

A designação “projeto de lei anti-homofobia” aparece encabeçando o dizer sobre o “PLC 112” que é enunciado, mais adiante, através de um procedimento de especificação, a saber, “O projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006)”. Este movimento enunciativo aponta para funcionamentos e deslizamentos de sentido em torno do PLC 122, como mostram as paráfrases a seguir:

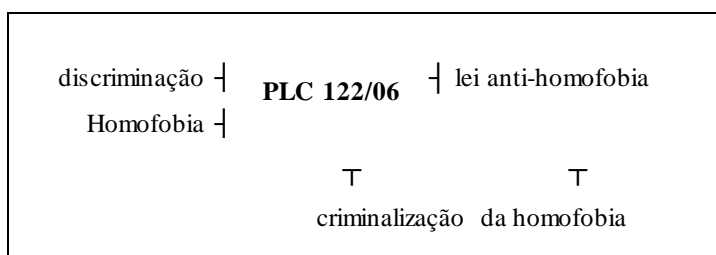
(02’) Projeto de lei é contra a homofobia.

(02’’) Projeto de lei anti-homofobia é o projeto que criminaliza a homofobia.

(02’’’) Projeto de lei anti-homofobia é o PLC122/06.

A partir destas paráfrases, podemos representar, no DSD(2), o modo como os sentidos se produzem neste enunciado: “discriminação”, “homofobia”, “lei anti-homofobia” estão aí determinando o sentido de “PLC 122/06” e, este, por sua vez, determina “criminalização da homofobia”.

DSD(2)



O modo como estamos desenvolvendo nossas análises, fundamentadas no procedimento enunciativo da reescrituração, pretende mostrar que textos distintos, produzidos em momentos também distintos, vão compondo a significação do PCL 122 e conduzindo a diferentes interpretações. Desse modo, estamos trabalhando na direção de construir uma rede de sentidos na história de enunciações sobre o mesmo tema. De acordo com Guimarães (2007, p. 87), a reescrituração funciona justamente como um mecanismo analítico que nos permite observar como se articula, se conectam

[...] pontos de um texto com outros do mesmo texto, e mesmo pontos de um texto com pontos de outros textos. [...] este processo, ao se dar, produz sentido na medida em que ao retomar alguma expressão faz que ela signifique de outro modo. [...] nosso interesse, então, não está no fato de que uma retomada se faz sobre algo que é o mesmo, mas ao contrário, ao se fazer, faz significar algo que não estava significado (GUIMARÃES, 2007, p. 87).

¹³ In <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/projeto-de-lei-anti-homofobia-desagrada-gays-e-evangelicos>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

De fato, os recortes selecionados para esta reflexão conduzem à compreensão de que a designação de PLC 122 vai agregando sentidos pelo funcionamento político e histórico da enunciação. Este funcionamento político da significação nem sempre se conduz à mesma direção de sentidos. Isso acontece porque o acontecimento de linguagem é por essência um acontecimento político, isto é, está suscetível ao desentendimento, ao litígio na ordem do dizer, ou ainda, conforme propõe Guimarães (2002, p. 16), à contradição que instala a divisão de sentidos no centro do dizer.

Na esteira dessa reflexão, avançamos em nossa análise apresentando o recorte (03), retirado do *site* do Senado, em que novos elementos de significação aparecem articulados ao sentido de PLC 122.

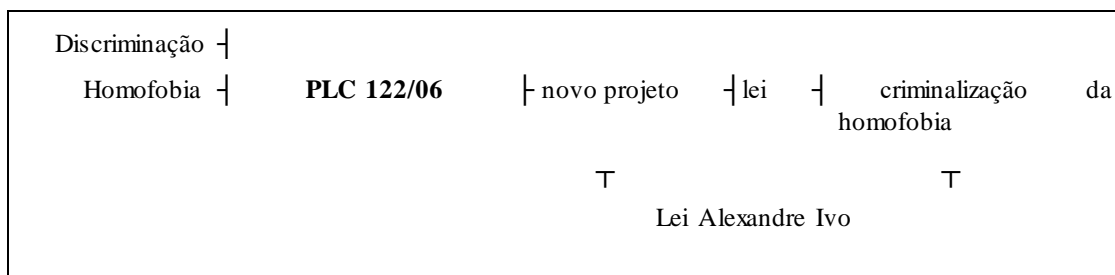
- (03) Novo projeto sobre criminalização da homofobia deve ser apresentado em agosto. A senadora Marta Suplicy (PT-SP) entregou, na terça-feira (12), para os integrantes da Frente Parlamentar Mista LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), a minuta de um novo projeto de lei que trata da criminalização da homofobia no país. O texto vai substituir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, de autoria da ex-deputada Iara Bernardi, do qual Marta é relatora. [...]
Lei Alexandre Ivo
A exemplo da Lei Maria da Penha, a lei que será criada para combater a homofobia será batizada de Lei Alexandre Ivo¹⁴.

Aqui, é possível perceber a historicidade de sentidos em torno da designação em estudo. As reescrituras apontam para os deslizamentos de sentidos. Não se enunciam dizeres, como, por exemplo, “lei anti-homofobia”, tal como observado nos recortes anteriores. Entretanto, a “criminalização da homofobia” ainda apresenta-se em destaque nesta enunciação. “PLC 122” aparece não como entrada do enunciado, mas sim como reescritura de “Novo projeto sobre criminalização da homofobia” e “novo projeto de lei que trata da criminalização da homofobia”. Desse modo, somos levados a compreender que o “PLC 122” será substituído por um novo texto, um novo projeto, “O texto vai substituir o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006”. Conforme exposto neste recorte, a nova proposta de lei será designada diferentemente através da expressão “Lei Alexandre Ivo”. Além do funcionamento de uma história de enunciações em torno do PLC 122, o recorte em questão traz à baila uma memória de sentidos sobre crimes homofóbicos que se faz visível a partir dessas enunciações, como mostram as paráfrases abaixo:

- (03') Novo projeto é sobre criminalização da homofobia.
(03'') Novo projeto é lei de criminalização da homofobia.
(03''') Novo projeto é substituto do PLC 122/06.
(03''''') Novo projeto é a lei contra homofobia.
(03''''') Novo projeto é a Lei Alexandre Ivo.

As manobras de sentido nos permitem representar nova trama em torno do PLC 122 no DSD(3):

¹⁴ In: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/07/13/novo-projeto-sobre-criminalizacao-da-homofobia-deve-ser-apresentado-em-agosto>>. Acesso em: 08 mai. 2015.



Aqui, no lado esquerdo do DSD, observa-se que “discriminação” e “homofobia” determinam o sentido “PLC 122/06”. Já do lado direito do DSD, observa-se que “PLC 122/06” tem seu sentido determinado por “novo projeto”. Este, por sua vez, determina o sentido de “lei” e, conseqüentemente, de “criminalização da homofobia”. Verifica-se ainda que, na parte inferior do DSD, “novo projeto”, “lei” e “criminalização da homofobia” são determinados por “lei Alexandre Ivo”. Nessa rede de sentidos, a direção que se sustenta aponta para a homofobia como um crime, de acordo com os movimentos jurídicos e sociais que concernem à questão dos direitos humanos. No entanto, ao longo das enunciações sobre o PLC 122 investigadas neste estudo, é possível observar sentidos que se constroem em uma posição contrária, como se pode observar nos recortes (04) e (05):

- (04) Lei da mordaza gay será votada no dia da Imaculada Conceição. O Projeto de Lei 122 de 2006, conhecido como lei da mordaza gay foi desarquivado pela senadora Marta Suplicy (PT/SP) e será votado na Comissão de Direitos humanos do Senado nesta quinta-feira, 8, dia em que os católicos celebram a Imaculada Conceição de Maria¹⁵.
- (05) PLC-122: o Brasil rumo à ditadura homossexual¹⁶

Nestes dois enunciados, observa-se um movimento de sentidos contrário aos recortes anteriores. A direção argumentativa exposta aqui é outra e os enunciados colocam em funcionamento também outra memória de sentidos, que se ampara, de um lado no discurso religioso, “Lei da mordaza gay será votada no dia da Imaculada Conceição” e, de outro lado, que remete à história política recente do país, conforme se verifica nas paráfrases:

- (04’) O PLC-122 é a lei da mordaza gay
- (05’) O PLC-122 é a ditadura homossexual.

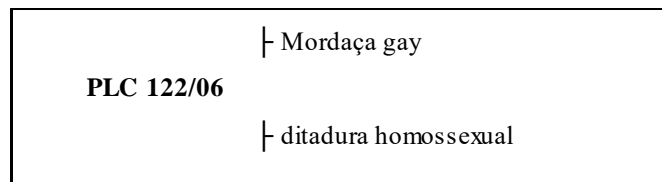
A questão que chama nossa atenção aqui é a designação que estabelece relação entre o PLC 122 e “lei da mordaza” e “ditadura homossexual”. A enunciação destes dizeres coloca em funcionamento, pela historicidade, a memória de sentidos do período da ditadura, onde a lei da mordaza, ao impor atos de censura, impedia a liberdade de expressão dos brasileiros. Este é o principal argumento de alguns grupos, principalmente religiosos, que são contrários à aprovação do projeto de lei. Para eles, o PLC 122 ou a Lei Alexandre Ivo, ao coibir agressões verbais, físicas e morais aos homossexuais, estaria,

¹⁵ In: <<http://blog.opovo.com.br/ancoradouro/pl-122-sera-votado-no-dia-da-imaculada-conceicao/>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

¹⁶ In: <<http://www.midiasem mascara.org/artigos/movimento-revolucionario/7012-o-brasil-rumo-a-ditadura-homossexual.html>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

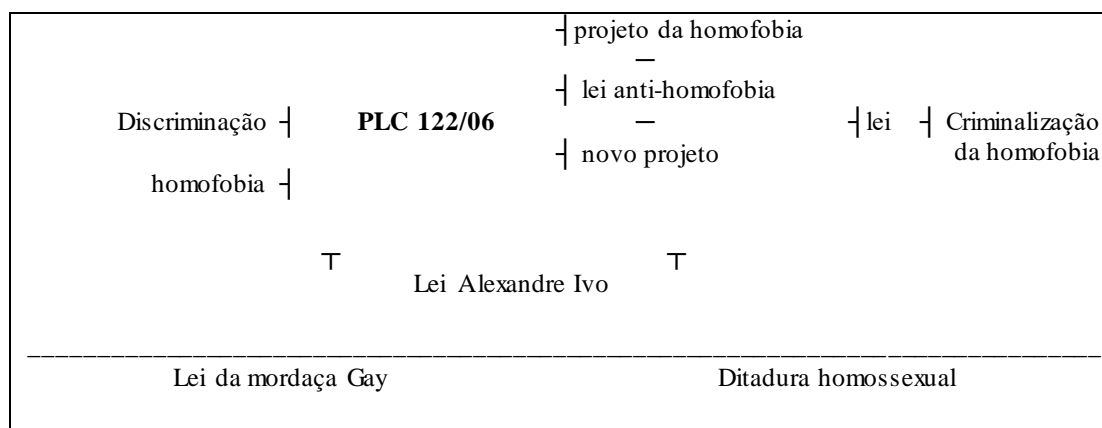
pois, instaurando uma versão ressignificada da lei da mordaza, e daí a designação, “lei da mordaza gay” ou ainda “ditadura homossexual”. Nessa perspectiva, para os grupos em questão, o PLC 122 seria inconstitucional uma vez que afetaria a liberdade de expressão do ser humano e a liberdade de manifestação religiosa do país. Trata-se do funcionamento político da enunciação que cria fraturas no centro do dizer e estabelece pontos de vista em litígio, em embate. Assim, no DSD(4), “PLC 122/06” é determinado por “mordaza gay” e “ditadura homossexual”.

DSD(4)



A partir deste conjunto de recortes descritos e analisados, podemos elencar diferentes designações em torno do “PLC 122” que, através de um procedimento de reescrituração em textos distintos, foi construindo sentidos, ressignificando na história, em função de espaços de enunciação distintos, designações em litígio, a saber, “PLC 122”, “lei da homofobia”, “lei anti-homofobia”, “lei de criminalização da homofobia”, “novo projeto de lei”, “lei Alexandre Ivo”, “lei da mordaza gay” e “lei da ditadura homossexual”. A fim de representar este conjunto de designações e a trama de sentidos que foi se produzindo em torno do PLC 122, apresentamos, a seguir, mais um DSD em que se pode visualizar a representação dessas relações de sentidos:

DSD(5)



Nesta representação, que sustenta as análises desenvolvidas ao longo deste estudo, verifica-se que, do lado esquerdo do DSD, tal como vinha sendo observado, “discriminação” e “homofobia” determinam o sentido “PLC 122/06”. Já do lado direito do DSD, observa-se que “PLC 122/06” determina o sentido de “projeto da homofobia”, “lei anti-homofobia” e “novo projeto” que entre si apresentam relações de sinonímias identificadas pelo símbolo (—). Este conjunto de designações, por sua vez, determina o sentido de “lei” e “criminalização da homofobia”. Verifica-se ainda que, na parte inferior do DSD, “PLC 122/06” e as demais relações de sentido descritas acima são determinadas pela designação “lei Alexandre Ivo”. Toda essa rede de significação que funciona na direção da criminalização da homofobia encontra-se ainda em posição antonímica em relação à “lei da mordaza gay” e “ditadura homossexual”.

Considerações finais

Conforme o exposto nesta reflexão, compreende-se que o movimento de designações em torno do PLC 122 mostra os movimentos históricos e políticos de sentidos que são produzidos em torno de uma questão ainda cara à sociedade brasileira. Questão esta que, atravessada pelo político, pela contradição do e no dizer, se constitui num movimento de fuga. Utilizamos aqui do termo cunhado por Orlandi (2004), para falar da fuga de sentidos no que concerne à criminalização da homofobia. Como vimos, nesta análise, os trajetos, os percursos, os movimentos camaleônicos da significação nos conduzem a outros gestos e lugares de interpretação, nos conduzem a sentidos diferentes, atravessados por memórias de ontem e de hoje. Neste percurso semântico, neste ir e vir de sentidos, o passado faz significar o presente e o futuro. Essa latência da temporalidade se traduz pela enunciação, no acontecimento de dizer, mas também pelo próprio gesto de interpretação, pelo gesto de leitura, pela busca de compreender a teia de significações, no acontecimento de linguagem, projetando sentidos que têm como ponto de partida certo recorte que se constitui do que é memorável. Como destaca Guimarães (2000), o acontecimento de dizer é a diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivialidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2000, p.12)

Para onde os sentidos derivantes, deslizantes, fugidios desse projeto de lei nos levam afinal? Eles nos levam a perceber que a cada acontecimento enunciativo, as palavras, a partir de seu funcionamento político e histórico, podem assumir novos (outros) sentidos. Sentidos da diversidade, sentidos da cidadania... sentidos do fundamentalismo religioso... sentidos que sempre podem ser outros... sentidos de direitos humanos, pois de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 140 p.
- GIL, J. Todos significa todos. *Revista Escola: Gestão Escolar*, n. 16, p. 48-59, out./nov., 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/50-anos-lei-diretrizes-bases-educacao-brasil-ldb-647284.shtml>>. Acesso em: 02 jul. 2012.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002. 96 p.
- _____. Interpretar. Língua e Acontecimento. *Revista Brasileira de Letras*, UFSCar, v.1, n.1, 19-25.
- _____. *História da Semântica: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004b. 160 p.
- _____. Domínio Semântico e Determinação. In: *A Palavra: Forma e Sentido*. Campinas: Pontes, 2007. p. 77-96.
- _____. *Análise de texto. Procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG, 2011. 160 p.

_____. *Texto e Argumentação: um Estudo de Conjunções do Português*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008. 200 p.

_____. A enumeração, funcionamento enunciativo e sentido. In: *Cadernos de Estudo Linguísticos*. 51(1). Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, p. 35-48.

_____. (s/d). Textualidade e enunciação. In: *Escritos 2*. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos. UNICAMP. 2002. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

ORLANDI, E. P. “Segmentar ou Recortar”. *Revista de Lingüística: questões e controvérsias*. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26.

_____. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002. 100 p.

_____. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho com simbólico*. Campinas: Pontes, 2004. 156 p.

SANTOS, B. S. “Direitos humanos: o desafio da interculturalidade”. In: *Revista Direitos Humanos*. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009. p.10-18.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 07/08/2016

A expressão da pluracionalidade em libras

Luciana Sanchez-Mendes

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
sanchez.mendes@gmail.com

André Nogueira Xavier

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil
andre.xavier.br@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.633>

Resumo

Este artigo descreve o comportamento semântico da duplicação de mão em verbos tipicamente produzidos com uma mão na Língua Brasileira de Sinais (libras). Defendemos que a duplicação de mãos nesses sinais expressa pluracionalidade e argumentamos que um traço que determina a leitura dos verbos pluracionalizados na libras é a direcionalidade.

Palavras-chave: libras; semântica verbal; pluracionalidade; direcionalidade.

The Expression of Pluractionality in Brazilian Sign Language (libras)

Abstract

This paper describes the semantic behavior of hand duplication in verbs that are typically produced with one hand in Brazilian Sign Language (libras). It is claimed that hand duplication in these signs expresses pluractionality, and it is argued that one feature that determines the readings associated with pluractionalized verbs is directionality.

Keywords: libras; verbal semantics; pluractionality; directionality.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir qual a contribuição semântica da duplicação de mãos em alguns sinais da Língua Brasileira de Sinais (libras). A libras é uma língua legitimada como meio de comunicação e expressão da comunidade surda no território brasileiro, reconhecida pela lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e regulamentada por meio do decreto 5626/2005. Desde o decreto de 2005, as universidades têm tentado atender à exigência de inclusão do ensino de libras como disciplina curricular em todos os cursos de licenciatura e fonoaudiologia. Nesse sentido, houve um aumento, na última década, do interesse pelos estudos sobre essa língua, pelo menos no espaço acadêmico. No entanto, ainda há muitos aspectos da língua a serem descritos.

Um dos objetivos deste trabalho é contribuir para o entendimento da semântica da libras, ainda muito pouco explorada nas pesquisas atuais. A hipótese que vamos defender é a de que a duplicação no número de mãos em alguns sinais da libras que são tipicamente produzidos com uma mão expressa pluracionalidade, um fenômeno semântico atestado em uma variedade de línguas não indo-europeias, como se verá neste artigo.

Este artigo está dividido da seguinte forma: a seção 2, a seguir, apresenta a origem dos dados utilizados neste trabalho; a seção 3 discute, a partir de uma perspectiva semântica, o fenômeno da pluracionalidade em outras línguas em que foi estudado; a seção 4 apresenta uma proposta para os dados da libras; e a seção 5 apresenta, por fim, as considerações finais e os próximos passos da pesquisa.

2. Origem dos Dados

Xavier (2014) descreve e analisa sinais da libras que, apesar de canonicamente serem articulados com uma mão, são, em alguns contextos, realizados com duas. O autor designa esse processo como *duplicação*, o qual, segundo ele, pode acontecer na libras por fatores estritamente fonético-fonológicos, ou por fatores de natureza semântica. Entre os primeiros, Xavier identificou tanto casos de variação livre quanto de variação motivada pelo ambiente fonológico – caso chamado pelo autor de 'coarticulação'. Entre os últimos, ele observou casos de expressão de pluralidade, aspecto e intensidade.

Os dados reanalisados e discutidos neste trabalho consistem de 14 dos 22 sinais coletados por Xavier (2014) e tratados pelo mesmo autor como casos em que a duplicação de mãos se dá por fatores semânticos. Como critério de seleção, adotamos a categoria gramatical dos sinais, restringindo-nos aos verbos listados em (01).

(01) ACUSAR, AVISAR, BEIJAR, IGNORAR, PAGAR, VER APRENDER, COLAR, COMER, ENTENDER, IMAGINAR, INVENTAR, IR-EMBORA, RIR¹.

Embora, conforme mostra Rodero-Takahira (2015), o estabelecimento da categoria gramatical dos sinais da libras seja uma tarefa difícil e que ainda precise de mais investigações, tratamos os sinais em (01) como verbos por indicarem eventos ou estados. Mais investigações serão necessárias para que sejam apresentados critérios formais (morfológicos e sintáticos) que permitam ratificar essa análise.

Excluimos, portanto, casos cuja categoria gramatical não nos pareceu clara (CAFÉ, OPINIÃO, O-QUÊ, MAGR@, DIFERENTE), bem como casos que, pela semântica, não nos pareceram pertencer à categoria dos verbos (ÁRVORE, DINHEIRO)².

Como exemplo dos sinais selecionados para este trabalho, tomemos BEIJAR e IR-EMBORA. Tanto em BEIJAR (figura 1), quanto em IR-EMBORA (figura 2), a versão bimanual é empregada para expressar pluralidade. A diferença, no entanto, é que no primeiro caso a duplicação indica pluralidade do complemento do verbo e, no segundo, do evento expresso por ele. Precisamente, a versão monomanual de BEIJAR, feita com a mão configurada de tal forma que os dedos se tocam pelas pontas, é

1 Seguimos aqui as convenções de Felipe de Souza (1998), de acordo com as quais os sinais são glosados em caixa alta e verbos, por ausência de marcas flexionais de tempo e pessoa, no infinitivo. Além disso, sinais traduzidos por mais de uma palavra do português apresentam essas palavras hifenizadas.

2 É importante dizer que o objetivo principal das glosas é oferecer uma tradução do sinal para o português. Nesse sentido, a categoria gramatical da palavra em português não deve ser entendida como sendo necessariamente também a categoria gramatical do sinal da libras. CAFÉ ilustra bem essa questão uma vez que o sinal glosado com essa palavra do português, a depender do contexto de uso, pode significar o nome (café) ou uma ação relacionada a ele (tomar café).

empregada em contextos em que o sinalizante se despede mandando beijos para uma única pessoa, enquanto sua versão bimanual é utilizada quando essa ação é dirigida a mais de uma. No caso de IR-EMBORA, a versão monomanual, realizada por meio de um movimento para frente durante o qual os dedos polegar e indicador, inicialmente separados (enquanto os demais estão fechados), se aproximam e passam a se tocar pelas pontas, é empregada para fazer referência a um evento de ir embora, ao passo que sua versão bimanual é usada quando se quer fazer referência a vários desse mesmo evento.



Despedir-se de uma pessoa (com beijos).

Despedir-se de várias pessoas (com beijos).

Figura 1. BEJAR³



Uma pessoa vai embora.

Várias pessoas vão embora (uma atrás da outra)

Figura 2. IR-EMBORA

³ Agradecemos à surda Regiane Pinheiro Agrella por muito gentilmente permitir que sua imagem fosse usada para ilustrar os dados em discussão.

A hipótese que vamos defender neste artigo é a de que as duas noções de pluralidade ilustradas acima são abarcadas pela operação de pluracionalidade, que ocorre em uma variedade de línguas tipologicamente muito diversas. A próxima seção discute a ocorrência da pluracionalidade em outras línguas, bem como apresenta o modo como ela tem sido analisada pela teoria semântica.

3. Pluracionalidade

A pluracionalidade é entendida, de forma geral, como a marcação de plural nos verbos que não se confunde com morfemas de concordância. Nas línguas indo-europeias, estamos habituados à marcação de plural no verbo apenas para marcar concordância com uma pessoa plural. Dessa forma, no exemplo abaixo do português, a diferença de número singular e plural no verbo indica variação do número do sujeito.

- (02) a. Comi. PORTUGUÊS
 b. Comemos.

Outras línguas, porém, possuem morfemas que não marcam mera concordância com o argumento do verbo, mas podem expressar além de uma pluralidade de argumentos, outras leituras, tais como intensidade e plural de eventos. Esse tipo de morfema tem sido tratado na literatura como marcador pluracional ou morfema de pluracionalidade. A pluracionalidade é uma operação encontrada em muitas línguas do mundo, especialmente nas línguas não indo-europeias. Ela é normalmente expressa por uma reduplicação do verbo, mas também pode ter a forma de afixos ou mesmo de supleção da raiz.

Apresentamos abaixo exemplos de línguas tipologicamente distintas em que a pluracionalidade tem efeitos semelhantes aos atestados para a duplicação de mãos em alguns verbos da libras, como veremos no decorrer do artigo. Em Kaingang (Macro-Jê, Brasil)⁴, por exemplo, a duplicação do verbo indica uma pluralização dos argumentos, conforme ilustrado abaixo.

- (03) a. hadn KAIKANG
 'agitar uma camisa'
 b. hadnhadn
 'agitar muitas camisas' (HENRY, 1948)

Em Karitiana (Tupi/Arikén, Brasil), por sua vez, a duplicação da raiz verbal está sempre associada a uma pluralização dos eventos com distribuição no tempo.

- (04) a. João i-'ot-Ø. KARITIANA
 João PART-cair-ABS⁵
 'O João caiu.'

4 Estamos seguindo a *Convenção para Grafia dos Nomes Tribais* da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) estabelecida em 14 de novembro de 1953 que recomenda a grafia dos nomes das línguas e famílias de línguas indígenas brasileiras com a primeira letra maiúscula.

5 Abreviaturas utilizadas no dado do Karitiana: ABS = absolutivo; DUPL = duplicação; PART = participio.

- b. João i-'ot-'ot-Ø.
 João PART-cair-DUPL-ABS
 'O João caiu (mais de uma vez).' (SANCHEZ-MENDES, MÜLLER, 2007)

Já em nahuatl (uto-asteca, México), a pluracionalidade é marcada pela repetição da primeira sílaba do verbo e expressa intensidade.

- (05) a. tlania NAHUATL
 'perguntar'
 b. tlatlania
 'perguntar insistentemente'⁶ (GARIBY, 1961 *apud* CUSIC, 1981)

Essa variabilidade de leituras dos marcadores pluracionais nem sempre é totalmente livre. Em algumas línguas, é possível determinar o tipo de leitura que a sentença terá de acordo com o tipo de verbo que recebeu o marcador pluracional. Em checheno (caucasiana, Chechênia), as classes verbais determinam o tipo de leitura que as sentenças pluracionais possuem. Mais especificamente, a distinção télico-atélico tem um papel importante na determinação do significado dos verbos com marcador pluracional (YU, 2003).

A telicidade é uma propriedade associada à acionalidade dos predicados verbais (também conhecida como aspecto lexical). Ela foi difundida a partir do artigo seminal do filósofo americano Zeno Vendler (VENDLER, 1957). Vendler (1957) não utiliza propriamente o termo *telicidade*, mas define a propriedade em termos de clímax ou término lógico. Predicados télicos são os que possuem um fim previsto, determinado (do grego *telos*, 'fim'). Por exemplo, o sintagma *desenhar um círculo* tem um ponto final natural descrito pelo predicado associado ao seu objeto e é, portanto, télico. *Correr*, por sua vez, é um predicado atélico porque não tem um fim determinado pelo léxico do verbo. Por conta disso, faz sentido dizer *terminar de desenhar um círculo*, mas não *terminar de correr*.

Em checheno, predicados télicos têm leitura de plural de eventos quando os verbos recebem o morfema pluracional, enquanto predicados atélicos têm leitura durativa. A pluracionalidade não é expressa por reduplicação na língua, mas por meio de uma alternância vocálica na raiz verbal. No exemplo abaixo, o predicado verbal télico *qwessira* 'atirar', quando é pluracionalizado, tem a forma *qissira* e uma leitura de pluralidade de eventos.

- (06) a. as q'iigashna twop-qwessira. CHECHENO
 eu corvo.PL.DAT arma-lançar.WP⁷
 'Eu atirei nos corvos.'

6 Um parecerista anônimo, a quem agradecemos, nos chamou a atenção para o fato de que a leitura de intensidade poderia ser uma consequência da pluralização de eventos. Assim, 'perguntar muitas vezes' teria um efeito de 'perguntar insistentemente'. Nós não temos acesso às sutilezas semânticas da pluracionalidade em nahuatl, portanto, não podemos afirmar que seja esse o caso.

7 Yu (2003) não apresenta o significado das abreviaturas utilizadas nas glosas.

- b. as q'iigashna twop-qissira
 eu corco.PL.DAT arma-lançar.PLR.WP⁸
 'Eu atirei nos corvos muitas vezes.' (YU, 2003)

Predicados atéticos, por outro lado, têm leitura durativa e não de plural de eventos quando recebem morfemas pluracionais em checheno. O exemplo abaixo com o verbo *xoizhira* 'doer' pluracionalizado como *xiizhira* ilustra essas propriedades.

- (07) a. Cyna~ chow xoizhira. CHECHENO
 3SG.POSS ferida doer.WP
 'Sua ferida doeu momentaneamente.'
- b. Cyna~ chow xiizhir.
 3SG.POSS ferida doer.PLR.WP
 'Sua ferida doeu por muito tempo.' (YU, 2003)

Como se vê, há muitos efeitos semânticos atribuídos à pluracionalidade. O trabalho pioneiro de Cusic (1981) reuniu uma grande quantidade de dados em diversas línguas e averiguou que a diversidade de leituras atestadas pode ser capturada por quatro parâmetros básicos. O primeiro diz respeito à diferença entre repetição de fase e a repetição de evento. A repetição de evento ocorre quando um verbo pluralizado denota uma repetição de eventos do mesmo tipo denotado pelo verbo. Assim, nos exemplos do checheno, o verbo para 'atirar' quando pluralizado denota um plural de eventos de atirar. A repetição de fase, por sua vez, ocorre quando um verbo denota uma pluralidade de subeventos ou fases internas que são de natureza diferente do evento denotado pelo verbo em si. Por exemplo, *mordiscar*, em português, é um verbo que denota fases de dar pequenas mordidas. Ou seja, *mordiscar* denota um plural de subeventos de morder e não de mordiscar.

Em Emerillon (Tupi/Tupi-Guarani, Brasil), a diferença entre repetição de fase e de evento é expressa por manismos morfológicos distintos: a reduplicação monossilábica e a reduplicação dissilábica (ROSE, 2005). Os exemplos abaixo ilustram essa propriedade. Em (08a) a reduplicação monossilábica indica uma repetição de fase, o processo de roer é resultado de várias fases do evento morder. Já em (08b), a reduplicação dissilábica indica repetição do evento de sair⁹.

- (08) a. ãdudCa w*la o-[su]suu. EMERILLON
 rato madeira3-RED-morder¹⁰
 'O rato roeu a madeira.'
- b. [õhŋ[Ⓢ] õ-hem-ne o-ua.

8 Como se pode notar, cada autor apresenta uma glosa diferente para o morfema pluracional. Yu (2003) prefere utilizar a abreviatura PLR. O autor não apresenta o significado das outras abreviações utilizadas.

9 Agradecemos ao parecerista anônimo que indicou a bibliografia com a existência de línguas que expressam a repetição de fase e de evento com estratégias diferentes.

10 Abreviaturas utilizadas no dado do Emerillon: 3 = terceira pessoa; RED = reduplicação; CONTRAST = contrastivo.

'Ele sai de novo e cai.'

(ROSE, 2005)

O segundo parâmetro está ligado às diversas leituras proporcionadas pelos marcadores pluracionais quanto ao grau de intensidade da ação. Os casos mais comuns são os de intensidade, como o caso do nahuatl apresentado acima em que a versão pluracionalizada do verbo correspondente a 'perguntar' expressa perguntar insistentemente. No entanto, a pluracionalidade também pode expressar diminuição do grau de intensidade da ação, como é o caso do dialeto sierra nahuatl da língua nahuatl em que *koči.sneki* significa 'querer dormir' e *ko.koči.sneki* expressa 'continuamente querer dar pequenos cochilos' (KEY, 1960, p. 131).

O terceiro parâmetro descrito em Cusic (1981) é o da conectividade e está ligado ao grau de contiguidade das repetições. Esse parâmetro é ilustrado com o exemplo apresentado acima em checheno em que o verbo atético que significa 'doer' expressa tal noção somada à noção de duração por muito tempo quando pluracionalizado. O quarto parâmetro é o da distributividade e está ligado à distribuição no tempo, no espaço ou sobre os participantes dos eventos repetidos. Um exemplo desse tipo de leitura é o caso do Karitiana, em que a pluracionalidade sempre está associada a uma distribuição dos eventos no tempo.

A proposta de Cusic (1981) de quatro parâmetros tem um grande potencial descritivo que pode auxiliar no estudo de novas línguas, embora não tenha um poder explicativo do mesmo aporte (YU, 2003). Em um trabalho mais recente, Lasersohn (1995) busca uma unificação para as noções discutidas em Cusic (1981) e afirma que a pluracionalidade tem uma semântica básica de plural. Segundo essa proposta, uma sentença com verbo pluracional será verdadeira para um grupo de eventos se o correspondente singular deste verbo for verdadeiro para cada evento individual do grupo, conforme expressa a forma lógica em (09).

$$(09) \quad V-PA(X) \Leftrightarrow \forall e \in X [V(e)] \ \& \ \text{card}(X) \geq n \quad (\text{LASERSOHN, 1995, p.121})$$

Em palavras: A combinação do verbo com o marcador pluracional **V-PA** se aplica a um grupo de eventos **X** se, e somente se, para todo evento **e** que pertence a esse grupo de eventos **X**, **e** é um evento denotado pelo verbo **V** e a cardinalidade do grupo de eventos **X** é maior ou igual a um número **n** pragmaticamente determinado que garante que **X** não seja preenchido por 1 ou vazio.

Além dessa informação básica de plural, o marcador pluracional pode ter uma informação adicional de como os eventos pluralizados estão dispostos, se continuamente, se distribuídos no tempo, no espaço ou sobre os participantes. Dessa forma, a proposta consegue abarcar as noções de intensidade, continuidade e distribuição no tempo, espaço e participantes com uma análise unificada com base na semântica de plural. A proposta básica de pluracionalidade com base em uma operação semântica de plural de eventos vem sendo empregada na investigação recente da pluracionalidade em várias línguas com diferenças nos detalhes das análises. Ver, por exemplo, a análise de Yu (2003) para o checheno e de Sanchez-Mendes e Müller (2007) para o Karitiana.

Uma vez apresentadas as propriedades dos marcadores pluracionais nas línguas orais, bem como sua análise mais comum, apresentaremos na próxima seção a nossa

proposta para os dados de verbos com duplicação de mãos na libras.

4. Proposta

O objetivo desta seção é apresentar e defender a proposta de que a duplicação no número de mãos em alguns verbos da libras que são tipicamente produzidos com uma mão expressa pluracionalidade. Conforme apresentado anteriormente, pelo menos as interpretações de plural de argumentos e de plural de eventos estão presentes nesses dados. Conforme será discutido mais abaixo, a leitura de intensidade também é encontrada em dados desse tipo. Precisamente, nossa proposta será, então, a de que todos esses efeitos de interpretação podem ser explicados pela operação semântica de pluracionalidade levando em conta os parâmetros de intensidade (segundo parâmetro) e de distribuição sobre participantes e no tempo (quarto parâmetro).

A seção anterior mostrou que, em algumas línguas, a classificação verbal segundo a telicidade pode determinar os tipos de leituras encontrados nos verbos pluracionais. Trabalhos recentes acerca das línguas de sinais têm mostrado que essas línguas não apenas codificam a distinção télico-atélico, ou seja, apresentam propriedades gramaticais associadas a essa distinção, mas expressam a telicidade de uma forma mais acessível universalmente por meio de gestos salientes (cf., por exemplo, Wilbur (2003), Malaia e Wilbur (2012), Strickland et al. (2015)). Entretanto, não é possível afirmar categoricamente que a distinção télico-atélico tem um papel na gramática da libras¹¹.

Por outro lado, é possível observar que a seleção de leituras dos verbos pluracionalizados pode ser determinada por um outro tipo de classificação verbal: a direcionalidade. A direcionalidade é um aspecto bastante estudado das línguas de sinais e divide os verbos em direcionais e não direcionais¹². Os verbos direcionais são aqueles cuja forma varia de acordo com a localização no espaço de sinalização dos participantes a que seus argumentos fazem referência¹³. Verbos não direcionais, por sua vez, são invariáveis segundo essa propriedade. Como se pode observar no quadro (1) a seguir, dos 14 verbos selecionados para este trabalho, seis são direcionais e oito não direcionais.

11 É preciso destacar que Finau (2004) faz uma descrição das noções de tempo e aspecto em libras. No entanto, uma vez que autora lança mão de noções sintáticas, semânticas e pragmáticas em sua análise, não é possível averiguar se a telicidade tem um papel na classificação dos predicados verbais de um ponto de vista lexical, como pretende Vendler (1957).

12 Esses verbos recebem também o nome de verbos de concordância em alguns trabalhos (QUADROS; KARNOPP, 2004). Uma vez que não queremos nos comprometer com análises desse tipo, tendo em vista trabalhos como o de Moreira (2007), utilizamos a terminologia *direcionalidade*, mais neutra acerca da função desse traço.

13 Quando se faz referência a participantes não presentes ou cuja localização não pode ser traçada no espaço imediato, o sinalizante lhes atribui uma localização no espaço em frente a seu corpo à sua direita ou esquerda (MOREIRA, 2007).

Quadro 1. Dados

Verbos direcionais	Verbos não direcionais
ACUSAR, AVISAR, BEIJAR, IGNORAR, PAGAR, VER.	APRENDER, COLAR, COMER, ENTENDER, IMAGINAR, INVENTAR, IR-EMBORA, RIR.

Observamos que, pelo menos nos dados aqui considerados, a forma bimanual de verbos direcionais sempre apresenta uma leitura de pluralidade de argumentos. Isso pode ser observado, por exemplo, com o sinal BEIJAR, apresentado anteriormente na figura 1, empregado, por exemplo, em despedidas. Como se viu nesse caso, a forma monomanual é usada quando se despede de uma pessoa (se beija), ao passo que a forma bimanual é empregada quando se despede de mais de uma pessoa (se beijam). O mesmo acontece com AVISAR que, como ilustrado na figura 3, é realizado com duas mãos quando seu complemento ou seu sujeito fazem referência a mais de uma entidade. Precisamente, a versão monomanual de AVISAR, realizado com a mão configurada de tal forma que apenas o polegar e o dedo mínimo aparecem distendidos, é empregada quando tanto seu sujeito quanto seu complemento são singulares. Já a versão bimanual é empregada quando ou o complemento ou o sujeito é plural¹⁴.



Figura 3. AVISAR

14 Xavier (2014) documenta que parece haver restrições em relação à distribuição dessas formas. A forma bimanual para expressar plural de complemento só ocorre se o sujeito for uma primeira pessoa. Especificamente, quando o movimento parte do sinalizante. Já a forma bimanual usada para expressar sujeito plural só ocorre quando este se refere a segundas ou terceiras pessoas. Em outras palavras, quando o movimento vai na direção do sinalizante que, nesse caso, é o complemento do verbo.

Essa uniformidade na leitura das formas bimanuais dos verbos direcionais que sempre corresponde a uma pluralidade de argumentos não é observada, no entanto, com os verbos não direcionais. Com estes, atestamos não apenas casos em que a forma de duas mãos se vincula à expressão de pluralidade de argumentos, mas também casos em que ela se associa à expressão de pluralidade de eventos e intensidade.

Um exemplo de verbo não direcional cuja forma bimanual expressa pluralidade de argumento é COLAR (na prova) (figura 4). No exemplo de uso analisado neste trabalho, observa-se a sinalizadora empregar sua forma monomanual, realizada com os dedos médio e polegar se tocando pelas pontas enquanto os outros se mantêm distendidos e separados, quando faz referência a um único aluno colando e sua forma bimanual quando diz que todos da sala estavam colando.



Um(a) aluno(a) estava colando.¹⁵

Todos os alunos estavam colando.

Figura 4. COLAR (na prova)

Já como exemplo de verbo não direcional cuja forma bimanual se vincula à expressão de pluralidade de eventos, podemos citar APRENDER (figura 5), produzido por meio de um movimento de fechar a mão em frente à testa. No exemplo de uso analisado, a sinalizadora emprega a forma monomanual quando faz referência a um evento de aprender e a forma bimanual quando se refere a um processo que se repete no tempo (em suas palavras, ao longo de uma semana).

¹⁵ A mão não dominante aparece nesse caso por conta de um processo fonológico denominado *perseveração*, que consiste na manutenção de parte do sinal anterior (XAVIER, 2014).



Apreendi sobre a psicanálise.

Na segunda aprendi sobre passe, na terça...fui aprendendo ao longo da semana.

Figura 5. APRENDER

Por fim, como exemplo de verbo não direcional expressando, por meio de sua forma bimanual, intensidade, podemos citar RIR (figura 6), realizado com a mão exibindo o polegar distendido, o indicador em gancho e os demais dedos fechados e girando pelo pulso em frente à boca. Como explica a sinalizadora, no exemplo que analisamos, RIR é produzido com uma mão quando faz referência à ação de rir em seu grau típico e com duas quando se refere em seu grau de intensidade elevado.



Rir (normal).

Rir muito.

Figura 6. RIR

Vale ressaltar que, além do acréscimo de um articulador manual, as formas bimanuais também apresentam, em relação à sua forma monomanual correspondente, mudanças nas características do movimento e das expressões faciais. COLAR (na prova), por exemplo, na forma bimanual exibe movimento circular e simultâneo das mãos, ao passo que em sua forma monomanual apresenta apenas movimento de tocar

dos dedos polegar e médio. Trabalhos futuros devem explorar as modificações em outros aspectos articulatórios dos sinais e verificar suas contribuições semânticas para as formas duplicadas.

5. Considerações Finais e Próximos Passos

Neste artigo, argumentamos que a duplicação de mãos em verbos expressa pluracionalidade em libras. Dessa forma, abarcamos dentro de uma mesma operação as leituras de plural de participantes, de plural de eventos e de intensidade dos dados analisados.

Como vimos, em algumas línguas, traços semânticos podem determinar o tipo de leitura produzida pelo marcador pluracional. Em checheno, por exemplo, a telicidade é o traço determinante para a seleção de leituras dos verbos pluracionalizados. Na libras, porém, defendemos que um traço que estabelece relação com o efeito semântico da duplicação de mãos é a direcionalidade. Verbos direcionais apresentam leitura de plural de argumentos quando são pluracionalizados, enquanto que verbos não direcionais podem expressar plural de argumentos, plural de eventos e intensidade.

Os próximos passos da pesquisa serão no sentido de investigar algum critério que possa auxiliar na separação das leituras associadas aos verbos bimanuais não direcionais. Além disso, exploraremos as modificações em outros aspectos articulatórios dos sinais (sobretudo movimento e expressões faciais), a fim de verificar suas contribuições semânticas para as formas duplicadas. Dessa forma, a pesquisa dos efeitos semânticos da pluracionalidade poderá auxiliar na maior compreensão acerca do significado dos verbos da libras e contribuir para o entendimento da semântica da língua como um todo, um campo ainda muito pouco explorado.

REFERÊNCIAS

- CUSIC, D. D. *Verbal Plurality and Aspect*. 1981. 388 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Stanford University, Stanford, Estados Unidos.
- FELIPE DE SOUZA, T. A. *A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na Língua Brasileira de Sinais (libras)*. 1998. 298 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FINAU, R. A. *Os Sinais de Tempo e Aspecto na libras*. 2004. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- HENRY, J. The Kaingang language. *International Journal of American Linguistics*, n. 14.3, p. 194-213, 1948.
- KEY, H. Stem construction and affixation of Sierra Nahuat verbs. *International Journal of American Linguistics*, n.26, p. 130-145, 1960.
- MALAIA, E.; WILBUR, R. B. Telicity expression in the visual modality. In: DEMONDE, V.; MCNALLY, L. (eds.). *Telicity, Change, and State*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. p. 122–138.
- MOREIRA, R. L. *Uma Descrição da Dêixis de Pessoa na Língua de Sinais Brasileira (LSB): Pronomes Pessoais e Verbos Indicadores*. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em

Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LASERSON, P. *Plurality, Conjunction, and Events*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1995. 304 p.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ARTMED, 2004. 221 p.

RODERO-TAKAHIRA, A. G. *Compostos na língua de sinais brasileira*. 2015. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSE, F. *Reduplication in Tupi-Guarani languages: going into opposite directions*. Studies on Reduplication, Mouton de Gruyter. 2005. p. 351-368.

SANCHEZ-MENDES, L.; MÜLLER, A. The Expression of Quantification in Karitiana: Pluractionality and Quantifiers. In: DEAL, A. R. (ed.). *UMOP 35: Proceedings of the 4th Conference of semantics of under-represented languages in the Americas*. Amherst: BookSurge Publishing, 2007. p. 247-257.

STRICKLAND, B.; GERACI, C.; CHEMLA, E.; SCHLENKER, P.; KELEPIR, M.; PFAU, R. Event representations constrain the structure of language: Sign language as a window into universally accessible linguistic biases. *PNAS*, n. 112 (19), p. 5968-5973, 2015.

VENDLER, Z. Verbs and times. *The Philosophical Review*, n. 66.2, p. 143-160, 1957.

WILBUR, R. B. Representation of telicity in ASL. *Chicago Linguistic Society*, n. 39(1), p. 354-368, 2003.

XAVIER, A. N. *Uma ou duas? Eis a questão!* Um estudo do parâmetro número de mãos na produção de sinais da Língua Brasileira de Sinais (libras). 2014. 158 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

YU, A. Pluractionality in Chechen. *Natural Language Semantics*, n. 11, p. 289-321, 2003.

Recebido em: 18/09/2015

Aprovado em: 29/01/2016

Marcas do dizer: sentidos do *Arraial do Cuyabá*

Taisir Mahmudo Karim¹

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil
taisir@unemat.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.666>

Resumo

Este trabalho examina o movimento semântico, marcado ao longo dos tempos, do nome *Arraial do Cuyabá*, enunciado pela primeira vez em um documento oficial de 1719. As análises serão tomadas de uma posição enunciativa (GUIMARÃES, 2002), que considera que o estudo da significação deve se dar no acontecimento do dizer, posição que perpassa pelos estudos de enunciação de Benveniste e Ducrot. Para compreendermos o funcionamento desse movimento, que diz da história enunciativa do nome *Arraial do Cuyabá*, vamos observar a dispersão semântica que se apresenta, pelo efeito da evidência, como uma na sua relação integrativa de texto. Para tanto, tomamos alguns acontecimentos enunciativos, considerando uma ordem cronológica crescente, que trazem o nome *Arraial do Cuyabá*.

Palavras-chave: acontecimento; temporalidade; *Arraial do Cuyabá*; semântica do acontecimento; nomeação.

Marks of Uttering: The Senses of *Arraial do Cuyabá*

Abstract

This paper examines a semantic movement that was very noticeable over the years. Its name, *Arraial do Cuyabá*, was enunciated by the first time in an official document in 1719. This analysis assumes an enunciative position (GUIMARÃES, 2002), which considers that the study of meaning should be established in the happening of uttering. This position runs through the enunciation study proposed by Benveniste and Ducrot. To understand the functioning of this movement, which refers to the enunciative history of the name *Arraial do Cuyabá*, the semantic dispersion presented by the effect of evidence as a single whole in its textual integrative relation is observed. Therefore, some enunciative events that enunciated the name *Arraial do Cuyabá* are considered in increasing chronological order.

Keywords: discursive happening; temporality; *Arraial do Cuyabá*; happening semantics; naming.

Um percurso entrelaçado: história e teoria

Ao considerarmos a nomeação como um acontecimento de linguagem pelo qual algo recebe um nome e se constitui historicamente, propomos, neste artigo, observar a relação integrativa textual (GUIMARÃES, 2013, p. 43), a partir de alguns fragmentos enunciativos que semantizam o nome Cuyabá enquanto unidade semântica. Partimos da

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras UNEMAT/Cáceres. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT, membro do Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem – CEPTEL. Coordenador do Projeto de Pesquisa - Estudos da Significação: Nomes Próprios/FAPEMAT/CNPq.

posição que considera que essa relação constrói designações que predicam/determinam o nome, isto é, que dizem e significam as histórias constitutivas do nome Cuyabá. Aquela consideração nos leva aos estudos da significação tomados de uma posição enunciativa. Assim, o processo de nomeação neste estudo será observado do lugar da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), para a qual a nomeação é um procedimento de linguagem, que significa, de algum modo, o marco fundante das narrativas que dão existência histórica a algo no mundo. Para observarmos o funcionamento semântico-enunciativo em torno do nome Cuyabá, trazemos de início a noção de acontecimento para esse tipo de estudo semântico:

[...] algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (GUIMARÃES, 2002, p. 11-12)

O acontecimento de nomeação historiciza² uma temporalidade própria, constitutiva de sua existência enquanto acontecimento que passa a produzir sentidos pela/na linguagem a alguma coisa no e para o mundo. A temporalidade do acontecimento tem suas marcas configuradas pelo funcionamento de linguagem que recorta e traz um passado que não é memória e nem marca temporal cronológica, mas sim rememorações de enunciações já ditas, que significam no acontecimento do dizer, bem como abrem em si uma latência de futuro que projeta novas enunciações abertas pela temporalidade própria do acontecimento, ou seja, o acontecimento do dizer recorta um passado como memorável que faz significar a enunciação do presente do acontecimento. Este, por sua vez, abre em si uma latência de futuro, sua futuridade, assim, “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

Outro conceito que nos interessa, e que iremos mobilizar aqui, é o de espaço de enunciação, segundo Guimarães (2002, p. 18):

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer [...] O espaço de enunciação é um espaço político [...].

Em *Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil* (GUIMARÃES, 2008), o autor desenvolve um estudo sobre a formação do espaço de enunciação brasileiro estabelecida por uma divisão que se constitui de quatro períodos³. O segundo

² A historização não marca o lugar da historiografia, ela é constituída e determinada pelas condições sócio-históricas próprias de sua existência.

³ Conforme Guimarães (2008), a formação do espaço de enunciação no Brasil se divide em quatro períodos: o primeiro período começa com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses em 1654; o segundo tem seu início com a saída dos holandeses e vai até a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808; o terceiro, que começa com a vinda da Família Real em 1808 e termina com a Independência. Em 1826, formula-se a questão da Língua Nacional do Brasil no parlamento brasileiro. E o quarto começa em 1826, estendendo-se até a atualidade.

período coincide, de modo bastante pontual, com o período político do objeto deste estudo, o período político do Brasil Colônia (tratamos de um acontecimento do ano de 1719). Esse período é marcado por inúmeras expedições chamadas de Entradas (expedições oficiais do Estado) e Bandeiras (expedições particulares organizadas pelos colonizadores), quase sempre autorizadas, e, às vezes, financiadas pela Coroa Lusitana. Essas expedições buscavam adentrar o sertão⁴ central da América do Sul no intuito de explorar as riquezas extrativistas e preação dos nativos/índios. É a partir dessas expedições que a colônia lusitana avança num movimento de expansão territorial; ao mesmo tempo, esses conquistadores que empunhavam a bandeira da Coroa Lusitana vão formando os primeiros povoamentos no sertão inóspito da América do Sul.

Esse movimento, que dá início às expedições e ocupação lusitana no sertão central da América do Sul e que culmina com a fundação dos primeiros núcleos urbanos na região, tem seu início entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. É um movimento sociopolítico sustentado pela busca desenfreada por novas conquistas e riquezas para a Coroa Lusitana, um movimento latente marcado por um pulsar desmedido à procura do desconhecido que ainda reclamava por sentidos não experimentados. Dentre o desconhecido, contava-se sobre uma lendária lavra, já cantada e partilhada no imaginário por muitos conquistadores, a Serra dos Martírios⁵, segundo a lenda, uma região aurífera de beleza exuberante donde o ouro brotava continuamente à flor da terra.

Na busca contínua pelas novas conquistas no sertão desconhecido, narram-nos as histórias sobre o lugar que uma surpreendente descoberta de lavras, na região do Rio Cuyabá e seus afluentes, determina a nova relação de convívio entre os conquistadores bandeirantes e o sertão central sul-americano, tem-se início a transição da ordem socioeconômica, enquanto prática social dos conquistadores, a mineração substitui a preação de nativos/índios e outras formas de extrativismo de até então naquela região. É a primeira marca de urbanização que o sertão, hoje o Estado de Mato Grosso, experimenta. Essa transição vem, então, acompanhada de novos valores e comportamentos, diria novos sentidos.

Esse acontecimento (a nova descoberta, o ouro) produz efeitos de sentido que passam a significar a região sob uma nova perspectiva sócio-histórica. Com a nova descoberta, os conquistadores bandeirantes passam a significar colonizadores lusitanos. Esse deslocamento da prática socioeconômica acaba por estabelecer uma relação de convívio com o lugar, isto é, dá-se o início da ocupação urbanizada no sertão central da América do Sul. O ano é de 1719, vejamos como esse acontecimento se dá, segundo a narrativa do historiador Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*:

[...] sem serem procuradas apareceram as minas de Cuiabá. Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam à cata de índios quando encontraram os primeiros grãos de ouro em 1719, em tamanha abundância que extraía-se com as mãos e paus pontudos;

⁴ Consideramos o sertão, aqui, como o movimento que se deu a partir da costa do Atlântico em direção ao interior do continente sul-americano.

⁵ Segundo a historiadora Thereza Martha Borges Presotti (2008, p. 62), em *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuyabá e Mato Grosso*. “O local da lendária serra dos Martírios parece ter sido encontrado por volta do ano de 1673 em uma expedição de conquista dos gentios serranos”.

tirava-se ouro da terra como nata de leite, na expressão pitoresca de Eschwege. Os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer. (ABREU, 1907, p. 141)

A partir do acontecimento da *nova descoberta* (o ouro), novas práticas sociais são estabelecidas pelos conquistadores/colonizadores, novos sentidos passam a significar a região. São efeitos de sentido construídos pelo funcionamento próprio de linguagem em um espaço de enunciação ainda não definido, mas que vai se constituindo já do lugar do colonizador bandeirante, um espaço de intensas disputas, que se dá pelo contato com falantes e línguas ainda desconhecidos pelos colonizadores bandeirantes, como também pelos colonizados nativos/índios. É o lugar do não sentido⁶ se significando. É nesse espaço de enunciação ainda incerto que o nome *Arraial do Cuyabá* é enunciado. O funcionamento enunciativo dessa nomeação passa a dar existência histórica à geografia selvagem do sertão central da América do Sul. Essa geografia passa, então, a produzir sentidos do urbano no sertão inóspito. Assim, temos, na cena enunciativa do acontecimento de nomeação do lugar, um nome enunciado do lugar social de dizer do locutor-colonizador lusitano. Esse funcionamento produz o efeito que nos denuncia um espaço de enunciação já pré-determinado pela língua portuguesa e seus falantes, mas, ao mesmo tempo em que a enunciação nomeia o lugar pelo nome *Arraial do Cuyabá*, a evidência do dizer expõe também o lugar de disputas entre falantes e línguas no espaço de enunciação (um nome composto por hibridismo de duas línguas). Veremos como isso se dá mais adiante.

Como se observa, as expedições das Bandeiras marcam o lugar do sujeito⁷ lusitano no sertão central da América do Sul. Essas se dão na relação entre conquistar/explorar ou ocupar/urbanizar, e quase sempre a ocupação culmina com a institucionalização da região ocupada pelo Estado Português. Como esse caso específico estamos tratando de uma região litigiosa entre portugueses e espanhóis, cabe aqui lembrarmos que a região do *Arraial do Cuyabá* pertencia juridicamente à Coroa Castelhana, conforme Tratado de Tordesilhas de 1494⁸. Passemos agora à análise do processo de nomeação: o que essa cena enunciativa traz ao ser enunciada do lugar social do locutor colonizador-lusitano.

Entre a forma e o étimo

Uma análise do funcionamento morfossintático do nome *Arraial do Cuyabá* nos revela que ele tem sua forma construída pelo princípio binário proposto por Bosredon (1999), o primeiro nome, um elemento nominal classificador (*arraial*), pertence a uma rede tipológica que designa a classificação de espaços urbanos (classificador genérico urbano). Ou seja, esse elemento nominativo argumenta para a direção de uma escala constituída entre maior/menor na relação classificatória empregada para distinguir, entre

⁶ Cabe aqui uma distinção entre o não sentido e o sem sentido, conforme Orlandi (2007): o não sentido, em uma relação com a memória discursiva, é o irrealizado, aquilo que ainda não faz, mas pode vir a fazer sentido. O sem sentido, ao contrário, resulta de um esgotamento, de processos pelos quais as coisas perdem sentido, ou simplesmente não fazem sentidos (ORLANDI, 2007, p. 309).

⁷ Aqui tratamos a questão do sujeito conforme Guimarães (2002, p. 18), “São sujeitos da língua enquanto constituído [...] pelo espaço de enunciação. [...] São espaços habitados por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”

⁸ Tratado de Tordesilhas de 1494. Sobre a questão da divisão territorial entre Portugal e Espanha ver Maria Delfina do Rio Ferreira (1996).

outras coisas, a densidade demográfica dos espaços sócio-urbanos. O segundo nome, o elemento individualizante (do Cuyabá), um sintagma preposicional, funciona como o especificador que individualiza o nome. O nome do local se constitui, desse modo, pela junção dos nomes *Arraial* e *Cuyabá*, por um processo de formação nominal construído pelo processo de hibridismo (palavra do léxico português mais palavra do léxico indígena).

Assim, o acontecimento que nomeia o lugar com o nome *Arraial do Cuyabá* passa a dar existência ao que até então não significava, não existia, isto é, esse acontecimento de linguagem faz com que o lugar signifique pelo simbólico a urbe, constituída enquanto geografia de convívio e de práticas sócio-urbanas dos sujeitos ali instalados, se distanciando, assim, da possibilidade interpretativa de o lugar nomeado vir a significar o selvagem, o indômito (não que essa interpretação não fosse possível).

É importante observar que aqui nos distanciamos das ideias referencialistas, o nome não refere o lugar enquanto coisa, o nome para nós é entendido conforme Rancière (1994), quando caracteriza, de modo particular em *Os nomes da História*, a questão dos nomes. O autor considera que as palavras da história são nomes e que estes não classificam, eles identificam. Assim, o efeito de sentido produzido pelo nome, o da urbe, se dá antes mesmo de o lugar se apresentar como característica descritiva da palavra *Arraial* já convencionalizada, lugar com relativa densidade de moradores, casas/ranchos. Isso tem seu percurso natural, não é nosso objeto de análise. O que queremos mostrar é que o funcionamento enunciativo desse processo de nomeação já o faz designar como tal, ou seja, um espaço urbano. Não se trata, portanto, de uma mera relação referencialista, tampouco, de uma relação descritiva do lugar. A nomeação o significa enquanto algo construído sócio-historicamente pela linguagem. Já o sintagma preposicionado, do Cuyabá, um individualizador, ao ser acrescido como parte da construção morfossintática do nome, movimenta enunciações outras que produzem o efeito semântico localizador, isto é, o funcionamento enunciativo do nome *Arraial do Cuyabá* designa uma urbe localizada na região por onde passa o Rio Cuyabá.

Nesse sentido, a enunciação que nomeia o lugar recorta, como memorável, enunciações ligadas às narrativas do político/administrativo de Estado, as que dizem da tipologia normatizadora que classifica os espaços urbanos. É já o funcionamento da temporalidade do acontecimento que rememora enunciações outras, pois arraial designa um lugarejo que reúne um conjunto de casas com seus moradores, efeito esse construído e já estabilizado na história de enunciação constitutiva do nome.

Em relação ao nome Cuyabá, cabe aqui uma atenção especial, abriremos um parêntese para tratar das histórias de enunciação do étimo da palavra. Não há consenso quanto à língua de sua origem. Curiosamente, e o que nos interessa aqui, saber que os estudos diacrônicos relativos à origem da palavra estão ligados às línguas indígenas por si só nos diz algo. A enunciação de Cuyabá como parte do nome nos traz o memorável que enuncia as narrativas dos que ali habitavam, os nativos/índios. Essas histórias continuam presentes, produzindo sentidos. Os colonizadores bandeirantes, ao nomearem a região, o fazem do lugar do espaço de enunciação da língua portuguesa, a língua oficial da colônia, mas o nome ao ser enunciado nos revela a relação conflituosa entre falantes e línguas, falantes lusitanos e nativos/índios, língua portuguesa e línguas indígenas. É nessa incessante disputa que se dá a nomeação do lugar, assim, o nome *Arraial do Cuyabá* enunciado no espaço de enunciação da língua portuguesa enuncia

também a relação de conviviabilidade entre falantes colonizadores/colonizados e suas línguas.

Voltemos à questão do estudo da etimologia da palavra para procurar mostrar o(s) sentido(s) fundador da palavra/nome Cuyabá⁹. Essa análise ganha um cunho não meramente etimológico, isso porque as narrativas da etimologia do nome apresentam, em verdade, as histórias de enunciação do nome Cuyabá. Vejamos isso a seguir.

Em uma carta escrita em 1741, o padre jesuíta Agostinho Castañares, a serviço do governo espanhol, refere-se à região dizendo o seguinte:

[...] Está fundada dicha ciudad, segun tengo entendido, al principio del lago de los Jarayés, de aqui de esta banda del rio em tierra confinante con la de Assunción, *sobre el arroyo Cuyaverá*, que segun el mapa entra del este em rio Paraguay, y *del arroyo tomaria la ciudad la denominación de Cuyabá*. (CASTAÑARES *apud* FERREIRA, 2008, p. 74, grifo nosso)

Farinã, professor de Gramática e Semântica Guarani na Universidade Nacional de Assunção, faz as seguintes considerações a respeito da palavra *Cuyaverá*:

[...] Pero la etimologia que aporta lo misionero Agustin Castañares, cuya contracción seria Cuyabá, a mi entender se origina de: *kyya* = nutra o lontra em portugues, y *verá* = resplandeciente. Seria entonces una especie de roedor de los pantanos de piel grasosa y brillante. [...] Evidentemente *cuia* es *kyya* y *va* de *verá* = resplandeciente por La piel mojada del pantano. [...] KYIAVERÁ ou Rio da Lontra Brillante. Por corruptela de palavra, por aglutinação etimológica, virou CUYAVERÁ mencionado pelo Padre Agostinho Castañares em sua carta de 1741. [...] transformaram o rio CUIAVERÁ em CUIAVÁ, e, por conseguinte, CUIABÁ, [...]. (FARIÑA *apud* FERREIRA, 2008, p. 74, grifo nosso)

Fonseca (1866)¹⁰, em “Notícia da situação de Mato Grosso e Cuyabá: estudo de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamante situação de Mato Grosso, seu descobrimento de minas, e estabelecimentos de seus arraiais”, ao tratar da origem do nome Cuiabá, diz o seguinte: “Na margem oriental do rio Cuyabá está fundada a Villa d’este nome [...] que de S. Paulo sahiram a conquistar o gentio *cuyabano*, de cujo nome se derivou o que hoje têm o rio e povoação”. (FONSECA, 1866, p. 378, grifo nosso).

Ou ainda, em *Chronicas do Cuyabá* (SUZUKI, 2007), tem-se a seguinte descrição: “[...] até que subiram o rio Cuyabá, *assim chamado por acharem em suas margens cabaças plantadas pelo gentio, de que faziam cuias para seus usos. Outros affirmam que o nome de Cuyabá era nome de gentio, que neste rio habitava*” (SUZUKI, 2007, p. 46, grifo nosso).

Em 1723, o Capitão Antonio Pires de Campos envia notícias da região para o governo português e, em relação ao nome, refere-se do seguinte modo: “[...] subindo mais para cima vem um rio dar n’este do Cuyabá, que lhe chamam Cuyabá-Mirim, que nasce de *uma Bahia na qual habitava um lote de gentio chamados cuyabas*” (CAMPOS, 1723, p. 446, grifo nosso).

⁹ Um estudo mais detalhado que trata da questão etimológica da palavra/nome Cuiabá encontramos em Jucá (1989).

¹⁰ O texto foi escrito na primeira metade do século XVIII, mas não se sabe ao certo o ano.

Pedro Rocha Jucá (1989), em *O nome Cuiabá corresponde a Pantanal Mato-grossense* defende a seguinte descrição etimológica:

[...] *O nome Cuiabá, de acordo com estes estudos, seria de origem tupi-guarani, mais precisamente dos indígenas que dominavam a região mais meridional do Estado de Mato Grosso do Sul, conhecedores do Chaco e do Pantanal como expressões regionais. Como geralmente acontece com os topônimos, Cuiabá corresponde a uma descrição regional, por aglutinação. Com facilidade se chega a esta conclusão: Quá, Kuá, Cuá são variações fonéticas da identificação, em tupi-guarani, de vale, enseada, planície; y corresponde a água; e Ava ou abá a índio homem. Então, aglutinando-se Cuá-y-abá, teríamos Cuáyabá, e, finalmente, Cuiabá. Cuiabá seria portanto, Vale dos Índios das Águas, [...]* (JUCÁ, 1989, p. 9, grifo nosso)

Como se pode observar, as histórias de enunciações que dizem sobre a origem do nome Cuyabá apontam para um étimo em língua indígena e apresentam uma carga semântica que enuncia ora o lugar da relação das práticas sociais dos nativo-índios da região, ora a descrição do que há naquela região, uma clara correlação entre o lugar e o nativo/índio. É nesse sentido que o acontecimento de nomeação não marca uma geografia, uma região. A nomeação não está no nível referencial do nome com a coisa ou da intenção de alguém a atribuir sentidos a um determinado nome que passa a significar algo de modo estável, a enunciação movimenta o presente do acontecimento e recorta como memorável nesse acontecimento de nomeação as narrativas de origem do nome, a história de acontecimentos de enunciação que dizem sobre o nome, que dizem sobre o Cuyabá. Por outro lado, o Cuyabá enunciado enquanto nome de rio pelos conquistadores lusitanos designa as narrativas que desenham o caminho de entrada em direção aos rincões do sertão a ser conquistado. Assim, são todas essas relações designativas, construídas na história de enunciações do nome, que acabam por semantizar o nome da região numa relação instável, mas que se apresenta como representação do real estabilizada.

A seguir, procuraremos mostrar como o nome vai tecendo em si sua própria rede semântica a partir da relação integrativa em que funcionam os textos que enunciam o nome, construindo e movimentando, assim, sentidos que dão sustentação à nomeação do lugar.

A análise semântico-enunciativa

Para a análise semântico-enunciativa do nome *Arraial do Cuyabá*, tomemos a cena enunciativa¹¹ do acontecimento que nomeia e requer a região de Cuiabá, um acontecimento constituído pela sua Ata de fundação. Vamos observar, nessa cena, como se dá o acontecimento de nomeação do local pelos bandeirantes lusitanos:

Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos, *neste Arraial do Cuyabá fez junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a elles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achámos no ribeirão do Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França, depois que foi o nosso enviado, o capitão Antonio Antunes, com as amostras que levou*

¹¹ Conforme Guimarães (2002), uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas de enunciação.

do ouro ao senhor General com a petição do dito capitão-mór, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintem, de dous e de quatro vintens e meia pataca, e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias, e todos os seus companheiros, as suas custas, com grandes perdas e riscos, *em serviço de Sua Real Magestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos, fóra negros, e para que a todo o tempo vá isto a noticia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos* e por assim ser verdade nos assignamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste arraial. - Paschoal Moreira Cabral - Simão Rodrigues Moreira - Manoel dos Santos Coimbra - Manoel Garcia Velho - Baltazar Ribeiro Navarro - Manoel Pedroso Lousano - José de Anhaia Lemos - Francisco de Siqueira - Asenço Fernandes - Diogo Domingues - Manoel Ferreira - Antônio Ribeiro - Alberto Velho Moreira - João Moreira - Manoel Ferreira de Mendonça - Antonio Garcia Velho - Pedro de Godoi - José Fernandes - Antônio Moreira - Inácio Pedroso- Manoel Rodrigues Moreira - José Paes da Silva. (SUZUKI, 2007, p. 47, grifo nosso)

De imediato, vamos observar as condições sócio-históricas do acontecimento que legitima o processo de nomeação do lugar. Para os historiadores, a Ata que requer e nomeia o lugar é considerada o marco fundante do *Arraial do Cuyabá*. A Ata, o primeiro documento que oficializa a ocupação da região pelos lusitanos, data do ano de 1719, “Aos oito dias do mez de Abril de mil setecentos e dezenove annos”, período político do Brasil/Colônia de Portugal.

Como se sabe, a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII são historicizadas pelo avanço dos conquistadores bandeirantes, em especial os paulistas, que rumavam em direção ao sertão central da América do Sul. No documento (a Ata), os bandeirantes, ao requererem a posse da terra, que tem sua motivação no *descobrimento novo*, o achamento de ouro na região do Rio Cuyabá, nomeiam e oficializam a ocupação da região à Coroa Portuguesa. Esse acontecimento enunciativo funciona como marco fundante do início de ocupação sócio-urbana da região pelos lusitanos.

A cena enunciativa desse acontecimento é apresentada em língua portuguesa, assim o funcionamento do acontecimento se dá no espaço de enunciação da língua oficial do estado lusitano. O agenciamento específico constituído pela cena enunciativa acaba por produzir efeitos de sentido que oficializam a ocupação da região pelos bandeirantes a serviço da Coroa Portuguesa. Vejamos como se dá esse agenciamento. O acontecimento tem sua legitimidade garantida por ser enunciado do lugar social de dizer do colonizador lusitano, aquele que está autorizado a explorar a região.

O agenciamento dessa cena apresenta, assim, as figuras enunciativas com as seguintes características: um L, que se constitui enquanto lugar social de dizer do lugar do locutor-escrivão, o *eu* (escrivão), uma figura heterogênica que fala do seu lugar a fala do locutor-capitão-mór, o bandeirante paulista, a serviço da Coroa de Portugal (a representação do Estado). Essa representação assimila o lugar de dizer de um enunciador coletivo sob a perspectiva pronominal do *eu* que representa e fala em nome de *todos* do seu grupo, os responsáveis pelo *descobrimento novo*. Conforme enunciado que se segue, *fez junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a eles*.

Como se observa, a enunciação da ata apresenta uma cena caracterizada pelo agenciamento das seguintes figuras enunciativas: o (L) Locutor enuncia do lugar do

(lxi) = (lxii), isto é, o lugar social de dizer do locutor-escrivão/bandeirante que fala aquilo que o locutor-capitão-mór diz. Este enuncia da perspectiva do lugar de dizer do (Ecl) enunciador-coletivo, aquele que fala pelo grupo como a voz que representa os bandeirantes lusitanos a serviço da Coroa Portuguesa presentes no acontecimento, que têm como seu (al) alocutário a Coroa Portuguesa, como se pode observar no fragmento abaixo:

[...] junta o capitão-mór Paschoal Moreira Cabral com os seus companheiros e *lhes requereu a elles* este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achámos [...] *em serviço de Sua Real Magestade* [...] e por assim ser verdade *nos* assignamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste Arraial.– Paschoal Moreira Cabral. (SUZUKI, 2007, p. 47, grifo nosso)

Esse agenciamento específico produz as condições de felicidade que garantem a performatividade do acontecimento de nomeação. A enunciação se dá do lugar social da representação da Coroa, lugar que está autorizado a dizer o que se diz: o capitão-mor-bandeirante, *a serviço de Sua Real Magestade* (o Rei de Portugal), fala em nome de todos da bandeira para o Estado Lusitano.

Como se vê, o nome que enuncia a região se dá em um documento que o oficializa enquanto nome (a ata)¹². Essa nomeação é enunciada por aquele que está autorizado a enunciar, o locutor-capitão mor bandeirante, aquele que pode e tem o direito de explorar, nomear e ocupar o sertão central para a Coroa Portuguesa.

O funcionamento semântico-enunciativo da nomeação na ata produz o efeito que instala sentidos como o da oficialização do Estado Lusitano na ocupação da região litigiosa. A nomeação do lugar também passa a significar o início da relação política do governo lusitano com a região *do descobrimento novo*, isto é, a ata que oficializa o nome do lugar passa a significar o lugar. É isso que possibilita, logo em seguida, requerer posse do lugar, e esse movimento constituído pela linguagem produz o efeito que passa a significar a ocupação da região pela Coroa Portuguesa.

Assim, a enunciação do nome *Arraial do Cuyabá* designa a região como território ocupado pelo estado português na América, portanto uma região sob o domínio das regras impostas pela Coroa Lusitana. Queremos chamar atenção aqui para o fato de que o modo de agenciamento enunciativo no acontecimento é determinante em relação ao que um enunciado possa significar, no nosso caso, o acontecimento de nomeação. A cada modo que se especifica o agenciamento das figuras enunciativas em uma cena, constroem-se gradualmente as relações designativas dos nomes nos mostrando que estes são instáveis entre o dizer e a coisa. Se tomássemos esse acontecimento do lugar do sujeito nativo/índio, ou do lugar do sujeito conquistador espanhol, por exemplo, evidentemente os efeitos de sentido seriam outros, não teríamos essa direção semântico-enunciativa. Não estamos dizendo com isso que o nome não significaria; o que estamos pontuando é que o efeito semântico seria outro, o

¹² Um texto importante em relação à questão que analisa a Ata de Fundação de Cuiabá como o lugar de legitimação da região sob a perspectiva da AD (análise de discurso) pode ser encontrado em Motta (2011). Segundo a autora, “Podemos dizer que a terra em Mato Grosso ganha estatuto de existência pela formulação da Ata, aos 8 dias do mês de abril e mil setecentos e dezenove, com a primeira escrita de um documento oficial, a Ata de Fundação do Arraial do Cuiabá” (MOTTA, 2011, p. 14).

funcionamento semântico-enunciativo do nome movimentaria outros relevos semânticos.

Algumas considerações

O que procuramos mostrar nesta análise é que a tessitura constitutiva da significação da rede semântica construída em torno do nome *Arraial do Cuyabá* se dá na relação integrativa textual a partir do acontecimento de dizer da nomeação. Essa relação se constitui e significa pelo funcionamento do nome sob dois aspectos: a relação morfossintática; e a relação semântico-enunciativo. Ambos se dão a partir do agenciamento enunciativo das figuras enunciativas na cena do acontecimento. São as representações dos lugares e modos de dizer (locutores/enunciadores), são essas considerações que movem os traços de sentidos que constroem o próprio nome no acontecimento do dizer, são efeitos de sentido que se configuram pela temporalidade própria do acontecimento.

A enunciação do nome o temporaliza e traz para o presente do acontecimento o memorável que o constitui e o significa. O nome passa a dar existência ao lugar, significando o novo e todas as histórias enunciativas já ditas que o constituem. Assim, o que ele (o nome) significa aqui é construído no espaço de enunciação pelo funcionamento das línguas, espaço em que se dá a relação de línguas e falantes, sujeitos exploradores e explorados, línguas que se entrecruzam e se constituem incessantemente, que travam uma franca e duradoura disputa de domínio e resistência. A língua portuguesa determina o movimento de conquista lusitana enquanto as línguas indígenas ancoram a resistência dos nativos/índios. O nome *Arraial do Cuyabá* então, ao enunciar esses lugares de dizer, vai construindo as histórias que evocam e ecoam sentidos à identidade política/jurídica/cultural do povo do *Arraial do Cuyabá*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Morosco & C., 1907. 216 p.
- BOSREDON, B. Modos de ver, modos de dizer titulação da pintura e discursividade. *Revista Rua*, Campinas, n.5, p. 17-39, 1999.
- _____. Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. n.3. Campinas: Pontes, p. 7-20, 1999.
- CAMPOS, A. P. de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos, 1723. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXV, p. 437-449, 1862.
- CARTA Patente de 25 de setembro de 1748. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, Tomo CXLVI, ano 70 – 1998.
- CARTA Régia de 09 de maio de 1748. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Gráfica Olímpica Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1973.
- FERREIRA, M. D. do Rio. *Das Minas Gerais a Mato Grosso – Gênese, Evolução e Consolidação de Uma Capitania*. Cuiabá: Editora UFMT, 1996. 223 p.

FONSECA, J. G. da. Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuyabá: Estado de Umas e Outras Minas e Novos Descobrimentos de Ouro e Diamantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.29, p. 352-390, 1866.

GUIMARÃES, E. *Textos e argumentação: um estudo de conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 1987. 200 p.

_____. *Os limites dos sentidos*. Campinas: Pontes, 1995. 91 p.

_____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002. 92 p.

_____. *Espaço de Enunciação e Política de Línguas no Brasil*. Brasília: MEC, 2008. 56 p.

_____. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. São Paulo: Hucitec, 2013. 160 p.

JUCÁ, P. R. O nome Cuiabá corresponde a pantanal mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, São Paulo, tomos CXXIX e CXXX, Ano 60, p. 7-18, 1989.

KARIM, T. M. Brasil Colônia/Império: da ocupação à fundação do território da Capitania Minas do Cuyabá/Mato Grosso um estudo semântico de nomeação. In: BRESSANIN, J. A. et al. (org.). *Linguagem e interpretação: a Institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: RG, 2013. p. 13-31.

MOTTA, A. L. A. R. O discurso da normatização da terra. *Revista Rua*, Campinas, n.17, p. 114-126, 2011.

ORLANDI, E. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (orgs.). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 295-312.

PRESOTTI, T. M. B. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuyabá e Mato Grosso*. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em 2008) – Departamento de História-IH/Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Campinas: Pontes, 1994. 116 p.

SUZUKI, Y. T. *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. 272 p.

Recebido em: 26/09/2015

Aprovado em: 18/03/2016

O objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa nas variedades de espanhol de Madri e Montevideu comparado ao português brasileiro

Adriana Martins Simões

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
adrimsimoes@usp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.749>

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar parte dos resultados de nossa pesquisa a respeito da realização do objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa nas variedades de espanhol de Madri e Montevideu comparada ao português brasileiro. Considerando-se os estudos sobre o espanhol (CAMPOS, 1986; FERNÁNDEZ SORIANO, 1999; GROPPPI, 1997), partimos da hipótese de que nas variedades de espanhol investigadas o objeto nulo se restringiria a antecedentes [-determinados; -específicos]. Entretanto, as tendências encontradas revelaram a possibilidade de ocorrência dessa categoria vazia em outros contextos, evidenciando semelhanças e diferenças com o português do Brasil.

Palavras-chave: objeto pronominal acusativo; espanhol; português brasileiro; variação linguística; coexistência de gramáticas.

El objeto pronominal acusativo de tercera persona en las variedades de español de Madrid y Montevideo y su comparación con el portugués de Brasil

Resumen

Este artículo tiene por objetivo presentar parte de los resultados de nuestra investigación sobre la realización del objeto pronominal acusativo de tercera persona en las variedades de español de Madrid y Montevideo y su comparación con el portugués de Brasil. Teniendo en cuenta los estudios sobre el español (CAMPOS, 1986; FERNÁNDEZ SORIANO, 1999; GROPPPI, 1997), partimos de la hipótesis de que, en las variedades de español investigadas, el objeto nulo se limitaría a antecedentes [-determinados; -específicos]. Sin embargo, las tendencias encontradas revelaron la posibilidad de esta categoría vacía en otros contextos, lo que evidencia semejanzas y diferencias con el portugués de Brasil.

Palabras clave: objeto pronominal acusativo; español; portugués de Brasil; variación lingüística; coexistencia de gramáticas.

Introdução

Neste artigo, nos propomos a apresentar parte dos resultados de nossa pesquisa de doutorado (SIMÕES, 2015)¹, a respeito da realização do objeto pronominal acusativo

¹ Tese de doutorado desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Therezinha Maia González. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, contamos com uma bolsa do CNPq, processo nº 146998/2010-3.

de 3ª pessoa nas variedades de espanhol de Madri e Montevidéu e sua comparação com o português brasileiro (doravante PB). Analisamos entrevistas orais das variedades de espanhol de Madri (CESTERO MANCERA et al., 2012) e Montevidéu (ELIZAINCÍN, s/d), pertencentes ao PRESEEA, e comparamos com dados do PB, provenientes de traduções de algumas ocorrências dessas variedades investigadas. Como referencial teórico, aliamos a concepção biológica de língua e gramática (CHOMSKY, 1981, 1986) a alguns aspectos sociolinguísticos (LABOV, 2008; WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2009). Tendo em vista os trabalhos de Campos (1986), Fernández Soriano (1999) e Groppi (1997) sobre o espanhol, nossa hipótese foi de que a omissão do objeto nas variedades de espanhol de Madri e Montevidéu estaria restringida a antecedentes [-determinados; -específicos].

Na primeira seção deste artigo, veremos algumas características a respeito do objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa no espanhol e no PB. A segunda seção aborda o referencial teórico e a terceira, alguns aspectos dos dados e da metodologia. A quarta seção está dedicada a apresentar e discutir nossos resultados sobre as variedades de espanhol estudadas e sua comparação com o PB, bem como a interpretação teórica desenvolvida. Na última parte do artigo estão as considerações finais.

O objeto pronominal acusativo

A gramática do espanhol

De acordo com Campos (1986) e Fernández Soriano (1999), na língua espanhola em geral², para retomar um SN [+específico] em função acusativa, é necessária a presença de um clítico. Por outro lado, quando se trata de um SN [-específico; -definido], o objeto nulo seria possível. Conforme Groppi (1997), a variedade de Montevidéu apresentaria essa mesma tendência. Observem-se as construções em (1):

- (1a) — ¿Compraste **flores**?
— Sí, compré \emptyset .
— Sí, ***las** compré.
- (1b) — ¿Compraste **las flores**?
— Sí, compré * \emptyset .
— Sí, **las** compré. [Adaptados de Campos (1999, p. 1530)]

Di Tullio (1997) sustenta que a incompatibilidade entre o clítico e um SN sem determinante se deve ao fato de aquele ser um pronome definido.

Em relação ao clítico, conforme Groppi (2009), o espanhol aceita apenas esse pronome para retomar um antecedente em função acusativa, mas não aceita o pronome tônico, como é possível observar em (2a). Por sua vez, o pronome tônico apenas poderia ocorrer em função acusativa em correferência com um clítico, restringindo-se aos casos em que fosse necessário estabelecer contraste e quando tem como antecedente uma entidade [+humana], além de ter que estar encabeçado pela preposição *a*.

² Consideramos que as variedades de Madri e Montevideo estão incluídas entre as variedades de espanhol em geral, já que, na área da gramática que estudamos, essas variedades comportam-se de maneira diferente de outras variedades específicas dessa língua, que estão em contato com línguas não indoeuropeias, como veremos nesta subseção.

(2a) *Veo a ella.

(2b) La veo [a ella]. (GROPPI, 2009, p. 100)

No que se refere aos SNs encabeçados pelo artigo indefinido, segundo Leonetti (1999), esse tipo de antecedente poderia ser retomado por um pronome definido, como em (3b). Nessa construção, o clítico retoma o SN indefinido *un caso de corrupción*, que aparece em (3a). Devido ao traço semântico de indefinidade desse artigo, os SNs que encabeça tendem a receber uma interpretação [-específica].

(3a) Han denunciado un caso de corrupción en el juzgado nº 3.

(3b) Parece que lo ha descubierto un periodista. (LEONETTI, 1999, p. 838)

Quanto aos SNs encabeçados por quantificadores, de acordo com Campos (1986), estes não poderiam ser expressados mediante um objeto nulo, sendo necessária a presença de um quantificador, como se observa em (4).

(4) — ¿Compraste algunos regalos?

(4a) — *Sí, compré *e*.

(4b) — Sí, compré algunos. (CAMPOS, 1986, p. 354)

Com respeito às construções em que o antecedente constitui um tópico, conforme Groppi (2009), seria preciso haver um clítico correferente no interior da oração. Em (5b), observa-se que sua ausência torna a sentença agramatical.

(5a) A Juan (,) lo vi en la playa ayer.

(5b) *A Juan vi ayer en la playa. (GROPPI, 2009, p. 110)

Segundo Leonetti (1999), seria possível que um SN indefinido, genérico ou [+específico] aparecesse em posição de tópico e tivesse um clítico correferente no interior da oração, como em (6a) e (6b), respectivamente. Entretanto, se o SN é [-específico], seriam necessários elementos modais na oração, como o tempo futuro em (6c).

(6a) Un cumpleaños, es mejor celebrarlo fuera de casa.

(6b) A un amigo mío, este profesor le ha suspendido ya tres veces.

(6c) Con una cebolla, creo que será suficiente. (LEONETTI, 1999, p. 855)

Quando se trata de SNs quantificados que aparecem na periferia esquerda da oração, de acordo com Groppi (1997), esse tipo de SN poderia ou não apresentar um clítico correferente, como em (7). Para essa autora, a presença do clítico decorre de uma leitura referencial em que o SN quantificado receberia uma interpretação partitiva.

(7) Algunas tarjetas yo también (las) recibí. [Adaptado de Groppi (1997, p. 124)]

Embora as variedades de espanhol de Madri e Montevideu apresentem objetos nulos altamente restringidos, algumas variedades dessa língua, entre elas a do País

Basco (LANDA, 1993) e a de Quito (SUÑER; YÉPEZ, 1988), apresentam a omissão do objeto com SNs [-animados; +/-determinados]. Nessas variedades, essa categoria vazia aparece em construções com objeto indireto [exemplo (8a)] e em construções nas quais o antecedente é um tópico [exemplo (8b)].

(8a) La boda; me= \emptyset _i=pagó e_i éste de la Campa de Erandio.

(8b) *Todos los cursos* que hice, hice \emptyset en una fábrica en Massachusetts. (SUÑER; YÉPEZ, 1988, p. 514)

Ao longo desta subseção, vimos que, na língua espanhola em geral, um SN [+determinado] precisa ser retomado por um pronome clítico em função acusativa, receba este uma interpretação [+/-específica]. Por outro lado, quando se trata de um SN sem determinante, seria possível a ocorrência do objeto nulo. Considerando-se os estudos de Campos (1986), Fernández Soriano (1999) e Groppi (1997), adotamos a hipótese de que os objetos nulos nas variedades de espanhol de Madri e Montevidéu se restringiriam a antecedentes [-determinados; -específicos]. Na próxima subseção, veremos algumas características do funcionamento do objeto pronominal no PB, o que nos permitirá comparar essa língua com as variedades de espanhol em análise.

A gramática do português brasileiro³

Conforme Cyrino (1994), no PB contemporâneo, os objetos nulos seriam possíveis com antecedentes nominais [+/-específicos]. Os resultados dessa autora revelaram também que a omissão do objeto sempre foi possível no PB e em um determinado momento ocorreu uma mudança e esta passou a ter maior incidência.

Duarte (1986) observou 23,7% de elipse do objeto com SN [+animado] [exemplo (9a)] e 76,3% com SN [-animado] [exemplo (9b)], de modo que a omissão do objeto no PB seria favorecida pelos antecedentes [-animados].

(9a) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que cria o menor infrator; não é ela o único responsável, o único elo que cria (*e*), e como tal ela não consegue recuperar (*e*). (entrevista) (46,47)

(9b) O Armando leu a peça e aprovou (*e*). (novela) (123) (DUARTE, 1986, p. 16)

Apesar de Cyrino (1994) não ter encontrado ocorrências de apagamento do objeto com antecedente [+animado; +específico] no PB contemporâneo, de acordo com Kato (2003), o objeto nulo poderia ocorrer com antecedente [+humano] se este ocupa a periferia esquerda da sentença, como em (10).

(10) **Esse ator**_i, eu acho que (eu) não conheci \emptyset _i. (KATO, 2003, p. 139)

Com relação ao pronome lexical, Cyrino⁴ (1990 *apud* CYRINO, 1993) observou seu surgimento em função acusativa no PB na segunda metade do século XIX, que corresponde ao mesmo período em que começou a ocorrer a diminuição do clítico.

³ Em nossa pesquisa, na esfera do PB, abordamos apenas a expressão do objeto mediante a categoria vazia e o pronome lexical e excluímos sua abordagem pelo clítico acusativo. Isso decorre do fato de que, no PB, esse pronome restringe-se à produção de pessoas escolarizadas (DUARTE, 1986), enquanto no espanhol os clíticos aparecem inclusive na produção de pessoas não escolarizadas (FANJUL, 1999).

⁴ CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no Português do Brasil: Uma mudança paramétrica?* 1990. Ms. – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Segundo Kato (2002), esse pronome teria perdido a restrição a antecedente [+humano], de modo que é possível referir-se a entidades [-humanas]. Devido a essa perda de restrição, seria considerado um pronome fraco homófono aos pronomes fortes *ELE/ELA*. Em (11), temos uma oração extraída do projeto NURC, na qual o pronome lexical retoma o SN *o carro*, que constitui uma entidade [-humana].

(11) Se tiver muita pressa, eu largo ele num lugar proibido mesmo (SP). (GALVES, 2001, p. 163)

Nesta subseção, apresentamos algumas das características do PB no que concerne ao objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa. Vimos que, nessa língua, ao contrário do que ocorre nas variedades de espanhol de Madri e Montevidéu, o objeto nulo apresenta como antecedente SNs [+/-específicos], com uma frequência elevada, sobretudo com antecedentes [-animados]. Além disso, no PB, é possível a ocorrência do pronome lexical em função acusativa, inclusive com antecedentes [-humanos].

Essa diferença no funcionamento das duas línguas foi observada por González (1994), que se refere a ela como uma ‘inversa assimetria’ entre o PB e o espanhol. Essa autora tem como ponto de partida a assimetria encontrada por Tarallo (1993) entre o PB e o europeu, assimetria esta que se manifesta tanto no âmbito da expressão do objeto quanto do sujeito. Na seção dedicada à análise dos dados de nossa pesquisa, veremos como se manifestam as diferenças entre o PB e as variedades de espanhol estudadas, bem como suas semelhanças.

O referencial teórico

Consideramos, em nossa pesquisa, a concepção biológica de língua e gramática (CHOMSKY, 1981, 1986). No âmbito dessa perspectiva teórica, todos os seres humanos seriam dotados de uma capacidade linguística inata, denominada ‘Faculdade da Linguagem’. Por meio desse dispositivo, seria desenvolvido o conhecimento linguístico, que corresponde à ‘língua-I’, à competência linguística do falante.

A língua-I constitui o conhecimento linguístico internalizado na mente/cérebro de um falante e opõe-se à língua-E, que constitui um objeto externo. Assim, a língua-I é internalizada, intensional e individual, enquanto a língua-E é externa e extensional.

Em nossa pesquisa, tanto o clítico quanto o objeto nulo, que são formas de realização do objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa nas variedades de espanhol de Madri e Montevidéu, constituiriam a língua-I. Em outras palavras, essas duas possibilidades de expressão do objeto fariam parte do conhecimento linguístico internalizado e adquirido naturalmente.

Quanto à arquitetura da linguagem, em linhas gerais, de acordo com os desenvolvimentos minimalistas (CHOMSKY, 2000), uma língua seria composta por um léxico e um sistema computacional. O léxico seria formado por um conjunto de traços fonéticos, semânticos e sintáticos, que poderiam ser interpretáveis ou não. Com respeito ao sistema computacional, nele atuam as operações de concatenação, concordância e movimento. Enquanto a primeira operação é responsável pela formação dos objetos sintáticos, as outras duas eliminariam traços [-interpretáveis].

Em uma construção com objeto acusativo, o objeto se concatena com o predicado verbal que o seleciona, satisfazendo, assim, as propriedades desse núcleo e

recebendo papel temático. Os traços- ϕ , ou seja, os traços gramaticais de pessoa, número e gênero, são [+interpretáveis] no alvo (objeto) e [-interpretáveis] na sonda (predicado verbal). O objeto, por sua vez, teria Caso estrutural, que seria um traço [-interpretável]. Nas construções transitivas, v atribuiria Caso acusativo ao objeto. A operação de concordância seria suficiente para eliminar esses traços [-interpretáveis], tornando a derivação convergente. Contudo, se v seleciona o traço-EPP, que é [-interpretável] e é análogo ao traço-EPP da categoria tempo, a operação de movimento seria necessária.

Além da teoria gerativa, em nosso estudo, consideramos alguns aspectos da sociolinguística (LABOV, 2008, WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2009)⁵. Como veremos, embora antagônicas, a junção dessas perspectivas teóricas foi importante em nosso trabalho. A combinação dessas teorias foi realizada por linguistas como Kato e Tarallo (1986), que obtiveram resultados significativos nos estudos sobre o PB.

Conforme Labov (2008), os sistemas linguísticos teriam um caráter heterogêneo, ou seja, apresentam variação. Essa natureza dos sistemas linguísticos seria consequência de as línguas estarem inseridas em comunidades de fala.

A variação compreende duas formas linguísticas equivalentes que são compartilhadas por todos os membros de uma comunidade de fala, ainda que não apresentem a mesma frequência na produção. A variação linguística constituiria um fenômeno de transição que ocorreria devido ao fato de a forma inovadora não poder substituir a outra de maneira instantânea. Por outro lado, há fenômenos de variação que se estendem por um longo período e aos quais se denomina ‘variação estável’.

Entre os princípios que regem a mudança no âmbito da sociolinguística estariam os fatores condicionantes, que constituem contextos linguísticos e sociais que poderiam favorecer uma variante.

Em nossa pesquisa, as duas variedades de espanhol que analisamos constituem comunidades linguísticas diferentes. Concentramos-nos em investigar os contextos linguísticos⁶ que poderiam favorecer a ocorrência da omissão do objeto, a fim de verificar seu encaixamento na estrutura linguística. Tendo em vista a perspectiva gerativa, a análise dos diferentes contextos linguísticos se mostrou fundamental em nossa pesquisa, já que revelou as possibilidades da gramática dessas variedades de espanhol na expressão do objeto pela categoria vazia.

No que se refere à variação e mudança linguística na esfera gerativista, para Kroch⁷ (1989 *apud* LIGHTFOOT, 1999, p. 92) a mudança levaria a uma coexistência de gramáticas na mente/cérebro, a qual denomina ‘diglossia internalizada’. Segundo Chomsky (1999), a fixação de parâmetros ocorre de uma forma ou de outra, uma vez que as gramáticas não permitiriam operações opcionais. Entretanto, a opcionalidade seria apenas aparente, na medida em que constituiria uma coexistência de gramáticas. Portanto, a ocorrência do fenômeno de variação revela que o falante teria duas gramáticas, sendo que uma apresentaria a forma A e a outra a forma B. Observa-se,

⁵ Não se trata de um estudo sociolinguístico canônico, na medida em que nos concentramos na análise de fatores linguísticos e a hipótese geral de nossa pesquisa previa ausência de variação, como vimos.

⁶ Investigamos também o fator social ‘faixa etária’ apesar de neste artigo não abordarmos os resultados referentes a essa questão.

⁷ KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, 1, p. 199-244, 1989.

assim, que no âmbito da teoria gerativa, o fenômeno da variação linguística corresponde a uma coexistência de gramáticas, que é a visão adotada em nosso trabalho.

De acordo com Lightfoot (2006, p. 89), a língua-E seria o reflexo do *output* das gramáticas das comunidades linguísticas e o reflexo do uso da língua no discurso e na variação social. Em nosso estudo, analisamos entrevistas orais, que corresponderiam à língua-E. Contudo, como vimos, consideramos que os dados de clítico e objeto nulo extraídos dessas entrevistas correspondem à língua-I, ou seja, ao conhecimento linguístico internalizado. Portanto, apesar de as entrevistas apresentarem a língua em uso, que reflete não apenas o conhecimento linguístico internalizado como também o desempenho linguístico do falante, nosso objeto de análise compreenderia a competência linguística.

Os dados e a metodologia

Analisamos 18 entrevistas orais da variedade de espanhol de Madri (CESTERO MANCERA et al., 2012) e 20 entrevistas orais da variedade de espanhol de Montevideu (ELIZAINCÍN, s/d), pertencentes ao PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*)⁸. Como variável, investigamos a realização do objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa e, como variantes, o clítico e o objeto nulo.

Investigamos diferentes condicionadores linguísticos, entre eles a estrutura do SN antecedente e seus traços semânticos. No que se refere à estrutura do SN, verificamos se se tratava de SN definido, indefinido, quantificado ou sem determinante. Quanto aos traços semânticos, investigamos a especificidade⁹ e animacidade. Submetemos os dados codificados ao programa estatístico *Goldvarb X*.

⁸ Apesar de um dos objetivos de nossa pesquisa ter sido a comparação das tendências encontradas nas variedades de espanhol de Madri e Montevideu com o PB, as entrevistas investigadas e a análise quantitativa dos dados referem-se apenas a essas variedades de espanhol. Os dados do PB que usamos na comparação constituem traduções nossas de algumas ocorrências dessas variedades, realizadas a partir de nossa intuição de falante paulistana do PB. Devido à limitação de tempo, não foi possível realizar uma análise quantitativa com dados do PB. Sendo assim, a comparação que realizamos apresenta um caráter qualitativo em virtude da diferente natureza dos dados de análise. Nosso objetivo ao estabelecer essa comparação foi verificar algumas tendências na possibilidade de omissão ou realização pronominal do objeto, tendo em vista, sobretudo, a estrutura do SN antecedente e seus traços semânticos. Por outro lado, uma comparação plena entre essas variedades de espanhol e o PB apenas poderia ser levada a cabo mediante a análise de entrevistas orais em PB que nos permitisse observar a frequência da categoria vazia, bem como os contextos linguísticos que poderiam favorecê-la.

⁹ Em nossa pesquisa, para a classificação dos SNs antecedentes encontrados nas entrevistas analisadas como [+/-específicos], consideramos a noção pragmática de especificidade, de acordo com Leonetti (1999). Para essa concepção, um SN será [+específico] se o falante se refere a uma entidade determinada.

A análise dos dados

Tendências a respeito das variedades de espanhol de Madri e Montevidéu

A análise quantitativa dos dados encontrados nas entrevistas orais das variedades de espanhol de Madri e Montevidéu revelou que os objetos nulos não se restringiram aos antecedentes [-determinados; -específicos], uma vez que também ocorreram alguns casos com antecedentes [+determinados; +/-específicos] e, inclusive, [+animados]. Esses resultados contrariaram parcialmente nossa hipótese.

Ao analisar os dados no programa estatístico, escolhemos o objeto nulo como o valor de aplicação da regra variável, a fim de observar os contextos que favoreceriam essa categoria vazia. Na variedade de Madri, os fatores selecionados como significativos foram o traço de animacidade e a estrutura do SN antecedente e, na de Montevidéu, a estrutura do SN e os traços de animacidade e especificidade.

Em relação à estrutura do SN antecedente, conforme vimos, no espanhol, a presença de um determinante torna necessária a retomada do objeto acusativo por um clítico, enquanto sua ausência torna possível a ocorrência da omissão do objeto. Assim, vemos que a presença ou ausência de um determinante é um aspecto central nas possibilidades de expressão do objeto. Para esse contexto linguístico, nossa hipótese coincidia com a hipótese geral da pesquisa. Contudo, ao verificarmos a ocorrência de alguns objetos nulos em contextos mais amplos, nossa hipótese passou a ser de que os SNs definidos favoreceriam menos o apagamento do objeto¹⁰. Entretanto, não podemos afirmar que essa hipótese foi confirmada, já que esse tipo de SN não favorece menos o objeto nulo, mas o desfavorece, como se observa na tabela 1.

Tabela 1: Objetos nulos nominais conforme a estrutura do SN antecedente nas variedades de espanhol de Madri e Montevidéu – adaptada de Simões (2015, p. 138).

	Variedade de Madri			Variedade de Montevidéu		
	n./total	%	p. relativo	n./total	%	p. relativo
Det. def	21/733	2,9%	0,45	33/630	5,2%	0,40
Art. ind.	7/158	4,4%	0,55	16/108	14,8%	0,68
Quant.	4/74	5,4%	0,57	10/72	13,9%	0,54
SN s/ det.	11/84	13,1%	0,78	41/89	46,1%	0,86

Vemos que, em ambas as variedades, os SNs sem determinante foram os que mais favoreceram a elipse do objeto. Na variedade de Madri, a frequência foi de 13,1% e o peso relativo de 0,78, enquanto na variedade de Montevidéu a frequência foi de 46,1% e o peso relativo de 0,86. Observem-se os dados em (12):

¹⁰ Ao longo da análise, modificamos algumas hipóteses que não se confirmaram. A princípio, tanto a hipótese geral de nossa pesquisa quanto as hipóteses dos contextos linguísticos investigados baseavam-se em estudos da língua espanhola que apresentavam o fenômeno da omissão do objeto como altamente restringido. Contudo, durante a análise dos dados, observamos a ocorrência de algumas categorias vazias que refutaram essas hipóteses. Como não parecia tratar-se de uma frequência elevada de objetos nulos, julgamos adequada a elaboração de novas hipóteses, tendo como parâmetro as pesquisas sobre as variedades de espanhol em que esse fenômeno ocorre de forma mais ampla (FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, 1999; LANDA, 1993; SUÑER; YÉPEZ, 1988). Além disso, após a observação de ocorrência de objetos nulos menos restringidos, inserimos na análise novos contextos linguísticos cujas hipóteses baseavam-se nessa possibilidade mais ampla de elisão do objeto.

- (12a) E: ¿tú<alargamiento/> tú impartes **formación**?
 I: no yo no /
 E: ¿tú recibes?
 I: yo recibo \emptyset / y bueno a veces eeh (...) (Entrevista 12 – Madri)

- (12b) I: (...) yo he comido **piza** en bares / he comido \emptyset en otras casas (Entrevista 4 – Montevideú)

Atribuímos a maior incidência de objetos nulos com antecedentes [-determinados; -específicos] à sua incompatibilidade com o clítico, que é um pronome definido (DI TULLIO, 1997).

Quanto aos SNs quantificados, a variedade de Madri apresentou uma frequência de 5,4% e peso relativo de 0,57 e a de Montevideú, uma frequência de 13,9% e peso relativo de 0,54. De acordo com Campos (1986), em espanhol, um SN quantificado não poderia ser retomado por um objeto nulo, mas apenas por um pronome indefinido. Sendo assim, seria esperado que em uma oração como a de (13b) tivéssemos *mamá compra alguna en la de arquitectura*, contrariando o que de fato ocorreu.

- (13a) I: (...) pues una vez que **todo** está sofrido // lo<alargamiento/> mezclo <vacilación/> agrego \emptyset a la pasta / eso // eso por un lado / y luego cojo en un<alargamiento/> / (...) (Entrevista 3 – Madri)
- (13b) E: ¿compraste **alguna rifa**?
 I: no / mamá compra \emptyset en la de arquitectura <ruido = “ladrido”/> (Entrevista 20 – Montevideú)

No que se refere aos SNs indefinidos, a variedade de Madri apresentou uma frequência de 4,4% e peso relativo de 0,55, enquanto a de Montevideú apresentou uma frequência de 14,8% e peso relativo de 0,68. Conforme Leonetti (1999), os SNs encabeçados por um artigo indefinido poderiam ser retomados por um clítico.

- (14a) I: (...) bueno eran convertidores de acero / tenía **un nombre** no recuerdo \emptyset ahora hh / y bueno (...) (Entrevista 2 – Madri)
- (14b) I: (...) siempre le hubiera gustado tener **una nena** / y no tuvieron \emptyset y bueno / y yo <risas = "I"/> me acoplé enseguida y yo / sustituí la imagen / pero así (Entrevista 14 – Montevideú)

Consideramos que os SNs encabeçados por um quantificador e pelo artigo indefinido favoreceriam o objeto nulo devido ao traço semântico de indefinidade desses determinantes, que se caracterizam por não identificar o referente, ao contrário dos determinantes definidos (LEONETTI, 1999).

Com respeito ao traço de animacidade do antecedente, esse contexto linguístico também constitui um aspecto relevante na possibilidade de apagamento do objeto. Nossa hipótese inicial para esse contexto era de que os objetos nulos não ocorreriam com antecedentes [+animados] que fossem também [+específicos]. Contudo, ao encontrarmos essa categoria vazia de forma menos restringida, adotamos a hipótese de que a omissão do objeto seria favorecida por SNs [-animados]. Os resultados encontrados confirmam essa nova hipótese, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 2: Objetos nulos nominais conforme a animacidade do SN antecedente nas variedades de espanhol de Madri e Montevideú – adaptada de Simões (2015, p. 145).

	Variedade de Madri			Variedade de Montevideú		
	n./total	%	p. relativo	n./total	%	p. relativo
[+an.]	3/274	1,1%	0,26	17/372	4,6%	0,31
[-an.]	40/775	5,2%	0,59	83/527	15,7%	0,64

Na variedade de Madri, houve uma frequência de objetos nulos com antecedentes [-animados] de 5,2% e peso relativo de 0,59, enquanto na variedade de Montevideú esses valores correspondem a 15,7% e 0,64. Em (15), temos ocorrências de omissão do objeto com antecedentes [-animados] encontradas nas entrevistas.

- (15a) I: coincidió que efectivamente tenían que arreglarlo / <simultáneo> y pusieron **los árboles** </simultáneo>
 E: <simultáneo> <ininteligible/> pues ya está </simultáneo>
 I: pusieron \emptyset primero aquí / luego b <palabra_cortada/> / (...) (Entrevista 16 – Madri)
- (15b) I: eran más definidas **las estaciones** ¿no? absolutamente / es más eh uno asociaba \emptyset a los juegos / la cometa por ejemplo / ahora viene la época de la cometa (...) (Entrevista 13 – Montevideú)

Em relação ao traço semântico de especificidade, assim como a animacidade, esse contexto desempenha um papel central na possibilidade de ocorrência do objeto nulo. Nossa hipótese inicial era de que a elipse do objeto não ocorreria com antecedentes [+específicos]. Entretanto, como detectamos ocorrências de omissão em contextos menos restringidos, nossa hipótese passou a ser de que os SNs [-específicos] favoreceriam o apagamento do objeto. Observem-se os resultados na tabela 3:

Tabela 3: Objetos nulos nominais conforme a especificidade do SN antecedente nas variedades de espanhol de Madri e Montevideú – adaptada de Simões (2015, p. 147-148).

	Variedade de Madri		Variedade de Montevideú		
	n./total	%	n./total	%	p. relativo
[+esp.]	14/406	3,4%	10/411	2,4%	0,30
[-esp.]	29/643	4,5%	90/488	18,4%	0,68

O traço de especificidade do antecedente foi selecionado como relevante apenas na variedade de Montevideú e os resultados relativos a essa variedade confirmam nossa hipótese, já que a frequência de objetos nulos com SNs [-específicos] foi de 18,4% e o peso relativo de 0,68. Quanto à variedade de Madri, a omissão do objeto também foi mais recorrente com antecedentes [-específicos], com frequência de 4,5%. Observem-se os dados em (16):

- (16a) I: (...) en **el arroz** / pues primero rehogo \emptyset con aceite y cebolla (Entrevista 8 – Madri)
- (16b) I: (...) tengo que ponerme a pensar diversiones de antes y de ahora / pienso en cines y bueno **todos los cines viejos** cerraron pero cambiaron \emptyset por otros / (...) (Entrevista 2 – Montevideú)

Conforme a Hierarquia Referencial de Cardinaletti e Starke (1994), abordada em Cyrino, Duarte e Kato (2000), uma entidade [+animada] e/ou [+específica] estaria na extremidade mais referencial da escala, ao passo que uma entidade [-animada] e/ou [-específica] estaria em uma posição menos referencial. Em virtude disso, a tendência seria que um argumento [+animado] e/ou [+específico] fosse retomado por um pronome, ao contrário de um argumento [-animado] e/ou [-específico], que teria mais

probabilidade de não apresentar realização fonética. Tendo em vista a proposta dessas autoras, vemos que as tendências que encontramos seriam um reflexo dessa hierarquia.

Encontramos também essa categoria vazia em construções com aspecto [-perfectivo], perífrase verbal, clítico dativo, predicação secundária, tópico, verbos cognitivos, que são contextos que favorecem os objetos nulos nas variedades de espanhol do País Basco (LANDA, 1993), de Quito (SUÑER; YÉPEZ, 1988) e no PB (DUARTE, 1986). Observem-se alguns dados:

- (17a) I: con una barrita de hierro que <vacilación/> introducía en **un <vacilación/> tablón** yo tengo Ø allá en aquel cuarto después le muestro Ø /eeh (...) (Entrevista 12 – Montevideú)
- (17b) I: (...) mi madre así <vacilación/> no se compraba **un helado** en la heladería <cita> porque Miguel no / porque / nos ayuda / y tú sabes que no / yo te hago Ø en casa de lo que tú quieras / de chocolate / de crema / pero **un helado de heladería** no te puedo comprar Ø </cita> (...) (Entrevista 14 – Montevideú)
- (17c) I: y<alargamiento/> A el pequeño / sí / ese también // ah / bueno / **este** espera que te enseñe Ø porque este sí que es // es un bellezón también (Entrevista 16 – Madri)

Nesta subseção, vimos que os objetos nulos nas variedades de espanhol estudadas não se restringiram aos SNs sem determinante, já que apareceram algumas ocorrências em contextos mais amplos. Por outro lado, os clíticos constituem a forma mais recorrente de expressão do objeto pronominal acusativo nessas variedades.

Tendências a respeito do português brasileiro

Considerando-se as tendências que encontramos na análise das variedades de espanhol de Madri e Montevideú, comparamos alguns dados de objeto nulo dessas variedades com o PB, mediante nossa tradução desses dados a essa língua.

Observamos que, no âmbito dos antecedentes [+animados; +específicos], seja o SN definido ou indefinido, seria possível a ocorrência do objeto nulo e do pronome lexical. Quanto aos antecedentes [+animados; -específicos], seja o SN definido ou quantificado, essa possibilidade se mantém. Observem-se as construções em (18) e (19):

- (18a) (...) **este** espera que eu te mostro Ø/ele (...) (referente: **o filho da informante**) (cf. entrevista 16 – Madri)
- (18b) **uma amiga minha** eu chamei Ø/ela quando ela estava vendo TV para dedicar um vídeo para ela (...) (cf. entrevista 5 – Madri)
- (19a) porque **a polícia** nós não chamamos Ø/ela porque eles não tinham entrado... não tinham roubado nada (...) (cf. entrevista 18 – Montevideú)
- (19b) A: e você considera que tem **alguns amigos**?
B: sim... E é uma
A: ah... sim
B: está bom então
A: por sorte eu encontrei Ø/eles/alguns... viu? (...) (cf. entrevista 2 – Montevideú)

No que concerne aos antecedentes [-animados; +específicos], seria possível sua retomada pela categoria vazia e pelo pronome lexical com SNs definidos e indefinidos.

Contudo, quando se trata de um SN quantificado, apenas a omissão do objeto parece ser aceita. Observem-se os dados em (20):

- (20a) (...) eu não sei do que é **esse sal**... me deram \emptyset /**ele**... eu tenho um pouco aí (...) (cf. entrevista 13 – Madri)
- (20b) com uma barrinha de ferro que introduzia em **uma tábua**... eu tenho \emptyset /**ela** lá naquele quarto... depois eu te mostro \emptyset /**ela** (...) (cf. entrevista 12 – Montevideú)
- (20c) (...) eu levava no bolso **dois mil e alguma coisa**... se eu chego a dar \emptyset /***ele** para o meu filho... o cara sai frustrado de tudo... entende? (...) (cf. entrevista 16 – Madri)

Quanto aos antecedentes [-animados; -específicos] e definidos, a alternância entre o pronome lexical e a categoria vazia seria possível em construções com verbos dinâmicos, como *refogar* em (21a), e com verbos cognitivos e também dinâmicos, como *associar* em (21b). No entanto, quando se trata de um verbo de comunicação, não parece ter uma boa formação a sentença com o pronome, como se observa em (21c), que apresenta o verbo *contar*. Já quando se trata de um verbo estativo, como *querer* em (21d), a presença do pronome levaria a uma interpretação [+específica] do antecedente.

- (21a) (...) no arroz... por exemplo... **no arroz**... primeiro eu refogo \emptyset /**ele** com óleo e cebola (...) (cf. entrevista 8 – Madri)
- (21b) **as estações** eram mais definidas... né? absolutamente... as pessoas associavam \emptyset /**elas** aos jogos (...) (cf. entrevista 13 – Montevideú)
- (21c) A: **esses dados** interessam pra vocês?
B: sim
A: porque talvez é como uma novela
B: nos interessam e a gente adora
A: pois então eu te conto \emptyset /**?eles** (cf. entrevista 18 – Madri)
- (21d) (...) recebemos **os apartamentos** e não era possível dizer “eu quero \emptyset /**ele** nesta rua nesta altura” (...) (cf. entrevista 18 – Madri)

Por outro lado, quando os antecedentes são [-animados; -específicos] e indefinidos, apenas o objeto nulo parece possível na maior parte das construções. Em (22a), o pronome lexical leva a uma interpretação [+específica] do antecedente. Nessa construção, temos o verbo intensional *pedir*. Já em (22b), a presença do pronome seria possível na construção que apresenta o verbo dinâmico *fazer*. Quanto às construções que apresentam o verbo dinâmico *comprar* e o verbo estativo *ter*, o pronome não parece ser possível, como se observa em (22b) e (22c).

- (22a) A: (...) como eu peço **uma bolsa**... um horário... documentos... e vou
B: e vai pra fora
A: estou ocupada com A
B: o único que você perde... mas... você perde a bolsa ou a ajuda de...
A: não... mas eu não posso pedir \emptyset /**?ela**... eu é que não me atrevo (...) (cf. entrevista 18 – Madri)
- (22b) (...) minha mãe não comprava **um sorvete** na sorveteria... “porque Miguel nos ajuda e você sabe que não... eu te faço \emptyset /**ele** em casa do que você quiser... de chocolate... de creme... mas **um sorvete de sorveteria** eu não posso te comprar \emptyset /**?ele**” (...) (cf. entrevista 14 – Montevideú)

- (22c) A: e com ela você tem **uma boa relação**?
 B: como eu tinha \emptyset /?ela com o meu irmão... como eu tenho \emptyset /?ela com a minha cunhada (...)
 (cf. entrevista 8 – Montevideú)

Com relação aos SNs [-animados; -específicos] e quantificados, estes parecem aceitar apenas o objeto nulo e um pronome indefinido, já que a única construção possível com o pronome lexical ou a categoria vazia foi (23b), em que o antecedente aparece introduzido pelo quantificador *muitos*. Observem-se os dados em (23).

- (23a) (...) depois que está **tudo** frito... eu misturo \emptyset /?ele... agrego \emptyset /?ele à massa (...) (cf. entrevista 3 – Madri)

- (23b) A: (...) pois eu tenho **muitos exames muitos atestados de incapacidade** que refazer é muito difícil
 B: é verdade... é uma confusão... vai muito tempo
 A: e só eu poderia fazer \emptyset /eles / porque meus filhos não fizeram \emptyset /eles (cf. entrevista 18 – Madri)

- (23c) A: e você comprou **alguma rifa**?
 B: não... mamãe compra \emptyset /?ela/**alguma** na de arquitetura (cf. entrevista 20 – Montevideú)

Tendo em vista essas construções, no PB, língua que se configura como de objetos nulos, a possibilidade de retomada de um antecedente pelo pronome lexical parece estar relacionada a entidades [+animadas] e [+específicas]. Já entre os SNs [-animados], apenas os [+específicos], definidos ou indefinidos, poderiam ser retomados pelo pronome em todas as construções. Essas tendências refletem a Hierarquia Referencial de Cardinaletti e Starke (1994), na medida em que são as entidades [+animadas] e/ou [+específicas] que tendem a ser realizadas por um pronome. Vimos que nas variedades de espanhol de Madri e Montevideú essas foram as entidades que apresentaram menos incidência de objetos nulos.

Interpretação teórica dos resultados

De acordo com Chomsky (1999), haveria uma tendência aos traços- ϕ se manifestarem de maneira visível quando ocorre o movimento visível de um SN. Considerando-se que tanto os morfemas flexionais quanto os clíticos seriam elementos pronominais e formas que manifestam concordância, essa proposta de Chomsky sugere que se não há concordância visível entre verbo e argumento, ocorreria apenas a operação de concordância. Por outro lado, se a concordância se manifesta de forma visível, ocorreria a operação de movimento, que implica a seleção do traço-EPP pelo predicado verbal (CHOMSKY, 2000). Além disso, segundo Chomsky (2004), a geração de um especificador extra seria determinada no léxico e isso ocorreria se um núcleo seleciona o traço-EPP.

Tendo em vista esses trabalhos e as tendências que encontramos em nossa análise, sugerimos que, nas construções com clítico nas variedades de espanhol de Madri e Montevideú e com pronome lexical no PB, o predicado verbal selecionaria o traço-EPP, de modo que seria desencadeada a operação de movimento. Por outro lado, nas construções em que o objeto acusativo se manifesta mediante uma categoria vazia, teríamos apenas a operação de concordância. Obtivemos indícios de que a categoria

vazia nessas variedades de espanhol seria um *pro*¹¹. Portanto, seriam os traços- ϕ de *pro* que permitiriam a identificação do referente.

A variação na possibilidade de expressão do objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa nas variedades de espanhol de Madri e Montevideu e no PB e nossa análise teórica para essa variação revelam que haveria uma coexistência de gramáticas (CHOMSKY, 1999; LIGHTFOOT, 1999). Sendo assim, considerando-se o mecanismo proposto por Chomsky (1999), haveria uma gramática na qual o antecedente seria retomado por um pronome e outra gramática que permitiria a omissão do objeto em alguns desses contextos.

Considerações finais

Os resultados de nossa pesquisa revelaram que os objetos nulos nas variedades de espanhol de Madri e Montevideu não se restringiram aos antecedentes [-determinados; -específicos], uma vez que encontramos algumas ocorrências dessa categoria vazia com SNs [+determinados; +/-específicos] e, inclusive, [+animados], contrariando parcialmente nossa hipótese. Vimos que foram os SNs sem determinante, quantificados, indefinidos e com os traços semânticos [-animado] e [-específico] que favoreceram a omissão do objeto nessas variedades de espanhol. Além disso, a elipse do objeto ocorreu em construções que favorecem esse fenômeno em variedades do espanhol nas quais ele se apresenta menos restringido (LANDA, 1993; SUÑER; YEPEZ, 1988). Quanto à comparação com o PB, verificamos que, nessa língua, os SNs [-animados; -específicos], sobretudo os indefinidos e quantificados em construções com verbos estativos, já não aceitam plenamente a variação entre o objeto nulo e o pronome lexical. As tendências encontradas e a análise teórica desenvolvida sugerem que haveria uma coexistência de gramáticas (CHOMSKY, 1999; LIGHTFOOT, 1999) nessas variedades de espanhol e no PB, embora em alguns contextos esta não se manifeste.

REFERÊNCIAS

- BRUCART, J. M. La elipsis. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999. p. 2787-2866.
- CAMPOS, H. Indefinite object drop. *Linguistic Inquiry*, v. 17, n. 3, p. 354-359, 1986.
- _____. Transitividad e intransitividad. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999. p. 1519-1574.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: On three grammatical classes. *Working Paper in Linguistics*, University of Venice, v. 4, n. 2, p. 41-109, 1994.
- CESTERO MANCERA et al. *La lengua hablada en Madrid. Corpus PRESEEA — Madrid (Distrito de Salamanca)*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2012. v. I – Hablantes de instrucción superior.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Governing and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981. 373 p.

¹¹ Encontramos objetos nulos em construções de ilha, conforme a literatura gerativista, tal como ocorre no PB (GALVES, 2001).

- _____. *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986. 307 p.
- _____. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Caminho, 1999. 544 p.
- _____. Minimalist inquires. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (eds.). *Step by step*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. p. 89-155.
- _____. Beyond explanatory adequacy. In: BELLETTI, A. (ed.). *Structures and beyond*. Oxford: Oxford University, 2004. p. 104-131.
- CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-184.
- _____. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático diacrônico*. 1994. 217 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: NEGRÃO, E. V.; KATO, M. A. (orgs.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Vervuert, 2000. p. 55-73.
- DI TULLIO, A. *Manual de gramática del español*. Buenos Aires: Edicial, 1997. 445 p.
- DUARTE, M. E. Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. 1986. 73 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ELIZAINCÍN, A. *Corpus oral de Montevideo (PRESEEA)* (s.d.). Disponível em <<http://www.mec.gub.uy/academiadeletras/MarcoPrincipal.htm>> Acesso em: 13 mai. 2016.
- FANJUL, A. Espacio de la persona en la versión portugués-español: un problema de identidad discursiva. *Estudios Acadêmicos UNIBERO*, v. 10, jul./dez., p. 135-154, 1999.
- FERNÁNDEZ SORIANO, O. El pronombre personal. Formas y distribuciones. Pronombres átonos y tónicos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999. p. 1209-1273.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. 280 p.
- GONZÁLEZ, N. T. M. *Cadê o pronome? O gato comeu. Os pronomes pessoais na aquisição/aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos*. 1994. 451 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GROPPI, M. *Pronomes pessoais no português do Brasil e no espanhol do Uruguai*. 1997. 152 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. Estructuras con clíticos: revisión de terminología y datos del español. *Signo y Seña*, 20, 2009, p. 95-113.

KATO, M. A. Pronomes fortes e fracos na sintaxe do Português Brasileiro. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, Portugal, v. XX, p. 101-122, 2002.

_____. Null objects and VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: QUER, J. et al. (orgs.). *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 135-158.

KATO, M. A.; TARALLO, F. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALÁN, C. (orgs.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986. p. 346-358.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 392 p.

LANDA, A. Los objetos nulos determinados del español del País Vasco. *Linguística*, n. 5, p. 131-146, 1993.

LEONETTI, M. El artículo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999. p. 787-890.

LIGHTFOOT, D. *The development of language. Acquisition, change, and evolution*. Malden, Mass.: Blackwell, 1999. 287 p.

_____. *How new languages emerge*. New York: Cambridge, 2006. 199 p.

SIMÕES, A. M. *O objeto pronominal acusativo de 3ª pessoa nas variedades de espanhol de Madri e Montevideu comparado ao português brasileiro: clíticos como manifestação visível e objetos nulos como manifestação não visível da concordância de objeto*. 2015. 386 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-09092015-175408/pt-br.php>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

SUÑER, M.; YÉPEZ, M. Null definite objects in Quiteño. *Linguistic Inquiry*, v. 14, p. 561-565, 1988.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 69-105.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 152 p.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 26/01/2016

Clíticos pronominais em gêneros jornalísticos escritos das variedades europeia e brasileira do português: (re)discutindo a atuação dos fatores condicionantes linguísticos

Caroline Carnielli Biazolli

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Araraquara, São Paulo, Brasil
carolbiazolli@yahoo.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.707>

Resumo

Fundamentado na Teoria da Variação e Mudança Linguísticas, este artigo pretende examinar a variação na posição de clíticos pronominais adjungidos a complexos verbais, sempre que presentes nos gêneros jornalísticos *carta do leitor* e *editorial*. Para a coleta dos dados, utilizam-se os jornais *Público* e *O Estado de São Paulo*, referentes respectivamente ao português europeu e ao português brasileiro, produzidos no período de 2001 a 2010. Deve-se verificar como as variantes previstas se distribuem nesses textos e se há consideráveis diferenças entre os dados provenientes de cada uma das variedades aqui estudadas. Para isso, neste momento, avalia-se a atuação de determinados fatores condicionantes linguísticos potencialmente responsáveis por essa variação – a saber: tipo de clítico, formas verbais do primeiro e do segundo verbo do complexo e tipo de complexo verbal.

Palavras-chave: clíticos pronominais; complexos verbais; fatores condicionantes linguísticos; gêneros jornalísticos; variação linguística.

Pronominal Clitics in Written Journalistic Genres in European and Brazilian Portuguese: (Re)discussing the Role of Linguistic Constraints

Abstract

Based on the Theory of Language Variation and Change, this paper intends to examine the variation in the position of pronominal clitics connected to verbal complexes in the written journalistic genres known as *readers' letter* and *editorial*. The newspapers used for data collection are *Público* and *O Estado de São Paulo*, referring to Portuguese used in Portugal and Brazil, respectively. They were both published from 2001 to 2010. This study intends to verify how both variants are distributed in these texts and if there are considerable differences between the collected data from each analyzed variety. For this purpose, this article evaluates the role of certain linguistic constraints potentially responsible for this variation, namely type of clitic, verb forms of the first and second verb of the complex, and type of verbal complex.

Keywords: pronominal clitics; verbal complexes; linguistic constraints; journalistic genres; linguistic variation.

Palavras iniciais

Observa-se, aqui, um fenômeno que desde o século XIX tem sido muito discutido no Brasil e em Portugal, destacando-se, atualmente, como um dos assuntos mais focalizados pelos estudiosos da língua (MATTOS E SILVA, 2004), a saber: a *posição dos clíticos pronominais*. Tem-se que, adjuntos a um único verbo, os clíticos

podem ocupar as posições proclítica, mesoclítica ou enclítica e, adjacentes a um complexo verbal, podem se alternar nas posições pré-complexo verbal (pré-CV), intra-complexo verbal (intra-CV), ligados ao primeiro ou ao segundo verbo, ou pós-complexo verbal (pós-CV).

Sob aportes teórico-metodológicos diversificados, encontra-se na Linguística uma vasta bibliografia a respeito dos pronomes clíticos (PAGOTTO, 1992; MARTINS, 1994; LOBO, 2001; VIEIRA, 2002; SCHEI, 2003; GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; SARAIVA, 2008; BIAZOLLI, 2010; PETERSON, 2010; dentre tantos outros trabalhos). Trata-se de um tópico que desperta bastante interesse por reunir características articuláveis nos diferentes níveis da língua e, ainda, referindo-se propriamente à colocação pronominal, por apontar notáveis diferenças entre as variedades do português, em especial entre o português europeu (doravante, PE) e o português brasileiro (doravante, PB).

Neste artigo, pautando-se nas premissas da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 1982, 2008[1972]), verifica-se, de modo preliminar, a variação na posição de clíticos pronominais, quando adjacentes a complexos verbais, presentes em textos escritos referentes aos gêneros textuais jornalísticos *carta do leitor* e *editorial*. As produções analisadas, provenientes do jornal português *Público* e do periódico brasileiro *O Estado de São Paulo*, pertencem aos primeiros anos do século XXI, de 2001 a 2010. Deve-se sublinhar que o presente trabalho se insere em um estudo descritivo-comparativo sobre a cliticização pronominal do PE e do PB, ainda em andamento, que se fundamenta também em conceitos relacionados a estilo, gêneros textuais, modalidades de uso da língua e normas linguísticas¹.

A decisão pelos gêneros do domínio jornalístico, tomados como fonte de coleta dos dados, refere-se ao fato de, por um lado, tais gêneros ainda não terem sido suficientemente explorados pela Linguística, e, por outro, de acordo com Berlinck e Biazolli (2011), pelos textos que os representam, através da linguagem, abarcarem o que há de maior prestígio sociocultural, ao mesmo tempo que também podem veicular distintas variantes linguísticas não padrão.

Neste momento, através da análise de determinados fatores condicionantes linguísticos possivelmente/potencialmente responsáveis pela variação quanto à colocação desses pronomes no PE e no PB, acredita-se no registro de uma expressiva diferenciação entre os dados obtidos da amostra portuguesa e os da brasileira, uma vez que a posição dos clíticos relacionados a complexos verbais é tida como um ponto evidente de usos diversos entre as variedades consideradas.

Na sequência, depois dessas palavras iniciais, detalham-se (i) a noção de complexo verbal adotada neste estudo, (ii) os procedimentos metodológicos seguidos, revelando-se a constituição dos *corpora*, as variantes e as variáveis independentes

¹ Reconhece-se a pluralidade dialetal presente em cada uma das variedades da língua portuguesa selecionada para este estudo. Desse modo, embora sejam utilizadas as denominações PE e PB, faz-se um retrato dessas regiões fundamentado em dados extraídos principalmente das variedades lisboeta e paulistana, considerando-se, de modo geral, as cidades nas quais são publicados os periódicos examinados em questão – *Público*, de Lisboa, e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo. Ademais, ressalta-se que as análises aqui apresentadas se referem a dois gêneros textuais jornalísticos em particular, refletindo o comportamento do clítico pronominal em um contexto específico.

linguísticas trabalhadas, e (iii) os primeiros resultados fornecidos pelo programa estatístico Goldvarb X (SANKOFF et al., 2005). Para finalizar, apresentam-se certas conclusões e a lista das obras mencionadas.

Delimitando-se um *complexo verbal*

Os complexos verbais, nesta investigação, referem-se a construções constituídas por dois verbos (verbo (semi)auxiliar + verbo principal na forma não finita)², havendo, entre eles, certo grau de interação sintático-semântica. Internamente coesos, esses grupos verbais funcionam como se fossem um único verbo, cabendo ao verbo pleno a componente descritiva, incluindo a seleção dos argumentos, e, ao primeiro verbo, a expressão dos valores de tempo, modo e aspecto. Nas orações em que estão presentes, são os complexos verbais como um todo, e não apenas o verbo principal, que funcionam como núcleo semântico do sintagma verbal e da própria oração (RAPOSO, 2013). Nas estruturas aqui consideradas, o pronome clítico pode se alternar em qualquer uma das três posições (pré, intra ou pós-verbal), mantendo-se o mesmo valor de verdade.

Para se chegar a uma noção adequada sobre o que é e como se caracteriza um complexo verbal, deve-se certamente refletir sobre o caráter (semi)auxiliar de sua forma finita. Na direção de observações mais criteriosas a respeito da auxiliaridade, recorre-se, então, à caracterização desse assunto na linguística contemporânea. Entretanto, deve-se dizer que, mesmo com o estabelecimento de propriedades explícitas de auxiliaridade, pautadas em aspectos sintático-semânticos e elencadas igualmente em grande parte dos trabalhos que versam sobre o tema, ainda há certas divergências em relação a uma lista final de verbos auxiliares, quando examinado mais de um estudo linguístico (RAPOSO, 2013).

É pertinente que se entenda que a auxiliaridade é um fenômeno gradual, havendo os verbos tipicamente auxiliares e, entre estes e os verbos principais (não auxiliares), um grupo de verbos com comportamento oscilante, os semiauxiliares.

Um critério semântico bastante defendido para comprovar a auxiliaridade de um verbo, como dito acima, é o fato de itens verbais desse tipo não selecionarem argumentos. Por não possuírem significado lexical, tais formas não têm propriedades de seleção semântica. Desse modo, “o SN que ocorre com a relação gramatical de sujeito em frases com verbos auxiliares faz parte do complexo predicativo organizado em torno do verbo auxiliado” (DUARTE, 2003[1983], p. 303).

No trabalho de Gonçalves e Costa (2002), as autoras investigam estes critérios de auxiliaridade: (i) impossibilidade de coocorrência com orações completivas finitas; (ii) impossibilidade de substituição do domínio encaixado por uma forma pronominal demonstrativa; (iii) impossibilidade de coocorrência de duas posições de sujeito; (iv) passivas encaixadas sem alteração do significado básico da ativa correspondente; (v) impossibilidade de ocorrência do operador de negação frásica no domínio não finito; (vi) ocorrência dos complementos pronominalizados (cliticizados) em adjacência ao verbo auxiliar; (vii) coocorrência com qualquer classe aspectual de predicados verbais;

² Os complexos com mais de dois verbos (isto é, aqueles que apresentam mais de um verbo (semi)auxiliar) foram excluídos das análises por aparecerem de modo reduzido – 12 dados no PE e somente 5 no PB.

e (viii) impossibilidade de ocorrência de modificadores temporais que afetem apenas a interpretação do domínio não finito.

Baseando-se no cumprimento de todas essas propriedades, as autoras certificam os verbos *ter* e *haver*, seguidos do particípio, como os auxiliares “puros” do português. Na sequência, encontram-se os semiauxiliares, verbos que respondem a alguns, mas não a todos, desses critérios de auxiliaridade. Para ordená-los, Gonçalves e Costa (2002) sugerem uma escala, conforme o grau de aproximação de cada verbo aos auxiliares, resumida deste modo:

1. *Ser* passivo: difere dos auxiliares por permitir a substituição do complemento por um clítico demonstrativo;
2. Verbos temporais (*ir*, *vir*, *haver (de)*): diferem dos auxiliares por permitirem a manutenção dos complementos cliticizados do verbo no Infinitivo em adjacência a este verbo;
3. Verbos modais *poder* e *dever* e aspectuais seguidos de *a*: diferem dos auxiliares por permitirem a ocorrência (i) do operador de negação no complemento infinitivo e (ii) dos complementos cliticizados do verbo no Infinitivo em adjacência a este verbo; alguns destes verbos impõem restrições quanto à classe aspectual a que pertence o predicado verbal do complemento;
4. Verbo modal *ter (de)* e verbos aspectuais seguidos de *de* (e também *para* e *por*): diferem dos auxiliares por (i) não permitirem a extracção de complementos cliticizados do domínio infinitivo para o domínio matriz e (ii) limitarem a classe aspectual dos predicados verbais com que se combinam. (GONÇALVES; COSTA, 2002, p. 98, grifo original)

As estudiosas ainda mencionam que alguns verbos plenos (a saber, *conseguir*, *tentar*, *querer*, *mandar*, *ver*, etc.), em determinados contextos, comportam-se como auxiliares. Essa prática, segundo Gonçalves e Costa (2002), justifica-se pelo complemento frásico infinitivo ser, temporalmente, dependente da frase matriz, formando uma única cadeia temporal.

Mediante as considerações feitas sobre o tratamento da auxiliaridade, percebe-se um número variado de estruturas que podem integrar um complexo verbal sob uma forma finita simples. Dessa maneira, como mencionado anteriormente, neste estudo, os grupos verbais analisados não são só aqueles formados por verbos reconhecidamente auxiliares, mas, também, são os complexos constituídos por itens verbais mais ou menos próximos do polo da auxiliaridade, respectivamente, os semiauxiliares e os verbos com certa independência semântica (por exemplo: *querer*, *tentar*, *ousar*, etc.).

Procedimentos metodológicos

Volta-se, agora, à descrição dos *corpora* selecionados como matrizes da extração dos dados, detalhando-se, na sequência, as variantes correspondentes à variável dependente examinada e os grupos de fatores linguísticos considerados, uma vez que se trata de um trabalho inserido no âmbito da Sociolinguística Variacionista.

Constituição dos corpora

Fez-se necessário que os materiais analisados do PE e do PB fossem equivalentes, dado que o estudo em questão, além de descritivo, caracteriza-se como comparativo. Desse modo, julgou-se mais eficiente a formação dos *corpora* português e

brasileiro a partir de conjuntos uniformes em extensão (número de palavras). Assim, para cada gênero apreciado, em cada uma das variedades, reuniu-se um montante em torno de trinta e cinco mil (35.000) palavras – conforme as descrições feitas subsequentemente³.

Tabela 1. Informações referentes ao gênero *carta do leitor*: números de cartas e de palavras

CARTA DO LEITOR		
	Número de textos	Número de palavras
PE – <i>Público</i>	105	34.474
PB – <i>O Estado de São Paulo</i>	227	34.473
Total	332	68.947

Tabela 2. Informações referentes ao gênero *editorial*: números de editoriais e de palavras

EDITORIAL		
	Número de textos	Número de palavras
PE – <i>Público</i>	66	35.489
PB – <i>O Estado de São Paulo</i>	52	35.713
Total	118	71.202

Reportando-se às cartas, no início, foram encontradas 135 no periódico lisboeta e 758 no jornal paulistano. Desses totais, excluíram-se os textos em que apareciam explicitamente a ocupação social do enunciador ou, ainda, quando este era estrangeiro. No primeiro caso, acredita-se que, ao explicitar a posição ocupada, o autor do texto poderia apresentar uma monitoração ainda mais consciente de seus usos linguísticos; já, no segundo, a exclusão das cartas se refere ao fato de que autores estrangeiros não possuem o português como a sua primeira língua. Os números, então, passaram para 108 e 689. Das 108 cartas portuguesas, os clíticos pronominais estavam presentes em 105 e, das 689 cartas brasileiras, tais pronomes foram registrados em 366 textos. O passo seguinte, para que as amostras do PE e do PB permanecessem equilibradas, foi o recorte no número de cartas provenientes do periódico *O Estado de São Paulo*, utilizando-se como critério, na medida do possível, a manutenção daquelas com o maior número de linhas. Desse modo, chegou-se aos números apresentados na tabela 1.

Para finalizar, no que diz respeito aos editoriais, em uma primeira seleção, foram verificados 127 textos, sendo 67 representativos do PE e 60 do PB. Verificou-se que, a partir de novembro de 2009, os jornais portugueses passaram a publicar dois editoriais por exemplar. Além disso, quanto aos textos portugueses, em 1 editorial coletado não se registrou a presença de pronome clítico. Em relação aos editoriais do diário *O Estado de São Paulo*, 6 foram selecionados para cada ano averiguado. Em todos, assinalaram-se construções com pronomes átonos, no entanto, preservando-se a ideia de *corpora* equivalentes para as duas variedades em questão, reduziu-se aleatoriamente o número final de editoriais brasileiros postos sob exame – cf. tabela 2.

³ Sobre os jornais examinados – *Público* e *O Estado de São Paulo* –, convém citar que os dois possuem certas características semelhantes, tais como a política editorial, a grande circulação em termos de nação e o público-alvo. Dentro do espaço temporal considerado, de 2001 a 2010, investigaram-se seis exemplares de cada um deles por ano, escolhidos aleatoriamente.

Variantes em contextos de complexos verbais

Admite-se que a regra variável da colocação dos pronomes átonos em contextos de adjacência a complexos verbais é eneária, dado que permite quatro possibilidades de posicionamento do pronome. São elas:

(i) *clítico em posição pré-CV* (cl V1 V2):

- (01) É que perguntar não ofende e sempre gostaria de saber como **se vai fazendo** a política de museus no longínquo reino da Dinamarca. (PE, gênero *carta*, 2008)

(ii) *clítico em posição intra-CV – enclítico a V1 – (V1-cl v2)*:

- (02) Existem claramente factores de persistência da pobreza, que se reflectem em ciclos de vida ou que são transmitidos intergerações, mas **deve-se falar** igualmente na persistência da pobreza enquanto fenómeno social. (PE, gênero *editorial*, 2004)

(iii) *clítico em posição intra-CV – enclítico a V1 ou proclítico a V2 – (V1 cl V2)*:

- (03) Espero que a prefeita **esteja se preparando** para limpar todos os rios de São Paulo, pois aqueles que não querem ou não podem pagar a taxa passarão a jogar lixos nos rios, como se faz com lixo não coletado pela Prefeitura (sofás velhos, pneus). (PB, gênero *carta*, 2003)

(iv) *clítico em posição pós-CV* (V1 V2-cl):

- (04) Mas alguns empresários brasileiros – poucos, é verdade – também apoiam essa insensatez. Talvez os novos desmandos cometidos na Venezuela **possam mostrar-lhes** o tamanho desse erro. (PB, gênero *editorial*, 07/06/2002)

Norteia-se esta pesquisa pela presença do hífen para marcar ligações enclíticas, relacionadas a V1 ou a V2 – assim como destacado em Pagotto (1992), Schei (2003) e Peterson (2010), dentre outros trabalhos. Reconhece-se a possibilidade de os periódicos examinados conterem equívocos de natureza gráfica, inserindo-se ou eliminando-se um hífen por descuido, todavia, acredita-se que constatar a presença ou a ausência do traço de união, fator que confirma a coexistência de variantes distintas, é um dos meios que confere objetividade ao tratamento das ocorrências.

Variáveis independentes linguísticas

Controlam-se, neste artigo, os seguintes grupos de fatores, dispostos no quadro a seguir:

Quadro 1. Distribuição geral dos grupos de fatores, de natureza interna, analisados

GRUPOS DE FATORES	FATORES
(i) Tipo de clítico	Me; te; o(s)/a(s) e formas variantes (FV); lhe(s); se; nos e vos.
(ii) Forma do primeiro verbo do complexo	Presente, pretéritos e futuros do Indicativo; presente, pretérito e futuro do Subjuntivo; Imperativos e Formas Nominais.
(iii) Forma do segundo verbo do complexo	Infinitivo; gerúndio e particípio.
(iv) Tipo de complexo verbal	Tempos compostos (<i>ter</i> + particípio / <i>haver</i> + particípio); passiva do verbo <i>ser</i> (<i>ser</i> + particípio); construções temporais (<i>ir</i> + infinitivo; <i>vir</i> + infinitivo) e construções aspectuais (<i>ir/vir/estar</i> + gerúndio; <i>estar</i> (<i>a</i>) + infinitivo); construções modais (<i>haver</i> (<i>de/que</i>) + infinitivo; <i>ter</i> + (<i>de/que</i>) + infinitivo; <i>poder</i> + infinitivo; <i>dever</i> + infinitivo; dentre outros) e construções aspectuais (<i>acabar</i> + gerúndio; <i>acabar</i> (<i>a/de/por</i>) + infinitivo; <i>chegar</i> (<i>a</i>) + infinitivo; <i>começar</i> (<i>a/por</i>) + infinitivo; <i>voltar</i> (<i>a</i>) + infinitivo; <i>continuar</i> + gerúndio; <i>continuar</i> (<i>a</i>) + infinitivo; <i>ficar</i> + gerúndio; <i>ficar</i> (<i>a</i>) + infinitivo; dentre outros); e, construções com verbos que apresentam mesmo referente-sujeito, mas com certa independência semântica – verbos volitivos/optativos ou declarativos – (<i>querer</i> , <i>desejar</i> , <i>tentar</i> , <i>procurar</i> , <i>conseguir</i> , <i>ousar</i> , <i>decidir</i> , <i>pretender</i> , <i>dizer</i> ; dentre outros)

Resultados preliminares

Os resultados apresentados, conforme já descrito, provêm da análise de dados do periódico impresso *Público*, para a variedade do PE, e do diário *O Estado de São Paulo*, para a variedade do PB. A quantificação, composta de análises univariadas, valeu-se do programa Goldvarb X (SANKOFF et al., 2005).

Na sequência, relacionam-se os dados encontrados aos gêneros textuais investigados – *carta do leitor* e *editorial* –, focando-se na atuação dos fatores condicionantes linguísticos aqui considerados. Na tabela seguinte, mostra-se a distribuição geral das ocorrências de clíticos pronominais adjungidos a complexos verbais, nas variedades do PE e do PB, segundo o gênero jornalístico escolhido.

Tabela 3. Distribuição geral das ocorrências de clíticos pronominais nas variedades do PE e do PB, de acordo com o gênero textual jornalístico examinado

	PE	PB	Total
<i>Carta do Leitor</i>	102	78	180
<i>Editorial</i>	105	54	159
Total	207	132	339

Clíticos pronominais adjungidos a complexos verbais no gênero *carta do leitor*

Para este gênero, foram organizados um conjunto com 102 clíticos retirados do PE e outro, referente ao PB, com 78 pronomes. Segundo as variantes aqui trabalhadas, notou-se, na variedade portuguesa, que 64 pronomes estavam na posição pré-CV, 16 na posição intra-CV, V1-cl V2, 4 na posição intra-CV, V1 cl V2, e 18 na posição pós-CV. No universo das cartas brasileiras, 26 clíticos ocuparam a posição pré-CV, 5 a posição intra-CV, V1-cl V2, 20 a posição intra-CV, V1 cl V2, e 27 a posição após o grupo verbal.

O gráfico seguinte revela os percentuais de cada alternativa de colocação pronominal conforme a variedade do português contemplada.

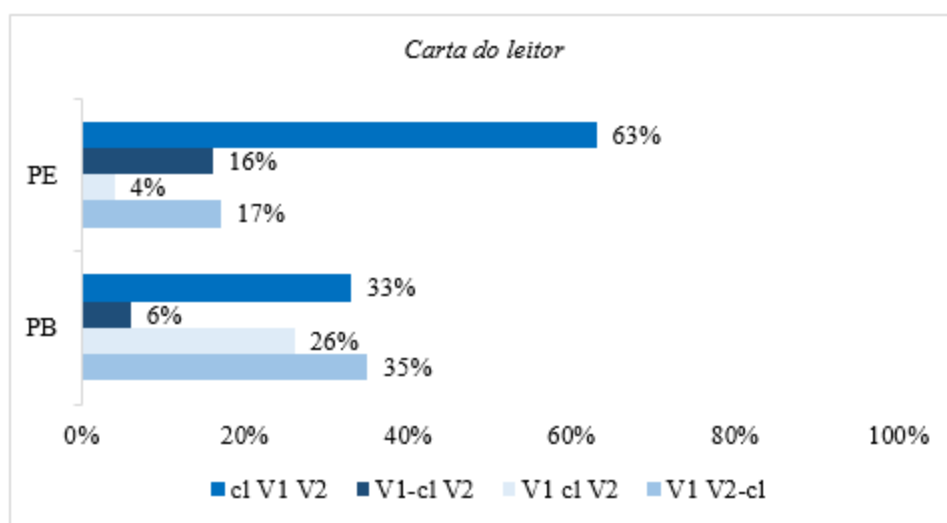


Gráfico 1. Distribuição geral das ocorrências das posições pré, intra e pós-complexos verbais no gênero *carta*, nas variedades do PE e do PB

Aos 4% marcados no PE, no que se refere à posição V1 cl V2, deve-se indicar que representam dados com a presença de elementos intervenientes entre os verbos do complexo, diferentemente do que foi visto no PB – cf. exemplos (05) e (06).

- (05) A poucos dias das legislativas, é amargo verificar o pouco que se falou de política, de projectos, de ideias, da forma como **temos de nos preparar** para enfrentar um futuro difícil no meio de uma crise global que veio juntar-se à já nossa crise local. (PE, gênero *carta*, 2009)
- (06) Nessa mesma época os sindicatos e a UNE não **podiam se manifestar** contra o governo. (PB, gênero *carta*, 2008)

No PE, enquanto não se registraram os pronomes *te* e *vos*, recolheram-se 62 pronomes *se*, 12 *nos*, 10 *me*, 10 *o(s)/a(s)* e FV e 8 *lhe(s)*. No material do PB, o *te* e o *vos* também não apareceram, observando-se 44 pronomes *se*, 16 *o(s)/a(s)* e FV, 8 *nos*, 6 *lhe(s)* e 4 *me*.

As tabelas 4 e 5 especificam os números absolutos e os percentuais de colocação pronominal em contextos de complexos verbais, consoante o *tipo de clítico*, nas variedades do PE e do PB.

Tabela 4. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de clítico, no gênero *carta*, na variedade do PE

Tipo de clítico ⁴	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
se	42	68%	11	18%	0	0%	9	14%	62	67%
nos	8	68%	1	8%	2	16%	1	8%	12	13%
me	3	30%	3	30%	0	0%	4	40%	10	10%
o(s)/a(s) e FV	5	50%	0	0%	2	20%	3	30%	10	10%
Total	58	62%	15	16%	4	4%	17	18%	N- 94	

Tabela 5. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de clítico, no gênero *carta*, na variedade do PB

Tipo de clítico	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
se	17	39%	4	9%	16	36%	7	16%	44	73%
o(s)/a(s) e FV	1	6%	0	0%	0	0%	15	94%	16	27%
Total	18	30%	4	6%	16	27%	22	37%	N- 60	

Salienta-se, nas duas variedades, a recorrência do pronome *se* e, ainda, destaca-se o comportamento do clítico *o(s)/a(s)* e FV na posição intra-CV. No PB, são inexistentes registros com esse tipo de pronome nessa posição, devido possivelmente à fragilidade fônica que apresenta. No PE, por sua vez, os dois únicos dados observados com o clítico *o* apareceram na posição V1 cl V2 com a presença da preposição *de* entre os verbos do complexo.

No que diz respeito à análise da variável *forma do primeiro verbo do complexo*, os resultados por si sós confirmam que as formas verbais, na presente ocasião, não agem sobre a colocação pronominal, verificando-se de modo geral, por exemplo, índices de cada variante não tão discordantes dos índices totais do fenômeno, no PE e no PB – cf. as próximas tabelas.

Tabela 6. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V1, no gênero *carta*, na variedade do PE

F. verbal de V1	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Pres. Ind.	40	71%	7	13%	3	5%	6	11%	56	68%
Pret. Perf. Ind.	4	25%	6	37,5%	0	0%	6	37,5%	16	20%
Infinitivo	6	60%	3	30%	0	0%	1	10%	10	12%
Total	50	61%	16	19%	3	4%	13	16%	N- 82	

Tabela 7. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V1, no gênero *carta*, na variedade do PB

F. verbal de V1	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Pres. Ind.	18	38%	4	8%	10	21%	16	33%	48	83%
Fut. Pret. Ind.	3	30%	0	0%	1	10%	6	60%	10	17%
Total	21	36%	4	7%	11	19%	22	38%	N- 58	

Referente à variável *forma do segundo verbo do complexo*, com o Infinitivo, visualiza-se uma maior variação entre as quatro variantes, nas cartas das duas localidades. Quanto ao Particípio, no PE, focando-se na posição pós-CV, a inexistência de dados com o pronome posposto ao segundo verbo pode refletir, de fato, um traço

⁴ Para a composição das tabelas, doravante, células que apresentaram menos de 10 dados foram desprezadas.

dessa variedade, o qual a tradição gramatical descreveu adequadamente, ainda que tenha o apresentado como uma prescrição, uma vez que dita a obrigatoriedade de não se deslocar o pronome átono para depois de formas participiais. Com o Gerúndio, no PB, vê-se a próclise ao grupo verbal, em conformidade com o que é prescrito nas gramáticas, já que é bem provável que tais dados tragam em suas orações elementos proclisadores. No entanto, observam-se também casos de clíticos entre o verbo auxiliar e o verbo pleno na forma gerundiva, atestando-se a produtividade da variante V1 cl V2 no português daqui. As tabelas 8 e 9 elucidam por completo esses apontamentos.

Tabela 8. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V2, no gênero *carta*, na variedade do PE

F. verbal de V2	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Infinitivo	51	63%	8	10%	4	5%	18	22%	81	84%
Particípio	8	53%	7	47%	0	0%	0	0%	15	16%
Total	59	61%	15	16%	4	4%	18	19%	N- 96	

Tabela 9. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V2, no gênero *carta*, na variedade do PB

F. verbal de V2	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Infinitivo	17	29%	2	3%	14	23%	27	45%	60	85%
Gerúndio	5	46%	2	18%	4	36%	0	0%	11	15%
Total	22	31%	4	6%	18	25%	27	38%	N- 71	

À variável *tipo de complexo verbal* atribuem-se as informações das tabelas 10 e 11, relacionadas, nessa devida ordem, ao PE e ao PB.

Adjacentes a *Construções temporais + construções aspectuais*, no PE, os clíticos pronominais se posicionaram preferencialmente antes do complexo verbal (78%), ao mesmo tempo que, no PB, com essas mesmas estruturas, os pronomes se dividiram de modo idêntico (32%) entre as posições pré-CV, intra-CV, V1 cl V2, e pós-CV – cf. tabelas dispostas na sequência.

Tabela 10. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de complexo verbal, no gênero *carta*, na variedade do PE

Tipo de CV	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Construções temporais + construções aspectuais	14	78%	3	17%	0	0%	1	5%	18	21%
Construções modais + construções aspectuais	30	57%	5	9%	4	8%	14	26%	53	62%
Construções com verbos volitivos/ optativos ou declarativos	11	73%	1	7%	0	0%	3	20%	15	17%
Total	55	64%	9	10%	4	5%	18	21%	N- 86	

Tabela 11. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de complexo verbal, no gênero *carta*, na variedade do PB

Tipo de CV	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Construções temporais + construções aspectuais	6	32%	1	4%	6	32%	6	32%	19	27%
Construções modais + construções aspectuais	11	28%	2	5%	10	26%	16	41%	39	56%
Construções com verbos volitivos/ optativos ou declarativos	5	42%	0	0%	2	16%	5	42%	12	17%
Total	22	31%	3	4%	18	26%	27	39%	N- 70	

No contexto *Construções modais + construções aspectuais*, vale assinalar que, em ambas as variedades, os resultados para todas as variantes foram os que mais se assemelharam aos percentuais gerais da colocação pronominal nas cartas, revelando-se, assim, que essas estruturas possivelmente não atuam sobre a ordem do pronome. Quanto às *Construções com verbos volitivos/optativos ou declarativos*, destaca-se, outra vez, o predomínio da posição pré-CV no PE e os índices semelhantes das posições pré e pós-complexos verbais no PB. Deve-se mencionar, ainda, quanto aos poucos dados das posições intra-CV, V1 cl V2, e intra-CV, V1-cl V2, respectivamente no PE e no PB, o fato de assinalarem a não produtividade dessas variantes nas cartas das variedades estudadas.

Clíticos pronominais adjungidos a complexos verbais no gênero *editorial*

Em relação ao gênero *editorial*, dispôs-se de um total de 159 dados (105 portugueses e 54 brasileiros). Do PE, foram extraídos 50 pronomes à esquerda do complexo verbal, 20 pronomes na posição intra-CV, 10 na posição V1-cl V2 e 10 na posição V1 cl V2, e 35 pronomes na posição pós-CV. Nos editoriais do PB, reuniram-se 25 clíticos na posição pré-CV, 8 na posição V1-cl V2, 11 entre os verbos do complexo, na posição V1 cl V2, e 10 na posição pós-CV – cf. gráfico 2.

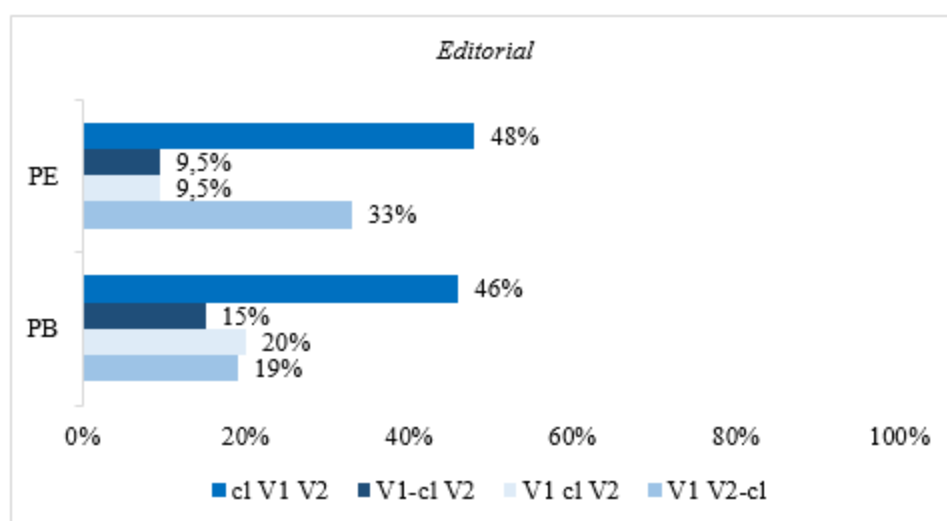


Gráfico 2. Distribuição geral das ocorrências das posições pré, intra e pós-complexos verbais no gênero *editorial*, nas variedades do PE e do PB

Sobre o *tipo de clítico*, encontraram-se, nos editoriais portugueses, 78 pronomes *se*, 15 *o(s)/a(s)* e FV, 6 *nos* e 6 *lhe(s)*. Não se manifestaram os clíticos *me*, *te* e *vos*. Dentre os dados brasileiros, por sua vez, avistaram-se apenas os clíticos *se* (45 dados), *o(s)/a(s)* e FV (5 dados) e *lhe(s)* (4 dados). As tabelas 12 e 13 relacionam as alternativas de colocação pronominal às formas dos pronomes clíticos.

Tabela 12. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de clítico, no gênero *editorial*, na variedade do PE

Tipo de clítico	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
<i>se</i>	41	52%	10	13%	3	4%	24	31%	78	84%
<i>o(s)/a(s)</i> e FV	3	20%	0	0%	4	27%	8	53%	15	16%
Total	44	47%	10	11%	7	8%	32	34%	N- 93	

Tabela 13. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de clítico, no gênero *editorial*, na variedade do PB

Tipo de clítico	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
<i>se</i>	20	45%	8	18%	11	24%	6	13%	45	100%
Frequência geral ⁵	46%		15%		20%		19%		100%	

Quanto à posição intra-CV, V1 cl V2, no PE, realça-se que os dados com *se* e *o(s)/a(s)* e FV se encontraram todos com a presença de um elemento interveniente entre os verbos do complexo. Ainda em relação ao clítico *o(s)/a(s)* e FV, nos editoriais portugueses, a falta de registros da sua colocação na posição intra-CV, V1-cl V2, afirma, mais uma vez, a improdutividade desse pronome entre formas verbais, dadas as suas particularidades fônicas.

Os casos com o *se*, no PB, essencialmente aqueles posicionados entre o verbo auxiliar e o verbo pleno, poderão ser mais bem compreendidos numa etapa posterior, quando também analisada a variável *função do clítico*.

As tabelas seguintes, e os seus respectivos resultados, referem-se à *forma do primeiro verbo do complexo*.

Tabela 14. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V1, no gênero *editorial*, na variedade do PE

F. verbal de V1	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Pres. Ind.	26	55%	4	8,5%	4	8,5%	13	28%	47	57%
Pret. Imp. Ind.	9	69%	0	0%	1	8%	3	23%	13	16%
Pres. Subj.	5	46%	0	0%	2	18%	4	36%	11	13,5%
Infinitivo	6	55%	1	9%	1	9%	3	27%	11	13,5%
Total	46	56%	5	6%	8	10%	23	28%	N- 82	

Tabela 15. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V1, no gênero *editorial*, na variedade do PB

F. verbal de V1	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Pres. Ind.	12	48%	7	28%	3	12%	3	12%	25	71%
Fut. Pres. Ind.	2	20%	0	0%	4	40%	4	40%	10	29%
Total	14	40%	7	20%	7	20%	7	20%	N- 35	

⁵ Nas tabelas que trazem apenas os resultados de um dos fatores do grupo analisado, decide-se apontar as frequências gerais de colocação de cada variante, a fim de que possíveis comparações sejam facilitadas.

Assim como demonstrado no gênero jornalístico *carta do leitor*, a forma verbal do primeiro verbo do complexo parece não influenciar isoladamente a colocação pronominal.

Na sequência, descreve-se a variável *forma verbal do segundo verbo do complexo*.

Tabela 16. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V2, no gênero *editorial*, na variedade do PE

F. verbal de V2	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Infinitivo	35	40%	9	9%	10	11%	35	40%	89	86%
Particípio	13	93%	1	7%	0	0%	0	0%	14	14%
Total	48	46%	10	10%	10	10%	35	34%	N- 103	

Tabela 17. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com a forma verbal de V2, no gênero *editorial*, na variedade do PB

F. verbal de V2	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Infinitivo	18	41%	7	16%	9	20%	10	23%	44	100%
Frequência geral	46%		15%		20%		19%		100%	

Com a forma verbal infinitiva, no PE, destacaram-se os percentuais idênticos das posições pré-CV e pós-CV e, no PB, houve certo equilíbrio entre os índices das posições pré e pós-complexos verbais e entre as marcas alcançadas pelas posições intra-CV. A atuação desta variável deve estar atrelada, indubitavelmente, também a outros grupos de fatores (ainda não investigados, neste momento).

Por fim, nas tabelas 18 e 19, organizam-se os resultados originários das análises do grupo *tipo de complexo verbal*.

Tabela 18. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de complexo verbal, no gênero *editorial*, na variedade do PE

Tipo de CV	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Tempos compostos	10	91%	1	9%	0	0%	0	0%	11	11%
Construções modais + construções aspectuais	24	33%	9	13%	10	14%	29	40%	72	75%
Construções com verbos volitivos/ optativos ou declarativos	7	54%	0	0%	0	0%	6	46%	13	14%
Total	41	43%	10	10%	10	10%	35	37%	N- 96	

Tabela 19. Número de ocorrências e percentuais de clíticos pronominais, de acordo com o tipo de complexo verbal, no gênero *editorial*, na variedade do PB

Tipo de CV	cl V1 V2		V1-cl V2		V1 cl V2		V1 V2-cl		Total	
Construções modais + construções aspectuais	11	34%	7	21%	6	18%	9	27%	33	77%
Construções com verbos volitivos/ optativos ou declarativos	7	70%	0	0%	2	20%	1	10%	10	23%
Total	18	42%	7	16%	8	19%	10	23%	N- 43	

A adjução dos clíticos a *Tempos compostos*, no PE, conforme o previsto, confirmou a predominância das posições relacionadas ao verbo auxiliar. Nesses casos,

como o verbo pleno se encontra na forma participial, seguindo as prescrições gramaticais, o clítico tende a se posicionar em próclise ou em ênclise a V1 – cf. exemplos em (07). Nos dados coletados, a posição cl V1 V2 foi realmente a mais significativa.

(07) (a) Nunca, desde que há registos de temperaturas na Rússia, **se tinha visto** um calor assim. (PE, gênero *editorial*, 2010)

(b) Curiosamente, a lei islâmica que dá cobertura a tão “modernas” separações é a mesma que em países como a Nigéria serve para condenar à morte uma mulher que ouse ter um filho (que não seja do ex-marido) após **ter-se divorciado**. (PE, gênero *editorial*, 2003)

Com as *Construções modais + construções aspectuais*, tanto no PE quanto no PB, verificaram-se os pronomes distribuídos entre as quatro posições. Por outro lado, quanto às *Construções com verbos volitivos/optativos ou declarativos*, assim como nas cartas, no PE, viu-se a predileção pelas posições pré e pós-complexos verbais e, ainda, notou-se nos editoriais a inexistência de dados nas posição intra-CV. No PB, reafirmou-se com essas estruturas a baixa produtividade da colocação pronominal entre os verbos do complexo.

Palavras finais

A partir dos resultados apresentados, ainda que incipientes, notou-se o distanciamento entre as realidades portuguesa e brasileira quando o assunto se refere à colocação pronominal, certificando-se a relevância de se investir em um estudo descritivo-comparativo entre as duas variedades.

Reconhece-se a necessidade de um refinamento dos dados obtidos até então; portanto, dando continuidade a este estudo, pretende-se ampliar a gama de fatores condicionantes linguísticos a ser examinada, objetivando-se futuramente a realização de cruzamentos envolvendo os grupos de fatores aqui já mencionados e aqueles que ainda serão trabalhados – tais como: (i) *tipo de elemento (proclisador) que antecede o grupo cl V1 V2 ou V1-cl V2 ou V1 cl V2 ou V1 V2-cl*; (ii) *distância entre o elemento (proclisador) antecedente e o grupo cl V1 V2 ou V1-cl V2 ou V1 cl V2 ou V1 V2-cl*, (iii) *função do clítico*; e (iv) *tipo de elemento interveniente entre os verbos do complexo*.

Desde já, entretanto, os comportamentos diferenciados de cada variante do fenômeno analisado puderam indicar não só motivos linguísticos para tais divergências, mas, também, aspectos relacionados à própria natureza do gênero jornalístico ao qual estavam vinculados, natureza esta que envolve aspectos situacionais de sua produção/recepção. Nessa direção, valida-se a pertinência de investigações que buscam desvendar as relações entre variação e mudança linguísticas e gêneros textuais, devendo o presente trabalho, em seguida, também se encaminhar a exames qualitativos de cada gênero jornalístico abordado, restringindo-se a considerações acerca de suas características situacionais.

Com esta discussão inicial, intentou-se colaborar com o profícuo debate, vigente na literatura linguística, sobre a posição dos clíticos pronominais e, de modo mais amplo, cooperar com a pesquisa sociolinguística desenvolvida em Portugal e no Brasil, acrescentando-se mais resultados à descrição dessas variedades e da língua portuguesa como um todo.

REFERÊNCIAS

- BERLINCK, R. de A.; BIAZOLLI, C. C. Clíticos e preposições: a norma e o 'normal' em jornais paulistas (1900 a 1915). *Estudos Linguísticos*, v. 40, n. 2, p. 850-863, 2011.
- BIAZOLLI, C. C. *Clíticos pronominais no português de São Paulo: 1880 a 1920 – uma análise sócio-histórico-linguística*. 2010. 230 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- DUARTE, I. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M. H. M. et al. (Orgs.). *Gramática da língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003[1983]. p. 275-321.
- GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 39-67, 2005.
- GONÇALVES, A.; COSTA, T. da. *(Auxiliar a) Compreender os verbos auxiliares: descrição e implicações para o ensino do português como língua materna*. Lisboa: Colibri, 2002. 137 p.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008[1972]. 392 p.
- _____. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1982. p. 17-92.
- LOBO, T. C. F. *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. 2001. 4 v. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. 1994. 628 f. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004. 175 p.
- PAGOTTO, E. G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. 168 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PETERSON, M. S. *A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor: uma contribuição da Sociolinguística Variacionista*. 2010. 210 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RAPOSO, E. B. P. Verbos auxiliares. In: _____. et al. (Orgs.). *Gramática do português*. v. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 1221-1281.
- SANKOFF, D. et al. *GoldVarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. 2005. Disponível em: <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>>. Acesso em: 09 fev. 2015.
- SARAIVA, L. M. S. *A colocação dos pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico e nos inquéritos do Projeto NURC: uma análise contrastiva*. 2008. 108 f.

Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHEI, A. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003. 281 p.

VIEIRA, S. R. *Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português*. 2002. 441 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WEINREICH, V.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006[1968]. 151 p.

Recebido em: 03/10/2015

Aprovado em: 08/01/2016

Transparência e opacidade na gênese e desenvolvimento das línguas pidgins e crioulas: o caso das palavras interrogativas

Dante Lucchesi

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil
dante.lucchesi@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i1.1425>

Resumo

A partir da relação de implicação entre simplificação morfológica e incremento da transparência no funcionamento das línguas, este artigo focaliza como essas categorias atuam nos processos de pidginização e crioulização. A base empírica desta reflexão é fornecida por dados de mudanças que normalmente afetam as palavras interrogativas (e.g., *onde, quando, quem*) na gênese das línguas pidgins e crioulas. O objetivo deste artigo é contribuir para uma teoria mais equilibrada da mudança linguística, evitando os paradoxos que cercam as teorias tradicionais que se orientam por um princípio único, como o de que as línguas humanas tendem à simplificação em seu devir histórico.

Palavras-chave: transparência semântica; simplificação morfológica; línguas pidgins e crioulas; palavras interrogativas; mudança linguística.

Transparency and Opacity in the Genesis and Development of Pidgins and Creole Languages: the Case of Interrogative Words

Abstract

From the implication relationship between morphological simplification and increased transparency in the functioning of languages, this article focuses on how these categories operate in pidginization and creolization processes. The empirical basis of this reflection is provided by data englobing changes that usually affect interrogative words (e.g. *where, when, who*) in the genesis of pidgins and creole languages. The purpose of this article is to contribute to a more balanced theory of linguistic change, avoiding the paradoxes that surround traditional theories, which are guided by a single principle, like the conception that human languages tend to simplification in their historical development.

Keywords: semantic transparency; morphological simplification; pidgins and creole languages; interrogative words; linguistic change.

Introdução

A questão da transparência é tratada aqui no plano diacrônico, relacionada à questão da simplicidade estrutural, já que, em princípio, a simplificação morfológica estaria associada ao incremento da transparência semântica no funcionamento da língua. Assim, a primeira seção deste artigo focaliza a maneira como essas categorias são vistas na história das línguas humanas, para questionar a ideia, corrente na Linguística Histórica tradicional, de que as línguas tendem à simplificação e à transparência em seu devir histórico. Por outro lado, busca-se precisar as situações em que ocorreriam mudanças que implementam a simplificação morfológica e a transparência semântica.

Tais mudanças estariam relacionadas às situações em que populações de falantes adultos têm de adquirir uma segunda língua em situações de aprendizado não sistemático, sendo a formação das línguas pidgins e crioulas as manifestações mais radicais de tais situações. Portanto, a segunda seção deste artigo focaliza a forma como a simplificação e a transparência atuam nos processos de pidginização e crioulização.

A terceira seção contém dados empíricos relativos às mudanças que normalmente afetam as palavras interrogativas (e.g., *onde, quando, quem*)¹ na gênese das línguas pidgins e crioulas, para fundamentar a relação que existe entre esses processos e a simplificação morfológica e o incremento da transparência semântica.

Por fim, os elementos levantados ao longo desta reflexão são mobilizados em formulações que visam a contribuir com uma teoria mais geral sobre a mudança linguística.

Transparência e simplificação na história das línguas humanas

No plano mais lato do devir histórico das línguas humanas, a questão da *transparência* está relacionada à questão da *simplificação*, pois tradicionalmente as teorias sobre a mudança linguística advogam uma tendência a uma simplificação morfológica que elevaria o grau de transparência nas línguas humanas, produzindo estruturas linguísticas em que a relação entre o significante e o significado é mais imediata. Um dos corolários dessa visão foi a formulação pelo linguista norte-americano Edward Sapir (1954[1921]) do conceito de *deriva linguística*, já no âmbito do Estruturalismo, no início do século XX. Segundo Sapir, a história das línguas seria orientada por uma tendência interna que definiria a direção das mudanças linguísticas através dos séculos. Essa tendência, por sua vez, seria determinada pela configuração estrutural da língua. Tomando como exemplo a história das línguas indo-europeias, esta é caracterizada por uma tendência constante à simplificação morfológica, como a perda da flexão nominal de caso, que se verifica na passagem do latim às línguas românicas.

Já a relação entre simplificação morfológica e transparência deriva do princípio de que transmitir uma informação por meios lexicais seria mais transparente do que transmitir essa informação por uma partícula gramatical, cuja percepção demanda maior esforço de decodificação. Enquanto as partículas gramaticais, que veiculam significados mais abstratos, exibem normalmente pouca substância fônica e são desprovidas de tonicidade, as palavras referências são normalmente vocábulos fonológicos, com acento próprio, sendo, portanto, mais facilmente percebidas e decodificadas, pois têm sua significação básica relacionada às coisas e aos processos do mundo real. Ou seja, uma língua que emprega o numeral *dois* seria mais transparente do que uma língua que emprega um morfema de dual, como o grego clássico, para expressar o mesmo conteúdo semântico. Assim, a simplificação morfológica da eliminação da flexão nominal de caso tornou as línguas românicas mais transparentes que o latim, na medida em que a indicação dos papéis temáticos de AGENTE e PACIENTE pela fixação da ordem SVO, que obedeceria a uma “sequência lógica” agente-ação-objeto, seria mais transparente que a veiculação dessa informação por meio de várias partículas gramaticais átonas finais, como ocorria com a alomorfa das desinências casuais no latim, o que possibilitava uma maior liberdade na ordem dos constituintes da frase. Assim, *o lobo viu a menina* seria

¹ Na Teoria Gerativa, essas palavras são denominadas *palavras-QU* (*WH-words*).

uma frase com mais transparência do que *lupus puellam vidit*, ou *puellam lupus vidit*, ou *puellam vidit lupus* etc. Da mesma forma, o sintagma *de Maria* em *a casa de Maria* é mais transparente que a forma flexionada *Mariae* em *Mariae domus*. Ou seja, as formas lexicais são mais transparentes que as formas gramaticais, e as construções analíticas são mais transparentes que as construções sintéticas flexionais. Portanto, a simplificação morfológica produz transparência, sobretudo no que concerne à eliminação da *alomorfia*, já que o máximo da transparência se daria na situação ideal caracterizada pela relação biunívoca em que cada significado é expresso por um e somente um significante.

Uma língua com um grau mais elevado de transparência seria, naturalmente, mais eficaz, em termos comunicativos, já que o processo de codificação e de decodificação dos enunciados linguísticos seria menos oneroso, envolvendo um número menor de operações de processamento. E, se os falantes, de uma maneira mais ou menos consciente, buscam sempre a eficácia comunicativa em suas interações verbais, é previsível que as línguas tenderiam, em seu devir histórico, à simplificação morfológica. Na linguística histórica do século XIX e início do século XX, esse *princípio do menor esforço* teve grande aceitação (MARTINET, 1955).

A grande falácia de tal raciocínio é achar que o real se conforma aos ideais da razão. Com efeito, a ordem SVO é a mais frequente nas línguas humanas, mas nada mais impróprio, no que concerne à dinâmica da linguagem, do que afirmar que a ordem SVO é mais lógica. Levando esse raciocínio às últimas consequências, numa operação que a Lógica denomina *reductio ad absurdum*, seríamos levados a pensar, por exemplo, que os japoneses, que falam uma língua SOV, seriam menos lógicos que os italianos, que falam uma língua SVO, o que é muito pouco plausível, fora dos esquemas mentais do colonialismo europeu que predominaram até o início do século XX. É mais provável que a maior frequência de uma estrutura gramatical nas línguas humanas se deva a um acaso histórico do que a uma tendência universal da linguagem (LASS, 1980). Porém, em função de suas fragilidades epistemológicas, a Linguística toma como *mais naturais, mais funcionais, mais ótimas* as formas linguísticas mais frequentes nas línguas humanas, ignorando a problemática de classificar formas linguísticas que funcionam perfeitamente em muitas línguas como *menos naturais, pouco funcionais e não ótimas*.

Mais do que um problema da Linguística, essa é uma contradição que perpassa todo o fazer da ciência moderna, ao procurar enquadrar o real nos esquemas de uma razão subjetiva, produzindo uma grande inadequação entre suas predições e os fatos.

O funcionamento das línguas, por exemplo, é identificado à *uniformidade* e à *homogeneidade*, desde o modelo inaugural da Linguística Moderna, o Estruturalismo, até a corrente contemporânea do Gerativismo Minimalista (LUCCHESI, 2011), mas a *heterogeneidade* é condição imprescindível ao funcionamento de toda língua viva (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]). No famoso *Curso de Linguística Geral*, Saussure (1973[1916]) teria afirmado que a língua rejeita a variação linguística e, desde então, a mudança linguística é vista como um processo de deterioração da língua (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Um seguidor ortodoxo de Saussure chegou a afirmar que, a rigor, a língua não deveria mudar (Bertil Malmberg *apud* COSERIU, 1979, p. 15-16), quando as línguas vivem em ininterrupto processo de mudança, sem que isso afete o seu funcionamento. O problema de pensar o funcionamento da língua em meio a mudanças e a heterogeneidade é que esse pensamento é claramente *contra intuitivo*. Porém, conquanto busque se apartar do *senso-comum*, muitos dos estereótipos

ingênuos ou ideologicamente motivados do cotidiano se insinuam sorrateiramente no pensamento científico, gerando axiomas falaciosos que não têm uma base empírica consistente.

Afirmar, por exemplo, que a história das línguas indo-europeias se caracteriza por uma tendência constante à simplificação é uma *falácia da generalização apressada*, também denominada *falácia do acidente convertido*, pois um rápido exame pode identificar mudanças, na passagem do latim às línguas românicas que caminham em direção contrária. Tal é o caso, por exemplo, da formação do artigo definido, criando, nas línguas românicas, uma partícula gramatical de significado sutil e abstrato, que não existia no latim; o que positivamente não pode ser visto como um processo de simplificação morfológica que incrementa a transparência. O mesmo se pode afirmar da flexão de gênero, que a rigor não existia em latim e tem uma funcionalidade crescente nas línguas românicas, embora, no mais das vezes, não tenha qualquer valor semântico, tanto que sua arbitrariedade se evidencia na diferença de gênero de palavras como *leite*, masculino em português, mas feminino em espanhol (*la leche*); *flor*, feminino em português, mas masculino em italiano (*il fiore*); e *mar*, masculino em português, mas feminino em francês (*la mer*). Não se pode ver aí, positivamente, um incremento da transparência.

Na melhor das hipóteses, a alegada tendência à simplificação morfológica seria um *epifenômeno*, para usar uma expressão cara aos gerativistas. Uma sequência de mudanças que levam à simplificação morfológica e à transparência semântica não significa necessariamente que exista uma tendência evolutiva determinada pela estrutura interna da língua nessa direção. Trata-se de um raciocínio falacioso do tipo *non sequitur*, motivado pela hipostasia do sistema linguístico que enformou a visão estruturalista de língua (LUCCHESI, 2004). Assim, o gerativista David Lightfoot considerou *metafísica* a ideia de uma deriva linguística secular, pois ela não se sustenta em face de uma teoria consistente da mudança linguística, como se pode ver na seguinte formulação, que vê a transmissão da língua de uma geração a outra como o momento crucial da mudança gramatical:

Línguas são adquiridas e gramáticas são construídas por indivíduos de cada geração. Eles não têm memórias raciais de forma a saber, em qualquer sentido, que suas línguas estão gradualmente se desenvolvendo de, digamos, um tipo SOV para um tipo SVO, e que ela deve continuar seguindo nessa direção.² (LIGHTFOOT, 1979, p. 391)

A alegada tendência geral das línguas humanas à simplificação enseja outros problemas lógicos, tais como: *por que motivo as línguas humanas surgiriam mais complexas para depois irem se simplificando ao longo dos séculos?* Além disso, essa alegada tendência entra em contradição com o estado atual das línguas humanas, em que se observa certo equilíbrio entre *simplicidade* e *complexidade*, bem como entre *transparência* e *simplicidade*, como bem observou William Labov (1982, p. 59):

² Languages are learned and grammars constructed by the individuals of each generation. They do not have racial memories such that they know in some sense that their language has gradually been developing from, say, an SOV and towards a SVO type, and that it must continue along that path.

Princípios unidirecionais produzem logicamente uma teoria desequilibrada da mudança. Qualquer princípio de simplificação requer um princípio de complicação, e uma teoria de transparência crescente deve ser acompanhada de uma explicação sobre como a opacidade foi criada. Parece evidente que a maioria das línguas mantém um razoável equilíbrio a esse respeito.³

E, como explicar a formação de línguas com uma estrutura gramatical mais complexa? Além do que, como bem observou o crioulista Jeff Siegel (2008), não é uma tarefa fácil comparar a complexidade da gramática como um todo entre as línguas humanas, pois normalmente uma língua que é mais complexa que outra em uma porção da gramática, ao passo que é mais simples em outra porção. Por exemplo, as línguas europeias, no geral, exibem uma morfologia verbal mais complexa que muitas línguas indígenas brasileiras, ou línguas bantas, ou ainda línguas da Melanésia, no Pacífico. Mas, todas essas últimas exibem uma morfologia nominal muito mais complexa do que a maioria das línguas europeias.

O que se coloca em questão, então, é a própria extensão dos conceitos de *simplicidade* e *transparência*, sobretudo no sentido de sua identificação com os conceitos de *natural* e *ótimo*, o que produz relações de implicação do tipo:

mais simples → mais natural → mais transparente → mais ótimo → mais fácil

Se, por meio de um raciocínio especulativo, colocássemos um falante nativo do latim em face das atuais línguas românicas, poderíamos supor que, para esse falante latino, essas línguas seriam muito mais opacas do que o latim, que etiquetava os constituintes da frase, enquanto os falantes das línguas românicas identificam essas funções sem qualquer marca explícita, mesmo nas frases que fogem à ordem canônica SVO, em função de uma diferença sutil na entoação, como em: *A menina, o lobo viu*. Da mesma forma, não é muito fácil convencer um nigeriano, falante nativo do iorubá, que o tom é um mecanismo fonológico menos natural do que o acento de intensidade. Ele poderia, com razão, considerar tal raciocínio um produto de uma ideologia eurocêntrica.

Há um conjunto robusto de evidências empíricas que contrariam a ideia de que as línguas possam ser, em seu conjunto, mais simples ou mais complexas do que outras, ou que sejam *in totum* mais transparentes ou mais opacas. Se assim o fosse, seria o caso de haver línguas que demandariam mais tempo para serem adquiridas como línguas maternas do que outras. Contudo, todos os resultados das pesquisas empíricas sobre a aquisição de língua materna apontam na direção contrária: as crianças de todas as línguas naturais desenvolvem sua competência linguística mais ou menos no mesmo período de tempo, seguindo as mesmas etapas. Uma implicação muito perigosa daquela premissa seria, então, pensar que as crianças de uma língua mais complexa desenvolveriam sua capacidade linguística mais rapidamente, porque seriam racialmente mais capazes.

A sistematização gerativista da ideia de uma faculdade inata da linguagem comum a todos os indivíduos da espécie humana (CHOMSKY, 1986) descortinou um campo

³ Unidirectional principles logically produce an unbalanced theory of change. Any principle of simplification requires a principle of complication, and a theory of increasing transparency must be accompanied by an account of how opacity is created. It seems evident that most languages maintain a reasonable balance in this respect.

muito profícuo de reflexão sobre as línguas humanas, que interdita qualquer raciocínio de matiz racista, embora os êxitos desse modelo na explicação do funcionamento real das línguas sejam muito modestos, em função dos vícios de um formalismo racionalista, que só se sustentam em face de procedimentos de verificação empírica muito frágeis e sobejamente questionados (LABOV, 2008[1972], *inter alia*).

A ideia de uma *Gramática Universal*, ou seja, uma *Faculdade Humana da Linguagem*, implica que todos os dispositivos gramaticais das línguas naturais estão em latência na mente de cada um dos indivíduos da espécie ao nascer e são ativados ou não em função da natureza dos *dados linguísticos primários* (DLP) disponíveis no período crítico de desenvolvimento da língua materna; ou seja, de tudo quanto a criança ouve em seus primeiros anos de vida (CHOMSKY, 1986). Assim, uma criança indígena brasileira que não seja privada do direito natural de adquirir a língua nativa de seu povo não fará mais esforço para adquirir a categoria gramatical da *evidencialidade* (presente em muitas línguas indígenas brasileiras e que codifica gramaticalmente a natureza da fonte da informação veiculada pela frase)⁴ do que a outra criança brasileira que adquire como língua materna o português, que não marca essa categoria gramatical. Se a criança encontra nos DLP evidências robustas do mecanismo de marcação da evidencialidade, ela ativa essa categoria gramatical em sua competência linguística; caso contrário, ela bloqueia essa categoria gramatical; o esforço, porém, é o mesmo em ambos os casos. Da mesma forma que uma criança de uma das línguas da Melanésia, que têm até cinco valores para a categoria nominal de número, não precisará despender mais esforço que uma criança de uma língua europeia que só tem dois valores para essa categoria (o singular e o plural), porque todos os potenciais valores de todas as categorias gramaticais estão virtualmente presentes na mente da criança, que ativará tantos quantos forem os valores presentes em seu DLP.

O problema só se coloca quando um indivíduo adulto precisa adquirir uma segunda língua após a adolescência, quando os dispositivos de aquisição da língua materna não estão mais acessíveis em sua mente. Nessa condição, ele terá muita dificuldade para assimilar ou mesmo perceber os dispositivos gramaticais da língua que pretende adquirir (VAINIKKA; YOUNG-SCHOLTEN, 2006), nomeadamente os que não estão presentes na gramática de sua língua nativa e cujas estruturas mentais foram desativadas, portanto, no processo de aquisição de sua língua materna. Por essa razão, esses dispositivos gramaticais lhe pareceram ilógicos, truncados, exóticos ou mesmo antinaturais.

Esses julgamentos do senso-comum, eivados muitas vezes de influxos ideológicos de natureza etnocêntrica, têm fornecido o substrato de teorias linguísticas sobre *simplicidade*, *naturalidade* e *otimalidade* nas línguas humanas. A rigor, tudo o que não é da nossa língua é difícil, ilógico ou antinatural, o que confere uma grande dose de subjetividade a tais conceitos. A percepção, por exemplo, de que a diferença fônica entre *avô* e *avó* é objetiva e, portanto, acessível a qualquer pessoa com uma audição normal não encontra respaldo entre os falantes nativos do espanhol, que não têm essa oposição fonológica em sua competência linguística e têm muita dificuldade em dominar essa oposição fonológica quando aprendem o português. E a estranheza que os brasileiros experimentam ao saber disso é a mesma que os franceses têm, ao saber que os brasileiros

⁴ Basicamente, esse dispositivo dispõe de um morfema que indica se o evento descrito na frase foi presenciado pelo falante e de outro morfema que indica que o falante ouviu a informação de outrem.

não conseguem ouvir a diferença fônica clara e evidente, que existe para eles, entre as formas do singular e do plural do artigo definido masculino, como, por exemplo, nos sintagmas *le livre* e *les livres*.

Os questionamentos aqui formulados não implicam que as categorias da *simplicidade* e da *transparência* não tenham qualquer valor heurístico para o entendimento do devir da linguagem humana em geral. O que se questiona aqui são as simplificações e generalizações que carecem de maior fundamentação empírica e consistência teórica. Não parece plausível que exista uma tendência universal à simplicidade e à transparência na história da língua. Isso não significa que não existam situações que desencadeiam mudanças que eliminam substância morfológica, incrementando, em princípio, a simplicidade e a transparência nas línguas. A partir dessa premissa, a primeira questão que se coloca é identificar que situações específicas são essas. E, se esta hipótese se confirmar, talvez o que exista de latente no devir das línguas humanas, em situações normais de transmissão geracional, seja exatamente o contrário do que se tem tradicionalmente pensado.

Transparência e simplificação na formação das línguas pidgins e crioulas

Ao que tudo indica, a distinção entre os planos da aquisição de língua materna e da aquisição de segunda língua se coloca como crucial para o entendimento de como as dicotomias entre *simplicidade* e *complexidade* e *transparência* e *opacidade* atuam na estruturação das línguas humanas e, sobretudo, na mudança linguística, pois, se tais dicotomias parecem não ter qualquer interferência na aquisição da língua materna, tudo indica que são determinantes no processo de aquisição de segunda língua.

Nessa perspectiva, a gênese e o desenvolvimento das línguas pidgins e crioulas seriam o campo de pesquisa ideal para compreender o papel de tais dicotomias, pois essas línguas têm sua origem na aquisição de uma segunda língua por uma grande população de falantes adultos (em muitos casos, falantes de várias línguas mutuamente ininteligíveis), em condições muito adversas, como as situações de escravidão, produzidas no bojo da colonização europeia da África, América, Ásia e Oceania, entre os séculos XVI e XIX.

Tomemos, por exemplo, a situação de africanos escravizados em uma grande plantação, no Caribe, no século XVIII, que eram obrigados a usar a língua dos seus senhores para se comunicar e sobreviver em condições de violenta sujeição. A aquisição dessa segunda era, porém, muito precária, não apenas por que o acesso desses aprendizes aos modelos da língua alvo era muito limitado, mas também porque eles não tinham, em geral, interesse em desenvolver uma proficiência nessa língua semelhante à dos seus senhores (RAMPTON, 1997). Assim, formava-se um código emergencial de comunicação interétnica que continha um reduzido número de palavras da língua dominante, sendo praticamente desprovido de estrutura gramatical. Em Crioulística, esse código tem sido denominado *jargão* ou *pré-pidgin* (SIEGEL, 2008).

Quando esse pré-pidgin passava a ser usado também na comunicação entre os falantes do grupo dominado, porque, em muitos casos, estes falavam línguas diferentes e mutuamente ininteligíveis, ocorria, forçosamente, uma ampliação do espectro funcional do pré-pidgin, criando as condições para a sua *regramaticalização*. Esse processo dava ensejo a uma *língua pidgin expandida ou estabilizada* (MÜHLHÄUSLER, 1986). Mesmo

não sendo a língua materna da maioria de seus utentes, um pidgin pode se tornar uma língua com uma estrutura gramatical comum às demais línguas humanas, sendo empregado nas mais variadas funções, inclusive na escrita e nos meios de comunicação de massa, como ocorre com o tok pisin, em Papua-Nova Guiné, na Oceania.

Como o pidgin se expandia gramaticalmente num contexto de pouco acesso aos dispositivos gramaticais da língua dominante, os seus falantes recorriam ao repertório gramatical de sua(s) língua(s) nativa(s) para desenvolver sua gramática, em um processo denominado *transferência do substrato* (SIEGEL, 2008). Deve-se observar, entretanto, que muitos dos mecanismos gramaticais presentes na língua dominante na situação de contato, da qual se origina a grande maioria das palavras do pidgin (por essa razão, também chamada *língua lexificadora*), se perdem no processo inicial de aquisição e não são reconstituídos no processo de gramaticalização do pidgin. Tal é o caso dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional, como, por exemplo, as regras de concordância nominal e verbal e as regras de movimento, que tornam as línguas mais opacas. Além dessa simplificação morfológica, as línguas pidgins se caracterizam por uma otimização dos recursos gramaticais de que dispõem, sendo a alomorfia rara ou inexistente nessas línguas. Assim, as línguas pidgins se destacam por seu elevado grau de simplicidade e transparência.

A maioria dos pidgins que se formou na África e no Caribe, no bojo do Colonialismo europeu, entre os séculos XVI e XVIII, tornou-se a língua materna dos filhos de seus falantes, ocorrendo, assim, a *crioulização*. As línguas crioulas, conquanto sejam línguas plenas, já que são línguas maternas de seus falantes, transmitidas com o recurso à faculdade inata da linguagem, também se caracterizam por um aparato gramatical reduzido, contendo, pelo menos no momento inicial de sua formação, os mecanismos essenciais para o funcionamento pleno de uma língua humana⁵. Essa seria a situação arquetípica. Obviamente, houve muita variação entre os processos de crioulização, de modo que os resultados estruturais das gramáticas das línguas crioulas serão diferenciados, em função dos valores de variáveis sociais que plasmaram a situação em que essas línguas se formaram, como, por exemplo, a proporção numérica entre os falantes do grupo dominante e dos grupos dominados, uma maior ou menor homogeneidade linguística dos grupos dominados, e assim por diante. Esses fatores vão determinar um maior ou menor acesso aos modelos da língua dominante, por um lado, e um grau mais ou menos elevado de transferência de estruturas gramaticais da(s) língua(s) do substrato. Um maior acesso à língua dominante, bem como uma influência maior do substrato, possibilitaria a transmissão de mecanismos gramaticais que, numa situação distinta, não figuram na gramática do crioulo.

De qualquer forma, os processos de otimização e maximização dos recursos gramaticais caracterizam a essência da pidginização e da crioulização. Nesse sentido, o crioulista John McWorter (2001) definiu as línguas crioulas como *as línguas com as gramáticas mais simples do mundo*. Essa simplificação se traduz na eliminação da maioria dos mecanismos gramaticais sem valor informacional, como as regras de concordância e de movimento. Como a *simplificação morfossintática*, que caracteriza a formação das línguas pidgins e crioulas, *implica* igualmente, *incremento* da *transparência*, crioulistas, como Seuren e Wekker (1986), buscam explicar a especificidade dessas línguas com base no princípio de *transparência semântica*, segundo

⁵ Aqui é retrata

o qual, nas línguas pidgins e crioulas, os conteúdos semânticos são extraídos diretamente da estrutura superficial, sem relações intermediárias complexas, como muitas vezes ocorre nas línguas humanas.

Portanto, as pesquisas sobre as línguas pidgins e crioulas têm reunido evidências de que as situações de contato massivo entre línguas que envolvem a aquisição de uma segunda língua por uma população de adultos, em situações adversas de dominação e sujeição, desencadeiam mudanças que produzem simplificação morfológica (TRUDGILL, 2009). Em um espectro mais amplo, pode-se dizer que as situações de contato massivo entre línguas produzem simplificação morfológica, e *a fortiori* incremento da transparência, mesmo quando a variedade que se forma não é uma língua pidgin ou crioula típica, mas uma variedade da língua dominante na situação de contato (LUCCHESI, 2008; LUCCHESI; BAXTER, 2009).

A próxima seção retratará a mudança que costuma afetar um dispositivo gramatical geral das línguas humanas, as palavras interrogativas, em situações de contato massivo entre línguas, particularmente nas situações de pidginização e criouliização. Como se poderá ver, essa mudança eleva o grau de transparência da língua, na medida em que substitui uma partícula gramatical sintética por uma construção analítica que combina uma partícula gramatical com uma palavra referencial.

As palavras interrogativas nas línguas pidgins e crioulas

Um exemplo notável de incremento da transparência na criouliização seria a mudança que costuma afetar a forma das palavras interrogativas. As palavras interrogativas são dispositivos gramaticais universais que têm um amplo espectro funcional, servindo não apenas para formar perguntas com variável, mas também para encetar orações completivas e funcionando também como relativizadores, como exemplificado, respectivamente, em (1), (2) e (3):

- (1) *Quem* comeu o bolo?
- (2) Não sei *quem* fez isso?
- (3) Não encontrei o funcionário *a quem* entreguei o documento.

Em *Roots of language*, seu estudo clássico sobre a criouliização, Derek Bickerton (1981) propôs que uma das características da criouliização seria a formação do que passou a ser chamado *palavras interrogativas bimorfêmicas*. Nesse processo, a palavra interrogativa da língua lexificadora é substituída por uma combinação entre um complementizador neutro e um nome que expressa o conteúdo semântico da palavra interrogativa, como se pode ver a seguir:

<i>Onde</i>	que-lugar
<i>Quem</i>	que-pessoa
<i>Quando</i>	que-tempo
<i>Por que</i>	que-causa
<i>Como</i>	que-modo

A seguir, exemplos da forma que a interrogativa assume em alguns crioulos:

- (4) wisaid yu Bin de? (Guianense)
que-lado você vir de
Where do you come from?
De onde você vem?

- (5) Ki koté ou wè pwasô-a? (Haitiano)
 que-lado você ver peixe-o
Où avez-vous vu le poisson?
 Onde você viu o peixe?
- (6) Ke situ e pe mi n-e-e? (Santomense)
 que-lugar ele pôr milho nele
 Onde ele pôs o milho?

Para Muysken e Veenstra (1994, p. 124), a formação de palavras interrogativas bimorfêmicas se ajustaria perfeitamente aos parâmetros que determinam a emergência das línguas pidgins e crioulas, particularmente no que diz respeito ao princípio da *transparência semântica*, proposto por Seuren e Wekker (1986). Os autores colocam as palavras interrogativas bimorfêmicas ao lado do sistema de tempo, modo e aspecto baseado em partículas pré-verbais, que substitui as formas flexionadas das línguas de superestrato europeias nas línguas crioulas, como evidência de tal princípio. Formas verbais perifrásticas, como *já fala*, ou palavras interrogativas bimorfêmicas, como *que tempo*, teriam um significado muito mais transparente do que as formas sintéticas *falei* e *quando*, da língua lexificadora, e suas formas embrionárias devem surgir já no momento inicial do contato, quando a população de falantes adultos lança mão da língua do grupo dominante para a comunicação interétnica, dando origem ao *jargão* ou *pré-pidgin*. E isso se encaixa perfeitamente no que a teoria prevê para a aquisição de segunda língua por adultos em situações não sistemáticas, como exposto na seção anterior deste artigo.

Contudo, ao longo do processo de expansão funcional e gramatical do pidgin e/ou de crioulição, essas formas analíticas sofreriam a concorrência das formas sintéticas da língua lexificadora, de modo que, ao lado da palavra bimorfêmica, pode-se firmar uma forma sintética, como *ken* ‘quem’, no papiamento, ou mesmo uma forma híbrida, como *wen time* ‘quando’ (lit. ‘quando tempo’), no jamaicano. Assim, um sistema mais transparente de palavras interrogativas bimorfêmicas pode-se tornar progressivamente opaco, com o passar do tempo (MUYSKEN; VEENSTRA, 1994, p. 125). O resultado mais geral disso seria um quadro de variação na forma das palavras interrogativas, como se observa em muitas línguas crioulas particularmente no contexto do *continuum post-crioulo* (RICKFORD, 1987).

Um caso interessante de sistema misto com variação pode ser encontrado no papiá Kristang, crioulo português de Malaca, no sudeste asiático, como se pode ver no quadro abaixo que montamos com base na descrição de Alan Baxter (1988, p. 77 e 189-190):

Quadro 1. Forma das palavras interrogativas em papiá kristang.

Português	Papiá Kristang	Interpretação
onde	úndi ~ kí banda (‘que banda’, no sentido de ‘que lado’)	forma sintética variando com forma bimorfêmica
quando	kóra ~ kí ora ~ kí tempu	forma bimorfêmica aglutinada variando com formas claramente analíticas
por que	kifói ~ kí kausu	forma aglutinada variando com forma analítica distinta
como	kái ~ klai	variação na forma aglutinada derivada de antiga forma analítica <i>kílaia</i>

Considerando a diferenciação nos processos de crioulição, em função dos valores das variáveis sociais que o estruturam (como discutido na seção anterior), a

formação de palavras interrogativas bimorfêmicas estaria relacionada aos contextos mais radicais de criouliização, enquanto que as formas sintéticas estariam relacionadas a uma maior influência da língua lexicadora. Por outro lado, a evolução fonética da forma da palavra interrogativa bimorfêmica pode obscurecer a sua composição, tornando a forma mais opaca.

Portanto, os processos de pidginização e criouliização se revelam como momentos em que ocorrem mudanças linguísticas que incrementam a simplicidade morfológica e a transparência semântica nas línguas, como aqui demonstrado em relação às palavras interrogativas. Porém, uma vez constituídas, essas línguas podem sofrer mudanças que costumam afetar o devir histórico de todas as línguas humanas e que tendem a tornar as estruturas mais gramaticalizadas, em função do processo normal de *gramaticalização*, fartamente documentado na história das línguas humanas, e conseqüentemente mais opacas. Tais mudanças que ocorrem na transmissão normal da língua de uma geração a outra acabam por diminuir o grau das línguas, na medida em que incrementam seus dispositivos morfológicos.

Conclusão

A análise das mudanças que normalmente afetam as palavras interrogativas na formação das línguas pidgins e crioulas aqui apresentada trouxe elementos interessantes para a compreensão de como a dicotomia transparência e opacidade se manifesta no devir histórico das línguas humanas. Considerando a relação de implicação entre simplicidade morfológica e transparência semântica, podemos concluir que, ao contrário de serem processos inerentes ao devir histórico normal das línguas, a simplificação e o incremento da transparência ocorrem em situações específicas, como as de contato linguístico massivo. Indo além, é possível mesmo postular que a situação regular de transmissão geracional de uma língua seria, ao contrário, a da gramaticalização e do incremento da opacidade. Nessa perspectiva, a teoria da mudança linguística fica mais balanceada, diferentemente do que ocorria com a visão tradicional de que as línguas normalmente tenderiam à simplificação e à transparência. Assim, uma compreensão mais adequada da evolução linguística seria alcançada, conjugando essas tendências contrárias: de um lado, a tendência à gramaticalização, que implica complexificação morfológica e aumento da opacidade e que seria inerente à transmissão geracional regular das línguas; de outro lado, estariam as situações de contato massivo entre línguas (cuja manifestação mais radical seria a dos processos de pidginização e criouliização) que desencadeariam mudanças de simplificação morfológica e *a fortiori* de incremento da transparência.

Embora as situações de contato entre línguas seja uma constante na história da humanidade, pode-se argumentar que línguas de comunidades muito isoladas tenderiam a ser excessivamente complexas e opacas. Conquanto isso possa ser, pelo menos em parte, verdadeiro, seria preciso pensar em mudanças simplificadoras que ocorressem independentemente das situações de contato. Uma solução poderia ser encontrada no plano da fonologia, já que haveria uma tendência latente ao enfraquecimento de partículas átonas finais. E a grande maioria das partículas gramaticais são sufixos átonos. A ideia de que marcas gramaticais tendem a desaparecer em função de sua erosão fonética não é nova na Linguística, sendo consagrada desde, pelo menos, a formulação de Talmy Givón (1979) sobre o processo de gramaticalização. Esse enfraquecimento fonético das marcas gramaticais favoreceria o emprego de formas analíticas, ou mesmo de itens lexicais, para

expressar o conteúdo semântico da partícula gramatical, aumentando o grau de transparência semântica das línguas.

Neste artigo, buscamos contribuir para a formulação de uma teoria mais equilibrada da mudança linguística, no sentido de Labov (1982), já que as teorias que se baseiam em um único princípio geral, quer seja em direção à simplicidade e à transparência, quer seja em direção à complexidade e à opacidade, não dão conta do relativo equilíbrio que existe entre as línguas em relação a essas duas dicotomias.

REFERÊNCIAS

BAXTER, A. *A Grammar of Kristang (Malacca Creole Portuguese)*. Canberra: Pacific Linguistics, 1988. 241 p.

BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981. 351 p.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its origin, nature and use*. New York: Praeger, 1986. 307 p.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979. 245 p.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979. 378 p.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

_____. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008[1972]. 391 p.

LASS, R. *On explaining language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. 204 p.

LIGHTFOOT, D. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 421 p.

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004. 232 p.

_____. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 366-390.

_____. Os limites da variação e da invariância na estrutura da gramática. *Revista da ABRALIN*, v. elet., n. esp., p. 227-259. 2ª parte, 2011.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A transmissão Linguística Irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 101-124.

MARTINET, A. *Économie des Changements Phonétiques*. Berna: Francke, 1955. 395 p.

MCWHORTER, J. The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology*, 5 (2/3), p. 125-166, 2001.

- MUYSKEN, P.; VEENSTRA, T. Universalist approaches. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (eds.). *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1994. p. 121-136.
- MÜHLHÄUSLER, P. *Pidgin & Creole linguistics*. Londres: Basil Blackwell, 1986. 320 p.
- RAMPTON, B. A sociolinguistic perspective on L2 communication strategies. In: KASPER, G.; KELLERMAN, E. (eds.). *Communication Strategies: Psycholinguistic and Sociolinguistic Perspectives*. Londres/Nova York: Longman, 1997. p. 279-303.
- RICKFORD, J. *Dimensions of a creole continuum: history, texts and linguistic analysis of Guyanese Creole*. Stanford: Stanford University Press, 1987. 351 p.
- SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954[1921]. 229 p.
- SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 5. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. Prefácio de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1973. 279 p.
- SEUREN, P.; WEKKER, H. Semantic transparency as a factor in creole genesis. In: MUYSKEN, P.; SMITH, N. (eds.). *Substrata versus universals in creole genesis*. Amsterdam: John Benjamins, 1986. p. 57-70.
- SIEGEL, J. *The Emergence of Pidgin and Creole Languages*. Oxford: Oxford University Press, 2008. 320 p.
- TRUDGILL, P. Sociolinguistic typology and complexification. In: GEOFFREY, S.; GIL, D.; TRUDGILL, P. (eds.). *Language Complexity as an Evolving Variable*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 98-109.
- VAINIKKA, A.; YOUNG-SCHOLTEN, M. The roots of syntax and how they grow; Organic Grammar, the Basic Variety and Processability Theory. In: UNSWORTH, S. et alii (eds.). *Paths of Development in L1 and L2 acquisition*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2006. p. 77-106.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006[1968]. 152 p.

Recebido em: 10/04/2016

Aprovado em: 13/04/2016